

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Faculdade de Letras da UFMG

ISSN

2237-2083

V. 31 - N° 3



REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Universidade Federal de Minas Gerais

REITORA: Sandra Regina Goulart Almeida

VICE-REITOR: Alessandro Fernandes Moreira

Faculdade de Letras

DIRETORA: Sueli Maria Coelho

VICE-DIRETOR: Georg Otte

Editores-chefes

Janayna Maria da Rocha Carvalho (UFMG)

Editoras-associadas:

Ana Regina Vaz Calindro (UFRJ)

Maria Mendes Cantoni (UFMG)

Revisão e Normalização

Janayna Maria da Rocha Carvalho (UFMG)

Diagramação

Camila Almeida

Gabriel Batista

Gabriela Lira

Kathleen Oliveira

Luísa Rocha Vasconcelos

Stéphanie Paes

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, v. 1 - 1992 - Belo Horizonte, MG,
Faculdade de Letras da UFMG

Histórico:

1992 ano 1, n.1 (jul/dez)

1993 ano 2, n.2 (jan/jun)

1994 Publicação interrompida

1995 ano 4, n.3 (jan/jun); ano 4, n.3, v.2 (jul/dez)

1996 ano 5, n.4, v.1 (jan/jun); ano 5, n.4, v.2; ano 5, n. esp.

1997 ano 6, n.5, v.1 (jan/jun)

Nova Numeração:

1997 v.6, n.2 (jul/dez)

1998 v.7, n.1 (jan/jun)

1998 v.7, n.2 (jul/dez)

1. Linguagem - Periódicos I. Faculdade de Letras da UFMG, Ed.

CDD: 401.05

ISSN: Impresso: 0104-0588

On-line: 2237-2083

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

V. 31 - N. 3 - jul.-set. 2023

Indexadores

Diadorim [Brazil]

DOAJ (Directory of Open Access Journals) [Sweden]

DRJI (Directory of Research Journals Indexing) [India]

EBSCO [USA]

EuroPub [England]

JournalSeek [USA]

Latindex [Mexico]

Linguistics & Language Behavior Abstracts [USA]

MIAR (Matriu d'Informació per a l'Anàlisi de Revistes) [Spain]

MLA Bibliography [USA]

OAJI (Open Academic Journals Index) [Russian Federation]

Portal CAPES [Brazil]

REDIB (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico) [Spain]

SCOPUS [Amsterdam]

Sindex (Scientific Indexing Services) [USA]

Web of Science [USA]

WorldCat / OCLC (Online Computer Library Center) [USA]

ZDB (Elektronische Zeitschriftenbibliothek) [Germany]



REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Editores-chefes

Janayna Maria da Rocha Carvalho (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)

Editoras-associadas

Ana Regina Vaz Calindro (UFRJ)

Maria Mendes Cantoni (UFMG)

Conselho Editorial

Alejandra Vitale (UBA, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina)

Didier Demolin (Université de la Sorbonne Nouvelle Paris 3, Paris, França)

Ieda Maria Alves (USP, São Paulo/SP, Brasil)

Jairo Nunes (USP, São Paulo/SP, Brasil)

Scott Schwenter (OSU, Columbus, Ohio, Estados Unidos)

Shlomo Izre'el (TAU, Tel Aviv, Israel)

Stefan Gries (UCSB, Santa Barbara/CA, Estados Unidos)

Teresa Lino (NOVA, Lisboa, Portugal)

Tjerk Hagemeijer (ULisboa, Lisboa, Portugal)

Comissão Científica

Aderlande Pereira Ferraz (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Alessandro Panunzi (Unifi, Florença, Itália)
Alina M. S. M. Villalva (ULisboa, Lisboa, Portugal)
Aline Alves Ferreira (UCSB, Santa Barbara/CA, Estados Unidos)
Ana Lúcia de Paula Müller (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Ana Maria Carvalho (UA, Tucson/AZ, Estados Unidos)
Ana Paula Scher (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Anabela Rato (U of T, Toronto/ON, Canadá)
Aparecida de Araújo Oliveira (UFV, Viçosa/MG, Brasil)
Aquiles Tescari Neto (UNICAMP, Campinas/SP, Brasil)
Augusto Soares da Silva (UCP, Braga, Portugal)
Beth Brait (PUC-SP/USP, São Paulo/SP, Brasil)
Bruno Neves Rati de Melo Rocha (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Carmen Lucia Barreto Matzenauer (UCPEL, Pelotas/RS, Brasil)
Celso Ferrarezi (UNIFAL, Alfenas/MG, Brasil)
César Nardelli Cambraia (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Cristina Name (UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil)
Charlotte C. Galves (UNICAMP, Campinas/SP, Brasil)
Deise Prina Dutra (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Diana Luz Pessoa de Barros (USP/UPM, São Paulo/SP, Brasil)
Edwiges Morato (UNICAMP, Campinas/SP, Brasil)
Emília Mendes Lopes (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Esmeralda V. Negrão (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Flávia Azeredo Cerqueira (JHU, Baltimore/MD, Estados Unidos)
Gabriel de Avila Othero (UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil)
Gerardo Augusto Lorenzino (TU, Filadélfia/PA, Estados Unidos)
Glauca Muniz Proença de Lara (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Hanna Batoréo (UAb, Lisboa, Portugal)
Heliana Ribeiro de Mello (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Heronides Moura (UFSC, Florianópolis/SC, Brasil)
Hilario Bohn (UCPEL, Pelotas/RS, Brasil)
Hugo Mari (PUC-Minas, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Ida Lucia Machado (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Ieda Maria Alves (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Ivã Carlos Lopes (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Jairo Nunes (USP, São Paulo/SP, Brasil)

Jairo Venício Carvalhais Oliveira (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Jean Cristtus Portela (UNESP-Araraquara, Araraquara/SP, Brasil)
João Antônio de Moraes (UFRJ, Rio de Janeiro/ RJ, Brasil)
João Miguel Marques da Costa (Universidade Nova da Lisboa, Lisboa, Portugal)
João Queiroz (UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil)
José Magalhaes (UFU, Uberlândia/MG, Brasil)
João Saramago (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)
José Borges Neto (UFPR, Curitiba/PR, Brasil)
Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP, Campinas/SP, Brasil)
Laura Alvarez Lopez (Universidade de Estocolmo, Stockholm, Suécia)
Leo Wetzels (Free Univ. of Amsterdam, Amsterdã, Holanda)
Laurent Filliettaz (Université de Genève, Genebra, Suíça)
Leonel Figueiredo de Alencar (UFC, Fortaleza/CE, Brasil)
Livia Oushiro (UNICAMP, Campinas/SP, Brasil)
Lodenir Becker Karnopp (UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil)
Lorenzo Teixeira Vitral (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Luiz Amaral (UMass Amherst, Amherst/MA, Estados Unidos)
Luiz Carlos Cagliari (UNESP, São Paulo/SP, Brasil)
Marcelo Barra Ferreira (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Marcia Cançado (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Márcio Leitão (UFPB, João Pessoa/PB, Brasil)
Marcus Maia (UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil)
Maria Bernadete Marques Abaurre (UNICAMP, Campinas/SP, Brasil)
Maria Cecília Camargo Magalhães (PUC-SP, São Paulo/SP, Brasil)
Maria Cecília Magalhães Mollica (UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil)
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR, Curitiba/PR, Brasil)
Maria Luíza Braga (PUC/RJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil)
Maria Marta P. Scherre (UNB, Brasília/DF, Brasil)
Micheline Mattedi Tomazi (UFES, Vitória/ES, Brasil)
Miguel Oliveira, Jr. (UFAL, Maceió, Alagoas, Brasil)
Monica Santos de Souza Melo (UFV, Viçosa/MG, Brasil)
Patricia Matos Amaral (UI, Bloomington/IN, Estados Unidos)
Paulo Roberto Gonçalves Segundo (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Philippe Martin (Université Paris 7, Paris, França)
Rafael Nonato (Museu Nacional-UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil)
Raquel Meister Ko. Freitag (UFS, Aracaju/SE, Brasil)
Renato Miguel Basso (UFSCar, São Carlos, SP, Brasil).

Roberto de Almeida (Concordia University, Montreal/QC, Canadá)
Ronice Müller de Quadros (UFSC, Florianópolis/SC, Brasil)
Ronald Beline (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Rove Chishman (UNISINOS, São Leopoldo/RS, Brasil)
Sanderléia Longhin-Thomazi (UNESP, São Paulo/SP, Brasil)
Sergio de Moura Menuzzi (UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil)
Seung- Hwa Lee (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Sírrio Possenti (UNICAMP, Campinas/SP, Brasil)
Suzi Lima (U of T / UFRJ, Toronto/ON - Rio de Janeiro/RJ, Brasil)
Thais Cristofaro Alves da Silva (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Tommaso Raso (UFMG, Belo Horizonte/MG-Brasil)
Tony Berber Sardinha (PUC-SP, São Paulo/SP, Brasil)
Ubiratã Kickhöfel Alves (UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil)
Vander Viana (University of Stirling, Stirling/Sld, Reino Unido)
Vanise Gomes de Medeiros (UFF, Niterói/RJ, Brasil)
Vera Lucia Lopes Cristovao (UEL, Londrina/PR, Brasil)
Vera Menezes (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Vilson José Leffa (UCPel, Pelotas/RS, Brasil)

Sumário / Contents

Remarks on the Origin of the Classical Arabic Future Mark *sawfa/sa-* from Related Semitic Roots. A Linguistic Innovation?

Comentários sobre a origem da partícula proclítica sawfa/sa da língua árabe clássica, a partir das partículas semíticas relacionadas às raízes semíticas. Uma inovação linguística?

Giuseppe Petrantoni 991

A disfluência como medida de carga cognitiva na interpretação consecutiva chinês-português: um estudo de caso

Disfluency as a Measure of Cognitive Load in Chinese-Portuguese Consecutive Interpreting: A Case Study

Yunxiao Jiang

Yuqi Sun 1016

O discurso da disciplina, da biopolítica e a normalização dos corpos em *Tanta gente*, de Eneida de Moraes

The Discourse of Discipline, Biopolitics and the Standardization of Bodies in Tanta gente, by Eneida de Moraes

Renata Guimarães Cabral Lima

Oriana de Nadai Fulaneti 1050

An Analysis of Specialized Sports-Related Anglicisms: Their Use in the European Spanish Press Nowadays

Uma análise de anglicismos especializados relacionados ao esporte: seu uso na imprensa espanhola europeia na atualidade

Carmen Luján-García

Eugenia Esperanza Núñez Nogueroles 1071

Dimensions of Metaphor Meaning

Dimensões do significado da metáfora

Josie Helen Siman

Thiago Oliveira da Motta Sampaio 1116

Exploring 2020 #ENDSARS Protests' Components in Nigeria within the Schematics of Social Semiotics <i>Explorando os componentes dos protestos #ENDSARS de 2020 na Nigéria dentro dos esquemas da semiótica social</i> Taofeek O. Dalamu	
Ke Yang	1136
Agentes que celebram e registram casamentos oficiais e expedem certidões de casamento no Brasil e na França: um estudo comparativo-terminológico <i>Agents Celebrating and Registering Official Marriages and Issuing Marriage Certificates in Brazil and France: A Comparative-Terminological Study</i> Beatriz Curti-Contessoto	1184
Se pá o 'se pá' ainda é condicional <i>Maybe 'se pá' Is Still Conditional</i> Isaac Souza de Miranda Junior	
Renato Miguel Basso	1211
As metáforas na construção dos sentidos: uma análise da fala de Weintraub na reunião ministerial do governo Bolsonaro (em 22/04/2020) <i>Metaphors in the Construction of Meanings: An Analysis of Weintraub's Speech at the Bolsonaro Government Ministerial Meeting (04/22/2020)</i> José Elderson de Souza-Santos	1234
The Topos of "Precaution" in the German Discourse on Assistance to Ukraine: Iconic Reproduction through Linguistics and Pragmatics <i>O topos da "precaução" no discurso alemão sobre a assistência à Ucrânia: reprodução icônica por meio da linguística e da pragmática</i> Nataliia Kravchenko Oleksandr Yudenko Olena Zhykharieva	
Iryna Kryknitska	1272

Construções concessivas escalares: uma abordagem discursivo-funcional <i>Scalar Concessive Constructions: A Functional-Discourse Grammar Approach</i> Michel Gustavo Fontes	1303
Ciência do Léxico e Ciências do Léxico: uma proposta de sistematização dos estudos do léxico <i>Lexicon Science and Lexicon Sciences: A Proposal for Systematizing Lexical Studies</i> Fernando Moreno da Silva	1344
A descrição dos valores aspectuais do passado composto em materiais didáticos para ensino de espanhol como língua estrangeira <i>The Description of Aspectual Values of Present Perfect in Didactic Materials for Teaching Spanish as a Foreign Language</i> Jean Carlos da Silva Gomes Maria Mercedes Riveiro Quintans Sebold	1373
Identificando citações em 1 Coríntios 11:3-16: uma análise da orientação argumentativa e do ponto de vista <i>Identifying Quotations in 1 Corinthians 11:3-16: An Analysis of Argumentative Orientation and Point of View</i> Alessandra Castilho da Costa	1404
Morphological Processing in Developing Readers: A Systematic Review <i>Processamento morfológico em leitores em desenvolvimento: uma revisão sistemática</i> Humberto dos Reis Pereira Francis Ricardo dos Reis Justi	1447
O reparo visual em um curso de contação de histórias em Português como Língua Adicional <i>Visual Repair in a Storytelling Course of Portuguese as an Additional Language</i> Chen Yihui Ricardo Moutinho	1485

O percurso Kant-Blumenbach/Hamann-Humboldt e a filosofia da linguagem:
som articulado, teleologia e metáforas do organismo

*The Trajectory Kant-Blumenbach/Hamann-Humboldt and the Philosophy
of Language. The Articulated Sound, Teleology and the Metaphor of the
Organism*

Taciane Domingues..... 1530

Espraçamento da *estase* argumentativa em interações polêmicas do Twitter

Spreading of Argumentative Stasis in Controversial Twitter Interactions

Lara Beatriz de Souza Teixeira

Rubens Damasceno-Morais 1557

¿Qué, dónde, cómo, cuándo, por qué? La construcción de la coherencia causal
en relatos infantiles de experiencia personal

*What, Where, How, When, Why? The Construction of Causal Coherence in
Children's Narratives of Personal Experience*

Ailín Paula Franco Accinelli

Alejandra Stein

Celia Renata Rosemberg 1590

Systematic Review of Studies on Rhetorical Structure Theory (RST)

Revisão sistemática de estudos sobre Rhetorical Structure Theory (RST)

Jackson Wilke da Cruz Souza

Paula Christina Figueira Cardoso

Roana Rodrigues 1643



Remarks on the Origin of the Classical Arabic Future Mark *sawfa/sa-* from Related Semitic Roots. A Linguistic Innovation?

Comentários sobre a origem da partícula proclítica sawfa/sa da língua árabe clássica, a partir das partículas semíticas relacionadas às raízes semíticas. Uma inovação linguística?

Giuseppe Petrantoni

University of Enna 'Kore' (UKE), Enna / Italy

giuseppe.petrantoni@unikore.it

<https://orcid.org/0000-0002-8870-5181>

Abstract: This survey is an attempt to reconsider the origin of the Classical Arabic invariable proclitic particles *sawfa* and *sa-* marking the future tense with the imperfect form *yaf'alu*. Classical Arabic is the only Semitic language using two particles to indicate the future, with the exception of the Modern Arabic dialects and the Modern Neo-Aramaic varieties. Due to the historical linguistic contacts with other Semitic languages like Aramaic, Classical Arabic developed a new particle to express the future tense, as a linguistic innovation. The paper demonstrates that *sa-* is not a reduced form of *sawfa*, but a native Arabic abbreviated form to stress the future; by contrast, *sawfa* is a loan that entered Arabic and was juxtaposed with *sa-* as a borrowed particle.

Keywords: arabic; semitic; future tense; proclitic particle.

Resumo: Este artigo é uma tentativa de reexaminar a origem das partículas proclíticas invariável *sawfa* e *sa-* usadas na língua árabe clássica com a forma verbal do imperfeito *yaf'alu* para indicar o futuro. O árabe clássico é a única língua semítica que usa duas partículas para indicar o futuro, com exceção dos dialetos árabes modernos e das línguas neoaramaicas. Graças aos contatos linguísticos e históricos com outras línguas semíticas, como o aramaico, o árabe clássico desenvolveu uma nova partícula para expressar o futuro, como uma inovação linguística. Este artigo demonstra que *sa-* não é uma forma reduzida da *sawfa*, mas uma forma abreviada e originária da língua árabe clássica empregada para enfatizar o futuro. Por outro lado, *sawfa* é um empréstimo introduzido em árabe como uma partícula que foi juxtaposta a *sa-*.

Palavras-chave: árabe; semítico; futuro; partícula proclítica.

Recebido em 28 de julho de 2022.

Aceito em 12 de janeiro de 2023.

1 Introduction¹

The Future tense in Classical Arabic is expressed by the invariable proclitic particles *sawfa* or *sa-*, with the imperfect indicative verb *yaf'alu* (lit. “he does”).

The use of *sawfa* or *sa-* is recognized as a supplemental form of *yaf'alu*, as without these particles it can express the future, like the parallel West Semitic prefixed verbal forms.

Arabic grammarians debated whether there is a difference in meaning between the two forms. M. Cohen observes that *sa-* expresses a near future and *sawfa* a common future².

As a rule, the form *sawfa/sa-* + *yaf'alu* indicates the future tense and more precisely, in the words of M.S. Howell, the two particles are “called *p.* of *amplification*; but *p.* of *futurity* is better [...]. The meaning of *amplification* is *widening*; for this *p.* transports the *v.* form from the narrow time, vid. the present, to the wide time, vid. the future” (Howell, 1880, p. 610, § 578).

The particle *sawfa* seems to indicate *one day* or *later once*, as H. Reckendorf³ points out.

¹ For the transcription of the varieties of epigraphic Aramaic, Phoenician-Punic and Biblical Hebrew we use the transliteration adopted by *SBL Handbook*, p. 26. For the transcription of Biblical Aramaic we follow Rosenthal (2006, p. 11 for the consonants, and 14-6 for the vowels). Syriac Aramaic is transcribed by the ancient and classical variety of 'Estrangēlā script following *SBL Handbook*, p. 26 for the consonants, whereas the vowels are not written, but they are marked in the transcription using the East Syriac vocalic system. The transcription of Syriac Aramaic vowels and fricative consonants follows that of Muraoka (2005, p. 4-7). The Romanization of Arabic is based on The Hans Wehr transliteration system (Wehr, 1976, p. VIII-XV).

² Cohen, 1924, p. 249: “*sa-* exprimerait, suivant certains, un future prochain, *sawfa* un future ordinaire”.

³ Reckendorf, 1921, p. 13, § 8: “das aber immer die stärkere Bedeutung “dereinst”, “später einmal”, “zu haben scheint”.

So the questions are why Classical Arabic needed these particles to mark a future tense or aspect, assuming that other cognate Semitic languages express it by the simple prefixed verbal form, and how *sawfa/sa-* was generated.

2 The Future in Semitic

As is well known, the Common Semitic verbal system consists of two forms inflected for person by means of a set of prefixes and suffixes; the semantic distinction between these forms revolves around the question of whether the verbal system in Semitic languages is tense-oriented or aspect-oriented. Unlike the Arab grammarians, who did not show interest in drawing a comparison between Arabic grammar and other Semitic sister languages, for Western scholars it is difficult to identify a partial correspondence between the tenses in Semitic and in Indo-European languages, as Cohen points out⁴.

The explanation of the original function of the tenses in Semitic presents complicated and disputed problems. According to the traditional approach, West-Semitic languages, and of course Arabic, exhibit two forms or conjugations, *yaqtulu* (lit. “he kills”) and *qatala* (lit. “he killed”), called tenses, but this nomenclature is inappropriate and it would be more appropriate to refer to aspects (Moscatti, 1980, p. 131). In fact, it seems that in the Semitic languages the tenses do not express the degree of the tenses (past, present, future), but the aspect of the action⁵.

Brockelmann is of the opinion that Proto-Semitic had only one verbal form, *yaqtul*, indifferent of time distinctions. Later a new form, the suffixed *qatal-*, emerged from the nominal clause indicating the present in East-Semitic and the perfect in West-Semitic⁶.

The reconstructed Proto-Semitic verbal system provides three finite and non-finite verb forms. Among the finite forms, the simplest is the imperative with base $C_1VC_2V_1C_3$; the other two are the short prefix

⁴ Cohen, 1924, p. 14: “un Européen qui apprend une langue sémitique s’aperçoit très vite de la difficulté qu’on éprouve à faire correspondre ce qu’on appelle les “temps” sémitiques avec les “temps” de nos grammaires”.

⁵ Haelewyck, 2016, p. 126: “...il semble que dans les langues sémitiques les “temps” n’exprimaient pas – du moins pas en premier lieu – les degrés relatifs du temps (passé, présent, future), mais l’aspect de l’action”.

⁶ *Grundriss*, II, p. 145-146.

conjugation, $C_1C_2V_1C_3$, unmarked for tense, aspect and mood, and the long prefix conjugation, $C_1aC_2V_2C_3$, marked for imperfectivity or non-anteriority (see Huehnergard, 2019, p. 62), whereas among the non-finite forms there is the verbal adjective denoting the result of the verbal action and having the base $*CaCVC$ (see Huehnergard, 2019, p. 63). This pattern takes on the enclitic subject pronouns creating a perfective verb for stative roots. Akkadian shows this original pattern, *paras, paris, parus* (3rd person), used with substantives, adjectives and verbs: *zika* (noun) “man”, *zika* (stative, permansive, 3rd person singular) “he is a man”, *zika-āku* “I am man” (with the 1st personal pronoun *anāku* “I”)⁷. Furthermore, the reconstructed Semitic original verbal system is based on three main patterns (Haelewyck, 2016, p. 130-131):

- (1) a. **yáqtul*, a short form expressing a punctual event (perfective);
- b. **yaqtulu*, expressing an incomplete situation (imperfective);
- c. **qatVl*, a suffixed form, with enclitic personal pronouns, indicating a state, stative or permansive.

In Semitic the ‘idea’ of the future is expressed by the prefixed form $y-C_1-C_2-V-C_3$; so, by the present or imperfect pattern. In Akkadian the present expresses the durative corresponding to both present and future: *išappar* “he is sending”, or “he will send”, depending on the situation (Ungnad, 1992, p. 63, § 55a). In other Semitic languages the prefixed-imperfect form also expresses the future.

Old Aramaic (Sefire Inscription⁸ III, 20; Gibson, 1975, p. 49)

(2)	<i>hn</i>	<i>hšb</i>	<i>zy</i>	<i>l-y</i>	<i>'hšb</i>	[<i>zy</i>]	<i>l-h</i>]
	if	he returned	which (is)	to me	1SG-return-IPFV	which (is)	to him
‘If he has returned mine, I shall return [his]’							

⁷ This ‘stative’ conjugation has long been identified in Akkadian, Egyptian and Berber, e.g. Akkadian 1st pers. *pars-a:ku*, 2nd m. *pars-a:ta*, 2nd f. *pars-a:ti* = Egyptian 1st *šdm-kw*, 2nd *šdm-tj* = Berber 1st *mättit-āš*, 2nd *mättit-ət* and so forth (Gragg, 2019, p. 33-34).

⁸ It is a stele carved in the shape of a truncated pyramid and belonging to the mid 8 century B.C. The steles of Sefire constitute the fundamental *corpus* of Old Aramaic.

Phoenician (Krahmalkov, 2001, p. 184)

(3)	' <i>dm...</i>	'š	<i>ymḥ</i>	<i>šm</i>	' <i>zwd</i>	<i>b-š'r</i>	<i>z...</i>
	person	who	3M.SG- erase- IPFV	name	Aztwadda	from-gate	this
'A person who shall erase the name of Aztwadda from this gate'							

<i>w-ys'</i>	<i>h-š'r</i>	<i>z...</i>	<i>w-yp'l</i>	<i>l-š'r</i>	<i>z</i>
and-3M.SG-tear out- IPFV	the gate	this	and-3M.SG- make-IPFV	for-gate	this
and shall tear out this gate and shall make for it another gate'					

Punic (Krahmalkov, 2001, p. 184)

(4)	<i>Neste</i>	<i>ien.</i>	<i>Neste</i>	<i>dum</i>	<i>et.</i>	<i>Al.</i>	<i>Anec</i>	<i>este</i>	<i>mem!</i>
	1PL- drink- IPFV	wine	1PL- drink- IPFV	blood	together with	not	I	1SG- drink- IPFV	water
'We shall drink wine. We shall drink the blood of the wine. No! I shall drink water!'									

In Biblical Hebrew the prefix conjugation represents the future as a logical consequence of some expressed or unexpressed situation:

(Ps 15:5)

(5)	' <i>ōšēh</i>	' <i>ēleh</i>	<i>lō</i>	<i>yîmôṭ</i>	<i>lə- 'ōlām</i>
	he is doing- PTCP	these	not	3M.SG-shake- IPFV ⁹	for-ever
'He who does these things will never be shaken'					

In the Biblical Aramaic of Daniel the prefix conjugation expresses the simple future in at least 47 instances. According to Li, a simple future refers to the “predict actions or event after the moment of speech without any other explicit modal implications” (2009, p. 100):

(Dan 2:39)

(6)	<i>dī</i>	<i>tišlaṭ</i>	<i>bə-qāl</i>	' <i>ar'ā'</i>
	which	3F.SG-rule-IPFV	in-over	earth
'Which will rule over the whole earth'				

⁹ It is the *nip'al* (passive) form of the root *mwṭ*.

In Syriac Aramaic the imperfective form is rarely employed in independent clauses to indicate a future action or state. The prefix conjugation is frequently used in dependent clauses complementing another verb (Muraoka, 2005, p. 65):

(Matt. 1: 21)¹⁰

(7)	<i>geyr</i>	<i>naḥeyuhi</i>	<i>l-</i>	<i>'am-hu</i>	<i>men</i>	<i>ḥṭāhay-hon</i>
	for	3M.SG-save-IPFV	ACC	people-his	from	sins-their
'For he will save his people from their sins'						

By contrast Modern Arabic dialects, Modern Hebrew, Modern South Arabian and North-Eastern Neo-Aramaic have developed future tense markers via an auxiliary verb or grammaticalized auxiliary particle.

A future tense marker is formed by the verb *to go*, like in English *I am going*; in particular in Modern Hebrew the use of *to go* is “almost certainly a calque of English. In this case the form is grammaticalized, as it loses its basic meaning of motion, but it retains its form and inflection” (Rubin, 2005, p. 35.)¹¹:

¹⁰ The Greek *versio* of this passage also employs a future: αὐτὸς γὰρ σώσει τὸν λαὸν αὐτοῦ ἀπὸ τῶν ἁμαρτιῶν αὐτῶν. Probably the use of the future form in Biblical Greek is due to a Semitic influence; some passages of the New Testament reflect a *servile* translation of a Hebrew imperfect verbal form expressing the idea of a future, but it is *timeless*, i.e. it expresses a non-complete action and may refer to the present, the past and also the future. So we find: Καὶ ὅταν δώσουσιν τὰ ζῶα δόξαν translated in the English Standard Version (ESV) as “And whenever the living creatures **give** glory” (Rev. 4: 9); also: πεσοῦνται οἱ εἴκοσι τέσσαρες πρεσβύτεροι ἐνώπιον τοῦ καθημένου ἐπὶ τοῦ θρόνου, καὶ προσκυνήσουσιν τῷ ζῶντι εἰς τοὺς αἰῶνας τῶν αἰώνων, καὶ βαλοῦσιν τοὺς στεφάνους αὐτῶν ἐνώπιον τοῦ θρόνου, λέγοντες “the twenty-four elders **fall down** before him who is seated on the throne and **worship** him who lives forever and ever. They **cast** their crowns before the throne, saying...” (Rev. 4: 10). In these passages the Greek future verbal forms may refer to perfect or imperfect actions.

¹¹ It is worth bearing in mind that in English *going to* has two functions to mark the future tense: its lexical one and its grammaticalized one. The grammaticalized form of *go* has lost its lexical use as a verb of motion, as in *I am going to sit here all day*, that is different from *I am going to the store* (Rubin, 2005, p. 4).

Modern Hebrew (Rubin, 2005, p. 35)

(8)	<i>'ani</i>	<i>holex</i>	<i>la-xanut</i>
	I	am going-PTCP	to-store
	'I am going to the store'		

Some Modern Arabic dialects, for example Lebanese, Syrian, Egyptian, Iraqi, uses the grammaticalized active participle *rā'ih*, from the verb *rāḥ* “to go, to leave”; whereas other dialects employ the participle form *gādi* and the short form *gā* (from Classical Arabic *gādā* “to go away”) or *māšī* (from the verb *mašā* “to go”) as in Moroccan and Tunisian Arabic.

Egyptian Arabic (Rubin, 2005, p. 35)

(9)	<i>huwwa</i>	<i>ḥa-yiktib</i>	<i>il-gawāb</i>
	He	FUT-3M.SG-write-IPFV	the letter
	'He's going to write the letter'		

Moroccan Arabic (Rubin, 2005, p. 35)

(10)	<i>aš</i>	<i>gādi</i>	<i>nelbes ?</i>
	What	am going-PTCP	1SG- wear-IPFV
	'What am I going to wear?'		

Tunisian Arabic (Rubin, 2005, p. 36)

(11)	<i>māšī</i>	<i>imūt</i>	<i>bə-žžū'</i>
	going-PTCP	3M.SG-die-IPFV	with-hunger
	'He's gonna die of hunger'		

Another tense marker used is the verb referring to *to want*, like the English *will*; the particles *bā-* and *b(i)-* are attested, whose derive from the imperfect Classical Arabic *bagā* “to want”, introducing an imminent future. These particles are used, for instance, by Kuwaiti Arabic or Northern Yemeni Arabic¹².

Kuwaiti Arabic (Durand, 2018, p. 377)

¹² For detailed examples of the usage of these two tense markers, see Rubin, 2005, p. 34-38.

¹³ Durand's original translation in French is “il va y aller”. For the English translation of the Quran, we will follow the Salih International Translation.

(12)	<i>b-īrūḥ</i>
	FUT-3M.SG-go-IPFV
	‘He will go’ ¹³

Northern Yemeni Arabic (Rubin, 2005, p. 36)

(13)	<i>bā-yahabūlla-nā</i>
	FUT-3M.PL-give-IPFV-us
	‘They will give us’

3 The Future in Arabic

According to Arabic grammarians the verb expresses events and time. In the Arabic grammar tradition the concept of past and future seems to be solid, but the present is considered harder to define. As far as Ibn Ya‘īš is concerned, the present is an interval dividing the past from the future; the past precedes the time of the utterance, the future happens later than it and the present coincides with it (Šarḥ al-Mufaṣṣal, 4, 207). This bipartite past-future system is also found in al-’Astarābādī (Šarḥ al-Kāfiya, 4, 12) and al-Zajjājī (’Īdāḥ, 1959, 86-87 ff)¹⁴.

According to Sībawayhi, there are three verbal forms: *fa‘ala* indicating the past, *if‘al* and *yaf‘alu* expressing the future, but also the present¹⁵. However, in his work, Sībawayhi later reports that in Arabic we find two times: the past, *fa‘ala*, and the future, *sa-yaf‘alu*¹⁶. The term *al-muḍāri‘* is first introduced in Chapter two of Sībawayhi’s *Kitāb: yaf‘al-V*; this pattern exhibits a final vowel like nouns, and in fact *al-muḍāri‘* means “the resembling”, i.e. the resemblance of *yaf‘alu* to the agent noun, and thus it assumes the final word declension (Marmorstein, 2016, p. 27-33).

Apart from the form *if‘al* denoting the imperative, Classical Arabic admits, as in Semitic, two patterns:

- (14) a. *fa‘ala* → past “he did”
 b. *yaf‘alu* → future/present “he will do/does”

¹⁴ He maintains that the present is the first part of the future and the future is the first part of times.

¹⁵ *Kitāb*, 1, 1.

¹⁶ *Kitāb*, 10.

The latter form is, to be exact, ambiguous: in fact while *fa'ala* is generally described as a complete or past form, it is difficult to identify or to define the real nature of *yaf'alu*. The ongoing dispute over the semantic opposition of the two primitive basic patterns continues to intrigue modern scholars (Larcher, 2012, p. 133-136).

It should be noted that the Classical Arabic verbal system can be further augmented by 'modifiers' so that the two simple finite verbal forms *fa'ala* and *yaf'alu* take the modifiers *qad*, *la-* and *sawfa/sa-* having an affirmative function and expressing "a degree of certainty or commitment with regard to the validity of the contents expressed by the verb" (Marmorstein, 2016, p. 65).

A large number of medieval Arab grammarians believes that *sawfa* and *sa-* show a semantic equality, namely *sawfa* expresses a remote future and *sa-* a near future.)¹⁷

The only one, among the Arab grammarians, who rejected this semantic distinction between *sawfa* and *sa-*, is Ibn Mālik; he argued in his *Šarḥ al-Tashīl* that

Tout cela est alors incontestable quant à la convergence de *sa-yaf'alu* et de *sawfa yaf'alu* "il fera" dans le fait d'indiquer de manière globale le future sans difference dans la proximité ou l'éloignement si ce n'est que *sa-yaf'alu* "il fera" est plus léger et que son utilisation est alors plus grande. (Sartori, 2017, p. 250)

As is well known, the modifier *sawfa/sa-* is compatible only with the form *yaf'alu* occurring in independent clauses (13), substantival clauses linked by *'anna* (15) and raising constructions (16), as Marmorstein quotes¹⁸:

¹⁷ Sartori, 2017, p. 245: "s'il est vrai que certains, explicitement ou implicitement par leurs exemples, posent une égalité sémantique entre *sa-* et *sawfa*, ils le font toutefois sans rejeter de manière explicite la possibilité que *sawfa* signifie effectivement "plus" que *sa-* dans le sens lointain > proche". See this article for detailed instances of the medieval Arab grammarians' points of view about *sawfa* and *sa-* in Classical Arabic.

¹⁸ Marmorstein, 2016, 9.17; 7.5; 8.73.

(Ta 'rīx, 1, 186)

(15)	<i>fa-yasharūna</i>	<i>min-hu</i>	<i>wa-yaqūlūna</i>	<i>ta 'malu</i>	<i>saḥnatan</i>	<i>fī-l-barri</i>	<i>fa-kayfa</i>
	and-3M. PL-make fun-IPFV	of-him	and-3M.PL- say-IPFV	2M.SG- work	an ark	in-the- land	and-how
'They made fun of him and said: 'You are building an ark on land, how could							

<i>tağrī</i>	<i>fa-yaqūlu</i>	<i>sawfa ta 'lamūna</i>
3F.SG-run-IPFV	and-3M.SG-say-IPFV	FUT-3M.PL-know-IPFV
it float?!' So he said: 'You will know'.		

In this passage from al-Ṭabarī there is a clear opposition between a concurrent event and a posterior one.

(Kalīla wa-Dimna, 95)

(16)	<i>wa- 'anna</i>	<i>l- 'asada</i>	<i>sa- yaḥḍaru</i>	<i>l-ṭawra</i>	<i>wa- yatahayya 'u</i>	<i>la-hu</i>
	and-what	the-lion	FUT-3M. SG-be wary-IPFV	the-ox	and-3M.SG-get prepared-IPFV	for-him
'and what the lion will be wary of the ox, and will get prepared for him'						

(Sīra, 1, 254)

(17)	<i>fa- 'in-nī</i>	<i>'arā-hu</i>	<i>sa- yağhadu</i>	<i>'an yuṣība-hu</i>	<i>mā 'aṣāba-nī</i>
	and-that- I	1SG-see- IPFV-it	FUT-3M.SG- strive-IPFV	that 3M.SG- happen-IPFV. SBJV- to him	what 3M.SG- happen-PRF- to me
'I see it (as if) he will strive so that what happened to me will happen to him'					

According to these examples, *sawfa/sa- + yaf'alu* expresses a posterior event especially with a stative verb. Marmorstein (2016, p. 86) states that "the modifier *sawfa/sa-* may be said to serve as a heavier means by which the meaning of posteriority is expressed".

In addition to the usage of this modifier, an asseverative *la-* may be prefixed to *sawfa* (18) or a verb void of government may separate *sawfa* from its verb (17):

(Quran, 93: 5)

(18)	<i>wa-la-sawfa</i>	<i>yu 'ī-ka</i>	<i>rabbu-ka</i>	<i>fa-tarḏā</i>
	and-EMPH-FUT	3M.SG-give-IPFV-you	Lord-your	and-2M.SG-satisfy-IPFV
	'And your Lord is going to give you, and you will be satisfied' ¹⁹			

(Wright II, 19B)

(19)	<i>wa-mā 'adrī</i>	<i>wa-sawfa 'iḥālu</i>	<i>'adrī</i>	<i>'a-qawmun</i>	<i>'ālu Ḥiṣnin</i>	<i>'am nisā 'u</i>
	and-not I know	and-FUT-1M.SG-think-IPFV	1M.SG-know-IPFV	if-people	tribe (of) Ḥiṣnin	or women
	'and I do not know, but I shall (I think) know, whether the family of Ḥiṣn are a band of men or women'					

The particle *sawfa/sa- + yaf'alu* could also express what is the final result of an event or what is the final conclusion after considering the relevant facts, as for instance:

(Wright II, 19A)

(20)	<i>sa-nubayyinu-hu</i>	<i>fī mawḏi 'i-hi</i>
	FUT-1PL-explain-IPFV-it	in place-its
	'we will explain it in its (proper) place'	

(Quran, 12: 98)

(21)	<i>sawfa 'astagfiru</i>	<i>la-kum</i>	<i>rabb-ī</i>
	FUT-1SG-ask forgiveness-IPFV	for-2M.PL-you	Lord-my
	'I will ask forgiveness for you from my Lord' ²⁰		

¹⁹ For the English translation of the Quran, we will follow the Salih International Translation.

²⁰ Brockelmann translates this passage “ich werde meinen Herren für euch um Verzeihung bitten” (Grundriss, II, p. 156).

(Wright II, 19A)

(22)	<i>wa-man yaf'alu</i>	<i>dālika</i>	<i>'udwānān</i>	<i>wa- zulmān</i>	<i>fa-sawfa nuṣlī-hi</i>	<i>nārān</i>
	and-who does	this	maliciously	and- wrongfully	so-FUT- 1PL-burn- IPFV-him	with fire
'and whoever does this maliciously and wrongfully, we will burn him with hell-fire'						

So, in the examples (20), (21) and (22), *sawfa/sa-* has the meaning of “in the end” marking the futurity of the act, distinct from the simple form *yaf'alu*, and indicating that “in the end I will do this”, “finally, after a period of time, I will do this”.

Classical Arabic also expresses the future by means of a compound verb consisting of the auxiliary verb *kāna* “he was”, in the imperfective-prefixed form *yakūnu* “he will be/he is”, and the modified form *qad fa'ala* (i.e. the suffixed verbal form denoting a perfect tense preceded by the particle *qad* “now, already, really”) or the active participle *fā'ilan*.

It should be noted that *yakūnu* is not attested with the simple forms *fa'ala* and *yaf'alu*, as Marmorstein points out (2016, p. 69)²¹.

(Wright II, 22A)

(23)	<i>wa-'akūnu</i>	<i>qad 'istazhartu</i>	<i>li-nafs-ī</i>	<i>fi 'irāḥati</i>	<i>badan-ī</i>
	and-1SG-be- IPFV	now 1SG- seek aid-PRF	for-soul-my	in rest	(of) body-my
'I shall have provided help for myself (so as) to spare my own body'					

²¹ Differently, the verb *kāna*, in subjunctive or conditional form, could be found with *fa'ala* and *yaf'alu* as a *exposant modal* as Larcher states reporting the following examples (2012, p. 147): *'an yakūna qad iqtaraba 'aḡalu-hum* (that 3M.SG-be-IPFV-SBJV already 3M.SG-approach-PRF end-their) “qu’il se peut que leur terme se soit rapproché?”; *ḥattā takūnū 'antum taḡda'ūna* (so that 2M.PL-be-IPFV-SBJV you 2M.PL-mutilate-IPFV) “[jasqu’à ce] que ce soit vous qui les mutiliez”.

(Quran, 7: 185)

(24)	<i>wa- 'an</i>	<i>'asā 'an</i>	<i>yakūna</i>	<i>qad iqtaraba</i>	<i>'aḡalu-hum</i>
	and-that	perhaps that	3M.SG-be-IPFV.SBJV	verily 3M.SG-come near-PRF	term-their
	'and that perhaps their appointed time has come near?'				

(Howell: 181, §450)

(25)	<i>'anta</i>	<i>takūnu</i>	<i>māḡidun</i>	<i>nabīlu</i>	<i>'idā tahubbu</i>	<i>šam 'alun</i>	<i>balīlu</i>
	2M.SG-you	2M.SG-be-IPFV	M.SG.PTCP-glorious-ACC	excellent	if 3F.SG-blow-IPFV	north-wind	moist
	'Thou shalt be illustrious, excellent, whenever a moist north-wind shall blow'						

(Quran, 17: 25)

(26)	<i>'in takūnū</i>		<i>šālihīna</i>
	if 2M.PL-be-IPFV		M.PL.PTCP-pious-ACC
	'if you should be righteous'		

Classical Arabic also employs the particle *lan*, a suppletive form of the negative *lā* that is used exclusively in the future tense. This form occurs with the subjunctive. In addition, *lan* “denotes corroboration of the negation of the future conveyed by *lā*” (Howell, 1880, p. 537, § 549).

The expression *lan yaf'ala* is not the negative twin of the verb **yaf'ala* meaning “he will do”, but according to Larcher²² (2012, p. 153) it is a modal negation meaning “I deny that he does” “” which is conform to the etymology of *lan*, i.e. a contraction for *lā 'an* “it will not be that” (Wright, I, 287C.).

²² Larcher, 2012, p. 153: “on est tenté d’y voir une negation modale de sens ‘je nie qu’il fasse’ ”.

(Quran, 9: 80)

(27)	<i>fa-lan</i>	<i>yağfira</i>	<i>Allāhu la-hum</i>
	and-NEG.FUT	3M.SG-forgive-IPFV. SBJV	Allah to-them
	'never will Allah forgive them'		

(Quran, 12: 80)

(28)	<i>fa-lan</i>	<i>'abraha</i>	<i>l-'arḍa</i>
	and-NEG.FUT	1SG-leave-IPFV.SBJV	the-land
	'So I will never leave [this] land'		

It has been noticed that it is not possible to employ two expressions of future, as shown in (29) and (30):

(29)	<i>*sawfa</i>	<i>lan</i>	<i>yaf'ala</i>
	FUT	NEG.FUT	3M.SG-do-IPFV.SBJV
	'he will not do'		

(30)	<i>*lan</i>	<i>sa-yaf'alu/a</i>	
	NEG.FUT	FUT-3M.SG-do-IPFV/SBJV	
	'he will not do'		

Differently *lā* can combine with *sawfa*, but not with the particle *sa-*; this is an alternative analytic realization of future:

(Fassi-Fehri, 1993, p. 82)

(31)	<i>sawfa</i>	<i>lā yaḥḍuru</i>
	FUT	NEG-3M.SG-come-IPFV
	'He will not come'	

(Benmamoun, 2000, p. 101)

(32)	<i>*al-ṭullābu</i>	<i>lā</i>	<i>sa-yaḍhabūna</i>
	the-students	NEG	FUT-3M.PL-go-IPFV
	'The students will not go'		

Since *lā* can only combine with *sawfa*, this seems to indicate that the particle *sa-* is not the abbreviated form of *sawfa*.

As regards the negation of the past future, Classical Arabic uses

lā before the imperfective verbal form or *mā* before the perfective verbal form (Veccia Vaglieri, 1996, I, p. 124, § 257.). Consider for instance, examples (33) and (34):

(33)	<i>lā yakūnu</i>	<i>qad fa'ala</i>
	NEG-3M.SG-be-IPFV	verily 3M.SG-do-PRF
	'he will not have done'	

(34)	<i>yakūnu qad</i>	<i>mā fa'ala</i>
	3M.SG-be-IPFV-verily	NEG-3M.SG-do-PRF
	'he will not have done'	

It is worth bearing in mind that the only way to negate future copular sentences is by using the copular verb *kāna* “he was”:

(Benmamoun, 2000, p. 98)

(35)	<i>lan</i>	<i>yakūna</i>	<i>sahlān</i>
	NEG	3M.SG-be-IPFV/SBJV	easy
	'It won't be easy'		

To recap, the behaviour of the future forms we need to capture is summarised as follows:

(36)		Affirmative form	Negative form
	Imperfective	<i>yaf'alu</i>	<i>lan yaf'ala</i>
	<i>sawfa/sa- yaf'alu</i> <i>sawfa lā yaf'alu</i>		
	Perfective	<i>yakūnu qad fa'ala</i>	<i>lā yakūnu qad fa'ala</i> <i>yakūnu qad mā fa'ala</i>

Aside from Classical Arabic, the linguistic situation is different in the Arabic dialects where the aspectual/temporal opposition, *fa'ala/yaf'alu*, is marked by means of prefixed particles of non-verbal origin. In particular, the form *yaf'alu* assumes a precise aspectual/temporal meaning. The sedentary dialect of Damascus is a case in point:

- (37) a. *b-yəktob* “he writes”
- b. *'am-yəktob* “he is writing”

- c. *rāḥ-yaktob* “he will write”
 d. *yaktob* “[that] he write”

In this dialect the future is expressed by the particle *rāḥ-*, a short form of the active participle *rā'ih* from the verb *rāḥ* “to go”. This kind of marking the future by means of a ‘constructed form’ is typical of all Arabic dialects, as stated above, as well as of other non-Semitic languages²³.

It is interesting that the negation particle of the future *lan* is disappeared in the modern Arabic dialects, so only the particle *mā* is used.

4 The Origin of *sawfa/sa-*

W. Wright (I, 361D) points out that *sawfa* is an adverb meaning “in the end”, as in Hebrew *sōf*, and *sa-* is its abbreviation, but he does not explain their etymology. A. Barthélemy (1921, p. 44-45) claims that *sa-* is fundamentally different from the adverb *sawfa* and originates from a verb of ‘intention’²⁴; So, according to him, this verb is *sa'ā, yas'ū*, related to *sa'ā, yas'ā* “to run” and *sa'ā, yas'ā* “to make an effort, to intend”²⁵.

In the medieval lexica there are signs of reduced forms resembling the variant patterns found in the modern dialectal prefixes. These common variants are *saf, saw, say, sā* (See Lane, 1863, p. 1469). According to Medieval Arabic lexica the original meaning of the root *s-w-f, sāfa, yasūfu* or *yasāfu* is “to smell”; Lane reports that *sāfa al-šay'* means “he smelled the thing”, referring to the place of smelling of the guides (in the desert for example) so that they can know whether it be far or near. This means that “the guide smells the dust of the place wherein he is; and if he smell the odour of urine and dung of camels, he knows that he [or some other] has traversed it” (Lane, 1863, p. 1470).

²³ In particular, in Modern Greek the future tense is marked by the invariable particle $\theta\alpha$, a radically reduced form of the Classical Greek verb $\theta\acute{\epsilon}\lambda\epsilon\iota\nu$ “to want, wish”. So, $\theta\alpha \gamma\rho\acute{\alpha}\varphi\omega$ “I will write” < $\theta\acute{\epsilon}\lambda\omega \gamma\rho\acute{\alpha}\varphi\epsilon\iota\nu$ “I want to write” (See Psicharis 1884, Meillet 1912, among others). Another good example is the Romance future tense that originated from the phonetic reduction and agglutination of the following auxiliary verb “to have”, in the present tense, to the infinitive. Consider: Italian *verrà*, French *viendra*, Portuguese *virei*, Spanish *vendrá* “he will come” < **veni'ra* < Latin *venire* + *habet* (Cf. Maiden, 2011, p. 264-265).

²⁴ Barthélemy, 1921, p. 45: “me paraît se rattacher à un verbe d'intention”.

²⁵ An original related root exists in Afro-Asiatic languages. This is **saw-/su'* - “to go, run”, Akkadic *ša'u*, Semitic **šV'Vw* (*HSED*, 2207).

Although Lane's efforts to explain the meaning "to smell" of the root *s-w-f* are substantial, it seems that the root assumed this meaning later and originally took on a more general usage.

Lastly, D. J. Stewart argues that *sawfa* and its related prefix *sa-*,

derive from an auxiliary – the perfect verb *sāfa* or *sawfa*, meaning "to smell" and as an auxiliary "to go, set out" – and that the invariable particle *sawfa*, the prefix *sa-*, and variants *saw-*, *saf-*, *sā-*, and *say* result from the process of clitic reduction. (Stewart, 1998, p. 125-126)

It should be noted that evidence for Arabic became more copious towards the end of the 1st millennium B.C.E. according to the inscriptions in the Hismaic, Nabataean and Safaitic scripts; these types of alphabet provide considerable information for the earliest stage of Arabic, but in the history of this language Old Arabic affords more data about Arabic features²⁶.

According to these epigraphic sources there is not clear evidence of a specific particle marking the future tense/aspect, which means that only the *yaf'alu* pattern is used.

There is no denying the fact that in the pre-Islamic era *sawfa* and *sa-* appeared for the first time; although most of the poetry of that era has not been preserved, what remains is well regarded as the finest of Arabic poetry to date²⁷. Consider, for instance, (38) and (39):

(Tarafah, 105)

(38)	<i>sa-tubdī</i>	<i>la-ka</i>	<i>al-'ayyāmu</i>	<i>mā</i>	<i>kunta</i> <i>ġāhilān</i>
	FUT-3F.SG- reveal-IPFV	to-2M.SG-you	the-days	what	2M.SG-you were unaware
‘The days will reveal to you what you didn’t know before’ ²⁸					

²⁶ The term 'Old Arabic' refers to the *corpus* of inscriptions written before the Islamic Conquest (See Macdonald 2008) For a detailed comment and bibliography of Old Arabic, see al-Jallad, 2018, p. 322-328.

²⁷ It should be noted that the very best of these early poems were collected in the 8th century as the *Mu'allaqāt*.

²⁸ Translated by Michael Sells (1986, p. 33)

(Ibn Kulṭūm, 8)

(39)	<i>wa-’inna</i>	<i>sawfa tudriku-nā</i>	<i>’al-manāyā</i>
	and-surely	FUT-3F.SG-overtake- IPFV-us	the-fates
	‘Surely our allotted hour of fate will overtake us’ ²⁹		

Later, the marks of the future occurred in the Holy Quran.

Thus, there are no traces of *sawfa* and *sa-* in Arabic at least until the 6th century C.E., and probably they originated during the Islamic period as a loanword from other Semitic languages. Especially in Hebrew we find the root *swp* “to have an end”, but it is considered an Aramaism³⁰.

Moreover, the varieties of Aramaic attest the root *swp*, *swp*³¹ as a substantive, mainly meaning “end”, in a spatial and chronological linguistic environment, as for instance:

Biblical Aramaic (Dan. 4:8)

(40)	<i>wa-hāzōt-ēh</i>	<i>l-sōp</i>	<i>kāl-arē’ā</i>
	and-appearance-its	to-end	(of) whole-the earth
	‘its appearance was to the end of the whole earth’		

Christian Palestinian Aramaic (*DJPA*: 371a)

(41)	<i>ymwt</i>	<i>b-swp</i>	<i>byš</i>
	3M.SG-die-IPFV	with-end	bad
	‘may he die with a bad end’		

Syriac (Luke 1:33)

(42)	<i>wa-l-malkūt-ēh</i>	<i>sūp</i>	<i>lā nehwe</i>
	and-for-kingdom-his	end	not-3M.SG-be-IPFV
	‘and of his kingdom there shall be no end’ ³²		

²⁹ Translated by William Clouston (1881, p. 67).

³⁰ Donner, 2013, p. 877, “aufhören, schwinden”, “ein Ende nehmen”. In Middle Hebrew *sph* “vernichten”, “to destroy”. It is a word belonging to later Hebrew.

³¹ Here the spirantization of /p/ >/f/ in the Hebrew and Aramaic root *swp* is not indicated in the transcriptions.

³² The English translation of the Syriac verses of the New Testament is that of the King James Version (KJV).

Syriac (Acts 1:8)

(43)	<i>wa-‘aḏammā</i>	<i>l-sawp-ēh</i>	<i>dar‘ā</i>
	and-uttermost	to-limit-his	the earth
	‘and unto the uttermost part of the earth’		

In the example (43) the KJV translation of *sawp* as “part” is referring to the meaning of “limit, end” of the earth.

It also has an adverbial/prepositional usage meaning “at the end of”, “finally, in the end”, as the following examples suggest:

Qumran Aramaic (Cook, 2015, p. 164)

(44)	<i>l-swp</i>	<i>ḥmš</i>	<i>šny’</i>	<i>’ln</i>
	to-end	five	the years	these
	‘at the end of these years’			

Jewish Babylonian Aramaic (*DJBA*, p. 796)

(45)	<i>w-l-b-swp</i>	<i>ytyb</i>	<i>b-’ymt’</i>	<i>w-ptḥ</i>	<i>b-šm ‘t’</i>
	and-to-in-end	3M.SG-seat-IPFV	in-fear	and-3M.SG-open-PRF	in-the legal tradition
	‘finally, he sat in awe and began (the discourse of) the legal tradition’				

In Biblical Hebrew the root is also used meaning “end” in spatial and chronological sense:

(Eccl. 7:2)

(46)	<i>ba-’āšer</i>	<i>hū’</i>	<i>sōp</i>	<i>kāl</i>	<i>hā-’ādām</i>
	in-that	he	end	(of) all	the-mankind
	‘for this is the end of all mankind’ ³³				

(2Chron. 20:16)

(47)	<i>ū-məšā’em</i>	<i>ō’tām</i>	<i>bə-sōp</i>	<i>han-naḥal</i>
	and-2M.PL-find-PRF	ACC-them	in-end	the-valley
	‘You will find them at the end of the valley’ ³⁴			

³³ English Standard Version (ESV). Other occurrences in the Bible with the same meaning are in Eccl. 3:11; 12:13.

³⁴ English Standard Version (ESV).

5 Conclusion

In conclusion, it is clear from the examples above that the varieties of Aramaic and Biblical Hebrew³⁵ employ the root *swp* to mark a definite spatial and chronological environment where the ‘function’ of ‘end’ is to underline an action that will end in a future context. This means that probably the Aramaic root entered Arabic firstly with the meaning of “end”, as the examples (20), (21) and (22) prove; later, the Arabicized form *sawfa* was employed as a particle to highlight the future tense/aspect.

It should be noted that Classical Arabic is the only Semitic language to possess two particles to indicate the future. So, presumably, *sa-* is not a clitic or reduced form of *sawfa*, as the examples (31) and (32) show³⁶, but it may be an abbreviated pattern of a participle, possibly *sā’ir* “he is going”, from the verb *sār* “to go, to move” or it may be the abbreviation of the Arabic word *sā’ah* “hour” in the sense of “now”; in fact, the particle *sa-* is likened to Maltese *sa*³⁷, as for instance: *sa niġi miegħek* “I shall come with you”³⁸.

According to Aquilina, in the Maltese phrase *sas-sa*, meaning “till now”, the second *sa-* represents the particle at issue, but in his opinion, “I am inclined to look upon *sa* as a shortening of Italian *sino a*, ‘until, as far as’; Maltese has also *ser*, a shortening of *sejjer* < *sā’ir*, as for instance: *ser nitkellem* ‘I am going to speak’” (Aquilina, 2000, II, p. 1244-1245).

So, we can state that *sa-* is an Arabic original native dialectical particle, probably derived from the verb *sār* “to go, to move”, or from the word *sā’ah* that has the meaning of “now” (like the noun “time”). In contrast, *sawfa* is to be considered a linguistic innovation due to the historical linguistic contacts with other Semitic languages like Aramaic

³⁵ In Modern Hebrew *sōf* means “end”, and the expression *ba-sōf* “at the end”.

³⁶ Here the question is why *sa-* cannot combine with the original negative particle *lā* seeing is retained to be an abbreviated form of *sawfa*. It could be the proof that *sa-* is the original future marker and only *lan* is used to negate it; by contrast *sawfa* is considered a foreign new particle without a specific particle to negate it, but only the common Semitic *lā*, joined with *sawfa*, is used.

³⁷ Sicilian Arabic used the particle **bi-*, probably to mark the future as in the Tunisian South-East vernacular, on the border with Libya and on the isle of Djerba (La Rosa, 2019, p. 196-197).

³⁸ Probably it derives from the noun *sā’ah* “hour”, in the Romance sense of “now”, like Italian “ora vado” or Spanish “ahora voy”. See Durand, 2018, p. 378.

(Syriac?): hence in Classical Arabic there is no linguistic ‘reason’ to use two original patterns, a *plene* and its clitic form, to mark the future. Hence, it is more likely that *sa-* is a native Arabic abbreviated form to stress the future, probably for two reasons: first, if *sa-* is a reduced form of *sawfa*, there is no linguistic explanation as to why the diphthong *-aw-* has been abbreviated³⁹; second, if *sawfa* is a foreign word, as the linguistic and philological evidence implies, why did Classical Arabic need to employ a reduced form of it?

It is most plausible that, like the Arabic dialects, Classical Arabic used an ‘internal’ indigenous form. By contrast, *sawfa* is a loan (from Hebrew or Aramaic?) that entered Arabic and was juxtaposed with *sa-* as a borrowed particle.

Abbreviations

1	1 st person
2	2 nd person
3	3 rd person
ACC	accusative
EMPH	emphatic
F	feminine
FUT	future
IPFV	imperfective
M	masculine
NEG	negator
PL	plural
PRF	perfective
PTCP	participle
SBJV	subjunctive
SG	singular

³⁹ It is worth bearing in mind that in the Arabic dialects *aw* is pronounced as a monophthong /ū/ or /ō/, so it is a pure vowel and only in Classical Arabic it is rendered as a diphthong. If the Arabic dialects were firstly spoken before the advent of the Classical Arabic *fushḥā*, the abbreviation of *sawfa* presumably had to be *saw-*.

References

‘ABDALLĀH IBN AL-MUQAFFA’, *Kitāb Kalīla wa-Dimna*. CHEIKHO, L. (ed.). Beirut, 1926.

’ABŪ BIŠR ‘AMR B. ‘UṬMĀN SĪBWAYHI, *Kitāb Sībawayhi. Le livre de Sībawaihi: Traité de grammaire arabe*. 2 vols. DERENBOURG, H. (ed). Paris, 1881-1889.

ABŪ AL-QĀSIM ‘ABD AL-RAḤMĀN B. ’IṢHĀQ AL-ZAJJĀJĪ, *Al-’Īdāḥ fi ’ilal al-naḥw*. MĀZIN AL-MUBĀRAK (ed). Cairo, 1959.

ABŪ MUḤAMMAD B. JARĪR AL-ṬABARĪ, *Ta’rīx al-rusul wa-l-mulūk*. 15 vols. DE GOEJE, M.J. et al. Leiden, 1879-1901.

’ABŪ MUḤAMMAD ‘ABD AL-MALIK B. ḤIŠĀM, *Sīrat Sayyidinā Muḥammad Rasūl Allāh*. 2 vols. WÜSTENFELD, F. (ed). Göttingen, 1858-1860

ALEXANDER, P. H. et al. (eds.), *The SBL Handbook of Style for Ancient Near Eastern, Biblical and Early Christian Studies*. Peabody, Massachussets: Hendrickson Publishers, 1999.

AL-JALLAD, A. The Earliest Stages of Arabic and Its Linguistic Classification. In: Benmamoun, E.; Bassiouney, R. (eds.). *The Routledge Handbook of Arabic Linguistics*. Abingdon: Routledge, 2018. p. 315-331

AQUILINA, J. *Maltese-English Dictionary*, II vol. 2. ed. Valletta: Midsea Book, 2000.

BARTHÉLEMY, A. Notes de lexicographie et de grammaire arabes. In: *Cinquantenaire de l’école pratique des hautes études. Mélanges publiés par les directeurs d’études de la section des sciences hisotriques et philologiques*. Paris: Honoré Champion, 1921. p. 43-50.

BENMAMOUN, E. *The Feature Structure of Functional Categories. A Comparative Study of Arabic Dialects*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BROCKELMANN, C. *Grundriss der vergleichenden Grammatik der semitischen Sprachen*, II: Syntax. Berlin: Reuther & Reichard, 1913.

CLOUSTON, W. A. *Arabian Poetry, for English Readers*. Glasgow: Privately Printed, 1881.

COHEN, D. *La phrase nominale et l'évolution du système verbal en sémitique. Études de syntaxe historique*. Leuven and Paris: Peeters, 2003.

COHEN, M. *Le système verbal sémitique et l'expression du temps*. Paris: Imprimerie Nationale, 1924.

COOK, E. M. *Dictionary of Qumran Aramaic*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2015.

DONNER, H. (ed). *Wilhelm Gesenius: Hebräisches und Aramäisches Handwörterbuch über das Alte Testament*. 18. ed. Berlin: Springer, 2013.

DURAND, O. *Dialettologia araba*. Roma: Carocci, 2018.

FASSI-FEHRI, A. *Issues in the Structure of Arabic Clauses and Words*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993.

GIBSON, J.C.L. *Textbook of Syrian Semitic Inscriptions. Volume II. Aramaic Inscriptions including inscriptions in the dialect of Zenjirli*. Oxford: Oxford University Press, 1975.

GRAGG, G. Semitic and Afro-Asiatic. In: HUEHNERGARD, J.; PAT-EL, N. (eds.) *The Semitic Languages*. 2. ed. London and New York: Routledge Language Family Series, 2019. p. 22-48.

HAELEWYCK, J.C. *Grammaire compare des langues sémitiques. Éléments de phonétique, de morphologie et de syntaxe*. 2. ed. Bruxelles: Éditions Safran, 2016.

HOWELL, M. S. *A Grammar of the Classical Arabic Language*. Book V. North-Western Provinces Government Press, 1880.

HUEHNERGARD, J. Proto-Semitic. In: HUEHNERGARD, J.; PAT-EL, N. (eds.) *The Semitic Languages*. 2. ed. London and New York: Routledge Language Family Series, 2019. p. 49-79.

KRAHMALKOV, Ch. R. *A Phoenician-Punic Grammar*. Leiden, Boston, Köln: Brill, 2001.

LANE, E. W. *An Arabic-English Lexicon*. 8 vols. London, 1863.

LARCHER, P. *Le système verbal de l'arabe classique*. 2. ed. rev. e aum. Aix-en-Provence: Collection Manuels, 2012.

LA ROSA, C. *L'arabo di Sicilia nel contesto magrebino: nuove prospettive di ricerca*. Roma: IPOCAN – Istituto per l'Oriente Carlo Alfonso Nallino, 2019.

LI, T. *The Verbal System of the Aramaic of Daniel. An Explanation in the Context of Grammaticalization*. Leiden-Boston: Brill, 2009.

MACDONALD, M. C.A. Old Arabic. In: VERSTEEGH, K. (ed.). *Encyclopedia of Arabic Language and Linguistics*, vol. III. Leiden: Brill, 2008. p. 464-474.

MAIDEN, M. Morphological Innovation. In: MAIDEN, M.; SMITH, J.CH.; LEDGEWAY, A. (eds.). *The Cambridge History of the Romance Languages*, vol. I: *Structures*. New York: Cambridge University Press, 2011. p. 216-267.

MARMORSTEIN, M. *Tense and Text in Classical Arabic. A Discourse-Oriented Study of the Classical Arabic Tense System*. Leiden and Boston: Brill, 2016.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. *Scientia (Rivista di Scienza)*, vol. 12, n. 26,6, p. 130-148, 1912.

MOSCATI, S. *An Introduction to the Comparative Grammar of the Semitic Languages. Phonology and Morphology*. 3. ed. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1980.

MURAOKA, T. *Classical Syriac. A Basic Grammar with a Chrestomathy*. 2. ed. Wiesbaden: Harrassowitz, 2005.

MUWAFFAQ AL-DĪN 'ABŪ AL-BAQĀ' YA'ĪŠ IBN YA'ĪŠ, *Šarḥ al-Mufaṣṣal li-l-Zamaxšarī*. 6 vols. EMĪL BADĪ' YA'QŪB (ed). Beirut, 2001.

OREL, V.E.; STOLBOVA, O.V. *Hamito-Semitic Etymological Dictionary. Materials for a Reconstruction*. Leiden, New York, Köln: Brill, 1995.

PSICHARIS, J. *Essai de Phonétique Néo-Grecque. Futur Composé du Grec Moderne*. Paris: Imprimerie Nationale, 1884.

RADĪ AL-DĪN MUḤAMMAD B. AL-ḤASAN AL-'ASTARĀBĀDĪ, *Šarḥ al-Kāfiyat Ibn al-Ḥājjib*. 5 vols. EMĪL BADĪ' YA'QŪB (ed). Beirut, 2007.

RECKENDORF, H. *Arabische Syntax*. Heidelberg: Carl Winter's Universitätsbuchhandlung, 1921.

ROSENTHAL, F. *A Grammar of Biblical Aramaic*. 7. ed. Wiesbaden: Harrassowitz, 2006.

RUBIN, A.D. *Studies in Semitic Grammaticalization*. Winona Lake, Indiana: Eisenbrauns, 2005.

SARTORI, M. La construction d'une idée grammaticale. *sawfa* et *sa-* entre fait grammatical et fait linguistique dans la grammaire arabe médiévale. *Folia Orientalia*, Kraków, v. 54, p. 243-277, 2017. DOI: <https://shs.hal.science/halshs-01690363>

SELLS, M. The Mu'allafa of Tarafa. *Journal of Arabic Literature*, Leiden, vol. 17, p. 21-33, 1986.

SOKOLOFF, M. *A Dictionary of Jewish Babylonian Aramaic of the Talmudic and Geonic Periods*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2002.

SOKOLOFF, M. *A Dictionary of Jewish Palestinian Aramaic*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2002.

STEWART, D. J. Clitic Reduction in the Formation of Modal Prefixes in the Post-Classical Arabic Dialects and Classical Arabic "sa-/sawfa". *Arabica*, Leiden, vol. 45, n. 1, p. 104-128, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1163/1570058982582226>

UNGNAD, A. *Akkadian Grammar*. 5. ed. Atlanta: Scholar Press, 1992.
VECCIA VAGLIERI, L. *Grammatica teorico-pratica della lingua araba*. 2 vols. 7. ed. Roma: Istituto per l'Oriente, 1996.

WEHR, H. *Arabic-English Dictionary: The Hans Wehr Dictionary of Modern Written Arabic*, Edited by J.M. Cowan. Ithaca, New York: Spoken Language Services, 1976.

WRIGHT, W. *Arabic Grammar*. II vols. 3. ed. Mineola: Dover Publications, Inc., 2018.



A disfluência como medida de carga cognitiva na interpretação consecutiva chinês-português: um estudo de caso

Disfluency as a Measure of Cognitive Load in Chinese-Portuguese Consecutive Interpreting: A Case Study

Yunxiao Jiang

Universidade Politécnica de Macau (UPM), Macau / China

sarrinha@163.com

<http://orcid.org/0000-0003-4938-8854>

Yuqi Sun

Universidade de Macau (UM), Taipa, Macau / China

sunyuqi@um.edu.mo

<http://orcid.org/0000-0002-7310-1385>

Resumo: Os estudos na interpretação consecutiva chinês-português (Lopes, 2018; Zhou; Sun, 2020) têm ganhado atenção crescente nos últimos anos. O presente estudo visa explorar em que medida as características do ambiente e da tarefa (Chen, 2017) podem influenciar a carga cognitiva da interpretação consecutiva. Baseado numa adaptação das dimensões de avaliação propostas por Skehan (2003), o estudo avalia a carga cognitiva através do fenômeno de disfluência, assim aplica a correlação estatística entre a fluência e os fatores influentes. Entre as características examinadas, destacam-se a ordem e duração de turno de interpretação, a direção de interpretação, a localidade e o gênero do orador de discurso-fonte, sendo elas em ordem decrescente de importância, enquanto a velocidade do discurso-fonte não mostra correlação significativa com a fluência. O estudo evidencia os indicadores estatisticamente significativos para a fluência da interpretação e analisa as causas possíveis, contribuindo para conhecer a carga cognitiva da interpretação consecutiva chinês-português e incentiva estudos futuros da área na adoção de disfluências como instrumento na avaliação da carga cognitiva.

Palavras-chave: interpretação consecutiva; chinês; português; carga cognitiva; disfluências.

Abstract: Studies in Chinese-Portuguese interpreting (Lopes, 2018; Zhou; Sun, 2020) have gained increasing attention in recent years. The present study aims to explore

to what extent environment and task characteristics (Chen, 2017) may influence the cognitive load of consecutive interpreting. Based on an adaptation of the criteria proposed by Skehan (2003), the current study assesses cognitive load through disfluencies, with the focus on statistical correlations between fluency and influential factors. Among the examined features, we found the order and duration of the interpreting round, the direction of interpreting, the location and the gender of the source-speech speaker are statistically influential on the interpreting fluency, in decreasing order of importance, while the speed of the source-speech shows no significant correlation with fluency. The study shows the statistically significant indicators for interpreting fluency and suggests the possible explanations, contributing to a better understanding of the cognitive load in Chinese-Portuguese consecutive interpreting and encourages future studies in the area in adopting disfluencies as a tool in assessing cognitive load.

Keywords: consecutive interpreting; Chinese; Portuguese; cognitive load; disfluencies.

Recebido em 08 de setembro de 2022.

Aceito em 27 de maio de 2023.

1 Introdução

O aumento do intercâmbio econômico e cultural entre diferentes nações tem promovido os serviços de interpretação, necessitando assim as investigações científicas sobre o processo de interpretação, que têm como objetivo explorar a natureza da atividade e contribuir para melhorar o desempenho do intérprete e o seu ambiente de trabalho profissional. A interpretação tem sido considerada como uma atividade altamente exigente no aspecto cognitivo (Mikkelsen; Jourdenais, 2015), cujos desafios se devem principalmente à alta pressão do tempo e carga cognitiva causada pela multitarefa. Sendo assim, muitos estudos (Gumul, 2021; Plevoets; Defrancq, 2018; Yin; Chen; Ruiz; Ambikairajah, 2008) adotam a abordagem cognitiva, visando evidenciar os fatores influentes sobre a carga cognitiva da tarefa.

Desde o final da década de 1970, investigadores como Gerver (1975) e Moser (1978) começaram a fazer estudos interdisciplinares entre a psicologia e a interpretação. Por um lado, estudos experimentais (Defrancq; Plevoets, 2018; Gile; Weininger; Dos Santos; Barbosa, 2015)

começaram a ser aplicados para explorar e verificar os modelos cognitivos da interpretação. Por outro lado, os estudos baseados em *corpus* (Defrancq; Plevoets, 2018; Shen; Lv; Liang, 2019) têm ganhado atenção crescente na abordagem cognitiva, através do qual o desempenho de intérprete é avaliado e analisado. Contudo, os estudos que se baseiam principalmente nos métodos experimentais recebem também críticas pela sua falta de contexto real e a inferência dos pesquisadores sobre a atividade (Chen, 2017; Pochhacker, 2015) e, portanto, destacam-se os estudos baseados nos *corpora* estabelecidos de casos reais.

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso baseado no *corpus* colaborado de uma interpretação consecutiva realizada em um seminário de literatura. Para analisar a carga cognitiva envolvida na atividade, avaliam-se as disfluências na interpretação como substitutos observáveis e mensuráveis (Plevoets; Defrancq, 2016; 2018) que são indicativos da carga cognitiva, visto que a carga cognitiva é um constructo teórico difícil de ser medida e observada diretamente.

Assim o estudo começa, na próxima seção, por apresentar os estudos anteriormente mencionados sobre a abordagem cognitiva e a fluência como medição da carga cognitiva na interpretação.

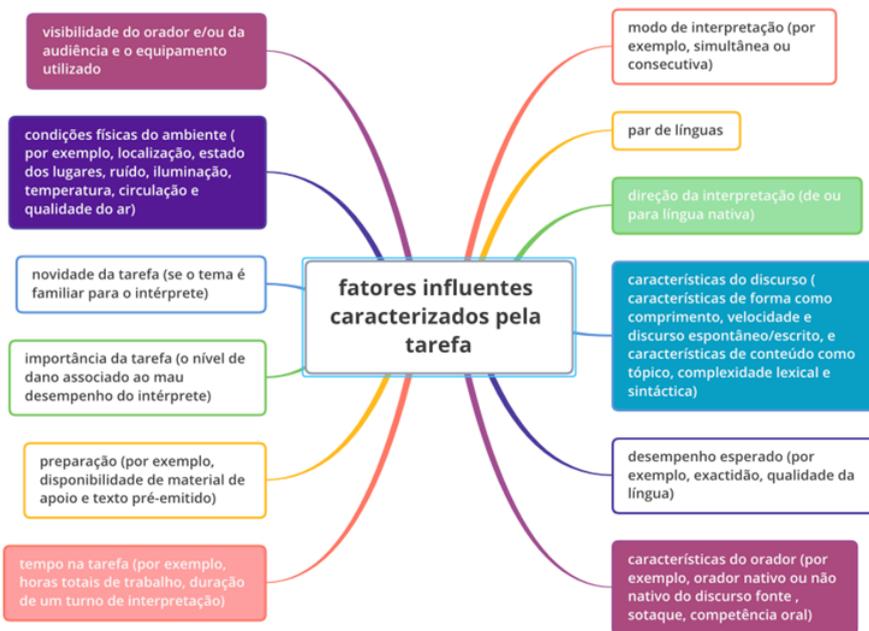
2 Abordagem cognitiva da interpretação e os fatores influentes da carga cognitiva

A abordagem cognitiva do estudo da interpretação segue a tradição da psicologia cognitiva (Pochhacker, 2015). Visto que os recursos cognitivos do ser humano são limitados, a interpretação, sendo uma atividade multitarefa, coloca exigências extremas na alocação de atenção dos intérpretes (Engle, 2002; Gazzaniga, 2018), pois de outra forma, pode sobrecarregar os intérpretes, degradando assim o seu desempenho (Gile, 2016).

A carga cognitiva é uma concepção multidimensional representando a carga imposta sobre o sistema cognitivo pela realização de uma tarefa (Paas; Tuovinen; Tabbers; Van Gerven, 2016, p. 63), também pode referir-se ao esforço mental percebido que se investe em uma determinada tarefa (Yin; Chen; Ruiz; Ambikairajah, 2008). Chen (2017) considera a capacidade cognitiva do intérprete, o gênero do discurso e o ambiente do trabalho como os três fatores principais a determinar a carga cognitiva de uma determinada atividade de interpretação. O primeiro influencia o

chamado “esforço do operador” (Paas; Tuovinen; Tabbers; Van Gerven, 2016), enquanto os outros dois determinam a “carga de *input*” (Johannsen, 1979). Sendo assim, destacam-se as influências dos fatores caracterizados pela tarefa e pelo ambiente para um estudo de caso, que podem ser resumidos na Figura 1.

Figura 1 Fatores influentes caracterizados pela tarefa



Fonte: Adaptação a partir de Chen (2017)

Nos próximos parágrafos, vamos especificar a influência dos fatores da direcionalidade, localização do orador, tempo de trabalho, duração de turno de interpretação, velocidade do discurso-fonte e gênero do orador sobre a carga cognitiva na interpretação.

1. Direcionalidade

A Associação de Interpretação dos Intérpretes de Conferência (AIIC) define a combinação linguística de uma interpretação de

conferência em duas direções, sendo de B para A ($B \rightarrow A$) e de A para B ($A \rightarrow B$) (Mikkelson; Jourdenais, 2015). A primeira direção diz respeito à interpretação de uma língua altamente dominada (B) para a língua materna (A), enquanto a segunda diz respeito à direção contrária, a qual é considerada mais cognitivamente exigente para os intérpretes (Gumul, 2017; 2021), dando origem a um desempenho menos satisfatório, em relação à primeira, tanto na fluência quanto na integralidade de informação da interpretação (Chen, 2020; Lin; Lv; Liang, 2018). Gumul (2021) indica que esta “inferioridade” tem a ver com tanto a capacidade do intérprete como os restritos causados pela tarefa. Um outro aspecto relacionado com a direcionalidade da interpretação é o sotaque do orador do discurso-fonte. Para idiomas de diferentes variantes, como o português (brasileiro e europeu), a falta da familiaridade do variante da língua do orador pode aumentar a carga cognitiva da tarefa, prejudicando o desempenho do intérprete (Cai; Gilbert; Davis; Gaskell *et al.*, 2017).

2. Localização do orador

Um outro fator que possivelmente influencia o desempenho do intérprete é o fato de o trabalho ser feito de forma remota. Alguns estudos experimentais observaram maiores cargas cognitivas na interpretação remota do que na interpretação presencial (Braun, 2013; Ziegler; Gigliobianco, 2018). Segundo AIIC (Interpreters, 2015) a interpretação remota geralmente causa mais cansaço do que a interpretação sob condições locais devido à qualidade fraca de imagens recebidas em videoconferências. A AIIC também recomenda horários de trabalho mais curtos com a utilização de equipamentos para realizar a interpretação remota. A organização refere que as alterações neurológicas (causadas pelo uso dessas tecnologias) resultam em recursos de atenção reduzidos e em abrandamento cognitivo, o que, por sua vez, leva a um controle cognitivo reduzido e a um desempenho de memória mais fraco.

3. Duração de turno de interpretação

A interpretação consecutiva é uma atividade que não pressupõe uma duração particular do discurso-fonte, a duração de cada turno de interpretação consecutiva vai desde enunciados curtos como uma só palavra até ao discurso inteiro de mais de 10 minutos (Pöchhacker,

2016). Observa-se que os turnos mais longos são mais exigentes para o intérprete (Lin; Lv; Liang, 2018).

4. Tempo de trabalho

De acordo com Wickens (2021), ao aumento de tempo total da tarefa, a carga mental de trabalho do operador também cresce. Na interpretação consecutiva, o desempenho do intérprete inferioriza ao passar de tempo. Gile, no Modelo de Esforço, afirma que todas as tarefas envolvidas na interpretação dependem de um conjunto de recursos de atenção ou cognitivos indiferenciados e sugere a hipótese de “corda bomba” (Gile, 2016, p. 9), isto é, um conjunto de recursos de atenção distribuído entre as várias tarefas em que um intérprete está envolvido. Assim, qualquer aumento da carga cognitiva para uma determinada tarefa sem uma correspondente diminuição da carga para outra resultará num desempenho inferior do intérprete. A hipótese de “corda bomba” foi testada e adotada por muitos investigadores da área de interpretação entre idiomas distintos (Gile; Weininger; Dos Santos; Barbosa, 2015; Zhou; Sun, 2020) e, esta natureza da interpretação requer um tempo total de trabalho razoável para manter a qualidade da interpretação. Sendo assim, propomos que existe uma correlação positiva entre o tempo total de trabalho e a carga cognitiva do intérprete.

5. Velocidade do discurso-fonte

A alta velocidade de fala do orador do discurso-fonte também aumenta a carga cognitiva da interpretação. De acordo com Gile (2016), os dois processos principais de interpretação consecutiva são os de compreensão e reformulação. Quando o discurso-fonte é dado na velocidade demasiado alta ou baixa, o intérprete tem que dedicar mais atenção à compreensão, resultando em menos recursos cognitivos, sendo gastos para a reformulação do discurso-alvo.

6. Gênero do orador

Apesar de ser pouco explorado na interpretação, o tópico de gênero tem ganhado atenção na área linguística e sociocultural, com respeito à compreensão oral do discurso. Pesquisas demonstram que, por um lado, os ouvintes recordam melhor o conteúdo de discurso dado

pelo homem do que pela mulher (Markham, 1988). Por outro lado, os alunos, independentemente do seu sexo, alcançam melhores resultados de aprendizado quando o texto auditivo foi apresentado pelo falante feminino do que pelo masculino (Linek; Gerjets; Scheiter, 2010). Tendo em conta o impacto do gênero do orador relativa à compreensão da língua, induzimos que, o intérprete apresenta um grau de fluência inconsistente com oradores de diferentes gêneros.

3 A disfluência como índice da carga cognitiva

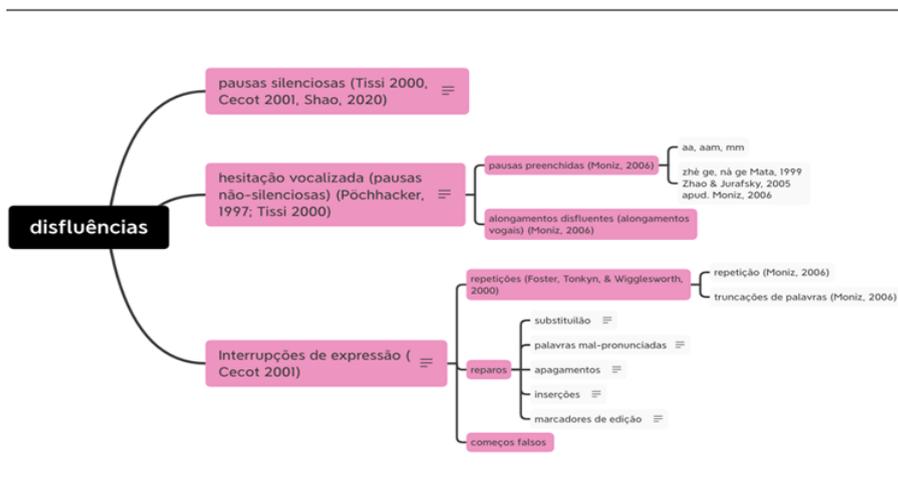
A fluência e as disfluências da interpretação são consideradas como índice da carga cognitiva da tarefa, sendo a fluência definida pelos fenômenos disfluentes (Lickley, 2015). Nos estudos da avaliação de fluência dos discursos espontâneos, extemporâneos e de interpretação encontram-se diferentes critérios quanto à definição das disfluências (Antunes; Mendes; Gonçalves; Janssen *et al.*, 2020; Jun, 2004; Moniz; Mata; Trancoso, 2011), os quais são discutidos na presente seção.

De acordo com Angelone (2010), as pausas, também referidas como hesitações, denotam um estado de “indecisão” (Angelone, 2010, p. 18). Porém, para Cecot (2001) e Tissi (2000), algumas pausas intencionalmente feitas pelo intérprete podem apresentar funções comunicativas e, portanto, não podem ser entendidas como “disfluência” (Cecot, 2001, p. 71), ou seja, indicador do estado não decisivo. A categorização de disfluência de Cecot (2001) é amplamente utilizada nos estudos na área de interpretação, servindo como critério de avaliação do desempenho dos intérpretes e representação da alta carga cognitiva. Para Cecot (*ibid.*), as não-fluências são divididas nas disfluências e pausas silenciosas (PS). A PS é subdividida na pausa comunicativa e não-comunicativa, e a disfluência não tem função comunicativa, consistindo na pausa não-silenciosa e interrupção de expressão, como a autocorreção e a repetição. A taxonomia de Cecot foi criticada por outros autores como Xin (2020) e Shen (2019) pela sua mistura de critério de “silenciosa e não-silenciosa” e “comunicativa e não-comunicativa”. Xin (2020) propõe, por sua vez, uma classificação baseada em duas dimensões: a sua vocalização (pausas silenciosas ou não silenciosas) e a sua função comunicativa (pausas comunicativas e não-comunicativas). E as pausas não-comunicativas consistem na reorganização de estrutura, repetição

sem significado, palavras de preenchimento redundantes e pausas silenciosas não-gramaticais.

No nosso estudo, focalizamos nas pausas não-comunicativas e adotamos o termo de “disfluência” para referi-las. Reorganizamos a categorização de Xin (2020) e subdividimos as disfluências na PS, hesitações vocalizadas (HV) e interrupções de expressão (IE), com as categorias e referências mostradas na Figura 2.

Figura 2 Categorização de disfluências



Fonte: Elaboração própria.

Através destas categorias de disfluências, pode avaliar-se, em três dimensões, o grau de fluência da interpretação (Skehan, 2003; Song, 2020; Tavakoli; Skehan, 2005), nomeadamente, a Fluência de Velocidade, a Fluência de Desagregação e a Fluência de Reparação. A utilização das dimensões de fluência padroniza a avaliação da fluência ao nível estatístico.

A Fluência de Velocidade refere-se a *Speed Fluency* que inclui a *Articulation Rate*, a *Mean Length of Run* e a *Phonation Time Ratio*. A *Speech Rate* (velocidade do discurso) é o número de todas as unidades de fala (palavras, caracteres ou sílabas) produzidas dentro de um determinado período. Diferenciada da velocidade em geral, a *Articulation Rate* (taxa de articulação) calcula as unidades de fala com exceção das

pausas silenciosas não-comunicativas e as hesitações vocalizadas. A taxa de articulação é mais fortemente influenciada pelo controle motor da fala, isto é, fatores biológicos, do que a velocidade do discurso (Bóna; Bakti, 2020; Goldman-Eisler, 1968). Quanto à medida de velocidade de discurso, calculam-se as palavras por minuto (segundo) ou sílabas por segundo (minuto) nos estudos relevantes. Neste aspecto, Pöchhacker (1994) sugere que a sílaba é uma unidade de medida padrão internacional melhor do que a palavra, tendo em consideração as particularidades de diferentes idiomas. No estudo de Yang (2015), por exemplo, contam-se as sílabas quanto à velocidade da interpretação entre o inglês e o chinês. A *Mean Length of Run* (Mead, 2005, p. 52) (comprimento médio de uma corrida) é por vezes incluída nas variáveis temporais através das quais a fluência de interpretação é avaliada (Duan, 2013; Song, 2020; Yang, 2015). Uma corrida é um segmento da fala interrompida por pausas, e para a investigação da fluência de interpretação consecutiva, Mead (2005) delimita a corrida por tanto as pausas silenciosas quanto as preenchidas. A *Phonation Time Ratio* (proporção temporal de fonação) é a percentagem do tempo de fala utilizado para a fonação, ou produção real da fala, em oposição às pausas silenciosas (Mead, 2005). A Fluência de Desagregação, que se refere a *Breakdown Fluency*, calcula a frequência e a duração das pausas silenciosas e as hesitações vocalizadas (Dechert; Raupach, 1987; Macías, 2006). A Fluência de Reparação (“*Repair Fluency*”) baseia-se nas interrupções de expressão ocorridas na interpretação (Song, 2020).

Na seção seguinte, apresentamos o método da concretização do grau de fluência, com especificações sobre os critérios de cálculo das diferentes variáveis.

4 Metodologia

4.1 Concretização da fluência de fala

Baseado nos estudos anteriores (Skehan, 2003; Tavakoli; Skehan, 2005) e nas discussões anteriormente apresentadas, calculamos no presente trabalho nas dimensões da Tabela 1 a fluência da interpretação:

Tabela 1 – Concretização de fluência na Interpretação

Dimensões	Medições	
fluência de velocidade	velocidade de discurso	número de sílabas por segundo
	taxa de articulação	o número de sílabas dividido pela duração total da fala, com exceção de todas as pausas silenciosas e hesitações vocalizadas
	comprimento médio de corrida	o número sílabas nos intervalos entre as pausas silenciosas e as hesitações vocalizadas
	proporção de fonação	a porcentagem de tempo de fala utilizada para a produção real da fala, em oposição às pausas silenciosas
fluência de desagregação	pausas silenciosas	número médio de pausas silenciosas (por segundo)
		duração média de pausas silenciosas (por segundo)
	hesitações vocalizadas	número médio de hesitações vocalizadas (por segundo)
		duração média de hesitações vocalizadas (segundo)
fluência de reparação	reparações	número médio de reparos, repetições e começos falsos (por segundo)
		duração média dos reparos, repetições e começos falsos (segundo)

Fonte: Elaboração própria.

4.2 Delimitação de pausas silenciosas

Nos estudos anteriores, os limiares adotados para a duração de pausas silenciosas são diferentes (Cenz, 2000; De Jong; Bosker, 2013; Kahng, 2014; Song, 2020; Xin, 2020). Para os intérpretes profissionais, várias estratégias são adotadas para evitar a sua ocorrência, que é considerada um fator prejudicador à qualidade de interpretação (Macías, 2006). Neste trabalho, propomos que o limiar de pausa silenciosa seja de 200 ms, e consideramos que as pausas silenciosas excedendo esse limiar como pausas muito destacadas na interpretação consecutiva.

4.3 Coleção e marcação de dados

Sendo um estudo de caso da interpretação consecutiva de um seminário literário, o presente trabalho adota o método observacional (Pochhacker, 2015), analisando os fenômenos de disfluência e os fatores causativos no contexto real. O *corpus* do presente trabalho baseia-se na interpretação consecutiva de um encontro literário sino-português, de 56 turnos, e com diferentes características do ambiente e da tarefa, feita pelo mesmo intérprete e sob o tema “Escrita múltipla, interesses comuns”. Dois dos escritores e alguns dos ouvintes participaram no encontro via *Zoom* (Banyai, 1998), uma plataforma de videoconferência que disponibiliza a função da interpretação remota (Corpas Pastor; Gaber, 2020). Entre os ouvintes, muitos são bilíngues de chinês e português, o que pode aumentar de maneira delicada o *stress* do intérprete, dando origem a um aumento de esforço cognitivo e mais ocorrência de disfluências.

Na Tabela 2, mostram-se informações sobre os participantes do seminário.

Tabela 2 – Informações dos participantes do seminário

participante	gênero	direção de interpretação	localidade do orador
apresentadora	feminino	A→B	localmente
cônsul	masculino	B→A	localmente
secretário	masculino	A→B	localmente
escritor chinês	masculino	A→B	localmente
escritor português	masculino	B→A	remotamente
escritora chinesa	feminino	A→B	localmente
escritora portuguesa	feminino	B→A	remotamente
Intérprete	masculino	chinês (Língua A) e português (Língua B)	localmente

Fonte: Elaboração própria.

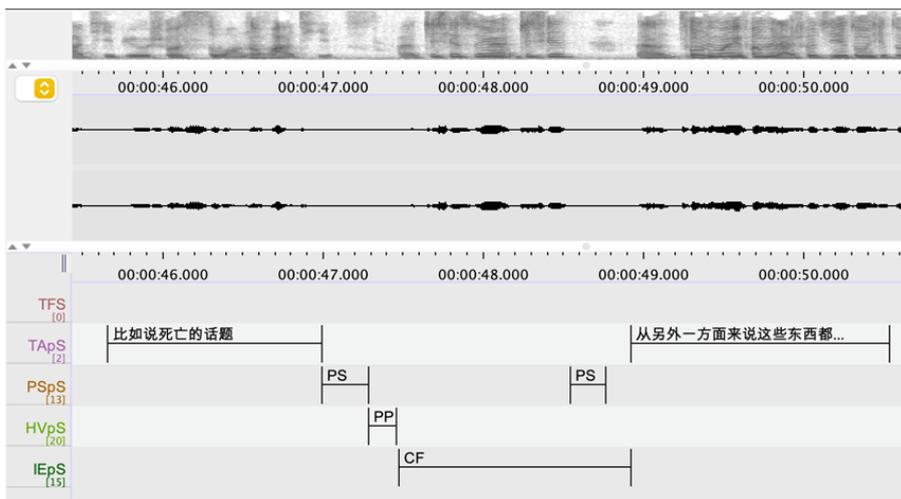
O seminário compõe-se por três partes principais: Primeiro, são os discursos do Senhor Cônsul-Geral de Portugal em Xangai e do Senhor Secretário do Partido da Associação dos Escritores de Xangai, e a seguir, os alunos da Universidade de Estudos Estrangeiros de Xangai leram trechos de obras dos escritores convidados do seminário. Na terceira parte, os quatro escritores convidados revezaram-se para responder a três perguntas

da apresentadora (o motivo para se tornar em escritor profissional, tópicos tratados em literatura infantil, temas de escrita que lhes interessam).

A interpretação do inteiro seminário foi feita pelo mesmo intérprete que tinha que alterar entre as duas direções de tradução. O intérprete fez preparação previamente, familiarizando-se com as biografias dos autores presentes no seminário. Devido à natureza do tópico de interpretação (a literatura chinesa e portuguesa), é considerada uma interpretação de grau de dificuldade relativamente alta.

As diferentes categorias de disfluências são marcadas no *software Elan 6.3* (Sloetjes; Wittenburg, 2008), uma ferramenta profissional para a criação de anotações complexas sobre recursos de vídeo e áudio. Na Figura 3 mostra-se o *layout* do aplicativo.

Figura 3 – Amostra do Layout do *Elan* (Sloetjes; Wittenburg, 2008)



Fonte: Elaboração própria.

4.4 Análise de dados

A gravação de interpretação dura aproximadamente 45 minutos e foram marcados no total 1.444 fenômenos de não-fluência, entre eles 473 são pausas silenciosas, 672 são hesitações vocalizadas e 299 são interrupções de expressão. Contém-se no total 56 turnos de interpretação, sendo um turno eliminado por ter apenas uma palavra “xiè

xiè” (obrigado/a) no discurso original e foi traduzida imediatamente, envolvendo nenhum fenômeno disfluente. A análise foi feita em dois níveis: 1) o nível de marcações de disfluências, considerando-se a duração das disfluências e o seu tempo de ocorrência; 2) o nível de turnos, considerando-se as dimensões do grau de fluência de cada turno.

Em primeiro lugar, fazemos as estatísticas descritivas (com os resultados mostrados na próxima seção) da duração de diferentes disfluências que ocorrem na interpretação dos discursos de diferentes oradores, calculando o médio, desvio padrão, valores máximos e mínimos da duração das disfluências como também o número das suas ocorrências.

Antes da análise dos dados, examinamos primeiro a normalidade de distribuição (*Shapiro-Wilk*) das dimensões de fluência (de cada turno de produção interpretada) para a conseguinte seleção do método estatístico. O resultado da Tabela 3 indica que a maioria dessas dimensões não estão normalmente distribuídas no nosso *corpus*.

Tabela 3 – Resultado do teste Shapiro-Wilk dos dados 1

	Valor-p
velocidade da interpretação	0.34
taxa de articulação	0.38
duração média da corrida	p<0.05
taxa de fonação	p<0.05
números médios de PS	p<0.05
duração média de PS	p<0.05
números médios de HV	p<0.05
duração média de HV	p<0.05
números médios de IE	p<0.05
duração média de IE	0.15

Fonte: Elaboração própria.

Para a duração de disfluência, o teste de *Shapiro-Wilk* também é efetuado (Tabela 4), com o valor-p a exceder 0.05, sabemos que tais durações não estão normalmente distribuídas.

Tabela 4 – Resultado do teste Shapiro-Wilk dos dados 2

	duração das hesitações vocalizadas	duração das pausas silenciosas	duração das interrupções de expressão
Valor-p	3.005286181653963e-27	9.452860076619361e-25	2.8684044762376524e-21

Fonte: Elaboração própria.

Como as duas direções de interpretação, os dois gêneros e a localização do orador são três grupos de dados com duas variáveis independentes, decidimos examinar a heterogeneidade das médias de duração das disfluências e do grau de fluência nessas variáveis independentes, e como as variáveis dependentes não estão normalmente distribuídas, os Testes *T* e *Z* não podem ser utilizados. Por isso, fazemos o teste *U de Mann Whitney* para testar a heterogeneidade nas duas direções ($A \rightarrow B$ e $B \rightarrow A$), nos dois gêneros (feminino e masculino) e nas duas condições de trabalho (localmente e remotamente) das variáveis dependentes seguintes:

- 1) os três tipos de disfluências (duração de pausas silenciosas, hesitações vocalizadas e interrupções de expressão)
- 2) as dimensões de fluência (fluência de velocidade, fluência de desagregação e fluência de reparação, com os respectivos sub-dimensões).

Para examinar a relação monótona entre as variáveis seguintes, calcula-se o coeficiente de *Spearman*, dado que os dados não são normalmente distribuídos:

- 1) a duração de três diferentes tipos de disfluências (variáveis independentes) e o ponto de começo desses disfluências (variáveis dependentes), e
- 2) a correlação entre a velocidade do discurso-fonte, a duração de turno e a ordem de turno (variáveis independentes) e as dimensões de fluências (variáveis dependentes),

E finalmente, calculamos o coeficiente de correlação de postos de *Kendall* para examinar a relação entre a duração de turno e a velocidade

de turno de discurso-fonte (variáveis independentes) quanto à duração dos três tipos de disfluências (variáveis dependentes), visto que consideramos a duração de turno e a velocidade do discurso-fonte como dados ordinais para a duração das disfluências.

5 Resultados estatísticas

5.1 Estatísticas descritivas e diagrama de caixa

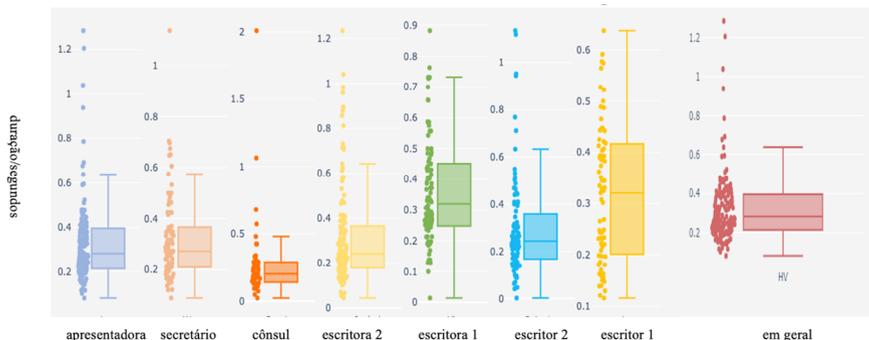
Na presente seção, apresentam-se, nas Tabelas 5, 6 e 7, as estatísticas descritivas conforme diferentes oradores do discurso-fonte, como também diagrama de caixa elaborado (Figuras 4, 5 e 6). Referindo ao diagrama destinado a todas as disfluências (figura à direita) como um modelo padrão, descobrimos que as caixas de disfluências da interpretação de diferentes oradores mostram diferenças em relação ao padrão modelo.

Tabela 5 – Estatísticas descritivas de hesitações vocalizadas

hesitações vocalizadas					
	contagem	médio	desvio padrão	mínimo	máximo
apresentadora	155.00	0.33	0.18	0.08	1.28
secretário	81.00	0.32	0.17	0.09	1.14
cônsul	52.00	0.27	0.30	0.02	2.01
escritora portuguesa	131.00	0.32	0.22	0.05	1.23
escritora chinesa	90.00	0.36	0.17	0.01	0.88
escritor português	92.00	0.30	0.21	0.00	1.13
escritor chinês	71.00	0.32	0.14	0.12	0.64

Fonte: Elaboração própria.

Figura 4 – Diagrama de caixa de hesitações vocalizadas ocorridas na interpretação do discurso de diferentes oradores e em geral



Fonte: Elaboração própria.

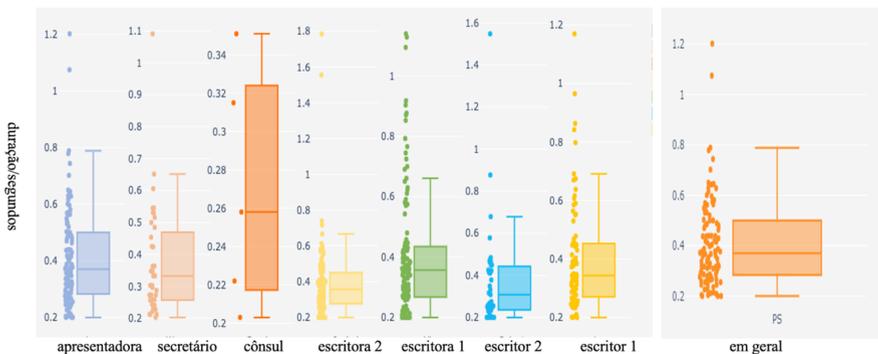
Por exemplo, para os discursos da apresentadora, a caixa é muito parecida com o padrão em todas as categorias de disfluências, enquanto para os discursos da escritora 1 e do escritor 1, ocorrem mais disfluências longas, especialmente as hesitações vocalizadas (Figura 4), na interpretação.

Tabela 6 – Estatísticas descritivas de pausas silenciosas

pausas silenciosas					
	contagem	médio	desvio padrão	mínimo	máximo
apresentadora	104.00	0.41	0.18	0.20	1.20
secretário	40.00	0.37	0.17	0.20	1.09
cônsul	5.00	0.27	0.06	0.20	0.35
escritora portuguesa	81.00	0.40	0.24	0.20	1.79
escritora chinesa	121.00	0.40	0.21	0.20	1.14
escritor português	43.00	0.37	0.23	0.20	1.55
escritor chinês	79.00	0.40	0.19	0.20	1.17

Fonte: Elaboração própria.

Figura 5 – Diagrama de caixa de pausas silenciosas ocorridas na interpretação do discurso de diferentes oradores e em geral



Fonte: Elaboração própria.

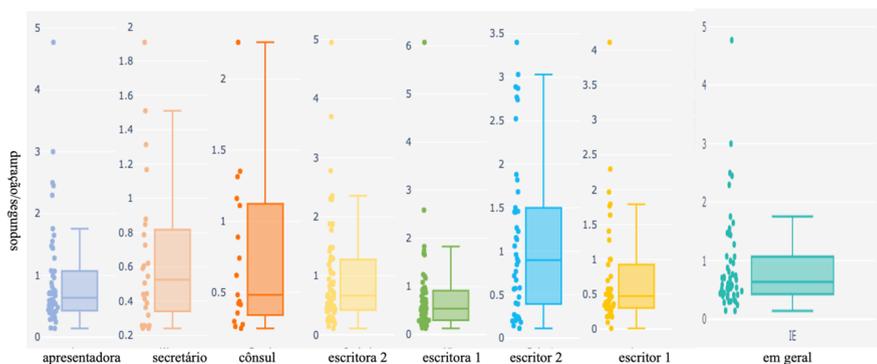
Ao observarmos a Figura 5, descobrimos que na interpretação dos falantes portugueses (escritor 2 e escritora 2), ocorrem menos pausas silenciosas que excedem 0.6 segundo. Assim indicamos a possibilidade de que na interpretação para a Língua A, o intérprete tem melhor automonitorização da sua produção, evitando assim pausas silenciosas muito longas.

Tabela 7 – Estatísticas descritivas de interrupções de expressão

interrupções de expressão					
	contagem	médio	desvio padrão	mínimo	máximo
apresentadora	52.00	0.93	0.84	0.14	4.77
secretário	24.00	0.65	0.44	0.24	1.91
cônsul	17.00	0.74	0.55	0.25	2.26
escritora portuguesa	60.00	0.97	0.89	0.11	4.95
escritora chinesa	62.00	0.74	0.84	0.13	6.07
escritor português	42.00	1.15	0.93	0.11	3.40
escritor chinês	42.00	0.73	0.77	0.01	4.12

Fonte: Elaboração própria.

Figura 6 – Diagrama de caixa de interrupções de expressão ocorridas na interpretação do discurso de diferentes oradores e em geral



Fonte: Elaboração própria.

Descobrimos que existem diferenças no padrão das disfluências ocorridas na interpretação dos discursos de diferentes oradores e explicitamos essas diferenças através dos diagramas de caixa (Figuras 4, 5 e 6), que representam a frequência e duração das disfluências e a estabilidade desses dados. Acreditamos que é necessário aprofundar a investigação sobre os fatores responsáveis por estas diferenças, incluindo a localidade, a direção de interpretação, o gênero do orador, a ordem, a velocidade e a duração do discurso-fonte.

5.2 Teste U de Mann Whitney

Tabela 8 – Resultado do teste *U* de *Mann Whitney* da duração das disfluências

fatores \ dimensões	duração média de PS	duração média de HV	duração média de IE
direção	$p > 0.05$	$p = 0.0000017292316643946$, $0.331128463(\text{ch-}$ $\text{pt}) > 0.303032727(\text{pt-ch})$	$p = 0.0262834858839969$, $1.000302521(\text{remotamen}$ $\text{te}) > 0.781416667(\text{localme}$ $\text{nte})$
localização	$p > 0.05$	$p = 0.00476749531370277$, $0.324614699(\text{localmente}) > 0.3$ $09596413(\text{remotamente})$	$p = 0.0146517046996415$, $1.043156863(\text{remotaeme}$ $\text{nte}) > 0.778116751(\text{localm}$ $\text{ente})$
género do orador	$p > 0.05$	$p = 0.0111843717993482$, $0.331297872(\text{feminino}) > 0.304$ $810811(\text{masculino})$	$p > 0.05$

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 8, mostra-se o resultado do teste *U* de *Mann Whitney* na significância estatística da diferença dos valores médios da duração de pausas silenciosas, hesitações vocalizadas e interrupções de expressão entre diferentes grupos, nomeadamente, os grupos “localmente e remotamente”, os grupos “A→B e B→A” e os grupos “oradores femininos e masculinos”. Para os grupos que mostram uma diferença significativa no valor médio entre as duas variáveis, mostra-se também a comparação da duração média. Assim, podemos observar que a direção A→B e o distanciamento do orador são dois indicadores significativos para uma maior duração de HV e IE ocorridas na interpretação, e a duração de HV é mais longa quando se trata uma oradora.

Tabela 9 – Resultado do teste *U* de Mann Whitney das dimensões do grau de fluência

fatores / dimensões	velocidade de interpretação	taxa de articulação	comprimento médio de corrida	taxa de fonação
direção	p=1.37155175347589E-06, 5.258163603(pt-ch)>4.305317129(ch-pt)	p=6.533588390385237e-06, 5.98664767(pt-ch)>4.982249438(ch-pt)	p>0.05	p=0.0149900417334524, 0.964821762(pt-ch)>0.937783569(ch-pt)
localização	p=0.00493950281344934, 5.133004032(remotamente)>4.491470489(localmente)	p=0.0007552863544530808, 6.027974617(remotamente)>5.145297169(localmente)	p>0.05	p>0.05
gênero do orador	p>0.05	p>0.05	p>0.05	p=0.00040423833092613, 0.963143904(masculino)>0.26200463(feminino)

fatores / dimensões	números médios de PS	duração média de PS	números médio de HV	duração média de HV	números médios de IE	duração média de IE
direção	p=0.0379975290380759, 0.152452196 (ch-pt)>0.093805323(pt-ch)	p>0.05	p>0.05	p>0.05	p>0.05	p>0.05
localização	p>0.05	p>0.05	p>0.05	p>0.05	p=0.028739296105786, 0.13029227(remotamente)>0.093753528(localmente)	p=0.0116757435738858, 1.047792256(remotamente)>0.667275458(localmente)
gênero do orador	p=0.00112614015093547, 0.176773237(feminino)>0.098140733(masculino)	p=0.000839564742037697, 0.401399419(feminino)>0.24630227(masculino)	p>0.05	p>0.05	p>0.05	p>0.05

Fonte: Elaboração própria.

Quando fazemos estatísticas de acordo com cada turno, em relação ao grau de fluência, mostram-se diferenças significativas (marcadas em amarelo na Tabela 9) entre diferentes direções de interpretação, oradores diferentemente localizados e oradores de gêneros distintos na maioria das dimensões adotados do grau de fluência, com exceção do comprimento médio de corrida, números médios de hesitações vocalizadas e durações médias de hesitações vocalizadas. Neste sentido, indicamos que a direção A→B, o distanciamento do orador e discurso-fonte dado pelas oradoras são três indicadores significativos para a degradação de fluência em geral.

5.3 Correlação de *Spearman*

Tabela 10 – Análise de correlação entre o tempo de começo e a duração de disfluências

	duração de PS	duração de HV	duração de IE
tempo de começo	p>0.05	$\rho=0.08$, p=0.045071 6747911344 56	p>0.05

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 10 mostra-se a correlação de *Spearman* entre a duração de disfluências e o tempo quando elas acontecem. Apenas para a HV, a duração mostra uma mínima correlação positiva com o tempo de início das disfluências, com o coeficiente de correlação *Spearman* de 0.08 ($p = 0.045$). Contudo, como mostrado na Tabela 11, nas estatísticas realizadas conforme cada turno, quanto mais atrás o turno fica na ordem de ocorrência, mais baixo é o nível de fluência, com a taxa de fonação a descer ($\rho = -0.67$, $p = 1.91E-08$), pausas silenciosas a aumentarem ($\rho = 0.62$, $p = 2.12E-07$). Também se observa um crescimento na duração média das pausas silenciosas ($\rho = 0.66$, $p = 2.38E-08$) e das interrupções de expressão ($\rho = 0.29$, $p = 0.032$). Estas observações, portanto, indicam uma correlação entre a ordem de turno e o grau de fluência da interpretação. Neste sentido, observamos uma assimetria entre os resultados conforme as disfluências individuais e de acordo com os turnos de interpretação. Uma possível explicação para essa discrepância é que o coeficiente pode ser influenciado pelo nível da estabilidade estatística. Os coeficientes de variação (o desvio padrão dividido pela média) das durações das hesitações vocalizadas ($cv = 0.621$) e das interrupções de expressões ($cv = 0.948$) são mais altos do que os coeficientes de variação das durações médias de cada turno das hesitações vocalizadas ($cv = 0.370$) e das interrupções de expressões ($cv = 0.613$). E os coeficientes de correlação das durações de disfluências podem ser influenciados por alguns valores muito grandes e muito pequenos, que são médios no processo de cálculo da correlação de acordo com cada turno. Portanto, confirmamos que ao passar do tempo da interpretação, a carga cognitiva

da tarefa sobrecarrega os recursos cognitivos do intérprete, degradando-se assim a fluência ao longo desse processo.

Tabela 11 – Análise de correlação entre a duração, a velocidade do discurso-fonte, a ordem de turno e o grau de fluência

fatores \ dimensões	velocidade da interpretação	taxa de articulação	duração média da	taxa de fonação
duração do turno (TF)	p>0.05	p>0.05	p>0.05	q=-0.43, p=0.000989 6297624522 115
velocidade do discurso-fonte	p>0.05	p>0.05	p>0.05	p>0.05
ordem de turno	p>0.05	p>0.05	p>0.05	q=-0.67, p=1.913217 0600883588 e-08

fatores \ dimensões	números médios de PS	duração média de PS	números médios de HV	duração média de HV	números médios de IE	duração média de IE
duração do turno (TF)	q=0.48, p=0.00018238 324842248334	q=0.33, p=0.011966 1408759244 75	p>0.05	q=0.29, p=0.031759 6195010062 7	p>0.05	q=0.46, p=0.000308 4451484566 652
velocidade do discurso-fonte	p>0.05	p>0.05	p>0.05	p>0.05	p>0.05	p>0.05
ordem de turno	q=0.62, p=2.12230775 01271097e-07	q=0.66, p=2.377802 6224885925 e-08	p>0.05	p>0.05	p>0.05	q=0.29, p=0.032171 0487375992 74

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 11, mostra-se que a duração de turno tem uma correlação média e estatisticamente significativa com a taxa de fonação, a taxa de articulação, os números médios de pausas silenciosas, a duração média das pausas silenciosas e a duração média de interrupções de expressão e tem uma correlação pequena com a duração média de hesitações vocalizadas. Como referimos no último parágrafo, quanto mais atrás os turnos, ocorrem, em geral, mais disfluências na interpretação. Assim, confirmamos que a duração de turno e a ordem de turno têm impactos significativos relativos ao grau de fluência, enquanto a velocidade do discurso não mostra correlação estatisticamente significativa com a fluência.

5.4 Correlação de Kendall

Tabela 12 – Análise de correlação entre a duração das disfluências e a velocidade e duração do discurso-fonte

	duração m édia de PS	duração m édia de HV	duração m édia de IE
duração do turno (TF)	$p > 0.05$	$p > 0.05$	$p > 0.05$
velocidade do discurso- fonte	$p > 0.05$	$p > 0.05$	$p > 0.05$

Fonte: Elaboração própria.

Calcula-se também o coeficiente de correlação de *Kendall* (Tabela 12) entre a duração das disfluências e a duração de turno e a velocidade do discurso onde se ocorrem estas disfluências. Contudo, nenhuma das correlações é estatisticamente significativa.

6 Discussão de dados

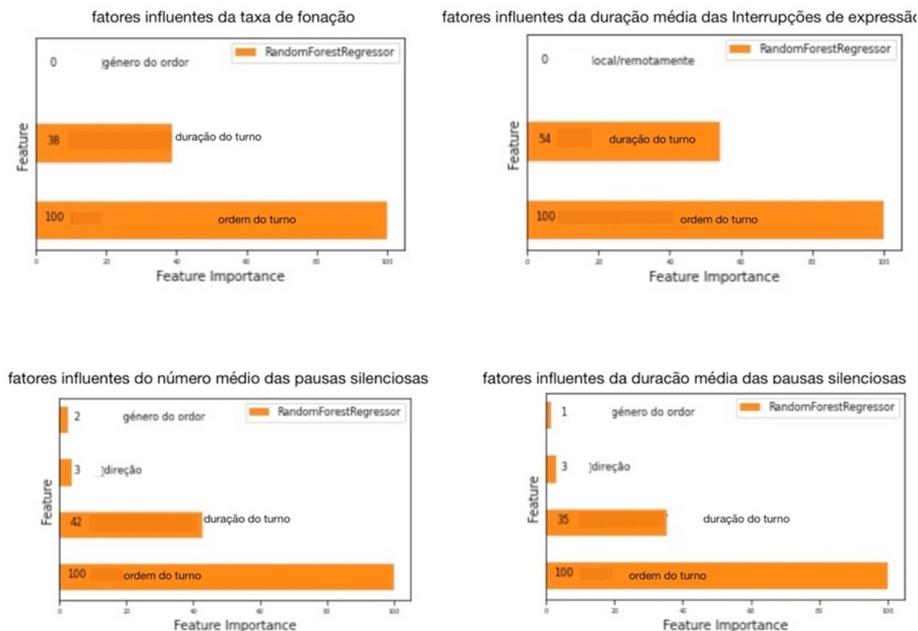
Na presente seção, discutimos e analisamos os resultados estatísticos do *corpus*, focando nas perguntas seguintes:

1. Quais são os fatores influentes na carga cognitiva destacados no presente *corpus*?
2. Quais são as explicações possíveis para esse destaque?

Em primeiro lugar, observamos uma correlação significativa entre a ordem de turno de interpretação e a fluência, o que coincide com a nossa expectativa. Tendo estabelecido modelos de regressão sobre como os fatores influentes podem afetar o grau de fluência, confirmamos que a ordem de turno é o mais importante entre vários fatores. Portanto,

indicamos que um tempo longo de trabalho aumenta a carga cognitiva, o que é fator principal que causa a degradação da fluência.

Figura 7 – Importância do fator



Fonte: Elaboração própria.

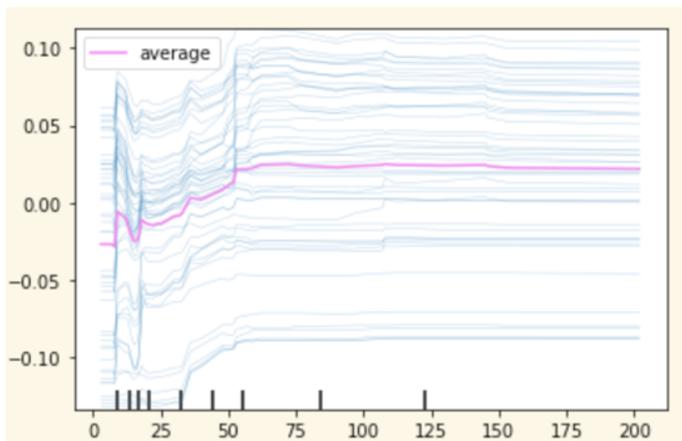
Na Figura 7, vê-se uma importância alta da ordem de turno em relação à taxa de fonação, número e duração das pausas silenciosas. Como referimos nas seções anteriores, a taxa de fonação é a produção real da fala, em oposição às pausas silenciosas (Mead, 2005), e é calculada baseada na duração e quantidade das pausas silenciosas. Propomos que entre os diferentes tipos de disfluências, as pausas silenciosas são as mais influenciadas pelo aumento do tempo total de trabalho do intérprete.

Surpreendentemente, não observamos nenhuma correlação estatisticamente significativa entre a velocidade do discurso-fonte e a disfluência no nosso *corpus*. Consideramos que isso tem a ver com a natureza da interpretação consecutiva, ou seja, como não é preciso produzir interpretação simultaneamente com o orador do discurso-fonte, o intérprete pode realizar a interpretação ao seu próprio ritmo,

e a velocidade de interpretação não é influenciada pela taxa de fala do orador. Mesmo assim, ainda não conseguimos explicar a neutralidade de outras dimensões de disfluência face ao aumento da velocidade do discurso-fonte (Plevoets; Defrancq, 2018).

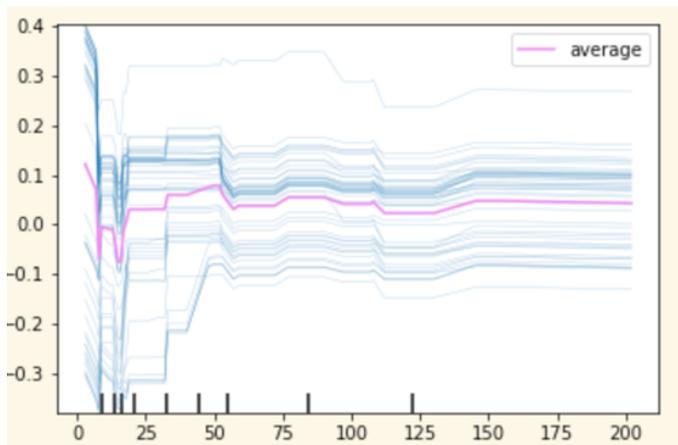
Observa-se uma relação moderada, mas estatisticamente significativa entre a extensão do discurso-fonte e o grau de fluência da interpretação. Sendo assim, consideramos que no *corpus* de presente trabalho, existe uma correlação entre o aumento da duração de turno e a inferioridade na fluência de interpretação, o que indica um aumento de carga cognitiva da tarefa, embora não seja muito forte. Para aprofundar nesse sentido e explorar como a fluência é modelada pela duração do discurso-fonte, elaboramos gráfica de dependência parcial (tendo em consideração outros fatores significativamente correlacionados com a fluência), mostrando-se nas figuras seguintes um modelo da relação entre a duração do discurso-fonte e as diferentes dimensões de fluências. Observamos que, em geral, o grau de fluência diminui com o aumento da duração do discurso-fonte.

Figura 8 – Dependência parcial do número médio de pausas silenciosas em relação à duração do discurso-fonte ($r^2=0.59$)



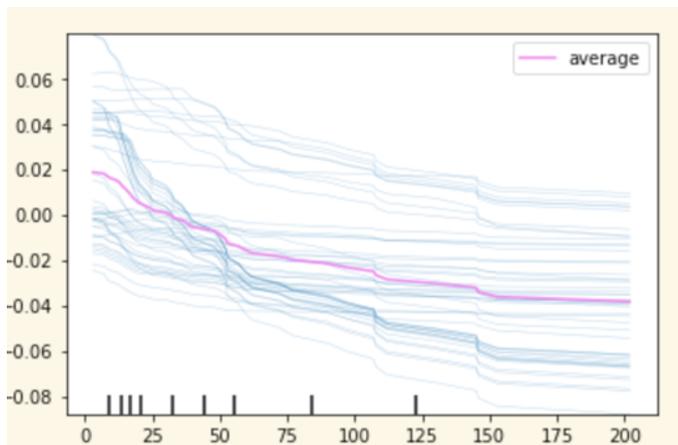
Fonte: Elaboração própria.

Figura 9 – Dependência parcial da duração média das pausas silenciosas em relação à duração do discurso-fonte ($r^2=0.65$)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 10 – Dependência parcial da taxa de fonação em relação à duração do discurso-fonte ($r^2=0.73$)



Fonte: Elaboração própria.

Além disso, também se observam mais pausas silenciosas na direção A→B do que na B→A e a diminuição de taxa de fonação quando

a interpretação ocorre na A→B. A duração de hesitações vocalizadas e de reparações são também mais longas na direção A→B. Ao reparar que as durações médias de turno são diferentes nas duas direções, eliminamos alguns dados do grupo A→B para manter a duração entre o discurso-fonte dos dois grupos, e os resultados da comparação dos valores médios mantêm iguais. Isso coincide com o resultado dos estudos prévios referidos (Plevoets; Defrancq, 2018) que também se observam mais hesitações vocalizadas na direção A→B. Além disso, consideramos que a fluência na interpretação B→A é relacionada com a variante do português falada pelo intérprete. Dado que todos os escritores portugueses no seminário falam o português europeu, é possível que o intérprete distribua a sua atenção em controlar o seu sotaque de português do Brasil para garantir a compreensão dos escritores portugueses.

Para além disso, a degradação da fluência da interpretação quando o orador participa no evento via vídeo é também significativa. Para além do possível impacto da qualidade de vídeo e áudio, esta inferioridade na interpretação pode ter a ver com a audiência invisível do evento, e alguns desses ouvintes *online* são bilingues de chinês e português capazes de compreender tanto o discurso-fonte quanto o discurso-alvo. Assim o desempenho esperado do intérprete é relativamente alto, o que pode aumentar de certa maneira a carga cognitiva do intérprete. Ambos os participantes *online* são portugueses, e ao considerarmos que o intérprete traduz mais fluentemente na direção para a sua Língua A (o chinês), esta degradação na interpretação dos discursos remotamente transmitidos é muito destacada.

Também notamos uma interpretação mais fluente quando o intérprete traduz discursos de oradores masculinos. Contudo, quando fazemos análise de regressão de floresta aleatória sobre os fatores influentes significativos, a importância dessa característica é bastante fraca (veja a Figura 8). Como propomos anteriormente, isso pode ter a ver com a preferência pessoal do intérprete ou da pronúncia dos oradores, o que será um tópico interessante para explorar no futuro.

7 Considerações finais

Como uma atividade altamente exigente, a interpretação requer um recurso de atenção alta e contínua dos intérpretes, sem o qual o desempenho pode ser prejudicado. E diversos fatores têm sido propostos e testados como fatores influentes sobre a carga cognitiva assim causada.

O presente trabalho estuda os indicadores para disfluências ocorridas na interpretação e propõe explicações possíveis baseadas no processo cognitivo da interpretação. Entre esses indicadores, destacamos a duração do discurso-fonte, a presença do orador do discurso-fonte e a direcionalidade de interpretação, que têm impactos significativos em relação à fluência da interpretação.

Estas observações oferecem possibilidades a estudos futuros na interpretação consecutiva entre chinês e português. Uma dessas possibilidades diz respeito à seleção do instrumento de manipulação da dificuldade da tarefa nos estudos experimentais. Como referimos nas seções anteriores, a velocidade do discurso é mais utilizada como instrumento para manipular a exigência cognitiva da tarefa. Entretanto, conforme o resultado do presente estudo, a velocidade de fala ligeiramente aumentada do orador não aumenta necessariamente uma carga cognitiva. Em contraste, a duração de turno é um fator importante para reduzir a fluência da fala de intérprete. Quanto à direção de interpretação, a produção é mais fluente na direção B→A, o que coincide com resultados dos estudos prévios na interpretação entre o inglês e o chinês (Chen, 2020). Visto que a interpretação na direção A→B é muitas vezes exigida no trabalho dos intérpretes chineses, propomos mais treinamento apostado à interpretação para a Língua B. Com a videoconferência a expandir a sua influência na interpretação consecutiva, encontros semi-presenciais com parte dos participantes a assistirem *online* são mais frequentes. Baseando nas observações do presente trabalho, consideramos que o distanciamento de alguns dos participantes pode aumentar a carga cognitiva, degradando-se assim a qualidade de interpretação. Deve-se então aos investigadores científicas explorar a natureza desse modo de interpretação, para que os intérpretes se possam adaptar melhor às novas condições.

Finalmente, ao observarmos a significância estatística da correlação entre os indicadores e as diferentes dimensões de fluência, relevamos que a taxa de fonação, a duração e o número das pausas silenciosas e a duração das interrupções de expressão são relacionadas com a maioria dos indicadores. Desse modo, consideramos que são essas as dimensões mais relevantes à interpretação do presente trabalho, ou seja, com essas dimensões de fluência, podemos observar melhor como as características da tarefa e do ambiente podem influenciar a carga cognitiva envolvida na tarefa de interpretação. Desse modo, consideramos que a pausa silenciosa

é um indicador útil e altamente sensível ao aumento da carga cognitiva, que se pode utilizar como instrumento de medição nos estudos futuros.

Existem algumas limitações no presente trabalho. Em primeiro lugar, apesar de considerarmos vital observar as estratégias adotadas pelo intérprete, faltam-nos, no momento, as informações retrospectivas do intérprete. Sendo assim, não se inclui no presente estudo uma discussão de estratégias adotadas pelo intérprete como solução da sobrecarga cognitiva. Sendo o presente trabalho um estudo de caso, os resultados não podem ser generalizados. Contudo, consideramos o estudo como uma tentativa de examinar a carga cognitiva através da avaliação do grau de (dis)fluência dos intérpretes em um contexto real.

Referências

ANGELONE, E. Uncertainty, uncertainty management and metacognitive problem solving in the translation task. *Translation and cognition*, 15, p. 17-40, 2010.

ANTUNES, S.; MENDES, A.; GONÇALVES, A.; JANSSEN, M. et al. Apresentação do Corpus de Português Língua Estrangeira/ Língua Segunda–COPLE2. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, n. 1, 2020. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24717/1/Antunes_et_al_2015-COPLE2.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

BANYAI, I. *Zoom*. Penguin, 1998. 0140557741.

BÓNA, J.; BAKTI, M. The effect of cognitive load on temporal and disfluency patterns of speech: Evidence from consecutive interpreting and sight translation. *Target. International Journal of Translation Studies*, 32, n. 3, p. 482-506, 2020.

BRAUN, S. Keep your distance? Remote interpreting in legal proceedings: A critical assessment of a growing practice. *Interpreting*, 15, p. 200-228, 2013.

CAI, Z. G.; GILBERT, R. A.; DAVIS, M. H.; GASKELL, M. G. et al. Accent modulates access to word meaning: Evidence for a speaker-model account of spoken word recognition. *Cognitive Psychology*, 98, p. 73-101, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0010028517300762>. Acesso em: 07 set. 2022.

CECOT, M. Pauses in simultaneous interpretation: A contrastive analysis of professional interpreters' performances. *The interpreters' newsletter*, 11, p. 63-85, 2001. Disponível em: <https://www.openstarts.units.it/bitstream/10077/2448/1/04.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

CENOZ, J. Pauses and hesitation phenomena in second language production. *ITL-International Journal of Applied Linguistics*, 127, n. 1, p. 53-69, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312018556_Pauses_and_hesitation_phenomena_in_second_language_production#fullTextFileContent. Acesso em: 07 set. 2022.

CHEN, S. The construct of cognitive load in interpreting and its measurement. *Perspectives*, 25, n. 4, p. 640-657, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0907676X.2016.1278026?journalCode=rmps20>. Acesso em: 07 set. 2022.

CHEN, S. The impact of directionality on the process and product in consecutive interpreting between Chinese and English: Evidence from pen recording and eye tracking. *JOURNAL OF SPECIALISED TRANSLATION*, n. 34, p. 100-117, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344277441_The_impact_of_directionality_on_the_process_and_product_in_consecutive_interpreting_between_Chinese_and_English_Evidence_from_pen_recording_and_eye_tracking#fullTextFileContent. Acesso em: 07 set. 2022.

CORPAS PASTOR, G.; GABER, M. Remote interpreting in public service settings: technology, perceptions and practice. 2020. Disponível em: http://www.skase.sk/Volumes/JTI19/pdf_doc/04.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

DE JONG, N. H.; BOSKER, H. R., 2013, *Choosing a threshold for silent pauses to measure second language fluency*. 17-20. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/290440831_Choosing_a_threshold_for_silent_pauses_to_measure_second_language_fluency. Acesso em: 06 set. 2022.

DECHERT, H.-W.; RAUPACH, M. *Psycholinguistic models of production*. Praeger, 1987. 0893912115.

DEFRANCQ, B.; PLEVOETS, K. Over-uh-load, filled pauses in compounds as a signal of cognitive load. In: *Making way in corpus-based interpreting studies*: Springer, 2018. p. 43-64.

DUAN, Y. W., YUWEN. 汉英交替口译非流利现象个案研究. 北京第二外国语学院学报, 35, n. 4, p. 29-36, 2013.

ENGLE, R. W. Working memory capacity as executive attention. *Current directions in psychological science*, 11, n. 1, p. 19-23, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1111/1467-8721.00160>. Acesso em: 07 set. 2022.

GAZZANIGA, M. B. I., RICHARD; MANGUN, GEORGE R. *Cognitive Neuroscience: The Biology of the Mind (Fifth Edition)*. W. W. Norton & Company, 2018. 978-0-393-60317-0.

GERVER, D. A psychological approach to simultaneous interpretation. *Meta: Journal des traducteurs/Meta: Translators' Journal*, 20, n. 2, p. 119-128, 1975. Disponível em: <https://www.erudit.org/en/journals/meta/1975-v20-n2-meta268/002885ar.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

GILE, D. The Effort Models: Clarifications and Update. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303249990_The_Effort_Models_-_Clarifications_and_update. Acesso em: 07 set. 2022.

GILE, D.; WEININGER, M. J.; DOS SANTOS, G. B. F.; BARBOSA, D. M. Testando a hipótese da “corda bamba” do modelo dos esforços na interpretação simultânea—uma contribuição. *Cadernos de tradução*, n. 2, p. 590-647, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285620081_Testando_a_hipotese_da_corda_bamba_do_modelo_dos_esforcos_na_interpretacao_simultanea_-_uma_contribuicao#fullTextFileContent. Acesso em: 07 set. 2022.

GOLDMAN-EISLER, F. *Psycholinguistics: Experiments in spontaneous speech*. 1968.

GUMUL, E. *Explicitation in simultaneous interpreting. A study into explicating behaviour of trainee interpreters*. Wydawnictwo Uniwersytetu Śląskiego, 2017. 8322632347.

GUMUL, E. Explicitation and cognitive load in simultaneous interpreting: Product-and process-oriented analysis of trainee interpreters' outputs. *Interpreting*, 23, n. 1, p. 45-75, 2021.

INTERPRETERS, I. A. O. C. *Notes on videoconferencing*. 2015. Disponível em: <https://aiic.org/document/4422/Notes%20on%20videoconferencing%20-%20ENG.pdf>. Acesso em: 24 de 6 de 2022.

JOHANNSEN, G. Workload and workload measurement. In: *Mental workload*: Springer, 1979. p. 3-11.

JUN, Y. 口语非流利产出研究述评. 外语教学与研究: 外国语文双月刊, 36, n. 4, p. 278-284, 2004.

KAHNG, J. Exploring utterance and cognitive fluency of L1 and L2 English speakers: Temporal measures and stimulated recall. *Language Learning*, 64, n. 4, p. 809-854, 2014.

LICKLEY, R. J. Fluency and Disfluency. In: REDFORD, M. A. (Ed.). *The handbook of speech production*, 2015. cap. 20, p. 445.

LIN, Y.; LV, Q.; LIANG, J. Predicting fluency with language proficiency, working memory, and directionality in simultaneous interpreting. *Frontiers in psychology*, 9, p. 1543, 2018. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2018.01543/full>. Acesso em: 07 set. 2022.

LINEK, S. B.; GERJETS, P.; SCHEITER, K. The speaker/gender effect: does the speaker's gender matter when presenting auditory text in multimedia messages? *Instructional Science*, 38, n. 5, p. 503-521, 2010.

LOPES, L. M. P. *Interpretação entre idiomas muito diferentes: o caso do chinês e do português e o seu impacto na prática de interpretação*. 2018. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/33049/1/ulfl243175_tm.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

MACÍAS, M. P. Probing quality criteria in simultaneous interpreting: The role of silent pauses in fluency. *Interpreting*, 8, n. 1, p. 25-43, 2006.

MARKHAM, P. L. Gender and the perceived expertness of the speaker as factors in ESL listening recall. *Tesol Quarterly*, 22, n. 3, p. 397-406, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3587286>. Acesso em: 07 set. 2022.

MEAD, P. Methodological issues in the study of interpreters' fluency. 2005. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Methodological-issues-in-the-study-of-interpreters%27-Mead/28d73f3fdb1483a0c8e5476690ee2059718ce2f5>. Acesso em: 07 set. 2022.

MIKKELSON, H.; JOURDENAIS, R. *The Routledge handbook of interpreting*. Routledge New York, 2015. 041581166X.

MONIZ, H.; MATA, A. I.; TRANCOSO, I. A classificação das disfluências como mecanismos de (dis) fluência e os seus contextos prosódicos. *Textos*

Selecionados do XXVI Encontro Nacional da APL, 2011. Disponível em: <https://www.inesc-id.pt/publications/7533/pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

MOSER, B. Simultaneous interpretation: A hypothetical model and its practical application. In: *Language interpretation and communication*: Springer, 1978. p. 353-368.

PAAS, F.; TUOVINEN, J. E.; TABBERS, H.; VAN GERVEN, P. W. Cognitive load measurement as a means to advance cognitive load theory. In: *Educational psychologist*: Routledge, 2016. p. 63-71.

PLEVOETS, K.; DEFRANCQ, B. The effect of informational load on disfluencies in interpreting: A corpus-based regression analysis. *Translation and Interpreting Studies. The Journal of the American Translation and Interpreting Studies Association*, 11, n. 2, p. 202-224, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/293504982_The_effect_of_informational_load_on_disfluencies_in_interpreting_A_corpus-based_regression_analysis. Acesso em: 07 set. 2022.

PLEVOETS, K.; DEFRANCQ, B. The cognitive load of interpreters in the European Parliament: A corpus-based study of predictors for the disfluency uh (m). *Interpreting*, 20, n. 1, p. 1-28, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324782271_The_cognitive_load_of_interpreters_in_the_European_Parliament_A_corpus-based_study_of_predictors_for_the_disfluency_uhm. Acesso em: 07 set. 2022.

POCHHACKER, F. *Routledge encyclopedia of interpreting studies*. Routledge, 2015. 1317391268.

PÖCHHACKER, F. *Simultandolmetschen als komplexes Handeln*. Gunter Narr Verlag, 1994. 3823340794.

PÖCHHACKER, F. *Introducing interpreting studies*. Routledge, 2016. 1315649578.

SHEN, M.; LV, Q.; LIANG, J. A corpus-driven analysis of uncertainty and uncertainty management in Chinese premier press conference interpreting. *Translation and Interpreting Studies. The Journal of the American Translation and Interpreting Studies Association*, 14, n. 1, p. 135-158, 2019.

SKEHAN, P. Task-based instruction. *Language teaching*, 36, n. 1, p. 1-14, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/231787670_Task-Based_Instruction. Acesso em: 07 set. 2022.

SLOETJES, H.; WITTENBURG, P. Annotation by category—ELAN and ISO DCR. I: Proceedings of the 6th International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC 2008). *Marrakech: European Language Resources Association*, 2008. Disponível em: http://www.lrec-conf.org/proceedings/lrec2008/pdf/208_paper.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

SONG, S. Fluency in simultaneous interpreting of trainee interpreters: the perspectives of cognitive, utterance and perceived fluency. 2020. Disponível em: <https://theses.lib.polyu.edu.hk/bitstream/200/10418/1/991022378657903411.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

TAVAKOLI, P.; SKEHAN, P. Strategic planning, task structure, and performance testing. In: *Planning and task performance in a second language*, 2005. v. 239273, cap. 9.

WICKENS, C. D.; HELTON, W. S.; HOLLANDS, J. G.; BANBURY, S. *Engineering psychology and human performance*. Routledge, 2021. 1003177611.

XIN, S. 英汉交替传译中不当停顿的出现原因和应对策略. 2020. Unpublished thesis (硕士) -, 上海外国语大学 Disponível em: 10.27316/d.cnki.gswyu.2020.000139.

YANG, L. 中国口译学习者汉英交替传译流利度的探索性研究. *浙江外国语学院学报*, n. 1, p. 60-68, 2015.

YIN, B.; CHEN, F.; RUIZ, N.; AMBIKAI RAJAH, E., 2008, *Speech-based cognitive load monitoring system*. IEEE. 2041-2044.

ZHOU, J.; SUN, Y. Omissão na interpretação consecutiva de português para chinês por aprendentes chineses. *Letras de hoje*, 55, n. 3, p. e37614-e37614, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/37614/26413>. Acesso em: 07 set. 2022.

ZIEGLER, K.; GIGLIOBIANCO, S. Present? Remote? Remotely present! New technological approaches to remote simultaneous conference interpreting. *Interpreting and technology*, p. 119-139, 2018. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjT7pGlkIL6AhWuplYBHRjrC2IQFnoECAMQAQ&url=https%3A%2F%2Fangsci-press.org%2Fcatalog%2Fview%2F209%2F1703%2F1347-1&usq=AOvVaw2LhUxGFcCr4A4kW1eo-5VG>. Acesso em: 07 set. 2022.



O discurso da disciplina, da biopolítica e a normalização dos corpos em *Tanta gente*, de Eneida de Moraes

The Discourse of Discipline, Biopolitics and the Standardization of Bodies in Tanta gente, by Eneida de Moraes

Renata Guimarães Cabral Lima

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba / Brasil

renata.lima@ufopa.edu.br

<http://orcid.org/0000-0001-6707-3966>

Oriana de Nadai Fulaneti

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba / Brasil

od.fulaneti@uol.com.br

<http://orcid.org/0000-0001-5959-7292>

Resumo: Este artigo objetiva analisar o discurso do poder disciplinar articulado ao discurso do poder regulamentador na crônica *Tanta gente*, de Eneida de Moraes, elucidando os modos de constituição dos sujeitos, o controle dos corpos dos indivíduos, bem como o controle do corpo-espécie. Para realizar essa discussão, foram selecionados alguns enunciados da crônica que manifestam a construção discursiva de sujeitos que não se deixam inserir sem questionamentos nos processos de objetivação/subjetivação. Assim, o trabalho constituiu-se de duas partes. Na primeira, são abordadas algumas reflexões teóricas sobre os conceitos foucaultianos de disciplina, biopolítica e biopoder; na segunda parte, analisa-se como essas estratégias de poder se presentificam na crônica eneidiana e objetivam os sujeitos em grupos estigmatizados. A análise mostra que as personagens são constituídas sob várias formas de coerção, a saber: a exclusão, a rejeição e o abandono.

Palavras-chave: biopoder; biopolítica; corpo; disciplina; Foucault.

Abstract: This article aims to analyze the discourse of disciplinary power articulated with the discourse of regulatory power in the chronicle *Tanta gente*, by Eneida de Moraes, elucidating the ways of constituting the subjects, the control of the bodies of individuals, as well as the control of the massifying body. To carry out this discussion, we selected some parts from the chronic that manifest the discursive construction

of subjects who do not allow themselves to be inserted without questioning in the objectification/ subjectification processes. Thus, the work consisted of two parts. In the first, we approach some theoretical reflections on the foucautian concepts of discipline, biopolitics and biopower; in the second part, we analyze how these power strategies are present in the eneidian chronic and target the subjects in stigmatized groups. The analysis shows that the characters are constituted under various forms of coercion, namely, exclusion, rejection and abandonment.

Keywords: biopower; biopolitic; body; discipline; Foucault.

Recebido em 18 de outubro de 2022.

Aceito em 27 de maio de 2023.

1 Introdução

Na literatura brasileira, especialmente a amazônica, observa-se o registro de memórias como um dos elementos que norteia a narrativa dos textos. Nesses relatos, expressam-se por meio da linguagem literária fatos vivenciados ou ficcionados, que põem em discussão questionamentos acerca de diversas problemáticas humanas de caráter político, social, ético, religioso etc.

Eneida de Moraes (1903-1971) foi uma escritora que centralizou os seus textos, especificamente as crônicas, a partir de uma concepção memorialista. Em suas obras, a autora paraense narra memórias referenciando, principalmente, o ativismo político, nas quais aborda temáticas como o papel da mulher na sociedade patriarcal – período a partir de 1920 –, as desigualdades sociais, os marginalizados e os excluídos. Toda a obra de Eneida é marcada por uma vida dedicada à militância política, à atividade cultural e à produção intelectual.

Para Santos (2009, p. 15), Eneida foi uma mulher moderna aos padrões estabelecidos pela sociedade da época. Transitou por espaços majoritariamente masculinos, como a redação de jornal e a célula partidária ao ingressar no Partido Comunista Brasileiro, onde exerceu intensamente diversas atividades antifascistas, o que resultou em prisões, torturas e exílio.

Eneida de Moraes tornou-se uma libertária, suas inquietações políticas e revolucionárias se refletiam nos textos que escrevia para

os jornais, surgindo, então, as crônicas, que, na época, não foram consideradas cânones literários, mas, hoje, compõem um importante arquivo político, histórico e social. As crônicas tinham o grande objetivo de alcançar as massas, a fim de provocar mudanças na ordem social vigente, por meio de um discurso contestatório que lutava por justiça, visava transformações sociais em um período de extrema exceção liderada pelo Estado Novo (Santos, 2009, p. 11).

Em 1957, Eneida de Moraes publicou a obra *Aruanda*, uma coletânea de crônicas memorialistas que abordam os acontecimentos de infância, as peregrinações nas prisões e a atribulada vida de perseguições em decorrência da atividade política partidária. A primeira edição do livro rendeu elogios dos críticos literários, sendo assim relançada no ano seguinte. Atualmente, a obra consta de um dos acervos da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará e do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Gênero – GEPEM¹.

A crônica *Tanta gente*, objeto de análise deste trabalho, é um dos textos que compõem a coletânea *Aruanda*. No texto, a autora relembra histórias de infância (década de 1910), das quais fala com saudosismo, como também expressa reflexões e indignações acerca da vida de pessoas que são abandonadas pelo Estado e pela sociedade, que a escritora nomeia como “tipos populares”, gente com passados distintos, mas que vivem o presente em situações de exclusão social. Nosso questionamento principal é entender como se constroem o discurso do poder disciplinar alinhado ao discurso do poder regulamentador manifestados na crônica, de modo a evidenciar como essas técnicas de poder se estruturam na sociedade e sofrem resistência de sujeitos que escapam desse processo de dominação.

Para isso, discorreremos brevemente sobre os processos de formação dos discursos das práticas normalizadoras do início do século XX, as quais incidem sobre a objetivação desses sujeitos e que nos permitem apreender as condições históricas de produção.

Com a consolidação da sociedade capitalista, é disseminada a cultura da disciplinarização e da normalização de corpos por meio de instâncias de poder como a família, a escola e a igreja, exercendo-se assim uma vigilância permanente sobre os corpos dos indivíduos, no sentido

¹ O grupo fomenta debates nas áreas de estudo voltadas para as relações de gênero, tomando como referência o percurso marcante da escritora paraense na luta pelos direitos e espaços das mulheres na sociedade.

de adestrá-los e de torná-los dóceis para fins de controle do sistema de produção. Essa sociedade vigilante julga aquilo que é ou não é aceitável socialmente. Assim, insere na marginalidade sujeitos que subvertem padrões sociais instituídos, naturalizando e banalizando modos de exclusão.

No âmbito dessas relações de poder, emergem discursos nos quais esses sujeitos são considerados como loucos e anormais, pois vivem em mundos paralelos, em realidades construídas, imergindo na irracionalidade e na errância, e assim tornando-se desprezíveis pela sociedade de disciplinas e de regulamentações.

No texto que será analisado, o discurso da norma coexiste com discursos resistentes a tais mecanismos de exclusão, pois há na autoria da crônica a manifestação de um sujeito discursivo que denuncia esses processos de segregação, inserindo na centralidade discursiva grupos sociais invisibilizados.

Desse modo, a proposta de desenvolver uma análise com ênfase na discursivização da disciplina e da biopolítica – presente na crônica por meio da normalização dos corpos – tem sua relevância na medida em que poderá contribuir para a compreensão de práticas discursivas que historicamente se constroem resistentes a essa maquinaria de poder e confrontam as normalizações impostas pela sociedade moderna.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar o discurso do poder disciplinar articulado ao discurso do poder regulamentador que emerge na crônica eneídiana, elucidando os modos de constituição dos sujeitos, o controle dos corpos dos indivíduos, bem como o controle do corpo-espécie e a gestão da vida social humana. Fundamentamo-nos nos estudos discursivos desenvolvidos por Michel Foucault referentes aos conceitos de disciplina, biopolítica e biopoder, os quais constituem mecanismos disciplinares e regulamentadores que se convergem e engendram um regime de práticas normalizadoras.

Para realizar esse trabalho, foram selecionados alguns enunciados (organizados por números entre parênteses) da crônica que manifestam a construção discursiva de sujeitos que não se deixam inserir sem questionamentos nos processos de objetivação/subjetivação. Dessa forma, são considerados “anormais”, “abjetos” ao corpo social, por não se enquadrarem no sistema normalizador, tornando-se economicamente inúteis para o Estado e desprezíveis para a sociedade.

O texto foi escrito na década de 1950, mas está situado historicamente na década de 1910, na cidade de Belém, estado do Pará.

Período áureo do ciclo da borracha na Amazônia brasileira, época de estupendo enriquecimento da classe burguesa paraense em disparidade com a miséria vivenciada pelas classes mais pobres da população. Nesse contexto histórico-social, a crônica aborda a marginalização de indivíduos categorizados por suas condutas que não correspondem às convenções sociais instituídas. Assim, são excluídos e rejeitados por uma sociedade extremamente conservadora e patriarcal.

A crônica *Tanta gente* foi escolhida para análise porque é um texto que manifesta discursivamente a engenhosa mecânica do biopoder – que atua tanto pela via individualizante quanto pela via globalizante –, e constitui um astucioso mecanismo de controle tão bem consolidado na sociedade da era moderna.

A discussão do trabalho divide-se em duas partes. Na primeira, faremos algumas reflexões teóricas sobre os conceitos foucaultianos de disciplina, biopolítica e biopoder, destacando como esses dispositivos coadunam-se na aplicação de normas que visam tanto o controle dos corpos individuais como o controle de massa pelo estado capitalista. Na segunda parte, analisaremos como essas estratégias de poder se presentificam na crônica e objetivam os sujeitos em grupos de exclusão.

2 Algumas considerações sobre biopolítica

2.1 Poder capilarizado

Um dos temas mais explorados por Michel Foucault certamente é o poder, seus efeitos e desdobramentos no decorrer da história humana. Em algumas de suas obras (Foucault, 2010, 2014, 2015a, 2015b), o filósofo tece reflexões acerca das relações de poder, e como se manifestam no meio social. Para isso, adota percursos teóricos diferentes da concepção tradicional jurídica do termo que, por sua vez, está fixada na teoria do direito de soberania.

Ressalta-se que esses esquemas teóricos não têm a intenção de conceitualizar o poder, mas primam por analisá-lo sempre no seu aspecto metodológico, em como ele se mostra e se constrói dentro de sistemas tão bem estruturados socialmente.

De acordo com a abordagem foucaultiana, o poder não é uma apropriação, na medida em que é observado do ponto de vista histórico, não é algo que possa ser possuído por uns e privado a outros; trata-se de

algo exercido nas diferentes relações sociais. Como em rede, perpassa pelos indivíduos e é alvo de enfrentamentos estratégicos, de lutas travadas, nas quais se obtêm vitórias e derrotas, e, portanto, está situado em uma relação de combate; quem exerce esse poder não o tem de forma permanente, ele tem um caráter de mobilidade e não está estatizado (Foucault, 2015a, p. 207-208).

Foucault (2015a, p. 209) considera que o poder não tem uma localização específica, não está situado, por exemplo, nos aparatos estatais, estes estão difundidos no sistema de poder, fazem parte da organização política do Estado, como também estão acoplados no sistema disciplinar regido pelas instituições como a família, a igreja, a escola. Nesse sentido, o poder é exercido nas mais diversas instâncias, não apenas nas instâncias políticas.

Na perspectiva foucaultiana, o poder não deve ser entendido como um fator substancial que assegura o modo de produção, mas como parte constitutiva desse sistema. A sociedade industrial extrai tempo da vida dos indivíduos para convertê-lo em força de trabalho e, por conseguinte, transformá-lo em força produtiva. É o sistema de sequestração que objetiva canalizar produtividade, quando simplifica a vida dos homens aos propósitos de mercado (Foucault, 2015a, p. 211).

O estudioso francês parte do princípio de que o poder não é ideológico, é, na verdade, um espaço de formação do saber. É o acúmulo do saber, a obtenção desse conhecimento científico e empírico que assevera o exercício do poder, que o institucionaliza e o torna legitimável.

O pensamento filosófico foucaultiano concebe que se faz necessário estudar o poder nas suas instâncias mais capilares, onde ocorrem os processos de dominação e sujeição, a partir dos quais os sujeitos são constituídos pelos efeitos de poder que se exercem sobre os seus corpos (Foucault, 2015b, p. 284).

Ancorando-se nessa linha metodológica de estudo sobre o poder, considera-se importante abordar o sistema de poder soberano e a transição para um modelo de poder disciplinar, que mediante a instrumentalização de técnicas de controle individual culminará em um sistema centrado na biopolítica, no controle de uma população, no controle de uma multiplicidade de corpos.

São essas mecânicas de poder disciplinares e regulamentadoras que buscaremos apreender na crônica *Tanta gente*, analisando discursivamente como elas se manifestam na sociedade, objetivam os

sujeitos em grupos de exclusão, e como estes são abandonados, “deixados a morrer”, por uma política de Estado que essencialmente deveria primar pela preservação da vida humana.

2.2 Poder disciplinar

Até meados do século XVIII, a sociedade estava organizada em torno de diretrizes do direito soberano que consistia em controlar o território, cobrar impostos pelo uso da terra, acumular riquezas e bens, e, principalmente, possuía atributos sobre a vida dos indivíduos (Foucault, 1988, p.148).

Ao soberano era instituído o direito da vida e da morte dos seus súditos, um poder baseado na teoria clássica do direito jurídico que em primeiro plano buscava garantir a vida, no entanto, estava mais inclinado para a morte. O Estado de soberania tinha o direito de matar, o que para Foucault constitui-se em um paradoxo teórico:

[...] em relação ao poder, o súdito não é, de pleno direito, nem vivo nem morto. Ele é, do ponto de vista da vida e da morte, neutro, e é simplesmente por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou tem direito, eventualmente, de estar morto. Em todo caso, a vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana. Aí está o paradoxo teórico. Paradoxo teórico que deve se completar, evidentemente, por uma espécie de desequilíbrio prático. [...] O direito de vida e de morte só se exerce de uma forma desequilibrada, e sempre do lado da morte. O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar (Foucault, 2010, p. 202).

Para Foucault (2010, p. 202), a primazia do poder soberano concentrava-se na efetivação desse direito de matar. Instaure-se o princípio do “fazer morrer e deixar viver”, pondo em ênfase a espetacularização da morte com ritualizações de punições e torturas visíveis a toda sociedade. A morte tinha sua visibilidade e funcionava como castigo àqueles que afrontavam ou representavam ameaça à sobrevivência do Estado de Soberania.

A partir da segunda metade do século XVIII, surge uma nova mecânica de poder que não está mais centralizada em capitalizar bens e riquezas, mas, essencialmente, volta-se para a vigilância e a disciplinarização

dos corpos individuais por meio de instrumentos de controle regidos pelas instituições sociais, como a família, a escola, o quartel, e a igreja.

Esse poder disciplinar exerce-se mediante mecanismos de coerções que visam absorver dos corpos tempo e trabalho, fazendo deles corpos produtivos, treinados e adestrados para concentrarem suas forças no sistema de produção. Uma tecnologia de poder aplicada no detalhe, de forma parametrizada, diferente daquela que se desempenhou na sociedade soberana.

Todos esses aparatos de sequestração de tempo e dos corpos são elementos que constituem esse sistema de produção e objetivam converter a força e o tempo dos homens em interesse de mercado.

De fato, para que serve essa sequestração? Seu primeiro objetivo é submeter o tempo individual ao sistema de produção, mais exatamente a três elementos seus. É preciso submeter o tempo da vida aos mecanismos, aos processos temporais da produção. É preciso que os indivíduos estejam ligados a um aparato de produção segundo certo uso do tempo, que prossegue de hora em hora e fixa o indivíduo ao desenrolar cronológico da mecânica produtiva; isso exclui todas as irregularidades do tipo faltas, farras, festas etc. É preciso que os indivíduos sejam submetidos não só à cronologia da produção, mas também aos ciclos da atividade produtiva (Foucault, 2015a, p. 210).

Nesse domínio disciplinar não se admite que o tempo seja ajustado às “banalidades”, à ociosidade, busca-se preencher esses “vazios” com o exercício do trabalho destinado aos processos industriais e, por conseguinte, ao acúmulo de capital.

É nessa construção disciplinar de atuação sobre os corpos que os sujeitos se constituem e nas microrrelações de poder que ocorrem os processos de objetivação e subjetivação. Para Foucault (2009, p. 231), a objetivação do sujeito se dá de três modos, um primeiro aplicado pela ciência como a filologia, a linguística, a gramática, ou ainda pelos parâmetros econômicos; um segundo por meio das práticas divisoras, pela categorização de pessoas; e o terceiro seria o próprio sujeito se reconhecendo dentro da sociedade. O segundo e o terceiro modos são os que estão mais representados nos sujeitos da crônica *Tanta gente*. São sujeitos categorizados diante daquilo que se impõe como normalidade e anormalidade. Assim, a objetivação que destacaremos na análise do texto concebe o sujeito como produto das relações de poder. Há uma

“forma de poder que se aplica à vida cotidiana imediata e categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele” (Foucault, 2009, p. 235).

Nesse sentido, a objetivação e a subjetivação são processos complementares. O sujeito se constitui no âmbito de relações de poder que incidem sobre o seu corpo, ele é elaborado a partir de discursos construídos pelas instituições sociais e políticas e assim constrói sua própria identidade mediante aquilo que lhe é exterior, como também pela forma como ele se percebe nessas relações e se compreende consigo mesmo. (Foucault, 2009, p. 235).

Dessa forma, Foucault (2015b, p. 293) considera que a grande ambição da sociedade industrial foi inserir sutilmente os indivíduos em um sistema de poder de sequestração, utilizando-se de aparatos coercitivos para engendrar disciplinas e transformá-las em hábitos que conduzem aos procedimentos de normalizações.

Vê-se, então, nascer uma sociedade baseada na prática de normas permanentes, o estabelecimento de um conjunto de regras que não se mostram concretamente impositivas, mas corporificam-se como um processo natural construído a partir da aquisição de hábitos.

No início do século XIX, presencia-se a consolidação desse discurso normalizador que se fundamenta em técnicas disciplinares e faz aparecer “o discurso do mestre, ou seja, o discurso daquele que vigia, dita a norma, estabelece a separação entre o normal e o anormal, avalia, julga, decide: discurso do mestre-escola, do juiz, do médico, do psiquiatra” (Foucault, 2015a, p. 218). Em uma sociedade de normalização, a construção do saber é a condição primordial para o exercício do poder.

2.3 Biopoder

A partir da instauração desse sistema de normalização das disciplinas, Foucault (2010, p. 204) analisa o surgimento de outra tecnologia de poder que se apoia na estrutura dos mecanismos disciplinares, no ajustamento dos corpos múltiplos, na gestão da vida humana, do homem como um conjunto, do corpo-espécie.

Essa nova tecnologia de poder não disciplinar efetua-se em um campo mais global, no controle de uma coletividade, e, portanto, utilizando-se de mecanismos mais complexos de organização. Foucault

(2010, p. 204) chama essa nova mecânica de poder de biopolítica porque, diferentemente do poder soberano, busca a preservação da vida, estabelece regulamentações para torná-la longa e equilibrada. É o princípio do “fazer viver e deixar morrer”, a morte já não tem mais a sua visibilidade como assim era no direito de soberania, tem-se, neste momento, o cuidado e o zelo pela vida, a morte está velada por parâmetros biológicos.

O filósofo argumenta que a técnica disciplinar e a técnica regulamentadora seguem articuladamente engendrando normalizações de corpos, são processadas em diferentes níveis de controle e, por isso, não se excluem. Enquanto uma está voltada para o domínio no aspecto individual, a outra se centra em aspectos globais, na gerência de uma massa populacional.

[...] Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, [...], ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; [...], ao homem-espécie. Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global. [...] Depois da anatomopolítica do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anatomopolítica do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana (Foucault, 2010, p. 204).

Foucault (2010, p. 205) afirma que a biopolítica objetiva regular a vida da população e isso implica abranger todos os acontecimentos que são naturais desse conjunto, como a proporção dos nascimentos, as taxas de mortalidade, os eventos acidentais, a produtividade. Para gerenciar todos esses fenômenos que estão condicionados à vida dos homens, esse novo poder, o biopoder se utiliza de instrumentos estatísticos, mensuração de dados, avaliações de informações; todos com o propósito de governar esse corpo massificante, de torná-lo economicamente ativo para o Estado.

O biopoder é toda uma forma de controle e dominação da população, ele intervém nos problemas políticos e econômicos de uma cidade, com procedimentos precisamente sutis, procurando extirpar as eventualidades, os episódios casuais que ameaçam a longevidade e que possam submeter os homens à condição de inatividade permanente.

Segundo Foucault (2010, p. 213), a biopolítica executa-se por meio do biopoder que leva em consideração todos esses fenômenos naturais à vida do ser humano. Por isso, a medicina passa a ocupar uma função de maior complexidade na missão de coordenar ações de higiene pública, de prevenções, de medicalização da população. O sistema baseado no biopoder se encarrega de prevenir as incapacidades introduzindo mecanismos que assegurem um estado de equilíbrio, como os planos de seguridade, as poupanças, a previdência. São estratégias de poder que atuam com a finalidade de estabelecer uma regulamentação, uma estabilização dos processos biológicos inerentes ao homem-espécie.

Em suma, o sistema político sob a égide do biopoder intervém em todos os fenômenos globais que fazem parte da vida do homem, no sentido de prolongá-la, de postergá-la, de torná-la economicamente mais rentável para o Estado. Dessa forma, a morte é deixada de lado, passa a ser um evento íntimo, privado de cada pessoa, não tem mais a sua visibilidade pública. A morte é somente tratada como um dado estatístico – o da mortalidade – tomado como acontecimento biológico que o biopoder procura regulamentar.

Neste sentido, o filósofo problematiza como um poder centrado na vida pode exercer o velho direito soberano de matar, “como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer?” (Foucault, 2010, p. 214). Nesse momento, o autor põe em discussão a questão do racismo biológico. Ele argumenta que só por meio de um racismo biológico uma sociedade regulamentada pelo biopoder justifica o direito de matar.

Esse racismo biológico de que Foucault trata é um mecanismo de Estado que primeiramente busca “defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico” (Foucault, 2010, p. 214). A segunda função desse racismo é como uma relação guerreira, mas que verdadeiramente se estabelece como uma relação biológica. É a noção

de que para viver é preciso matar o outro, matar aquele que degenera a espécie (Foucault, 2010, p. 215).

Para o autor francês, esse direito de matar não significa somente um extermínio direto da vida, mas também o extermínio indireto que pode ser a rejeição, a morte política, a expulsão, os modos de exclusão etc. É o sistema de poder que busca resguardar a vida, mas ao mesmo tempo se utiliza do racismo de Estado para fazer valer o seu direito de matar. O fazer viver e deixar morrer, esse é o biopoder (Foucault, 2010, p. 216).

No texto que analisaremos a seguir, pretendemos destacar todos esses mecanismos do poder disciplinar e do biopoder que articuladamente apresentam-se na narrativa da crônica de Eneida de Moraes. Suscitaremos os modos de exclusão materializados nas personagens dessa história, os quais fogem ao controle coercitivo e ao controle regulamentador, e por isso são descartados, julgados como inúteis e assim eliminados do corpo social.

3 O discurso disciplinar, regulamentador e a normalização dos corpos em *Tanta gente*

A crônica *Tanta gente* é um texto de Eneida de Moraes que se situa na cidade de Belém, Estado do Pará, na década de 1910, período de grande efervescência política, econômica e social ocorrente em todo o país. A capital paraense vivia o esplendor do ciclo da borracha e a população belenense passava por profundas transformações em decorrência dos processos de modernização e urbanização provocados pela comercialização da matéria-prima látex.

As discrepâncias sociais se mostravam visíveis na luxuosidade vivida pela classe burguesa – que reproduzia os padrões europeus – em contraste com a extrema miséria das classes mais pobres. Os grupos estigmatizados abordados na crônica não tinham lugar em nenhuma dessas esferas sociais, viviam à margem e ignorados pela sociedade que os julgava e os considerava “inúteis” por serem fugitivos dos mecanismos de controle disciplinar e regulamentador que regem as normalizações de “boa conduta”.

No texto, a autora relembra alguns momentos de infância, abordando suas reflexões e indignações acerca dessas pessoas que são desamparadas pelo Estado e abandonadas pela sociedade. São indivíduos com passados distintos, mas que vivem o presente em situações

de exclusão social. Eneida procura dar visibilidade a esses sujeitos totalmente invisíveis para a sociedade.

A crônica narra as histórias de vida de homens e mulheres que perambulam pelas ruas, sem destinos, sofrendo maus-tratos, preconceitos, xingamentos e sendo objetivados como seres “desprezíveis” por não se enquadrarem às normas convencionalizadas socialmente. Em cada passagem do texto, a autora relata como essas pessoas são marginalizadas por uma sociedade extremamente conservadora que as pune com o desprezo, com o desrespeito e com a exclusão, segregando-as do convívio social.

(1) Quando, como hoje, relembro minha infância, imediatamente, eles surgem arrastando trapos, descalços uns, mal calçados outros, vozes guturais em alguns, aqui e ali vozes claras, figuras físicas diversas, homens e mulheres, gordos e magros, todos vivendo além da fronteira da razão. Relembro agora os tipos populares de minha terra, no tempo de menina. (Moraes, 1989, p. 40)

(2) O “Diabo atrás da saia” era uma negra alta, magra, de pernas finas e tuíras. Sempre com um guarda-chuva que, de tanto fazer-lhe companhia, terminara parecendo com ela, fisicamente. Andava sempre espantando o diabo, que a perseguia colado à sua saia de cor indecisa. Gritava-se: “Diabo atrás da saia!” e o guarda-chuva movimentava-se, ela esbravejava, dizia todos os palavrões do mundo e corria atrás dos moleques que éramos todos nós, meninos de meu tempo, ricos e pobres, negros e brancos.

Quantos anos teria aquela mulher? Como e onde vivia? Ninguém saberia dizê-lo, e só muito mais tarde, já mocinha, comecei a respeitá-la. “Diabo atrás da saia” teria uma estória de mocidade e de vida. Que fora, onde vivera? Foram perguntas que se impuseram mais tarde; nos dias de infância eu me divertia apenas gritando a alcunha da velha, indiferente a seu sofrimento, aos palavrões, à agitação que provocávamos naquela vida tão triste. Cega de um olho, pequenina, andando sempre depressa, muito depressa (onde iria assim?) passava a “Burra Cega”; depois a “Tainha” monologando e muitas vezes parando para abrir os braços num gesto de desespero.

[...] Sabíamos que estávamos procedendo mal; já nos fora dito que com a desgraça das criaturas não se brinca, mas não sentíamos a necessidade da proibição. Todo mundo mexia com aquela gente. Por que iríamos respeitá-la?

Palavrões enchiam a rua, mas eram muito mais fracos do que nossos gritos e nossos risos. Éramos tão felizes que nossa alegria podia controlar e esconder a desgraça de outros. (Moraes, 1989, p. 40, 41, 42)

A narrativa do texto inicia-se nominalizando os personagens, ou melhor, os sujeitos dessa história construída a partir de lembranças de menina, mas que agora procura produzir uma reflexão consciente sobre como esses sujeitos, os chamados “tipos populares” eram subjugados e punidos pela sociedade da época.

Há nesses “tipos populares” processos de objetivação e subjetivação, por meio dos quais se constituem sujeitos “mórbidos”, “desprezíveis”, “irracionais”, e que assim são instituídos nas relações de poder. Imersos na irracionalidade, vivem realidades criadas por eles mesmos, são corpos que não se permitem adestrar, não têm utilidade produtiva, não são regulados pelas políticas de Estado e, por isso, são “deixados a morrer” na imensidão da sua loucura.

Essas pessoas, homens e mulheres, estão *para além da fronteira da razão*, seus comportamentos não são os esperados pelas normas impostas socialmente, eles estabelecem suas próprias regras de conduta. Há todo um processo de objetivação que os categoriza como “loucos”, “anormais”, “insanos” e assim são segregados da sociedade e inseridos na marginalização. Esses sujeitos, por sua vez, se subjetivam e se constituem dentro dessas categorias, a partir da instrumentalização disciplinar e coercitiva que lhes impõem normas condutoras e de comportamentos.

No enunciado 2, emerge o discurso de um sistema disciplinar, de um controle que se tenta executar sobre corpos julgados transgressores, desregrados, e por isso, não respeitados, todos se acham no direito de atacá-los. São corpos verdadeiramente castigados na medida em que se transformam em objeto de zombarias, de escárnios e até de torturas quando os outros se mostram indiferentes aos seus sofrimentos.

A “Diabo atrás da saia”, a “Burra Cega” e a “Tainha” são mulheres que possuem um passado, têm uma história de vida, outrora correspondiam aos mecanismos disciplinares e regulamentadores, no

entanto, passaram a ser objetivadas como desgraçadas, inúteis porque não mais se enquadram aos padrões estabelecidos pelas normalizações.

Essa desgraça alheia fica em segundo plano, é ofuscada pela felicidade proporcionada por meio da dor do outro, configurando-se em um mecanismo de punição pela violação às leis disciplinares – *Sabíamos que estávamos procedendo mal; já nos fora dito que com a desgraça das criaturas não se brinca. Éramos tão felizes que nossa alegria podia controlar e esconder a desgraça de outros* –.

A autora da crônica revisita esse momento de infância fazendo reflexões sobre a postura que a sociedade, e principalmente o Estado mantêm em relação a essas pessoas. Uma política de governo que estabelece regulamentações para equilibrar a vida, torná-la prolongada, mas que segrega, “deixa a morrer” aqueles que representam uma ameaça à unicidade do corpo-espécie. Essas mulheres constituem sujeitos fugitivos do biopoder, escapam de tais mecanismos, são transgressoras das normalizações, e por isso sofrem a punição do abandono e da rejeição.

- (3) Passava “Madame Urubu”, toda de branco, duas trouxas nas mãos. Mais serena que as outras, talvez menos desgraçada, se lhe perguntássemos para onde ia, ela respondia apenas que estava de mudança. Nunca deixou de usar aquelas trouxas, atestando que procurava diariamente uma nova moradia.

— Madame Urubu, já arranjou casa?

— Madame Urubu, onde você mora?

Ela parava para explicar, numa linguagem que ninguém entendia. Não encontrara lugar para morar; procurava, procurava. Se eu quisesse hoje fazer um comentário geral, poderia dizer que Madame Urubu é como muita gente que conheço. Nunca sabe onde está, onde fica, para onde vai. Madame Urubu podia bem ser um símbolo. (Moraes, 1989, p. 42)

- (4)[...] Havia ainda o peixeiro que até o meio-dia vendia peixe e camarão; amanhecia um homem normal, com o dever de alimentar a família. Saía cedo com seu cesto a negociar peixe e camarão. Mas como em cada botequim que encontrava, um apelo lhe surgia e uma pinga era tomada, às doze horas desaparecera o honrado português das primeiras horas da manhã. Agora era

ébrio que, com a cesta vazia continuava gritando com voz pastosa, enquanto se arrastava vermelho, sujo, levando pedradas:
— Peixe camarão, peixe camarão! — e cambaleava.
Os relógios poderiam ser acertados na minha rua quando se escutava seu pregão. Muitas vezes ouvi alguém dizer, sem olhar ponteiros:
— É meio dia. “Peixe Camarão”, coitado, já está bêbado.
(Moraes, 1989, p. 46)

A personagem “Madame Urubu”, destacada no enunciado 3, é a representação discursiva de indivíduos considerados *andarilhos*, pessoas perdidas, sem objetivos, sem disciplinas, e sem regulamentações.

São pessoas erradias que perambulam pelas ruas, sem rumos, não possuem perspectivas, não têm um lugar, não têm uma vida regulada, e assim constituem um problema social que foge ao domínio do biopoder. Por isso, são eliminadas do corpo massificante porque são corpos que não proporcionam utilidade econômica, não contribuem para a engrenagem do sistema de produção. O biopoder age como numa espécie de cisão, descarta do corpo social aqueles que não se ajustam aos seus mecanismos de controle.

Ao Estado capitalista interessa fixar as pessoas dentro de parâmetros disciplinares e reguladores para concentrar suas forças e tempo nos propósitos de mercado, portanto, a vida nômade, aquela que não tem estabilidade não se enquadra nesse sistema de poder. Essa forma de exclusão é uma mecânica do biopoder, da biopolítica que se aplica àqueles que escapam do controle disciplinar e regulamentador.

Moraes denuncia essas práticas de exclusão quando entende que “Madame Urubu” é símbolo do descaso e do desmazelo social. A personagem está inserida no grupo daqueles que não têm os direitos fundamentais assegurados como moradia, alimentação e segurança. Tais instrumentos são regulados pelo biopoder, mas garantidos somente àqueles que correspondem ao sistema normalizador. Os que estão marcadamente fora desse controle são “deixados a morrer”, e minados gradativamente.

No enunciado 4, manifesta-se o discurso da normalização de corpos. É a discursivização de uma sociedade que vigia a conduta uns dos outros, e que exerce o seu poder impondo o que é normal e o que é anormal. O poder sendo exercido por meio de um saber, daquilo que pode ser considerado como uma conduta racional ou irracional.

O peixeiro é considerado normal até o momento em que responde aos mecanismos coercitivos que convertem o seu tempo em força de trabalho – *amanhecia um homem normal, com o dever de alimentar a família. Saía cedo com seu cesto a negociar peixe e camarão* –. Um homem honrado, adestrado para a produção, um homem regulamentado para os propósitos de controle da população. Nesse aspecto, o peixeiro é reconhecido socialmente, cumpre com as regras disciplinares e regulamentadoras, age conforme os padrões sociais instituídos.

No entanto, ao se desvencilhar de todo esse sistema de sequestração, ele passa a ser visto como anormal, abjeto, indesejável, improdutivo; um coitado, apedrejado, que se tornou vítima do seu vício, um representante da escória social.

“Peixe Camarão” transita em dois grupos: primeiramente naquele que se enquadra em normas e regulamentações que visam a produtividade e o equilíbrio do corpo populacional, e depois, naquele que subverte tais regras e rompe os padrões disciplinares que lhe são impostos socialmente.

(5) Mas a figura mais bela, aquela que jamais esquecerei nesse grupo desgraçado de personagens populares da minha cidade, era a mulher chamada Arantes. Que acontecera em sua vida para ficar assim magrinha, a cabeça toda branca e aquele terrível medo do vento, a quem chamava de Arantes? [...] Agarrava as saias muito de encontro ao corpo, andava lentamente, e quando a ventania de todas as tardes, aquela ventania que começava às treze e acabava às dezesseis horas, iniciava seu passeio pela cidade brincando com as árvores, derrubando as folhas como que afastando o calor, ela parava à soleira das portas, cosia seu corpo às paredes e aos muros, chamava as pessoas que passavam, dizia aconselhando trêmula, medrosa:

— Cuidado, cuidado, segure bem a sua saia. O Arantes já chegou. O Arantes está aí, o Arantes está solto.

Os homens podiam ir e vir; não deviam temer o Arantes, eram seus iguais. Mas as mulheres, essas, precisavam de defesa, fosse qual fosse a idade deviam defender-se dos perigos do Arantes. [...] Se o vento levantasse a saia de uma mulher, a pobre criatura punha as mãos nos olhos, esquecia sua própria dor, e gemendo, sofrendo, exclamava:

— Coitadinha! Coitadinha! O Arantes agarrou ela.

Possuída de enorme angústia, segurava o vestido, implorava piedade ao vento, andava, parava, aconselhando às mulheres que tivessem cuidado, muito cuidado. (Moraes, 1989, p. 47 e 48)

(6) Deve ter havido outros, devo ter conhecido mais tipos populares em minha terra, no tempo de menina, mas esses os que estão vivos e ativos na minha recordação.

[...] Fui muito má para eles, eu sei agora. Mas é difícil convencer uma criança feliz de que há gente desgraçada. (Moraes, 1989, p. 48)

No enunciado 5, vê-se, na personagem Arantes, a manifestação discursiva do corpo feminino indisciplinado, indomável na medida em que o que se esperava de uma mulher daquela época era uma compostura docilizada, uma delicadeza no olhar, uma metrificação no andar, a racionalidade no falar; um conjunto de padrões que “Arantes” rompe, e deles escapa, se distancia.

Em toda a crônica emerge o discurso de controle sobre o corpo transgressor e nesta passagem, especificamente, sobre o corpo da figura feminina. Há olhares que o repugnam, que desprezam sua dor. *Que aconteceu em sua vida para ficar assim magrinha, a cabeça toda branca e aquele terrível medo do vento, a quem chamava de Arantes?* Que traumas Arantes viveu no seu passado? Por que esse medo terrível do vento? O que esse vento de fato representa para Arantes?

No percurso narrativo, pressupõe-se que Arantes sofrera processos de sujeição em uma relação conjugal. O vento representa aquele que a dominava, que a oprimia; ela revive toda essa experiência de subordinação personificando-o e atribuindo qualidades àquele a quem se deve temer, obedecer, caso contrário, sofrerá o castigo.

O poder de coerções que se exerce nos níveis mais capilares das relações sociais mostra-se presente na vida de Arantes, o poder do homem sobre a mulher, que a sujeita e que a enfraquece. São esses aparatos disciplinares que se transferem para o plano de realidade criado pela personagem, e que faz ressurgir o seu passado de dores e sofrimento.

No enunciado 6, que marca os trechos finais da crônica, a autora reconhece o quão fora perversa e cruel para com essas pessoas, mesmo sendo apenas uma criança na época – *Fui muito má para eles, eu sei agora* –. Suas lembranças lhe fazem refletir como esses mecanismos de segregação estão incorporados e normalizados no sistema da sociedade e do Estado. Com esse gesto de reconhecimento e de remissão, a cronista

valida seu discurso de crítica social, e se insere nas instâncias de resistência e de contestação a tais modos de exclusão.

É um discurso que escancara os problemas sociais e desvela uma sociedade de normalização de corpos e condutas. Uma sociedade punitiva, vigilante, que julga severamente aqueles que violam suas leis, suas normas, suas disciplinas. É uma sociedade também que regulamenta práticas para o equilíbrio da vida, mas que abandona, que descarta, que “deixa morrer” quem não oferece lucro econômico e utilidade produtiva. Não é uma morte instantânea, mas uma morte gradual de rejeições, abandono e exclusão.

Esses são os mecanismos aplicados pelo biopoder, o qual está presente na maioria dos Estados modernos, e que age em via dupla de controle sobre o corpo orgânico e o corpo biológico.

4 Considerações finais

A partir das análises empreendidas e fundamentadas nas reflexões foucaultianas sobre o poder disciplinar e o poder regulamentador, dos quais se constituem o biopoder e a biopolítica; compreende-se que essas tecnologias de poder se solidificam na sociedade mediante mecanismos sutis de normalizações que se estabelecem como um evento “natural”, “habitual”, que desde o século XIX foram se instalando como regras veladamente impositivas e revelam-se verdadeiramente como um controle soberano sobre os indivíduos.

Aos que resistem a esse sistema de poder aplicam-se punições como essas observadas na crônica, a saber a exclusão, a rejeição e o abandono. Todos esses personagens não são apenas loucos e desgraçados que respondem às práticas divisoras. São pessoas que tinham histórias passadas e romperam com todos os mecanismos coercitivos e reguladores, imergindo na irracionalidade, criando mundos paralelos como escape, e estabelecendo suas próprias regras de condutas.

Os sujeitos que se apresentam nesse texto incomodam e ameaçam o sistema de controle político e econômico do Estado, por isso são descartados porque não se obtém dos seus corpos a força produtiva que gera lucro.

A crônica *Tanta gente* apresenta um discurso de denúncia e de crítica aos problemas sociais centrados na marginalização e na segregação de indivíduos considerados “insignificantes” para a sociedade

e descartáveis para o Estado. O texto evidencia práticas normalizadoras que vigiam e controlam o corpo individual e massificante. Aos que fogem desse duplo controle há o castigo e a punição sendo exercidos por meio da exclusão, do desprezo e do abandono.

Vemos na autora um sujeito discursivo que ocupa a função enunciativa – expondo um olhar feminino, um olhar da lembrança infantil, um olhar da ambiguidade entre aquele que vê –, e uma vez subjetivado pela objetivação das práticas divisoras insere-se no discurso daquele que se reconhece nas normas ao reconhecer o outro na margem; e aquele que resiste – que é um outro olhar que frequenta a autora, marcado pela condescendência com o outro e com o respeito pelo diferente.

O texto dá visibilidade a essas pessoas que são totalmente invisíveis para a sociedade. Há a manifestação de um discurso que contesta tais mecanismos de segregação e defende a importância de tratar esses sujeitos com respeito e dignidade, de reinseri-los socialmente. É um discurso que desvela uma sociedade punitiva e se inscreve em um lugar sócio-histórico de oposição à maquinaria desse poder.

Declaração de autoria

Este artigo é uma produção elaborada conjuntamente pelas autoras a partir de discussões que envolveram a temática e a metodologia apresentadas, bem como a escolha teórica discursiva. A primeira autora foi responsável pela seleção do objeto de análise, bem como desenvolveu aspectos referentes aos pressupostos teóricos e aos elementos analíticos do trabalho. A segunda autora foi responsável pela elaboração e sistematização da metodologia, apresentação dos resultados, bem como a revisão do artigo. As autoras produziram coletivamente o resumo, o *abstract*, a introdução e as considerações finais.

Referências

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 17. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (Org.). *Foucault, Uma Trajetória Filosófica: para além*

do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. rev. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. 2. ed. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A Sociedade Punitiva*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015a.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 2. ed. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b.

MORAES, Eneida de. *Aruanda – Banho de Cheiro*. Belém: SECULT; FCPTN, 1989.

SANTOS, Eunice Ferreira. *Eneida: Memória e Militância Política*. Belém: GEPEM, 2009.



An Analysis of Specialized Sports-Related Anglicisms: Their Use in the European Spanish Press Nowadays

Uma análise de anglicismos especializados relacionados ao esporte: seu uso na imprensa espanhola europeia na atualidade

Carmen Luján-García

Universidad de Las Palmas de Gran Canaria (ULPGC), Las Palmas de Gran Canaria / España

carmen.lujan@ulpgc.es

<https://orcid.org/0000-0001-7050-777X>

Eugenia Esperanza Núñez Nogueroles

Universidad de Extremadura (UEx), Cáceres / España

eugenia@unex.es

<https://orcid.org/0000-0003-0540-4242>

Abstract: The aim of this study is to provide updated evidence of the use of non-adapted, adapted and false sports-related anglicisms in the European Spanish press. Specifically, this piece of research attempts to unveil technical/semi-technical English borrowings and to explore the pragmatic functions of these English lexical units in the current digital Spanish newswire. The method consisted of examining eight different media by using the constantly updating database of anglicisms ‘Observatorio Lázaro’ throughout a period of 9 months. A sample of 130 English lexical items was collected and subjected to an in-depth qualitative and descriptive analysis. Each borrowing was looked up in DAD –the most recent dictionary of sports-related English lexical items in Spanish– and was illustrated by a real example of its use in context excerpted from present-day Spanish newspapers. Terminology associated to a broad spectrum of specific sports –such as golf, basketball, rugby, cycling, etc.– was delved into. Results show that, while some terms have no connection to the rest of borrowings, many of them can be grouped according to certain parameters. Considering pragmatic functions, the use of some anglicisms proved not to be random but to respond to news reporters’ and journalists’ purposes. The study concludes that the pervasive influence exerted by English on Spanish concerning technical/semi-technical sports anglicisms remains in full force and effect nowadays, as this impact affects the vocabulary of a wide variety of sports games and exercises.

Keywords: sports; anglicisms; technical/semi-technical vocabulary; European Spanish; press.

Resumo: O objetivo deste estudo é fornecer evidências atualizadas do uso de anglicismos não adaptados, adaptados e falsos relacionados ao esporte na imprensa espanhola europeia. Especificamente, esta pesquisa tenta revelar palavras emprestadas do inglês técnico/semi-técnico e explorar as funções pragmáticas dessas unidades lexicais do inglês no atual jornalismo digital espanhol. O método de pesquisa consistiu em examinar oito mídias diferentes usando o banco de dados de anglicismos em constante atualização ‘Observatorio Lázaro’ ao longo de um período de 9 meses. Uma amostra de 130 itens lexicais em inglês foi coletada e submetida a uma análise qualitativa e descritiva aprofundada. Cada empréstimo foi consultado no DAD –o mais recente dicionário de anglicismos relacionados ao esporte em espanhol– e foi ilustrado por um exemplo real de seu uso no contexto extraído de jornais espanhóis atuais. Aprofundou-se a terminologia associada a um amplo espectro de esportes específicos – como golfe, basquete, rugby, ciclismo, etc. –. Os resultados mostram que, embora alguns termos não tenham conexão com o restante dos estrangeirismos, muitos deles podem ser agrupados de acordo com determinados parâmetros. Considerando as funções pragmáticas, o uso dos anglicismos mostrou-se não aleatório e sim uma resposta aos propósitos dos repórteres e jornalistas. O estudo conclui que a influência generalizada exercida pelo inglês sobre o espanhol nos anglicismos esportivos técnicos/semi-técnicos permanece em pleno vigor e efeito nos dias de hoje, pois esse impacto afeta o vocabulário de uma ampla variedade de jogos e exercícios esportivos.

Palavras-chave: esportes; anglicismos; vocabulário técnico/semi-técnico; espanhol europeu; imprensa.

Recebido em 27 de setembro de 2022.

Aceito em 27 de maio de 2023.

1 Introduction

A vast volume of literature has dealt with the growing tendency to use English lexical items to refer to a number of domains in Spanish (Balteiro; Campos, 2012; Bolaños-Medina; López Zurita, 2005; Luján-García, 2010; Luján-García; Pulcini, 2018; Bolaños-Medina; Luján-García, 2010; Orts Llopis; Almela Sánchez-Lafuente, 2012; among many others). The field of sports is not exceptional due to various reasons. Sports, like most other areas, is constantly exposed to the invasive influence of Anglo-American culture, and consequently English. In addition, it is a

fact that many of current sports have originally emerged in the UK or the US (Vázquez Amador *et al.*, 2015). As Rodríguez González and Castañón Rodríguez (2021) assert in their *Diccionario de Anglicismos del Deporte* (henceforth, DAD), the language of sports has its own features. On the one hand, it contains a technical set of terms that refer to some specialties and are far from the common use of the language. For example, a golf player or a windsurfer may use a kind of specialized, technical jargon when they refer to the sports they practice. But, on the other hand, some sports such as football or boxing have become so popular that the terminology used in them could be considered “semi-technical”. These authors also highlight the current constant emergence of new sports and the urgency and univocity imposed by the cultural globalization. Additionally, the speed of our communications make English the lingua franca necessary to respond to these communicative necessities. Indeed, authors dealing with different varieties of the Spanish language have identified sports as the field where anglicisms appear more frequently: Sánchez Fajardo’s (2016) study on Cuban Spanish and Núñez Nogueroles’s (2017) analysis of the European variety point in this direction.

Several pieces of research have provided deep account of the pervasive presence of English in the Spanish language of sports, adopting a broad perspective or focusing on specific subfields (football, boxing, surfing, etc.). From a general point of view, Torredadella-Flix and Nomdedeu-Rull (2013) as well as Rodríguez González (2012) brought attention to the fact that this influence began in the 19th century. Scholars such as Nomdedeu Rull (2019) highlight the first football English loanwords in Spanish since the end of the 19th and beginning of the 20th century. With the focus on a more recent period, Vázquez Amador *et al.* (2015) have reported on the use of anglicisms in the Spanish press in the 1950s by comparing the edition of three different newspapers from Mexico, Argentina and Spain, respectively. In another piece of research, these scholars (Vázquez Amador; Lario de Oñate, 2015) provided evidence of the remarkable use of English lexical items in one sports newspaper, *Mundo Deportivo*, making a contrastive analysis between terms used in two different periods: 1906-1910 and 2010. These scholars concluded that the number of anglicisms not only has increased considerably throughout the last century, but it has also widened its spectrum of use. Moreover, as Oliva Marañón (2012) pointed out, a step further must be underlined: on some occasions, Spanish

derivatives have been created from English loanwords (an illustrative example presented by this scholar is the case of *goal* > *golear*, *goleada*, *goleador*, *golazo*, *hombre-gol*).

Balteiro (2011) extracted a total of 428 sports-related anglicisms from the *Nuevo Diccionario de Anglicismos* (NDA). She studied which ones were collected by other linguistic databases such as *Corpus de Referencia del Español Actual* (CREA) and *Diccionario de la Lengua Española* (DLE), and also the different processes of adaptation undergone by many of these terms.

With respect to the jargon of boxing, Ayuso Collantes (2018) examined two different Spanish sports newspapers and found out that it was in the third part of the 20th century when a considerable number of English words were introduced in the Spanish language.

Considering lexical creativity, Guerrero Salazar (2018) delved into the usage of stylistic neologisms in the headlines of sports news. This author analyzed coinages created by means of foreign compounding elements, two of which being Eng. *-gate* ('scandal') and Germ. *-landia* ('fantastic place', 'fantastic world') – which entered Spanish through English. The figurative language plays an important role in the use of English lexical units, and Rodríguez González (2016) put the focus upon the metaphorical uses of anglicisms belonging to the area of sports –specifically to the football lexis– in other spheres such as politics, economics or the commercial domain.

For his part, Campos-Pardillos (2015) explored the use of false anglicisms in the field object of this study –sports– in Spanish and concluded that the attractiveness of these false anglicisms lies in the fact that they *look* English, with its implications of currently being a language of fashion and prestige. In this respect, it is noteworthy that some of these pseudo-anglicisms have been coined in French and it is from this language that they have entered Spanish (Gillain Muñoz, 2014).

Beyond the lexical level, the foreign influence has affected syntax too. In his study on sports news in Spanish at the beginning of the 21st century, Gillain Muñoz (2014) made reference to the effort that has been made to improve the quality of the written production in this specialized field, mentioning the role played by lexicographical works such as the *Diccionario panhispánico de dudas* (2005) in the search for alternatives to syntactic constructions characterized by their foreign flavor.

Other recipient languages have also become the object of study in several pieces of research. Bernard-Béziade and Attali (2009) analyzed the usage of anglicisms in the domain of football in French and they underlined that “the contribution of numerous English lexical units to the lexicon of other languages in touch with United Kingdom participates in the diffusion of sport and its level of penetration in geographical spaces” (p. 2219). In relation to surfing, Granvik (2019) carried out an exploratory analysis on the influence of the English vocabulary on surf talk in two Romance languages –Portuguese and Spanish–, finding out that there are more similarities than differences when it comes to this specialized lexicon in the tongues under study.

Considering the main factors that play a role in explaining the propensity of a language to being influenced by English, Bergh and Ohlander (2012, 2017) suggested, in their pieces of research on the acquisition of football lexis by different European tongues, that language attitudes as well as sociocultural and historical circumstances seem to carry more weight than purely linguistic reasons such as linguistic similarity or relatedness.

All these studies point out the importance that the use of anglicisms in the realm of sports has gained in Spanish throughout the last century, and especially throughout the last decades. Thus, it turns out to be necessary for this research area to monitor the influence exerted by English on the terminology employed in Spanish in this sphere. This study not only aims at providing updated data on this extensively examined field, but it also intends to offer an alternative view of sports anglicisms. It questions and discusses the degree of specialization of this terminology, addressing other aspects such as the categorization of these English terms, and provides a brief analysis of some of the pragmatic functions fulfilled by some of the compiled English lexical items.

2 Methodology

The collection of English lexical units gathered for this study was extracted by using the linguistic search tool of anglicisms called “Observatorio Lázaro” (Álvarez Mellado, 2020a, 2020c), which daily examines eight different Spanish written media: seven newspapers –*El Mundo*, *El Confidencial*, *ABC*, *El País*, *elDiario.es*, *20 minutos* and *La Vanguardia*– as well as the news agency EFE. This search tool –freely

available at <https://observatoriolazaro.es/>– contains a database with the anglicisms found in these media. The reason to choose this automatic extractor is that it provides quite updated data, which was the goal of our piece of research. The lexical material for this study was excerpted during the month of March of 2021, and it focused on data from the last semester of 2020 and the first trimester of 2021. Out of the great number of anglicisms collected alphabetically in the section “Lexicon” of this website, those terms belonging to the sphere of sports and characterized by their technical/ semitechnical nature were manually singled out. This process of selection was complex and difficult, since the researchers had to check the specific contexts in which each term was used, whether it was merely employed in sports – in one particular sport or in several ones– or whether the word was also used in other contexts different from the sports one.

Once the sample was built, each lexical unit was looked up in DAD, the most recent dictionary of sports-related anglicisms in Spanish – which has the advantage of being an updated compilation, since it was published in 2021. Furthermore, the terms have been presented in context to illustrate their usage. The definitions of the examined words have been taken from various well-known dictionaries: *Collins Dictionary* (CD), *Cambridge Online Dictionary* (COD), *MacMillan Dictionary* (MD) and *Oxford English Dictionary* (OED).

The analysis concentrates mostly on non-adapted anglicisms, with just some cases of two other types of borrowing: adapted and false anglicisms. A total number of 130 anglicisms has been examined, and a classification of these direct lexical borrowings (Pulcini *et al.*, 2012) into non-adapted, adapted, and false anglicisms has been carried out, as shown in the next section. Pulcini *et al.* (2012) divide lexical borrowings into direct and indirect and, within the direct ones, they distinguish among loanwords (which can be either non-adapted or adapted), false lexical borrowings and hybrid lexical borrowings. The reason to choose this instead of any other taxonomy is due to the fact that it covers the types of anglicisms analyzed in the present study and that it is the more adapted to the current nature of anglicisms in Spanish.

Since this paper aims at examining mainly non-adapted anglicisms, the tool ‘Observatorio Lázaro’, which searches and compiles merely those lexical units whose orthographic and morphological forms correspond to that of an English word (Álvarez Mellado, 2020b), is an appropriate resource for this study. Furthermore, non-adapted anglicisms

constitute the most numerous type of English loans in the area of sports in Spanish; as Balteiro's results prove,

the Spanish sports jargon mainly welcomes those foreign elements from English, which tend to remain unaltered; in fact, out of 381 true Anglicisms in the sample, 249 (65.35% of the Anglicisms, that is, 58.17% of the total number of items) were left in their original English form (Balteiro, 2011, p. 33).

Thus, by using as source the tool 'Observatorio Lázaro', which collects constantly updated data, we will be able to analyze the present-day state of non-adapted English borrowings, monitoring this way the evolution of this type of sports anglicisms in Spanish.

3 Findings

This section deals with different aspects. Firstly, a quantitative and qualitative analysis of the sample collected considering different categories of anglicisms is carried out. For this aim, Pulcini et al.'s typology (2012, p. 6), specifically the part on direct lexical borrowings, –since this one covers the types pertinent to our study– has been followed.

Secondly, the whole sample of the anglicisms compiled are defined and documented with real examples excerpted from 'Observatorio Lázaro'. Despite being generalist rather than newspapers specialized in sports, the eight media from which this search tool extracts anglicisms employ such highly technical terms that are addressed to readers with an advanced knowledge in the specific sports covered in the texts.

Table 1 offers a breakdown of the frequency and types of anglicisms in the sample collected. In this section, firstly, we will discuss those few cases of adapted and false anglicisms. Then, some cases of non-adapted English borrowings will also be explained, and due to space constraints, the rest of the examined non-adapted English terms are placed in the Appendix, Table 2. In all of the examples extracted, the anglicisms have been kept as they are in the original source. It means that many of these terms are in italics, simple or double inverted commas, but some of them do not contain any marker.

Table 1 – Breakdown of different types of anglicisms

Type of anglicism	Adapted	False	Non-adapted	Total
Number of items	3 (2.31%)	7 (5.38%)	120 (92.31%)	130

Source: own elaboration.

3.1 Adapted anglicisms

Adapted anglicisms are words or multi-word units borrowed from the English language with orthographic, phonological and/or morphological integration into the structures of the recipient language (RL). Semantically, RL meaning is close to the source language (SL) meaning (Pulcini *et al.*, 2012, p. 7). The following three cases of this type of anglicisms have been found in this study:

Coastering (from Eng. *coasteering*) is “the sport of following a coastline by swimming, climbing, diving, and walking while wearing a wetsuit, a life jacket, and a helmet” (CD). It is not present in DAD.

- (1) El «coastering» es una práctica deportiva que aprovecha al máximo la orografía de las costas (*ABC*, 14/07/2020).

Down is a shortened form from English *pin-down screen*. It is a pick set by a player above the free-throw line on a player below the free-throw line (<https://nba.nbcsports.com/2017/04/10/pin-down-screen-video-breakdown-nba-glossary-offense-terms/>). It is present in DAD.

- (2) De nuevo en tercer down y con problemas, Mahomes encuentra a Travis Kelce pero el tight-end no consigue atrapar el balón cuando estaba en una situación idónea (*El Mundo*, 08/02/2021).

Speed ski (present in DAD with this form) is another shortened version, in this case of the English term *downhill speed ski*. Therefore, in Spanish, there is an adaptation of the original term, which can be defined as “a competitive skiing event in which racers (...) compete to achieve the fastest speed on a steep, straight, and meticulously prepared track” (<https://www.britannica.com/sports/speed-skiing>).

- (3) En la modalidad de esquí más rápido, speed ski, una mujer, Valentina Greggio, compitiendo con hombres, es la candidata a romper el récord de velocidad (*El País*, 07/03/2021).

3.2 False anglicisms

False anglicisms are those words or multi-word units in the RL made up of English lexical elements but unknown or used with a conspicuously different meaning in English (Pulcini *et al.* 2012, p. 7). In this piece of research, the number of anglicisms belonging to this type amounts to seven.

Paddle surf (not present in DAD) is *paddleboarding* or *SUP* (*Stand Up Paddleboarding*) in English. It is a sport in which you travel across water or ride on waves using a board, which you can sit or stand on, and sometimes paddle (COD).

- (4) A sus casi 60 años, el exdirigente estadounidense ha demostrado que se encuentra en plena forma y ha sido visto practicando ‘paddle surf’ en las aguas del Pacífico (*20 minutos*, 12/01/2021).

Car-cross (not present in DAD) is not used in English. It is a type of vehicle with one seat and a tubular chassis of small size, and with a protective cage to avoid overturning and with a bike engine of 600 c.c. (<https://www.maralbacircuit.com/que-es-un-carcross-kartcross/>).

- (5) disputará una docena de rallies en Letonia y Estonia y el Europeo de car-cross (*La Vanguardia*, 21/02/2021).

Fast bike (not present in DAD) is not employed in English; the most similar term in this language is *superbike*.

- (6) Suzuki presenta la tercera generación de la «fast bike» Hayabusa (*ABC*, 08/02/2021).

Start lap (not present in DAD) is a slow lap that racers make in motor racing before the race starts for warming up. However, the genuine form in English is *warm up lap*.

- (7) El granadino Valero, que completaba la ‘start lap’ en el puesto 20, lograba cuajar una sólida carrera... (*EFE*, 10/10/2020).

Sparring (present in DAD) is the derivative term from the verb *to spar* – “to practise fighting with someone” – in the subfield of boxing and wrestling (MD). This term is not used in football in English. However, in Spanish we can see this word in different contexts, even in politics.

- (8) con equipos locales como el Vélez-Málaga o el Algeciras, que sirven de sparring a los de alto nivel (*El País*, 19/02/2021).

Supercrack (not present in DAD) is not used in English to emphasize the word *crack* when referring to a distinguished sports person.

- (9) ¿Está el Barça en disposición de fichar a un supercrack mundial? Sobre todo si se fuera Messi (*20 minutos*, 10/02/2021).

The interesting combination *trampolines jumping* (not present in DAD) deserves detailed attention. It refers to training exercises that are performed in a trampoline. Although, at first sight, it could seem a hybrid anglicism – a multi-word unit which freely combines a RL element with an English element (Pulcini *et al.*, 2012, p. 7)–, a closer look at it reveals that it constitutes a more complex case. Note that the Eng. word *trampoline* (Sp. *cama elástica*) and the Sp. term *trampolín* (Eng. *diving board*) are false friends. Since the meaning alluded in the term under study is the English one (“a large piece of strong cloth held by springs in a frame”, CD), *trampolines jumping* turns out to be a combination of a semantic anglicism (which has adopted the meaning of an English paronym) and a non-adapted anglicism. Probably, it has been coined in Spanish as an abbreviation of the full English form *fitness trampoline jumping* (<https://www.we-go-wild.com/en/fitness-trampoline-exercises/>). DAD includes the forms *trampoline fitness* and *trampolining*, but not the one examined here.

- (10) la primera fase de los llamados trampolines jumping (*ABC*, 11/03/2021).

3.3 Non-adapted anglicisms

These are words or multi-word units borrowed from the English language without or with minor formal and semantic integration, so that they remain recognizably English in the RL (Pulcini *et al.*, 2012, p. 7). It is the most numerous category in this study, with 120 cases. In this section, a selection of the non-adapted technical or semi-technical loanwords within any field of sports has been examined, and as above mentioned, the rest may be consulted in the Appendix.

Many of these terms are also used in more general contexts, as is the case for *break, bunker, challenger, down, draft/drafting, drag, draw, drop, fade, foils, grip, leash, pick, pocket, refresher, spur, stretch, wedge, wing*, among others. It means that they are not exclusive of this specialized domain. However, this paper will focus on their technical uses in sports.

Some of the anglicisms collected show a connection between sports and animals, and are metaphorically structured. First, *agility* (present in DAD) refers to a sport which is practised by pets themselves.

- (11) especialistas veterinarios pueden recomendar realizar deportes específicos como el ‘agility’ que puede ser beneficioso para desarrollar las habilidades innatas de la mascota (*La Vanguardia*, 11/11/2020).

Second, *canicross* denotes a sport which, according to DAD (2021, p. 51), originated in Scandinavia and derives from mushing (see below). It consists of running with a dog tied at the waist. The term is a hybrid formation: Sp. *cani* (< Sp. *canino*) + Eng. *cross* (Sp. *carrera*) (DAD 2021: 51).

- (12) Con ella se dedicó a la práctica del ‘canicross’ (*El País*, 31/01/2021).

Third, *mushing* (present in DAD) makes reference to driving a dog sled (CD).

- (13) mushing, las carreras de trineo tirados por perros (*El Mundo*, 09/01/2021).

Although not involving animals in the actual practice of the sport, *bird dog* (not present in DAD) is used in American English to refer to

a stretching exercise in the posture of a four-legged dog. However, in British English it is still only a dog that you take hunting to collect the birds that you have shot. In Spanish press, it already seems to be in use with the American Eng. meaning, as example 14 shows.

- (14) Otro buen ejercicio es el bird dog (en cuadrupedia, estira un brazo y la pierna contraria hasta que queden paralelos al suelo) (*El País*, 23/09/2020).

Out of the anglicisms extracted in the chronological period under consideration, four of them are related to break dance, a practice which will be incorporated as an Olympic category from the 2024 Games onwards (europapress.es). The first two terms are *b-boy* and *b-girl*. See example 15. DAD records the latter, and also the form *b-boying*.

- (15) Ninguno de los ‘b-boys’ y ‘b-girls’ (así son conocidos los que bailan ‘breaking’) sabe qué música va a sonar cuando saltan a la pista (*El País*, 20/03/2021).

The third loanword is *breakdancer* (present in DAD), which is defined as ‘a person who does breakdancing’ (CD).

- (16) El breakdancer confesó que llegaron incluso a amenazarle (20 minutos, 12/02/2021).

Lastly, *breaking* (*break-dancing* and *breakdancing* are present in DAD) is an alternative name for the sport, as in example 17.

- (17) se ven obligados a referirse solo a este deporte como breaking (20 minutos, 12/02/2021).

Fatbike [Eng. *fat bike*] (not present in DAD) denotes “a bike with oversized tires. (...) They’re designed for a variety of terrain – from snow or sand to mud” (planetbikesguru.com).

- (18) La sensación fue parecida a montar una bicicleta ‘fatbike’ (*El País*, 01/03/2021).

GOAT –‘greatest of all time’– (not present in DAD) is mainly employed in US sport (CD) and is usually associated with the image of

the animal that happens to share the signifier with this abbreviation form. It is the only acronym recorded in this study.

- (19) ¿Quién va a ser el GOAT del tenis? ('greatest of all time') (*La Vanguardia*, 22/02/2021)

Several regular training exercises or routines which are not included in DAD (2021) appear in examples 20 – 25. They are *back lever*, *basic jump*, *front lever*, *full body*, *full planche*, *handstand*, *hip thrust*, *hollow rocks*, *jumping jacks*, *lunges* and *mountain climbers*.

- (20) Se caracteriza porque predomina el trabajo con peso corporal, y la fuerza y los recursos que se ganan se destinan a mejorar elementos muy artísticos como pueden ser el «handstand» (pino), «front lever», «back lever», «full planche» etc. (*ABC*, 26/09/2020).
- (21) Combinan ejercicios de alta intensidad (como jumping jacks, mountain climbers o lunges) con otros de baja que inciden en la fuerza (*El Mundo*, 14/10/2020).
- (22) Así, en las coreografías (...) es posible encontrar desde pasos básicos como el 'jogging', el 'step' o el 'basic jump' hasta otros más exigentes como los 'stompings' o el 'side to side' (*ABC*, 11/03/2021).
- (23) en ejercicios como la sentadilla o el *hip thrust* (20 minutos, 03/03/2021).
- (24) Descubre los 'hollow rocks', uno de los mejores ejercicios físicos para trabajar el abdomen (*El Confidencial*, 13/08/2020).
- (25) un entrenamiento full body (*El Confidencial*, 09/01/2021).

On the contrary, *crunch* is recorded in DAD. As for *core*, it is a term belonging to the field of anatomy ('the muscles around your pelvis,

hips, and abdomen that you use in most body movements’, COD), but when employed in a sports context it is connected to the exercises that can strengthen this muscular area (the form *core training* is enclosed in DAD).

(26) También los crunch, que se realizan tumbada boca arriba con las piernas flexionadas y las manos detrás de la cabeza (*El Confidencial*, 08/03/2021).

(27) se hace especial hincapié en las piernas y el abdomen, también la fuerza del core es clave (*El Confidencial*, 11/03/2021).

Leash (not present in DAD) is a leg rope or surfboard leash. “It is a urethane cord attached to the deck of a surfboard, down near the tail. It prevents the surfboard from being swept away by waves and stops runaway surfboards from hitting other surfers and swimmers” (https://en.wikipedia.org/wiki/Surfboard_leash).

(28) rompiese el leash (la correa que une la tabla de surf al tobillo) de su tabla (*20 minutos*, 24/02/2021).

Lucky loser (not present in DAD) is defined, according to the OED, as (a) (chiefly tennis) a competitor who loses in the qualifying round of a competition, but is given a place in the main draw after the withdrawal of another player through injury, illness, etc.; (b) a competitor, team, etc., who is not placed highly enough to qualify automatically for the later stages of a competition, but who gains entry by being one of the best-placed losers, or by playing a further knockout round.

(29) se enfrentará a la ‘lucky loser’ Margarita Gasparyan en la primera ronda (*La Vanguardia*, 06/02/2021).

Pipe (not present in DAD) is used in snow sports and refers to a place where freestyle skiers and snowboarders go to pull off tricks and practice aerial moves, as example 30 shows.

(30) Sin embargo, en un pipe que le vio ganar un oro en los X Games del año pasado, la emoción se mantuvo hasta el final (*El Mundo*, 14/03/2021).

Putt (present in DAD) is used in golf to refer to a stroke made on a putting green to cause the ball to roll into or near the hole. *Putter* is a stick with a short handle and metal end that is specially designed for putting (COD), as in example 31.

- (31) se trata de una técnica que lleva usando desde hace mucho y la que ahora ha vuelto a aferrarse (además de un productivo cambio de *putter*) para resurgir después de un tiempo de malos resultados y malas sensaciones sobre todo con el juego corto (*El País*, 05/10/2020).

Ruck (present in DAD) refers to a group of players in rugby who are all together around the ball when it is on the ground (COD). See example 32.

- (32) Sin tiempo para digerir el nuevo contexto, Fagerson era expulsado por entrar descontrolado al *ruck*—la zona de conquista del balón— y golpear a un rival cerca de la cabeza (*El País*, 13/02/2021).

Skipper (present in DAD) refers to the captain of a ship or boat, a sports team, or an aircraft (COD).

- (33) El skipper del Emirates Team New Zealand, Peter Burling, fue pragmático acerca de las condiciones (*ABC*, 14/03/2021).

Smash (present in DAD) is employed in tennis and volleyball to refer to a powerful downward hit that sends the ball forcefully over the net.

- (34) Después mandaron los saques hasta que con 3-3 Rafa falló otro ‘smash’ (*El Confidencial*, 17/02/2021).

Tackling (present in DAD) is frequently used in football and hockey to refer to the action of catching and knocking down someone who is running. A *tackle* is a person who frequently carries out this action in a game.

- (35) El tackle izquierdo Kolton Miller, el guardia izquierdo Denzelle Good, el centro Rodney Hudson y el guardia derecho Gabe Jackson salieron de la lista de coronavirus (*EFE*, 25/10/2020).

Tanking (not present in DAD) is a strategy used by NBA that consists of NBA teams that purposely lose in the short term to obtain higher picks in the NBA draft that (they hope) will help them win in the long term, as in example 36.

- (36) Cuando perder en la NBA es la mejor opción los peores equipos hacen ‘tanking’, dejarse llevar para elegir luego a los mejores universitarios (*ABC*, 24/03/2021).

Tee (present in DAD) is frequently used in golf to refer to a short plastic stick with a cup-shaped top on which a golf ball is put to be hit, or the area where this is used to start the play for each hole. See example 37.

- (37) De 2019 a 2020, el aumento en terreno ganado desde el ‘tee’ fue de 2,4 metros en el circuito estadounidense y de 5,3 en el europeo (*El País*, 02/02/2021).

Table 2 (see Appendix) compiles the rest of technical/semi-technical anglicisms and anglicized phrases with their examples of real use in context.

4 Functions of anglicisms

Up to now, some studies have focused on the pragmatic functions fulfilled by anglicisms when employed in some contexts in Spanish. González Cruz and Rodríguez Medina (2011) examined, specifically, the youth sociolect in Las Palmas de Gran Canaria (Canary Islands, Spain). After having explored anglicisms and pseudoanglicisms employed in Spanish TV and radio humorous programmes, Rodríguez Medina (2004) concluded that these English lexical units were used with expressive and comic purposes. In order to contribute to this particular area of study, and following Rodríguez González’s (1996) categorization of anglicisms according to their pragmatic functions, this section illustrates these uses in the news with some of the examples from the collection of English lexical items under consideration:

4.1 Ideational function

Also called “referential” by Jacobson and Hymes (in Rodríguez González, 1996), it is based on Halliday’s model, and anglicisms that belong to this type are “borrowings that fill in a gap of the language, since there are no alternative expressions when they first appear” (Rodríguez González, 1996, p.110). Due to their degree of speciality, they are used in English in the RL. Some examples (see Appendix) are terms such as *break* in tennis, *bunker* and *putter* in golf, *flanker*, *ruck* and *touchdown* in rugby, *pitcher* in baseball, *tight end* in American football, *curling* in ice, *pit lane* in motor racing, and *tackling* in hockey and football. In all these cases, these sports come from English-speaking countries, where additionally they are quite popular, and no equivalent terms have emerged in Spanish. Similar is the case of *biker*, since it is used to refer to a person who rides a bicycle or a motorbike, whereas in Spanish two words are employed (*ciclista* for a bicycle rider and *motociclista/motero/motorista* for a motorbike rider). The following example 38 illustrates in context the ideational function of the term *break*, which in tennis is defined as to win a game as the receiving player or team, thereby breaking serve. In Spanish, there is not a specific term that expresses this concept with accuracy in this domain. Therefore, in this case, the loanword fills in a language gap in Spanish.

- (38) [...] que aprovechó un break en el primer parcial para llevarse el set y empezar con buen tino en el segundo (*ABC*, 11/03/2021).

Some other anglicisms such as *trekking* and *hiking* (in Sp. *senderismo*) provide slight nuances in meaning such as the difficulty and the paths for which it is developed. Particularly, *hiking* is defined by CD as the sporting or leisure activity of going for long, often strenuous, walks in the country. The Spanish term does not contain this difference, as example 39 shows.

- (39) la herramienta perfecta para ‘hiking’ largos y veloces (*El País*, 01/03/2021).

4.2 Interpersonal or expressive function

The interpersonal or expressive function is generally fulfilled by terms that contain connotations such as irony, contempt, snobbery or prestige. These positive or negative associations are related to the sociolect, to many contextually related factors, and also to the specific characteristics of the topic being talked about or the nature of the concept being referred to. Thus, many of these words have Spanish equivalents, but journalists and news reporters still choose the English term to express these connotations, usually positive and associated with prestige, professionalism, and even snobbery. Some examples excerpted from the sample are *draw* (in Sp. *empate*), *pick* (in Sp. *elegir/elección*), *runner* (in Sp. *corredor/a*), *soccer* (in Sp. *fútbol*), *stretch* (in Sp. *estirar*), *surfer* (in Sp. *surfero/a, surfista*), *training camp* (in Sp. *campo de entrenamiento*), *trainer* (in Sp. *entrenador*), and *workout* (in Sp. *entrenamiento*). Some English expressions collected in this sample that also fulfil this function are *full planche* (in Sp. *plancha completa*) and *handstand* (in Sp. *pino*).

We will provide a contextualized example with the term *pick*, which is defined by Collins Dictionary as ‘a person, thing, etc, that is chosen first or preferred’. In Spanish the domain of sport also uses *seleccionado*, but the journalist still prefers to choose the English loanword *pick*. Probably, the anglicized lexical item is opted for because it provides a sense of prestige and professionalism, as example 40 demonstrates.

- (40) Pívot de Memphis de 19 años. Más allá de la decisión de traspasar la elección o no, suena al ‘pick’ más lógico (*El Mundo*, 18/11/2020).

4.3 Textual function

Journalists and news reporters may also want to present a more simplified version of a term following the principle of the economy of the language. There are English words which are simple as opposed to their long and more complex Spanish versions. This is the case for borrowings such as *snorkeling* (in Sp. *nadar usando gafas, tubo y aletas*), *kettlebell* (in Sp. *pesas rusas*) or *pace car* (in Sp. *coche de seguridad*).

The following example 41 reports the usage of *snorkeling*, which is defined as the activity of swimming while using a snorkel (COD), as a good illustration of economy of language.

- (41) [...] se fomenten formas de bajo impacto como el *snorkeling*, el buceo, una excursión en kayak o un paseo por la costa (*El Mundo*, 12/03/2021).

In this section, we have covered a wide variety of uses of anglicisms with different purposes which range from sounding cool, prestigious or professional, filling a word gap, or following the principle of economy of language. Due to space limitations, this paper includes just a few commented examples of the pragmatic functions of some of the compiled anglicisms.

5 Discussion

This piece of research provides updated data of the current uses of English sports-related technical/semi-technical terms in the written language of the European Spanish press. Terminology associated to a broad spectrum of specific sports –such as golf, basketball, rugby, cycling, etc.– has been collected. On some occasions, a given anglicism is employed in two different sports games, as is the case for *smash* (tennis and volleyball) and *tackling* (football and hockey).

While some terms have no connection to the rest of borrowings, many of them can be grouped according to certain parameters. Three anglicisms are characterized by linking sports and animals using metaphorical structures (*agility*, *canicross* and *mushing*). There are four terms related to break dance (*b-boys*, *b-girls*, *breakdancer* and *breaking*), a practice which will be present in the Olympic Games from 2024 onwards. Considering regular training exercises or routines, the following eleven anglicisms have been identified: *back lever*, *basic jump*, *front lever*, *full body*, *full planche*, *handstand*, *hip thrust*, *hollow rocks*, *jumping jacks*, *lunges* and *mountain climbers*.

Admittedly, and taking into account that Observatorio Lázaro only picks up those lexical items whose orthographic and morphological form corresponds to that of an English word, the overwhelming majority of the borrowings analyzed in this piece of research are non-adapted English lexical items. However, the adapted terms *coastering*, *down*, and *speed ski*

as well as the false anglicisms *paddle surf*, *car-cross*, *fast bike*, *start lap*, *sparring*, *supercrack* and *trampolines jumping* must also be underlined.

When it comes to the pragmatic functions of these English lexical units, the brief analysis reveals that three different functions –namely, referential or ideational, interpersonal or expressive, and textual– respond to news reporters’ and journalists’ intentions. The choice of these terms is not the result of a coincidence, but they intend to fulfil a particular function in the piece of news and in the way to attract the attention of the reader. In this paper, it is necessary to highlight that the border between technical and semi-technical terms is frequently quite blurred.

Regarding typographical marks employed by news reporters, different elements point to the foreign nature of the words recorded in this study. The use of simple inverted commas can be underscored as the most frequent resource in the collected examples. Furthermore, Latin quotation marks and italics are occasionally resorted to. Nevertheless, numerous English lexical items appear without any mark, which comes across as an indication of their integration into the Spanish specialized field of sports.

Considering whether the anglicism is accompanied by a Spanish equivalent or a brief explanation of its meaning in the recipient language, it must be claimed that, whereas numerous terms are clarified by means of these translations, many others are not complemented with this linguistic resource. The latter case seems to reveal the familiarity of the readers with this foreign technical/semitechnical terminology; they can, therefore, understand it when employed in the original language – or, at least, that is what the journalists presuppose.

6 Conclusions

This paper has presented updated data on a specific field of Spanish language: sports. It has offered a deep analysis that does not merely describe facts, but it intends to go further by reporting on the reasons why these English lexical items are used, classifying the terms into the type of anglicism each of them belongs to and providing explanations on a variety of aspects concerning the usage of these foreign words in Spanish language co-texts. A collection of 130 English lexical items has been analyzed and categorized into non-adapted, adapted, and false English borrowings (Pulcini *et al.*, 2012). Every anglicism has been looked up in DAD, the most recent dictionary of sports-related English lexical items in Spanish.

Thus, as research in the sphere of borrowing is always an incomplete task, the present paper can complement DAD up to March 2021.

In this study, an overall quantitative as well as an in-depth qualitative and descriptive analysis has been offered in relation to the use of technical/semitechnical anglicisms in the Spanish specialized field of sports. After a detailed examination of these English lexical units, it has been confirmed that the pervasive influence exerted by this donor language on the recipient tongue under consideration remains in full force and effect nowadays. Results show that this impact affects the vocabulary of a wide variety of sports games and exercises, as can be seen not just in specialized newspapers devoted to this domain but also in the generalist press that has been consulted in this study.

The use of foreign terms is a strategy frequently employed in journalistic language not only to draw the attention of the reader, but also to offer a sense of professionalism on the part of the writer. English is unquestionably associated with values of prestige; therefore, the use of these anglicisms responds to this attempt by the journalist. As Rodríguez Segura (1999) asserted, whenever they are employed, anglicisms always meet a particular need on the part of the speaker, that is, there is always some reason for the use of an anglicism.

Despite its limitations, this piece of research allows linguists and language users in general to become more aware of the growing tendency to employ English loanwords in their everyday use of the language when they refer to sports and sports-related activities. Furthermore, since this study provides evidence of a global language such as Spanish, the findings presented in this paper could possibly be extended to other Spanish varieties in a more international context, namely Latin-American countries. Future research could also shed some more light by means of comparative analyses that could reveal an increasing or decreasing tendency to the employment of anglicisms and anglicized phrases in the area of sports.

Author declaration

Luján-García has contributed 50% of sections introduction, methodology, findings and conclusions, in addition to 100% of section functions of anglicisms. Núñez Nogueroles has contributed 50% of sections introduction, methodology, findings and conclusions in addition to 100% of section discussion. The compilation of the sample in Table 2 (in the appendix) has also been worked 50% by both authors.

Acknowledgements

We would like to thank Deanne Wiseman, Orvisha Pérez and Leanne Bartley for their commentaries and suggestions as native speakers of English.

References

- ÁLVAREZ-MELLADO, E. *Lázaro: An Extractor of Emerging Anglicisms in Spanish Newswire*. 2020. 52 f. MS Thesis - Brandeis University. 2020a. Available from: <<http://bir.brandeis.edu/handle/10192/37532>>. Access on: Oct. 28, 2020.
- ÁLVAREZ-MELLADO, E. An Annotated Corpus of Emerging Anglicisms in Spanish Newspaper Headlines. In: LREC 2020 – 4th Workshop on Computational Approaches to Code Switching, Language Resources and Evaluation Conference (LREC 2020), Marseille, France. 2020 *Proceedings of the European Language Resources Association (ELRA)*: 2020.
- ÁLVAREZ-MELLADO, E. *Observatorio Lázaro*. 2020c. Available from <<https://observatoriolazaro.es/>>. Access on: Sep. 30, 2020.
- AYUSO COLLANTES, C. Anglicismos y galicismos en los orígenes de la lengua del boxeo. *Revista de Investigación Lingüística*, v. 21, n. 21, p. 1139-1146, 2018. DOI: <https://doi.org/10.6018/ri.21.367471>.
- BALTEIRO, I. A reassessment of traditional lexicographical tools in the light of new corpora: sports Anglicisms in Spanish. *International Journal of English Studies*, v. 11, n. 2, p. 23-52, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.6018/ijes.11.2.149631>.

BALTEIRO, I.; CAMPOS, M.Á. False anglicisms in the Spanish language of fashion and beauty. *Ibérica: Revista de la Asociación Europea de Lenguas para Fines Específicos*, v. 24, p. 233–260. 2012.

BERGH, G.; OHLANDER, S. English direct loans in European football lexis. In: FURIASSI, C.; PULCINI, V.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, F. (eds.). *The Anglicization of European Lexis*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 2012. p. 281-253.

BERGH, G.; OHLANDER, S. Loan translations versus direct loans: The impact of English on European football lexis. *Nordic Journal of Linguistics*, vol. 40, n. 1, p. 5–35. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0332586517000014>.

BERNARD-BÉZIADE, M. and ATTALI, M. Football: A History of Semantic and Cultural Borrowing. *The International Journal of the History of Sport*, v. 26, n. 15, p. 2219-2235, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/09523360903367677>.

BIGIREE. What is a Fat Bike and Benefits of Fat Bikes (2021 guide). *Planet Bikes Guru*. (24/05/2021). Available from <<https://planetbikesguru.com/what-is-a-fat-bike-and-benefits-of-fat-bikes/>>. Access on: Jun. 1, 2021.

BOLAÑOS-MEDINA, A.; LUJÁN-GARCÍA, C. Análisis de los anglicismos informáticos crudos del léxico disponible de los estudiantes universitarios de traducción. *Lexis*, v. 34, n. 2, p. 241–274, 2010. DOI: <https://doi.org/10.18800/lexis.201002.002>.

Cambridge Online Dictionary (COD). <<https://dictionary.cambridge.org/es/diccionario/ingles/>>.

CAMPOS-PARDILLOS, M.Á. All is not English that Glitters: False Anglicisms in the Spanish Language of Sports. *Atlantis*, v. 37, n. 2, p. 155-174, 2015.

Collins Dictionary. <<https://www.collinsdictionary.com/>>.

El breakdance será olímpico en París 2024. *Deportes, europa press*. (07/12/2020). Available from <<https://www.europapress.es/deportes/olimpiadas-00169/noticia-breakdance-sera-olimpico-paris-2024-20201207214654.html>>. Access on: May 28, 2021.

GILLAIN MUÑOZ, R. El proceso de elaboración del *Diccionario de galicismos en el lenguaje deportivo del español peninsular (1976-2006)*.

In: GARCÉS GÓMEZ, M.P. (coord.), *Lexicografía especializada: nuevas propuestas* (Anexos de Revista de Lexicografía, 25), p. 47-58. 2014.

GONZÁLEZ CRUZ, I.; RODRÍGUEZ MEDINA, M. J. La función pragmática de los anglicismos: Algunos ejemplos en el habla juvenil de Las Palmas de Gran Canaria. *Miscelánea*, v. 43, n. 43, p. 13-31, 2011. DOI: http://dx.doi.org/10.26754/ojs_misc/mj.20119281.

GRANVIK, A. Para Hacer un Buen *Reentry* es Esencial que te Salga Bien el *Bottom* Primero? – The Presence of English in Portuguese Spanish Surf Talk. *Alicante Journal of English Studies*, vol. 32, Special Issue: The Language of Sport and Adventure Tourism, p. 89-127. 2019. DOI: <https://doi.org/10.14198/raei.2019.32.05>.

GUERRERO SALAZAR, S. La formación de neologismos mediante elementos compositivos en los titulares deportivos de la prensa española. *Hispania*, v. 101, n. 1, p. 89-98. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1353/hpn.2018.0086>.

LÓPEZ ZURITA, P. Economic anglicisms: adaptation to the Spanish linguistic system. *Ibérica: Revista de la Asociación Europea de Lenguas para Fines Específicos*, v. 10, p. 91-114, 2005.

LUJÁN-GARCÍA, C. La presencia de la lengua inglesa en carteles publicitarios en las calles de Las Palmas de Gran Canaria. *Miscelánea: A Journal of English and American Studies*, vol. 41, p. 13-36, 2010. DOI: http://dx.doi.org/10.26754/ojs_misc/mj.20109289.

LUJÁN-GARCÍA, C.; PULCINI, V. SPECIAL ISSUE: Anglicisms in Domain-Specific Discourse: Fashion, Leisure and Entertainment. *Revista de Lenguas Para Fines Específicos*, v. 24, n. 1, p. 10–17, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20420/rlfe.2018.351>.

MacMillan Dictionary, <<https://www.macmillandictionary.com/>>.

NOMDEDEU RULL, A. The First Football Anglicisms in the Spanish Language (1868–1903). *Alicante Journal of English Studies*, v. 32, p. 187-215. 2019 DOI: [10.14198/raei.2019.32.08](https://doi.org/10.14198/raei.2019.32.08).

NÚÑEZ NOGUEROLAS, E.E. The Use of Anglicisms in Various Thematic Fields: An Analysis Based on the Corpus de Referencia del Español Actual. *Anglica. An International Journal of English Studies*,

v. 26, n. 2, p. 123–149, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.7311/0860-5734.26.2.08>.

OLIVA MARAÑÓN, C. Lenguaje deportivo y comunicación social: prototipo coetáneo de masas. *Revista de la SEECI*, v. 28, p. 11-29, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.15198/seeci.2012.28.11-29>.

ORTS LLOPIS, M.; ALMELA SÁNCHEZ-LAFUENTE, Á. Deep into the discourse of the Spanish crisis: The deployment of English lexical incorporations to translate the untranslatable. *Ibérica: Revista de la Asociación Europea de Lenguas para Fines Específicos*, v. 23, p. 89-108. 2012.

Oxford English Dictionary (OED), <<https://www.oed.com>>.

PULCINI, V.; FURIASSI, C.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, F. The lexical influence of English on European languages. In: FURIASSI, C.; PULCINI, V.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, F. (eds.), *The Anglicization of European Lexis*. Amsterdam: John Benjamins, 2012, p. 1-26.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*, 23ª ed. 2014. Available from: <<https://dle.rae.es>>. Access on: May 10, 2021.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (2005). *Diccionario panhispánico de dudas* (DPD) [online]. <http://www.rae.es>

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, F. Functions of Anglicisms in Contemporary Spanish. *Revue Internationale de Lexicologie et Lexicographie*, v. 68, n. 1, p. 107-128, 1996. DOI: <https://doi.org/10.15122/isbn.978-2-8124-4320-6.p.0109>.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, F. Anglicismos en el mundo del deporte: variación lingüística y sociolingüística. *Boletín de la Real Academia Española (BRAE)*, v. 92, n. 306, p. 317-341, 2012.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, F. Usos metafóricos de anglicismos en el lenguaje futbolístico. *Puntoycoma*, v. 146, p. 34-39, 2016. DOI: <http://hdl.handle.net/10045/54928>.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, F.; CASTAÑÓN RODRÍGUEZ, J. *Diccionario de anglicismos del deporte*. Madrid: Arco Libros. 2021.

RODRÍGUEZ MEDINA, M.J. La búsqueda de efectos humorísticos, irónicos y paródicos a través de los anglicismos. *ELIA*, v. 5, p. 105–120, 2004. DOI: <http://hdl.handle.net/11441/34123>.

RODRÍGUEZ SEGURA, D. *Panorama del anglicismo en español. Presencia y uso de los medios*. Almería: Servicio de Publicaciones de Universidad de Almería, 1999.

SÁNCHEZ FAJARDO, J.A. *Anglicisms in Cuban Spanish*. 2016. 368 f. PhD Thesis - Department of English Philology, Universidad de Alicante. Available from: <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/63468/1/tesis_jose_antonio_sanchez_fajardo.pdf>. Access on: Jun. 1, 2021.

TORREBADELLA-FLIX, X.; NOMDEDEU-RULL, A. Foot-ball, futbol, balompié... Los inicios de la adaptación del vocabulario deportivo de origen anglosajón. *RICYDE. Revista Internacional de Ciencias del Deporte*, v. 30, n. 9, p. 5-22, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5232/ricyde2013.03101>

VÁZQUEZ-AMADOR, M.; LARIO DE OÑATE, M. C.; LÓPEZ, P. Los anglicismos en la prensa deportiva de los 50. *Estudios Filológicos*, n. 55, p. 157-176. 2015a. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0071-17132015000100010>

VÁZQUEZ-AMADOR, M.; LARIO DE OÑATE, M.C. Anglicismos en la prensa deportiva de principios del siglo XX y XXI: estudio contrastivo. *EPOS*, n. 31, p. 359-374. 2015b. DOI: <https://doi.org/10.5944/epos.31.2015.17371>

Appendix A – Non-adapted technical and semi-technical Anglicisms used in the field of sports (not included in the section ‘Findings’)

	Anglicism and anglicized phrases	Present in DAD	Example of use in context	Source	Date
1	<i>Aquafitness</i> : a keep-fit regime in which exercises are performed standing up in a swimming pool (CD).	yes	Sustitúyelos por ejercicios hipopresivos, aquagym, aquafitness, pilates y yoga	<i>EFE</i>	09/02/2021
2	<i>Beach break</i> : a beach break is a surf-able wave that is breaking onto a beach (https://www.degree33surfboards.com/blogs/gettin-pitted/14071029-the-differences-between-beach-breaks-point-breaks-and-reef-breaks).	yes	La mencionada playa ofrece varios picos tipo beach break, donde las olas rompen sobre un fondo de arena	<i>20 minutos</i>	24/02/2021
3	<i>Bike park</i> : an area where bikers can train with their bikes.	no	Son perfectos para los entornos urbanos, bike parks y pump tracks	<i>20 Minutos</i>	25/10/2020
4	<i>Biker</i> : people who ride around on bicycles or motorbikes, usually in groups (CD).	yes	Montero, otro conocido y hábil ‘biker’, también pionero de la bici de montaña en España	<i>El Confidencial</i>	26/01/2021
5	<i>Boardercross</i> : also snowboardcross. Competition in which four to six competitors race down a course.	yes	el flamante campeón del mundo de boardercross	<i>El Confidencial</i>	12/02/2021

6	<i>Bodybuilding</i> : the activity of doing special exercises regularly in order to make your muscles grow bigger (CD).	body building	Y la gerundense Isa Fontbona, practicante de bodybuilding	<i>La Vanguardia</i>	20/10/2020
7	<i>Boogie boarder / Boogie-boarding</i> : synonym of bodyboarder. A surfboard that is shorter and blunter than the standard board and on which the surfer lies rather than stands (CD).	boogy	“Un ‘boogie boarder’ [persona que utiliza una pequeña table de surf para coger olas] en (...)”	<i>La Vanguardia</i>	10/02/2021
8	<i>Break</i> : in tennis, to win a game as the receiving player or team, thereby breaking serve.	yes	que aprovechó un break en el primer parcial para llevarse el set y empezar con buen tino en el segundo	<i>ABC</i>	11/03/2021
9	<i>Bungee jumping</i> : jump from a high place such as a bridge or cliff with a long piece of strong elastic cord tied around their ankle connecting them to the bridge or cliff (CD).	yes	un sitio para hacer puenting o ‘bungee jumping’	<i>La Vanguardia</i>	05/12/2020
10	<i>Bunker</i> : in golf, if you bunker a shot, you hit your ball into the bunker (CD).	yes	Repitió salida desde el bunker, esta vez con destino al green, en el que necesitó dos putts para embocar y acabar el hoyo con diez golpes (+7)	<i>El Mundo</i>	15/11/2020

11	<i>Challenger</i> : someone who competes with you for a position or title that you already have, for example being a sports champion (CD).	yes	Todavía trabaja su tenis en los torneos «challengers»	<i>ABC</i>	16/02/2021
12	<i>Chessboxing</i> : a sport in which participants contest alternating rounds of chess and boxing, of four and two minutes respectively (CD).	no	El boxeador que sabía jugar al ajedrez: “El ‘chessboxing’ destruye estereotipos”	<i>El Mundo</i>	28/07/2020
13	<i>Clinch</i> : the position two people are in when they are holding each other tightly in their arms, when fighting (COD).	yes	un poco abrumado por los golpes de su rival, llevó la pelea al ‘clinch’ para asegurar el asalto con su control	<i>El Confidencial</i>	14/03/2021
14	<i>Cross training</i> : training in two or more sports to improve performance (CD).	yes	tanto el Cross training como el CrossFit, ambos entrenamientos funcionales	<i>20 minutos</i>	07/03/2021
15	<i>Curling</i> : a game played on ice, in which heavy stones with handles are slid towards a target (CD).	yes	deportes como el esquí, el patinaje sobre hielo, el ‘curling’ o el ‘bobsleigh’	<i>El País</i>	11/02/2021

16	<i>Defensive back</i> : a defender positioned off the line of scrimmage for the purpose of covering and tackling runners who elude linemen and linebackers (CD).	defensive end	Jones llegó a jugar tres amistosos como <i>defensive back</i>	<i>El Mundo</i>	26/12/2020
17	<i>Draft</i> : the system by which sports teams in the US choose new young players at the beginning of each season (COD).	yes	Tras cumplir su misión, fue elegido como ‘número dos’ del ‘draft’ de 1993 por los Sixers	<i>El Mundo</i>	18/03/2021
18	<i>Drafting</i> : the practice of riding in the slipstream close behind someone’s rear wheel, thus greatly reducing the effort you need to expend keeping at their speed (https://www.theguardian.com/environment/bike-blog/2011/aug/25/cycling-commuter-drafting-etiquette).	yes	En la bici [sin drafting pese a ser un olímpico, normas anti coronavirus], mantuve el tipo	<i>El Mundo</i>	18/09/2020
19	<i>Drag</i> : resistance to the movement that is experienced by something that is moving through air or through a fluid (CD). Used in car races.	yes	Dichos apéndices guían esos flujos hacia el exterior para reducir las turbulencias y el drag	<i>El Confidencial</i>	18/03/2021

20	<i>Draw</i> : if two people or teams draw, they have the same number of points or goals at the end of the game (CD).	yes	golpes al draw y también al fade que es como he jugado siempre	<i>La Vanguardia</i>	17/09/2020
21	<i>Drives</i> : if a player drives a ball somewhere, they kick or hit it there with a lot of force. In golf, a drive is the first stroke a player makes from the tee (CD).	yes	amenaza con pegar <i>drives</i> por encima de las 400 yardas	<i>El Mundo</i>	11/11/2020
22	<i>Drop</i> : to throw, shoot, hit, kick, or roll (a ball, puck, etc.) through or into a basket, hole, or other goal (CD).	yes	pero el español la neutralizó con saque abierto y <i>drop</i>	<i>El Mundo</i>	19/09/2020
23	<i>Drop shot</i> : in tennis, a softly-played return that drops abruptly after clearing the net, intended to give an opponent no chance of reaching the ball and usually achieved by imparting backspin (CD).	yes	En el segundo juego se retó al rival con un ‘drop shot’	<i>EFE</i>	16/03/2021
24	<i>E-bike</i> : a bicycle that can be powered by electricity as well as by pedalling (CD).	no	ya se encuentran patinetes eléctricos o e-bikes con un toque de distinción	<i>20 minutos</i>	14/03/2021
25	<i>Fade</i> : in golf, the path of a ball that is faded or that slices slightly (CD).	yes	golpes al draw y también al fade que es como he jugado siempre	<i>La Vanguardia</i>	17/09/2020

26	<i>Fast lane</i> : the part of the road where the vehicles that are travelling fastest go (CD).	no	piden turno en la línea rápida, el conocido como 'fast lane'	20 minutos	15/08/2020
27	<i>Field goal</i> : in football, a field goal is a score of three points that is gained by kicking the ball through the opponent's goalposts above the crossbar (CD).	yes	Kansas City fue el primero en anotar tras un 'field goal' (0-3)	20 minutos	08/02/2021
28	<i>Flanker</i> : in rugby, a wing forward. In American football, an offensive back who takes a position closer to the sideline than the rest of the team (CD).	yes	creía que podía ser 'flanker' en la NFL	20 minutos	08/02/2021
29	<i>Foils</i> : the art or practice of fencing with this weapon, points being made by touching the trunk of the opponent's body with the tip of the weapon (CD).	no	estar sobre los foils significó la diferencia entre liderar y perder	ABC	15/03/2021
30	<i>Freerider</i> : a person who is specialized in the sport free ride.	Free-ride: Surf style on snow or skying in steep surfaces	Si un 'freerider' se cae y pierde algo de material, tendrá un cero	El País	30/01/2021

31	<i>Free runner</i> : people who move quickly around buildings and objects in a city while performing jumps and other skilful movements (COD).	no	free runner Johan Tonnoir, que recorre sus instalaciones a golpe de saltos y acrobacias	<i>El País</i>	29/07/2020
32	<i>Freestyler</i> : a person who specializes or competes in a freestyle sporting event (CD).	yes	es más fácil hacerse 'freestyler' que jugar al fútbol	<i>El Confidencial</i>	02/01/2021
33	<i>Front runner</i> : in a competition or contest, the front-runner is the person who seems most likely to win it (CD).	no	'front runner' como una veterana	<i>El País</i>	05/03/2021
34	<i>Full back</i> : in rugby or football, a full-back is a defending player whose position is towards the goal which their team is defending (CD).	fullback	un 'full back' de la NFL	<i>El País</i>	12/10/2020
35	<i>Game</i> : it is a part of a match, for example in tennis or bridge, consisting of a fixed number of points (CD).	yes	el último 'game' del partido, Djokovic tropezó	<i>20 minutos</i>	06/09/2020
36	<i>Gennaker</i> : a type of sail used for downwind sailing (CD).	no	Anoche estuve con un gennaker pequeño con un rizo, la brisa subía y bajaba	<i>ABC</i>	23/01/2021

37	<i>Geocaching</i> : a game in which the object is to identify and find items deposited by other players, using GPS navigation (CD).	no	de orientación en kayak, 'geocaching', hípica, parapente	<i>El País</i>	21/08/2020
38	<i>Grip</i> : the style or manner of grasping an object, such as a tennis racket (CD)	yes	la raqueta, siempre con los 'grips' [empuñaduras] más finos posible	<i>El País</i>	07/02/2021
39	<i>Ground and pound</i> : a fighting style, primarily in mixed martial arts, in which one pins one's opponent and then strikes him or her repeatedly.	no	es un devastador golpeador en el 'ground and pound'.	<i>El Confidencial</i>	21/02/2021
40	<i>Half-pipe</i> : a structure with a U-shaped cross-section, used in performing stunts in skateboarding, snowboarding, etc (CD).	yes	en la Copa del Mundo de 'half-pipe'	<i>El Confidencial</i>	16/02/2021
41	<i>Handbike</i> : three-wheeled devices configured with a pedaling system that is operated using the hands and arms rather than the legs and feet.	no	para desarrollar así una <i>handbike</i> de montaña	<i>El Diario</i>	02/02/2021

42	<i>Head coach</i> : a head coach, senior coach, or manager is a professional at training and developing athletes.	no	El <i>head coach</i> de los Patriots	20 minutos	12/01/2021
43	<i>High side</i> : a type of motorcycle crash where the motorcycle tire loses, then rapidly regains traction, thus throwing the rider violently up, over, and off the motorcycle as the motorcycle spins off on its own trajectory.	no	El high side de Álex Márquez	<i>La Vanguardia</i>	14/11/2020
44	<i>High rake</i> : a high-rake car has a more visible difference in angle between the front of the car and the rear, where the diffuser is jacked up considerably and the front tray of the floor runs very close to the ground.	no	Newey fue el precursor en la Fórmula 1 del 'high rake'	<i>El Confidencial</i>	24/02/2021
45	<i>Hiking</i> : the sporting or leisure activity of going for long, often strenuous, walks in the country (CD).	no	la herramienta perfecta para 'hiking' largos y veloces	<i>El País</i>	01/03/2021

46	<i>Instant replay</i> : the reshewing of an action, as of a play in a sports contest, often in slow motion, immediately after it has been recorded on videotape (CD).	yes	el anuncio de que el instant replay iba a resolver las polémicas	<i>El Mundo</i>	24/01/2021
47	<i>Kettlebell</i> : gymnastics, weightlifting (CD).	yes	llevando el disco, la kettlebell o el balón medicinal de un lado a otro del cuerpo	<i>La Vanguardia</i>	08/02/2021
48	<i>Long lap Lap</i> : in a race, a competitor completes a lap when they have gone round a course once (CD).	no	una sanción en la última vuelta de tres segundos por no hacer el 'long lap'	<i>El Confidencial</i>	20/09/2020
49	<i>Master trainer</i> : it is another name for a personal trainer at many fitness facilities. (https://www.sportsrec.com/428902-master-trainers-vs-personal-trainer.html).	no	'master trainer' de 'Peak Pilates' en España	<i>ABC</i>	13/03/2021
50	<i>Match race</i> : (chiefly U.S.) a race, esp. a horse race, run according to competition rules (OED).	yes	La novena regata fue sublime, el mejor duelo de 'match race' visto hasta ahora	<i>El Mundo</i>	16/03/2021

51	<i>One club man</i> : a player who spends their entire playing/ managing career with the same club (https://alvinalmazov.com/soccer-eng/one-club-man/).	no	pocas ganas tiene ahora de acabar su carrera donde la empezó, de ser un <i>one club man</i> como suspiraba la hinchada azulgrana	<i>El País</i>	01/02/2021
52	<i>Pace car</i> : a car sent on to the track during a race to control the pace of competitors in temporarily hazardous conditions (OED).	yes	Sage Karam rozó el muro de la curva 4, el punto más crítico del óvalo, pero todo se quedó en un susto sin necesidad de que saliera el ‘pace car’, el coche de seguridad	<i>20 minutos</i>	21/08/2020
53	<i>Passing shot</i> : an occasion when you successfully hit the ball past the other player in tennis (COD).	yes	El passing shot de Daniil Medvedev se va fuera	<i>ABC</i>	21/02/2021
54	<i>Personal trainer</i> : someone whose job is to help you become stronger and healthier by deciding which exercises you should do and showing you how to do them (COD).	yes	La grasa no se quema de manera localizada, tal como explica Xus Sáez, personal trainer de Be You Fitness Experiences	<i>La Vanguardia</i>	08/02/2021

55	<i>Pit lane:</i> (Motor Racing) a side road parallel to a course which leads into and out of the pits (OED).	yes	en Yas Marina, donde ayer debió esperar dos horas hasta la decisión de los comisarios, que dejaron sin castigo su maniobra en el <i>pit-lane</i>	<i>El Mundo</i>	14/12/2020
56	<i>Pick:</i> a person, thing, etc, that is chosen first or preferred (CD).	no	Pívot de Memphis de 19 años. Más allá de la decisión de traspasar la elección o no, suena al ‘pick’ más lógico	<i>El Mundo</i>	18/11/2020
57	<i>Pick and roll:</i> (Basketball) a manoeuvre in which a player performs a legitimate block or screen on a defender before moving behind the defender to receive a pass from a teammate (OED).	yes	Es bueno en el pick and roll pero puede sufrir con el estilo de campo abierto de los Warriors	<i>El Mundo</i>	18/11/2020
58	<i>Pitcher:</i> in baseball, the pitcher is the person who throws the ball to the batter, who tries to hit it (CD).	yes	CC Sabathia es uno de los ‘pitchers’ más reconocibles de la historia del béisbol	<i>20 minutos</i>	13/02/2021
59	<i>Playmaking:</i> the initiating of offensive plays in sports (CD).	playmaker	como si cada vez fuera más difícil distinguir unas de otras en un molde uniforme donde playmaking y shot creation lo justifican todo	<i>El Confidencial</i>	04/03/2021

60	<i>Pocket</i> : (American Football and Canadian Football) a shielded area formed by blockers from which a player attempts to pass (OED).	yes	La defensa de Tampa Bay maniató a Mahomes, al que obligó a ganar yardas saliendo del <i>pocket</i> y cuyo brazo tampoco funcionó como se esperaba	<i>ABC</i>	08/02/2021
61	<i>Raft / Rafting</i> : rafting is the sport of travelling down a river on a raft (CD).	yes	La palabra rafting procede del inglés raft, que significa balsa	<i>La Vanguardia</i>	17/07/2020
62	<i>Rally raid</i> : (also known as off road or cross country rallying) a form of long distance off road racing that takes place over several days, often in extreme environments (https://www.bowlermotors.com/our-services/bowler-racing/rally-raid/).	yes	la competición –en el asfalto o en la tierra de los rally-raids– se ha convertido en el mejor banco de pruebas para evaluar el rendimiento de sus productos	<i>La Vanguardia</i>	21/10/2020
63	<i>Refresher</i> : an activity that refreshes one’s skills or knowledge (MD).	no	Ya en la semana de entrenamientos de las 500 Millas, ni siquiera podía salir de boxes por otra avería en la sesión de novatos y ‘refreshers’	<i>El Confidencial</i>	20/08/2020

64	<i>(Electronic)</i> <i>Road book</i> : a tablet which has replaced the paper road book –for elite pilots– at the Dakar Rally (https://es.motorsport.com/dakar/news/roadbook-digital-funcionamiento-dakar-que-es/4928484/).	yes	dificultad para interpretar el nuevo libro de ruta electrónico del ‘raid’. Nos ha costado entender la filosofía nueva del ‘road book’ y lo hemos pagado	<i>El Confidencial</i>	08/01/2021
65	<i>Rulebook</i> : a rule book is a book containing the official rules for a particular game, job, or organization (CD).	no	“De acuerdo con el Grand Slam Rulebook y atendiendo a la acción de golpear intencionada y peligrosamente la bola imprudentemente o sin tener en cuenta las consecuencias (...)”	<i>El País</i>	07/09/2020
66	<i>Runner / Running</i> : a runner is a person who runs, especially for sport or pleasure	yes	Europeísta, feminista, liberal en lo económico, disciplinada ‘runner’ y con el ritmo suficiente como para tocar la batería	<i>El Mundo</i>	26/01/2021

67	<i>Running back:</i> (American Football) an offensive back, usually one of a pair, responsible primarily for rushing the ball; halfback or fullback (CD).	yes	El running back de los Bucs ha logrado anotar un touchdown nada más salir del descanso	<i>La Vanguardia</i>	08/02/2021
68	<i>Sandbagging</i> Sandbag: to underperform in a race or competition in order to gain an unfair handicap or other advantage (OED).	no	No se trata de marear la perdiz, el famoso ‘sandbagging’ del argot carrerista	<i>El Confidencial</i>	16/03/2021
69	<i>Snorkeling:</i> the activity of swimming while using a snorkel (COD).	yes	se fomenten formas de bajo impacto como el <i>snorkeling</i> , el buceo, una excursión en kayak o un paseo por la costa	<i>El Mundo</i>	12/03/2021
70	<i>Snowboard cross:</i> in snowboarding: a competition in which multiple participants race simultaneously on a downhill course characterized by extreme variations in terrain; = boardercross (OED).	yes	Lucas Eguibar (San Sebastián, 27 años), campeón del mundo de ‘snowboard cross’ (una competición de velocidad en nieve sobre una tabla)	<i>El País</i>	14/02/2021
71	<i>Snowboarder:</i> a person who rides a snowboard; a participant in snowboarding (OED).	yes	Muere un ‘snowboarder’ tras un accidente en una pista cerrada al público de Sierra Nevada	<i>20 minutos</i>	28/01/2021

72	<i>Soccer</i> : the game of football as played under the rules of the Football Association (OED).	yes	es llevar la disputa por la ‘Orejona’ a Estados Unidos para fomentar el mercado del ‘soccer’ allí	<i>20 minutos</i>	26/02/2021
73	<i>Stretch</i> : the act of straightening your body, your arms, or your legs so that they are as long as possible (COD).	stretching	fue suplantado por el ‘stretch’, que en la persecución a los atacantes abiertos convierte las defensas en acordeones	<i>El Confidencial</i>	04/03/2021
74	<i>Striker / Striking</i> : it is a type of class that combines Muay Thai and Western Boxing (https://www.ufcgyrchile.cl/clases/striking/).	striker	Tanto en el ‘striking’ como en la lucha de agarre el español fue dominante	<i>El Confidencial</i>	11/10/2020
75	<i>Surfer</i> : a person who rides on a wave on a special board (COD).	no	Esta vez, el hito lleva la firma de un joven con aspecto de ‘surfer’ que va consolidándose en la planta noble del circuito	<i>El País</i>	18/02/2021
76	<i>Tight-end</i> : (American Football) an offensive end (...) who lines up close to the tackle; the position occupied by this player (OED).	yes	Mahomes encuentra a Travis Kelce pero el tight-end no consigue atrapar el balón cuando estaba en una situación idónea	<i>El Mundo</i>	08/02/2021

77	<i>Touchdown:</i> in rugby and American football, a touchdown is when a team scores points by taking the ball over the opposition's goal line (CD).	yes	Hizo tres pases de touchdown, dos con recepciones de Gronkowski	<i>La Vanguardia</i>	08/02/2021
78	<i>Trail / Trail runner</i> <i>Trail running:</i> the sport or activity of running along trails (= paths through a countryside, mountain, or forest area) (COD).	trail	“¿No querías ser trail runner? Pues te jodes”	<i>20 minutos</i>	26/02/2021
79	<i>Trainer:</i> a person who teaches skills to people or animals and prepares them for a job, activity, or sport (COD).	yes	Melo trabajó entonces a destajo, entre Nueva York y Los Ángeles, con el trainer que mejor lo conocía, Alex Bazzell	<i>El Confidencial</i>	13/11/2020
80	<i>Training camp:</i> (for soldiers or sports players) an organized period of training at a particular place.	no	un problema silenciado por el cuerpo técnico ya en el training camp de Louisiana durante las primeras pruebas de juego real	<i>El Confidencial</i>	13/11/2020
81	<i>Trekker:</i> a person travelling a long distance, esp. on foot; spec. a rambler or hiker (OED).	yes	En 1977, el número de turistas de montaña ('trekkers') que llegaron a Nepal fue de 21.919	<i>El Confidencial</i>	04/02/2021

82	<i>Tubeless</i> : having no tube or tubes (OED).	no	cada vez es más popular la opción de montar cubiertas sin cámara (tubeless), sobre todo en ciclismo de montaña	<i>La Vanguardia</i>	16/02/2021
83	<i>Wakesurfing</i> : wakesurfing is riding a board behind a boat by a towing vessel ((https://prosurfing.com/learn-to-surf/wakesurfing-a-step-by-step-guide-for-beginners.html)).	no	La última de Piqué: sube un vídeo practicando 'wakesurfing' con Shakira y sus hijos	<i>20 minutos</i>	14/07/2020
84	<i>Wedge</i> : a golf club with a wedge-shaped head, used for lofting the ball at approach shots, or (...) out of a bunker, etc. Also, a shot made with a wedge (OED).	yes	pero hasta el hierro 8, probablemente más en el 9 y con el 'wedge', la bola se lanza un poco más abajo, con más efecto	<i>El País</i>	25/02/2021
85	<i>Wing</i> : in football and similar games: The position of the forwards on either side of the centre; a player or players occupying this position (OED).	yes	de 'switching' han desaparecido y las posiciones tendido a concentrarse en los 'wings' como un estándar de fábrica	<i>El Confidencial</i>	04/03/2021

86	<i>Wrestler / Wrestling:</i> a wrestler is someone who wrestles as a sport, usually for money (CD)	wrestling	En concreto, un ‘wrestler’ tiene 15 veces más posibilidades de morir de un infarto que cualquier otro ciudadano	<i>El Confidencial</i>	30/09/2020
87	<i>Workout:</i> a period of physical exercise or training (CD).	no	Partiendo de la base de que una persona quiera y necesite tonificar su cuerpo, “puede valer un fullbody o un workout (...)”	<i>20 minutos</i>	23/02/2021

Source: own elaboration.

Dimensions of Metaphor Meaning

Dimensões do significado da metáfora

Josie Helen Siman

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo / Brasil
CNPq

josiesiman@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8868-1941>

Thiago Oliveira da Motta Sampaio

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo / Brasil
thimotta@unicamp.br

<https://orcid.org/0000-0003-4153-0772>

Abstract: For many years, scholars have been proposing generic or universal theories of metaphor, but metaphors turn out to be more complex than that. In this paper, we discuss cases that show that metaphor meanings and mappings are contextual. By contextual, we mean the interactions between multiple factors in different timescales. The cases we analyze to make our point come from our study of resistance to metaphors. When people resist metaphors, they tend to explain what meaning the metaphor has to them, thus we see naturally occurring evidence for metaphor's dynamic and multidimensional meanings. Contrary to Lakoff's claims, there can be no single source of meaning to metaphors. In a complex systems perspective, metaphor meaning is construed in the interactions between different factors, such as the background of the speakers and listeners, the grammatical form of the metaphor, the co-text, personality, other characteristics of the metaphor (aptness, familiarity, conventionality), the history of previous uses of the metaphor, etc. All these factors operate in a non-deterministic way. In this perspective, conceptual metaphors, acquired through experiences, are one source of constraint to meaning. People share similar meanings to the degree that they share similar experiences, knowledge, and biases.

Keywords: conceptual metaphors; context; complex systems.

Resumo: Por muitos anos, pesquisadores vêm propondo teorias genéricas ou universais para as metáforas, mas as metáforas se mostram mais complexas na realidade. Neste artigo, discutimos casos que mostram como os significados e mapeamentos das metáforas são contextuais. Por contextual, referimo-nos às interações entre vários fatores em diferentes escalas de tempo. Os casos que analisamos para corroborar nossa perspectiva vêm de nossos estudos da resistência às metáforas. Quando as pessoas resistem às metáforas, elas tendem a explicar o significado que a metáfora tem para elas. Nessas situações, vemos evidências naturais para os significados dinâmicos e multidimensionais da metáfora. Ao contrário das afirmações de Lakoff, não pode haver uma única fonte de significado para as metáforas. Em uma perspectiva de sistemas complexos, o significado da metáfora é construído nas interações entre diferentes fatores, como os backgrounds de falantes e ouvintes, a forma gramatical da metáfora, o co-texto, o contexto, outras características da metáfora (aptidão, familiaridade, convencionalidade), a história de usos anteriores da metáfora, etc. Todos esses fatores operam de forma não determinística. Nessa perspectiva, metáforas conceptuais, adquiridas pela experiência, são uma fonte de construção do significado. As pessoas compartilham significados parecidos à medida que compartilham experiências, conhecimento e vieses parecidos.

Palavras-chave: metáforas conceptuais; contexto; sistemas complexos.

Recebido em 10 de novembro de 2022.

Aceito em 27 de maio de 2023.

1 Introduction

When you are sick, your body gets weaker. Because of that, doing simple tasks, like getting out of bed, feels challenging. It may feel as if someone was holding you down, an antagonist, an enemy. A concept like *enemy* has many dimensions. One of them is the phenomenological dimension, that of a force that holds you back as you push against it. A different dimension of *enemy* is more abstract: *enemy* is that person against who you strick back in a war. This is a “frame” level (Siman; Morato, 2016) dimension: *enemy* in an element that takes part in a war event. So if I tell you *Cancer is an enemy* which dimension of meaning I am referring to?

The right answer is: you don’t know. No one does. The best one can do is to look at the context and try to infer what the most likely meaning could be. In fact, *enemy* has a lot more dimensions of meaning

than the two described above. Cancer can be an enemy because it is “bad”, because it “hurts” you, because you “hate” it, because it “attacks” you, etc. Cancer can be an enemy in many situations as well. It can be an enemy of your body (cells fighting cells), it can be your enemy in your daily life (you fight it by trying to carry on with your regular activities), and it can be the enemy of society (you fight it by creating social awareness and other social services). So if I say *Cancer is an enemy* which one of those situations (cellular, individual, or social) am I referring to? You can’t tell if there is no supporting context.

Metaphor meaning is contextual and communication is non-deterministic (Fuentes; Miguel, 2016; Siman, 2022). By contextual, we mean that metaphor meaning is produced by the interaction between multiple factors (the time of metaphor, the choice of grammar, what you know about the speaker, what your experience with that metaphor is, what types of information you have been exposed to previously, your ideology, etc.). When we say that communication is non-deterministic, we mean that when someone uses a metaphor, speaker and listener may be sharing anything from a very similar meaning to a completely different meaning. The speaker might be referring to a phenomenological aspect of his experience, but the listener can be understanding something a lot more abstract. Communication is not perfect, but it is good enough (Ferreira; Bailey; Ferraro, 2002).

The problem with many theories of metaphor is trying to develop a universal account of something contextual and dynamic. In this paper, we provide support to substantiate the argument that metaphors have different meanings and can be mapped in different ways. We analyze cases of resistance to metaphors (Gibbs; Siman, 2021) because that is when people are more likely to specify what they mean by a metaphor, or why they don’t like a metaphor.

We believe this is an important exercise. For one thing, when we analyze metaphors in discourse (e.g., corpora), we never get the chance to ask the speaker what they mean nor to ask other people what they infer from the metaphor. It is common to project conceptual metaphor constructs to other people’s discourse (Goatly, 2007; Kövecses, 2015; Lakoff, 2014). But it is really hard to figure out differences among humans if we don’t start looking for them. For example, Semino *et al.* (2016) have found out that some people get empowered by war metaphors, while others get disempowered. The importance of this finding is that

it led the authors to propose that each individual has the right to use the metaphors that are the best for them (“the metaphor menu”); no scholar or doctor should decide what’s best for the individual. By ignoring people’s differences, we incur the error of believing that there is one solution that fits all, that we can decide for others, that we can hate others based on what we project into their minds/discourses. The best way to respect diversity is to acknowledge and study diversity. This paper illustrates differences in metaphor meanings and mappings with the hope that scholars will become aware of the subtleties between sharing a meaning and projecting it onto people’s discourse.

2 Theoretical background

The classic position of Conceptual Metaphor Theory (CMT) (Lakoff; Johnson, 1980) is that metaphors are processed by cross-domain mappings that are pre-established in our semantic memory (Lakoff, 1993, 2008). That is, metaphors such as *this relationship isn’t going anywhere*, *my marriage is on the rocks*, *we are stuck*, and *we are on a journey together* should all be processed by the same system of cross-domain mappings. In this system, lovers are mapped onto travelers, relationship is mapped onto vehicles, difficulties are mapped onto obstacles, and so on. Both conventional and novel metaphors should be processed automatically and unconsciously by these mappings.

Recently, different authors are defending different approaches to conceptual metaphors. For instance, Steen (2017) proposes that non-deliberate metaphors – the majority of conventional metaphors we use every day - are processed by categorization or lexical disambiguation. For example, *Love is a journey* could be processed by accessing the lexical meaning of *difficult* or *exciting*, without ever needing to access or produce cross-domain mappings. Only deliberate metaphors, which are metaphors used as metaphors, something the author predicts is very rare, are processed by cross-domain mappings. In fact, ideas like Steen’s have been around for a while. See what Glucksberg e McGlone, (1999, p. 1556) propose regarding when we use cross-domain mappings to interpret metaphors:

In situations that warrant contemplation and analysis, such as the study of poetry or creative writing, people may recognize and/or utilize conventional analogies of the sort Lakoff has described.

Analogical retrieval in these situations is conscious and deliberate, not unconscious and automatic.

The problem with considering that only deliberate metaphors are processed by cross-domain mappings is that there is evidence that suggests that in some contexts people process metaphors by cross-domain mappings unconsciously (Thibodeau; Durgin, 2008; Thibodeau; Boroditsky, 2011). It seems that it is fair to consider that conceptual metaphors are processed by cross-domain mappings unconsciously - even if not in all experiments and real-life situations. What remains to be specified are the conditions that lead to one or the other way of processing metaphors, and “deliberateness”, at this point, does not seem to be a categorical factor.

Gibbs (2017) proposes that metaphors are processed probabilistically by cross-domain mappings. That is, when we hear *Love is a journey*, depending on the context, we may access some mappings but not others. In other words, metaphors are not processed en bloc. Siman and Sampaio (2021) discuss how this probabilistic processing should reach 0% probability in some cases, which means that we need to account for the whole range of meanings that metaphors may have. Conceptual metaphors may be processed by attributes or other types of information. This claim is contrary to another old idea proposed by CMT: that abstract concepts are poor in information, and thus would be mostly composed of conceptual metaphors and their systems of cross-domain mappings (Siman; Figueiredo, 2021). Abstract concepts are rich, and metaphors are as richly processed as the context may have them.

The idea that metaphor meaning is contextual and not pre-established in semantic memory (as CMT suggested) is not new. Glucksberg and McGlone (1999) presented this idea by associating their claim with the attributive theory of metaphor. The attributive theory is an alternative to both CMT claims that cross-domain mappings are pre-established in semantic memory and Gentner's (1988) claim that metaphors are processed by analogy or property matching. Property matching is about establishing analogies (or similarities between two domains). On the other hand, property attribution should happen when the vehicle of the metaphor suggests candidate properties that can plausibly be attributed to the topic. One of the main reasons that Glucksberg has suggested such a theory is that sometimes a person knows nothing about the topic and can still process a metaphor. For instance, if I say *John is*

a *Lion*, even if you have never heard about John, you can still attribute plausible properties to John: strong, hungry, powerful, etc. Importantly, for this theory, the meaning of the metaphor can vary in different contexts. In some contexts, it might be more relevant to attribute *hungry* to John, but in other contexts, it might be more relevant to attribute *strong*, etc. In the same way, in some contexts, a metaphor like *Our relationship is a rollercoaster ride* might mean *exciting*, in other contexts, *full of ups and downs*, etc. (McGlone, 1996).

The claim that metaphors need to be processed by property attribution because people don't know the vehicle does not hold. When people don't know who John is, they still know that he is a human, male, and that there are many cultural expectations regarding what males are and are not. And in a richer context, more cues might be given as to what the speaker is trying to communicate (e.g., I saw John punching a man till he could no longer move. John is a lion. = strong/dangerous/aggressive). Thus, we need a theory that allows for the context to select what properties of the vehicle will be attributed/matched to the topic, this theory should not be exclusively semantic, as they often are (Siman, 2022).

Other than that, Bowdle and Gentner (2005) point out that vehicle and topic need to interact since the same vehicle can have different meanings when paired with different topics. For instance, *a child is a snowflake* means *unique*, whereas *youth is a snowflake* means *ephemeral*. Bowdle and Gentner suggest that when metaphors are novel, they are processed by analogy; when they are conventional, they are processed by categorization. The effects of time on metaphor processing seem to be substantial, but not categorical.

In a complex systems approach to metaphors, as we propose here, metaphors are processed by the interaction of multiple constraints that occur contextually, with different weights. Thus, processing is less like finding the meaning of the metaphor in a mental dictionary, and more like a trajectory through a landscape of attractors¹ (Spivey, 2007). The

¹ The concepts of high-dimensional space and attractor basins help us understand the mind in flux - different from the static and combinatorial mind of computational theories (Spivey, 2007). When we look at the world around us, we see it continuously. There isn't a moment when the mind is turned off and starts processing information from scratch. Not even when we sleep our mind is turned off. The processing of information (e.g., visual, linguistic, etc.) takes place in a mind in flux. The concept of high-dimensional

landscape of attractors is composed of concepts that can attract meaning with different strengths. For that reason, meaning has nuance, it does not equate to a superordinate category or a pre-established set of cross-domain mappings. In this sense, cross-domain mappings - like those presented by CMT - may be a part of the meaning in probabilistic ways (Gibbs, 2017), depending on the context. The reason why mappings can be accessed probabilistically is that they are attractors based on previous experiences with processing metaphors. Thus, cross-domain mappings might exist partially in the minds of speakers, according to their own experience - not according to CMT's principles. And context defines what information and in what depth this information will be processed.

The interacting constraints that affect meaning are, for example (see more in Gibbs, 2013): (i) conceptual: previous experiences influence the processing metaphors by cross-domain mappings; (ii) individual: the experiences of each individual with the metaphors they have been more or less exposed to in a culture - people's minds are unique. This can be broken down into tendencies that can be found in different age groups, different sex, different neurological make-up, different personalities, different ideologies, etc; (iii) linguistic: metaphor may appear in different grammatical forms, which can affect its meaning. Most notably, similes and metaphors can be processed differently (Bowdle; Gentner, 2005); (iv)

space helps us to think of a mind in which there is multiple information distributed at different distances. For example, think about the concept of house and everything you know about houses. All sensory, motor, cultural, discursive, emotional information, etc. When we think of house, multiple pieces of information are available to our minds, to varying degrees: some pieces of information are more salient than others. When we hear the sentence *my house...*, we do not access all the information we have about the house, instead, some information is accessed probabilistically, depending on the interaction between contextual factors (pre-activation of house characteristics, cultural trends, etc.). In this way, we understand that the processing of information (e.g., sentences) as a trajectory (since the mind is in flux) in a high-dimensional space (with multiple information) that passes through attractor basins (or that is pulled towards information - e.g., a meaning of a word -, without having to reach that information, or realize it completely). Therefore, we say that the meanings of words are accessed probabilistically, or that the mind can display more or less specific meanings depending on the context. The lexicon is not a dictionary. It's not accessed in an all-or-nothing fashion. See Gibbs and Santa Cruz (2012) for an illustration of how this works for conceptual metaphor processing.

immediate information: this includes the interaction - or what a person knows about their interactant and what the interactant has recently said; priming effects, information that is available in the context and co-text, etc; (v) metaphors' characteristics: familiarity, aptness, conventionality, history of previous uses, etc.

None of these factors are deterministic. They affect metaphor processing probabilistically. As Glucksberg and McGlone (1999, p. 1555) conclude about CMT:

The metaphoric ground cannot uniquely be determined, contrary to Lakoff's claim, from a single taxonomic category that is identified by the metaphor vehicle (e.g., rollercoaster ride and voyage to the bottom of the sea instantiate the superordinate category 'journeys'). Why? Because there are no a priori grounds for determining which set of interdomain mappings are relevant.

Even though there are no a priori grounds to determine which mappings are relevant, metaphors' meanings are not always created in an unbiased mind. Conceptual metaphors may be tendencies that constrain meaning in some contexts. Moreover, there is not, as far as we can tell, any perfect correlation between novel or deliberate metaphors and modes of processing. In some cases, experiments even show similarities between some novel metaphor processing and conventional ones (i.e., some novel metaphors can be processed as fast as conventional ones). Glucksberg (2008) claims that both could be processed by categorization. A different interpretation would be that novel metaphors are always processed by cross-domain mappings but some are faster because their matching properties are highly (culturally) salient (Siman, 2022).

3 Mappings are defined contextually

First, we will address the issue of how mappings are established. Remember that for CMT's classic view, mappings were fixed and pre-established. But this should not be the case. For example, in the literature about Alzheimer's disease, Alzheimer's can be the enemy and the patient can be the victim (of Alzheimer's). Or the patient can be the enemy and the family member can be the real victim, since the caregiver can go through many troubles caring for their loved one. Doctors and scientists

can be the heroes who fight Alzheimer's. Or the caregiver can be the hero for his efforts. Mappings need not be fixed.

Looking at how people resist metaphors, we see other examples:

(1) Cancer begins with a single mistake within our bodies, so why would I want to think of my **body as an enemy** when, for the most part, it has served me well? I wasn't about to **go to war with myself** even when my body made a mistake.²

In the excerpt above, the body is the enemy, which contrasts with other uses of war metaphors in which cancer is the enemy and the body may be a battleground.

(2) Cancer, I soon learned, is my own cells going rogue. Suddenly all the combat language was confusing. **Am I the invading army or the battleground? Am I the soldier or a hostage the soldier's trying to liberate?** All of the above? If the chemotherapy and radiation and surgery and drugs don't work, and I die, will people be disappointed in me for not "fighting" hard enough? For me, cancer never felt like a war. Cancer wasn't something I "had," but a process my body was going through³.

In the excerpt above, the patient is confused with many mapping possibilities. Is the patient's body the invading army or the battleground when we are raging war against cancer? It could be anything that makes sense contextually. The importance of emphasizing that meaning is contextual is that often activists will claim that they know what mappings are being established when people use a metaphor (Lakoff, 2014). But they cannot be sure. Thus, it makes no sense to condemn a person for using some metaphor on the grounds that the metaphor implies something evil. Let's say a cancer activist may want to urge society to stop using war metaphors because she does not want her body to be a battleground. But not everyone who is using *war against cancer* is implying that a patient's body is a battleground. Not everyone is implying that if the patient does not recover, he is a loser. As we mentioned in the last section, metaphors' meanings and mappings are set probabilistically in context. People should not demand that other people

² Available at: <https://www.rogelcancercenter.org/living-with-cancer/sharing-hope/war-metaphor-cancer-can-be-relieved-duty>, accessed in Jan, 2022.

³ Available at: <https://edition.cnn.com/2017/07/21/opinions/cancer-is-not-a-war-jardin-opinion/index.html>, accessed in Jan, 2022.

stop using a metaphor because of their own interpretation of that metaphor. Much less because of Lakoff's theoretical claims.

But this is exactly what scholars have done recently in our fight against Covid-19. They have urged everyone to stop using war metaphors on the premise that their own interpretation of the metaphor is the correct one or is the one that is more likely to happen in society!⁴

As a last example, consider this speech by Prof. Jordan Peterson:

(3) But it is a hell of a thing to call us [humans] a cancer on the planet, there is no excuse for that. **Because what you do with cancer is eradicate it.** And I don't think that that is a very noble motive, personally. And I think it says a lot about the people who use this phraseology, that they would dare to conceptualize humanity in that manner.

We believe that it is hardly the case that when people say *humans are a cancer on the planet*, they are suggesting that we eradicate humans. Our own interpretation is that they mean humans are doing harm to the planet and must change their ways before it is too late. Not all mappings that could be established SHOULD be established or are regularly established by listeners. Different people may have different interpretations of this metaphor.

4 Meaning is defined contextually

Not only mappings are established contextually, but the meaning of the metaphor is contextual as well. In the two excerpts below, speakers discuss what *life is a game* means. While we could say that people are conceptualized as players for both speakers, for speaker 4, life should not be compared to a game because games are about competition, while life, ultimately, is not. The second speaker highlights that many types of games do not involve competition, and when he thinks about life as a game, he thinks about the randomness and unexpected nature of the world. Thus, *life is a game* is not always about winners and losers, as CMT would have predicted.

(4) Okay, so maybe people do view life as a game, but what's wrong with that? Well, essentially, life isn't a game. The risks are different, the

⁴ Reframing covid: <https://sites.google.com/view/reframecovid/> (accessed on Jan, 2022).

rewards are much different, and the rules are not even similar. [...] **The mindset of a game, the idea that it is all about beating other people, doesn't cut it in reality.** We must focus on more than just winning. We must realize that we cannot win. We cannot beat the standard which has been set for us on our own.

(5) While I agree with your point of life is not necessarily about beating others, I disagree with how you conceptualize the game of life mentality. **You say that the life is a game mentality brings into play the idea of winners and losers, but games like Skyrim or minecraft are games but do not necessarily fit that description.** There is a collaborative aspect to games that I believe in when I mention that life is a game. **The randomness and unexpected nature of the world** as a result of the imperfect knowledge that we have as humans **causes me to describe these chaotic life circumstances as “part of the game”**

While *time is money* involves the relationship between our hourly work and the amount we make, it must not always be so. When people resist metaphors, they analyze different possibilities for meaning. In the excerpts below, the meaning in focus is the value of each, time and money, and its finitude.

(6) As I've written before, **money is infinite but time is not.** You can always go out and get a part-time job or start a side hustle, but you'll never be able to get back this moment or this day. **Equating the two diminishes the value of time.** And it also undermines the importance of passive investing, of building passive income streams, which I believe really is the primary goal of personal finance. **INVESTING AND PASSIVE INCOME DISRUPT THE MONEY/TIME RELATIONSHIP.**⁵

(7) It surrenders us to the idea that **money is more valuable than time. It isn't.**

I propose we flip this equation. **Time shouldn't be something we spend in order to acquire money. Money is something we should spend to acquire time.** [...] Money can be spent, earned, loaned and recuperated.

⁵ Available at: <https://millennialmoney.com/time-is-not-money>, accessed in Jan, 2022.

Time is different. There's no getting it back once it's gone. It can't be regenerated or negotiated for or made to pour out of a slot machine. Most people exchange time for money on a daily basis. We get paid by the hour, the month or the year. [...] Instead, let's think of time as the most valuable currency. **Life gives you an account. This account accepts no deposits, only withdrawals. Every day you withdraw 24 hours. You spend 8 or so sleeping, leaving about 16 hours of irreplaceable denominations of existence. It's definitely unhealthy to spend that time on a job you hate—but you shouldn't spend too much even on a job you like!**⁶

Some people suggest that war metaphors should be substituted for journey metaphors. But meaning is contextual, and for some people, this might not be a good idea. While CMT associates journeys with having obstacles, travelers, destinations, and so on, the resistance to journey metaphor is not (necessarily) about resisting any of that. It is about resisting journey's positive connotation, as we see in the examples below. It is also important to notice the other dimensions of meaning that CMT does not cover. For instance, journeys are something people perceive to have control over (this is outside the scope of CMT). In example 8, we see that the speaker mentions *a long slog* as part of the meaning of *cancer is a journey*, this parallels results from experiments, in which participants frequently state that *life is a journey* means *long*. Also, the meaning of *rollercoaster (ride)* has more to do with the primary metaphor "has ups and downs" than with classic journey mappings (McGlone, 1996; Siman, 2022; Siman; Sampaio; Júnior, 2022).

(8) To me, **journeys are fun and pleasurable and things you have control over,**" she tells HuffPost UK. "For me personally, the correct metaphor to describe cancer would be a rollercoaster because there's **so many ups and downs.**" I can completely understand why he said 'journey' as he meant it was the **start of a long slog**" says Jenny. "But for me, it was the wrong language."⁷

⁶ Available at: <https://100mba.net/time-is-not-money/>, accessed in Jan, 2022.

⁷ Available at: https://www.huffingtonpost.co.uk/entry/the-language-of-cancer-fighting-beating-going-on-a-journey-here-are-some-alternative-descriptions-those-with-cancer-prefer-to-use_uk_5e273388c5b674e44b9ef333, accessed in Jan, 2022.

(9) Cancer is not a journey. Stop with the meaningless platitudes. Cancer is a kidnapping. A hijacking. [...] **It's not like going to Spain and getting to try out a few phrases from the phrasebook you bought in the airport. There are no tapas. It's not fun. You don't get to feel more sophisticated and cosmopolitan because of it.** Just tired. And terrified. [...] **There isn't a person on earth who would want to go where cancer takes them.** So stop trying to make it sound like it has **purpose and meaning** by giving it an archetype and calling it a journey and saying those in the middle of it are brave. It's a fucking hijacking. People who have cancer are in the middle of trauma. They are scared. They are by turns angry and in denial and grieving. Those who live do not come away unscathed from this calamity. Every single one of them has had to face their own death. It's not pretty. **It's not a waterfall in Hawaii. No one takes a selfie.** People who have cancer have to imagine the lives of their children without them. They have to come to grips with losing everything. Some have gone broke paying the ransom. Some have PTSD.⁸

It is natural that different people prefer different metaphors (Semino; Demjén; Demmen, 2016). It is natural that people may at times be offended by a metaphor that was never offensive when uttered. This happens because communication is not deterministic (Fuentes; Miguel, 2016). That is, what I say and what you understand might not always be exactly the same thing. Frequently, the most one can guarantee is that meaning, in some contexts, may be approximately the same for most people - not everyone.

We must remember that some authors have acknowledged conceptual metaphor's contextual meanings, such as Kövecses (2015), who analyses how *my wife is an anchor* can have two almost opposite meanings provided that they express different scenarios (i.e., *my wife is my support/ my wife drags me down*). But the author would maintain that, at an abstract level, LIFE IS A JOURNEY mappings would still underpin the two different contextual meanings of the metaphor. While this can be true for some contexts, this is likely not true for others, as suggested by many experiments (Holyoak; Stamenković, 2018; Miller; Raney; Demos, 2020). In the examples in this section, we show that different parts of basic CM's can be missing. For example, thinking of

⁸ Available at: <https://janecawthorne.com/cancer-not-journey/>, accessed on Jan, 2022.

chaos as part of the game (example 5) emphasizes stressors in life as obstacles in games, and says little to nothing about winners and losers. The conceptualization of time as money in example 7 makes it possible for us to spend time, but not to deposit it (which seems something possible in other instances – a quick Google search shows examples in Brazilian Portuguese of people saying *avoid depositing your time in issues that are irrelevant*. Moreover, the importance of realizing how people talk about other dimensions of metaphor meaning, such as *time is money* as being more or less **valuable** (examples 6 and 7), and *cancer is a journey* as not being about “**fun, pleasure**, etc.” (examples 8 and 9) is that these dimensions may stand on their own in other contexts, without the support of underlying CMs. Contextual meaning selects parts of a concept, and these parts may involve full-fledged CMs, partial CMs, or no CMs.

5 But is this “statistically significant”?

Even though the idea that meaning is dynamic/contextual is defended by cognitive linguists (Croft; Cruise, 2004), in other parts of this field, the fixed mappings of conceptual metaphors have been defended religiously. When conceptual metaphor processing is considered dynamic, authors only mention schemas, frames, domains, and primary metaphors (Gibbs; Santa Cruz, 2012; Kövecses, 2017), never attributes and other types of information. The idea that meaning is contextual goes against universal claims and analysis, it makes it look as though semantics cannot be a science (Siman, 2022). But this is not true. We can, after all, study tendencies in meaning-making. What we cannot do is say that we know what anybody is thinking or what they mean in a particular context.

In any case, scholars tend to struggle with dynamic theories of meaning and they want to impose some arbitrary conventions in opposition to the claim that meaning is dynamic. For example, they might say that they are only interested in tendencies in meaning that are statistically significant. In this section, we will address some of these concerns.

Firstly, it is important to realize that showing even one example that metaphors are processed in different ways is relevant because any theory that explains metaphors must explain all cases, not only the most frequent ones. This is the relevance of pursuing qualitative research and even of making arguments that are introspective: to show that the science of the “averages” is not everything.

Moreover, “the average” is a fiction. Theories like the classic CMT are fictional. There is no average human, no average cognition, no average metaphor meaning. Each human is unique, and every act of metaphor processing is unique. There are tendencies (either within one person or between people), of course, but meaning should not be exactly the same for two people or for the same person at two different times (because of different nuances) – see Spivey (2007) for an extended discussion on this topic.

When scholars say they care about statistically significant results, do they think that Lakoff’s theoretical proposals are statistically significant? McGlone (1996) asked participants to paraphrase conceptual metaphors (e.g. *my relationship is a rollercoaster ride*). Results show that participants use more attributes (e.g. *exciting*) than domain-related words (e.g., words from the domain of *Journey*, such as *bumping*), that is, 74% of the paraphrases did not contain CMs, against 24% that could contain CMs. The author then wondered if participants could be deliberately trying to avoid metaphors and give a literal paraphrase of the metaphors in the stimuli. He then conducted a second study in which he asked participants to paraphrase the same metaphors with other metaphors. Results show that the paraphrases were not consistent with CMT (i.e., they were not from the same domain). For example, sentences like *his lecture was a three-course meal to the mind* would be more often paraphrased as *his lecture was a goldmine* (59%) than *His lecture was bread for the starving mind* or *his lectures were nutritious* (41%), which would be more consistent with CMT. Then, the author proceeded to test if, by showing participants a paraphrase with metaphors that are consistent and metaphors that are inconsistent with CMT, they would choose those that are consistent with CMT as better paraphrases. In fact, there is no significant preference for either type of metaphor. Lastly, McGlone (1996) gave participants a memory test, in which participants first listened to conceptual metaphors and then were given a list of words as clues to the metaphors they had listened to. Clues were either from the same domain as the metaphor or a related attribute. Attributive cues were more effective than CMs in prompting the recall of metaphors⁹.

⁹ We would like to disclose that his paragraph was mentioned in our previous work (Siman, 2022).

Taking from McGlone's studies, which are all statistically significant, Lakoff's proposals are not so relevant. But McGlone's study involved specific metaphors stated solo. A different set of conceptual metaphors or the use of a different co-text could have created different results, that would have made Lakoff's claims more relevant. Experiments have a context too. Finding that CMT's predictions are significant in one experiment (Gibbs, 2017; Reid; Katz, 2018; Thibodeau; Durgin, 2008) and insignificant in another is a matter of contexts as well.

As we have mentioned: we want theories that explain all contexts, not just a few.

6 Conclusion

Metaphors have different meanings in different contexts. A metaphor like *journey* can mean roughly *pleasant* when people say *cancer is not a journey!*. It can roughly mean *has a beginning, middle, and an end* when we say *a baby is at the beginning of his journey*. It can mean *long*, which is what many participants seem to suggest in an experiment we have run (Siman; Sampaio; Júnior, 2022). Of course, the question of whether conceptual metaphors underly all these uses even if in a graded way should still be debated. However, there is little support for the idea that conceptual metaphors should be mandatory in meaning-making (e.g., Miller; Raney; Demos, 2020).

A good candidate for explaining what metaphors mean in different contexts is the complex (or dynamic) systems approach to metaphors (Gibbs, 2013; Siman, 2022). Under this perspective, metaphor meaning is established dynamically by the interaction of different factors, such as the person's background, the task he is doing, recent information he was exposed to (i.e., priming), the exact metaphor and its co-text, the attractive effect of conceptual metaphors in the mind, etc. Importantly, this should not lead to the conclusion that two people could never agree on the meaning of a metaphor, since people share many similar experiences, similar bodies, similar readings, similar cultures, similar contextual constraints, etc. People's contextual inter-agreement on metaphor meaning should range anywhere from 0-99%. In a novel approach to metaphor processing, we suggest that metaphors are processed by the interaction of different factors in different timescales – see details in (Siman, 2022).

Metaphor meaning is contextual and depends on individual experiences and the momentaneous setup of the situation the speaker and listener are involved in. As Glucksberg and McGlone (1999) have mentioned, metaphors' meaning cannot be determined by any single source of information - conceptual metaphors or otherwise.

References

BOWDLE, B. F.; GENTNER, D. The Career of Metaphor. *Psychological Review*, US, v. 112, n. 1, p. 193-216, 2005. DOI: 10.1037/0033-295X.112.1.193

CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. (Cambridge Textbooks in Linguistics). Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/cognitive-linguistics/8CE9230D2E18C120A5274EDE524C606C>. Acesso em: 27 ago. 2022.

FERREIRA, F.; BAILEY, K. G. D.; FERRARO, V. Good-Enough Representations in Language Comprehension. *Current Directions in Psychological Science*, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 11-15, 2002. DOI: 10.1111/1467-8721.00158.

FUENTES, M. A.; MIGUEL, H. Paisajes dinámicos en la modelización de la comunicación y el aprendizaje. [s. l.], 2016. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/74714>. Acesso em: 16 nov. 2021. DOI:<https://doi.org/10.11606/S1678-31662016000100005>

GENTNER, D. Metaphor as Structure Mapping: The Relational Shift. *Child Development*, [s. l.], v. 59, n. 1, p. 47-59, 1988. DOI: <https://doi.org/10.2307/1130388>.

GIBBS, R. W. The real complexities of psycholinguistic research on metaphor. *Language Sciences*, [s. l.], v. 40, p. 45-52, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.langsci.2013.03.001>.

GIBBS JR, R. W. *Metaphor Wars: Conceptual Metaphors in Human Life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. Disponível em: <http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9781107762350>. Acesso em: 25 out. 2021.

GIBBS, R. W.; SANTA CRUZ, M. J. Temporal Unfolding of Conceptual Metaphoric Experience. *Metaphor and Symbol*, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 299-311, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/10926488.2012.716299>.

GIBBS, R. W.; SIMAN, J. How We Resist Metaphors. *Language and Cognition*, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 670-692, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1017/langcog.2021.18>

GLUCKSBERG, S.; MCGLONE, M. When love is not a journey: What metaphors mean. *Journal of Pragmatics*, [s. l.], v. 31, p. 1541-1558, 1999. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(99\)00003-X](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(99)00003-X).

GOATLY, A. *Washing the Brain – Metaphor and Hidden Ideology*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2007. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/dapsac.23>. Acesso em: 23 fev. 2022.

HOLYOAK, K. J.; STAMENKOVIĆ, D. Metaphor comprehension: A critical review of theories and evidence. *Psychological Bulletin*, US, v. 144, n. 6, p. 641-671, 2018. DOI: [10.1037/bul0000145](https://doi.org/10.1037/bul0000145).

KÖVECSES, Z. Levels of metaphor. *Cognitive Linguistics*, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 321–347, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1515/cog-2016-0052>

KÖVECSES, Z. *Where Metaphors Come From: Reconsidering Context in Metaphor*. New York: Oxford University Press, 2015. Disponível em: <https://oxford.universitypressscholarship.com/10.1093/acprof:oso/9780190224868.001.0001/acprof-9780190224868>. Acesso em: 13 nov. 2021.

LAKOFF, G. *The All New Don't Think of an Elephant!: Know Your Values and Frame the Debate*. Special edição. White River Junction, Vermont: Chelsea Green Publishing Company, 2014.

LAKOFF, G. The Contemporary Theory of Metaphor. In: ORTONY, A. (ed.). *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 202-251.

LAKOFF, G. The neural theory of metaphor. In: GIBBS, Jr., Raymond W. (org.). *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. (Cambridge Handbooks in Psychology). p. 17-38. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/cambridge-handbook-of-metaphor-and-thought/neural->

theory-of-metaphor/4DE03C6035D38108853A36FAB1EB4A33. Acesso em: 25 jan. 2022.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

MCGLONE, M. S. Conceptual Metaphors and Figurative Language Interpretation: Food for Thought?. *Journal of Memory and Language*, [s. l.], v. 35, n. 4, p. 544-565, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1006/jmla.1996.0029>.

MILLER, K. A.; RANEY, G. E.; DEMOS, A. P. Time to Throw in the Towel? No Evidence for Automatic Conceptual Metaphor Access in Idiom Processing. *Journal of Psycholinguistic Research*, [s. l.], v. 49, n. 5, p. 885–913, 2020. DOI: [10.1007/s10936-020-09728-1](https://doi.org/10.1007/s10936-020-09728-1)

NICK REID, J.; KATZ, A. N. Something false about conceptual metaphors. *Metaphor and Symbol*, United Kingdom, v. 33, n. 1, p. 36–47, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/10926488.2018.1407994>

SEMINO, E.; DEMJÉN, Z.; DEMMEN, J. An Integrated Approach to Metaphor and Framing in Cognition, Discourse, and Practice, with an Application to Metaphors for Cancer. *Applied Linguistics*, [s. l.], p. amw028, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1093/applin/amw028>

SIMAN, J. H. *Metaphor peace: a complex systems approach to metaphors and cognition*. 2022. 232 f. Tese (Doutorado do Departamento de Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2022.

SIMAN, J. H.; FIGUEIREDO, N. M. de. Multiple representational and dynamic conceptual analysis in the wild. *Fórum Linguístico*, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 6604–6621, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2021.e74461>

SIMAN, J. H.; MORATO, E. M. Os frames biomédico e biopsicossocial em discursos sobre a doença de alzheimer. *PROLÍNGUA*, [s. l.], v. 11, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos3.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/30626>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SIMAN, J. H.; SAMPAIO, T. O. da M. Teoria da metáfora conceptual. *Porto das Letras*, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 201-220, 2021.

SIMAN, J. H.; SAMPAIO, T. O. da M.; JÚNIOR, L. C. G. An exploratory study of metaphor types and tasks. *ALFA: Revista de Linguística*, [s. l.], v. 66, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/14752>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SPIVEY, M. *The Continuity of Mind*. New York: Oxford University Press, 2006. Disponível em: <https://oxford.universitypressscholarship.com/10.1093/acprof:oso/9780195170788.001.0001/acprof-9780195170788>. Acesso em: 13 nov. 2021.

SPIVEY, M. *The continuity of mind*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. (Oxford psychology series, v. 44).

STEEN, G. Deliberate Metaphor Theory: Basic assumptions, main tenets, urgent issues. *Intercultural Pragmatics*, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 1-24, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1515/ip-2017-0001>.

THIBODEAU, P. H.; BORODITSKY, L. Metaphors We Think With: The Role of Metaphor in Reasoning. *PLoS ONE*, [s. l.], v. 6, n. 2, p. e16782, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0016782>.

THIBODEAU, P.; DURGIN, F. H. Productive figurative communication: Conventional metaphors facilitate the comprehension of related novel metaphors. *Journal of Memory and Language*, [s. l.], v. 58, n. 2, p. 521-540, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jml.2007.05.001>.

Exploring 2020 #ENDSARS Protests' Components in Nigeria within the Schematics of Social Semiotics

Explorando os componentes dos protestos #ENDSARS de 2020 na Nigéria dentro dos esquemas da semiótica social

Taofeek O. Dalamu

Anchor University, Lagos, Nigeria

tdalamu@aul.edu.ng

<http://orcid.org/0000-0002-5494-4854>

Ke Yang

Nanjing Xiaozhuang University, Nanjing, China PR.

yangke@njxzc.edu.cn

<http://orcid.org/0000-0001-7357-2454>

Abstract: This study examined the semiotic resources of the October 2020 #ENDSARS protests in Nigeria, manifesting the affordances operational in the protests. The investigation beckoned on 13 different communicative semiotic configurations, employing Halliday's grammatical group rank, to delineate the structures. This paved the way for tables and graphs to account for the written modes' recurrent components. Kinesics such as proxemics, gestures, and gaze supported the analysis, providing relevant semantic implications to non-verbal elements and body language of protesters. This investigation indicated that #ENDSARS hashtag, functioned in variegated forms, as the initiator of the protest, socializing people even without notable leaders. The texts illustrated the suffering of the people from SARS operatives' gun-punch coercion, as exemplified in a boy-like image's head, and the cry of agony illuminated through a gestural movement of mouths and hands. Parallel to that is the metaphorical castigation of an innocent young man, manifested through chained hands. Significantly, the research revealed the collective unanimity of the protesters, demonstrated through clenched fists, epitomizing camaraderie of purpose. The protesters made their call to abrogate SARS operations pleurably-funny in the appearance of a clown and a sacrificial lamb. Given that the idea of social justice is non-negotiable. Demanding a just course should not lead to brutality; the government should rather respond to the request of protesters to fulfill promises made during electioneering campaigns.

Keywords: #ENDSARS; below the clause; kinesics; social justice; social semiotics.

Resumo: Este estudo examinou os recursos semióticos dos protestos #ENDSARS de outubro de 2020 na Nigéria, manifestando as affordances operacionais nos protestos gráficos para explicar as escolhas componentes recorrentes dos modos escritos. Dispositivos cinéticos como proxêmica, gestos e olhar apoiaram a análise, fornecendo implicações semânticas relevantes para elementos não verbais e linguagem corporal dos manifestantes. Essa exploração indicou que a hashtag #ENDSARS ocorria de formas variadas, funcionando como iniciadora do protesto, socializando as pessoas para agirem em uníssono mesmo sem líderes notáveis. Os textos ilustravam o sofrimento das pessoas pela coerção dos agentes da SARS, usando o cano e a furadeira, exemplificado na cabeça de uma imagem de menino, e o grito de agonia iluminado por um movimento gestual de bocas e mãos. Paralelo a isso está o castigo metafórico de um jovem inocente, manifestado por meio de mãos acorrentadas. Significativamente, a pesquisa revelou a unidade coletiva dos manifestantes, demonstrada através dos punhos cerrados, simbolizando a solidariedade de propósito. Os manifestantes fizeram seu apelo para revogar as operações da SARS de forma prazerosa - engraçada na aparência de um palhaço e um cordeiro sacrificado. Diante disso, pode-se sugerir que a ideia de justiça social não é negociável. Exigir um curso justo não deve levar à brutalidade; o governo deveria antes atender ao pedido dos manifestantes, como forma de cumprir as promessas feitas durante as campanhas eleitorais.

Palavras-chave: #ENDSARS; abaixo da cláusula; cinésica; justiça social; semiótica social.

Recebido em 19 de novembro de 2022.

Aceito em 28 de agosto de 2023.

1 Introduction

Every human being yearns to live a good but comfortable life. That need stimulates the individual to channel efforts towards some avenues that could yield equitable upshots. Besides, as an individual needs a helping hand to achieve successes, satisfying personal necessities, parents and guardians are in a better position to render the obligatory assistance (Prilleltensky; Nelson, 2002; Conyne, 2004). Neighbors could also provide some succor in this regard. However, parents, guardians, and neighbors might not have the resources to cater for the individual when the elements of social machinery are not in a proper shape (Kenny; Hage, 2009).

It is at this juncture perhaps that the government becomes an arbiter, a reference point. That means, the government must organize devices of social systems in place for everyone to subsist and thrive. Indirectly, the government is in the right position to create a conducive environment for citizens' survival. That responsibility reminds one that the sole obligation of the government is to cater for the people (Sue, 2001), who also pay taxes in one way or another to the government. The equitably distribution of commonwealth, from taxes, natural resources, and other sources, is what one could term, social justice. In other words, social justice points to fairness (Van den Bos, 2003) of human and resources management-cum-distribution in terms of equal rights, equal opportunity, and equal treatment (Kenny; Hage, 2009). The deficiency of the aforementioned social parameters provokes people to demand social justice.

Such a need of social justice facilitated the concept of #ENDSARS in Nigeria in October, 2020. The hashtag, #ENDSARS, is a call to put an END to SARS operations in Nigeria. The youths demonstrated the clarion call in the vanguard of social media (the voice of everyone in this digital age), variegated prints, and videos (Lindgren, 2017). SARS means Special Anti-Robbery Squad. One might stress that a demand for social justice could stem from various ways such as protests (violence or peaceful demonstrations), fights of a great magnitude, wars, communiqués, press briefings, editorials, entertainments, revolutions, books, and other publications. Nonetheless, Nigerian #ENDSARS began as a peaceful protest before aggravated into a violent form. The basic demand, as the protesters pinpointed, was a request from the Federal Government of Nigeria (FGN) to abolish the Nigeria Police Force's (NPF's) brutality on citizens. Keeping with Arce and Rice's (2019) ideas, protests pinpoint organized socio-political movements that challenge and resist the power-holders such as governments and business institutions in order to demand some rights. Protests could influence a review of specific organizational or regional policies.

Social justice is a global concern, thus, attracting discussions such as salvaging inequalities (Kozol, 1991), beautification of 'Area Boy' (Soyinka, 1995; Dalamu, 2019c), a theatre of the oppressed (Boal, 2000), and a discourse on 'no more oil but blood and sweat' (Fatunde, 2005). There have been clarion calls regarding eco-socialism ecology for human development (Pepper, 1993; Brofrenbrenner, 1979), respect for diversity (Roaten; Schmidt, 2009; Sabbagh; Schmitt, 2016), prevention

of emotional and mental disorder owing to injustice (O'Connell, Boat; Warner, 2009), promotion of justice, and environmental sustainability (Ucheaga, 1996; Dobson, 1998; Kenny; Hage, 2009). Such petitions become imperative as a means to prevent deviant behaviors (Akers, 1993), an exposure to violence (Schiavone, 2009), social exclusion, and discrimination (Kabeer, 2000).

In respect to that, Fraser (1989) reflects on justice interpretation, enlightening governments to employ social justice as an instrument to actualize universal human development in communities (Kenny; Hage, 2009), and implicit-cum-explicit application of social intelligence (Kosmitzki; John, 1993). These principles, drawing on Bandura (1969), will assist in behavioral modification of youths in terms of evaluation, intervention, and political cogency to influence human cognitive processes (Morsillo; Prilleltensky, 2007). Some of the characteristic values inform the research of Andrew-Essien (2010) on political duplicity, human rights violation, and decline in social standard, which Uya (2000) suggests that civil society groups, where democracy reigns, could expose to checkmate political fraudulence.

As the matter of social justice revolves around psychology, economics, sociology, political science, and anthropology, one might wonder at the connection of this study with the subject matter? Human individuals are inseparable from language in all activities (Dalamu; Yang, 2022b). Apart from that, the social life, cultural life, and environment of the people interconnect to determine a particular discourse (Halliday, 1978; Halliday; Hasan, 1985, Fontaine, O'Grady; Bartlett, 2013; Dalamu, 2020c). One could also add that there are other semiotic resources that augment language in order to communicate effectively to the target audience. Devices such as proxemics, gestures, gazes, and musical sounds accompany language to generate meaning potentials (Kress, 2010; Dalamu, 2019d).

Such tenet of communication that attracts holistic elements motivates Kress (2011) and Dalamu (2023a) to label all devices of communication (language inclusive) as modes. Therefore, it is the communicative modes, which the #ENDSARS protesters deployed, that this study investigates. This analysis is a bit different from earlier research efforts, owing to its social semiotic inclinations. Consequently, Halliday's systemic grammar of group (Halliday; Matthiessen, 2014), Kress and van Leeuwen (2006) visual grammar, as illustrated in Baldry and Thibault (2010) explore the communicative affordances. The concept of group,

gesture, gaze, and proxemics exemplify how spoken and kinesic modes entwine to yield holistic meaning (Kendon, 2004; Dalamu; Ogunlusi, 2020). A demand of social justice elucidated in this investigation requires some questions to serve as a pilot to understand the multimodality field of this discourse.

Thus, the following points channel a direction for the study.

- How have the written modes' frequencies expressed the meaning potentials of the texts?
- Are there relationships between the wordings and images in the semiotic systems?
- What roles have gestural attitudes of protesters played in realizing meaning from the texts?

1.1 SARS, a face of synchrony(ic) attractions

The acronym, SARS, means Special Anti-Robbery Squad. As an arm of the NPF, a matter of security propelled its conception and establishment. Historical accounts reveal that Simeon Midunda, a former Commissioner of Police, founded this police unit in 1992 (Nnadozie, 2017), as a result of some clashes between the NPF and Nigeria Army (henceforth: NA) (Oditia, 2020), which consumed the life of Colonel Israel Rindam. That incident provoked NA to deploy soldiers to the streets of Lagos, witch-hunting the policemen. In no time, the policemen vacated the streets of Lagos to go a hiding. The escape of the policemen from check points seemingly increased crime rates. A strategy to bring back the police to their various posts stemmed the formation of *SARS* and its commissioning in November, 1992, beginning with 15 men. After many years of successful operational conducts, *SARS* grew in size in 2009, owing to the proliferation of the Internet fraudsters, popularly known as Yahoo Boys.

As the 14th unit of the NPF Criminal Investigation and Intelligence Department (henceforth: FCIID), the body is to prosecute criminal offences regarding motor vehicle theft, kidnapping, armed robbery, fire arms possessions, etc. One could also stress that there had been a three-police anti-robbery squad in place since 1984 before the emergence of *SARS*, a child of necessity (Al Jazeera., 2020a). Though the image in Figure 1, below, indicates the appearance of SARS officers,

usually, these men go about in disguise, not appearing as normal police officers because of the nature of the shouldered investigative functions (Nnadozie, 2017).

Figure 1 – Images of SARS operatives



Source: <https://www.gettyimages.com/detail/news-photo/federal-special-anti-robbery-squad-check-disturbances-by-news-photo/1126895716?adppopup=true>

More often than not, vicious venoms beclouded the operations of *SARS*, becoming a burden to the FGN and an enigma to the innocent citizens than the unit that it is meant to protect. President Muhammadu Buhari (henceforth: PMB) confirmed the acts of excessive force of *SARS* in his 22nd October 2020 live broadcast (Parkinson, Hinshaw; Akingbule, 2020). Thus, the media practitioners reported so many incidents in that regard. US Department of State (1998) attests that in 1996, *SARS* arrested two security guards, who, according to a report, were assisting armed robbers to conduct their nefarious activities in order to achieve their goals. Without a legal prosecution, those men were killed and their death bodies placed in the morgue devoid explanations. As the harassment of innocent and young people continued, a *SARS* person killed a bus driver in Obiaruku,

Delta State, without a tangible offence or court trial. The claim was that the individual refused to pay a token as a bribe. Nonetheless, the particular operative involved was charged for murder in the law court.

There have been many unusual extra-judicial killings associated to *SARS* operatives such as the killing of a school boy on the 20th May 2010, a stray bullet killing a pregnant woman on the 10th August 2010 at Ijegun, Ikotun, Lagos, and a brutal beating on three cyclists after being arrested in May 2010 (PM News, 2010). Surprisingly, a *SARS* member, Musa Agbu, attempted to bomb the NPF Headquarters, Abuja, on the 3rd June 2011. These pieces of evidence have shown the height of horrific criminal acts that *SARS* operatives committed (Omonobi, 2011).

Consequently, the FGN has made several efforts to reform *SARS* into a befitting status of human dignity. The human rights' violations of *SARS* stimulated Prof. Yemi Osinbajo (henceforth: PYO), Acting President, Nigeria, on the 14th August 2018, to request an overhaul of *SARS*. Ibrahim Kpotun, Inspector General of Police (henceforth: IGP), after some investigations renamed the unit as being Federal Special Anti-Robbery Squad (FSARS) with the appointment of a new police chief (Sahara Report, 2018). However, Mohammed Adamu, the then IGP, decentralized the unit on the 21st January, 2019, as placed under the sole management of DIG FCIID. The Commissioners of Police in the 36 states were empowered to directly oversee the *SARS* operations in their various states.

The FGN's efforts to revitalize *SARS* to make a difference proved abortive. Instead of the reforms to correct the police segment, the operatives tended to be much more horribly brutal than never before. The nefarious attitudes served as a platform for Segun Awosanya to construct a hash tag #*ENDSARS* in December 2017, being an online discourse emblem against the *SARS* men. As Al Jazeera (2017) pointed out, the Awosanya's ardent campaign initiative became a welcome idea to the Nigerians, serving as an appropriate channel that sensitizes people to share their experiences regarding *SARS* savagery. Probably, such an avenue could shape *SARS* for the security of Nigeria future. The then NPF Public Relation Officer, Jimoh Moshood, labelled the campaigners of such movement as robbers and criminals, whose activities must be seriously investigated. Unfortunately for Moshood, the 8th National Assembly of Nigeria's Senate endorsed the call to scrap *SARS*.

By and large, the shooting of a young man at Wetland Hotel, Ughelli, Delta State, upsurge a sombre call to exterminate *SARS*. Bloggers

shared the video of the man's killing process in many social media domains, which sensitized Nigerians in the Diaspora to rise against the SARS operations. As the upsurge of celebrities upturned the awareness, people practically 'imported' the online campaign to the streets of Nigeria in October 2020 (Omilana, 2020). Some of the placards of the protesters across the six geo-political zones in Nigeria read: #ENDSARS, #ENDSWAT, #SARSMUSTEND, and #RememberJimoh. Jimoh Isiaq was a victim killed on 9th October, 2020 during the protest in Ogbomoso, Oyo State. Instead of the FGN to quickly address the peaceful protesters, the NPF officers became angry, attacking and beating people in Abuja and other parts of the country, as BBC and other international media reported.

The entire security operatives in Nigeria made several arrests but were later released at the pronouncement of the Minister of Justice and Attorney-General of the Federation. The case of the NA opening fire arms and ammunition on undefended innocent Nigerians at the Lekki, Toll Gate, Lagos, on the 20th October 2020, as BBC Africa and Al Jazeera reported, was unimaginable. The ruthless crudity attracted the attention of the world leaders to Nigeria (Al Jazeera, 2020b). Perhaps, the influence of the world leaders compelled the IGP to restrict his officers from further extra-judicial killings, road blocks and check points, and abrogation of SARS, which was followed with a new label of Special Weapons and Tactics (henceforth: SWAT) (BBC, 2020). Protesters rejected *SWAT*, requesting an adequate reform of the NPF. The 16th October 2020 support of Twitter CEO, Jack Dorsey, releasing a vibrantly convincing #ENDSARS Emoji on Twitter, encoded in Nigeria national flag colors (Larnyoh, 2020) might have stimulated the PYO to quickly use the same Twitter medium to persuade protesters, commenting that he held a meeting with the governors, directing them to set up judicial panels of enquiry for fast justice for the victims. Moreover, PMB, on the 2nd October 2020 confirmed to sensitize Nigerians that the FGN has dismantled *SARS* operatives because of cruel barbarity, with a further plan to prosecute offenders of human rights violation (Parkinson, Hinshaw; Akingbule, 2020).

In corollary, the demand of social justice to annihilate SARS men's violent brutalism, expressed in protest, is a multimodality activity. This is because the protesters employed modes (historio-cultural devises of meaning-making) in terms of spoken and written languages, images in several forms, gestures, music and sounds, and varieties of color schemas to send messages to concerned authorities. The communicative

elements are quite complex in parti-colored-cum-pied shapes. This motive propels this research to act within the scope of suitable semiotic systems of pictures and creativity of protesters, functioning as supportive communicative devices of the #ENDSARS campaign.

1.2 Theoretical space

The nature of #ENDSARS communication requires theoretical substances that could vividly analyze the embedded semiotic resources. The photographs, particularly, have their texts in respect to wordings and images. The communicative affordances (meaning-making entities) thus motivate the authors to consider Halliday's insight of group (Halliday; Matthiessen, 2014) and Birdwhistell's (1970) idea of kinesics as the conceptual lenses of exploring the texts.

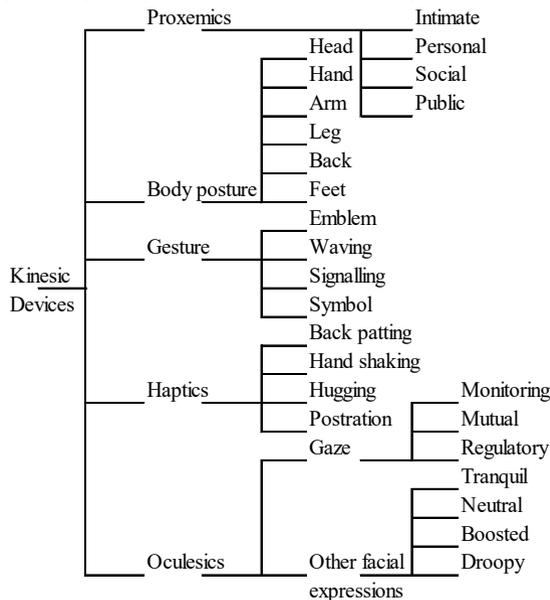
Regarding the systemic group, the authors understand that the clause is an entity as well as the core value in which Systemic Functional Linguistics (SFL) predicates its analysis. The clause functions in the spheres of systemic structures of declarative, interrogative, and imperative linguistic environments (Thompson, 2004). Though negligible the minor clause has its communicative model in the systemic structures of English. Given these enterprising contexts, Halliday (1995) theorizes that the three metafunctional triads of interpersonal, ideational, and textual are viable mechanisms of interpreting the structures of English. The systemic groups are orbital in any situation where the interpersonal metafunction (Mood), ideational metafunction (Transitivity), and textual metafunction (Theme-Rheme) operate. The viability of the groups, otherwise known as below the clause, to generate meaning potential in the three domains inform the choice of deploying the systemic groups in this study (Dalamu, 2019b).

Within the ranks of English structures, there are: clause, group, word, and morpheme. Focusing on the group, Thompson (2004) describes the group as a meaningful logical component (single or cluster) contributing moderately to the entire meaning of the clause. In Halliday and Matthiessen's (2014) descriptive spirit, the systemic group operates in the form of nominal group, verbal group, prepositional group, adverbial group, and conjunction group (Eggins, 2004; Dalamu, 2018b). It is worth stressing that the phrase is still a systemic device of the English grammatical rank scale. Halliday and Matthiessen (2004) explain that, unlike other grammatical postulations, there is only one phrase – prepositional phrase – in English; other elements are labelled group.

Prepositional phrase has head and preposition; whereas prepositional group has head and modifier(s) domiciled in its terrain. Nominal group accommodates pre-modifier, head and post-modifier, where only head functions as a compulsorily compelling artefact (Bloor; Bloor, 2013). The main verb and auxiliary (primary and secondary) are the elements of the verbal group; conjunction group and prepositional group express the head and modifier as their communicative modes.

The claim of multimodality enthusiasts (van Leeuwen, 2005; Kress, 2011; Bateman, 2013; Bateman, Wildfeuer; Hiippala, 2017; Norris, 2019; Forceville, 2020, Kress; van Leeuwen, 2021; Dalamu, 2023b) is that language only provides partial meaning into semiotic systems, such as the #ENDSARS images. Thus, the deployment of kinesic devices is to deduce a holistic meaning potential from the #ENDSARS pictures. Some of these kinesic concepts are gesture, gaze, body movement and posture, haptics, color, and oculesics, as illustrated in Figure 2. These attitudes are physical actions that simultaneously operate to escort spoken and written language (Kendon, 2004).

Figure 2 – A system of kinesic devices



Source: Adapted from Hall, 1966; Kendon, 2004; McNeil, 2016.

Sometimes, kinesic elements might function as substitutes to wordings in order to reflect human anger, fear, disgust, contempt, emotion, confidence, feelings, happiness, nervousness, friendliness, sadness, comfort, and tranquillity. Figure 2 illustrates some gestures accompanying verbal communication as being biologically programmed edifice (Beattie, 2016).

There are no doubts that kinesics is an embodiment of theoretical manifestations; the authors elucidate some of these terms to pave the way for kinesic configurations. Proxemics denotes the space utilization by the individual regarding other communicative modes. Other modes might be an animate or inanimate object. Space here is in terms of relationship. Hall (1966) articulates that the dynamism of space has to do with actors' behaviors. As illustrated in Figure 2, proxemics denotes a range of possible spacing, culturally habitual in the form of intimate, personal, social, and public distances (van Leeuwen, 2008; Marquardt, Greenberg, Ballendat, Diaz-Marino; Wang, 2011). Regarding posture, Norris (2019) certifies that the frame of human body is one thing, how the individual constructs such a body is another. The summation then is that the positioning of the human body communicates different meanings in different occasions and sometimes in different cultural environments.

In multimodal communication, gaze plays a prominent role. Gaze, in Beattie's (2016) argument, focuses on the organization, direction, and intensity of looking, observable between the coder and decoder, which might be systematic or unsystematic. As gaze plays a subordinate role in communication, the speaker tends to gaze, more often than not, than the hearer. Gesture is a web of modes, deployed with language to communicate ideas. Kendon (2004) perceives gesture as an excursion of deliberate movements of the body parts that express meaning alongside with textual discourses. Particularly, the hands and mouth are domineering subjects of gesture, appearing as being metaphoric, iconic, and deictic. Because time is invaluable in gesture, beat represents the functional length of a gestural mode (McNeil, 2016).

Head movement is the positioning of the head during interaction. Norris (2019) constructs the movement of the head into three kinds. These are: rotational, lateral, and sagittal demonstrations. In Norris' (2019) conceptualization, the interlocutor's positioning of the head expedites gaze, augments deictic movement, connotes acceptance of event, authenticates a fact, rejects a proposal, and displays a change in

focus. In a nutshell, gesture is a probable encyclopedic framework that accommodates to harmonize all the other non-verbal communicative interactions as a unified entity.

2 Methodology

2.1 Participants

The issue of social justice, to iterate, is the concern of this study, where social semiotic tools assist in exploring the texts. That informed the harvest of the demonstrators' images regarding the 2020 #ENDSARS protests in Nigeria. Apart from the exploration of images from the Internet, The Guardian, and Leadership Newspapers, Mrs. Bonke and the authors gathered some texts from some locations in Lagos such as Lekki Toll Gate, Oshodi-Apapa overhead bridge, Lagos-Sango Toll Gate, Maryland-Ojota expressway, and Opebi and Awolowo Roads, Ikeja. The choice of text collection in Lagos rested on being: (i) a state of many interconnected cities, which demarcations are difficult to define, (ii) the Nigerian most densely populated commercial centre; (iii) a state which the governor is referred to as Governor-General. Besides, Lagos accommodates mostly all the nationalities in Nigeria, whose young people considered as a market place of struggle for survival. The Internet and the newspapers became necessary as means of gathering the knowledge of protesters' image nature of happenings outside Lagos metropolis.

2.2 Instrument and design

At the initial stage the protest was quite peaceful. That enabled us to capture some images with a *WB50F Samsung*[®] camera, which has the capacity to transfer the images to the laptop. In respect to that, an *hp2000*[®] laptop was another instrument of operation, assisting the researchers to receive the texts and regulate the objects into required shapes. The analysts considered the stratified sampling procedure as a sustainable method for selecting the necessary images to be analyzed (Maxwell, 2013; Dalamu, 2018a). This is owing to its cost effectiveness that aids a quick decision making amidst a quantum of texts.

2.3 Procedure

The large number of images harvested influenced the researchers to employ some research terms such as population, strata, and subject. Bonke and the authors succeeded in gathering a population of 65 images from all spheres, which were stratified into thirteen segments. Out of the strata, the researchers chose one image from each unit. The 13 images were prioritized as the subject of analysis (Patton, 2015). It is worth mentioning that the images were not selected haphazardly. Some motivating factors for the selection of the analyzed texts were: the visibility of the nitty-gritty of the protesters' demand; expressions of terrific tortures that *SARS* operatives have unleashed on Nigerians; demonstrations of collective unity among protesters; turning of demonstrators' request into fun and pleasure; and ironic pretense of protesters to move away from facts into sarcasm. The relationships of written modes with images and gestures in the texts were also considerable parameters (Dalamu; Yang, 2022a). Because there were no vehicular movements during the protest era, Bonke and the authors needed to trek for over one week from one location to another as to harvest appropriate texts.

Halliday's insight of systemic below the clause predicated on the written modes, exemplifying their componential structures as well as meaning potentials. The gestural inclination of the communicative modes attracted the application of kinesic devices as to understand their affordances. The vitality of SFL on text provided a leeway for tables and graphs to account for the functional wordings of the images (Charmaz, 2014; Dalamu, 2019a). The calibration elucidated the partial contribution of written modes to semiotic landscapes. All in all, Halliday and Matthiessen (2014), Kress and van Leeuwen (2006), and Kendon (2004) offered some insights into the social semiotic implications of the 2020 #*ENDSARS* protesters' activities in Nigeria.

It is worth mentioning that the authors have deliberately labelled TX 1, TX 2 to TX 13 as such in order to differentiate the analyzed images in focus from any other figures in the study. Figure 3, Figure 4 to Figure 13 are the analysis of the written words available in TX 1, TX 2 to TX 13), as reflected in the Analysis and Discussion section. Table 1 publicizes the written modes functional in the #*ENDSARS* protests' images.

Table 1 – Written modes of the semiotic configurations

TX	Written Modes
1a	Enough is enough
1b	#ENDSARS
1c	We are bleeding!
1d	We are weeping!
2	END SARS
3	
4	
5	END SARS NOW
6	END SARS
7	#END SARS
8	
9	
10	ENDSARS NOW
11	#We demand outright disbandment and total police reform
12	#END SARS
13a	#We have no leaders
13b	ENDSARS
13c	#ENDSWAT

Source: own elaboration.

3 Analysis and discussion

The multimodal nature of the text inspires the adoption of the dual-perspective of theoretical evidence as to clearly explore meaning potential of the #ENDSARS' semiotic resources. That points to the fact that this multimodality enquiry as a representative of social justice, elucidates, in this section, the application of systemic groups, kinesic devices, and other communicative affordances. These concepts are annotated in the

following scopes of: the crux of protesters’ demand; pains and agonies of demonstrators that *SARS* unleashed on Nigerians; unison of demonstrators; pleasure and fun of/in demonstration; and irony of demonstration. Expression of irony is a moving away from justifiable facts into a sarcastic pretentious fable. Because the semiotic system of the text is a configuration of wordings, images, colors, and gestures, the study taps some explanatory currencies from Halliday and Matthiessen (2014), Kress and van Leeuwen (2006), Kendon (2004), and McNeil (2016).

TX 1 – Enough is enough



Source: <https://nairametrics.com/2020/10/14/endsars-protest-feminist-coalition-group-raise-additional-n31-million-crowdfund-in-four-days/>

Figure 3 – Analyzed wordings of TX 1

1a	<table border="1" style="border-collapse: collapse; text-align: center;"> <tr> <td>Enough</td> <td>is</td> <td>enough</td> </tr> <tr> <td>NG</td> <td>VG</td> <td>NG</td> </tr> </table>	Enough	is	enough	NG	VG	NG
Enough	is	enough					
NG	VG	NG					

1b	<table border="1" style="border-collapse: collapse; text-align: center;"> <tr> <td>#ENDSARS</td> </tr> <tr> <td>NG</td> </tr> </table>	#ENDSARS	NG
#ENDSARS			
NG			

1c	<table border="1" style="border-collapse: collapse; text-align: center;"> <tr> <td>We</td> <td>are bleeding!</td> </tr> <tr> <td>NG</td> <td>VG</td> </tr> </table>	We	are bleeding!	NG	VG
We	are bleeding!				
NG	VG				

1d	<table border="1" style="border-collapse: collapse; text-align: center;"> <tr> <td>We</td> <td>are weeping!</td> </tr> <tr> <td>NG</td> <td>VG</td> </tr> </table>	We	are weeping!	NG	VG
We	are weeping!				
NG	VG				

Source: own elaboration.

To recapitulate, the phenomenal *SARS* is the thought that this study contextualizes. That is, the model of social justice in this course focuses on the demand of Nigerians requesting the government to abrogate *SARS* operatives from society, as promoted through the hashtag #*ENDSARS* to initiate a movement (Meikle, 2016; Burns, 2017). That reveals the reason for proliferating #*ENDSARS* mode in all the analyzed texts. As displayed in TX 1, for instance, two linguistic philosophical contexts are obvious in #*ENDSARS*. The first is its morphological formation. The second is the marker, hashtag (#).

From a morphological point of view, #*ENDSARS* represents a combination of three structures of: # + *END* + *SARS*. The analysts exemplify the hash tag, #, latter simply because the device is the score card of the #*ENDSARS* communicative components. On the one hand, *END* is a lexical morpheme from a verbal group sphere. The process, *END*, is a free morpheme that can stand alone to convey meaning (Yule, 2020; Dalamu, 2020b), such as the death of an era, or the termination of an event. The lexeme, *END*, also suggests the completion or finishing of sequential developments or evolutions, and the final point within a specific time. *SARS*, on the other hand, is an acronym that depicts Special Anti-Robbery Squad in Nigeria.

With Egyptian and Roman historical accounts, the idea of hash tag (#) has a constructive affiliation with Chomsky and Halle (1968) to reflect a space within lexemes and boundaries (Clark; Yallop, 2006, p. 134). Nonetheless, Twitter makes Octothorpe (#) (among other labels, hash tag is also known as Crunch, Diamond, Sharp, Mesh, Crosshatch, Thud, Thump, Splat, and Scratchmark) popular as a glyph that leads other symbols in communication. Since the coinage of this ‘spacing device’, some communication stakeholders have been employing hashtag as a stimulant to provoke a community of individuals into a concerted social jurisdiction to chase a common goal. Vander Wal (2007) considers such a collective but topical informational indexing as being ‘folksonomy.’ As a result, one could bethink hashtag as a displayed marker that functions with a particular contextual environment. The impression might channel ad-hoc protesters’ emotions into a status that construe heteroglossia insights, hypothesizing an assembly of individuals of a common ambition. The # is a great tool of mobilizing Nigerian to demand social justice against *SARS*.

The keyword of the hash tag is germane, briskly animating the protesters to pursue a determined course, which might be revolutionary.

Drawing on Zappavigna's (2011) manifestation, the hash tag character is a derivative of the historical and conventional naming content of the Internet Relay Chat in 1988. This falls within the inline metadata that integrates a linguistic device into a certain communicative structure. The relational role of hash tag sensitizes its classification as being functional within the attributive relational process (Eggsins, 2004; Halliday; Matthiessen, 2014; Thompson, 2014; Dalamu, 2020a).

As the hash tag pinpoints a subject matter, the linguistic fabrication also references a propagated topic of concern that the community of individuals adopts to campaign a represented notion. Thus, at the inception, the #ENDSARS created the online social sub-community followership. Though temporary the online alignment transformed into a routine social bond of national protesters, demanding justice regarding the security of lives and property. In the writers' opinion, it was the hashtag emblem that changed the protesters' behaviors as to act in unison in order to pursue a course of social justice. Simply put: a hashtag is manufactured for a specific purpose and outside that motif that hashtag might remain obsoletely inefficient and impractically un-functional. That means, space, time, and purpose are critical determinants of hashtag to communicate imminent idea or ideology.

Apart from the #ENDSARS written mode that foregrounds the semiotic system of TX 1, in terms of color, there are other wordings such as *Enough is enough; We are bleeding!;* and *We are weeping!*, as in 1a, 1c, and 1d. The #ENDSARS is a compound structure, classifiable as NG. The other written entities are declarative clauses of NG + VG + NG (1a), NG + NG (1c) and NG + VG (1d). Following the indicative statements, *Enough is enough* expresses the sufficiency of the molestation that innocent Nigerians have received from SARS operatives. The mode appears figurative – a clarion call that intends to compel the officers to stop forms of harassment all day. *Enough is enough* is as simple as saying: Do not hurt Nigerians anymore. Nigerians have taken a great number of embarrassments from the operatives, so they are to desist from further tortures and killings.

We are bleeding! is generic as the clause refers to all Nigerians. That is, Nigerians have lost *enough* blood to SARS operatives. The shedding of innocent blood informs the *weeping* that the protesters represent, printed in the banner as *We are weeping! Enough is enough*

is a call on the government to end the profuse *weeping* of Nigerians, as caused by the police.

TX 2 – ENDSARS statue



Source: Bonke and the authors' captured image at Lekki Toll Gate.

Figure 4 – Analyzed wordings of TX 2

2	END	SARS
	VG	NG

Source: own elaboration.

The deliberate pestering that people have undergone apprises the communicative mode of *We are bleeding!* and *We are weeping!*, which are further illustrated in TX 2, TX 3, and TX 4 in the likenesses of a metaphor (Forceville; Urios-Aparisi, 2009) and gestural demonstrations (McNeil, 2016). Two lexemes of *bleeding* and *weeping* are directly referential to the modes of TX 2, TX 3, and TX 4, in fact, with interjections to

indicate a similitude of emphasis – a prominence calling for a special attention. For instance, TX 2 appears as a cake-like object of photograph. The punctuated portrait depicts a young man who is helplessly gazing, creating a vector between him and the entire audience. The direct gaze shows a demand of justice – that is the effect of the represented communicative act (Kress; van Leeuwen, 2006).

The hair style, one might say, suggests a resemblance of a young man. Surprisingly, between the left ear and the eye of the individual is a bleeding portion representing an injury cause by a bullet of a *SARS* officer. As the bullet point has penetrated into the brain, the image suggests that a process of death has commenced and that must be stopped with immediate effect. The flow of the blood from the head down to the chest, staining the white apparel of the young man, shows the torment that young and energetic Nigerians undergo from the activities of nefarious *SARS*. Such agonies influence the inscription of *END SARS* at the chest of the boy-like to culminate bleeding, affected through the barrel of gun.

TX 3 – Opening of the mouth



Source: Bonke and the authors' captured image at Maryland-Ojota.

The behavior of the young woman in TX 3 is a probable reaction to the bullet point on the head of the young man in TX 2, above. As the lady's gesture correlates *weeping* unveiled in TX 1, one observes that

several on-lookers are at her back, gazing left, right, and center, Some of these participants are wearing their nose masks – the COVID-19 apparatus of protection, as the woman who foregrounds the photograph marks agony of a special weight. The thickness of her gestures reliably reflects through kinesic activities such as the eyes, the mouth, the neck, and the hand. The woman, most obvious in the picture plane, remains fashionable as she lifts her eyes up, though closed, focusing on the sky at a specific angle of inclination, as perhaps, seeking helps from heaven.

One might remark that such an action interconnects the opening wide of the mouth maximally at its natural V-shape. This is an indicator of a paroxysm of striving pains that enable the muscles of the woman's neck to develop mercurially. In order to avoid an extreme pain that could cause contortion and writhing of the body, this eminent social actor stretches her right hand to cover her right ear. The stroke of the hand is without beats because the gesture is timeless (Beattie, 2016). The hand positioning is seemingly permanent as the neck moves to a sagittal point of a probable angle 45° . It is worth stressing that there is no social distance among all the social actors (van Leeuwen, 2005) in the pictorial image.

The social actor's (woman's) behavior demonstrates, per excellence, a cry for justice to the evil that the police have descended on Nigerians.

TX 4 – Handcuffed hands



Source: Bonke and the authors' captured image at Ikeja.

TX 4, demonstrating panged distress to support TX 2 and TX 3, is an element that showcases the partiality of language in communicating messages to viewers, being a clear-cut idea that multimodality propagates (Kress, 2011; Jewitt, Bezemer; O'Halloran, 2016; Dalamu, 2021). As TX 4 illuminates, there are many images (such as walking men and women, cars, trees, and buildings) functional in the pictorial scheme. Nonetheless, the fragmented image of a young man, wearing a pair of glasses and a band around his head, is the most visible in the pictorial plane. It is self-explanatory that the man is conspicuous owing to the chain tying his two hands together as to prevent the usefulness of the hands for meaningful activities.

The appearance of the young man projects the chain in the two hands to advocate a free man castigated to be a prisoner (perhaps, a prisoner of conscience). As a result, he raises his hands to surrender his thoughts unwillingly to the authorities. That seems the motif for opening his mouth as a surprise to the reprimand that he currently experiences. This analysis could certify the modality as the affordance that promotes a call on the international community to come and rescue the Nigerian youth from the SARS's oppression. To cap off the scene, the man is in a black T-shirt as a representative of serious darkness that requires a shedding of some light; the light that could eradicate mourning in order to channel in joy at a moment (Ladu, 1989; Engelbrecht, 2003).

TX 5 – *End SARS now*



Source: <https://guardian.ng/opinion/endsars-protests-before-it-is-too-late/>

Figure 5 – Analyzed wordings of TX 5

5	End	SARS	now
	VG	NG	Adv G

Source: own elaboration.

The written mode in the semiotic configuration of TX 5 pictures to augment the reason for people's gathering. In Barthes' (1977) perspective, *END SARS NOW* is the anchorage that pinpoints the motif of the assembly. The structures of the imperative clause (Fontaine, 2013) are of VG + NG +Adv G components. The adjunct, *NOW*, enhances the imperative narrative to exhibit the urgent need of the FGN to respond to the popular call to *END SARS* without a second thought. In other words, the statement, *END SARS NOW* pinpoints to the government the immediate need to terminate the SARS operations in the streets. The written mode, *END SARS NOW*, fabricated on the white portion of the Nigerian national flag green-white-green is a metaphor that embarrasses the entire nation. This is because the flag of any nation is the identity of its citizens.

For instance, the Nigerian national flag has green-white-green, where green denotes a wealthy nation and white represents peace. That colorful identity projects Nigeria to the global world as a wealthy nation encircling with peace in its centrality. It is the claim of peace dominance that the protesters marred with the inscription *END SAR NOW*. The reddish shallow deformation of the flag portion portrays negativity. Red color engraved upon the white connotes a sudden loss, damage, and consumption of peace from Nigerian society. Protesters would not have mutilated the national flag irrespective of their anger. People might have done this out of ignorance. The semiotic affordances in the communication system actually send wrong and pathetic signals to stakeholders, who understand social semiotic relativity of information.

TX 6 – Nose mask demonstration



Source: <https://www.okayafrica.com/endsars-how-you-can-help/>

Figure 6 – Analyzed wordings of TX 6

6	END	SARS
	VG	NG

Source: own elaboration.

A well-dressed young girl in TX 6 campaigns peacefully in support of a call to exterminate SARS operations in Nigeria. Though repetitive there is an inscription of *END SARS* in her nose mask in the form of VG + NG. The linguistic structure is a command that does not provide any alternative to the authorities in question. The girl is a peaceful demonstrator, who is not interested in violence. The new normal, COVID-19, has made the posture of the lady significant. She obeys the rule of the new normal; the rule also serves the individual to be mute, regardless of the pressure of the current situation. Silence is golden as much as being the best answer for a fool. Above all things, the written mode, *END SARS*, in the nose mask is an historical account, so to say,

for generations yet unborn as to intimate such individuals that a protest against *SARS* operatives took place in Nigeria during COVID-19 that spanned through 2020. Perhaps, that animates the girl's gazing pattern that directly focuses on the target audience. In Kress and van Leeuwen's (2021) theorisation, the gaze of the lady is direct, demanding justice from the higher authorities in order to rescue people from the disturbing attitudes of *SARS* activities.

TX 7 – A fist hand in the Nigerian map



Source: Bonke and the authors' captured image at Alausa, Ikeja.

Figure 7 – Analyzed wordings of TX 7

7	#END	SARS
	VG	NG

Source: own elaboration.

There are several patterns of *#ENDSARS* cross hash, such as *#ENDSARS*, *END SARS*, and *#END SARS*. These varieties are meant to show that diverse Nigerians were interested in the termination of *SARS* operations. In addition, the structure of the crunch is not a considerable factor to protesters; but rather the messages embedded in the hash tag. In occasions as this setting deviant constructs are permitted. One more thing is that the clarion call of the *SARS* abrogation is not about educational statuses; it rather concerns the social lives of Nigerians. In that sense, the message is the priority and not the model of its constructs; after all some Nigerians are not highly educated.

Coming back to TX 7, there are semiotic resources of the written mode, *#END SARS*, the gesture of a clenched fist, the map of Nigeria, and colors. The textual wordings of *#END SARS* are group components of VG + NG (Bloor; Bloor, 2013; Dalamu, 2018b), which fall in parallel with the explanations offered for *#ENDSARS* above. Of importance is the clenched fist, as painted in black. The black color might have a connection with the black dress of the man in TX 4, and the black color of the nose mask of the girl in TX 6. It is perhaps incontestable that black in this environment positions Nigeria as a black nation. Black then might be contextualized in this setting to explain the illegitimate actions of *SARS* operatives (Fehrman; Fehrman, 2000), which have overwhelmed the natural light that brightens the lives of Nigerians.

Thus, black is seemingly gloomy, evil, ill-omened, and bad, notwithstanding of the metaphorical positivism that Guinness has positioned and promoted black (Dalamu, 2020c). Integral to the clenched fist is an electrical signature of firry spark. The fire-spark could symbolize the gallant kindling of fire arms on innocent Nigerian citizens instead of using the weapons to chase away criminals such as kidnappers, armed robbers, and car snatchers. TX 7 reveals that the image of the fire of *SARS* operatives on Nigerians has shed more blood than necessary across the country. That could be the reason for protesters to paint the placard carrying Nigerian map as red. Red is an old color that could denote excitement, passion, dynamism, and richness (Pile, 1997). However, in this context, red signifies fire, blood, and force in order to characterize the habitual behavior of operatives, intensely warring to terrify innocent Nigerians.

TX 8 – A collective fist hands



Source: Bonke and the authors' captured image at Lekki Toll Gate)

Regarding the clenched fist, the analysts might comment that the hand gesture is peculiar to communists in Russia as well as associated with the Black Power Movement in the USA in 1960s. Given that connectivity, clenched fist is a signal of solidarity and perhaps, defiance. This is owing to the fact that clenched fist is a social symbol that might threaten to ignite physical violence, sparking demonstrators to be hostile in their deeds. The gesture could also invite revolution as shown in TX 8, where demonstrators collectively raise up their clenched fists in one accord. As such a communal synchronized gesture usually goes with a song or the national anthem, if not quickly curbed the masses might advance to venture into a revolutionary movement. The clenched fist activates protesters' resentment on the wrong that the government has done, as the case of *SARS* operatives in Nigeria. In a normal circumstance, when observing a growth of such magnitude, the government might raise a voice to call on the military to checkmate any clenched fist gestural excesses.

TX 9 – A collective placing of hands on the heads



Source: Bonke and the authors' captured image at Lagos-Sango Toll Gate

TX 9 illustrates an extension of demonstrators' cooperation in their demand to *END SARS*. This time tens of youthful Nigerians place their hands on their heads to typify pity, cheating, and hopeless situation. Some of the protesters are holding the Nigerian flag as a solidarity sign. Bearing in mind that these individuals are from different homes, religious backgrounds, and nationalities, the people have disregarded sentiments as to achieve their goal of sending *SARS* men away from the streets of Nigeria. To recapitulate, it is a quick action from the government at the center that could quench such a synchronous harmony simultaneously operational in all the six geo-political zones of Nigeria. That becomes inevitable so that the movement could not aggravate to a revolution.

TX 10 – The image of a clown



Source: Bonke and the authors' captured image at Lekki Toll Gate

Figure 8 – Analyzed wordings of TX 10

10	#ENDSARS	NOW
	NG	Adv G

Source: own elaboration.

Most protesters, as illustrated in the texts are youths. Upon that backdrop, the researchers might attest that a peculiarity about the youth is the unavoidably inclination to fun. The seriousness of a demand to exterminate the presence of *SARS* in Nigeria could not take away fun from the youth demonstrators. TX 10 vividly exemplifies the youthful exuberance even in hard times. There are many semiotic resources of people, cars, building, and trees in TX 10. Nonetheless, the image of a young man underscores the semiotic configuration. The young man has a metaphorical appearance of a clown and an insane person. The former

could be factual; the latter is not. The latter is untrue because such an appearance is contextual for a purpose (in demand justice against SARS) known to the entire world.

There are no doubts that the young man is simply protesting, as the affordances of communication around him and in him suggest to viewers that the young man conveys his thoughts to the world in a dramatic form. In fact, this unusual appearance does not only distinguish him from other protesters; it also attracts people's attention to popularize him. It is amazing to see the man half-naked, wearing an ordinary pant that shows the shapes of his private manhood part, putting a book on his head (to represent the learned), covered with a wig, as joined with a pair of funny spectacles on his face. Kress and van Leeuwen (2021) pinpoints such a posture as being analytical, with Carrier and Attributes, fitted together to display wholeness of a larger form. As the man does not wear a pair of shoes, one could refer to him as being a jester or an insane individual. However, other circumstantial modes nullify that position. There are a megaphone and a banner in his hand. The megaphone assists the individual to loudly express his feelings, as the banner supposedly reads: *#ENDSARS NOW* with some thematic written discourse that are not completely visible.

Besides, the location of his appearance greatly dictates the message of the half-naked person. The setting is Lekki Toll Gate. The beautiful road and Oriental Hotel at the left further acknowledge that assertion. There seems to be a deliberate public distance between the protester and other semiotic resources in TX 10 so that the camera man could feature the individual apparently. Of course, the Nigerian national flag tied around his body plays a significant role of shelter. That means, the young man is a Nigerian expecting Nigeria to shield and protect him in all situations. In the protester's point of view, Nigeria is the only home of his and there is no any other home elsewhere. That standpoint might be the cogent reason for wearing white underwear (pant), which strictly interconnects him to the white color of the flag. This relationship is a probable demand for peace in Nigeria.

TX 11 – Protesters on a car



Source: <https://www.gettyimages.com/detail/news-photo/endsars-protesters-occupy-lagos-state-house-of-assembly-news-photo/1228989950?adppopup=true>

Figure 9 – Analyzed wordings of Text 11

11	#We	demand	outright disbandment and total police reform
	NG	VG	NG

Source: own elaboration.

The semiotic devices in TX 11, moreover, advance youthful exuberance in a visual-oriented-petition for a serious demand to terminate SARS operations. Though the banner reads: *#We demand outright disbandment and total police reform*, there are other young men standing in a car protruding from its open-roof. The banner at their disposal is not discernable. The declarative clause possesses its group elements as NG + VG + NG, where *#We* points to all Nigerians as the pronoun functioning in a generic term. The cross-hash of this kind has exceeded the notion

of topic-marking to a state of socialization and expression of attitudes (Mikstron, 2014; Laucuka, 2018), populating the functions of hash tags.

The material process, *demand*, is a forceful request without any apologetic contemplation. This time the protesters require the FGN to issue a statement against the existence of *SARS*. The issuance of the order will out rightly remove *SARS* from the streets. The banner that carries the image of the Nigerian national flag at its upper right-hand corner goes ahead to *demand* a police reform. The reform, perhaps, will overhaul the current decadent attitudinal status of the NPF. Indirectly, the protesters are clamoring that *SARS* is an arm of the NPF, where the two seemingly parallel institutions might be leprous fingers in one hand. The active two young men protruding from the open-roof of a car keeps intimate distance.

TX 12 – The construction of *ENDSAR* in the cheek



Source: Bonke & aurchors’ captured image at Oshodi-Apapa expressway

Figure 10 – Analyzed wordings of TX 12

12	#END	SARS
	VG	NG

Source: own elaboration.

TX 12 is an extension of fun during the 2020 #ENDSARS demonstration in Nigeria. As appeared, the head-cum-neck of the young man seems a disjunctive human body as similar to an elliptical grammatical clause. As the young man gazes against the viewers, there are two #ENDSARS semiotic modes in his body. The first is the band on his head with an #ENDSARS inscription (though not fully apparent). The second is the inscription of #end sars on his left cheek, as written in white. By implication, the young man uses his body as a sacrificial sign (instead of cardboard) to convey emotional thoughts. That is, the young man is prepared to offer his life to exterminate SARS operations. Furthermore, the #endsars inscription on the cheek demonstrates the depth of personal painful feelings. This inscription is a construct of emotion.

TX 13 – Modes of we have no leaders



Source: <https://leadership.ng/endsars-cj-asks-lagos-to-reconstruct-igbosere-high-court/>

Figure 11 – Analyzed wordings of TX 13

13a	#We	have no	leaders	13b	#ENDSARS	13c	#ENDSWAT
	NG	VG	NG		NG		NG

Source: own elaboration.

It is crystal clear that protest is a channel to engender socio-political vices affecting people. The analysts observe such a hidden agenda in TX 13, where the written modes clearly maintain that *We have no leaders*. This statement is an exaggerated-irony that swiftly moves away from facts to a sarcastic pretense. As the linguistic structure reveals NG + VG + NG, a striking group there is the VG, *HAVE NO*, which Halliday and Matthiessen (2004) certify as a negative polarity. Literally, *NO* negates the existence of leaders in Nigeria. The question is: If there are no leaders in Nigeria, to whom are the protesters calling to abrogate *SARS* operations?

One might submit that the declarative clause is a hyperbolic over-statement, where the protesters consider Nigerian leaders as being epileptic. Rather, the people are asking government officials to rise to the current challenge in order to protect lives and property. As shown in 13c, there is a conjoining of #ENDSARS with #ENDSWAT in the placard. The reason is that in the midst of the protest, the FGN attempted to rebrand *SARS* to *SWAT* as a strategy to douse the tension. Importantly, the placard carries a gestural image of a clenched fist, as observable earlier in TX 7 and TX 8. Here, the protesters support the solidarity emblem with their mouths being opened wide, as discussed in TX 2 above, to reflect a desperate struggle that could rescue their lives from *SARS* operatives.

At this juncture, the authors could add that *ENDSARS* is the crux of the campaigns as shown in most of the modes. *ENDSARS* therefore represents the core of the demand of Nigerians. That is the motive for its repetition to show emphasis.

4 Results

This section reveals the answering parameters of the Research Questions (RQs), highlighted earlier in the Introduction. Sub-sections 4.1, 4.1.1 and 4.1.2 are responses to the first question; sub-sections 4.2 and 4.3 elucidate the outcomes of the second and third questions.

4.1 Recurrence models of group written modes

There are two cumulative insights in Table 2. The first, vertically on the extreme right, depicts the frequencies of the systemic groups of the 13 analyzed texts. The second is in the horizontally base of the table, representing the cumulative of the systemic group of each analyzed text.

Table 2 – Frequency of 13 texts’ group modes

Group	TX																	Total	
	1a	1b	1c	1d	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13a	13b		13c
NG	2	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	0	1	2	1	2	1	1	17
VG	1	0	1	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	1	0	0	10
Prep G	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adv G	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Conj G	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	3	1	2	2	2	0	0	3	2	2	0	0	2	3	2	3	1	1	
	8				2	0	0	3	2	2	0	0	2	3	2	5			

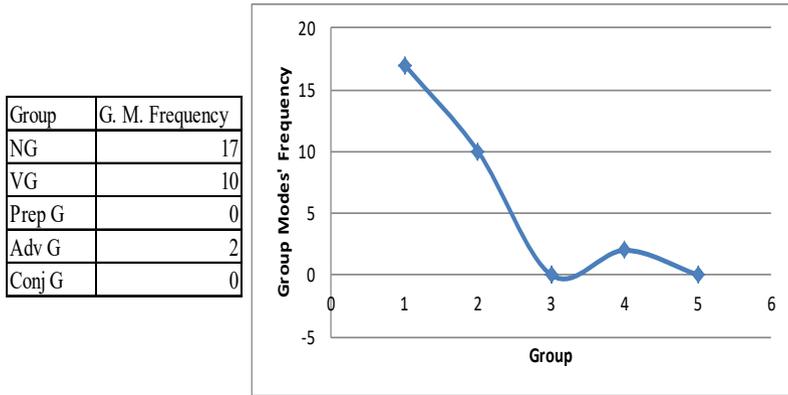
Source: own elaboration.

Figures 12 and 13 are the principal inferences from Table 2. The deductions place the frequencies at par of below the clause, regarding the 13 texts and each text, operational in the semiotic resources of the #ENDSARS protesters.

4.1.1 Cumulative systemic group of 13 texts

Figure 12 indicates that only three elements of below the clause are functional in the communications of the #ENDSARS protesters.

Figure 12 – Group modes' frequency of 13 texts



Source: own elaboration.

These are: NG, VG, and Adv G. The same order of appearances represents the hierarchical functions of the systemic group rank. NG operates 17 times in the entire 13 analyzed texts, where VG functions about 10 times. The usage significant kind of Adv G makes the demonstrators to neglect this structure. Nevertheless, the urgency of the demand influences the protesters to apply the circumstantial device of *NOW* only two times in TX 5 and TX 10 respectively.

That being said, NG is the most applicable mode of the communications. This is because the hash tag of #ENDSARS is a compound lexeme that serves as the central wheel of the protesters' request. The VG element would not have appeared at all if not that some protesters inscribe the item, #ENDSARS, in haphazard ways, separating #END from SARS. Although some lexical modes such as *demand* and *have no* also provide a framework for VG as a communicative device. Prep G and Conj G do not make any sensible meaning to the semiotic repertoires of the protesters. It then implies that demonstrators are interested in pungent linguistic structures. That informs the focus on nominal modes.

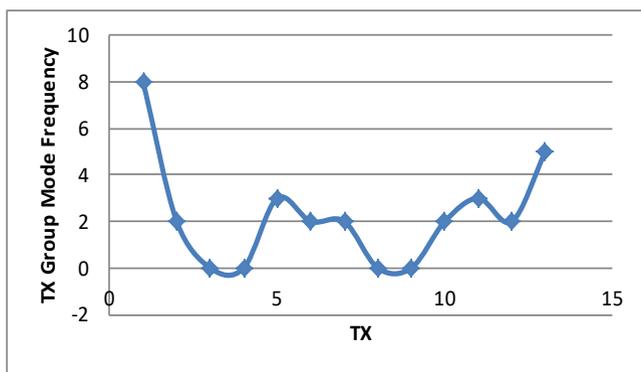
4.1.2 Cumulative systemic group of each text

The illustration of Figure 13 exemplifies that TX 4, TX 8, and TX 9 do not employ the written mode to communicate the concerned authorities. That means gestural adequacies suffice enough to convey

relevant information to the government officials. This result of zero lexical elements in Figure 13 supports Kress' (2010) theorization that language is a unit of modes in any multimodal semiotic configuration and thereby performing a partial role in contributing its meaning potential. T. G. M. means Text Group Mode.

Figure 13 – Each text's group modes' cumulative frequency

TX	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
T.G.M Frequency	8	2	0	0	3	2	2	0	0	2	3	2	5



Source: own elaboration.

Other modes outside language (written or spoken) are communicative affordances in a semiotic system. Good examples are: a clenched fist in TX 8 and open mouth in TX 3.

Nevertheless, TX 1 records eight groups in order to be the highest deployment of written modes. TX 13 occupies the second position by pulling only five points of group components. As TX 5 and TX 11 score three points each to be the third, TX 2, TX 6, TX 7, and TX 12 operate with only two groups to support other gestural communicative devices.

Therefore, it is deducible that the semiotic resources of #ENDSARS protesters are written modes and gestures, making the written mode, #ENDSARS, centrally critical in their demand of social justice. As NG dominates the written affordances, colors also play some fascinating functions in providing metaphorical beautifications for all semiotic resources.

4.2 Relationships of wordings and images

#ENDSARS is the obvious and repeated written modes in most of the TXs. That means, images relate with the #ENDSARS lexeme in order to generate desired meanings. The configuration of #ENDSARS exhibits a morphological framework of a hashtag, #, plus *END* plus *SARS* to make a larger whole of #ENDSARS. The #ENDSARS is the scorecard of the campaign, inviting Nigerians to participate in the protest. Thus, the hashtag symbolizes a general acceptance niche to promote a demand of social justice, which reveals a general intention to stampede *SARS* operatives. TX 2 reflects the construct, *We are bleeding*, shown in TX 1. The *bleeding* initiated on the head of a fragmented cake-like image of a boy, connotes the torture that Nigerians experienced from the *SARS* men.

The structure, END SARS NOW, written on the white segment of the Nigerian National flag, is a way of embarrassing the Buhari's government and the entire nation. As green means wealth on the flag, white is an indicator of peace. It is the idea of peaceful co-existence that the protesters tend to counter, contradict, and nullify, punctuating the white part of the flag with some red inscriptions of *END SARS NOW*. Red deforms the flag to depict a sudden damage, loss, and consumption of peace in Nigerian society. Along that side are peaceful demonstrators in TX 6 and TX 12, quiet with the COVID-19 nose mask and written words, indicating that the protest was staged during the pandemic. Moreover, the banner of TX 13 seems to raise a conclusion with the construct, *We have no leaders*, as supported with clenched fists in a drawing and pictures. The sarcastic trick becomes vital because the leaders have disappointed the youth by not caring for that population.

4.3 Roles of gestural attitudes

First and foremost, it is worth stressing that the hash tag, #, operates as the driver to motivate Nigerians into the *ENDSARS* propagation – a provocative marker that stimulates the Nigerian people to demand social justice from the government, regarding incessant killings from the *SARS* men. The hash tag influences people to chase a common goal, which is a determined course stressing towards a revolution of a sort. TX1 demonstrates the holding of a large banner with a foregrounded #ENDSARS, where the demonstrators gaze at different directions, without a movement of legs. Despite a rigor of COVID-19,

the protesters neglected social distancing. The gestural behavior of the ellipted cake-like image of a young boy focuses directly pitifully on the audience, perhaps, to demand some help, if there is any.

There is an agonizing lady in TX 3, depicting the nefarious actions of *SARS* operatives. The agony is of a terrific weight, as reflected through some kinetic elements of closed eyes, opened mouth, slightly bent neck, and the placing of the right hand on the right ear. The stroke of the hand is without beats for its timelessness. However, TX 3, TX 4, TX 9, and TX 10 communicate to readers the partiality of language in semiotic systems. The raised chained hands of the young man in TX 4 characterizes the young man as a prisoner of conscience, who is free yet his fundamental rights are denied. The individual has no liberty. The wearing of black might depict darkness, which *SARS* people's actions legitimize in order to overwhelm the natural light illuminating in the social sector.

The image of the clenched fist in the midst of the red map of Nigeria in TX 7, support that claim, where red represents substances such as fire, shedding of blood, ignominy, and force. The matter of clenched fist is common in the texts as symbols of solidarity and seeming defiance, which could ignite violence and hostility, leading to a revolution. As there are placements of hands on the protesters' heads to typify pity, cheating, and hopelessness of a high magnitude; TX 10 exhibits a representation of fun in the midst of national anger. These authors observe a youthful exuberance in hard times with a half-naked individual, embodied with a megaphone, a bible, a pair of glasses as the person in enwrapped with the Nigerian National flag. The young man is Carrier with peculiar Attributes, as mentioned above, around him.

5 Conclusion

This study has validated an exercise of social justice demand in Nigeria – a call to exterminate the concept of *SARS* and its operations. As exemplified through social semiotics, the actions of protesters, observable in TX 1 to TX 13, are the semiotic resources that convey specific meanings to governments, viewers, researchers, and the international community. The investigation reveals that images are much more pronounced than words in the communications. This characteristic supports the conceptualization that language carries a partial responsibility in multimodality constructs. In most cases that written modes occur in

the semiotic systems, the wordings operate as anchoring devices such as in TX 1, TX 2 and TX 6.

Observations factorize the information conveyed in semiotic devices as being: the core of the request, which is a clarion call to end *SARS* operations, contextualized as #*ENDSARS* hashtag – a movement that Segun Awosanya originated initially in December 2017. There are modes that manifest the sufferings of the people. One observes the unpleasant aches and displeasure griefs through gestural movements of hands, mouths, and forehead penetration of bullet that creates a *bleeding* contour. The tormented distresses motivate people to demonstrate affordances of collectivism without any authorized leadership instructions. Such cooperative communicative resources are in the form of clenched fists' solidarity signs, and the tint of the Nigerian National Flag.

As the mental sadness and physical anguish could not suppress youthful exuberances; protesters add fun to their call to abrogate *SARS* operations. The pleasure in the demonstrators appears in comical rituals and sacrificial norms. The renegeing of the FGN to quickly exterminate *SARS* stimulated the protesters to facetiously ridicule the Buhari administration as being non-existence, with a conclusion that *We have no leaders*.

By and large, it is unarguable that protest is a fundamental right of any human being, most especially, when such a strong objective is conducted in a peaceful atmosphere. The government, suggestively, now, needs to quickly arise to respond to the crux and demand of protesters. Such rapidity could prevent further coercion of people whose *SARS* operatives' salvage acts and cruel excesses are still memorable in their cognitive hemispheres. In sum, channeling social justice to appropriate quarters should be an unwavering responsibility of any administration. Else, people's forceful demanding of rights might be decisively expensive, leading to the loss of lives and property as well as shedding of blood of innocent Nigerians in an unprecedented magnitude.

Acknowledgements

We are grateful to Mrs. Bonke Dalamu, who took some pains to provide huge financial assistance, and the risk to render the researchers required supports during the 2020 #*ENDSARS* protests in Nigeria.

Declaration of the authors

The two authors contributed to this research. Taofeek Dalamu wrote the introduction, theoretical framework, the discussion, part of the result section, and the concluding remarks. Ke Yang wrote the literature review, the analysis and the graphical illustrations in the result section.

References

AKERS, R. L. *Deviant Behavior: A Social Learning Approach*. Belmont: Wadsworth, 1973.

AL JAZEERA. *Nigerians want police's SARS force scrapped, 2017*. Available from: <<https://www.aljazeera.com/news/2017/12/15/nigerians-want-polices-sars-force-scrapped>>. Accessed on: Apr. 12, 2021.

AL JAZEERA. *Nigeria's SARS: a brief history of the Special Anti-Robbery Squad, 2020a*. Available from: <<https://www.aljazeera.com/features/2020/10/22/sars-a-brief-history-of-a-rogue-unit>>. Accessed on: Jan. 20, 2021.

AL JAZEERA. *Nigeria Special Police Unit reined in after abuse allegations*. Retrieved from, 2020b. Available from: <<https://www.aljazeera.com/news/2020/10/4/nigeria-special-police-reined-in-over-abuse-allegations>>. Accessed on: Sep. 15, 2021.

ANDREW, E. Social justice, civil society and the dramatist in democratic Nigeria. *Annals of Humanities and Development Studies*, Calabar, v. 2, n. 1, p. 153-167, 2010. Available at: <<https://www.ajol.info/index.php/ahds/article/view/98073>>. Accessed on: Jun 20, 2021.

ARCE, M.; RICE, R. (Org.). *Protest and democracy*. Chicago: University of Calgary Press, 2019.

BALDRY, S.; THIBAUT, P. *Multimodal transcription and text analysis*. London: Equinox, 2010.

BANDURA, A. *Principles of behavior modification*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1969.

BARTHES, R. The rhetoric of the image. In: BARTHES R. (Org.), *Image, music, text*. London: Fontana/Collins, 1977. p. 32-51.

BATEMAN, J. Multimodal analysis of film within the GEM framework. *Ilha do Desterro Florianopolis: A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies*, Santa Catarina, n. 64, p. 49-84, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8026.2013n64p49>

BATEMAN, J., WILDFEUER, J.; HIIPPALA, T. *Multimodality: foundations, research and analysis, a problem-oriented introduction*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2017.

BBC. *End SWAT: Nigerians reject police unit replacing hated SARS, 202*. Available from: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-54531449>>. Accessed on: Jan. 12, 2021.

BEATTIE, G. *Rethinking body language*. London: Routledge, 2016.

BIRDWHISTELL, R. L. *Kinesics and context: essays on body-motion communication*. Pennsylvania: Pennsylvania Press, 1970.

BLOOR, T.; BLOOR, M. *Functional analysis of English*. Oxon: Routledge, 2013.

BOAL, A. *Theatre of the oppressed*. London: Photopress, 2000.

BROFRENBRENNER, U. *The Ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

BURNS, K. S. *Social media*. Santa Barbara/Denver, USA: ABC-CLIO, 2017.

CHARMAZ, K. C. *Constructing grounded theory*. Thousand Oaks: Sage, 2014.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.

CLARK, J.; YALLOP, C. *An introduction to phonetics and phonology*. Victoria: Blackwell Publishing, 2006.

CONYNE, R. K. *Preventive counseling: helping people to become empowered in systems and settings*. London: Routledge, 2004.

DALAMU, T. O. Euphemism: the commonplace of advertising culture. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, Maringa, Paraná, v. 40, n. 2, p. 1-15, 2018a. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v40i2.41107>

DALAMU, T. O. Advertising communication: constructing meaning potential through disjunctive grammar. *Anagramas Rumbos y Sentidos*

De La Comunicación, Medellín, v. 17, n. 33, p. 73-104, 2018b. DOI: <https://doi.org/10.22395/angr.v17n33a4>

DALAMU, T. O. Halliday's mood system: a scorecard of literacy in the English grammar in an L2 situation. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 241-274, 2019a. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.27.1.241-274>.

DALAMU, T. O. *A discourse analysis of language choice in MTN® and Etisalat® advertisements in Nigeria*. Beau Bassin: LAP, 2019b.

DALAMU, T. O. Illuminating systemic functional grammatics as a viable tool of digital humanities. *Digital Studies/le Champ Numerique*, Lethbridge, Alberta, v. 9, n. 1:8, p. 1-50, 2019c. DOI: <http://doi.org/10.16995/dscn.287>.

DALAMU, T. O. Textual Artifact of Advertising: A Thrust of Halliday's Mood System Resources. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 407-454, 2019d. DOI: [10.1590/1984-6398201912854](https://doi.org/10.1590/1984-6398201912854).

DALAMU, T. O. Discoursing children characteristics of Zenith Bank®, Nigeria, advertising: an expression of clause as representation. *Journal of Language and Linguistic Studies*, Turkey, v. 16, n. 1, p. 333-365, 2020a. DOI: <https://www.jlls.org/index.php/jlls/article/view/1271/558>.

DALAMU, T. O. Investigating multilingual contexts in the nigerian advertising space: a domain of intellectual stimulation. *Crossroads: A Journal of English Studies*, Bialystok, v. 29, n. 2, p. 4-26, 2020b. DOI: [10.15290/cr.2020.29.2.01](https://doi.org/10.15290/cr.2020.29.2.01).

DALAMU, T. O. Black: a persuasive metaphor in guinness stout's advertisements in Nigeria. *Revista de Humanidades*, Seville, v. 40(2020), p. 37-68, 2020c. DOI: <https://doi.org/10.5944/rdh.40.2020.21415>

DALAMU, T. O.; OGUNLUSI, G. Revitalising cultural characteristics in advertising in nigeria within a sketch of systemic paradigm. *Anagramas Rumbos Y Sentidos De La Comunicación*, Medellín, v. 19, n. 37, p. 13-48, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22395/angr.v19n37a2>.

DALAMU, T. O. Social semiotic genre: exploring the interplay of words and images in advertising. *AFLLM*, Deganat, Barcelona, v. 11(2021), p. 19-51, 2021. DOI: <http://doi.org/10.1344/AFLM2021.11.2>.

DALAMU, T. O.; YANG, K. Advertising linguistics framework: an instrument of teaching grammar in EFL university classrooms. *Crossroads: A Journal of English Studies*, Bialystok, v. 38(2022), p. 58-89, 2022a. DOI: <http://doi.org/10.15290/CR.2022.38.3.04>.

DALAMU, T. O.; YANG, K. Advertising: an entity of business discourse. *Ethical Lingua*, Palopo, Sulawesi, v. 9, n. 2, p. 723-742, 2022b. DOI: <http://doi.org/10.30605/25409190.378>.

DALAMU, T. O. Mode, the hub of multimodality: a case study of Oral-B® Toothpaste advertising. *DELTA*, Sao Paulo-SP, v. 39, n. 2, p. 1-35, 2023a. Available from: < <https://www.scielo.br/j/delta/a/5hBQ6dLh8Z7J3h8gZLwD76L/>>. Accessed on: May 25, 2023.

DALAMU, T. O. Colour grammatical effects on advertising nuances: a social semiotic analysis. In: TO, V.; AMUNDRUD, T.; HUMPHREY, S. (Org.). *Systemic Functional Linguistics Theory and Application in Global Contexts: Selected Papers from the 1st International Online Systemic Functional Linguistics Interest Group Conference*. University of Tasmania, Tasmania. 2023b. p. 207-228. DOI: <https://doi.org/10.25959/MKMC-2C45>.

DOBSON, A. *Justice and the environment: conceptions of environmental sustainability and dimension of social justice*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

EGGINS, S. *Introduction to systemic functional linguistics*. London: Continuum, 2004.

ENGELBRECHT, K. *The impact of colour on learning*. Chicago: Perkins & Will, 2003.

FATUNDE, T. *No more oil boom and blood and sweat*. Benin City: Adena Publishers, 1985.

FEHRMAN, K. R.; FEHRMAN, C. (2000). *Color: the secret influence*. Upper Saddle River: Prentice-Hall.

FONTAINE, L. *Analyzing English grammar: a systemic functional introduction*. London: CUP, 2013.

FONTAINE, L., BARTLETT, T; O'GRADY, G. (Org.) *Systemic functional linguistics: exploring choice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 115-135.

FORCEVILLE, C. *Visual and multimodal communication: applying the relevance principle*. Oxford: OUP, 2020.

FORCEVILLE, C.; URIOS-APARISI, E. *Multimodal metaphor*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2009.

FRASER, N. *Justice interpretations: critical reflections on the "post socialist" condition*. London: Routledge, 1989

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. London: Hodder Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. C. *Halliday's introduction to functional grammar*. Abingdon, Oxon: Routledge, 2014.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic*. London: Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Arnold, 1995.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, context, and text: aspects of language in a sociosemiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

JEWITT, C, BEZEMER, J.; O-HALLORAN, K. *Introducing multimodality*. London: Routledge, 2016.

KABEER, N. Social exclusion, poverty and discrimination: towards an analytical framework. *Institute of Development studies Bulletin*. Brighton, v. 31, n. 4, p. 6-11, 2000.

KENDON, A. *Gesture: visible action as utterance*. Cambridge: CUP, 2004.

KENNY, M. E., SPARKS, E.; JACKSON, J. Striving for social justice through interprofessional university school collaboration. In: E. ALDARONDO, E (Org.), *Advancing Social Justice through Clinical Practice*. Mahwah: Erlbaum, 2004. p. 313–335.

KENNY, M.; HAGE, S. M. The next frontier: prevention as an instrument of social justice. *Journal of Primary Prevention*, v. 30, n. 1, 2009. p. 1-10. DOI: 10.1007/s10935-008-0163-7.

KOSMITZKI, C.; JOHN, O. The implicit use of explicit conceptions of social intelligence. *Personality and Individual Differences*, Iowa, v. 15, n. 1, p. 11–23, 1993.

KOZOL, J. *Savage inequalities: children in America's schools*. New York: HarperCollins, 1991.

KRESS, G. *Multimodality. a social semiotic approach to contemporary communication*. London: Routledge, 2010.

KRESS, G. Multimodal discourse analysis. In: JEWITT, C. (Org.), *The Routledge Handbook of Discourse Analysis*. Routledge, 2011. p. 35-50.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 2006.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 2021.

LADU, R. *Colour in interior design and architecture*. Toronto: Library of Congress Catalog, 1989. Available from: <https://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/publications/booksanddigitalresources/digital/9780838936726_OA.pdf>. Accessed on: Feb. 24, 2022.

LARNYOH, M. *Twitter unveils emoji in support of #EndSARS Protests, 2020*. Available from: <<https://africa.businessinsider.com/local/lifestyle/twitter-unveils-emoji-in-support-of-endsars-protests/7emvggn>>. Accessed on: Jul. 15, 2021.

LAUCUKA, A. Communicative functions of hashtags. *Economics and Culture*, Berlin, v. 15, n. 1, 2018, p. 56-62. DOI: 10.2478/jec-2018-0006.

LINDGREN, S. *Digital media & society*. London: SAGE, 2017.

MARQUARDT, N., GREENBERG, S., BALLENDAT, T., DIAZ-MARINO, R.; WANG, M. Proxemic Interactions: the new ubicomp?. *Interactions*, Cidade, v. 18, n.1, p. 42–50, 2011. DOI: 10.1145/1897239.1897250

MAXWELL, J. *Qualitative research design: an interactive approach*. London: SAGE, 2013.

MCNEIL, D. (2016). *Why we gesture: the surprising roles of hand movements in communication*. Cambridge: CUP, 2016.

MEIKLE, G. *Social media*. London: Routledge, 2016.

MORSILLO, J.; PRILLELTENSKY, I. Social action with youth: interventions, evaluation, and psychopolitical validity. *Journal of*

Community Psychology, New York, v. 35, n. 6, p. 725–740, 2007. DOI: 10.1002/jcop.20175.

NNADOZIE, E. *How I founded SARS in the Police – RTD CP Midenda, 2017*. Available from: <<https://www.vanguardngr.com/2017/12/founded-sars-police-rtd-cp-midenda/EmmaNnadozie>>. Accessed on: Jul. 23, 2021.

NORRIS, S. *Systematically working with multimodal data*. New Jersey: Wiley Blackwell, 2019.

O'CONNELL, M. E., BOAT, T.; WARNER, K. E. (Org.). *Preventing mental, emotional, and behavioral disorders among young people: progress and possibilities*. Washington: National Academies Press, 2009.

ODITA, S. *How the mantra 'SARS' came about, 2020*. Available from: <<https://guardian.ng/news/how-the-mantra-sars-came-about/>>. Accessed on: Jul. 20, 2021.

OMILANA, T. *Fatal Police shooting video of Nigerian man reignites call to #EndSARS, 2020*. Available from: <<https://guardian.ng/news/fatal-police-shooting-video-of-nigerian-man-reignites-call-to-endsars/>>. Accessed on: Jul. 20, 2021.

OMONOBİ, K. *Police foil attempt to bomb Force Headquarters on June 4, 2011, 2011*. Available from: <<https://www.vanguardngr.com/2011/06/police-foil-attempt-to-bomb-force-headquarters-2/>>. Accessed on: Jul. 20, 2021.

PARKINSON, J., HINSHAW, D.; AKINGBULE, G. *Young Nigerians came to protest Police brutality: then the shooting started, 2020*. Available from: <<https://www.wsj.com/articles/young-nigerians-came-to-protest-police-brutality-then-the-shooting-started-11603452187>>. Accessed on: Jul. 20, 2021.

PATTON, M. *Qualitative research and evaluation methods: integrating theory and practice*. London: SAGE, 2015.

PEPPER, D. *Eco-socialism: from deep ecology to social justice*. London: Routledge, 1993.

PILE, J. *Colour in interior design*. New York: McGraw-Hill, 1997.

PM NEWS *Amnesty slams Nigeria for rights abuse, 2010*. Available from: <<https://www.pmnewsnigeria.com/2010/05/27/amnesty-slams-nigeria-for-rights-abuse/>>. Accessed on: Jul. 20, 2021.

PRILLELTENSKY, I.; NELSON, G. *Doing psychology critically: making a difference in diverse settings*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

ROATEN, G.; SCHMIDT, E. Using experiential activities with adolescents to promote respect for diversity. *Professional School Counseling*, London, v. 12, n. 4, p. 309–314, 2009. DOI: <https://www.jstor.org/stable/42732874>.

SABBAGH, C.; SCHMITT, M. *Handbook of social justice theory and research*. London: Springer, 2016.

SAHARA R. *After Osinbajo's order, Police rename SARS 'Federal Special Anti-Robbery Squad' (FSARS), 2018*. Available from: <<http://saharareporters.com/2018/08/14/after-osinbajos-order-police-rename-sars-federal-special-anti-robbery-squad-fsars>>. Accessed on: Jul. 20, 2021.

SCHIAVONE, D. B. The effects of exposure to community violence on aspects of adolescent identity development. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, Iowa, 22, n. 2, p. 99–105, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1744-6171.2009.00178.x>.

SOYINKA, W. *The beatification of 'Area Boy'*. Ibadan: Spectrum Books Ltd, 1995.

SUE, D. Multidimensional facets of cultural competence. *The Counseling Psychologist*, London, v. 29, 2001. p. 790–821.

THOMPSON, G. *Introducing functional grammar*. London: Hodder Arnold, 2004.

THOMPSON, G. *Introducing functional grammar*. Abingdon: Routledge, 2014.

UCHEAGA, D. Social justice, social crises and political instability in Nigeria. *Unical Quarterly Journal*, Calabar, v. 1, n. 2, p. 143-158, 1996.

US DEPARTMENT OF STATE. *Nigeria country report on human rights practices for 1997, 1998*. Available from: <https://1997-2001.state.gov/global/human_rights/1997_hrp_report/nigeria.html#:~:text=The%20Government%20repeatedly%20engaged%20in,on%20citizens'%20right%20to%20privacy>. Accessed on: Jul. 15, 2021.

UYA, O. The civil society and democracy. Nigeria: a people united, a future assured. In: AJAEGBU, H., ST MATHEW-DANIEL, B.; UYA, O. (Org.), *Abuja: Federal Ministry of Information*, 2000. p. 59-63.

VAN DEN BOS, K. On the subjective quality of social justice: the role of affect as information in the psychology of justice judgments. *Journal of Personality and Social Psychology*, Washington, v. 85, n. 3, p. 482–498, 2003. DOI: 10.1037/0022-3514.85.3.482.

VAN LEEUWEN, T. *Introducing social semiotics*. London: Routledge, 2005.

VAN LEEUWEN, T. *Discourse and practice*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

VANDER WAL, T. *Folksonomy coinage and definition, 2007*. Available from: <<http://www.vanderwal.net/folksonomy.html>>. Accessed on: Jul. 20, 2021.

WIKSTROM, P. #srynotfunny: communicative functions of hashtags on Twitter. *SKY Journal of Linguistics*, Arcanuminkuja, v. 27. p. 127-152, 2014. DiVA, id: diva2:779005.

YULE, G. *The study of language*. Cambridge: CUP, 2020.

ZAPPAVIGNA, M. Ambient affiliation: a linguistic perspective on Twitter. *Journal of New Media and Society*, London, v.13, n. 5, p. 788-806, 2011. DOI: 10.1177/1461444810385097.

ZAPPAVIGNA, M. Searchable talk: the linguistic functions of hashtags. *Social Semiotics*, Abingdon, v. 25, n. 3, p. 274–291, 2015. DOI: 10.1080/10350330.2014.996948.



Agentes que celebram e registram casamentos oficiais e expedem certidões de casamento no Brasil e na França: um estudo comparativo-terminológico

Agents Celebrating and Registering Official Marriages and Issuing Marriage Certificates in Brazil and France: A Comparative-Terminological Study

Beatriz Curti-Contessoto

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP / Brasil

Université Lumière Lyon 2, Lyon / França

bfcurti@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5497-5589>

Resumo: Neste trabalho, realizamos um estudo terminológico-comparativo sobre os termos que denominam os agentes envolvidos na celebração e no registro de casamentos oficiais e na expedição de certidões de casamento no Brasil e na França. Assim, pretendemos encontrar os graus de equivalência mantidos entre esses termos, refletindo sobre as diferenças e as semelhanças terminológicas que lhes subjazem. Para tanto, fundamentamo-nos nos pressupostos teórico-metodológicos da Terminologia, mais especificamente nos da Terminologia Bilíngue, com base nos quais adotamos critérios que nos permitiram estabelecer as relações de equivalência entre as unidades terminológicas estudadas. Como resultados principais, verificamos que os graus de equivalência encontrados indicam que há mais diferenças do que semelhanças entre os termos analisados em português do Brasil (PB) e em francês da França (FF). Nesse sentido, verificamos a ocorrência de onze casos de vazio de equivalência e sete casos de equivalência parcial. A partir desses dados, observamos que, quando foi possível estabelecer uma relação de equivalência entre os termos estudados, esta se deu de um ponto de vista parcial. Além disso, identificamos que a maioria das unidades terminológicas em PB não apresenta equivalente em FF no domínio em questão. Essas diferenças se dão, sobretudo, em razão de divergências legislativas no que tange ao modo como se organizam as regras dos casamentos oficiais nesses dois países, que, por sua vez, são influenciadas por questões socioculturais inerentes à área do Direito civil, na medida em que são duas realidades históricas e sociais distintas.

Palavras-chave: equivalência terminológica; direito; terminologia; uniões oficiais; aspectos socioculturais.

Abstract: In this paper, it is aimed to carry out a comparative-terminological study on the terms designating the agents involved in the celebration and registration of official marriages and in the issuance of marriage certificates in Brazil and France. Thus, it is intended to find the degrees of equivalence that are maintained between these terms, reflecting on the terminological differences and similarities that underlie them. To do so, this study is based on the theoretical and methodological assumptions of Terminology, more specifically on Bilingual Terminology. Therefore, criteria to establish the equivalence degrees between the terminological units studied were adopted according with this approach. As main results, this research reveals that there are more differences than similarities between the terms analyzed in Portuguese from Brazil (PB) and French from France (FF). In this sense, eleven cases of empty equivalence and seven cases of partial equivalence were found. Based on these data, it was observed that, when it was possible to establish an equivalence relation between the studied terms, this equivalence is partial. Furthermore, this study found that most terminological units in BP do not have an equivalent in FF in the domain in question. These particularities are mainly due to legislative differences regarding the way according with the rules of official marriages are organized in these two countries. In turn, these nations are influenced by socio-cultural issues underlying the area of civil law, as that they are two distinct historical and social realities.

Keywords: terminological equivalence; law; terminology; official unions; sociocultural aspects.

Recebido em 28 de novembro de 2022.

Aceito em 28 de agosto de 2023.

1 Introdução

Tanto no Brasil quanto na França, os casamentos são oficializados mediante o cumprimento de alguns procedimentos legalmente estabelecidos. Dentre eles, destacamos a celebração e o registro desse ato, bem como a expedição da certidão que comprova essa união diante do Estado e da sociedade. Essas três etapas são executadas por agentes específicos, segundo o que prevê as legislações brasileira e francesa.

A temática dos agentes que celebram e registram casamentos oficiais e expedem certidões se refere à área do Direito, mais especificamente à do Direito Civil. Uma vez que a base do Direito

brasileiro e francês é a mesma (o Direito Romano), há, por um lado, semelhanças no que tange à organização desse tema do ponto de vista jurídico. Por outro, as diferenças com relação a esse assunto se fazem presentes nesse domínio, na medida em que se trata de duas realidades históricas e sociais distintas.

Considerando o exposto, este trabalho tem o objetivo de discutir, à luz de uma perspectiva terminológico-comparada, os graus de equivalência entre os termos que se referem aos agentes responsáveis pela celebração e pelo registro dos casamentos oficiais, e pela expedição das certidões que os comprovam diante do Estado e da sociedade brasileiras e francesas. Para tanto, fundamentamo-nos nos pressupostos teóricos e metodológicos da Terminologia (Barros, 2004, 2007; Cabré, 1993), mais especificamente nos da Terminologia Bilíngue (Aubert, 1996; Dubuc, 2002, dentre outros).

Para fins de organização deste artigo, dividimo-lo da seguinte forma: primeiramente, expomos os pressupostos teóricos adotados neste trabalho; na seção seguinte, explicamos a metodologia utilizada para a formação de nossos *corpora* de estudo e para o estabelecimento dos graus de equivalência dos termos que denominam os agentes que celebram e registram os casamentos civis, e expedem as certidões de casamento no Brasil e na França; na sequência, expomos os resultados de nosso estudo comparativo sobre as relações de equivalência mantidas entre os termos analisados, atentando-nos às semelhanças e às diferenças terminológicas e aos aspectos socioculturais que lhes subjazem; por fim, tecemos algumas considerações sobre os resultados alcançados neste estudo.

2 Equivalência(s) em Terminologia Bilíngue

Os estudos em Terminologia se dividem em duas vertentes principais: a monolíngue e a bilíngue (ou multilíngue). Particularmente neste trabalho, interessa-nos a Terminologia Bilíngue, que trata de pesquisas de perspectiva interlingual, ou seja, investigações que envolvem duas línguas ou mais. Nesse viés, o terminólogo tem de encontrar, com base em um estudo semântico-conceitual dos termos de determinada língua, seus respectivos equivalentes em uma ou mais línguas estrangeiras (Vega, 1996).

É especialmente nesse ponto que a Terminologia Bilíngue e a Tradução se aproximam, mas não se confundem, uma vez que a prática dessas disciplinas é particular a cada uma. Cabré (1993) afirma que

[...] fazer Terminologia não é, em caso algum, traduzir as formas de uma língua para outra, com base em algumas denominações pretendidamente equivalentes, mas sim buscar as denominações que os usuários de uma língua empregam efetivamente para se referirem a determinado conceito (Cabré, 1993, p. 246, tradução nossa).

Assim, entendemos que buscar as equivalências entre os termos da língua de partida (LP) e da língua de chegada (LC) não é, para a Terminologia Bilíngue, uma questão de traduzir o termo X pelo termo Y. O terminólogo busca, então, encontrar as unidades terminológicas utilizadas pelos usuários da LC no contexto de uma área de especialidade que denominem os conceitos equivalentes aos veiculados na LP no âmbito do mesmo domínio. Quando não as encontra, esse pesquisador pode propor aproximações ou criar, junto com os especialistas da área em pauta, denominações equivalentes para os conceitos não encontrados.

Esse processo é, no entanto, muito complexo, sobretudo porque envolve aspectos linguísticos, socioculturais, históricos, estéticos, políticos e individuais (Aubert, 1996). Nesse sentido, não basta encontrar os equivalentes, já que as equivalências não existem de modo perfeito entre as línguas. Sendo assim, um estudo intra/interlinguístico mais aprofundado se faz necessário.

No campo dos estudos terminológicos bilíngues, a equivalência é explorada por vários pesquisadores a partir de perspectivas diversas (Cf. Sandri e Maciel (2005), Barros (2007), Curti-Contessoto (2019), León-Araúz (2022), a título de ilustração). Dentre eles, mencionamos Felber (1987), Alpízar-Castillo (1995) e Dubuc (2002) como exemplos de trabalhos que se propuseram a criar tipologias a partir das quais são demonstrados os diferentes graus de equivalência existentes entre unidades terminológicas de diferentes línguas.

Felber (1987) estabelece “quatro graus de equivalência, considerando que os conceitos podem se dar em uma relação de equivalência exata, de intersecção, de superioridade e de não equivalência” (Curti-Contessoto, 2019, p. 46). Por sua vez, Alpízar-Castillo (1995) e Dubuc (2002) reconhecem três graus de equivalência. Apesar de as propostas desses autores abordarem as equivalências em menor número quando comparadas à de Felber (1987), acreditamos que eles não “desconsideram” o grau de *superioridade*, já que é “provável que o tenham incluído na segunda classificação, isto é, [‘equivalentes parciais’] para

Dubuc e ‘recobrimento parcial do conteúdo’ para Alpízar-Castillo” (Jesus; Alves, 2009, p. 302).

Alpízar-Castillo (1995) propõe um esquema de graus de equivalência que se aproxima, em partes, da proposta de Dubuc (2002), uma vez que entende que “os graus de equivalência se dão em um *continuum*, o que pode lhes atribuir diferentes níveis (recobrimentos)” (Curti-Contessoto, 2019, p. 47). A equivalência vai então desde uma *total recobrimento* do conceito denominado pelo termo da LP por um da LC veiculado em um contexto de especialidade específico, passa por uma variada gama de *recobrimentos parciais* e chega até a *total falta de equivalência* (Alpízar-Castillo, 1995).

Já o esquema proposto por Dubuc (2002) estabelece que as equivalências sejam classificadas em três graus, chamados de *equivalentes totais*, *equivalentes parciais* e *vazios de equivalência*. O autor propõe que as relações de equivalência são estabelecidas principalmente a partir de três critérios, a saber: quando o termo da LC a) denomina exatamente o mesmo conceito do termo na LP de um domínio de especialidade específico; b) apresenta o mesmo uso, ou seja, ocorre no mesmo domínio em que o termo na LP é veiculado; c) apresenta o mesmo nível de língua. Logo, se dois termos (um da LP e outro da LC) atenderem aos critérios a, b e c, eles são classificados como equivalentes totais. Se dois termos atenderem a pelo menos um e a no máximo dois desses critérios, desde que seja possível observar uma aproximação conceitual entre eles, trata-se de equivalência parcial. Enfim, se os dois termos estudados não tiverem nenhum desses critérios em comum, temos um caso de vazio de equivalência.

Dentre as classificações de graus de equivalência apresentadas, adotamos, para fins deste estudo, a proposta de Dubuc (2002). Seguindo seu esquema, estabelecemos, então, os graus de equivalência entre os termos em português do Brasil (PB) e em francês da França (FF) que se referem aos agentes responsáveis pela celebração e pelo registro dos casamentos oficiais e pela expedição das certidões que provam essas uniões diante do Estado e da sociedade nessas duas nações. Contudo, vale mencionar que, para nós, a relação conceitual e de uso entre termos de diferentes línguas é mais “forte” no estabelecimento de equivalentes do que o nível sociolinguístico das unidades terminológicas estudadas. Isso quer dizer que, se dois termos não se corresponderem nem parcial e nem totalmente do ponto de vista conceitual e não tiverem também o mesmo uso no domínio em questão, mas apresentarem mesmo nível

sociolinguístico, isto é, serem veiculados em contextos diferentes no mesmo domínio, atendendo, assim, a um dos critérios propostos por Dubuc (2002), não podemos considerá-los equivalentes parciais. Nesse caso, optamos pela classificação de vazio de equivalência.

Seguindo esses pressupostos teóricos, realizamos as análises que nos permitiram estabelecer os graus de equivalência mantidos entre os termos em estudo. Na próxima seção, apresentamos a metodologia empregada na identificação dessa terminologia e no estabelecimento desses equivalentes.

3 Identificação dos termos e estabelecimento dos equivalentes

Primeiramente, criamos dois *corpora*: o CCBCorpus, composto por 333 certidões de casamento brasileiras expedidas entre 1890 e 2015; e o CCFCorpus, constituído de 121 certidões de casamento francesas expedidas entre 1792 e 2015¹. Esses documentos foram recolhidos graças a colaboradores, que nos forneceram cópias de suas certidões de casamento, e à internet, em que se encontram disponibilizados alguns desses documentos. Para constituirmos esses *corpora* em formato *txt*, todas as certidões foram digitadas e as informações pessoais que nelas constavam foram substituídas por [x].

A partir do CCBCorpus e do CCFCorpus, encontramos a terminologia referente à temática em pauta em PB e em FF. Para tanto, utilizamos o programa *Hyperbase* (Brunet, 2015), mais especificamente uma de suas ferramentas, chamada *Concordance*. Ela organiza, em ordem alfabética, todos os itens lexicais que ocorrem em um *corpus*

¹ Como se vê, o CCBCorpus e o CCFCorpus são *corpora* diacrônicos, na medida em que são compostos por *sub-corpora* estáticos (Cf. Dury; Picton, 2009), que perfazem um período histórico de mais de 100 anos. Neste artigo, nosso objetivo foi buscar os equivalentes com base nos critérios propostos por Dubuc (2002) a partir de um viés sincrônico, isto é, comparando os termos a partir do que se tem em vigor atualmente no Direito brasileiro e no Direito francês, pensando da mesma forma que um tradutor ao lidar com a busca de equivalentes durante a tradução de certidões (antigas e recentes). Os casos obsoletos foram, assim, considerados. Não nos propusemos a realizar aqui um estudo comparativo diacrônico, na medida em que não tratamos da evolução desses termos e nem da dinamicidade da equivalência – algo que fizemos em outros trabalhos (Cf. Curti-Contessoto; Alves, no prelo; Curti-Contessoto, 2018, como exemplos).

acompanhados de suas concordâncias. Vejamos, a seguir, uma imagem que ilustra essa etapa de nossa pesquisa:

Imagem 1 – Algumas linhas de concordância de *juiz* no CCBCorpus

CONCORDA - Bloco de Notas	
Arquivo Editar Formatar Exibir Ajuda	
T8 414b	xxx, contraído perante o M . M . Juiz de Páz xxxxxxxxxxxxxx e as testemu
T8 416b	xxxxxxxxxxx, contraído perante o Juiz de casamentos cidadão xxxxxxxxxxxxxx
T9 420b	xxxxxxxx, contraído perante o M . Juiz de casamentos Sr . xxxxxxxxxxxxxx
T9 422b	xxxxxxxxxxx, contraído perante o Juiz cidadão xxxxxxxxxxxxxx e as t
T9 424b	s solteiros, contraído perante o Juiz de casamento xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
T9 425d	e setenta e sete, perante o MM . Juiz Dr . xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Ele, n
T9 426d	xxxxxxx, contraído perante o M . Juiz de Casamentos, cidadão Sr . xxx
T9 428d	o parcial de bens, perante o M . Juiz de casamentos em exercício e as t
T9 430b	xxxxxxx", contraído perante o MM . Juiz cidadão xxxxxxxxxxxxxx e as teste
T9 431d	xxxxxxxx, contraído perante o MM Juiz cidadão xxxxxxxxxxxxxx e as teste
T9 433e	xxxxxxxxxxx, contraído perante o Juiz Cidadão xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e as te
T9 435d	xxxxxxxxxxxxxxxxx contraído perante o Juiz xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e as testemunhas a
T9 437b	, contraído perante o Meritíssimo Juiz de Casamentos, Farmcº xxxxxxxxxxxxxx
T9 438d	xxxxxxxxx contraído perante o M . Juiz de Casamentos xxxxxxxxxxxxxx e as t
T9 444b	xxx", contraído perante o Senhor Juiz de casamentos xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e
T9 446d	, contraído perante o Meritíssimo Juiz de Casamentos, Farmcº xxxxxxxxxxxxxx
T9 448c	xxxxxxx, contraído perante o MM . Juiz de Casamentos xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e as
T9 450c	xxxxxxx", contraído perante o MM Juiz de casamentos xxxxxxxxxxxx e as test
T9 452b	xxxxxxx, contraído perante o MM . Juiz de casamentos xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e a
T9 453d	oiteenta e quatro, perante o MM . Juiz de Casamentos Senhor xxxxxxxxxxxxxx
T9 456d	xxxxxxxxx" contraído perante o M . Juiz de Casamentos, Sr . xxxxxxxxxxxxxx
T9 458d	xxxxxx, contraído perante o MM . Juiz cidadão xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e as test
T9 460c	xxxxx", contraído perante o MM . Juiz cidadão, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e as te
T9 462c	a meu cargo consta que perante o Juiz competente e as testemunhas legal
T9 464b	entia, um Mandado do Meritíssimo Juiz de Direito da 5ª Vara Cível desta
T9 464c	, por sentença do referido MM . Juiz de Direito, datada de 16 / 10 /
T9 464d	ta Serventia, um Mandado do MM . Juiz de Direito Substituto da 5ª Vara
T9 465d	xxx, contraído perante o M . M . Juiz de Casamentos Ad - Hoc, Sr . xxx

Fonte: A autora.

Na Figura 2, vemos o termo *juiz* como núcleo de cotextos (texto ao redor) seguido e antecedido de itens lexicais (à esquerda e à direita). A observação dessas linhas de concordância nos permitiu verificar, sobretudo, possíveis termos sintagmáticos, que são compostos por mais de um lexema, tais como *juiz de paz* e *juiz de casamentos*, que constam da Figura 1.

Após a análise dessas ocorrências e seguindo critérios baseados no grau de lexicalização dos sintagmas propostos por Barros (2007), encontramos os termos que denominam os agentes em foco. Ao final desse processo, identificamos 18 unidades terminológicas, sendo 14 em PB e 4 em FF. A seguir, apresentamos um quadro que organiza esse conjunto terminológico segundo as funções desses agentes no contexto dos casamentos oficiais:

Quadro 1 – Termos que denominam os agentes em foco neste trabalho

	Agentes que celebram os casamentos oficiais	Agentes que registram os casamentos oficiais	Agentes que expedem as certidões de casamentos oficiais
PB	Juiz de casamento	Escrevente juramentado	
	Juiz de paz	Escrivão	
	Juiz municipal	Notário	
	Padre	Oficial de Registro Civil	
	Pároco	Oficial maior	
	Pastor	Serventuário de Justiça	
		Serventuário do Ofício	
Tabelião			
FF	<i>Adjoint au maire</i>		
	<i>Fonctionnaire municipal</i>		
	<i>Maire</i>		
	<i>Officier de l'état civil</i>		

Fonte: A autora.

Como vemos, encontramos mais termos em PB do que em FF em nossos *corpora* de estudo. Seguimos, então, com as análises que nos permitiram estabelecer os graus de equivalência entre essas unidades terminológicas. Para tanto, baseamo-nos nos critérios propostos por Dubuc (2002), que foram expostos na seção anterior.

Partindo, então, da lista final de termos em PB que foi delimitada do CCBCorpus, buscamos seus equivalentes em FF, analisando, primeiramente, as unidades terminológicas que constam da lista final encontrada no CCFCorpus. Quando os equivalentes não foram encontrados nessa lista, expandimos nossas buscas para uma bibliografia especializada em Direito francês, que reúne dicionários, bases terminológicas e *sites* oficiais e que formou o terceiro *corpus* de nossa pesquisa, doravante o BFRCorpus, verificando quais unidades terminológicas em FF seriam equivalentes dos termos em PB.

O mesmo percurso de análise foi realizado com o fim de encontrar os equivalentes em PB dos termos em FF que constam do CCFCorpus e que ainda não tiveram a sua relação de equivalência identificada dentre os termos do CCBCorpus. Nessa etapa, outro *corpus* foi criado com o

intuito de compilar uma bibliografia sobre Direito brasileiro, trazendo, assim, dicionários, bases terminológicas e glossários especializados no domínio. Esse quarto *corpus* de nossa investigação foi chamado de BPBCorpus². Na próxima seção, expomos os resultados dessas análises.

4 Resultados

Com relação à terminologia que se refere aos celebrantes dessas uniões no Brasil, encontramos, no CCBCorpus, as unidades *juiz de paz*, *juiz de casamento* e *juiz municipal*. A título de ilustração, apresentamos alguns de seus contextos de uso a seguir:

Quadro 2 – Exemplos de contextos de uso dos termos *juiz de paz*, *juiz de casamento* e *juiz municipal*

-
1. [...] CERTIFICO que a fls. [x]v/[x] do Livro B/[x] de Registro de Casamento foi lavrado em [x] de [x] de [x] o assento de [x] e [x] contraído perante o Sr. **Juiz de Paz** [x] e as testemunhas constantes do termo (CCB1896/1999³);
 2. [...] CERTIFICO que sob o n.º [x], às fls. [x], do livro n.º [x] de Registro de Casamentos, verifiquei constar que no dia [x] de [x] de 1976, foi feito o casamento de [x], de côr branca, com a Srta. [x], de côr [x], ambos solteiros, contraído perante o **Juiz de casamento** [x] e as testemunhas constantes do mesmo termo [...] (CCB1976);
 3. [...] CERTIFICO que as fls. [x] e [x] do livro n. [x] de registro de Casamentos foi encontrado hoje o assento do matrimônio de [x] e [x] contraído perante o **Juiz Municipal** de Comarca e as testemunhas [...] (CCB1921/1950).
-

Fonte: A autora.

² Os *corpora* BPBCorpus e BFCorpus foram constituídos seguindo a mesma metodologia e tendo como ponto de partida os *corpora* de apoio citados em Curti-Contessoto (2019, p. 60-73).

³ CCB1896/1999 é o código que atribuímos a uma certidão de casamento brasileira, que teve sua primeira via expedida em 1896 e sua segunda via em 1999. Assim, todos os documentos do CCBCorpus e do CCFCorpus são identificados, respectivamente, pelo código CCB(ANO DE EXPEDIÇÃO - 1ª VIA)/(ANO DE EXPEDIÇÃO - 2ª VIA) (se houver) e CCF(ANO DE EXPEDIÇÃO - 1ª VIA)/(ANO DE EXPEDIÇÃO - 2ª VIA) (se houver). Nos casos em que os anos de expedição se repetem, utilizamos as letras do alfabeto após a sua indicação com o intuito de diferenciarmos esses documentos, tal como em CCB1999a, por exemplo.

No Quadro 2, é possível observar que os termos *juiz de paz*, *juiz de casamento* e *juiz municipal* denominam os agentes responsáveis pela celebração desses casamentos. Apesar de terem esse traço semântico-conceitual em comum quando veiculadas no domínio abordado, essas unidades terminológicas denominam conceitos que são particulares a cada uma. Nesse contexto, o termo *juiz de paz* se refere a um

1. a) Leigo eleito para integrar, durante quatro anos, o quadro da Justiça de paz; b) denominação que era dada ao encarregado da habilitação e celebração de casamento. 2. Juiz distrital que era eleito, num Município, para atuar em conciliação de partes desavindas, processar e julgar cobranças de pequeno valor, praticar atos civis e criminais de sua alçada e realizar núpcias. Não precisava ser bacharel em direito para exercer tal função (Diniz, 2005, p. 14).

Trata-se, portanto, de um agente eleito para atuar na Justiça de Paz e, dentre outras funções, habilitar e celebrar casamentos. Esse termo, no entanto, não possui um equivalente em FF. Esse vazio de equivalência se dá porque, na França, não há um juiz leigo com mandato de quatro anos que possa celebrar casamentos⁴ (Curti-Contessoto, 2019, p. 294-295).

Além desse caso de vazio de equivalência, verificamos que os termos *juiz de casamento* e *juiz municipal* também não apresentam equivalente em FF. Quanto ao primeiro termo, esse denomina “aquele que tem competência para celebrar casamento” (Diniz, 2005, p. 13). É, desse modo, o mesmo que *juiz de paz* (Carvalho, 2018), sendo, portanto, sua variante terminológica⁵.

⁴ Não se deve confundir os termos *juiz de paz* e *juge de paix*. Apesar da semelhança denominativa entre eles, *juge de paix* denomina o *magistrado competente para julgar assuntos pouco importantes das instâncias civil e penal, bem como instruir os casos criminais da sede do canton* (Cabrillac, 2004, p. 229). Segundo o autor, essa função foi criada durante a Revolução Francesa (1789-1799) e acabou sendo extinta em 1958. Por exercer funções diferentes do juiz de paz (o que inclui não ter nenhuma relação com a celebração e o registro dos casamentos civis, e nem com a expedição de suas respectivas certidões) e não existir mais na estrutura judiciária francesa, o termo *juge de paix* não pode ser considerado equivalente total ou parcial de *juiz de paz*.

⁵ Por *variante*, entendemos “cada uma das formas existentes de um termo” (ISO 1087, 1990, p. 6), ou seja, um mesmo conceito denominado por expressões diferentes. Apesar de considerá-las em nosso estudo, não entramos no mérito dessa questão neste artigo.

O segundo, por sua vez, refere-se àquele “que exercia suas funções num certo município. Era o juiz preparador, pois cabia-lhe a instrução de processo a ser decidido por juiz de direito, o qual substituíria em seus impedimentos ou faltas” (Diniz, 2005, p. 14). Assim, o termo *juiz municipal* se diferencia dos termos *juiz de paz* e *juiz de casamentos*, na medida em que, quando era usado, referia-se a um agente que não tinha a função específica de celebrar casamentos, mas podia fazê-lo em substituição a esses oficiais (Cf. Nascimento, 2013).

Na França, não há juízes que tenham a competência de celebrar casamentos civis. Por essa razão, *juiz de casamento* e *juiz municipal* são dois casos de vazio de equivalência. Nesse país, cabe a outros agentes realizar esse papel. Nesse sentido, encontramos as seguintes ocorrências no CCFCorpus:

Quadro 3 – Exemplos de contextos de uso dos termos *adjoint*, *maire*, *adjoint au maire* e *fonctionnaire municipal*

-
1. L’an [x], le [x] à [x] heures du matin devant nous, [x] **adjoint** délégué pour remplir en l’absence du titulaire les fonctions de Maire et d’Officier de l’État civil de la commune du [x], arrondissement de [x], département des [x], étant en l’Hôtel-de-Ville, sont comparus [...] (CCF1904);
 2. MAIRIE DE [x] / EXTRAIT des minutes des actes de mariage / arrondissement de [x] / a été célébré le mariage de [x] né à [x] / née à [x] / un contrat de mariage a été reçu [x] notaire / Certifie le présent extrait conforme aux indications portées au registre par nous, officier d’état civil délégué par le **Maire** du 17e arrondissement [...] (CCF1923);
 3. En présence de, et de, témoins majeurs. / Lecture faite, et invités à lire l’acte, les époux et les témoins ont signé avec Nous, **Adjoint au Maire** de [x] Arrondissement / Le **Fonctionnaire municipal** délégué dans les fonctions d’État civil par le Maire de [x] arrondissement [...] (CCF1988).
-

Fonte: A autora.

Como vemos, as unidades terminológicas grifadas em negrito indicam os agentes que celebraram e registraram esses casamentos civis franceses. São elas: *maire*, *adjoint au maire*, *adjoint* e *fonctionnaire municipal*.

O termo *maire* denomina um oficial eleito pelo *conseil municipal* para ser tanto uma autoridade local quanto um agente do poder central e assumir, dentre outras funções, as de *officier de l'état civil* (Cilf, 2020; França, 2020). Desse modo, além de ser responsável pela gestão de um município, esse agente cumpre obrigações relacionadas à vida civil dos cidadãos, tais como celebrações e registros de casamentos civis, como vimos.

Em PB, *prefeito* é o termo que se refere ao responsável pela administração municipal (Brasil, 2016). No entanto, esse agente não tem a responsabilidade de assumir o cargo que compete aos juizes de paz em matéria de casamentos oficiais, além de passar por um processo de eleição distinto do que acontece com o *maire* na França. Logo, *prefeito* não ocorre no CCBCorpus.

Os conceitos denominados por *maire* e *prefeito* se correspondem parcialmente no que tange à responsabilidade de administração municipal (Cf. Chanut, 2012, p. 65). Essas unidades terminológicas não apresentam o mesmo uso no domínio das certidões de casamento, uma vez que apenas *maire* ocorre no CCBCorpus, mas possuem o mesmo nível sociolinguístico. Assim, é possível estabelecer uma equivalência parcial entre *maire* e *prefeito*.

Adjoint au maire (ou *adjoint*, sua variante⁶) se refere a um dos membros do *conseil municipal* que é, por essa assembleia, eleito para assistir ou substituir o *maire* em suas funções (Cilf, 2020). É, dessa forma, um agente específico da estrutura de governo municipal da França e que pode celebrar e registrar casamentos civis na qualidade de substituto do *maire*. Desse modo, não encontramos, em PB, um equivalente para esse termo.

O termo *fonctionnaire municipal* diz respeito a um funcionário que ocupa um cargo no âmbito da administração municipal ou que exerce uma função por delegação de uma autoridade municipal (GDT, 2012). Na França, o *maire* pode delegar a *fonctionnaires municipaux* a função de *officier de l'état civil*, permitindo-lhes, portanto, celebrar e registrar

⁶ Em nosso estudo, consideramos que a variação denominativa pode ser concebida como o fenômeno em que um mesmo conceito apresenta diferentes denominações (Freixa, 2006). Essas variantes podem (co)existir por diferentes motivos e são frequentemente estudadas no âmbito da Terminologia (Faulstich, 1997; Freixa, 2006; Pecman, 2018, dentre outros). Apesar de considerá-las em nossa pesquisa, não tratamos de classificá-las neste artigo.

casamentos civis em seu lugar (França, 2017). Isso explica a ocorrência da unidade terminológica *fonctionnaire municipal* no CCFCorpus.

No BPBCorpus, encontramos o termo funcionário municipal que diz respeito a um servidor público que atua no âmbito da administração municipal (Brasil, 2006). Denomina, nesse sentido, um conceito próximo ao de *fonctionnaire municipal*, mas que se corresponde apenas parcialmente, na medida em que a configuração semântica do termo em FF compreende os traços relativos à celebração e ao registro de casamentos oficiais – o que não acontece com o conceito de funcionário municipal, o qual não engloba as funções de registro civil. Além dessa diferença conceitual, essas unidades terminológicas não apresentam o mesmo uso no domínio jurídico, uma vez que apenas *fonctionnaire municipal* ocorre no CCFCorpus⁷. Por essas razões, podemos considerá-los equivalentes parciais um do outro.

Em nossa pesquisa, verificamos também outras ocorrências com relação aos agentes que celebram e registram os casamentos civis franceses. A título de ilustração, vejamos o Quadro 4:

Quadro 4 – Exemplos de contextos de uso do termo *officier de l'état civil*

-
1. L'an [x], le [x], [x] heures du soir, en la mairie et devant Nous, [x], Maire, **Officier de l'État Civil** de [x] et demeurant soussigné ; sont comparus le sieur [x], âgé de [x] ans, [profession], fils majeur de défunt le sieur [x], vivant [x], hameau de [x] et de [x], sa veuve, âgée de [x] ans avec laquelle il demeure audit lieu de [x] (CCF1820);
 2. [...] Lecture faite et invités à lire l'acte les époux, la mère de l'épouse et les témoins ont signé avec Nous [x], Adjoint au Maire de [x], **Officier de l'état civil** par délégation (CCF1960).
-

Fonte: A autora.

⁷ Sabemos que um *corpus* não é representativo da totalidade de ocorrências de uma unidade lexical (seja esta terminológica ou não). Assim, preocupamo-nos em verificar como se organiza as estruturas judiciais brasileira e francesa em matéria de celebração e registros de casamentos, bem como de expedição de certidões de casamento, a fim de atestar se a não ocorrência de determinado termo poderia ser (ou não) explicada pela “restrição” dos *corpora* de estudo. Nesse caso, *funcionário municipal* não ocorre no CCBCorpus – e em nenhuma certidão de casamento brasileira – porque esse profissional não cuida de nenhum aspecto relativo aos casamentos oficiais no Brasil. Ao contrário do que é possível no âmbito do Direito Civil francês, tal como vimos.

O Quadro 4 traz ocorrências de *officier de l'état civil*. Nos dois casos, esse termo retoma agentes (*maire e adjoint au maire*, por exemplo) que assumem a função de celebrar e de registrar casamentos civis. Essa unidade terminológica denomina o cargo responsável por registrar atos de estado civil, conservá-los e expedir as certidões que os comprovam (FRANÇA, 2019). Temos, desse modo, a união de funções em um mesmo agente: celebrar e registrar casamentos oficiais (que é um dos atos de registro de estado civil), bem como expedir certidões de casamento.

No CCBCorpus, encontramos o termo *oficial de registro civil* que se refere a um oficial incumbido “da prática dos atos de registro de nascimento, adoção, casamento civil, conversão de união estável em casamento, casamento religioso com efeitos civis, óbito e natimorto, além de averbações, anotações e expedição de certidões” (BRASIL, 2020). Assim, esse funcionário pode registrar casamentos oficiais e expedir as certidões que os comprovam diante do Estado e da sociedade, mas não tem a competência de celebrar essas uniões que fica a cargo do juiz de paz ou de seu substituto. Não há, portanto, acúmulo de funções no ofício de oficial do registro civil no Brasil, como acontece com o *officier de l'état civil* na França, que pode celebrar e registrar os casamentos, bem como expedir certidões. Considerando que essa diferença faz com que esses dois termos não denominem exatamente o mesmo conceito no domínio em questão, entendemos que se trata de um caso de equivalência parcial.

Em matéria de celebração de casamentos oficiais, encontramos, no CCBCorpus, ocorrências de uma terminologia referente a autoridades religiosas. Vejamos, então, o Quadro 5 que ilustra alguns desses achados:

Quadro 5 – Exemplos de contextos de uso dos termos *padre*, *pároco* e *pastor*

-
1. [...] CERTIFICO que as fls. [x] do Livro [x] sob n.º de ordem [x] consta o casamento de [x] e [x], solteiros, celebrado no dia vinte e cinco de janeiro de mil novecentos e oitenta perante o **Padre** [x] (CCB1980);
 2. [...] CERTIFICO que revendo as fls [x], vº e [x] do Livro [x] do Registro Civil de Casamento, consta sob o termo nº [x] o de [x] e [x]. A nubente passa a usar o nome de [x]. Receberam-se em matrimônio sob o regime da [x] perante o Juiz De Paz, digo, **Pároco** [x] e as testemunhas [x] e [x] (CCB1890/2000);
-

3. [...] Eu, [x] Oficial do Registro Civil do Subdistrito de Sede, certifico que no livro de registro de casamentos, sob o nº [x] existente em meu poder e cartório, às fls. [x] consta o termo nº [x] do casamento do Sr. [x] com [x] realizado no dia [x] de [x] de [x] perante o **pastor** [x], presente as testemunhas, casados sob o regime da COMUNHÃO PARCIAL DE BENS (CCB1999a).

Fonte: A autora.

Os termos *padre*, *pároco* e *pastor*, que constam do Quadro 5, apresentam as seguintes definições nos dicionários que integram o BPBCorpus:

- (i) *Pároco*: Sacerdote⁸ que, sob a dependência do bispo diocesano, tem uma paróquia a seu cargo. [...] (Diniz, 2005, p. 592).
- (ii) *Padre*: [...] Aquele que recebeu ordenação sacerdotal (Diniz, 2005, p. 555).
- (iii) *Pastor*: Entre os protestantes, clérigo ou leigo designado pela comunidade para exercer o governo e a direção espiritual (Houaiss, 2009).

Esses termos denominam autoridades religiosas que, dentre suas funções, celebram os casamentos no âmbito de sua respectiva religião. Além de celebrarem casamentos religiosos, essas autoridades podem atuar como celebrantes de casamentos oficialmente reconhecidos pela legislação brasileira e, por isso, constam do CCBCorpus.

Isso porque há dois tipos de casamentos oficiais no Brasil: o casamento civil e o casamento religioso com efeito civil. Para os casamentos civis, a autoridade que preside o ato é um juiz de paz ou seu substituto legal, como vimos. Por sua vez, para os casamentos religiosos com efeito civil, cabe à autoridade religiosa (escolhida pelos cônjuges, segundo sua religião) celebrar esse tipo de união. Nesse caso, esse agente deve estar devidamente registrado no cartório encarregado dos procedimentos legais para a realização desse casamento.

Assim, na medida em que, no Brasil, existe o casamento religioso com efeito civil, esses termos compreendem, em sua configuração

⁸ Os grifos coloridos foram inseridos por nós para representar os ganchos terminológicos entre as definições dos termos analisados em PB e em FF, ou seja, os traços semânticos que são similares entre elas. Essa similaridade é representada pelas cores utilizadas.

conceitual, o traço referente a celebrantes de um dos tipos de casamento oficialmente reconhecido pela legislação brasileira.

Em FF, encontramos *curé*, *prêtre* e *pasteur*, que se referem às mesmas autoridades denominadas por *padre*, *pároco* e *pastor*, respectivamente, como vemos nas definições a seguir:

- (i) *Curé*: Prêtre canoniquement chargé du service spirituel et de l'administration d'une paroisse, sous l'autorité de l'évêque (ATILF, 2020).
- (ii) *Prêtre*: Homme consacré pour l'exercice d'une fonction religieuse et doté à ce titre de pouvoirs déterminés en fonction de son rang dans la hiérarchie (CILF, 2020).
- (iii) *Pasteur*: RELIG. PROTEST. Ministre du culte protestant (ATILF, 2020).

Por meio das cores, que destacam traços semânticos correspondentes entre as definições dos termos em PB e em FF, é possível notar que essas unidades denominam conceitos semelhantes. Assim, *pároco* e *curé* se correspondem por se referirem à autoridade que administra uma paróquia e que está sob a autoridade de um bispo (cor laranja); *padre* e *prêtre* se assemelham do ponto de vista conceitual, na medida em que dizem respeito ao homem que é consagrado para o exercício de uma função sacerdotal (cor azul); e *pastor* e *pasteur*, no âmbito do protestantismo, fazem referência à mesma autoridade, cuja função é dar a direção espiritual aos religiosos que seguem essa religião.

Contudo, na França, os casamentos religiosos não têm efeitos civis. Assim, os conceitos denominados por essas unidades em FF não apresentam o traço semântico *celebrantes de um dos tipos de casamento oficialmente reconhecido pela legislação brasileira*, tal como o fazem os conceitos denominados pelos termos em PB. Logo, *pároco* x *curé*, *padre* x *prêtre* e *pastor* x *pasteur* não se correspondem totalmente do ponto de vista conceitual e nem apresentam o mesmo uso no domínio jurídico, uma vez que as unidades terminológicas em FF não ocorrem em certidões de casamentos oficialmente reconhecidos pelo Estado francês atualmente⁹. Apesar disso, é possível encontrarmos ganchos

⁹ Antes da laicização do Estado francês, o que aconteceu durante a Revolução Francesa (1789-1799), os casamentos religiosos eram os únicos oficialmente reconhecidos do

terminológicos (indicados pela correspondência das cores) que mostram que essas unidades se correspondem parcialmente entre si. Por essa razão, trata-se de outros três casos de equivalência parcial.

No que tange ao conjunto terminológico em PB que denomina os agentes que registram e expedem as certidões de casamento brasileiras, encontramos, no CCBCorpus, as seguintes ocorrências, além de *oficial de registro civil*, analisado anteriormente:

Quadro 6 – Exemplos de contextos de uso dos termos *escrevente juramentado* e *escrivão*

1. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL / ESTADO DE [x] – MUNICÍPIO DE [x] / COMARCA DE [x] / CARTÓRIO DE PAZ / [x] / TITULAR / [x] / **Escrevente Juramentado** [x] (CCB1895/2002);

2. O referido é verdade e dou fé. / [x], [x] de [x] de [x] / **ESCRIVÃO** (CCB1981).

Fonte: A autora.

Nos exemplos do Quadro 6, ocorrem termos que denominam os agentes que registraram esses casamentos e expediram essas certidões. Diferentemente da terminologia apresentada no Quadro 5, não há autoridades religiosas. Isso porque, no Brasil, elas podem celebrar casamentos oficiais, mas não estão autorizadas a registrar e a expedir as certidões de casamento que tenham valor probante diante do Estado e da sociedade. A terminologia encontrada, portanto, refere-se a funcionários de órgãos públicos, tais como cartórios e escrivânias, por exemplo.

Nesse sentido, a unidade terminológica *escrivão* denomina o oficial público que, junto a uma autoridade judiciária, escreve ou subscreve as atas, os termos e os autos processuais que correm no cartório e escreve os livros em repartição pública (Diniz, 2005). No domínio

ponto de vista jurídico na França. Logo, termos relativos a autoridades religiosas, como *curé* e *prêtre*, integravam o Direito da época (Cf. Curti-Contessoto; Barros, 2020). Com a separação entre Estado e Igreja, o cenário mudou, os casamentos civis foram instituídos em 1791 e o Estado francês passou a controlar a celebração e o registro dessas uniões, bem como a expedição das certidões de casamento. Esses termos religiosos deixaram, então, de integrar o Direito Civil francês – o que se mantém até hoje, tal como nos revelou o nosso estudo.

estudado, esse agente pode ter a competência de registrar casamentos oficiais e lavrar as certidões que os comprovam.

Escrevente juramentado, por sua vez, refere-se ao ajudante que trabalha em cartório ou ofício público e que pode substituir o escrivão em seus impedimentos, segundo as regras fixadas na lei de organização judiciária (Silva, 2007). Assim, entendemos que o escrivão tem, como ajudante, o escrevente juramentado que pode substituí-lo em sua função. No caso do domínio em estudo, esse agente é o responsável por escrever, no livro de registro, a cerimônia dos casamentos oficiais, oficializando-os.

Tanto *escrivão* quanto *escrevente* são termos que denominam funcionários específicos da estrutura judiciária brasileira e que não possuem equivalente em FF. Trata-se, portanto, de dois vazios de equivalência.

No CCBCorpus, encontramos ainda outros termos, os quais se encontram exemplificados no quadro a seguir:

Quadro 7 – Exemplos de contextos de uso dos termos *tabelião*, *oficial de registro*, *oficial maior* e *notário*

-
1. Certifico que, a pedido verbal da parte interessada, revendo os livros de Registro deste Ofício, encontrei no livro, folha e termo citados o Assento de Casamento do teor seguinte: [...] Em firmado que lavrei este ato em que todos assinam. Eu, [x], 1º **Tabelião** a escrevi [...] (1894/2010);
 2. O referido é verdade e dou fé. / [x]º Subdistrito [x] da Capital de [x], [x] de [x] de [x] / O OFICIAL: [x] / RECONHECER A FIRMA NO **TABELIÃO** [x] R. [x] - Tel. [x] (1914/1960);
 3. O referido é verdade e dou fé. / [x]-[x], [x] de [x] de [x] / [x] / **Oficial Maior** (CCB1936/1942);
 4. [...] ESTADO DO [x] / Comarca de [x] - Distrito [x] / [x] **Oficial de Registro** [x] **Oficial Maior** (CCB1979/1991);
 5. [...] Garantia da 10ª C.R.C.P.N. – Tabelionato, Rua [x], [x], Registrador/**Notário**: [x] Reconhecido por semelhança a firma de: [x] / Nº [x] / Em testemunho da verdade / Escrevente Substituto / Valor [x] (2002b).
-

Fonte: A autora.

Como vemos, *tabelião* ocorre nos trechos 1 e 2 do Quadro 7. No primeiro caso, essa unidade terminológica se refere a um agente que registrou esse casamento civil. No segundo, por sua vez, esse termo diz respeito a um funcionário que realizou o reconhecimento de firma do oficial que lavrou esse casamento, conferindo autenticidade ao registro feito por esse outro agente. Assim, para fins deste estudo, consideramos que se trata de dois termos diferentes, *tabelião*¹ e *tabelião*², respectivamente.

O termo *tabelião*¹ é variante de *tabelião de registro* (ou *notário*¹) e denomina o “oficial de registro público que faz assento do nascimento, casamento, óbito, propriedade, título e documento etc.” (Diniz, 2005, p. 592). Esse agente atua na qualidade de *oficial maior* (Diniz, 2005). Assim, esse termo, que ocorre no trecho 3 do Quadro 7, também denomina esse funcionário em específico.

Já *tabelião*² denomina o oficial público encarregado de dar autenticidade e fé pública a registros (Diniz, 2005, p. 592). É, desse modo, o mesmo que *notário*² e *tabelião de notas* (Diniz, 2005), sendo, portanto, suas variantes terminológicas.

No Quadro 4, vemos ainda uma ocorrência do termo *notário*. Nesse caso, essa unidade terminológica se refere ao agente que registrou esse casamento civil. Trata-se, portanto, de *notário*¹, assim identificado em nosso estudo, e definido, por Diniz (2005), como “oficial público que exara atos autênticos, escrituras ou instrumentos públicos ou transcreve em seus livros de nota todos os atos jurídicos” (Diniz, 2005, p. 426). *Notário*² é o mesmo que *tabelião de notas* (Diniz, 2005), como vimos, e não apresenta ocorrências no CCBCorpus.

Por sua vez, *oficial de registro* se refere a um servidor público que tem a função de realizar “registros: imobiliários, de títulos e documentos, de pessoas jurídicas, de nascimentos e óbitos” (Diniz, 2005, p. 490). Na qualidade de registrador, pode ser, portanto, o mesmo que *tabelião de registro* (ou *tabelião*¹, *notário*¹) ou, ainda, um oficial de registro civil, por exemplo, em matéria de registro de casamentos. Quando se referir a este último, é possível classificá-lo como equivalente parcial de *officier de l'état civil*.

No CCFCorpus, encontramos o termo *notaire*. A título de ilustração, vejamos uma de suas ocorrências a seguir:

Quadro 8 – Exemplo de contextos de uso do termo *notaire*

-
1. Un contrat de mariage a été reçu le [x] par [x], **Notaire** à [x], d'autre part (CCF1937/1959).
-

Fonte: A autora.

No Quadro 8, verificamos que esse agente lavrou o *contrat de mariage*. Esse documento consiste no pacto antenupcial que os nubentes podem realizar antes de seu casamento para definir questões ligadas a regime de bens, por exemplo. Em nenhuma das certidões francesas que compõem o nosso *corpus*, o termo *notaire* se refere ao responsável por celebrar ou registrar esses casamentos.

No domínio estudado, essa unidade terminológica denomina um agente que tem a competência de conferir um caráter oficial às certidões e de expedir cópias autenticadas (CILF, 2020). Nesse sentido, esse agente pode expedir certidões de casamento francesas que tenham valor probante diante do Estado e da sociedade, além de lavrar os *contrats de mariage*, como mencionamos anteriormente.

Desse modo, *notaire* e *tabelião de notas* (ou *tabelião*², *notário*²) se correspondem parcialmente do ponto de vista conceitual, na medida em que o primeiro pode tanto dar autenticidade aos documentos quanto expedir suas cópias autenticadas, enquanto o segundo pode apenas conferir caráter oficial e dar fé às certidões. Com relação ao uso, ambos os termos são veiculados no domínio em pauta, já que se encontram no mesmo tipo de documento. Eles têm ainda o mesmo nível sociolinguístico. Podem ser considerados, portanto, equivalentes parciais.

Se compararmos *notaire* com *tabelião de registro* (ou *tabelião*¹, *notário*¹), *oficial maior* e *oficial de registro* nesse caso, não podemos estabelecer uma relação de equivalência no domínio em questão. Isso porque essas unidades terminológicas não denominam o mesmo conceito (visto que *notaire* não faz o registro de casamentos, só pode conferir autenticidade à certidão que prova esse tipo de união e expedir suas vias autenticadas). Ainda que ocorram no mesmo domínio e tenham o mesmo nível sociolinguístico, seu uso também é distinto. Assim, temos, nesse caso, vazios de equivalência. Por essa razão, não identificamos *notaire*¹ e *notaire*² em nosso estudo, tal como fizemos com *notário*¹ e *notário*².

Por fim, encontramos também os termos *serventuário*, *serventuário do ofício* e *serventuário da justiça* no CCBCorpus. Alguns de seus contextos de uso estão exemplificados a seguir:

Quadro 9 – Exemplos de contextos de uso dos termos *serventuário*, *serventuário do ofício* e *serventuário da justiça*

-
1. [x] / **Serventuário do ofício** de Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil, do Distrito de [x], Município de [x], Comarca de [x], Estado de [x], na forma da lei, etc. (CCB1931/1948);
 2. CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E ANEXOS / [x] / Comarca de [x] / [x] / [x] / **Serventuário** (CCB1966);
 3. Cartório dos Registros Públicos / OFICIAL / [x] / OFICIAIS SUBSTITUTOS / [x] / [x] / TAXA DE **SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA** (CCB1970).
-

Fonte: A autora.

O Quadro 9 apresenta exemplos de contextos de uso dos termos *serventuário*, *serventuário do ofício* e *serventuário da justiça* que foram retirados do CCBCorpus. Como vemos, eles denominam agentes que tiveram a função de registrar e expedir essas certidões de casamento.

Assim, *serventuário* se refere a um funcionário que serve em um ofício ou cargo, ou seja, tem função em uma serventia¹⁰ (Diniz, 2005, p. 370). Todos os agentes estudados em PB trabalham em serventias e, por conseguinte, são *serventuários*. Essa unidade terminológica denomina, portanto, um conceito mais genérico no domínio estudado.

Tipos específicos de *serventuário* são os dois outros termos encontrados no nosso *corpus* de estudo e que constam do Quadro 9, a saber: *serventuário do ofício* e *serventuário da justiça*. O primeiro diz respeito a um auxiliar da justiça que atua “com o escrivão, o oficial de justiça, o avaliador, o porteiro de auditório”, dentre outros (Diniz, 2005, p. 370). O segundo se refere aos servidores que exercem função pública vinculada à justiça, tais como o tabelião, o oficial do registro civil e outros (Diniz, 2005, p. 370).

¹⁰ *Serventia* denomina um “órgão auxiliar da justiça, como, por exemplo, o cartório” (Diniz, 2005, p. 370).

Para os três casos, não foi possível encontrar equivalentes em FF. Isso porque nossa estrutura judiciária tem uma organização político-administrativa diferente da francesa. Não há, desse modo, *serventias* na França.

O Quadro 10, apresentado a seguir, organiza as equivalências estabelecidas a partir de seus graus, seguindo a tipologia de Dubuc (2002):

Quadro 11 – Exemplos de contextos de uso dos termos *serventuário*, *serventuário do ofício* e *serventuário da justiça*

Graus de equivalência	Termos em PB	Termos em FF
Vazio de equivalência	<i>escrevente juramentado</i>	∅
	<i>escrivão</i>	∅
	<i>juiz de paz, juiz de casamento</i>	∅
	<i>juiz municipal</i>	∅
	<i>notário²</i>	∅
	<i>oficial maior</i>	∅
	<i>serventuário</i>	∅
	<i>serventuário de justiça</i>	∅
	<i>serventuário do ofício</i>	∅
	<i>tabelião de registro, tabelião²</i>	∅
	∅	<i>adjoint au maire, adjoint</i>
Equivalência parcial	<i>funcionário municipal</i>	<i>fonctionnaire municipal</i>
	<i>oficial de registro civil, oficial de registro</i>	<i>officier de l'état civil</i>
	<i>padre</i>	<i>prêtre</i>
	<i>pároco</i>	<i>curé</i>
	<i>pastor</i>	<i>pasteur</i>
	<i>prefeito</i>	<i>maire</i>
	<i>tabelião de notas, tabelião¹, notário¹</i>	<i>notaire</i>

Fonte: A autora.

Em suma, nota-se que não encontramos equivalentes para grande parte dos termos estudados (*adjoint au maire, adjoint, escrevente juramentado, escrivão, juiz de paz, juiz de casamento, juiz municipal,*

*oficial maior, serventuário, serventuário de justiça, serventuário do ofício, tabelião de registro, tabelião² e notário²). Nos casos em que foi possível estabelecer uma relação de equivalência, essa se deu em um grau parcial (*funcionário municipal x fonctionnaire municipal, oficial de registro e oficial de registro civil x officier de l'état civil, padre x prêtre, pároco x curé, pastor x pasteur, prefeito x maire e tabelião de notas, tabelião¹ ou notário¹ x notaire*).*

5 Considerações finais

Neste artigo, realizamos uma comparação da terminologia que denomina os agentes que celebram e registram os casamentos oficiais e expedem suas respectivas certidões no Brasil e na França. Assim, estabelecemos os equivalentes nas direções PB↔FF entre esses termos.

Como resultados principais, verificamos que, do ponto de vista das legislações brasileira e francesa, há diferentes tipos de casamentos oficiais (no Brasil, casamento civil e casamento religioso com efeito civil; na França, apenas *mariage civil*), o que implica diferentes agentes envolvidos na celebração dessas uniões. Por essa razão, observamos, por exemplo, que termos como *padre, pároco e pastor* constam de certidões de casamento brasileiras, uma vez que são os agentes responsáveis por celebrarem casamentos religiosos com efeito civil. Por sua vez, *prêtre, curé e pasteur* não ocorrem em certidões de casamento francesas. Essa constatação nos levou a estabelecer uma relação de equivalência parcial entre essas unidades terminológicas no domínio estudado.

Além desse ponto divergente, a organização da estrutura judiciária brasileira difere da francesa em matéria de funcionários responsáveis pela celebração e pelo registro de casamentos oficiais e pela expedição das certidões que comprovam essas uniões diante do Estado e da sociedade. Assim sendo, agentes como *juiz de paz, escrivão e serventuário*, por exemplo, não têm equivalente em FF, visto que, na França, funcionários que têm cargos diferentes desses brasileiros são os que devem cuidar da celebração e do registro dos casamentos civis franceses.

Essas diferenças legislativas se refletem na terminologia estudada, na medida em que diferentes regras implicam diferentes agentes envolvidos. Conseqüentemente, há a ocorrência de termos distintos para denominá-los no domínio das certidões de casamento. Isso faz com que

as relações de equivalência fiquem comprometidas e se tornem, portanto, complexas de serem estabelecidas.

A dificuldade de se estabelecer equivalentes entre os termos das duas línguas estudadas é uma das problemáticas mais interessantes desta pesquisa, uma vez que esse fato torna evidente a existência de diferenças socioculturais entre esses dois países, as quais se refletem na legislação de ambos. Esse fato pode ser explicado com base na afirmação de que, se os conceitos do Direito se relacionam a um único sistema conceitualmente definido em uma sociedade em particular, não há correlação verdadeira em outra (Cf. L’homme, 2020).

Com os resultados deste trabalho, esperamos contribuir para uma melhor comunicação PB↔FF na área jurídica, podendo auxiliar especialistas e tradutores em seu ofício.

Agradecimentos

Estudo realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), à qual dirigimos nossos agradecimentos.

Referências

ALPÍZAR-CASTILLO, R. El problema de las equivalencias. In: Alpízar-Castillo, R. *¿Cómo hacer un diccionario científico-técnico?*. Buenos Aires: Memphis, 1995.

AUBERT, F. H. Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngue. *Cadernos de Terminologia*. São Paulo, Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1996.

BARROS, L. A. *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BARROS, L. A. *Conhecimentos de terminologia geral para a prática tradutória*. São José do Rio Preto: NovaGraf, 2007.

BRASIL. *Lei nº 6055, de 14 de setembro de 2006*, 2006. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-sao-leopoldo-rs>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BRASIL. *Conheça as principais atribuições do prefeito*, 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/conheca-as-principais-atribuicoes-do-prefeito>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. *Atos do Registro Civil*, 2020. Disponível em: <<http://www.arpensp.org.br/?pG=X19wYWdpbmFz&idPagina=179>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BRUNET, E. *Hyperbase version 10*. Unice: Université Nice, 2015.

CABRÉ, M. T. *La terminologia: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antátida/Empúries, 1993.

CABRILLAC, R. *Dictionnaire du vocabulaire juridique*. 2ªed. Paris: Lexis Nexis, 2004.

CARVALHO, D. M. *Direito das Famílias*. São Paulo: Saraiva Educação S. A., 2018.

CHANUT, M. E. P. A noção de equivalência e a sua especificidade na tradução especializada. *TradTerm*, 19, 2012, p. 43-70. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2012.47345>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

CILF – Conseil International de la Langue Française, 2020. *Base de Terminologie*. Recuperado de <http://www.cilf.fr/unepage-terminologie-terminologie-1-1-0-1.html>.

CURTI-CONTESSOTO, B. Terms designating places for the celebration and civil registration of marriages and places for the issuance of marriage certificates in Brazilian history. *Terminàlia - Revista semestral de la Societat Catalana de Terminologia*, v. 18, p. 14-24, 2018.

CURTI-CONTESSOTO, B.; BARROS, L. A. Estudo comparativo sobre a evolução semântica dos termos *mariage* e *casamento* nas legislações francesa e brasileira do século XVI ao XIX. *TradTerm*, v. 35, p. 102-116, 2020.

CURTI-CONTESSOTO, B. *Terminologia de certidões de casamento: estudo terminológico bilingue e elaboração de glossário português-francês*. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista (UNESP).

CURTI-CONTESSOTO, B.; ALVES, I. M. Approche diachronique de l'équivalence terminologique dans la traduction des actes de mariage français et brésiliens : quelques défis à relever. In: *Actes des 12^{es} Journées du Réseau LTT - Lexicologie, Terminologie, Traduction - La traduction au service des institutions : outils, expérimentations et innovations pour le multilinguisme*, no prelo.

DINIZ, M. H. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DUBUC, R. *Manuel pratique de terminologie*. 4.ed. Québec: Linguattech, 2002.

FELBER, H. *Manuel de Terminologie*. Paris: UNESCO/INFOTERM, 1987.

FRANÇA. *Le fonctionnement du conseil municipal : guide pratique de l'élu(e) local(e)*, 2017. Disponível em: <[http://www.nord.gouv.fr/content/download/16997/104494/file/170630-Guide%201%20C3%A9lu%20complet%20MAJ%2030.06%20\(1\).pdf](http://www.nord.gouv.fr/content/download/16997/104494/file/170630-Guide%201%20C3%A9lu%20complet%20MAJ%2030.06%20(1).pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2021.

FRANÇA. *L'Etat civil*, 2019. Disponível em: <<https://www.collectivites-locales.gouv.fr/letat-civil-0>>. Acesso em 12 dez. 2021.

FRANÇA. *Quelles sont les fonctions d'un maire ?*, 2020. Disponível em: <<https://www.vie-publique.fr/fiches/19617-les-fonctions-dun-maire>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

FAULSTICH, E. Variação Terminológica: algumas tendências no português do Brasil. Dans l'ouvrage *Cycle de conférences 96-97: lèxic, corpus i dictionaris*. Barcelona: IULA, 1997.

FREIXA, J. Causes of denominative variation in terminology: A typology proposal. *Terminology*, 12(1), 2006, p. 51-78.

GDT. *Grand dictionnaire terminologique*, 2012. Disponível em: http://gdt.oqlf.gouv.qc.ca/ficheOqlf.aspx?Id_Fiche=8874831. Acesso em: 11 dez. 2021.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Objetiva. CD-Rom, 2009.

JESUS, A. M. R. de; ALVES, I. M. Estabelecimento de equivalências em Terminologia Multilíngue no campo da Astronomia. In *VI Congresso Internacional da ABRALIN* (p. 298-306). João Pessoa, PB, 2009.

LEÓN-ARAÚZ, P. Terminology and equivalence. In: FABER, P.; L'HOMME, M.-C. *Theoretical Perspectives on Terminology: Explaining terms, concepts and specialized knowledge*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2022, p. 477-50. <https://doi.org/10.1075/tlrp.23>

L'HOMME, M.-C. *Lexical Semantics for Terminology: An introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2020.

NASCIMENTO, A. R. do. A justiça quase perfeita: discussões sobre os juízes municipais na comarca do Recife. In: *XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*, 2013. Natal, RN. p. 1-12 Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364954800_ARQUIVO_Ajusticaquaseperfeita-discussaosobreosjuizesmunicipaisnacomarcadoRecife-AlexsandroRibeiro.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PECMAN, M. *Langue et construction de connaissances. Énergie lexicodiscursive et potentiel sémiotique des sciences*. Paris: L'Harmattan, 2018.

SANDRI, C.; MACIEL, A. M. B. Equivalência Terminológica em Textos Normativos. In: *VIII Congresso Internacional da ABECAN*, 2005, Gramado, RS. Brasil/Canadá: Visões, Paisagens e Perspectivas, do Ártico ao Antártico. Rio Grande, RS: FURG, 2005. p. 216-217. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/termisul/files/file953795.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA, de P. e. *Vocabulário jurídico*. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

TLFi – Trésor de la Langue Française Informatisé. *Le Trésor de la Langue Française informatisé*, 2020. Disponível em: <<http://atilf.atilf.fr/>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

ISO 1087 – Organisation Internationale de Normalisation. *Terminologie - Vocabulaire*. Genebra: ISO (Norme Internationale ISO 1087, 1990), 1990.

VEGA, M. Á. Terminología y traducción. In: Cabré, M. T. (Org.). *Jornada Panllatina de Terminologia: perspectives i camps d'aplicació*. Barcelona: IULA, 1996, p. 65-72.



Se pá o ‘se pá’ ainda é condicional

Maybe ‘se pá’ Is Still Conditional

Isaac Souza de Miranda Junior

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo / Brasil
CAPES

isaacmiranda@estudante.ufscar.br

<https://orcid.org/0000-0002-4004-3182>

Renato Miguel Basso

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo / Brasil
rmbasso@ufscar.br

<https://orcid.org/0000-0003-2580-0365>

Resumo: A estrutura ‘se pá’ é bastante presente em diversas variedades do português brasileiro contemporâneo, mas é ainda pouco investigada com relação a suas propriedades semânticas. Com o objetivo de contribuir para a descrição e explicação dos usos dessa estrutura, o presente trabalho pretende realizar uma análise semântica da expressão ‘se pá’, e argumentar que a atual interpretação dessa expressão como um advérbio de dúvida similar a ‘talvez’ (“Se pá, eu vou à festa” ⇒ “Talvez eu vá à festa”) pode ser semanticamente derivada de uma interpretação condicional, na qual o elemento ‘pá’ atua como uma proposição indefinida, ou seja, ele expressa que existe uma proposição possível sem definir seu conteúdo, sendo interpretado, por meio de implicações lógicas, como um modal de possibilidade junto à oração nuclear.

Palavras-chave: modalidade; condicionais; se pá.

Abstract: The phrase ‘se pá’ often occurs in several varieties of contemporary Brazilian Portuguese, but it is under-investigated concerning its semantic properties. Intending to contribute to the description and explanation of the uses of this phrase, this work aims to build up a semantic analysis of the expression ‘se pá’, and propose that the current interpretation of the expression as an adverb of doubt similar to ‘talvez’ (Se pá, eu vou à festa” ⇒ “Talvez eu vá à festa”) can be semantically derived from a conditional interpretation, in which the element ‘pa’ acts as an indefinite proposition, that is, it expresses that there is a possible proposition without defining its content, being

interpreted, through logical implications, as a possibility modal operator modifying the nuclear clause.

Keywords: modality; conditional clause; se pá.

Recebido em 29 de novembro de 2022.

Aprovado em 27 de maio de 2023.

1 Introdução

A estrutura ‘se pá’ é bastante presente em diversas variedades do português brasileiro contemporâneo, mas é ainda pouco investigada com relação a suas propriedades semânticas¹. Ainda não há um consenso se a estrutura deva ser interpretada composicionalmente, formada por dois elementos, ‘se pá’, ou como uma unidade única, ‘sepa’, em ambos os casos ocorrendo como um sinônimo de ‘talvez’ (Agostini, 2017). É possível encontrar contextos em que as duas formas são aceitáveis como interpretação:

- (1) Se pá ela gosta de mim (Agostini, 2017, p. 16)
- (2) Sepa o diretor muda de ideia (Agostini, 2017, p. 35)

Tanto (1) quanto (2) têm a interpretação de ‘talvez ela gosta de mim’, alterando apenas a forma como a estrutura ‘se pá’ é representada textualmente.

Em Agostini (2017) também é possível encontrar o uso de ‘se pá’ isolado por vírgula da oração nuclear, assim como ocorre em orações condicionais:

- (3) Se pá, esse foi meu maior combo (ate agora) em AC. (Agostini, 2017, p. 8)

Ainda que ‘se pá’ ocorra em (1), (2) e (3) como sinônimo de “talvez”, os exemplos de Agostini (2017) são validados em *corpus*, revelando indícios que, no uso cotidiano da língua, o ‘se pá’ pode ser

¹ Encontramos apenas dois trabalhos sobre o tema, Agostini (2017) e Ganasin (no prelo).

interpretado de três maneiras distintas: (i) ‘se pá’ e (ii) ‘sepa’ como parte da oração principal e (iii) ‘se pá,’ separado da oração principal.

Em vista disso, o presente trabalho pretende realizar uma análise semântica da expressão ‘se pá’, e argumentar que a atual interpretação dessa expressão como um advérbio de dúvida similar a ‘talvez’ (“Se pá, eu vou à festa” ⇒ “Talvez eu vá à festa”) pode ser semanticamente derivada de uma interpretação condicional, na qual o elemento ‘pá’ atua como uma proposição indefinida, ou seja, ele expressa que existe uma proposição possível sem definir seu conteúdo, fazendo com que, por meio de implicações lógicas, a estrutura seja interpretada como sinônimo de ‘talvez’. Tal interpretação é suficiente para justificar os usos de (1), (2) e (3).

Para tanto, o presente artigo está organizado da seguinte forma. Na seção 1, iremos primeiramente analisar o elemento ‘pá’ – suas posições estruturais, sua contribuição e seu tipo semântico. Na seção 2, realizaremos uma revisão acerca de modalidade e condicionalidade, demonstrando como uma oração condicional pode ser expressa em modalidade. Por fim, na seção 3, demonstraremos que a interpretação de ‘se pá’ como sinônimo de ‘talvez’ pode ser derivada da interpretação condicional de ‘se pá’. Na conclusão, retomamos o caminho percorrido, os resultados alcançados e as questões em aberto.

2 Sobre o ‘pá’ em ‘se pá’

Nesta seção, nosso objetivo é investigar ‘pá’ em estruturas como ‘se pá’ e, para tanto, começaremos por analisar as semelhanças entre ‘se pá’ e o advérbio de dúvida ‘talvez’ devido à interpretação similar entre os dois.

Em uma primeira aproximação, as sentenças (4a), (5a) e (6a), abaixo, podem ser parafraseadas por ‘talvez’, como atestem (4b)-(5b); note ainda que ‘se pá’, assim como ‘talvez’, pode aparecer em diversas posições sintáticas:

(4a) Se pá, o João vai à festa

(4b) Talvez o João vai/vá à festa

(5a) O João vai à festa se pá

(5b) O João vai/vá à festa talvez

(6a) O João, se pá, vai à festa

(6b) O João talvez vai/vá à festa

Uma questão semântica relevante aqui é saber como a estrutura ‘se pá’ é interpretada de forma semelhante a ‘talvez’, e para responder a essa pergunta vamos primeiramente analisar os elementos de ‘se pá’. Vamos considerar que ‘se2’ atua como uma conjunção que realiza uma coordenação entre duas proposições, sendo, portanto, do tipo semântico $\langle t, \langle t, t \rangle \rangle$ (Cf. Ferreira, 2019, p. 65, entre vários outros). Esse mesmo tipo lógico se aplica, em princípio, a quaisquer conjunções sentenciais e representa simplesmente que uma conjunção é um termo que toma duas proposições como argumento e resulta numa proposição.

Portanto, podemos inferir que ‘pá’ é do tipo $\langle t \rangle$, uma vez que ‘se’ é do tipo $\langle t, \langle t, t \rangle \rangle$; logo, a estrutura ‘se pá’ tem que ser do tipo $\langle t, t \rangle$, ou seja, uma função que toma uma proposição e retorna uma proposição. Simplificando as coisas, podemos dizer que os argumentos de ‘se’ são duas proposições, ‘pá’ tem o valor de uma proposição (voltaremos a isso depois), e ao combinar-se com ‘se’ gera uma função que toma uma proposição como argumento, sendo, como vimos, do tipo $\langle t, t \rangle$. Nos exemplos (4a), (5a) e (6a), o segundo argumento $\langle t \rangle$ pode ser representado por “eu vou à festa”. É interessante notar ainda que o tipo semântico de ‘talvez’ também é $\langle t, t \rangle$, como atestam os exemplos que vimos acima e os seguintes em comparação com ‘se pá’:

(7a) [Talvez _{$\langle t, t \rangle$} [o João compre um bolo] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle \rangle$}

(7b) [Se _{$\langle t, t, t \rangle$} [pá] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle \rangle$} [o João compra um bolo] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle \rangle$}

(8a) [Talvez _{$\langle t, t \rangle$} [a Maria não chegue a tempo] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle \rangle$}

(8b) [Se _{$\langle t, t, t \rangle$} [pá] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle \rangle$} [a Maria não chega a tempo] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle \rangle$}

(9a) [Talvez _{$\langle t, t \rangle$} [o professor não venha hoje] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle \rangle$}

(9b) [Se _{$\langle t, t, t \rangle$} [pá] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle \rangle$} [o professor não vem hoje] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle \rangle$}

² Na verdade, ao falarmos sobre a conjunção ‘se’ é preciso ter em mente aqui a estrutura “se x, então y”, de maneira que podemos omitir o ‘então’ presente na sentença nuclear.

Uma demonstração que reforça essa proposta é o fato de que ‘pá’ pode ser substituído por qualquer sentença que resulte em <t> dentro da oração condicional, mas não por outras estruturas:

- (10) O João vai à festa se [fizer sol]_{<t>}
- (11) O João vai à festa se [a Maria comprar o bolo]_{<t>}
- (12) O João vai à festa se [todos forem (à festa)]_{<t>}
- (13) * O João vai à festa se [gato]_{<e>}
- (14) * O João vai à festa se [comprou]_{<e,<e,t>}

Um outro argumento para esse ponto é que qualquer antecedente de uma *if-clause* pode ocorrer, assim como ‘se pá’ e ‘talvez’, em qualquer posição do enunciado que licencie um advérbio, o que não é possível com orações coordenadas:

- (15a) **Se fizer sol / se pá / talvez**, o João vai à festa.
- (15b) O João vai, **se fizer sol / se pá / talvez**, à festa.
- (15c) O João vai à festa se **fizer sol / se pá / talvez**.
- (16a) O João vai à festa **e ao mercado**.
- (16b) * **E ao mercado**, o João vai à festa.
- (16c) *O João vai, **e ao mercado**, à festa.

Essa evidência reforça a proposta que ‘se pá’ é do tipo <t, t>, uma vez que ele, sendo uma estrutura composicional, também compartilha o mesmo tipo semântico com outros antecedentes de *if-clauses* que têm interpretação composicional e as mesmas possibilidades sintáticas.

Além disso, é importante notar que os antecedentes de *if-clauses* são comumente analisados como orações adverbiais (Cf. Von Stechow, 1994; Haegeman, 2010; Bhatt; Pancheva, 2006; e muitos outros), e assim compartilham o mesmo tipo semântico de advérbios, <t,t>.

Os comportamentos descritos nos exemplos de (4a) a (6b) e de (10) a (12) são evidências de que, mesmo sendo interpretado de modo semelhante ao advérbio ‘talvez’, a interpretação de ‘se pá’ é composicional³, passando pela interpretação condicional antes de ser computado como um simples advérbio, como argumentaremos. Essa proposta de análise depende de ferramentas que lidam com modalidade em línguas naturais, que é o tópico da seção seguinte.

3 Modais e condicionais

Tanto o advérbio de dúvida ‘talvez’ quanto as *if-clauses* são estruturas linguísticas modais, ou seja, simplificando as coisas, podemos dizer que essas estruturas projetam o enunciado com relação à *necessidade* ou *possibilidade* do valor de verdade do mesmo com relação a diferentes mundos possíveis (Cf. Von Stechow; Heim, 2020, p. 29-36). Nesta seção, pretendemos estabelecer o ferramental semântico mínimo necessário para que possamos descrever a expressão ‘se pá’.

Nesta seção, veremos um pouco sobre modais em 3.1, e em 3.2, sobre a análise condicional usando as mesmas ferramentas.

3.1 Modais

Uma das propostas mais influentes para lidar com a análise de elementos modais é a de Kratzer (1981; 1991a), revisada em Kratzer (2012). Segundo a autora, elementos modais são interpretados em função de três critérios: a força modal, a base modal e a fonte de ordenação. Em conjunto, basicamente, esses critérios determinam como será feita a avaliação da proposição relevante e os conjuntos de mundo nos quais tal avaliação será feita.

A força modal está relacionada à gradação do elemento modal, que pode ser necessidade (\square) ou possibilidade (\diamond). As línguas naturais

³ O fato de ‘pá’ não ocorrer sozinho é um indício de que a estrutura ‘se pá’ esteja, de fato, em vias de gramaticalização (Cf. Agostini, 2017 e Ganasin, no prelo), o que tornaria uma investigação composicional a recuperação de uma parte da história dessa gramaticalização. Porém, o fato de encontrarmos estruturas como ‘pode pá’, ‘acho que pá’ e até mesmo ‘se pá, pá’ evidencia que o elemento ‘pá’ ainda tem certa independência e possivelmente, nessas estruturas, também desempenha o papel de uma proposição qualquer, sendo de tipo $\langle t \rangle$.

expressam diferentes níveis de possibilidade e necessidade, que podem ser identificados ao compararmos elementos como ‘deve’ vs. ‘tem que’, ou ‘pode’ vs. ‘é certo que’, por exemplo⁴.

A base modal fornece o conjunto de mundos possíveis em que a proposição relevante é avaliada. Pela definição de Kratzer (2012), as bases modais assumem duas distintas formas: circunstanciais e epistêmicas. Uma base modal circunstancial representa o recorte de mundos possíveis originado a partir do contexto imediato de interação dos falantes, a partir de evidências de um dado contexto específico; a base modal epistêmica é originada a partir do conhecimento de mundo dos falantes envolvidos na conversação.

Por sua vez, a fonte de ordenação é o conjunto de proposições que delimitam critérios para a organização dos mundos possíveis dentro da base modal, que não estão dispostos de modo aleatório, mas sim ordenados segundo uma fonte. Não há consenso sobre a quantidade de fontes de ordenação existentes, todavia, Kratzer (2012) elenca ao menos quatro mais proeminentes, sendo elas: a deontica (referentes a normas e leis pré-definidas), a estereotípica (referente ao curso natural das coisas, ou seja, o que normalmente acontece), a bulética (referente às vontades e desejos de um falante específico) e a teleológica (referente às crenças de um falante específico). Assim, por exemplo, uma fonte de ordenação bulética ordena os mundos possíveis da base modal de modo que os mais relevantes são aqueles que melhor se conformam aos desejos do falante no contexto.

Para exemplificar como funcionam esses critérios, se considerarmos uma fonte de ordenação deontica, com base circunstancial e uma força modal de necessidade, para avaliar a proposição *p*, teremos que *p* é verdadeira em todos os mundos possíveis que se organizam, segundo as evidências e informações do contexto de fala, em função daqueles mais se conformem a normas e leis pré-definidas. Se mudamos qualquer dos componentes (força, base, fonte), mudamos o conjunto de mundos nos quais a proposição *p* será avaliada e o modo de avaliação.

Assim, mais formalmente, pela proposta de Kratzer (2012), todo enunciado contendo um elemento modal deve ser avaliado da seguinte forma:

⁴ Para o português, o leitor pode consultar Pires de Oliveira e Scarduelli (2008)

(17)

[MODAL [Base Modal [Fonte de ordenação [ENUNCIADO]]]

□/◇ *De um ponto de vista dado as circunstâncias*

Para elucidar melhor, substituiremos (1b), “Talvez o João vá à festa”, no esquema em (14):

(18)

[Talvez [Base Modal [Fonte de ordenação [o João vá à festa]]]

De um ponto de vista dado as circunstâncias

Antes de definirmos quais são a base modal e a fonte de ordenação é necessário definir a força modal de ‘talvez’. Existem duas possibilidades para o nosso operador, ou ele exprime uma relação de necessidade (□) e uma relação de possibilidade (◇).

Segundo Kratzer (2012, p. 40), uma proposição vinculada a um modal é uma necessidade se e somente se ela é verdadeira em todos os mundos possíveis próximos ao mundo definido pela fonte de ordenação segundo a base modal, enquanto uma proposição é possibilidade se sua negação não é uma necessidade.

Para que ‘talvez’ exprima um modal de necessidade ele precisa fazer com que a proposição ‘o João vai à festa’ seja verdadeira em todos os mundos próximos ao mundo definido pela fonte de ordenação, ou seja, não existe um mundo relevante em que o João não vai à festa; o que não é o caso aqui, pois se o João efetivamente não for à festa, ‘Talvez o João vá à festa’ pode ser ainda verdadeira. Porém, ‘Talvez o João vá à festa’ também é verdadeira caso João vá à festa, fazendo com que ‘o João não vai à festa’ não seja uma necessidade, e, portanto, ‘talvez’ exprime uma possibilidade.

Assim, considerando que não temos nenhum contexto específico para a avaliação de nosso enunciado, podemos considerar que a base modal (BM) epistêmica, ou seja, o conjunto de mundos possíveis referentes ao que o falante e o ouvinte sabem sobre o João. A fonte de ordenação (FO) pode assumir diversas formas; para o nosso exemplo,

tomaremos uma fonte teleológica, ou seja, referente às crenças do falante com relação à João, resultando em:

- (19) [**Talvez** (\diamond) [_{BM} de acordo com o que sabemos sobre o João [_{FO} dadas às coisas em que eu acredito que o João faz/fará [**o João vá à festa**]]]

Em prosa: é possível que, de acordo com o que sabemos sobre o João e considerando as coisas que o falante acredita que o João faz/fará, o João vá à festa.

Como já dissemos, ‘se pá’ tem uma interpretação semelhante à ‘talvez’, logo poderíamos reescrever (19) usando ‘se pá’ no lugar de ‘talvez’. Contudo, argumentamos também que é possível derivar composicionalmente, tomando os elementos que postulamos, a interpretação de ‘se pá’ como advérbio de dúvida a partir de uma interpretação condicional. Para isso, precisamos de um tratamento formal para condicionais.

3.2 Condicionais

Tradicionalmente, sentenças condicionais⁵ (*if-clauses*, em inglês) são analisadas tendo como ponto de partida a implicação material⁶ (Gibbard, 1981; Grice, 1989; e muitos outros). Segundo essa abordagem, orações com elementos condicionais seriam, em princípio, equivalentes ao operador lógico \rightarrow , de maneira que ‘se X, (então) Y’ respeitaria as mesmas condições de verdade desse operador. Todavia, essa análise é inconsistente com nossa intuição sobre esse tipo de estrutura em línguas naturais, permitindo que a proposição da oração nuclear seja verdadeira mesmo que a condição seja falsa, uma vez que a implicação material é falsa apenas no caso em que X é verdadeiro e Y falso.

⁵ A análise semântica de estruturas condicionais é um tema extremamente vasto e complexo, tanto em semântica das línguas naturais quanto em filosofia da linguagem e da lógica. Neste artigo, não temos como fazer jus a todas as possibilidades de análise, por isso mencionaremos apenas o que julgamos necessário para os propósitos deste artigo. Para maiores detalhes sobre o estudo de estruturas condicionais, ver Bennett (2003) entre vários outros.

⁶ Ou seja, a análise lógica do símbolo “ \rightarrow ”: $p \rightarrow q$, p implica q.

(20) Se chover, João fica em casa

O exemplo (20) é verdadeiro quando ‘está chovendo’ e ‘João fica (está) em casa’, todavia, se o interpretássemos em função da implicação material, ela seria verdadeira nos casos em que ‘está chovendo’ e ‘João sai de casa’, o que é contra intuitivo para orações condicionais.

Há diversas soluções propostas na literatura para lidar com esse tipo de questão, e a solução para os problemas com a implicação material defendida por Kratzer (1991b; 2012), que seguiremos aqui, é considerar que sentenças condicionais não são regidas pela implicatura material ($p \rightarrow q$), mas que são implicitamente modalizadas, de maneira que o antecedente da *if-clause* é uma restrição de domínio para um operador modal epistêmico de necessidade, não pronunciado; nesse caso, a base modal do conseqüente, vinculada ao modal, terá a adição do antecedente da *if-clause*, como exemplificamos abaixo:

(21) Se faz sol, o João vai à praia

[\square [_{BM} de acordo com o que sabemos sobre João e considerando que faz sol/o dia está ensolarado [_{FO} dadas às coisas em que eu acredito que o João faz/fará [o João vai à praia]]]

Em prosa: de acordo com o que sabemos sobre o João, em todos os mundos em que está fazendo sol/o dia está ensolarado e considerando as coisas que o falante acredita que o João faz/fará, o João vai à praia.

Segundo a proposta de Kratzer (1991b; 2012), (21) é verdadeira se e somente se, partindo dos mundos em que ‘faz sol’ é verdade, é necessário, de um ponto de vista epistêmico, que ‘o João vá à praia’, ou seja, ‘o João vai à praia’ é verdadeiro em todos os mundos acessíveis⁷ a partir de ‘fazer sol/o dia estar ensolarado’. Porém, existe um problema para essa interpretação, pois é possível utilizarmos sentenças condicionais que expressem incertezas. Imagine as seguintes situações:

(22a) Os pais do João estão caminhando juntos para casa e ambos estão vendo que a luz do quarto do João está ligada.

⁷ Um mundo possível w^2 é acessível de um mundo w^1 se, e somente se, todas as proposições que são verdadeiras em w^1 também são verdadeiras em w^2 .

Pai: Será que o João está em casa?

Mãe: Se a luz do quarto dele (João) está acesa, ele (João) está em casa.

(22b) O pai do João está caminhando para casa enquanto fala com a mãe do João ao telefone e a mãe do João não tem nenhuma informação sobre o atual estado das luzes do quarto de João.

Pai: Será que o João está em casa?

Mãe: Se a luz do quarto dele (João) está acesa, ele (João) está em casa.

Em (22a), existem evidências para que a mãe do João saiba que ‘a luz do quarto do João está acesa’ é verdadeira no contexto, fazendo com que a interpretação seja similar à de (21), ou seja, uma necessidade. Isso ocorre, pois, partindo de que o antecedente já é verdadeiro no contexto, o consequente também será, considerando as expectativas da mãe do João.

Por sua vez, em (22b), mesmo que exista uma necessidade epistêmica entre o antecedente, ‘a luz do quarto do João está acesa’, e o consequente, ‘João estar em casa’, a mãe do João não tem nenhuma evidência sobre as condições de verdade de ‘a luz do quarto do João está acesa’, para ela há a possibilidade do valor de verdade da condição ser verdadeiro, gerando também a possibilidade do valor do consequente ser verdadeiro.

Ou seja, o que os exemplos (22) mostram é que uma sentença condicional pode ser interpretada de duas formas distintas baseadas apenas nas evidências que o falante tem com relação à condição. Para solucionar o problema dessa ambiguidade, Kratzer (2012, p. 102-104) propõe que a relação entre o antecedente da *if-clause* e o consequente é interpretada por meio de um modal epistêmico de necessidade, mas que o valor de verdade do consequente da *if-clause* é regido por um modal de possibilidade. Assim, quando a condição é verdadeira no contexto de avaliação ocorre a interpretação direta do modal de necessidade entre a *if-clause* e a oração nuclear, mas quando não é possível determinar o valor de verdade da condição da *if-clause* ocorre a interpretação de possibilidade. Fazendo com que (22b) tenha a forma:

- (23) Se a luz do quarto dele (João) está acesa, ele (João) está em casa
 $[\diamond [_{BM} \text{ de acordo com o que sabemos } [_{FO} \text{ dado as coisas que eu acredito que possam acontecer [a luz do quarto do João está acesa]]] \wedge [\square [_{BM} \text{ de acordo com o que sabemos e considerando que a luz do quarto do João está acesa } [_{FO} \text{ dado às coisas que eu acredito que o João faz/fará [o João está em casa]]]]]$

Em prosa: é possível que, de acordo com o que sabemos sobre a casa do João e considerando as coisas que o falante acredita que possam acontecer, a luz do quarto do João está acesa; e é necessário que, de acordo com o que o falante sabe e ele tendo a informação de que a luz do quarto do João está acesa, considerando as coisas que o falante acredita que o João faz/fará, o João está em casa.

É importante perceber que a interpretação de (22a), em que a condição é verdadeira no contexto, é um caso específico da interpretação de (23), uma vez que ‘ \diamond (a luz do quarto do João está ligada)’ inclui todos os mundos em que ‘a luz do quarto do João está ligada’ é verdadeira e todos os mundos em que a proposição é falsa. Assim, a tomaremos como a forma padrão para as condicionais a forma de (23), uma vez que ela é mais ampla.

Depois de lidar com essas possibilidades de interpretação de condicionais, temos que (23) é verdadeira se, e somente se, ‘João está em casa’ é verdadeiro em todos os mundos acessíveis a partir dos mundos em que ‘a luz do quarto do João está acesa’ e ‘a luz do quarto do João está acesa’ é possível. Como estamos utilizando modais epistêmicos, vale notar que a seleção de mundos é referente às crenças do falante e não ao mundo real: não existe nada que impeça João de não estar em casa no mundo real, mas o falante não acredita nessa possibilidade.

Porém, devemos notar que em (23) ambos os elementos modais têm a mesma base, ‘de acordo com o que sabemos’, fazendo com que o modal de necessidade entre o antecedente e o conseqüente da *if-clause*, nesse caso, seja uma implicação estrita⁸ (Lewis; Langford, 1959) dentro da base epistêmica, ou seja, não existe nenhum mundo em que o

⁸ $p \rightarrow q \Rightarrow$ não é possível p e não $q \Rightarrow \neg \diamond (p \wedge \neg q)$. A implicação estrita, ao contrário da implicação material, impede que o antecedente seja verdadeiro e o conseqüente seja falso, assim, é necessário que em todo mundo em que p é verdadeiro q seja verdadeiro.

antecedente é verdadeiro e o consequente é falso dentro da base modal, permitindo que (23) seja reescrita como⁹:

(24) Se a luz do quarto dele (João) está acesa, ele (João) está em casa;

◆¹⁰(a luz do quarto do João estar acesa) \wedge (a luz do quarto de João estar acesa \rightarrow João está em casa)_{BM(\blacklozenge(a luz do quarto do João estar acesa))}

Em prosa: é possível que, com relação a uma base epistêmica e uma fonte de ordenação, a luz do quarto do João esteja acesa, e a luz do quarto do João estar acesa implica estritamente que João está em casa dentro da base modal de possivelmente a luz do quarto do João está acesa.

Tanto (23) quanto (24) exprimem a mesma interpretação, entretanto, a presença da implicação estrita em (24) nos auxiliará na demonstração de como ‘se pá’ tem sua interpretação como modal de possibilidade. Esse é o tópico da próxima seção.

4 ‘Se pá’

Nesta seção, utilizaremos os elementos levantados sobre modalidade e condicionais na seção 2 para demonstrar que o ‘se pá’ pode ser tratado como uma oração condicional e que a interpretação como advérbio modal, similar a ‘talvez’, é derivada de deduções semânticas.

Pelos tópicos levantados na seção 3.2, sobre condicionais, podemos reescrever nosso exemplo (4a) como (25):

(25) Se pá, o João vai à festa;

◆(pá) \wedge (pá \rightarrow João vai à festa)_{BM(\blacklozenge(pá))}

Em prosa: é possível que, com relação a uma base epistêmica e uma fonte de ordenação, “pá” e isso implica estritamente em João vai à festa dentro da base modal de possivelmente pá.

⁹ O índice $BM(\blacklozenge(a luz do quarto do João estar acesa))$ afirma que nossa relação de implicação é limitada apenas dentro da base modal referente a $\blacklozenge(a luz do quarto do João estar acesa)$.

¹⁰ Usaremos o caractere \blacklozenge para simbolizar que estamos tratando de um modal de possibilidade epistêmico ao invés de escrevermos \diamond [BM De acordo com o que sabemos [FM dado uma fonte de ordenação [proposição]]] para esse e os próximos exemplos.

Sabemos que uma das formas de se interpretar (21) é como (22)¹¹:

(26) Talvez o João vai à festa

◆ O João vai à festa

Em prosa: é possível que, com relação a uma base epistêmica e uma fonte de ordenação, o João vai à festa.

Assim, nosso próximo passo é demonstrar que existe alguma relação dedutível que permita chegar de (25) a (26). Para isso, precisamos de outras sentenças condicionais que também possam ter uma interpretação como advérbio modal de possibilidade. Um exemplo de sentença que permite esse tipo de interpretação são *if-clauses* com o antecedente ‘se der’:

(27) Se der, eu vou à festa;

◆(der) \wedge (der \rightarrow eu vou à festa)_{BM(\blacklozenge(\text{dar para eu ir à festa}))}

Em prosa: é possível que, segundo uma base epistêmica e uma fonte de ordenação, “der” e “der” implica estritamente que eu vou à festa dentro da base modal de possivelmente dar para eu ir à festa.

O interesse por essa estrutura está no fato de que ‘se der’ claramente pede um argumento que não é pronunciado e que não é recuperável do contexto; no exemplo abaixo, marcamos esse complemento não expresso como COMP:

(27’) Se der (COMP), eu vou à festa;

◆(der(COMP)) \wedge (der(COMP) \rightarrow eu vou à festa)_{BM(\blacklozenge(\text{dar para eu ir à festa}))}

Em prosa: é possível que, segundo uma base epistêmica e uma fonte de ordenação, “dê para algo acontecer (COMP)” e “dê para algo acontecer (COMP)” implica estritamente que eu vou à festa dentro da base modal de possivelmente “dê para algo acontecer (COMP)”.

Ou seja, (27) é verdadeira, se, e somente se, ‘eu vou à festa’ é verdadeiro em todos os mundos acessíveis a partir do mundo em que

¹¹ A notação do modal de possibilidade (\blacklozenge) epistêmico como \blacklozenge permite que sejam omitidas tanto a base modal e a fonte de ordenação presentes em (14).

‘dê para algo acontecer (COMP)’ e ‘dê para algo acontecer (COMP)’ é possível. Porém, como já dito, (27) também pode ser interpretada como ‘talvez eu vá a festa’, isso ocorre devido ao fato de que, como a implicação estrita está limitada dentro da base modal de ‘ \blacklozenge (dar para eu ir à festa)’, podemos replicar todas as propriedades do conjunto de mundos que avalia ‘ \blacklozenge (dar para eu ir à festa)’ a condição na oração nuclear, como segue a demonstração:

(D1) Se $\text{der}(\text{COMP})$, eu vou à festa;
 $\blacklozenge(\text{der}(\text{COMP})) \wedge (\text{der}(\text{COMP}) \rightarrow \text{eu vou à festa})_{\text{BM}(\blacklozenge(\text{dar para eu ir à festa}))}$

Por *modus ponens*¹² temos que:

$$\frac{\begin{array}{c} \text{der}(\text{COMP}) \rightarrow \text{eu vou à festa} \\ \text{'der}(\text{COMP}) \text{ é verdadeiro} \end{array}}{\therefore \text{eu vou à festa}}$$

Porém, no exemplo, ‘ $\text{der}(\text{COMP})$ ’ exprime uma possibilidade logo, por transitividade, como ‘ $\text{der}(\text{COMP})$ ’ implica em ‘eu vou à festa’, se ‘ $\text{der}(\text{COMP})$ ’ é possível, então ‘eu vou à festa’ é possível:

$$\frac{\begin{array}{c} \text{der}(\text{COMP}) \rightarrow \text{eu vou à festa} \\ \blacklozenge(\text{der}(\text{COMP})) \end{array}}{\therefore \blacklozenge(\text{eu vou à festa})}$$

Q.E.D

Essa relação é replicável para qualquer tipo de propriedade aplicada na oração condicional. Tomemos um exemplo em que a condição é impossível:

(28) Uma criança que exprimiu mau comportamento recentemente chega para sua mãe e pergunta se ela pode ir à festa de seu colega de classe e a mãe responde:

Mãe: Se eu botar um ovo, você vai.

¹² *Modus ponendo ponens* ou *modus ponens* é uma regra de inferência lógica, segundo ela se *P* implica em *Q* e *P* é tido como verdadeiro, então *Q* é verdadeiro.

Como a condição é impossível, então a oração nuclear é impossível, o que faz com que ‘se eu botar um ovo, você vai’, seja interpretada como “você não vai à festa/é impossível que você vá à festa”. A demonstração é análoga à (D1):

(D2) Se eu botar um ovo, você vai à festa

◆(eu botar um ovo) \wedge (eu botar um ovo \rightarrow você vai à festa)_{BM(◆(eu botar um ovo))}

Por *modus ponens* temos que:

$$\begin{array}{c} \text{eu botar um ovo} \rightarrow \text{você vai à festa} \\ \text{‘eu botar um ovo’ é verdadeiro} \\ \hline \therefore \text{você vai à festa} \end{array}$$

Porém, no exemplo, ‘eu botar um ovo’ não é verdadeiro, mas sim é possível, logo, por transitividade, como ‘eu botar um ovo’ implica em ‘você vai à festa’, se ‘eu botar um ovo’ é possível, então ‘você vai à festa’ é possível:

$$\begin{array}{c} \text{eu botar um ovo} \rightarrow \text{você vai à festa} \\ \text{◆(eu botar um ovo)} \\ \hline \therefore \text{◆(você vai à festa)} \end{array}$$

Entretanto, em nosso contexto, ‘eu botar um ovo’ não é possível, logo, por transitividade, como ‘eu botar um ovo’ implica em ‘você vai à festa’, se ‘eu botar um ovo’ não é possível, então ‘você vai à festa’ também não é possível, como ‘você vai à festa’ é impossível, então ‘você não vai à festa’:

$$\begin{array}{c} \text{eu botar um ovo} \rightarrow \text{você vai à festa} \\ \neg \text{◆(eu botar um ovo)} \\ \hline \therefore \neg \text{◆(você vai à festa)} \\ \neg \text{◆(você vai à festa)} \Rightarrow \neg(\text{você vai à festa}) \end{array}$$

Q.E.D

Com essa demonstração, temos como representar como uma oração condicional pode ser interpretada como um modal de possibilidade, agora precisamos então demonstrar como o ‘se pá’ passa pelo mesmo processo de interpretação.

Como levantado na seção 1, o ‘pá’ em ‘se pá’ é do tipo <t>, ou seja, ele representa uma proposição, porém, diferente de (27), ‘pá’ não pede um complemento assim como ‘der’, ele é uma proposição completa, não requerendo argumentos externos, contudo, ‘pá’ ainda expressa uma indeterminação com relação ao antecedente como ocorre em (27).

Assim, mesmo que ‘pá’ seja equivalente a uma proposição, não é possível definir qual a proposição específica que está presente em (4a), da mesma forma que não podemos definir o complemento de ‘dar’ em (27), mas, podemos substituir ‘pá’ por qualquer proposição do tipo <t> contextualmente relevante, que exprima relação de causa com o consequente, mantendo a felicidade da construção. Qualquer proposição na condição que origine uma base modal em que a relação ‘p → o João vai à festa’ é respeitada é suficiente para que (4a) seja pragmaticamente feliz:

(29) Se o João conseguir uma carona, o João vai à festa

(30) Se tudo ocorrer bem, o João vai à festa

(31) Se eu botar um ovo, o João vai à festa

(32) Se meu galo piar, o João vai à festa

(33) ? Se o João pegar um lápis na mesa dele, ele vai à festa.

(34) ? Se o João comprar uma lâmpada, ele vai à festa.

Nos exemplos (29) e (30) há a possibilidade de João ir à festa uma vez que existe relação de causa entre o antecedente e o consequente, porém, nos exemplos (31) e (32), mesmo que não exista causa entre o antecedente e o consequente, as sentenças ainda são pragmaticamente felizes pois o antecedente é uma condição impossível, como corre em (28). Já nos exemplos (33) e (34) as sentenças são infelizes uma vez que

os antecedentes são possíveis, mas não existe nenhuma relação de causa entre eles e o consequente¹³.

Ou seja, existe um conjunto de proposições que pode assumir o valor de ‘pá’ validando a possibilidade da oração nuclear. Propomos aqui que o valor de ‘pá’ é equivalente a uma variável proposicional indefinida, ou seja, ele é equivalente a ‘existe uma proposição’ ($\exists(p)$), sendo interpretado como:

(25’) Se pá, o João vai à festa;

$\diamond(\exists(p)) \wedge (pá \rightarrow \text{João vai à festa})_{\text{BM}(\diamond(pá))}$

Em prosa: é possível que, com relação a uma base epistêmica e uma fonte de ordenação, que “pá” algo aconteça e “pá” algo acontecer implica em João vai à festa dentro da base modal de possivelmente “pá” algo acontecer.

De maneira que nossa demonstração (D1) possa ser replicada em ‘se pá, o João vai à festa’:

(D3) Se pá, o João vai à festa

$\diamond(\exists(p)) \wedge (p \rightarrow \text{João vai à festa})_{\text{BM}(\diamond(\exists(p)))}$

Porém, $\exists(p)$ implica em \diamond , podendo ser reescrito como:

$\diamond(\diamond(p)) \wedge (p \rightarrow \text{João vai à festa})_{\text{BM}(\diamond(\diamond(p)))}$

Todavia, $\diamond(\diamond(p))$ implica em $\diamond(p)$, assim:

$\diamond(p) \wedge (p \rightarrow \text{João vai à festa})_{\text{BM}(\diamond(p))}$

Por *modus ponens* temos que:

$p \rightarrow \text{João vai à festa}$

‘p’ é verdadeiro

$\therefore \text{João vai à festa}$

¹³ Não discordamos que possam existir contextos específicos em que possa haver relação de causa entre o antecedente e o consequente em (31) e (32), mas em condições “normais” a relação é pouco saliente.

Porém, ‘p’ não é verdadeiro, mas sim possível, logo, por transitividade, como ‘p’ implica em ‘o João vai à festa’, se ‘p’ é possível, então ‘o João vai à festa é possível’:

$$\frac{p \rightarrow \text{o João vai à festa} \quad \diamond(p)}{\therefore \diamond(\text{o João vai à festa})}$$

Q.E.D

Assim, chegando à proposta final de como ‘se pá’ em (3a) resulta na interpretação de possibilidade passando pela interpretação condicional.

A diferença entre a estrutura aqui proposta para o ‘se pá’ e a estrutura de uma condicional com uma condição definida como ‘se chover, o João ficará em casa’ é que em uma condicional com condição definida o valor de verdade da proposição da oração nuclear é verificável (ou ‘chover’ é verdadeiro ou ‘chover’ é falso):

(D4) Se chover, o João ficará em casa

$$\diamond(\text{chover}) \wedge (p \rightarrow \text{o João ficará em casa})_{\text{BM}(\diamond(\text{chover}))}$$

Se ‘chover’ for verdadeiro, então ‘João ficará em casa’ também é verdadeiro:

$$\frac{\text{chover} \rightarrow \text{o João ficará em casa} \quad \text{‘chover’ é verdadeiro}}{\therefore \text{o João ficará em casa}}$$

Se chover for falso:

$$\frac{\text{chover} \rightarrow \text{o João ficará em casa} \quad \text{‘chover’ é falso}}{\therefore \text{o João não ficará em casa.}}$$

Q.E.D

Já em uma condicional com condição indefinida, como condicionais com ‘se pá’, o valor de verdade da proposição da oração

nuclear não é verificável e sua interpretação é dada em função do modal de possibilidade, como já demonstrado em (D3). Simplificando um pouco as coisas, podemos pensar que o ‘pá’ em ‘se pá’ é como um “restritor vácuo”, ou seja, por não ter conteúdo ele não impõe uma restrição verificável.

Dessa forma, nossa proposta final parte do pressuposto que ‘pá’ é do tipo <t> considerando que ele é substituível por qualquer proposição contextualmente relevante que compartilhe o mesmo tipo semântico. Um contra-argumento para a nossa demonstração seria a existência de sentenças com ‘se pá’ em que não é possível substituir ‘pá’ por uma proposição, como em (35):

(35) Se pá(.) eu perdi meu relógio

(36) ? Se eu corri, eu perdi meu relógio

(37) ? Se eu acordei, eu perdi meu relógio

Todavia, é válido notar que as sentenças (36) e (37) não são agramaticais, mas pragmaticamente infelizes, o que está acontecendo é que não existe relação clara de causa entre o antecedente e o conseqüente da *if-clause* fazendo com que o enunciado por um todo seja infeliz. Entretanto, devemos notar que a interpretação de ‘talvez eu perdi/tenha perdido meu relógio’ ainda é a interpretação vigente, isso ocorre devido ao fato de que, como ‘pá’ é indefinido, não é necessário que o valor de ‘pá’ seja evidente, como demonstrado em (D3); saber que é possível que exista ao menos uma proposição que respeite a implicação estrita é suficiente para afirmar que o conseqüente é possível.

5 Conclusão

Mesmo que junto à sincronia da língua o ‘se pá’ esteja em um momento de transição entre uma estrutura composicional e um elemento unitário, ainda é possível identificar a estrutura composicional que origina a suposta forma gramaticalizada, fazendo com que a interpretação da estrutura seja ambígua entre uma oração condicional ou um modal de possibilidade, sinônimo ao advérbio ‘talvez’. Assim, acreditamos ter demonstrado ao longo do texto que a interpretação como modal de possibilidade nada mais é que uma interpretação possível, por meio de implicações lógicas, de uma sentença condicional em que a condição

não é explícita, mas possível, que transfere seu caráter de possibilidade para a sentença nuclear.

Para trabalhos futuros, acreditamos que uma análise para o uso de ‘pá’ junto a ‘pode’ (‘pode pá’) seria de grande valor para validação/teste da hipótese levantada neste artigo, uma vez que, assim como o ‘se pá’ exprime comportamento adverbial, o ‘pode pá’ também o faz, mas tendo interpretação sinônima a ‘certamente’ ao invés de ‘talvez’. Como ambas as estruturas exprimem comportamento adverbial, podemos, em princípio, supor que o ‘pá’ terá o mesmo comportamento.

Declaração de autoria

Isaac Souza de Miranda Junior, Conceptualização; Escrita – rascunho original e edição.

Renato Miguel Basso, Supervisão; Escrita – análise e edição.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo suporte financeiro – Código de Financiamento 88887.499210/2020-00.

Aos nossos colegas Yan Masetto Nicolai e Prof. Dr. Dirceu Cleber Conde pela leitura e comentários pertinentes para a versão final do texto.

Referências

AGOSTINI, T. D.; HIRATA VALE, F. B. M. *O estatuto categorial da construção ‘se pá’ no português do Brasil*. 2014. v.20. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em https://www.academia.edu/32438906/A_categoriza%C3%A7%C3%A3o_da_constru%C3%A7%C3%A3o_se_p%C3%A1_no_portugu%C3%AAs_do_Brasil. Acesso em: 06 jun. 2022.

CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2016.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BENNETT, J. A *Philosophical Guide to Conditionals*. Oxford: Clarendon Press, 2003.

BHATT, R.; PANCHEVA, R. Conditionals. In: EVERAERT, M.; van RIEMSDIJK, H. (orgs.). *The Blackwell Companion to Syntax*. Malden, MA, USA: Blackwell Pub. 2006, pp. 638-687.

FERREIRA, M. *Curso de semântica formal*. Language Science Press, 2019.

GANASIN, M. *A expressão se pá e sua gramaticalização no português brasileiro. No prelo*.

GIBBARD, A. Two Recent Theories of Conditionals. In: HARPER, W.L.; STALNAKER, R.; PEARCE, G. (orgs.). *IFS*. Ontario: The University of Western Ontario Series in Philosophy of Science, vol 15. Springer, 1980, pp. 211-247. https://doi.org/10.1007/978-94-009-9117-0_10

GRICE, P. *Studies in the Way of Words*. Harvard University Press, 1989.

HAEGEMAN, L. The movement derivation of conditional clauses. *Linguistic Inquiry*, v. 41, n. 4, p. 595-621, 2010. DOI: https://doi.org/10.1162/LING_a_00014

SAAB, A; CARRAZANA, F. *Dimensiones del significado: una introducción a la semântica formal*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Análisis Filosófico 2021. Disponível em: https://ling.auf.net/z/005205?fbclid=IwAR324T2vva__66rm223jEuc003lsviYqLYVrzKRdn7oPeB_o7JEQ1Hmr6yQ. Acesso em: 06 jun. 2022.

LEWIS, C; LANGFORD, C; LAMPRECHT, P. *Symbolic logic*. New York: Dover Publications, 1959.

KRATZER, A. The Notional Category of Modality. In: EIKMEYER, H. J.; RIESER, H. (orgs.). *Words, Worlds, and Contexts: New Approaches in Word Semantics*. Berlin, Boston: De Gruyter, 1981, pp. 38-74. <https://doi.org/10.1515/9783110842524-004>

KRATZER, A. Modality. In: von STECHOW, A.; WUNDERLICH, D. (orgs.). *Semantik: Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991a, pp 639–650.

KRATZER, A. Conditionals. In: von STECHOW, A.; WUNDERLICH, D. (orgs.). *Semantik: Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991b, pp 651–656.

KRATZER, A. *Modals and conditionals: New and revised perspectives*. Oxford University Press, 2012.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; SCARDUELLI, J. A. Explicando as diferenças semânticas entre TER QUE e DEVER: uma proposta em semântica de mundos possíveis. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 52, n. 1, 2009.

VON FINTEL, Kai; HEIM, Irene. *Intensional semantics*. Primavera de 2020. Notas de aula. Disponível em: <https://github.com/fintelkai/fintelheim-intensional-notes/blob/master/IntensionalSemantics.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2022.

VON FINTEL, Kai. *Restrictions on quantifier domains*. 1994. Tese (Doutorado) – Faculdade de Linguística, Universidade de Massachusetts Amherst, 1984.



As metáforas na construção dos sentidos: uma análise da fala de Weintraub na reunião ministerial do governo Bolsonaro (em 22/04/2020)

Metaphors in the Construction of Meanings: An Analysis of Weintraub's Speech at the Bolsonaro Government Ministerial Meeting (04/22/2020)

José Elderson de Souza-Santos

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo / Brasil

CAPES

eldersonsantos@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4295-5855>

Resumo: Este trabalho, situado na interface dos estudos textuais com a Linguística Cognitiva, volta-se à reunião ministerial do governo Bolsonaro (Brasil) ocorrida no dia 22 de abril de 2020, focalizando a fala do então ministro da Educação, Abraham Weintraub. O objetivo geral desta investigação é: analisar como as metáforas contribuem para a construção de sentidos da fala de Abraham Weintraub. Já os objetivos específicos são: a) identificar, classificar e mapear as metáforas emergentes e b) analisar a relação entre as metáforas emergentes e a construção argumentativa do texto. De modo a alcançar os objetivos estabelecidos, as metáforas constantes no texto analisado foram identificadas (Dienstbach, 2018), classificadas em metáforas convencionais, metáforas conceituais, metáforas situadas, novos desdobramentos metafóricos e nichos metafóricos (Lakoff; Johnson, 2002; Vereza, 2007; 2013), e foram também mapeadas (Kövecses, 2002). Entre as metáforas localizadas, destaca-se o aparecimento da metáfora: POLÍTICA É GUERRA/LUTA. Esta, quando contraposta à metáfora POLÍTICA É JOGO, dá origem ao desdobramento *política é jogo, mas deve ser guerra/luta*, posição central defendida pelo locutor. De modo a justificá-la, Weintraub destaca que a disputa que o grupo da reunião trava contra seus adversários está sendo perdida e estabelece alvos contra os quais devem atuar: Brasília e o Estado.

Palavras-chave: Cognição; metáfora; argumentação; discurso político; governo Bolsonaro.

Abstract: This work, located at the interface of textual studies with Cognitive Linguistics, focuses on the ministerial meeting of the Bolsonaro government (Brazil) that took place on April 22, 2020, focusing on the speech of the then Minister of Education, Abraham Weintraub. The general objective of this investigation is: to analyze how metaphors contribute to the construction of meanings in Abraham Weintraub's speech. The specific objectives are: a) to identify, classify and map the emerging metaphors and b) to analyze the relationship between the emerging metaphors and the argumentative construction of the text. In order to achieve the established objectives, the constant metaphors in the analyzed text were identified (Dienstbach, 2018), classified into conventional metaphors, conceptual metaphors, situated metaphors, new metaphorical developments and metaphorical niches (Lakoff; Johnson, 2002; Vereza, 2007; 2013), and also mapped (Kövecses, 2002). Among the localized metaphors, the emergence of the metaphor stands out: POLITICS IS WAR/FIGHT. This, when opposed to the metaphor POLITICS IS GAME, gives rise to the unfolding *policy is game, but it must be war/fight*, a central position defended by the speaker. In order to justify it, Weintraub highlights that the dispute that the group at the meeting is having against its adversaries is being lost and establishes targets against which they must act: Brasília and the Brazilian state.

Keywords: Cognition; metaphor; argumentation; political discourse; Bolsonaro government.

Recebido em 16 de dezembro de 2022.

Aceito em 28 de agosto de 2023.

1 Considerações iniciais

Este trabalho, que está situado na interface dos estudos textuais com a Linguística Cognitiva, volta-se à reunião ministerial do governo Bolsonaro¹ (Brasil) ocorrida no dia 22 de abril de 2020, focalizando a fala

¹ Bolsonaro foi eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) para governar a República Federativa do Brasil por 4 anos (de 2019 a 2022). Sua eleição teve como alguns pilares o conservadorismo, o nacionalismo, a militarização, os discursos de ódio (conforme definição apresenta em Brugger, 2007: machistas, homofóbicos, racistas e xenófobos), o antipetismo e a produção/compartilhamento de *fake news* (Rodrigues; Ferreira, 2020). Tal eleição pode ser analisada como a representação do avanço da extrema-direita no Brasil, a qual ganhava forças no mundo e conquistava cada vez mais espaço no território brasileiro.

do ministro da Educação, Abraham Weintraub (período como ministro: 04/2019 – 06/2020). Com foco em desenvolver a investigação e em apontar suas contribuições para a compreensão do discurso político e da argumentação em situação interacional, iremos nos servir do arcabouço teórico e analítico da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) (Lakoff; Johnson, 2002). Como base nesta teoria, questionamo-nos a respeito da fala analisada: como as metáforas emergentes contribuem para a construção de sentidos da fala de Weintraub?; a) quais são e como estão organizadas as metáforas emergentes no texto analisado? b) como as metáforas encontradas contribuem para a construção argumentativa do texto? Para responder a tais questões, nosso objetivo geral é: analisar como as metáforas contribuem para a construção de sentidos da fala de Abraham Weintraub. Já nossos objetivos específicos são: a) identificar, classificar e mapear as metáforas emergentes e b) analisar a relação entre as metáforas emergentes e a construção argumentativa do texto.

A gravação da referida reunião, que faz parte do inquérito (INQ 4831), teve seu sigilo retirado no dia 22 de maio de 2020 pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello (08/1989 – 10/2020), vindo a público juntamente com sua transcrição (utilizada como base para nossa investigação). Este material, conseqüentemente, constitui-se como dado autêntico, resultante de uma efetiva interação entre sujeitos, possibilitando lidar com ocorrências reais de metáforas (juntamente com aspectos pragmáticos, culturais e discursivos a elas relacionados)², e não somente com exemplos artificialmente criados, o que contribui para nos alinhar à perspectiva cognitiva-discursiva³ de investigação da metáfora, em que seu *locus* é o discurso (Vereza, 2010).

O estudo da metáfora conceptual é um marco nas Ciências Cognitivas, sobretudo na Linguística Cognitiva. Postulando a TMC

² Vereza (2016) explica que o trabalho com dados autênticos confere “[...] maior legitimidade às conclusões propostas do que no caso de exemplos ‘inventados’ (Gibbs, 1999).” (Vereza, 2016, p. 21).

³ Segundo Freitas (2019), esta perspectiva é norteadada pela compreensão de que: “o fenômeno metafórico é fruto de uma articulação entre língua, cognição e discurso, instância esta em que se dá a sua criação, organização, reestruturação e mesmo convencionalização. É no uso da língua, em situações discursivas as mais variadas, que a metaforicidade emerge, estando diretamente associada a contingências pragmáticas, sociais e culturais, bem como à multidimensionalidade da significação, as quais caracterizam o funcionamento da linguagem.” (Freitas, 2019, p. 40).

na obra *Metaphors we live by* (“Metáforas da vida cotidiana”), Lakoff & Johnson (2002) contribuem para reorientar a investigação de tal objeto, até então abordado principalmente como figura de linguagem, passando a concebê-lo como pertencente ao pensamento. Logo, esta concepção permite compreender a metáfora como não somente vinculada à linguagem literária ou a textos retóricos.⁴ Essa seria, nesse sentido, uma prática cotidiana resultante da interação entre linguagem e outros processos cognitivos⁵. Assim, não só falaríamos utilizando metáforas, mas também pensaríamos, o que implica dizer que todo nosso sistema conceptual possui base metafórica. As investigações que se seguiram com base nessa Teoria deixaram mais evidentes a relação entre o aspecto corporificado da cognição, como a abordagem de Grady (1997), e seu aspecto sociocultural, como a abordagem de Kövecses (2002; 2010).⁶

⁴ Soares da Silva & Leite (2015) apontam ao menos três pilares basilares à TMC. O primeiro deles é que metáforas e metonímias são naturalmente fenômenos cognitivos e não simplesmente poéticos e retóricos, estando presentes não só na linguagem erudita, mas também na linguagem cotidiana. Assim, “[...] pensamento, linguagem, comunicação e ação são intrínseca e fundamentalmente metafóricos” (Soares da Silva; Leite, 2015, p. 2). O segundo ponto diz respeito ao fato de as metáforas e as metonímias serem organizadas a partir a projeção de domínios conceptuais, “[...] ora de um domínio noutra distinto (metáfora), ora de um subdomínio noutra dentro de um mesmo domínio (metonímia).” (Soares da Silva; Leite, 2015, p. 2). E a terceira base da TMC consiste em conceber as metáforas e as metonímias como fundamentadas em nossas experiências, principalmente as corpóreas.

⁵ Resumidamente, neste artigo, “[...] a cognição é compreendida como um conjunto de processos por meio dos quais somos capazes de organizar o mundo em termos simbólicos e nele atuar de forma semioticamente variada, adquirindo, armazenando, construindo e modificando conhecimentos em meio a práticas sociais situadas e compartilhadas no decurso de nossas mais variadas *inter-ações*.” (Morato, 2017, p. 400, grifo da autora).

⁶ A discussão de Lakoff & Johnson (2002) é base para estudos diversos que os sucedem e, segundo Morato & Freitas (2017, p. 142-143), “A partir de orientações teórico-metodológicas que vão desde um cognitivismo mais clássico (Lakoff; Johnson, 1980; Lakoff, 1987; Lakoff; Turner, 1989), passando por abordagens de cunho experiencialista (Grady, 1997; Lakoff; Johnson, 1999), até perspectivas ancoradas em fatores socioculturais, pragmáticos e multimodais (Steen, 2011; Kövecses, 2005; Semino, 2008; Gibbs, 2011; Cameron, 2007; Charteris-Black, 2004; Vereza, 2010, 2013; Cameron; Deignan, 2006; Forceville, 2006, 2010), os estudos recentes compartilham a premissa de que a metáfora é fundamental ao conhecimento e à compreensão do mundo.”

Vereza (2010) avalia ser possível alocar os variados estudos voltados a esse objeto em três *loci*: o da linguagem, o do pensamento e o do discurso. No primeiro, vigora a posição de que a metáfora é um recurso retórico e poético, figurando somente em textos específicos. No segundo, situa-se a posição dos autores fundadores da TMC. A metáfora é, então, concebida como relevante para a explicação da cognição humana, permitindo-nos analisar como conhecemos, pensamos e atuamos no mundo.⁷ No terceiro, a metáfora é compreendida como um processo não só cognitivo, o qual, ao mesmo tempo, organiza e resulta de nossa cognição, mas também discursivo, sobre a qual implicam questões culturais, sócio-históricas, ideológicas, políticas, argumentativas e de organização textual, de modo geral. Neste *locus*, encontramos abordagens como a de Musolff (2004), Cameron & Deignan (2006), Vereza (2007; 2010; 2013), Dienstbach (2018) e Freitas (2019), às quais nos alinhamos.

Em consonância com esta terceira abordagem, salientamos, a seguir, algumas posições teóricas que orientam nossa investigação:

- (i) Se agimos e falamos metaforicamente, visto que nosso sistema conceptual possui base metafórica (Lakoff; Johnson, 2002), as metáforas estarão presentes e possuirão influência sobre os sentidos dos mais variados tipos de texto; aqui, especialmente, a fala de Abraham Weintraub. Tais metáforas, enquanto dados advindos de uma produção textual efetiva, podem ser identificadas, classificadas e mapeadas conforme orientam os estudos discutidos na seção de metodologia.
- (ii) No escopo da relação entre metáfora e discurso, compreendemos que a argumentação é parte importante e integrante do processo de formulação de sentidos (Amossy, 2007, 2011). Se a argumentação, assim como as metáforas, está, em maior ou menor

⁷ Lakoff & Johnson (2002) destacam que normalmente não temos consciência do nosso sistema conceptual e, assim, cotidianamente pensamos e agimos de forma mais ou menos automática. Tal realidade coloca os estudiosos da cognição frente à dificuldade de compreender efetivamente como é nosso sistema conceptual. Uma saída seria acessá-lo através da linguagem, tendo em vista ser a linguagem baseada no mesmo sistema conceptual, metaforicamente organizado, que mobilizamos ao pensar ou agir. É ainda na linguagem que as metáforas são por nós efetivamente explicitadas.

grau, presente em todos os textos, mostra-se coerente a projeção, já sustentada por estudiosos da área (Vereza, 2007; 2010; 2013), de que em dado momento essas duas se cruzem em prol da construção dos sentidos. Isto nos leva a conjecturar que a análise da relação entre metáfora e argumentação, na fala de Weintraub (que se trata de um texto político⁸), pode ser feita considerando o aparecimento de não somente metáforas convencionais e de suas bases conceptuais, mas também de outros fenômenos metafóricos que contribuem para que possamos nos debruçar mais atentamente sobre a relação entre metáforas e argumentação, como as metáforas situadas, os novos desdobramentos e os nichos metafóricos; pois estes, afirma Vereza (2016), tendem a possuir mais efeitos sobre e a serem mobilizadas em prol da construção argumentativa do texto, haja vista que seus manejos pressupõem utilização mais consciente⁹ pelo locutor.

- (iii) É relevante e necessário vincular os sentidos das metáforas estudadas à interação imediata entre locutor(es) / interlocutor(es) e a aspectos contextuais e discursivos mais amplos relacionados aos grupos sociais em que o(s) locutor(es) e seu(s) interlocutor(es) se insere(m).
- (iv) As metáforas possuem efeito sobre os sentidos de todo o texto, e não somente sobre raciocínios pontuais, contribuindo para os movimentos de construção/direcionamento dos sentidos em que o locutor investe no ato de manifestação do seu texto. A esse respeito, cabe destacar que falar da relação entre as metáforas e a construção argumentativa dos textos é considerar, ainda, que aquelas emergem ao lado de outros recursos, como gerenciamento do tópico, construção de objetos de discurso, mobilização intertextual, enquadramentos etc., constituindo a construção argumentativa dos textos. Estes recursos, embora quase não sejam aqui explorados,

⁸ Ao tratar da tomada de textos políticos, conforme o aqui analisado, como *corpus* para análises sobre metáforas, Musolff (2004) explica que “se nossas experiências e conceptualizações sociais são organizadas em termos de metáforas, a política, como parte do domínio social, também deve ser percebida e construída metaforicamente.” (Musolff, 2004, p. 2).

⁹ Embora a própria autora indique haver controvérsias a respeito do caráter mais ou menos consciente de metáforas novas; discussão sobre a qual não nos debruçaremos aqui.

também podem possuir expressiva influência sobre os sentidos da fala investigada.

Esta investigação contribui para desnudar os sentidos da fala de Weintraub, sua fundamentação, seu tom beligerante e seus alvos, utilizando-se, para tanto, de um conjunto de dispositivos analíticos que permitem apreender diferentes modos de manifestação do processo metafórico. Além disso, evidencia a consonância entre os modos do locutor compreender o mundo, agir sobre ele e construir sentidos através dos textos, o que contribui para explicar as bases e o funcionamento da ideologia vigente durante o governo Bolsonaro, como os ataques aos poderes da República (como o STF), à democracia, ao papel social do Estado, às medidas de cuidado coletivo de combate à Covid-19, bem como a atuação do ministro da Educação no governo, como sua atitude combativa assumida contra estudantes, pesquisadores, escolas e Instituições Federais de Ensino Superior, sua assunção de posicionamentos ideológicos alinhados ao neoliberalismo e à extrema-direita (Torres, 2020).

Este trabalho está organizado em quatro seções, para além das considerações iniciais e finais: As metáforas na construção argumentativa de textos; Sobre a política, o discurso político e o bolsonarismo; Questões metodológicas: como identificar, classificar e mapear metáforas?; e Resultados: metáforas e construção dos sentidos/argumentação.

2 As metáforas na construção argumentativa de textos

Vereza (2007) sustenta que até mesmo a metáfora quando estudada do ponto de vista do pensamento emerge na linguagem em uso, podendo ser melhor compreendida quando considerado seu contexto discursivo¹⁰. Esta asserção se dá na esteira de investigações como a de Cameron & Deignan (2006), que propõem que o estudo das metáforas ocorra de modo bidirecional (do pensamento para o discurso; do discurso para o pensamento), objetivando dar conta, sobretudo, de metáforas novas emergentes em textos para além dos literários. Diante dessa realidade, Vereza (2007) tanto discute sobre os novos desdobramentos de

¹⁰ Vereza (2007) esclarece que “a visão discursiva da metáfora pressupõe a metáfora conceptual, como importante ferramenta na construção de significados em determinados campos do discurso.” (Vereza, 2007, p. 491).

metáforas convencionais (aquelas já discutidas em autores como Lakoff & Johnson, 2002), quando propõe as noções de metáfora situada e nicho metafórico, fenômenos metafóricos que, quando estudados, permitiriam direcionar a lupa investigativa ao uso real das metáforas, tendo como foco o manejo argumentativo dessas (voltaremos a estas categorias na seção de metodologia).

Ao se debruçar especificamente sobre a noção de argumentação que embasa seu trabalho, Vereza (2007), citando Amossy, explica a existência de, ao menos, duas linhas gerais de abordagem desse fenômeno: a forte e a fraca. A primeira direciona seus estudos sobretudo a técnicas argumentativas cujos focos são a persuasão, tendo como autores mais representativos Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), pertencentes à Nova Retórica. A segunda, por sua vez, estaria mais alinhada aos estudos amossynianos, que promovem o diálogo entre abordagens vinculadas à Retórica (clássica e nova) e à Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Amossy (2007; 2011) concebe a argumentação não somente como uma utilização pontual (quando se tem um claro propósito de convencer), mas como subjacente a todo tipo de discurso (texto)¹¹, o que se pode denominar de dimensão argumentativa (Amossy, 2007; 2011), havendo, dentre esses, discursos (textos) em que a argumentação aparece de forma mais expressiva, denominados pela autora de intenção argumentativa (Amossy, 2007; 2011).

Amossy (2011) explica que realiza tal distinção pois: “[...] é preciso diferenciar entre a estratégia de persuasão programada e a tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiros(s).” (Amossy, 2011, p. 131). Nesse sentido, a dimensão argumentativa decorre da natureza dialógica do discurso (texto), o qual “[...] comporta como

¹¹ Cavalcante, Pinto & Brito (2018) sustentam ser preferível falar em textos e não em discursos de dimensão e intenção argumentativa, orientação que seguimos neste trabalho. Explicam as autoras: “[...] não compartilhamos a ideia de que a distinção entre dimensão argumentativa e visada argumentativa se dê apenas no âmbito das relações discursivas. Pleiteamos que esta é estabelecida também no âmbito das relações textuais. É principalmente pela organização composicional de um texto que se pode verificar se há uma estrutura sequencial dominante, tal como salienta Adam (2017), evidenciando a seleção e hierarquização de argumentos em direção a uma tese. Na verdade, somente quando o texto tem sequência argumentativa dominante é que se pode dizer que ele tem visada argumentativa. Por essa razão, sugerimos que seja preferível falar em texto, não em discurso, de visada e de dimensão argumentativa.” (p. 10).

qualidade intrínseca a capacidade de agir sobre o outro, de influenciá-lo.” (Amossy, 2007, p. 122). Isso significa dizer que: “[...] mesmo a fala que não ambiciona convencer busca ainda exercer alguma influência, orientando modos de ver e de pensar.” (Amossy, 2011, p. 129). A intenção argumentativa, por outro lado, aparece exatamente em discursos (textos) nos quais a argumentação se desenvolve de modo mais expressivo, em que o propósito de convencer o outro pode ser identificado mais claramente (como no discurso político).

Amossy (2011) explica ainda que: “quando há a intenção, o discurso escolhe uma ou mais modalidades argumentativas – uma estrutura de troca particular que permite o bom funcionamento da estratégia de persuasão.” (Amossy, 2011, p. 131). Isso significa dizer que, para Amossy (2011), mesmo os discursos (textos) de intenção argumentativa nem sempre têm seu funcionamento orientado em prol do estabelecimento de consensos, acordos; embora a argumentação pautada no dissenso seja costumeiramente excluída “[...] do debate democrático que, na opinião geral, deve ser racional, equilibrado e buscar o acordo.” (Amossy, 2017, p. 228). Assim, a autora propõe haver modalidades de argumentação diversas, como a demonstrativa, a negociada e a polêmica (Amossy, 2011). A respeito desta última, explica: “[...] é caracterizada por um confronto violento de teses antagônicas [sic], em que duas instâncias em total desacordo tentam superar a convicção da outra, ou de uma terceira que as ouve, atacando as teses contrárias.” (Amossy, 2011, p. 131-132).

Em nossa discussão, fundamentamo-nos em Amossy (2007; 2011) ao tratar de argumentação. Avaliamos, portanto, que a argumentação, antes de constituir uma atividade unicamente persuasiva, que estaria ligada à construção de sentidos pontuais no texto, constitui também uma atividade de construção dos sentidos globais; sendo a recíproca verdadeira: a construção dos sentidos são sempre, do mesmo modo, uma atividade argumentativa (não necessariamente de convencimento, mas de orientações de interpretações possíveis do dizer). Seguindo essa linha de raciocínio, consideramos que, em textos de intenção argumentativa, os recursos de construção textual mobilizados em prol da argumentação, como as metáforas, terão sempre, ao mesmo tempo, um efeito geral e um efeito específico quando os analisamos com foco nos sentidos construídos no texto. Ou seja, tais recursos, além de operarem em prol da construção

e sustentação de argumentos específicos, são fundamentais aos sentidos do texto como um todo.

3 Sobre a política, o discurso político e o bolsonarismo

Palumbo (2013), com base em Chilton, explica que é possível conceituar a política macro e a política micro. A primeira diz respeito à disputa entre indivíduos e/ou grupos por manter, tomar ou resistir ao poder. Nesta “[...] existem instituições políticas do Estado, nas quais há normas concernentes à constituição, aos códigos civis e criminais, a partir das quais os políticos estão engajados com o propósito de alcançar o poder dominante e nele se manter.” (Palumbo, 2013, p. 75). A segunda:

[...] pode ser considerada tanto cooperação – como ocorre nas práticas e nas instituições sociais que têm por objetivo resolver interesses de classes a respeito de dinheiro, de influência, de valores etc. – quanto disputa de dominação, conflitos de interesse entre grupos. Neste conceito de política, que pode ser entendido como política diária, incluem-se os discursos dos cidadãos em protestos, em apresentações de propostas cívicas e em outros tipos de manifestações e de reuniões. (Palumbo, 2013, p. 74).

Percebe-se, pois, que nossa análise incide sobre um texto cuja produção se deu no âmbito da micropolítica, mas partes da circulação, da interpretação e dos seus efeitos sobre as relações sociais se deram no âmbito da macro política.

Dentro da política, o discurso, conforme Palumbo (2013), ocupa papel de destaque, pois:

[...] é somente no e pelo discurso que se torna possível comandar, abrir espaços de discussão e de deliberação, legislar, desenvolver tratados e alianças, prometer, negociar, convencer e persuadir; atividades inerentes à instância política e, consecutivamente, à cidadã, visto que é também nas práticas discursivas que essas duas interagem. (Palumbo, 2013, p. 73).

Os discursos (textos), segundo Van Dijk (2015), permitem o exercício do poder, já que, através deles, pode-se controlar o outro, sua

mente, seus modelos de contexto¹² e suas ações, sem que seja necessário recorrer à imposição física (o que não é comumente bem-visto em uma democracia). É por isso que, na instância política, na qual o poder é explicitamente aquilo em torno do que giram as disputas, o discurso, que podemos denominar discurso político, ganha papel de destaque, sendo prática sobre a qual os agentes políticos investem recorrentemente a fim de manterem ou alcançarem o poder.

Conforme a fala do ministro-chefe da Casa Civil Braga Netto (02/2020 – 03/2021), a pauta da reunião aqui analisada seria o plano de retomada econômica, denominado programa Pró-Brasil. No desenvolver do evento, porém, diversas outras questões são apresentadas, as quais aparecem vinculadas, sobretudo, à postura e à função dos interlocutores dentro do governo. Cabe apontar, precisamente, o constante remanejamento de tópico discursivo promovido pelo ocupante do cargo da presidência da república, Jair Bolsonaro, tratando não sobre o plano em si, mas sobre questões políticas mais particulares que o plano em questão. Abraham Weintraub, por figurar como um dos ministros mais alinhados ao governo, segue a mesma postura, e não trata, em sua fala, sobre assuntos relacionados ao seu ministério, ou diretamente ao plano (conferir Apêndice A). O ministro da Educação é o 15º a se pronunciar, tendo a fala de determinados interlocutores influência sobre a sua (ver seção de análise).

Quanto ao contexto social de produção do texto investigado, é importante considerar que em abril de 2020 (mês e ano da reunião) o Brasil passava por seu segundo mês de enfrentamento efetivo à Covid-19, dentro da pandemia, visto que o primeiro caso oficial da doença no país fora registrado no final de fevereiro daquele ano. A Organização Mundial da Saúde (OMS) orientou que o combate à doença fosse pautado, sobretudo, em medidas de cuidados coletivos, que envolvem uso de máscara, higienização das mãos e de espaços e distanciamento social (muitas vezes rígido, envolvendo o fechamento de serviços

¹² Segundo Van Dijk (2015, p. 24): “esses modelos de contexto apresentam representações dos próprios participantes, de suas ações em curso e seus atos de fala, de seus objetivos e planos, do cenário (tempo, lugar, circunstâncias) ou de outras propriedades relativas ao contexto. Os modelos de contexto monitoram o discurso, dizendo aos usuários da língua que informações relevantes em seus modelos de evento devem ser expressas em seu discurso, e como esse discurso deve ser adaptado para as propriedades do contexto comunicativo (por exemplo, através do uso de expressões dêiticas, pressuposições sobre o conhecimento e papéis dos participantes, etc.)”.

públicos e privados). No entanto, conforme registram pesquisadores como Cavalcante (2021) e Bentes & Morato (2021), Bolsonaro e seus seguidores assumiram, frente à pandemia, postura negacionista, tratando as preocupações com as vidas ceifadas pelo vírus como “histeria”, a doença como uma “gripezinha”, promovendo remédios que supostamente ajudariam a tratar a doença, como a Hidroxicloroquina, mas que não possuíam comprovação científica a tal feito (Ferreira; Andricopulo, 2020), e executando assistência insuficiente do Governo Federal a estados e municípios (Abrucio *et al.*, 2020). As medidas de distanciamento social, promovidas por estados e municípios, foram avaliadas por Bolsonaro e seus seguidores como um cerceamento à liberdade, ao direito de ir e vir.

Bolsonaro, inclusive, chegou a criticar o fechamento temporário do comércio como tática de enfrentamento ao vírus, cogitando intervenção do Governo Federal a fim de derrubar as decisões a esse respeito tomadas por Governos Estaduais e Municipais. Em 15 de março, um mês e sete dias antes da reunião, manifestantes pró-governo foram à rua em apoio ao governo Bolsonaro, e sob o incentivo deste¹³, corroborando sua retórica negacionista, posicionando-se contra o Congresso e o STF. No dia 15 de abril de 2020, sete dias antes da reunião, o STF, por sua vez, reconheceu “competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19”¹⁴, o que garantia o direito de estados e municípios de, em prol do combate à pandemia e visando ao cuidado com a saúde coletiva, imporem medidas necessárias de isolamento, como o fechamento do comércio.

O governo Bolsonaro, em seu início, foi formado por 22 ministérios. No que concerne ao Ministério da Educação (MEC), do qual Abraham Weintraub era ministro à época da reunião ministerial em que consta a fala aqui analisada, foi inicialmente assumido por Ricardo Vélez Rodrigues (01/2019 – 04/2019). Após a saída de Vélez da função, Weintraub, economista, até então secretário-executivo da Casa Civil, componente do que se habituou denominar ala ideológica do governo Bolsonaro, assume o comando da pasta (04/2019 – 06/2020). A postura dele frente ao Ministério foi marcada, conforme Torres (2020), pelo corte de

¹³ Mais informações em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/politico-que-tem-medo-de-rua-nao-serve-para-ser-politico-diz-bolsonaro-sobre-dia-15.shtml>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

¹⁴ Informação disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

investimentos em educação, atitude combativa assumida contra estudantes, pesquisadores, escolas e Instituições Federais de Ensino Superior, assunção de posicionamentos alinhados ao neoliberalismo e à extrema-direita, busca por militarização das escolas, busca por privatização das universidades públicas e nomeação de reitores a universidades que não haviam sido democraticamente eleitos para tais cargos. Além disso, foram comuns nas manifestações públicas do então ministro, nas redes sociais, ou não, a produção/compartilhamento de *fake news* e a promoção de discursos de ódio (Brugger, 2007), especialmente tendo como alvo a esquerda e as minorias sociais (Tomás; Tomás; Andreatta, 2020).

Vê-se, pois, que a assunção de política enquanto guerra/luta/combate é constante no bolsonarismo, especialmente por parte do próprio Bolsonaro e de seus seguidores mais fiéis, como Weintraub. Essa posição repercute, recorrentemente, em uma retórica beligerante, a qual toma como armas recursos importantes ao avanço do populismo de direita (Rodrigues; Ferreira, 2020) pelo mundo na atualidade, como as já mencionadas *fake news* e os discursos de ódio. Outrossim, essa realidade, de assumir política enquanto guerra, repercute na prática cotidiana e na administração governamental, como mostra o dado divulgado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de que “Governo Bolsonaro mais que [dobrou] número de militares em cargos civis”¹⁵, com relação às administrações anteriores. Conforme observamos nas manifestações que compõem a reunião, essa retórica, com a pandemia, que agravou a já deteriorada governança do país por Bolsonaro, foi intensificada e moldada à situação social em questão, de modo a fazer parecer que as medidas de cuidados coletivos, além de restringirem direitos (como supostamente a liberdade), foram as responsáveis pela situação calamitosa pela qual passava o país, bem como teriam sido conspirativamente motivadas pela busca de atores sociais diversos em prejudicar o governo Bolsonaro.

4 Questões metodológicas: como identificar, classificar e mapear metáforas?

Amparamo-nos, neste artigo, no processo de identificação de metáforas proposto por Dienstbach (2018), o qual se baseia na

¹⁵ Informação disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

metaforicidade, ou seja, na “[...] possibilidade de reconhecimento de uma expressão metafórica como tal [...]” (Dienstbach, 2018, p. 287). O pesquisador, argumentando não haver um único modelo que dê conta sozinho e completamente da identificação e da análise da metaforicidade no discurso, discorre sobre onze métodos que auxiliam a identificação de metáforas: 1 - não convencionalidade, 2 - repetição, 3 - saturação, 4 - explicitação, 5 - marcação gráfica, 6 - acompanhamento adverbial, 7 - diretividade, 8 - classe gramatical, 9 - imagens e gestos, 10 – posição e 11 - marcação prosódica. São esses métodos, organizados e propostos pelo autor, aqueles que guiam nossa busca por metáforas no texto, visto que, quando projetados sobre a fala analisada, permitem sinalizar quais excertos e expressões possuem maior possibilidade de serem, de fato, metáforas; assim, direcionando a análise, permitindo a confirmação e o aprofundamento das possíveis metáforas enquanto tais e nos levando às etapas seguintes de análise, que consistem na classificação e na descrição do mapeamento das metáforas efetivamente encontradas.

Cabe destacar que o instrumento proposto por Dienstbach (2018) congrega métodos de identificação de metáforas que explicam (e servem a) a possibilidade de identificação e reconhecimento de metáforas tanto por falantes comuns, quanto por especialistas na análise de metáforas. Pontua o pesquisador: “a principal finalidade de um instrumento de análise de metaforicidade é auxiliar investigações que, em algum momento, se ocupam da natureza e do funcionamento da metáfora no discurso.” (Dienstbach, 2018, p. 301). Por isso, esse autor assume que investigações científicas em que há necessidade de identificação de metáforas, como a que aqui realizamos, poderiam se beneficiar do instrumento por ele desenvolvido. Isto porque o reconhecimento de metáforas, especialmente em análises científicas, envolve não somente a intuição dos falantes, mas também “[...] análises quantitativas e qualitativas da ocorrência de metáforas no discurso que sejam capazes de demonstrar (indiretamente) [...] a possibilidade desse reconhecimento” (Dienstbach, 2018, p. 288).

É importante registrar ainda que os métodos 5, 9 e 11 não foram por nós utilizados em nossa busca por ocorrências de metáforas. O método 5 - marcação gráfica foi desconsiderado visto que as ocorrências analisadas resultam de uma interação falada, que, embora tenha sido transcrita, não contém marcações gráficas significativas à análise (conferir Apêndice A). O método 9 - imagens e gestos não foi utilizado pois recorreremos, para análise, à transcrição das falas que compuseram a reunião, e não ao seu

formato em vídeo. O método 11 - marcação prosódica, conquanto seja típico do texto falado, esbarra em limitações instrumentais e técnicas¹⁶, conforme explicado por Dienstbach (2018), e, por esse motivo, também foi por nós desconsiderado.

A classificação das metáforas encontradas é realizada a partir de Lakoff & Johnson (2002) e Vereza (2007; 2013). Trabalhamos, assim, com cinco categorias de análise: as metáforas convencionais, as metáforas conceituais, as metáforas situadas, os novos desdobramentos metafóricos e os nichos metafóricos. Passemos a explicá-las.

As metáforas convencionais (que também podem ser denominadas como sistemáticas) são aquelas que, com a recorrência de uso, passaram a ser utilizadas de forma convencional no nosso dia a dia. Essas passaram a ser estudadas com maior afinco a partir da compreensão de que as metáforas fazem parte do pensamento humano, visto que contribuem significativamente para a organização de nosso sistema conceptual. Longe de serem um recurso unicamente poético e/ou retórico, estas estão presentes no cotidiano humano, estando estabilizadas tanto no nível do sistema linguístico, quanto nos usos culturalmente recorrentes. Por isso, as metáforas convencionais podem ser analisadas sem que suas presenças sejam identificadas em um texto; ou seja, fora da língua em uso, por meio de exemplos artificialmente criados para tal fim. São exemplos de metáforas convencionais: fulano é um mala; hoje estou pra baixo; a vida (não) é um conto de fadas; carrego muitos problemas nos ombros; hoje estou lento; estou de cabeça cheia. Avaliamos que os desdobramentos de tais metáforas, como veremos a seguir, quando emergidos na linguagem em uso, adquirindo sentidos próprios a dado texto, possuem o mesmo *status* das metáforas situadas (novas), já que são episódicos e criativos.

¹⁶ A respeito do método 11, Dienstbach (2018) tece as seguintes considerações: “A partir da análise acústica de corpora de produções orais de falantes de inglês e de francês, Cloiseau (2007) constata que padrões específicos de intensidade e de frequência fundamental de uma expressão metafórica – necessariamente, em um segmento de fala – também poderiam aumentar as chances do seu reconhecimento como tal. Uma maneira de verificarmos o funcionamento desse recurso poderia ser, por exemplo, através da análise acústica da oralização de poemas – tal como acontece com a canção brasileira Monte Castelo (Russo, 1989), cuja letra inclui estrofes do soneto clássico *Amor é um fogo que arde sem se ver* (Camões, 1953 [1595], p. 135). Em função das limitações práticas que incidem sobre a elaboração e apresentação deste instrumento, não encontramos uma maneira de exemplificar esse recurso.” (p. 300).

As metáforas convencionais, assim como ocorre com as metáforas situadas, possuem como base metáforas conceptuais. Estas são definidas e diferenciadas por Lakoff & Johnson (2002) como metáforas estruturais, orientacionais e ontológicas. A primeira manifestação consiste nas ocorrências em que “[...] um conceito é estruturado metaforicamente em termos de outro.” (Lakoff; Johnson, 2002, p. 59).¹⁷ A segunda manifestação, diferentemente, “[...] organiza todo um sistema de conceitos em relação a um outro.” (Lakoff; Johnson, 2002, p. 59). Estas, por sua vez, recorrentemente estão relacionadas à orientação espacial, como cima/baixo, dentro/fora, frente/atrás, possuindo, destarte, relação direta com nossa estrutura corpórea.¹⁸ Já as metáforas ontológicas se vinculam a nossa experiência com objetos físicos (inclusive nossos corpos), e dizem respeito a “[...] formas de conceber eventos, atividades, emoções, ideias etc. como entidades e substâncias.” (Lakoff; Johnson, 2002, p. 76).¹⁹ Estas possuem como extensão o fenômeno da personificação, que é tratado pelos autores como um processo geral que dá conta de explicar a projeção de características humanas sobre objetos ou conceitos abstratos.

Vereza (2013), ao discutir a relação entre metáforas e argumentação, aborda aquilo que define como metáfora situada. Estas correspondem a metáforas episódicas, locais, as quais, geralmente, advêm de metáforas conceptuais, que as subjazem (como ocorre nas metáforas convencionais). Assim, as metáforas novas seriam licenciadas por “[...] marcas ou evidências lingüísticas de estruturas cognitivas [...]” (Vereza, 2007, p. 491), as quais correspondem às metáforas conceptuais subjacentes. No entanto, a estudiosa explica que as metáforas novas redirecionam o centro da análise do sistema para o uso, passando a investigação a focar não somente no processamento cognitivo fundamental para a construção de metáforas (como se faz no estudo das metáforas convencionais), que, claro, está presente também nas metáforas situadas, mas também na inserção e nos efeitos dessas nos textos.

¹⁷ Aqui, exemplos de metáforas estruturais são ESTADOS SÃO LOCAIS; PALAVRAS SÃO ARMAS.

¹⁸ Aqui, exemplos de metáforas orientacionais são FELIZ É PRA CIMA, TRISTE É PRA BAIXO.

¹⁹ Aqui, exemplos de metáforas ontológicas são INFLAÇÃO É UMA ENTIDADE, IDEIAS SÃO RECURSOS.

A esse respeito, Vereza (2007) afirma que uma questão importante nesta perspectiva é a busca por compreender a organização e o funcionamento das metáforas criativas, em oposição às metáforas convencionais. Nesse sentido, os novos desdobramentos das metáforas convencionais, também discutidos pela autora, possuem o mesmo *status* das metáforas situadas. Sobre isso, a pesquisadora elucida que Lakoff & Johnson (2002) utilizam o termo desdobramentos ao explicar como tais metáforas novas (quer situadas, quer por desdobramentos) derivam ou de metáforas conceptuais, “[...] ou [de] construto cognitivo com mapeamentos convencionalizados.” (Vereza, 2007, p. 488). A autora exemplifica:

Assim, porque existiria, por exemplo, uma metáfora A VIDA É UMA VIAGEM e DIFICULDADE É PESO, eu posso criar uma expressão como “fulano é uma mala (já convencionalizada), mas sicrano é uma mochila de náilon”, por meio de desdobramentos (*entailments*) ou novos mapeamentos ou correspondências (Lakoff; Turner, 1989) entre os domínios fonte e alvo. (Vereza, 2007, p. 492, grifo da autora).

Diferentemente das metáforas convencionais, as metáforas situadas, segundo Vereza (2007; 2013), caracterizam-se por conduzir “[...] cognitiva e discursivamente, todo um desdobramento, ou mapeamento textual, *online*, episódico, construindo um determinado objeto de discurso (Mondada; Dubois, 2003), ou um ponto de vista, de uma maneira deliberada.” (Vereza, 2013, p. 6, grifo da autora).²⁰ É assim, pois, que elas atuam no cenário argumentativo. A estudiosa ressalta que tal fenômeno metafórico não é somente discursivo por estar presente no nível cognitivo do uso da linguagem, mas também por se situar claramente na convergência entre cognição e pragmática, projetando luz sobre este complexo entrelace.

Além das metáforas situadas, levaremos em consideração também a noção de nicho metafórico. Esta categoria possibilita explicar

²⁰ Aqui, um exemplo discutido por Vereza (2013) é *mulher mais velha é gorgonzola*, cuja base conceptual é *MULHER É COMIDA*. Cabe notar que, seguindo aquilo que é tradição nos estudos da metáfora, as metáforas situadas são sempre sinalizadas em letras minúsculas e em itálico (Cf. Vereza, 2013), como a ocorrência apresentada neste rodapé (*mulher mais velha é gorgonzola*), enquanto as metáforas conceptuais são sinalizadas em letras maiúsculas (Cf. Lakoff; Johnson, 2002), como a ocorrência também apresentada neste rodapé (*MULHER É COMIDA*).

a conjunção de expressões metafóricas diversas que origina/licencia uma ou mais metáforas situadas, bem como aquilo que Vereza (2007) define como argumento metafórico novo (que discutimos anteriormente enquanto novos desdobramentos). Tais expressões aparecem encadeadas ou entrelaçadas, dando ao texto uma orientação argumentativa e uma coesividade comunicacional. Como exemplo, ver os nichos metafóricos apresentados na seção de análise deste trabalho. É pertinente frisar que as expressões metafóricas, que consistem na expressa manifestação (linguística) das metáforas no texto (embasando as análises, as reflexões e as teorizações linguísticas), não devem ser confundidas com as categorias de metáforas apresentadas ao longo deste trabalho (metáforas convencionais, metáforas conceptuais, metáforas situadas, novos desdobramentos metafóricos e nichos metafóricos), as quais constituem construtos teóricos que visam à apreensão científica das distintas formas de manifestação da metáfora. Nesse sentido, explica Vereza (2010): “[...] as expressões metafóricas encontradas na linguagem são evidências de metáforas conceptuais que as licenciam.” (p. 206).

Acerca do mapeamento de metáforas, Kövecses (2002) explica que este permite apreender um conjunto de projeções entre um domínio-fonte (origem) e domínio-alvo (destino). Estes, geralmente, correspondem a conceitos mais abstratos, já aqueles, a conceitos mais concretos ou físicos. É assim, pois, que a metáfora O AMOR É UMA VIAGEM resulta da projeção das características de uma viagem (domínio-alvo), conceito relativamente mais concreto, sobre amor (domínio-fonte), relativamente mais abstrato. Nesse sentido, segundo o autor, dizer que um termo *a* é entendido em termos de *b* equivale a dizer que há sistemáticas correspondências entre a fonte e o alvo, o que é tecnicamente denominado de mapeamento. Logo, na presente investigação, descrevemos o mapeamento das metáforas encontradas, identificando os domínios que interagem nas suas constituições.

Em nossa análise, de modo a alcançar os objetivos propostos, inicialmente, conforme sistematizamos no quadro 1, identificamos, classificamos e mapeamos as metáforas presentes no texto investigado, seguindo as orientações analíticas discutidas nesta seção. Em seguida, conforme sistematizamos no quadro 2, apresentamos os desdobramentos metafóricos que decorrem das metáforas convencionais identificadas no momento inicial, descrevendo, ainda, a função argumentativa que esses ocupam no texto. Por fim, tratamos da relação entre as metáforas

emergentes, o texto em que se encontram, o gerenciamento feito pelo locutor sobre essas ao longo de sua fala, as situações comunicativas mais imediata e mais ampla das quais fazem parte e em que se insere o locutor e seus interlocutores, o que contribuiu para se observar destacadamente o papel das metáforas na construção dos sentidos.

5 Resultados: metáforas e construção dos sentidos/argumentação

A seguir, apresentamos o quadro 1, no qual se encontram sistematizadas a classificação e a descrição do mapeamento das metáforas identificadas na fala do locutor (cuja íntegra se encontra no Apêndice A).

Quadro 1 – Classificação e descrição do mapeamento das metáforas identificadas na fala de Weintraub

IDENTIFICAÇÃO		CLASSIFICAÇÃO	MAPEAMENTO
EXPRESSÕES QUE LICENCIAM	METÁFORA		
a luta pela liberdade perder a liberdade, perder esse país.	LIBERDADE É UM BEM VALIOSO	Metáfora convencional do tipo estrutural (o conceito de liberdade é estruturado em termos de bem valioso)	Domínio-fonte: Liberdade Domínio-alvo: Um bem valioso
Brasília. Isso daqui é um cancro de corrupção, de privilégio	CORRUPÇÃO É UM CÂNCER	Metáfora convencional do tipo estrutural (o conceito de corrupção é estruturado em termos de câncer)	Domínio-fonte: Corrupção Domínio-alvo: Câncer
A gente não tá sendo duro o bastante contra os privilégios, com o tamanho do Estado A gente veio aqui pra acabar com tudo isso, não pra manter essa estrutura.	O ESTADO É UMA ESTRUTURA	Metáfora convencional do tipo estrutural (o conceito de Estado é estruturado em termos de estrutura)	Domínio-fonte: O Estado Domínio-alvo: Uma estrutura

o tamanho do Estado teta	O ESTADO É UM ANIMAL	Metáfora convencional do tipo estrutural (o conceito de Estado é estruturado em termos de animal de grande tamanho e com teta – como um porco, uma vaca ou outros mamíferos)	Domínio-fonte: O Estado Domínio-alvo: Um animal
Eu vim aqui pra lutar. E eu luto e me ferro A gente tá conversando com quem a gente tinha que lutar A gente não tá sendo duro o bastante contra os privilégios, com o tamanho do Estado eu realmente tô aqui de peito aberto, como cês sabem disso, levo tiro... eu também tô levando bordoadas e tô correndo risco militando de peito aberto	POLÍTICA É GUERRA/LUTA	Metáforas convencional do tipo ontológica (trata-se de uma forma de conceber a atividade política a partir de nossas experiências com guerras/lutas)	Domínio-fonte: Política Domínio-alvo: Guerra/Luta
mais da metade aqui desse time tem o jogo que é jogado aqui eu não vim pra jogar o jogo	POLÍTICA É JOGO	Metáforas convencional do tipo ontológica (trata-se de uma forma de conceber a atividade política a partir de nossas experiências com jogos, especialmente aqueles jogados em equipes - times)	Domínio-fonte: Política Domínio-alvo: Jogo

embarcar junto	OBJETO É RECIPIENTE	Metáforas convencional do tipo ontológica (trata-se de uma forma de conceber um objeto enquanto recipiente a partir de nossas experiências; o ato de embarcar ou não em uma embarcação é estar dentro ou fora dela: estar dentro é preencher o recipiente embarcação, estar fora é esvaziar o recipiente embarcação)	Domínio-fonte: Objeto Domínio-alvo: Recipiente Esquema imagético: dentro-fora
embarcar junto ver a... a mais da metade aqui desse time chegar o que me trouxe até aqui ouvi muitos ministros que vi... chegaram, foram embora a gente chegou até aqui A gente veio aqui	RELACIONAMENTO É UMA VIAGEM	Metáforas convencional do tipo ontológica (trata-se de uma forma de conceber o evento/a atividade relacionamento a partir de nossas experiências com viagens, com início - em que se chega, meio e fim - em que se vai embora)	Domínio-fonte: Relacionamento Domínio-alvo: Uma viagem Esquema imagético: origem-percurso-meta
Eu tive o privilégio de ver a... a mais da metade aqui desse time chegar.	<i>O governo Bolsonaro é um time</i>	Metáfora situada Metáfora conceptual de base: POLÍTICA É JOGO	Domínio-fonte: O governo Bolsonaro Domínio-alvo: Um time
isso daqui é um palácio, existem intrigas palacianas	<i>O governo Bolsonaro é um palácio</i>	Metáfora situada Metáfora conceptual de base: O PODER É UMA ESTRUTURA.	Domínio-fonte: O governo Bolsonaro Domínio-alvo: Um palácio

Fonte: elaboração própria.

Como podemos observar no quadro 1, foram identificadas dez metáforas. Destas, quatro são metáforas estruturais, quatro são metáforas ontológicas e duas são metáforas situadas. Tais metáforas, se isoladas umas em relação às outras e do contexto em que emergem, não seriam suficientes para compreender como se desdobram os sentidos da fala em

questão, visto que, assim, ficariam de fora questões de natureza semântica, pragmática, interacional e contextual, fundamentais para compreensão da relação entre as metáforas e a construção dos sentidos.

Nesta fala, as metáforas estruturais são as bases para um conjunto de novos desdobramentos (ver quadro 2, em que estes se encontram sistematizados) fundamentais à construção dos sentidos do texto estudado, ou seja, à argumentação construída pelo locutor. Tal argumentação promove, nessa interação, a polêmica e o dissenso, já que, como vemos no texto, coloca sob questionamento o desempenho político do grupo e se situa contrariamente a outras manifestações de participantes daquele evento; ademais, Weintraub se posiciona competitivamente num ambiente de conflito de interesses sobre como agir, como desenvolver o plano do governo, como enfrentar adversários etc.

Quadro 2 – Novos desdobramentos metafóricos

METÁFORA(S)	DESDOBRAMENTO	FUNÇÃO ARGUMENTATIVA
POLÍTICA É GUERRA/ LUTA + POLÍTICA É JOGO	<i>política é jogo, mas deve ser guerra/luta</i>	Tese central. Defender que tipo de política deve ser praticada por ele e seu grupo
POLÍTICA É GUERRA/ LUTA + LIBERDADE É UM BEM VALIOSO	<i>a busca por liberdade é uma luta que está sendo perdida</i>	Evidenciar que a luta pela liberdade está sendo perdida, portanto, é necessário intensificar essa luta para evitar tal perda.
CORRUPÇÃO É UM CÂNCER	<i>Brasília é um câncer de corrupção</i>	Apresentar mais um alvo a ser combatido, o que reforça a postura bélica do locutor. A corrupção é concebida como um aspecto constitutivo de Brasília, o qual se dissemina de modo descontrolado e doentio.
O ESTADO É UMA ESTRUTURA / O ESTADO É UM ANIMAL + OBJETO É RECIPIENTE	<i>o Estado, enquanto estrutura volumosa ou animal de grande porte, é um recipiente preenchido por privilégios</i>	Apresentar mais um alvo a ser combatido, reforçando a necessidade de vivenciar política enquanto guerra/luta. O Estado, aqui, é apresentado como inimigo disforme, obeso, volumoso (um grande inimigo), contra o qual o locutor e seus interlocutores devem agir de forma dura.

Fonte: elaboração própria.

Inicialmente, a posição central do texto de Weintraub, que consiste na defesa de uma política mais combativa, bélica, agressiva,

reagente, por parte dele e de seus interlocutores, é constituída a partir do contraste das duas metáforas sobre política (POLÍTICA É GUERRA/LUTA e POLÍTICA É JOGO). Para tanto, o locutor contrapõe tais metáforas, o que gera um desdobramento, de modo a defender que tipo de política deve ser praticada por ele e por seu grupo. Tal contraposição e tal desdobramento se evidenciam no excerto 4. Nele, como destacamos a seguir, aparecem um conjunto de asserções relacionados ao domínio-alvo: Guerra/Luta (comuns também no esporte), que materializam a proposição do locutor em conceber política não como jogo, mas sim como guerra/luta. Tem-se, portanto, um nicho metafórico, o qual decorre do desdobramento (*política é jogo, mas deve ser guerra/luta*) gerado pelo contraste das duas metáforas elencadas:

(1) Excerto 4, constante no Apêndice A

Eu percebo que tem, assim, tem o jogo que é jogado aqui, mas eu não vim pra jogar o jogo. **Eu vim aqui pra lutar. E eu luto e me ferro.** Eu tô com um monte de processo aqui no comitê de ética da presidência. Eu sou o único que levou processo aqui. Isso é um absurdo o que tá acontecendo aqui no Brasil. **A gente tá conversando com quem a gente tinha que lutar. A gente não tá sendo duro o bastante** contra os privilégios, com o tamanho do Estado e é o... eu realmente **tô aqui de peito aberto**, como cês sabem disso, **levo tiro...**

Este nicho metafórico, junto a um outro conjunto de asserções (ver excertos 1, 2, 5, 6, 7 e 9), metáforas (como: LIBERDADE É UM BEM VALIOSO e CORRUPÇÃO É UM CÂNCER) e seus desdobramentos, contribui para a construção da imagem de Weintraub como lutador, aguerrido, austero, libertador, patriota e que coloca os interesses coletivos frente aos interesses particulares. Esta argumentação, que investe na valorização da imagem daquele que discursa (ou seja, na construção de um *ethos*), é importante pois busca colocar o locutor em posição de respaldo diante de seus interlocutores. No texto em questão, Weintraub se vangloria, pois, mesmo diante das adversidades, da luta que está sendo perdida e dos efeitos de tal luta sobre si, continua de “peito aberto”, lutando em prol dos ideais do grupo, sem deixar seus interesses particulares prevalecerem, o que o possibilita ser compreendido, inclusive, como um exemplo a ser seguido pelos demais.

Como indicamos, quando contrastadas, as metáforas sobre política dão origem ao seguinte desdobramento: *política é jogo, mas deve ser guerra/luta*. Uma das justificativas a tal guerra/luta é o fato de

se conceber que LIBERDADE É UM BEM VALIOSO; no contexto em questão, a luta já travada por esse bem estaria sendo perdida, logo, estaria reforçada a necessidade de se lutar pela liberdade. Tem-se, aqui, um novo desdobramento: *a busca por liberdade é uma luta que está sendo perdida*, que alicerça este raciocínio: a luta pela liberdade está sendo perdida, portanto, é necessário intensificar tal luta, para evitar tal perda. Esse desdobramento ocorre a partir da interação entre as metáforas POLÍTICA É GUERRA/LUTA e LIBERDADE É UM BEM VALIOSO, sendo a base para duas asserções presentes nos excertos 2 e 9, as quais materializam tal desdobramento. São elas: “A gente tá **perdendo a luta pela liberdade**”; “E a gente pode sim **perder a liberdade**, perder esse país.”.

Além disso, ao evocar a metáfora CORRUPÇÃO É UM CÂNCER, que se desdobra em *Brasília é um câncer de corrupção* (desdobramento este que trata a corrupção como um aspecto constitutivo de Brasília, o qual se dissemina de modo descontrolado e doentio), Weintraub apresenta mais um alvo a ser combatido, o que reforça sua postura bélica. Este desdobramento faz parte de um processo no qual o locutor se engaja na construção do referente²¹ Brasília (destacando características negativas deste), que, além de “cancro de corrupção, de privilégio” (excerto 1), é uma “porcaria” (excerto 1), “muito pior do que eu podia imaginar” (excerto 1), local em que as pessoas “perdem a percepção, a empatia, a relação com o povo” (excerto 1). Esse processo pode ser avaliado como tendo importante efeito argumentativo, já que se trata de um movimento por meio do qual o locutor mobiliza:

“[...] dentre os conhecimentos culturalmente pressupostos como partilhados, [...] *características ou traços do referente que devem levar o interlocutor a construir dele determinada imagem*, isto é, a vê-lo sob um determinado prisma, o que lhe permite extrair do texto informações importantes sobre opiniões, crenças e atitudes do seu produtor, de modo a auxiliá-lo na construção do sentido [...]”. (Koch, 2019a, p. 35-36, grifo nosso).

²¹ Num processo no qual “O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, realizando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido. (Koch, 2019a, p. 34-35).

Tendo em vista o fato de estarmos analisando um texto político, avaliamos que Brasília, aqui, representa não a cidade em si, mas a política e os poderes da República ali instalados, como o STF, o qual, inclusive, é mencionado por Weintraub. Isso porque, tal cidade, na condição de capital do país, é o centro da política e do poder. Atacar Brasília, portanto, é atacar também a própria política e os poderes que constituem a democracia, como o STF, conforme explicitamente defende Weintraub: “Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF.” (excerto 3). Logo, ao ser passível de desenvolver um câncer, a política é concebida como organismo vivo, concepção que tem em sua base a metáfora **POLÍTICA É UM ORGANISMO VIVO**, e o câncer-corrupção-Brasília, ao ser postulado como mais um alvo a ser combatido, é apresentado como um inimigo, concepção que tem em sua base a metáfora **DOENÇA É INIMIGO**. De tal modo, haveria, nesse caso, uma sobreposição dos seguintes mapeamentos: **POLÍTICA É UM ORGANISMO VIVO**, **CORRUPÇÃO É UM CÂNCER**, **DOENÇA É INIMIGO** e **POLÍTICA É GUERRA**, a qual contribui para a sustentação da posição do locutor de que Brasília, o câncer de corrupção que aflige o organismo político brasileiro, é um dos alvos a ser combatido na guerra política.

Cabe destacar que Weintraub, ao evocar a corrupção para construção das metáforas apontadas nos parágrafos anteriores, opera sobre uma prática julgada de modo negativo pela sociedade, e cujo combate, embora não efetivado pelo governo Bolsonaro, foi por este elencado como uma de suas bandeiras políticas ao longo da campanha à presidência. Logo, é possível avaliar que colocar a corrupção como uma prática/condição doentia a ser violentamente combatida (como deve ser um câncer) tende a fortalecer a argumentação do locutor perante seus interlocutores, reforçando o ponto de vista de Weintraub em encarar política enquanto guerra/luta e em combater Brasília, já que se trata de uma posição que, em tese, seria consensual/comum àqueles que compõem a reunião.

As metáforas **O ESTADO É UMA ESTRUTURA / O ESTADO É UM ANIMAL** também apresentam mais um alvo a ser combatido, o Estado, reforçando a necessidade de se vivenciar política enquanto guerra/luta. Esse é apresentado como inimigo disforme, obeso, volumoso (um grande inimigo), contra o qual o locutor e seus interlocutores devem agir de forma dura. Vê-se, pois, a partir da fala de Weintraub, que parte das expressões que licenciam estas metáforas também licencia a metáfora **OBJETO É RECIPIENTE**. Assim é que se constrói o desdobramento

de que *o Estado, enquanto estrutura volumosa ou animal de grande porte, é um recipiente preenchido por privilégios* (são apontados como privilégios pelo locutor: a corrupção – excerto 1; os povos – excerto 5; e teta – excerto 6). Tais privilégios (que, em síntese, representam a assitência do Estado à população, de modo geral, e às minorias sociais, de modo específico) são conceptualizados por Weintraub como negativos, portanto, reforça-se o argumento de que a estrutura que eles compõem, o Estado (democrático e com função social), deve ser destruída.

A metáfora RELACIONAMENTO É UMA VIAGEM também emerge no texto, havendo licenciamentos seus nos excertos 1, 2, 4 e 6. A sua função é, sobretudo, estar recorrentemente reativando na memória dos interlocutores a meta coletiva que levaria a esta viagem: “A gente veio aqui pra acabar com tudo isso, não pra manter essa estrutura.” (excerto 6). Trata-se de uma viagem na qual todos estão no mesmo barco (diz Weintraub: “o que me fez, naquele momento, embarcar junto” – excerto 1). Logo, ao evocar esta metáfora, o locutor busca reforçar em seus interlocutores uma postura política mais (coletivamente) bélica, especialmente contra o Estado, já que tal postura faria parte dos objetivos, mesmo que implícitos, do grupo, e que, tal como no deslocamento de uma embarcação, é uma tarefa de toda a tripulação que está nela.

A metáfora situada *O governo Bolsonaro é um time* abre mais um nicho metafórico. Este nicho estabelece um cenário de competição dentro do qual se daria a atuação do time: a disputa, além dos competidores, que seriam o governo e seus alvos, possuiria também uma torcida, que cumpriria a função de gritar/reivindicar seus interesses. Destacamos, a seguir, as asserções que materializam o cenário de competição referido. Estas estão relacionadas ao domínio-alvo: Jogo, o qual pertence à metáfora conceptual de base da metáfora situada analisada (POLÍTICA É JOGO). Vejamos:

(2) Excerto 2, constante no Apêndice A

Eu tive o privilégio de ver a... a mais da metade aqui desse **time chegar**. Eu fui secretário-executivo do ministro Onyx. Eu acho que **a gente tá perdendo** um pouco desse **espírito**. **A gente tá perdendo** a luta pela liberdade. É isso que **o povo tá gritando**. Não **tá gritando** pra ter mais Estado, pra ter mais projetos, pra ter mais... **o povo tá gritando** por liberdade, ponto. Eu acho que **é isso que a gente tá perdendo, tá perdendo mesmo**. A ge... **o povo tá querendo ver o que me trouxe até aqui**.

Considerando o desdobramento analisado nos parágrafos anteriores (*política é jogo, mas deve ser guerra/luta*), o time do governo estaria mais propenso à batalha, do que ao jogo em si. Logo, o próprio ato de jogar o jogo, o que demonstra que o time não teria conseguido impor aos rivais e materializar seu desejo de guerra/luta, evidenciaria que o time estaria perdendo a disputa que trava. Além disso, é importante salientar que “o povo”, que no cenário construído cumpre a função de torcida (que reivindica), grita por aquilo que também defende Weintraub ao longo de sua argumentação, o que consiste em um importante movimento argumentativo. Isto porque o locutor apresenta as pautas que defende como sendo de interesse coletivo/comum, de todo “o povo”, buscando evitar que essas sejam contrariadas pelos interlocutores (que, enquanto políticos e administradores públicos, estariam subordinados aos anseios da população).

Por fim, comendo afirmações feitas pelo locutor que apontam os motivos pelos quais a luta travada está sendo perdida (são elas: “muitos ministros que vi... chegaram, foram embora” – excerto 4; “tem muita gente com agenda própria” – excerto 4), tem-se a metáfora situada *O governo Bolsonaro é um palácio*. Tal metáfora evidencia a equivalência entre a organização do governo Bolsonaro, cuja sede oficial é denominada Palácio do Planalto, e a organização de um palácio, em que há a postura de um rei (entidade de poder máximo, venerada, superestimada) ou outras entidades de elevado poder, que constituem a nobreza/realeza, sua corte, servos e súditos. Em nossa cultura, é comum, além disso, que se retrate, a exemplo da literatura e do cinema, disputas de poder daqueles que estão abaixo do rei por benefícios, cargos, bens, interesses particulares e até mesmo pela coroa, bem como por outros símbolos de superioridade, o que seria condizente com “intrigas palacianas”. Tais disputas podem enfraquecer a nobreza/realeza. Logo, é possível compreender que essa metáfora representa a posição de Bolsonaro frente aos ministros e também as disputas entre eles por poder, as quais prejudicam o desempenho da equipe. Tal metáfora, assim como a metáfora situada anterior (*O governo Bolsonaro é um time*), contribui para construir o referente “governo Bolsonaro”.

Avaliamos que um fator importante que pode ter impactos sobre a relação entre metáfora e argumentação no texto em questão é a modalidade de uso da língua na qual esse foi produzido, ou seja, o fato de sua produção se dar como texto falado. Este, conforme Koch (2019b),

possui “dialogicidade” mais detectável/saliente, frente ao texto escrito, haja vista que na escrita:

[...] a coprodução se resume à consideração do outro para o qual se escreve, não havendo participação direta e ativa deste na elaboração linguística do texto, em função do distanciamento entre escrito e leitor. [...] No texto falado, por estarem os interlocutores copresentes, ocorre uma interlocução ativa, que implica um processo de coautoria refletido na materialidade linguística por marcas de produção verbal conjunta. (Koch, 2019b, p. 40).

Sob tal perspectiva, consideramos ser possível pensar a influência do contexto mais imediato de interação, dentro do qual elementos contextuais mais amplos também aparecem, sobre as metáforas emergentes na fala de Weintraub e sobre a relação dessas e a argumentação construída pelo locutor. Nesse sentido, tópicos e metáforas anteriormente mencionados na fala de outros, presentes na reunião, são retomados na fala do locutor aqui analisada, bem como ele assume posturas semelhantes à de alguns interlocutores que parecem estar a si mais alinhados. Vê-se, pois, que as metáforas emergentes na fala de Weintraub, bem como a argumentação que o locutor desenvolve junto a elas, possuem clara influência das falas anteriores.

Inicialmente, é possível analisar que o tom beligerante, dentro do qual emerge a metáfora *POLÍTICA É GUERRA/LUTA*, e que é reforçado pelas expressões que a licenciam e por seus desdobramentos, já estava presente nas manifestações de Salles²², Bolsonaro, Guimarães²³ e Damares²⁴. Tópicos como corrupção, tamanho/presença do Estado, liberdade e povos, os quais emergem sob a ótica do bolsonarismo e aparecem em asserções que licenciam as metáforas *LIBERDADE É UM BEM VALIOSO*, *CORRUPÇÃO É UM CÂNCER*, *O ESTADO É UMA ESTRUTURA / O ESTADO É UM ANIMAL*, bem como em seus desdobramentos, também já haviam aparecido nas falas de Guedes²⁵, Marinho²⁶, Salles, Bolsonaro, Araújo²⁷ e Damares.

²² Ministro do Meio Ambiente. Período: 01/2019 – 06/2021.

²³ Presidente da Caixa Econômica Federal. Período: a partir de 01/2019 – 06/2022.

²⁴ Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Período: 01/2019 – 03/2022.

²⁵ Ministro da Economia. Período: a partir de 01/2019 – 12/2022.

²⁶ Ministro do Desenvolvimento Regional do Brasil. Período: 02/2020 – 03/2022.

²⁷ Ministro das Relações Exteriores. Período: 01/2019 – 03/2021.

O ministro da Educação, na construção de seu *ethos* como lutador, aguerrido, austero, libertador, patriota e que coloca os interesses coletivos frente aos interesses particulares, alinha-se ao *ethos* também construído ao longo da reunião por Guedes²⁸ e Bolsonaro²⁹. Além disso, com as metáforas RELACIONAMENTO É UMA VIAGEM e OBJETO É RECIPIENTE, o locutor se aproxima de metáforas também mobilizadas por Bolsonaro e Teich³⁰, que conceberam governo enquanto barco. Por fim, cabe destacar que a posição defendida por Weintraub, de assumir uma política beligerante, mostra-se expressamente contrária à de interlocutores como Netto e Marinho, que propõem maior investimento do Estado em prol da recuperação do país no pós-pandemia (o que poderia ser um exemplo das disputas palacianas existentes dentro do governo). Isso evidencia a polêmica e o dissenso promovido pela fala de Weintraub, haja vista não somente seu tom beligerante, mas também seu caráter competitivo em relação a outros presentes na reunião.

Avaliamos, a partir da análise aqui realizada, que a fala de Weintraub constitui um texto que possui não somente dimensão argumentativa, mas também intenção argumentativa, nos termos de Amossy (2007; 2011). Esse locutor, ao se manifestar, busca claramente o convencimento de seus pares, embora isso não signifique dizer, como investigamos, que pautar sua fala na busca pelo consenso. Quanto ao papel das metáforas nesta fala, ancorados na discussão que faz Vereza (2007) sobre a atuação das metáforas na construção argumentativa, fica evidente que essas contribuem significativamente para a construção dos sentidos globais que o texto alcança, inclusive colaborando para seu desenvolvimento polêmico, já que são primordiais/basilares ao tom beligerante assumido. As metáforas, também, são fundamentais

²⁸ Como exemplo, diz Guedes: “Ô presidente, esses valores e esses princípios e o alerta aí do Weintraub é válido também, como seu... sua evocação é que realmente nós estamos todos aqui por esses valores. Nós estamos aqui por esses valores. Nós não podemos nos esquecer disso. Nós podemos conversar com todo mundo aqui, porque é o *establishment*, é porque nós precisamos dele pra aprovar coisa, mas nós sabemos que nós somos diferentes. Nós temos noção que nós somos diferentes deles.” (p. 59, itálico do autor).

²⁹ Como exemplo, diz Bolsonaro: “Acordem para a política e se exponham, afinal de contas o governo é um só. E se eu cair, cai todo mundo. Agora vamos ca... se tiver que cair um dia, vamos cair lutando, uma bandeira justa. Não por uma babaquice de... de... de exame a... antivírus, pô. Pelo amor de Deus, pô.” (p. 24).

³⁰ Ministro da Saúde. Período: 04/2020 – 05/2020.

para raciocínios pontuais sobre os quais se pauta a argumentação do locutor. Esta realidade coloca em destaque a relação entre as metáforas, a dimensão e intenção argumentativas presentes nesse texto.

Finalmente, cabe destacar a relação entre as metáforas emergentes na fala do locutor, sua argumentação e o contexto mais amplo de sua manifestação. A partir das discussões já traçadas, conclui-se que as metáforas (bem como outros aspectos importantes à construção do texto, como as afirmações, os tópicos e as construções referenciais) surgem dentro da ótica política do bolsonarismo, e, além disso, servem para reforçar e refirmar tal ótica. As posições de Weintraub se colocam claramente alinhadas a características do bolsonarismo, como o neoliberalismo econômico e o conservadorismo sociocultural. Além disso, a pandemia da Covid-19, o fato de esta ter se originado na China, e, por conta dela, terem sido implementadas medidas de cuidado coletivo por governadores e prefeitos (as quais foram reconhecidas como legítimas pelo STF), como o isolamento e o distanciamento social (que restringiam a circulação e a aglomeração de pessoas), necessárias frente ao descaso do Governo Federal, mostram-se aspectos influentes sobre o significado atribuído pelo locutor à liberdade e aos desdobramentos metafóricos constituídos a partir das metáforas *POLÍTICA É GUERRA/LUTA* e *LIBERDADE É UM BEM VALIOSO*. Isso ocorre porque, em tal situação, a necessidade de luta foi direcionada à manutenção da liberdade individual, que supostamente teria sido talhada com as medidas de cuidado coletivo.

6 Considerações finais

Elencamos aqueles que avaliamos serem os principais achados de nossa investigação:

1) Foram identificadas, na análise do texto em questão, conforme sistematizamos nas figuras 1 e 2: metáforas convencionais, metáforas convencionais que adquirem novos desdobramentos, metáforas situadas e pequenos nichos metafóricos. Tal realidade evidencia a criatividade desse processo cognitivo e aponta para a possibilidade de o estudo discursivo da metáfora ter efeitos sobre a ampliação das categorias utilizadas para analisá-la, expandindo o leque de estudos da área, assim como fizeram anteriormente as investigações cognitivas, com Lakoff & Johnson (2002).

2) Os dados mostram que a fala de Weintraub está fundamentada na proposição de vivenciar política enquanto guerra/luta, e não

propriamente como jogo, o que reforça o tom beligerante de sua manifestação. Essa, que pode ser concebida como sua tese central, consiste num desdobramento formulado a partir da contraposição de duas metáforas: POLÍTICA É GUERRA/LUTA e POLÍTICA É JOGO. De modo a justificar sua posição, o locutor, além de destacar que a disputa que o grupo da reunião trava contra seus adversários está sendo perdida (especialmente a luta pela liberdade), estabelece alvos contra os quais ele e seus interlocutores devem atuar: Brasília (a política e certos poderes da República ali instalados, como o STF) e o Estado (seu caráter democrático e sua função social). Verificou-se, ainda, que recorrentemente, conforme mostramos na figura 2, a interação entre metáforas dá origem a novos desdobramentos metafóricos, cujos sentidos emergem na fala em questão (e não *a priori*), em prol da argumentação traçada pelo locutor. Ademais, cabe destacar que Weintraub investe na construção do *ethos* de lutador, aguerrido, austero, libertador, patriota, que coloca os interesses coletivos frente aos interesses particulares. Este *ethos*, além de promover a imagem do locutor diante de seus interlocutores, dando-lhe respaldo, alinha-o à imagem também projetada por Guedes e Bolsonaro na mesma reunião.

3) Foi possível analisar também que a modalidade linguística na qual as metáforas se encontram possuem influência sobre os seus aparecimentos. Aqui, as metáforas analisadas estão presentes na fala, o que favorece que tenham seus sentidos ampliados, conectados e reconstruídos, em conformidade com as características *online* do texto falado (seu processamento em concomitância a sua manifestação), desfavorecendo, portanto, o surgimento de metáforas estáticas, como ocorre ao se trabalhar com exemplos produzidos para tal fim. Outrossim, o texto falado favorece a apreensão da “dialogicidade”, tendo em vista a interação entre locutores e interlocutores, condição esta que mostrou ter repercussão sobre as metáforas emergentes na fala de Weintraub. Assim, os sentidos e as posições de Weintraub presentes no texto se alinham aos sentidos e às posições presentes em outras manifestações anteriores, como as de Salles, Bolsonaro, Guimarães e Damares, mas se contrapõem aos sentidos e às posições presentes em manifestações anteriores de Netto e Marinho. Este aspecto evidencia o caráter polêmico da fala em questão e seu papel na elevação do dissenso nesta interação.

Agradecimentos

Este trabalho, que começou a ser elaborado em 2020 como atividade avaliativa da disciplina Linguagem e Processos Cognitivos (PPG Linguística, Unicamp), foi orientado pela Profa. Dra. Edwiges Morato (Unicamp), a quem agradeço imensamente pela primorosa orientação. Ao ser submetido enquanto parte da Qualificação de Área realizada por mim no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Unicamp, o trabalho foi avaliado pela Profa. Dra. Nathália Freitas (IFSuldeminas) e pelo Prof. Dr. Erik Miletta Martins (UFRN), a quem agradeço pelo rigor das valiosas arguições e sugestões de melhorias. Agradeço, ademais, aos pareceristas anônimos da Revista de Estudos da Linguagem pelas sugestões de ajustes que melhoraram substancialmente o trabalho. Segue sendo de minha responsabilidade os equívocos e as imperfeições mantidos no artigo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

ABRUCIO, F. L.; GRIN, E. J.; FRANZESE, C.; SEGATTO, C. I.; COUTO, C. G. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 663-677, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200354>.

AMOSSY, R. O lugar da argumentação na Análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 9, p. 121-146, 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i9p121-146>.

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus v. 1, n. 1, p. 129-144, 2011.

BENTES, A. C.; MORATO, E. M. Expressões de violência verbal e reflexividade face ao modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia de Covid-19. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 19, n. 1, p. 18-31, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4013/cld.2021.191.02>.

BOLSONARO chama população às ruas no dia 15 e diz que ato não é contra o Congresso. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/politico-que-tem-medo-de-rua-nao-serve-para-ser-politico-diz-bolsonaro-sobre-dia-15.shtml>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. Serviço Público Federal. MJSP - Polícia Federal: DITEC - Instituto Nacional de Criminalística. *Laudo nº 1242/2020 - INC/DITEC/PF: Laudo de Perícia Criminal Federal (Registros de Áudio e Imagens)*. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443959&ori=1>. Acesso em: 08 mar. 2021.

BRUGGER, W. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas ideias sobre o direito alemão e o americano. *Direito Público*, [S. l.], v. 4, n. 15, p. 117-136, 2007.

CAMERON, L.; DEIGNAN, A. The Emergence of Metaphor in Discourse. *Applied Linguistics*, Oxónia, v. 27, n. 4, p. 671-690, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1093/applin/aml032>.

CAVALCANTE, M. M.; PINTO, R.; BRITO, M. A. P. Polêmica e Argumentação: interfaces possíveis em textos midiáticos de natureza política. *Diacrítica*, Braga, v. 32, n. 1, p. 5-24, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21814/diacritica.140>.

CAVALCANTE, S. M. A condução neofascista da pandemia de Covid-19 no Brasil: da purificação da vida à normalização da morte. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 19, n. 1, p. 4-17, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4013/cld.2021.191.01>.

DIENSTBACH, D. Por um analítico sistemático da metaforicidade no discurso. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 18, n. 2, p. 287-306, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180202-7917>.

FERREIRA, L. L. G.; ANDRICOPULO, A. D. Medicamentos e tratamentos para a Covid-19. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 7-27, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.002>.

FREITAS, N. L. *Regularidades linguísticas, pragmáticas e discursivas na interpretação de expressões metafóricas por indivíduos com Afasia e Doença de Alzheimer*. 2019. 353 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

GOVERNO Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

GRADY, J. E. Theories are buildings revisited. *Cognitive Linguistics*, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 267-290, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1515/cogl.1997.8.4.267>.

KOCH, I. G. V. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. *Referenciação e discurso*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019a. p. 33-52.

KOCH, I. G. V. Especificidade do texto falado. In: JUBRAN, C. S. (Org.). *A construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2019b. p. 39-46.

KÖVECSES, Z. What Is Metaphor?. In: KÖVECSES, Z. *Metaphor: A Practical Introduction*. New York: Oxford University Press, 2002. p. 03-13.

KÖVECSES, Z. Metaphor, language, and culture. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 26, p. 739-757, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502010000300017>.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, SP: EDUC / Mercado das Letras, 2002.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M, M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

MORATO, E. M. Linguística Textual e Cognição. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de; PENHAVAL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério (Orgs.). *Linguística Textual: interfaces e delimitações: homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 394-430.

MORATO, E. M.; FREITAS, N. L. “A propósito da metáfora” (1975), de Luiz Antônio Marcuschi: apontamentos para uma perspectiva sociocognitiva e interacional da metaforicidade. *Revista Investigações*, Recife, v. 30, n. 2, p. 130-152, 2017. DOI: <https://doi.org/10.51359/2175-294x.2017.231275>.

MUSOLFF, A. *Metaphor and political discourse: Analogical Reasoning in Debates about Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

PALUMBO, R. *Referenciação, metáfora e argumentação no discurso presidencial*. 2013. 272 f. - Tese (Doutorado em Letras) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, São Paulo, 2013.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RODRIGUES, T.; FERREIRA, D. Estratégias digitais dos populismos de esquerda e de direita: Brasil e Espanha em perspectiva comparada. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1070-1086, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/01031813715921620200520>.

SOARES DA SILVA, A.; LEITE, J. E. R. Apresentação - 35 anos de Teoria da Metáfora Conceptual: Fundamentos, problemas e novos rumos. *Revista Investigações*, rRecife, v. 28, n. 2, p. 1-23, 2015.

STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

TOMÁS, R. N.; TOMÁS, L. M. N.; ANDREATTA, E. P. Da depravação ao desperdício de recursos: estratégias de desconstrução da universidade pública em redes de *fake news*. *Verbum*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 141-167, 2020.

TORRES, M. Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro. In: FARIA, F. G.; MARQUES, M. L. B (Orgs.). *Giros à direita: Análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador*. Sobral: Sertão Cult, 2020. p. 159-173.

VAN DIJK, T. A. Discurso e cognição na sociedade. *Revista Portuguesa de Humanidades*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 19-52, 2015.

VEREZA, S. C. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 7, n. 3, p. 487-506, 2007.

VEREZA, S. C. O lócus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. *Cadernos de Letras da UFF*, Cidade, n. 41, p. 199-212, 2010.

VEREZA, S. C. “Metáfora é que nem...”: cognição e discurso na metáfora situada. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 65, p. 2-21, 2013. DOI: <https://doi.org/10.17058/signo.v38i65.4543>.

VEREZA, S. C. Mal comparando...: os efeitos argumentativos da metáfora e da analogia numa perspectiva cognitivo-discursiva. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 20, n. 40, p. 18-35, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2016v20n40p18>.

Apêndice A – Fala de Abraham Weintraub recortada em excertos pelo autor do artigo (para melhor possibilidade de análise). Texto produzido durante a reunião ministerial (22/04/2020)

[Excerto 1]

Abraham Weintraub: Tem três anos que, através do Onyx, eu conheci o presidente. Nesses três anos eu não pedi uma única conselho, não tentei promover minha carreira. Me ferrei, na física. Ameaça de morte na universidade. E o que me fez, naquele momento, embarcar junto era a luta pela... pela liberdade. Eu não quero ser escravo nesse país. E acabar com essa porcaria que é Brasília. Isso daqui é um cancro de corrupção, de privilégio. Eu tinha uma visão extremamente negativa de Brasília. Brasília é muito pior do que eu podia imaginar. As pessoas aqui perdem a percepção, a empatia, a relação com o povo. Se sentem inexpugnáveis.

[Excerto 2]

Eu tive o privilégio de ver a... a mais da metade aqui desse time chegar. Eu fui secretário-executivo do ministro Onyx. Eu acho que a gente tá perdendo um pouco desse espírito. A gente tá perdendo a luta pela liberdade. É isso que o povo tá gritando. Não tá gritando pra ter mais Estado, pra ter mais projetos, pra ter mais... o povo tá gritando por liberdade, ponto. Eu acho que é isso que a gente tá perdendo, tá perdendo mesmo. A ge... o povo tá querendo ver o que me trouxe até aqui.

[Excerto 3]

Abraham Weintraub: Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF. E é isso que me choca. Era só isso presidente,

[Excerto 4]

eu... eu... realmente acho que toda essa discussão de “vamos fazer isso”, “vamos fazer aquilo”, ouvi muitos ministros que vi... chegaram, foram embora. Eu percebo que tem muita gente com agenda própria. Eu percebo que tem, assim, tem o jogo que é jogado aqui, mas eu não vim pra jogar o jogo. Eu vim aqui pra lutar. E eu luto e me ferro. Eu tô com um monte de processo aqui no comitê de ética da presidência. Eu sou o único que levou processo aqui. Isso é um absurdo o que tá acontecendo aqui no Brasil. A gente tá conversando com quem a gente tinha que lutar. A gente não tá sendo duro o bastante contra os privilégios, com o tamanho do Estado e é o... eu realmente tô aqui de peito aberto, como cês sabem disso, levo tiro...

[Excerto 5]

odeia... odeio o partido comunista [REDACTED].

Abraham Weintraub: Ele tá querendo transformar a gente numa colônia. Esse país não é... odeio o termo “povos indígenas”, odeio esse termo. Odeio. O “povo cigano”. Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios. Só pode ter um povo, não pode ter ministro que acha que é melhor do que o povo. Do que o cidadão. Isso é um absurdo,

[Excerto 6]

a gente chegou até aqui. O senhor levou uma facada na barriga. Fez mais do que eu, levou uma facada. Mas eu também tô levando bordoadas e tô correndo risco. E fico escutando esse monte de gente defendendo privilégio, teta. Tendeu? É isso. Negócio. Empréstimos. A gente veio aqui pra acabar com tudo isso, não pra manter essa estrutura. E esse é o meu sentimento extremamente chateado que eu tô vendo essa oportunidade se perder.

[Excerto 7]

Abraham Weintraub: Eu sou, evidentemente, eu tô no grupo dos ministros que tá mais ligado com a militância. Evidente, porque eu era um militante. Eu tava militando de peito aberto, continuo militando. Do ponto de vista de carreira, eu poderia ter quem... tentando me dar bem. Não foi isso que eu fiz. Não foi isso que eu fiz.

[Excerto 8]

Sei que isso daqui é um palácio, existem intrigas palacianas – estou sendo muito franco.

[Excerto 9]

E a gente pode sim perder a liberdade, perder esse país. Ninguém vai se dar bem se a gente perder esse país. Quem vai se dar bem são poucos, pouquíssimas famílias. Pouquíssimas famílias. Não se iludam. Não se iludam. Era isso.

Fonte: LAUDO Nº 1242/2020 - INC/DITEC/PF. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443959&ori=1>. Acesso em: 08 mar. 2021.



The Topos of “*Precaution*” in the German Discourse on Assistance to Ukraine: Iconic Reproduction through Linguistics and Pragmatics

O topos da “precaução” no discurso alemão sobre a assistência à Ucrânia: reprodução icônica por meio da linguística e da pragmática

Nataliia Kravchenko

National University of Life and Environmental Sciences of Ukraine (NULES),
Kyiv, Ukraine

nkravchenko@outlook.com

<https://orcid.org/0000-0002-4190-0924>

Oleksandr Yudenko

National Academy of Fine Arts and Architecture (NAFAA), Kyiv, Ukraine

yudenko29@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0309-1548>

Olena Zhykharieva

National Academy of Fine Arts and Architecture (NAFAA), Kyiv, Ukraine

eaap@ukr.net

<https://orcid.org/0000-0002-1054-3725>

Iryna Kryknitska

Kyiv National Linguistic University (KNLU), Kyiv, Ukraine

iryna.kryknitska@knl.u.edu.ua

<https://orcid.org/0000-0003-3143-8956>

Abstract: The study of mitigation in political discourse deserves the closest attention since it concerns the manipulative dimension of politics in the modeling of public consciousness. This research is aimed at identifying linguistic and pragmatic mitigators associated with the topos of *Precaution* and its manifesting strategies in the discourse

of assistance to Ukraine. It reached the main finding about the correlation of mitigators with the implementation of discursive strategies mediated by the influence of bushes, hedges, and shields on the illocution of speech acts. Since the illocution is influenced not only by hedges distinguished by this criterion, but also by other types of mitigators, we have introduced, in addition to the propositional, illocutionary, and deictic coordinates of the utterance, an additional criterion for the distribution of mitigators – their correlation with discursive strategies. Bushes implement the strategy of reducing the speaker’s responsibility for the asserted facts, promises – indirect commissives and recommendations – implicit directives by triggering conventional implicatures that imply the conditions for these acts feasibility. Shields transfer, generalize or depersonalize the speaker’s responsibility for assertive facts, implicit promises and indirect recommendations, “blurring” the deixis to a denotative situation. Hedges in assertives transfer responsibility to the sphere of subjective epistemic modality with increasing probability instead of the certainty about what is being asserted. In directives, hedges generalize / depersonalize the speaker’s responsibility thereby intersecting with the functional scope of shields. Polyfunctional mitigators implement several discursive strategies. The article specifies each group of mitigators in terms of its constituent linguistic devices.

Keywords: bushes; hedges; shields; speech acts; discursive strategies; political discourse.

Resumo: O estudo da mitigação no discurso político merece a maior atenção, pois diz respeito à dimensão manipuladora da política na modelagem da consciência pública. A pesquisa visa identificar mitigadores linguísticos e pragmáticos associados ao topos da *Precaução* e suas estratégias de manifestação no discurso da assistência à Ucrânia. O estudo chegou à principal conclusão sobre a correlação dos mitigadores com a implementação de estratégias discursivas mediadas pela influência de arbustos, sebes e escudos na ilocução dos atos de fala. Como a ilocução é influenciada não apenas pelo critério de *cerca* (hedges), mas também por outros tipos de mitigadores, introduzimos, além das coordenadas proposicionais, ilocucionárias e dêiticas do enunciado, um critério adicional para a distribuição dos mitigadores – sua correlação com as estratégias discursivas. Os arbustos implementam a estratégia de reduzir a responsabilidade do locutor pelos fatos afirmados, promessas – comissivas indiretas e recomendações – diretivas implícitas, acionando implicaturas convencionais que implicam as condições para a viabilidade desses atos. Os escudos transferem, generalizam ou despersonalizam a responsabilidade do locutor por fatos assertivos, promessas implícitas e recomendações indiretas, “embaçando” a dêixis para uma situação denotativa. *Cerca* (hedges) em assertivas transferem a responsabilidade para a esfera da modalidade epistêmica subjetiva com probabilidade crescente em vez da certeza sobre o que está sendo afirmado. Nas diretivas, os *cerca* (hedges) generalizam/despersonalizam a responsabilidade do locutor, cruzando-se com o escopo funcional dos shields. Os mitigadores polifuncionais

implementam várias estratégias discursivas. O artigo especifica cada grupo de mitigadores em termos de seus dispositivos linguísticos constituintes.

Palavras-chave: arbustos; cerca; escudos; atos de fala; estratégias discursivas; discurso político.

Recebido em 06 de janeiro de 2023.

Aceito em 27 de maio de 2023.

1 Introduction

The latest pan-European public opinion poll conducted by the European Council on Foreign Relations in ten countries (Krastev; Mark, 2022) shows a steady increase in votes for an early end to the Russian-Ukrainian war, even at the cost of concessions from Ukraine. This article attempts to explain this trend within a discursive-analytical framework, primarily through an analysis of the verbal and pragmatic features of the texts of European politicians. A landmark interview with the German chancellor was selected for analysis, as Germany leads the peace-against-justice camp (49% and 19% respectively), according to the poll.

An additional argument in favor of the research material is the need to confirm or refute the survey-based conclusion about “a growing gap between the stated positions of many European governments and the public mood in their countries” (op. cit.). In the case of Germany, it seems possible to talk about the absence of such a gap, or rather, that public opinion is to a certain extent modeled by politicians and is based on the discursive topos of *Precaution*. In this vein, the article is considered relevant and politically significant. Despite Berlin’s historical tradition of staying out of military conflicts, it unequivocally supports Ukraine’s fight against Russian aggression, as demonstrated by statements from officials and the overall volume of weapons supplied. However, support for Ukraine remains cautious. Observers attribute this to simplified stereotypes in the German historical memory, a sense of collective guilt towards Russians for Germany’s actions during World War II, the threat of the Kremlin to plunge the world into a nuclear war (Kurenkova, 2023), fears that the war would escalate into a direct conflict between NATO

and Russia (Kinkartz, 2023) and fundamentally different assessments by Germany and the United States of the strategic and tactical situation (Witwicki, 2023).

The concept of “Precaution” is key in discussing Germany’s assistance policy and is explicitly articulated in both Ukrainian and European media as well as by Chancellor Scholz himself: “Germany acts cautiously because it does not want to become directly involved in the military conflict” (Scholz, 2023; Sukharevich, 2023). This explains the choice of the topos of *Caution* and its implementing means as the focus of the research. Examining the topos of *Precaution* at the level of its manifesting discursive strategies, relying on mitigating measures, is motivated by the fact that the activation of this argument is linked to a balancing act between unpopular measures and the speakers’ desire to preserve their face through evasive formulations when discussing problematic issues. The semantic component of “preventing problems” is part of the meaning of the term “caution”, which is defined as “something that is done in advance in order to prevent problems” (Oxford). In the case of political discourse, it involves the problem of threat to the speaker’s image, which implies the use of self-serving mitigation strategies (Fraser, 1980, p. 345).

The preliminary analysis shows that the topos of *Precaution* is involved not only and not so much at the explicit level of the analyzed discourse, but at the level of implicatures and connotations since implicatures are used to implicitly convey information related to unpopular measures or other delicate issues when explicitly explaining ideas that may pose a threat to the speaker’s image. This determines the focus of this study on pragmatic and related semantic devices.

The hypothesis of the research is that the *Precaution* topos is iconically reproduced with the help of multi-level means of mitigation, which include structural-semantic, pragmatic, speech-act and deictic devices that underlie the discourse-forming strategies of the discourse of aid to Ukraine.

2 Literature review and Theoretical Background

The theoretical basis of the article covers three vectors of discourse research that contributed to the choice of the presented research approach and methods of analysis and include (a) critical discourse

analysis, (b) the concept of mitigation, and (c) pragmatic theories related to explaining the manipulative mechanisms of mitigation.

From the perspective of critical discourse analysis, the article is based on the concept of *topos*, which is developed within the framework of the discursive-historical approach of CDA (Hart; Cap, 2014; Reisigl, 2017; Reisigl; Wodak, 2008). *Topos* is understood as a component of argumentative models that justifies the transition from argument to conclusion (Kienpointner, 1992, p. 194). Any *topos* can be reduced to a certain inference rule like “if X, then Y”. For example, if precaution can prevent negative consequences (and imprudence can, on the contrary, lead to them), then precautions should be taken, and careless actions should be avoided. In some critical-discursive studies, *topoi* are understood as generalized key ideas that can be used to build individual statements and arguments (Richardson, 2004, p. 230). Such *topoi* are close to the Aristotelian understanding of *topoi* as *locus communis* or specific *topoi* “as premises of a very general kind” (Perelman; Olbrechts-Titeka, 1969, p. 84), on which most preferences and choices are based.

Among the most common *topoi* in political discourse, discourse analysis singles out the following ones: *Burdening, Reality, Numbers, History, Authority, Threat, Definition, Justice, Urgency, Challenge, Belonging, Constructing a hero*, etc. (Wodak, 2009, p. 40-44). At the same time, the *topos* of *Precaution* has not yet been singled out by discursive analysts, although it is this *topos* that, in our opinion, determines the style and pragmatics of mitigation, which is often a constitutive feature of political discourse.

It would be reasonable to expect that at the verbal level, the *topos* *Caution* is mainly based on the means of mitigation, which is understood in the work as “an all-embracing category employed in pragmatics” and covers a wide range of strategies by which interlocutors soften the interactional parameters of their speech, thereby reducing possible communication risks (Caffi, 2006, p. 171; Caffi, 2007). Researchers define mitigation as a cognitive, social, and linguistic phenomenon (Gratch; Marsella; Martinovski, 2005) aimed at reducing the interlocutors’ “vulnerability”.

In this regard, the article uses one of the most successful, in our opinion, classifications of mitigating agents proposed by Caffi (1999) who suggests three types of mitigation devices, namely bushes, hedges and shields. The advantage of Caffi’s classification lies in its comprehensive and detailed analysis of a wide range of linguistic devices and strategies

used for mitigation. Compared to other classifications (Fraser, 1980; Hinkel, 2005; Prince; Frader; Bosk, 1982), Caffi's approach is distinguished by (a) inclusiveness since it encompasses a broad spectrum of mitigating agents, including both lexical and syntactic resources, as well as non-verbal cues, (b) systematic organization providing a framework for categorizing mitigating agents based on their linguistic properties and functions with clear distinctions of the types of devices, (c) analytical depth as it goes beyond surface-level descriptions of mitigating agents by delving into their pragmatic functions and effects – considering the social, cognitive, and interactional aspects of mitigation, providing a deeper understanding of the reasons behind their usage and the impact they have on communication. Bushes are so called because they are used to hide the true meaning of an utterance, thus affecting its propositional scope. Hedges are devices that stand between the speaker and the proposition, and thereby indicate the speaker's lack of commitment to the truth of the sentence. Such group of devices relate to the illocutionary scope of the utterance. The group of shields defocuses the speaker and his/her intentions using deictic markers of time, place, or agent coordinates of the utterance (Caffi, 1999, p. 883), thus correlating with its deictic scope.

At the same time, the article proposes some modifications of this classification, since when projecting verbal mitigators onto discursive pragmatics – illocutionary acts, implicatures and face-protecting strategies, the line between members of the classification is partially erased. Presumably that, markers from different groups affect the weakening of the illocutionary force of speech acts and the disregard of cooperative maxims, triggering discursive implicatures. Accordingly, one of the objectives of the article is to specify the members of the classification of mitigators, considering their pragmatic functions.

Accounting for the mitigation-illocution relationship and the discursive function of the illocutionary acts in constructing contexts of social interaction (Searle, 1983, 1995), the article also relies on studies of the influence of mitigators on speech acts, in particular, on reducing their “anticipated negative effect” (Holmes, 1984, p. 346; Fraser, 1980, p. 342), especially in directive and (Haverkate, 2010, p. 510) and commissive (Kravchenko; Chaika; Kryknitska; Letunovska; Yudenko, 2022b) speech acts.

The function of mitigating factors in modifying illocutionary force has been identified in several pragmatic studies (Kravchenko; Pasternak; Korotka, 2021; Kravchenko; Prokopchuk; Pozhar; Rozhkov; Kozyarevych-Zozulya, 2022a; Sbisa, 2001; Thaler, 2012), including in terms of their influence on felicity conditions. V. Thaler describes mitigating processes “as operations on components of illocutionary force, namely on the preparatory conditions, the sincerity conditions and the degree of strength of one of the act’s sincerity conditions” (Thaler, 2012, p. 907). Equally important to this article is the face-oriented account of mitigation, based on the motivation of the speaker, with a differentiation between altruistic and self-serving mitigation (Fraser, 1980, p. 345). If the motivation is to mitigate the impact of the speech act on the hearer and is aimed at reducing his negative feelings that he may experience after receiving the information reported by the speaker, then this type of mitigation is called altruistic. The opposite type of mitigating is applied when the speaker is trying to protect his own face (Fraser, 1980, p. 345).

Both types of mitigation are associated with the concept of *Precaution*. However, given the political and local textual (journalist’s questions) context of the politician’s discourse, one should expect the absolute predominance of self-serving markers when the speaker tries to reduce his responsibility by distancing himself from his own discourse. It can be assumed that altruistic softening also implements the topos of caution, being used in deictic references to the parties to a military conflict in order to avoid direct characterological nominations.

3 Methods

The underlying in the paper is the method of speech acts analysis with elements of critical discourse analysis, with a focus on mitigation devices in their impact on the pragmatic and ideational levels of the discourse of assistance to Ukraine, which is based on the key topos *Precaution*. In this vein our method of analysis correlates with three CDA research scopes, introduced by N. Fairclough (1995), including description (text analysis), interpretation (processing analysis) and explanation (social analysis).

The first stage of the study includes a description of the structural, semantic, and grammatical mitigators that underlie the other two levels of analysis. This research vector includes an explanatory tool of theories

of language mitigation, using existing classification criteria for mitigators (Caffi, 1999, 2006; Fraser, 1980) to clarify their types identified in the discourse under consideration. Caffi's classification has been somewhat specified with the involvement of an additional classification criterion of the mitigators' correlation with discursive strategies.

The second stage of the analysis, which deals with the dimension of discourse as *discursive practice*, identifies pragmatic devices, including speech acts, conversational and conventional implicatures, which are affected by mitigators and which, in turn, influence discourse-forming strategies. In this regard, the article uses the classical analysis of speech acts (Searle, 1969), modified by the method of identifying direct / indirect speech acts and their classification depending on the degree of illocutionary force based on mitigating devices (Kravchenko; Prokopchuk; Pozhar; Rozhkov; Kozyarevych-Zozulya, 2022a). The research also made use of the Searle's felicity conditions as conventional rules that are constitutive of a particular kind of act (Searle, 1969, p. 36-37).

Along with the method of speech acts, the article partially employs the Grice's inferential pragmatics (Grice, 1975; Bach, 2012; Braun, 2011) since mitigators that hide meanings behind the ambiguity and indirectness of speech, ignore some cooperative maxims. Disregard of maxims triggers discursive implicatures, which, along with explicit means, actualize the topos *Precaution*.

To a certain extent, the study also uses the technique of identifying conventional implicatures (Potts, 2005, 2014; Skovgaard-Olsen; Kellen; Krahl; Klauer, 2017; Spector; Sudo, 2017), which are lexicalized by adverbial modifiers and other mitigating means that expand the propositional content of speech acts with additional meanings associated with the conditions of their feasibility. Of some importance for our methodology is a study that reveals the "patterns of correlation" between the illocutionary force and the conventional implicature (Kravchenko, 2017), which sets the conditions for the feasibility of a particular speech act, thereby contributing to the modification of its illocution. Even though the author of the article analyzes direct speech acts and implicature triggers that are not associated with mitigation, the proposed approach seems promising for our study.

At the final stage of the analysis, the topos *Precaution* is explicated as a configuration of discursive strategies based on linguistic and pragmatic means of mitigation. In this vein, the concept of Fairclough's

three levels of analysis is slightly modified by the article in that the level of explanation / social analysis is presented in a simplified form – by explaining linguistic and pragmatic means of softening with the help of the Precaution topos, as a concept-idea integrating the semantic space text.

The material under consideration is based on a landmark interview of German chancellor Olaf Scholz with *Der Spiegel*, April 22, 2022, under the heading *There Cannot Be a Nuclear War*. The choice of the text of the interview as an object of analysis is due to its abundance in mitigators and indirect speech acts revealing face-protecting discursive strategies. The purpose of this study is to identify linguistic and pragmatic mitigators associated with the topos of *Precaution* and its manifesting discursive strategies that construct the discourse of assistance to Ukraine.

4 Results and Discussion

At the stage of linguistic analysis, the article carries out a phased identification of mitigation tools: first, it determines the means of indirection and hedging, which are presented in Table 1 and are based on the general mitigation classifications presented in particular in (Demir, 2018; Fraser, 1980). Then mitigators are subdivided according to Caffi's criteria into bushes, hedges, and shields. At both stages, linguistic mitigators are interpreted in terms of pragmatic mitigation, namely as a means of weakening illocutionary force or markers of flouting the maxims of cooperation with the actualization of discursive implicatures.

Table 1 – Linguistic mitigators in Discourse of assistance to Ukraine

Number	Linguistic mitigator	Samples
1	Epistemological modal verbs, combination of deontic and epistemological modals	<p><i>We can see</i> this in the military successes of the Ukrainian army.</p> <p>You <i>can</i> only deliver what you have and <i>can</i> give away.</p> <p>The <i>need to be able</i> to defend alliance territory at all times.</p> <p>We <i>must be able</i> to hold out for 12 days with our ammunition and equipment.</p> <p>You <i>can see</i> how tense the situation is.</p>
2	Epistemological verbs and their substitutes	<p>I <i>do not think</i> it is justifiable.</p> <p>But I <i>do not see</i> an instinctive pacifism.</p>

3	Adverbs of time, manner, indefinite pronouns, determiners with indefinite semantics, blurring the denotative scope of things or quantity, quantifier words, adverb – justification enhancer (<i>even</i>). indicates the conditions under which the propositional part of the sentence is feasible	<p>But we will certainly deliver <i>whatever is still</i> available.</p> <p>Without <i>even</i> knowing the exact facts of the matter.</p> <p>We can <i>successively</i> fill the gaps created by these deliveries by our partners.</p> <p>It is a difficult balancing act that we <i>constantly</i> have to conduct together.</p> <p>The U.S. military has <i>considerably</i> larger inventories.</p>
4	Parenthetical constructions, rephrasing	<p><i>In other words, as before, (...)</i></p> <p><i>As far as dependence on Russian gas, oil and coal is concerned,</i> we should have made sure early on that we could also be served by other suppliers.</p>
5	Quantitative nouns of indefinite semantics	<p><i>Many who</i> categorically rejected this step in the past.</p> <p>There are, <i>of course, many</i> who have a different opinion than mine.</p> <p><i>Many of our allies</i> are doing so as well.</p>
6	Metonymic generalization	<p>That is why, in discussion with <i>German industry</i>.</p> <p>In the medium term, we will help Ukraine develop its defensive capability, also with <i>Western weapons</i>.</p>
7	Passive voice	<p>The military equipment <i>must be deployable</i>.</p> <p>We have drawn up a list of military equipment that <i>can be delivered</i> quickly.</p> <p>The quickest way to do this is with weapons from the former Soviet stocks, <i>with which the Ukrainians are well acquainted</i>.</p> <p><i>I could not have done</i> that as a pacifist.</p>

8	Evidential constructions based either on the speaker's own observations or on someone else's opinion / experience, with reference to information about the described event "from the outside", which serve as deictic markers that expand the circle of subjects of responsibility and / or distance the speaker from the referent situation	<i>When I look around the world, I see that all partners are operating within the framework of our agreements, just as we are.</i>
9	Modal verb <i>would</i> (often in combination with passive voice and other mitigators)	<p><i>I would like to once again state that fact. Imposing a no-fly zone, as has been called for, would have made NATO a party to the war.</i></p> <p><i>The consequences of a mistake would be dramatic.</i></p> <p><i>That would be inappropriate.</i></p>
11	Impersonal forms	<i>In the world we live in, it is necessary to ensure our own security with a sufficient defensive capability.</i>

Source: Author's Survey.

As a rule, one statement contains an accumulation of mitigators, as, for example, in (1)

- (1) The right response *would* have been to become *more* independent of Russian imports, or *at least* to have created the technical conditions *to be able to* do so at any time.

The mitigating operators in (1) include (a) the modal verb *would*, which serves here as a deictic operator that refers an event to the realm of possibility instead of reality, (b) two adverbs-quantifiers, including *more* that de-concretizes the subsequent attributive characteristic, and *at least*, which is a modifier-de-intensifier of the part of the sentence following the adverb, limiting the scope of the prospective action, (c) *to be able to* expresses ability and possibility instead of "feasibility", reducing the speaker's degree of confidence in what is being reported.

All identified mitigators actualize the semes “ability”, “possibility”, “approximation”, “uncertainty in time”, thereby connoting the meaning of “uncertainty” (compared to the definition of the word in the Cambridge Dictionary: the failure to do something immediately or quickly because you are [...] not certain). The concept of uncertainty, in its turn, is in a causal relationship with the topos *Precaution*. In particular, such a relationship is postulated by scientists in a broad epistemological, political, philosophical and other frameworks (Funtowicz; Ravetz, 1990; Kaiser, 2004; Kinzig *et al.*, 2003).

Despite the fact that the speaker describes actions in the past tense, his statement is contextualized with the present – in view of the continuing relevance of the propositional content. Accordingly, from a pragmatic point of view, the mitigators in (1) influence the illocutionary force of a two-intentional speech act that combines assertive and weak commissive illocutions. Modal and adverbial de-intensifiers of action weaken the conditions for the successful implementation of both assertives and commissives – the speaker’s confidence in what is being reported and the level of responsibility for non-implemented and, accordingly, “must-be-implemented”, actions.

In terms of discursive strategies, the speaker, by means of mitigators, realizes self-protective strategy of defocusing the responsibility for unfulfilled actions by partially distancing himself from his discourse. Transformation of the statement with the omission of mitigators would result in a phrase that significantly increases the risks associated with a threat to the speaker’s face – especially when it is contextualized with the interviewer’s initiating question, implying responsibility for unfulfilled actions: We had to become independent of Russian imports and create technical conditions for this.

Such interpretation is supported by analytical reviews in the media regarding Germany’s dependency on Russian gas being considered one of the factors explaining Germany’s hesitancy in providing assistance to Ukraine in the 2022 war. As Klaus-Dieter Bahmann points out, the excessive dependency of Germany on Russia comes at a high cost to the citizens of the most economically powerful state in the European Union (Bachmann, 2023).

The systematization of the identified means of mitigation is based the classification of K. Caffi (1999), who singles out bushes, hedges, and shields, associated respectively with the propositional, illocutionary, and

deictic levels of mitigation of utterances. The first group of mitigators, called “bushes”, is focused on propositional softening of the statement, which is based on vague formulations. With this type of mitigation, the illocutionary function of speech acts is preserved, while the precision of the propositional content is reduced (Caffi, 1999, p. 890). This is achieved by epistemological modals and such approximators as nouns of indefinite semantics, adverbs, adjectives, pronouns, particles, and other devices that blur the specificity of the propositional content (see items 1 and 3 in Table 1). Accumulation of bushes are exemplified in (2).

- (2) In the current threat situation, *particularly*, I will *do my utmost not to forget* this commitment.

In addition to lexical operators, a mitigating device in this example is a grammatical category of negation as it “transforms a statement to an understatement” (Giora; Fein; Ganzi; Levi; Sabah, 2005, p. 84). The affirmative sense of the negated concept dilutes the negativity of the negation marker, resulting in a more positive or less negative account of an undesirable situation” (Giora; Fein; Ganzi; Levi; Sabah, 2005, p. 85).

Bushes in combination with negation connote the same *ability* (to perform an action), which implies *obstacle factors*, transferring the commissive act from the realm of reality to the realm of possibility and actualizing the meaning of the speaker’s uncertainty about the realizability of actions. Such a transfer is argumentized by the topos *Precaution*, which is triggered by the lexeme *threat*. As the analysis of the entire text of the interview shows, the same *threat*, which motivates the topos *Precaution*, is a key component of the semantic coherence of the entire text (the threat from “a highly armed superpower like Russia, a nuclear power” is too great to act decisively and requires special precautions).

In speech acts facet, the above utterance is an indirect commissive, the illocutionary force of which is significantly reduced by bushes since they stipulate the conditions under which the promised action is feasible. Such conditions are implied by the presuppositional meaning of *to do my utmost*, which in its inference pattern contains the same *capability* (if to compare with the idiom definition in dictionary: do one’s utmost – to do all one can, MW). Correspondingly, the conventional implicature about the condition for the act feasibility complements the scope of its propositional content in the following way: the realizability

of promises depends not only on the desire of the speaker, who “will act if he can, depending on the circumstances”. Since the possibility of fulfillment is not equal to the fulfillment itself, the bush *do my utmost* in combination with negation affects such basic condition for the successful implementation of the commissive act as its feasibility.

In the political realm, the use of the analyzed mitigators can be commented upon in such a way that the chancellor cannot pursue a policy that does not align with the expectations of the German citizens, as the population of Germany approves of well-balanced, justified, and carefully crafted decisions from the federal government (Kinkartz, 2023). A representative survey conducted by Kantar Public, a public opinion research institute, revealed that 80% of Germans are concerned about the escalation of war with Ukraine affecting neighboring NATO countries, 69% fear a Russian nuclear strike, and 72% say they feel threatened by Russia (Hemicker, 2022).

The second group of mitigators are hedges, which operate at the level of illocution, influencing the illocutionary force of speech acts and mitigating face-damaging acts such as disagreement, warning, advice, and recommendation. According to Caffi, hedges are devices that “stand” between the speaker and the proposition, and thus indicate the speaker’s lack of commitment to the truth of the proposition (Caffi, 1999, p. 883) as shown by (3), (4), (5) and (6).

- (3) *I am sorry*, but we will not get anywhere with simplifications of this kind!
- (4) First, *I do not see* at all that a gas embargo would end the war.
- (5) *I do not think* it is justifiable.
- (6) *I would like* to once again state that fact.

Analysis of speech showed that hedging is primarily aimed at weakening the illocutionary force of assertives (as in 3-6) and directives. According to J. Searle the illocutionary point of an assertive is to commit the speaker, in varying degrees, to the truth of the stated proposition (Searle, 1976, p. 10). Correspondingly, hedges affect such a felicity condition for this type of speech acts as the speaker’s confidence in what is being reported, his conviction in the truth of the statement being

expressed (considering such a direction of fit, constituting a constative illocution, as “words must necessarily correspond to the world”). To reduce the potentially undesirable effects of the information provided, the speaker deliberately avoids factitive verbs: know, be aware, regret, realize, etc., which imply that their object / complement is true (Heim, 1992) replacing them with non-factitive verbs, often in a negative form, which, as mentioned above, is a means of additional mitigation.

The mitigating effect is achieved through the connotations of uncertainty and doubt in the propositional content of speech acts, which at the connotative level trigger the topos *Precaution*, and in the pragmatic scope reduce the assertive illocutionary force of confidence in what is being reported: *I do not see* at all that a gas embargo would end the war (instead of “I believe that the gas embargo will not end the war”); *I do not think* it is justifiable (instead of “I know it’s unjustified”). In addition to non-factitive verbs, the article also distributes into the hedge group those subordinate clauses that serve as explanatory and justifying comments on unpopular measures to protect the speaker’s face as is exemplified by (7).

- (7) *When I look around the world, I see that all partners are operating within the framework of our agreements, just as we are.*

In (7) the speaker’s confidence in what he is saying is called into question by a reference to his own observations combined with an allusion to the opinion/practice of others as evidential markers that “stand” between the speaker and the proposition. Thus, the hedge indicates the speaker’s uncertainty about the audience’s approval of actions, reflected by the propositional content of the utterance.

Summing up the function of hedges in assertives, it should be noted that the combination of verbs of knowledge with negation in (5) and (4) (*I don’t see* is also used in the meaning of *do not think*) expresses not only authorization and de-officialization, reflecting direct speaker’s involvement, but also his doubt about the content of the statement. This transfers the statement into the framework of the subjective-epistemic modality. A similar function is performed by the hedge in (3) and the evidential marker in (6) given that a number of linguists consider evidentiality to be a subtype of epistemic modality (see the definition of Epistemic modality in Glossary of linguistic terms: <https://glossary.sil.org/term/epistemic-modality>).

In addition to assertives, hedges also affect the illocutionary force of directives, which results in their transformation either into direct weak directives as in (8), or into the acts characterized by multiple illocutionary force, combining assertive and implicit-directive illocution, which, moreover, varies in its intensity, as in (9), (10), (11) and (12). For example, utterance (8) conveys the directive illocutionary force marked by such an illocutionary force indicating device as *have to*, indicating advice or appeal.

- (8) *You have to* take a close look at how operational which materiel really is – and when.

However, the act does not comply with the canonical performative directives, since it lacks a deictic marker indicating the addresser of the directive act thereby corresponding to the formula: “Addresser (implied) + illocutionary verb / illocutionary force indicating device + addressee-destinator of directive act + propositional (informative) part” (Kravchenko; Pasternak; Korotka, 2021, p. 174). For comparison, the formula for a strong directive would be: “I/ we + illocutionary verb / illocutionary force indicating device + addressee-destinator of directive act + propositional (informative) part” (op. cit., p. 173). According to this formula, the above act would have to take the following form: I advise / urge you *to take a close look at how operational which materiel really is – and when*.

Based on the taxonomy of directives, depending on the degree of their illocutionary force, the indicated hedged directive can be divided into a group of direct weak directives, “incorporating personal pronouns or indefinite pronouns in combination with modal verbs of obligation or their substitutes must, have to, be to” (op. cit., p. 176), which are hedged by the omission of the performative part of the act *I advise / urge / order / recommend, etc.*

Another group of hedged directives highlighted in the speech belongs to the category of “non-conventional indirect directives” (op. cit., p. 178), whose illocutionary function is implied under the structural form of assertives and which, in our opinion, implement the discursive strategy of “not imposing” rules, referring rather to public consciousness as in (9) and (10).

- (9) *There has to be* a cease-fire.

- (10) *There must be* a peace agreement that allows Ukraine to defend itself in the future.

Indirect directives are arranged by impersonal structures containing modal verbs of obligation *has to* and *must be* as the illocutionary force indicating devices. However, such acts have only a propositional content, while they lack a performative part, and have no deictic reference either to the addresser or to the addressee of the act. This results in a shift of responsibility from the speaker to an impersonal source of the urge for action.

Another group of indirect directives is represented by utterances in which the directive illocution is implied by nouns with the semes “need” or “requirement”, suggesting a call to action to solve the problem formulated by the propositional part as in (11) and (12).

- (11) In the world we live in, *it is necessary* to ensure our own security with a *sufficient* defensive capability.

- (12) *The need to be able to* defend alliance territory *at all times*.

In (11) and (12) the degree of directive illocutionary force is even more weakened compared to direct weak directives and indirect directives, due to a nominal or impersonal constructions devoid of modal verbs of obligation. Additional mitigation of the implicit-directive illocution is provided by bushes *sufficient* and *to be able* as well as means of an indefinite, diffuse space-time deixis *in the world we live in, at all times*. Through these additional mitigators, combined with the impersonal syntactic form, the action falls into the class of hedged indirect acts. Like bushes and hedges softening assertive illocution, hedge mitigators of directive illocutionary force also connotate the semes of *evasiveness* and *indirectness* associated with the meaning “uncertainty” as a structural component of the topos *Precaution*.

The analysis showed the lack of an evident demarcation line between hedges and bushes since both groups of devices influence the illocutionary force of speech acts. Even though the illocutionary aspect of the statement is associated by researchers with hedges (Caffi, 1999), bushes also influence the decrease in the degree of illocutionary force – introducing additional conditions regarding its successful execution (Haverkate, 2010, 507) as, for example, in (13).

- (13) We can *successively* fill the gaps created by these deliveries by our partners.

In (13) an adverb-bush *successively* indicates the conditions under which the propositional part of the sentence is feasible, thus softening the compound assertive-commissive illocutionary force. An additional meaning of the conditionality of the action is possible due to the presuppositional meaning of the adverb, which in its inference pattern contains senses *in stages, and not all at once*. Extending the sentence with a conditional implicature indexed by the adverb *successively*, we get the statement that does not meet the basic felicity conditions for assertives, that is, the speaker's confidence in what he is saying: We can fill the gaps created by these deliveries of our partners, *but only on condition that this is done sequentially, in stages, and not all at once*. The conditionality of the action is also implied by the presuppositional meaning of the idiom *to do my utmost*, which inference pattern presupposes the conventional implicature *not everything depends on me* about additional conditions of the act implementation.

The third group of mitigators is constituted by shields that, according to Caffi (1999, p. 883) “covers” the figure of the speaker using deictic shifts of various kinds (e.g. when time, place or agent of the utterance are put out of focus of the hearer). Identifying shields, the article was guided by the classification of three types of deixis – personal, spatial, and temporal, introduced by Fillmore (1975). We also used the division of personal deixis means into those related to the producer of the speech act, called the locutionary source, and to its addressee, called the locutionary goal.

Among the shields, the article singles out the following groups of deictic markers. The first group includes passive and impersonal constructions, which remove the agent of action from the position of the phrasal subject and iconically distance the speaker from his own discourse as in (14), (15), (16).

- (14) The military equipment *must be deployable*.
- (15) We *are* therefore *heavily engaged* with units in Slovakia and Lithuania, among other countries.
- (16) *a list of military equipment that can be delivered quickly*.

The second group of deictic markers involves metonymic objectification replacing personal deixis with reference to institutional structure as in (17) and first person plural pronouns, which are marked by vagueness and generalization and reduce the speaker's responsibility for actions nominated in the propositional part, by moving them into the sphere of joint responsibility as suggested by (18) and (19). The use of inclusive pronouns as shields, blurring personal deixis and the associated responsibility of the speaker, in a political context aligns with one of the principles of German politics articulated by Chancellor Scholz, namely: avoiding unilateral actions by any single supporting country and making decisions only "in close consultation and coordination with our friends and allies" (Kinkartz, 2023).

- (17) *The Bundeswehr's options* for supplying further weapons from its arsenal are largely exhausted.
- (18) *We* will consider everything carefully, constantly re-evaluating and consulting with *our* closest allies.
- (19) It is a difficult balancing act that *we* constantly have to conduct together with *our* partners.

In (17), the deictic reference to the speaker is vague and based on a distancing metonymic objectification by referring to the institutional structure, the German armed forces, as the subject of responsibility for delays in the supply of weapons. Thus, the speaker avoids taking personal responsibility for a certain action, since, due to shield – metonymic objectification, he acts only as a representative of a certain institutional structure.

The third group of deictic markers includes means of removing other agents of action from discourse, aimed at protecting their faces as in (20) and (21), the means of non-specificity and generalization that expand the referential sphere of deixis to a generalized addressee as in (22), (23) and (24) as well as a generalized deixis to actors described by the speaker's utterances as in (25), (26) and (27) including deixis metonymy as in (28).

- (20) Imposing a no-fly zone, as *has been called for*, *would* have made NATO a party to the war (instead of "Ukraine called for").

- (21) The string of military defeats can no longer be glossed over by *any government propaganda* (instead of “Russian propaganda”).
- (22) *Any person* who does not consider it possible to judge their own actions with hindsight differently than they do in the middle of events cannot act responsibly.
- (23) There are, *of course, many* who have a different opinion than mine.
- (24) *is anyone* actually thinking about the global consequences?
- (25) *Many who* categorically rejected this step in the past.
- (26) *Many of our allies* are doing so as well.
- (27) *Others* have also issued this serious warning to him.
- (28) *That is why*, in discussion with *German industry*.

The fourth group of deictic markers encompasses means of temporary deixis – the use of lexical and grammatical markers of an indefinite future tense, which results in the vagueness of the speaker’s obligations as in (29); the use of the modal verb *would*, referring to the realm of possibility instead of reality as in (30) and (31).

- (29) *In the medium term*, we *will* help Ukraine develop its defensive capability, also with Western weapons.
- (30) The consequences of a mistake *would be* dramatic.
- (31) That *would be* inappropriate.

The conclusion made in the article about the absence of a demarcation line between bushes and hedges – considering their impact on the illocutionary force of speech acts, is also true for hedges and shields, especially for those that are associated with deixis to the utterance agent, since both hedges and shields aim to mitigate or avoid personal factors, thereby reducing the speaker’s responsibility for his words. Thus, parenthetical hedges *I do not see*, *I do not think*. *I am sorry* in (3-5),

softening the illocutionary force of assertives, simultaneously serve as deictic markers of the speaker, while functioning as shields.

The functional intersection of shields and hedges becomes even more evident when they implement the “not-I” strategy of the speaker’s withdrawal from the role of the subject-agent of actions along with the removal of the addressee or other agents of the utterance out of its communicative focus. This strategy is implemented both at the semantic and grammatical levels where the means of deictic de-focusing function both as shields, providing deictic generalization of the subject as in (17-19), or its removal from the communicative focus as in (14-16), and as hedges, reducing illocutionary force of assertives, implicit directives and indirect commissives. As in the case of bushes and hedges, the topos *Precaution* serves as a conceptual-argumentative framework for the use of shields that implement the “not-I” strategy of the speaker’s withdrawal from the communicative focus of statements with defocusing of his personal responsibility.

Despite the absence of a clear line of demarcation between bushes, hedges and shields due to the impact of all three groups of mitigators on the illocutionary force of an utterance, it is still possible to differentiate mitigators according to the criteria for their implementation of various discursive strategies as is shown in Table 2.

Table 2 – Types of Mitigators in the Implementation of Discursive Strategies in the Discourse of Assistance to Ukraine

Topos Precautions	
BUSHES	Reduction of responsibility through the conditionality of the implementation of actions by circumstances
HEDGES	Transferring responsibility to the sphere of subjective epistemic modality with increasing probability instead of the certainty of what is being reported
SHIELDS	Replacement, impersonalization or generalization of personal responsibility or its distancing / non-specification in time

Source: Author’s Survey

Bushes in “folded form” contain additional conditions of the implementation of the action stated by the propositional content of the utterances. Conditioning the implementation of actions by circumstances, they implement a discursive strategy of reduction of the

speaker's responsibility for reported facts (assertives), implicit promises (commissives) and recommendations / warnings (implicit directives).

Shields "blur" the deixis to different components of the denotative situation represented by the utterance, implementing the discursive strategy of transfer, generalization or impersonalization of the speaker's responsibility for reported facts, implicit promises, and recommendations / warnings. In addition, shields transfer the actions / events from the realm of reality to the realm of possibility or ability. Based on it, the article includes in this group of mitigators not only deictic temporal markers, but also modal verbs with the same *possibility* and *condition*. Hedges implement the discursive strategies of authorization and de-officialization in assertive speech acts. However, when implementing such strategies, they simultaneously become triggers for implicatures about the speaker's uncertainty about the stated state of affairs or the feasibility of actions, since the transfer of responsibility to the sphere of subjective epistemological modality increases the probability instead of the reliability of what is being reported. In indirect directives, hedge-passive constructions and hedge-impersonal structures that weaken the illocutionary force of such acts are difficult to distinguish from that group of shields that blur personal deixis, removing the agent of action from the position of the phrasal subject and iconically distancing him from his own discourse.

The distribution of mitigators into groups based on discursive strategies – with the allocation of both "pure" or monofunctional means, and polyfunctional mitigators, is presented in Table 3.

Table 3 – Bushes, hedges, shields and multifunctional mitigators in their verbalizers

Bushes	Hedges	Shields	Polyfunctional mitigators
<ul style="list-style-type: none"> - adverbs of time and manner - pronouns-determiners, - nouns, - justification enhancers, blurring the denotative scope of the utterance and implicating the conditions under which its propositional content is true / feasible 	<ul style="list-style-type: none"> - epistemological non-factive verbs, often in negative form, in combination with first person singular pronoun - subordinate clauses that serve as explanatory and justifying comments on unpopular measures to protect the speaker’s face, thereby mitigating the assertive felicity condition of the speaker’s confidence in what is being said 	<ul style="list-style-type: none"> - metonymic objectification replacing personal deixis with reference to institutional structure - 1st person plural pronouns instead of 1st person singular pronouns - means of passivation and generalization to withdraw actors of actions from discourse, aimed at protecting their faces - non-specific and generalized deixis to the addressee or actors described by the speaker’s utterances - metonymic generalization of the subject and actors of utterances - means of temporary deixis, which results in the vagueness of the speaker’s obligations 	<ul style="list-style-type: none"> - impersonal, passive, or nominal forms (a) as hedges to decrease the directive illocutionary force and (b) as shields to blur the personal deixis - the modal verb “can” and the phrase “to be able to”, which indicate the possibility instead of feasibility thereby reducing the responsibility of the speaker for his words and serving as (a) hedges to reduce the illocution of assertives and commissives, and (b) as shields transferring promises or statements from the plane of reality to the plane of possibility

Source: Author’s Survey

5 Conclusion

The study has shown that the topos *Precaution*, analyzed in the discourse on assistance to Ukraine, is a component of argumentative models that justify the principles of German politics regarding the inadmissibility of escalating the conflict into a direct confrontation between NATO and Russia, preventing a nuclear war, avoiding unilateral actions, and making decisions in coordination with alliance allies, sensitivity to the moods and expectations of the German citizens, etc. This topos is based on discourse-shaping strategies and the speech acts that manifest them, whose illocutionary force is weakened by mitigators in order to balance between cautious statements and expected decisive actions, with the aim of the speaker preserving his face by employing self-serving mitigation strategies and their underlying tools. The article reached three main results.

1. The weakening of the illocutionary force of acts is influenced not only by hedges, which are traditionally distinguished based on this criterion, but also by other groups of mitigators – bushes and shields. This explains the use by the article of such an additional classification criterion as the connection of the type of mitigators with the implementation of a certain discursive strategy.

2. Bushes implement the discursive strategy of reducing the speaker's responsibility for reported facts (assertives), implicit promises (commissives) and recommendations / warnings (implicit directives) by actualizing conventional implicatures about additional conditions of the action implementation. Shields provide a discursive strategy for transferring, generalizing, or depersonalizing the speaker's responsibility for the assertives-based facts, implicit promises, and indirect recommendations / warnings by "blurring" the deixis to different components of the denotative situation and transferring the action / event from the realm of reality into the realm of the possibility of action or ability of the speaker.

Hedges implement two discursive strategies based respectively on softening assertive and directive illocutionary forces. In assertives they transfer responsibility to the sphere of subjective epistemic modality with increasing probability instead of the certainty of what is being reported. In implicit directive acts, hedges implement a strategy of generalizing

or depersonalizing the responsibility of the speaker in recommending or warning, and thus intersect with the functional scope of shields.

3. The group of bushes includes adverbs of time and mode of action, pronouns-determinants, nouns, and justification enhancers, which in their lexical presuppositions contain semes that blur the denotative sphere of the utterance. In the group of hedges the article singles out the epistemological non-factual verbs, often in negative form, combined with a first-person singular pronoun as well as subordinate clauses – an explanatory and justifying comments on unpopular measures to protect the speaker’s face, which doubt the assertive felicity condition of the speaker’s confidence in what is being said. The group of shields involves metonymic objectification replacing personal deixis with a reference to the institutional structure, 1st person plural pronouns instead of 1st person singular pronouns, means of passivation and generalization for removing actors from discourse aimed at protecting their faces, non-specific and generalized deixis to the addressee or actors described by statements, a metonymic generalization of the subject and actors, as well as means of temporary deixis that ensure the obscurity of the speaker’s obligations. The article also identified polyfunctional mitigators that are involved in the implementation of several discursive strategies simultaneously – impersonal, passive, or nominal forms, as well as the modal verb “may” and the phrase “to be able”, which are distributed into groups of both hedges and shields.

The perspective of the research is a comparative analysis of the topoi *Precaution* vs. Justice in their manifestation in discursive and pragmatic strategies of the political discourse of assistance.

Authors contribution

Kravchenko Nataliia: made substantial contributions to the idea; analysed the data; took the lead in writing the paper; reviewed the content of the paper; approved the final version to be submitted and published; came to an agreement to be accountable for all aspects of the paper.

Yudenko Oleksandr: developed the idea of the research; contributed to the interpretation of the results and analysis; made the collection, analysis of data for the research; approved of the final version to be submitted and published; came to an agreement to be accountable for all aspects of the paper.

Zhykharieva Olena: developed the idea of the research; made contributions to the method of the research and data; took the lead in writing the paper; approved of the final version to be submitted and published; came to an agreement to be accountable for all aspects of the paper.

Kryknitska Iryna: provided interpretation of data for the research; contributed to the interpretation of the results and analysis; designed the tables; approved of the final version to be submitted and published; came to an agreement to be accountable for all aspects of the paper.

References

BACH, K. Saying, meaning, and implicating. In: Allan, K. & Jaszczolt, K.M. (eds.). *The Cambridge handbook of pragmatics*. New York: Cambridge University Press, 2012. p. 23-45. Available from: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.379.735&rep=rep1&type=pdf>>. Access on: 10 Mar. 2018.

BACHMANN, K. Über das Verhältnis, das wir zu Russland nicht haben werden. *Berliner Zeitung*, 08 January 2023. Available from: <<https://www.berliner-zeitung.de/politik-gesellschaft/ueber-das-verhaeltnis-das-wir-zu-russland-nicht-haben-werden-li.304827>>. Access on: 20 Feb. 2023.

BRAUN, D. Implicating Questions. *Mind and Language*, Hoboken, v. 26, n. 5, p. 574-595, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0017.2011.01431.x>

CAFFI, C. On mitigation. *Journal of Pragmatics*, v. 31, n. 7, p. 881-909, 1999. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(98\)00098-8](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(98)00098-8)

CAFFI, C. Mitigation. In: K. Brown (Ed.), *Encyclopedia of language and linguistics*. Oxford: Elsevier, 2006. p. 171–175.

DEMIR, C. Hedging and academic writing: an analysis of lexical hedges. *Journal of Language and Linguistic Studies*, Konya, v. 14, n. 4, p. 74-92, 2018. Available from: <<https://www.jlls.org/index.php/jlls/article/view/812/422>>. Access on: 20 Feb. 2023.

DER SPIEGEL. There Cannot Be a Nuclear War. Interview with German Chancellor Olaf Scholz, conducted by Melanie Amann and Martine Knobbe, 22 April 2022. Available from: <<https://www.spiegel.de/international/germany/interview-with-german-chancellor-olaf->

scholz-there-cannot-be-a-nuclear-war-a-d9705006-23c9-4ecc-9268-ded40edf90f9>. Access on: 25 Apr. 2022.

FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis*. London: Longman, 1995. Available from: <<https://www.felsemiotica.com/descargas/Fairclough-Norman-Critical-Discourse-Analysis.-The-Critical-Study-of-Language.pdf>>. Access on: 15 Jun. 2021.

FILLMORE, Ch. J. *Santa Cruz lectures on deixis 1971*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1975. Available from: <<http://websites.umich.edu/~jlawler/FillmoreDeixisLectures.pdf>>. Access on: 15 Jun. 2021.

FRASER, B. Conversational mitigation. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 4, n. 4, p. 341-350, 1980. DOI: [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(80\)90029-6](https://doi.org/10.1016/0378-2166(80)90029-6)

FUNTOWICZ, S. O., RAVETZ, J. R. Uncertainty and Quality in Science for Policy. Uncertainty and Quality in Science for Policy. *Theory and Decision. Library Series A: Philosophy and Methodology of the Social Sciences*, v. 15. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1990. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-94-009-0621-1>

GIORA, R., FEIN, O., GANZI, J., LEVI, N. A., & SABAH, H. On negation as mitigation: The case of negative irony. *Discourse Processes*, Oxford, v. 39, n. 1, p. 81-100, 2005. DOI: https://doi.org/10.1207/s15326950dp3901_3

GRATCH, J., MARSELLA, S., MARTINOVSKI, B. Mitigation Theory: An Integrated Approach. *Twenty-Seventh Annual Conference of the Cognitive Science Society*, v. 27, 2005. University of Southern California. Available from: <<https://escholarship.org/uc/item/15r5s96s>>. Access on: 10 Sept. 2022.

GRICE, H. P. *Logic and Conversation*. In: Cole, P., Morgan, J. L. (eds.). *Syntax and Semantics*, v. 3, *Speech Acts*, New York: Academic Press, 1975. p. 41-58, DOI: https://doi.org/10.1163/9789004368811_003

HART, Ch., CAP, P. *Contemporary Critical Discourse Studies*. London/ New York: Bloomsbury, 2014.

HAVERKATE, H. Deictic categories as mitigating devices. *Pragmatics*, Antwerpen, v. 2, n.4, p. 505-522, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1075/prag.2.4.03hav>

HEIM, I. Presupposition projection and the semantics of attitude verbs. *Journal of semantics*, Oxford, v. 9, p. 183-222, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1093/jos/9.3.183>.

HEMICKER, L. Mehrheit der Deutschen fürchtet russischen Atomschlag. *Frankfurter Allgemeine*, Frankfurt, 17 October 2022. Available from: <https://www.faz.net/aktuell/politik/inland/umfrage-grosse-mehrheit-fuerchtet-russischen-atomschlag-18393402.html>. Access on: 15 Jan. 2023.

HINKEL, E. Hedging, inflating, and persuading in L2 academic writing. *Applied Language Learning*, Monterey, v. 15, n. 1, 2, p. 29-53, 2005. Available from: https://www.dlflc.edu/wp-content/uploads/2021/12/Applied-Language-Learning_Vol15_Pt1-2.pdf. Access on: 15 Jan. 2023.

HOLMES, J. Modifying illocutionary force. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.8, n. 3, p. 345-365, 1984. DOI: [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(84\)90028-6](https://doi.org/10.1016/0378-2166(84)90028-6).

KAISER, M. Uncertainty and Precaution 2: The Precautionary Principle and its relevance to science. *Global Bioethics*, Oxford, v. 17, n. 1, p. 81-92, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/11287462.2004.10800845>.

KINZIG, A., STARRETT, D., ARROW, K., ANIYAR, S. *et al.* Coping With Uncertainty: A Call for a New Science-Policy Forum. *Ambio*, Stockholm, v. 32, n. 5, p. 330-335, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1639/0044-7447\(2003\)032\[0330:CWUACF\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1639/0044-7447(2003)032[0330:CWUACF]2.0.CO;2).

KIENPOINTNER, M. *Alltagslogik*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-holzboog, 1992. Available from: <http://www.gbv.de/dms/hebis-darmstadt/toc/20038798.pdf>. Access on: 15 Sept. 2022.

KINKARTZ, S. Why Germany hesitates on sending battle tanks to Ukraine, FOCUS, Kyiv, 23 January 2023. Available from: <https://www.dw.com/en/why-german-chancellor-olaf-scholz-is-hesitant-about-delivering-battle-tanks-to-ukraine/a-64493249>. Access on: 5 Feb. 2023.

KRASTEV, I., MARK, L. Peace versus Justice: The coming European split over the war in Ukraine, The European Council on Foreign Relations,

Berlin, 15 June 2022. Available from: <<https://ecfr.eu/publication/peace-versus-justice-the-coming-european-split-over-the-war-in-ukraine/>>. Access on: 15 Sept. 2022.

KRAVCHENKO, N., PROKOPCHUK, M., POZHAR, A., ROZHKOVA, Y., & KOZYAREVYCH-ZOZULYA, L. Illocutionary Pragmatic Adaptation Challenge: Ukrainian Translations of English-language Soft Law Texts. *Amazonia Investiga*, Florencia, v. 11, n. 49, p. 267-276, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.34069/AI/2022.49.01.29>.

KRAVCHENKO, N., CHAIKA, O., KRYKNITSKA, I., LETUNOVSKA, I., YUDENKO, O. Commissive Modality of International Legal Discourse: An Implicit Mitigation of the Bindingness. *Theory and Practice in Language Studies*, London, v. 12, n. 6, p. 1039-1047, 2022b. DOI: <https://doi.org/10.17507/tpls.1206.03>.

KRAVCHENKO, N., PASTERNAK, T., KOROTKA, S. Deontic modality in epideictic discourse: Speech acts facet (based on COVID-associated texts). *Cogito. Multidisciplinary research journal*, Bucharest, v. 13, n.2, p. 167–184, 2021. Available from: <https://cogito.ucdc.ro/cogito_nr_2_2021.pdf>. Access on: 15 Sept. 2022.

KRAVCHENKO, N. Illocution of direct speech acts via conventional implicature and semantic presupposition. *Lege artis. Language yesterday, today, tomorrow*, Trnava, v. II, n. 1, p. 128-168, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1515/lart-2017-0004>.

KURENKOVA, O. “Leopards” for ZSU – torment for Sholtz. Why is Germany so cautious in supporting Ukraine? *Ukrainian Pravda*, Kyiv, 28 January 2023. Available from: <<https://www.pravda.com.ua/podcast/s/63c2e4ae29c3f/2023/01/28/7386956/>>. Access on: 1 Feb. 2023.

OXFORD Learner’s Dictionaries. Available from: <<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/precaution>>. Access on: 10 Sep. 2022.

PERELMAN, C., OLBRECHTS-TYTECA, L. *The new rhetoric: A treatise on argumentation*. Notre Dam: University of Notre Dame Press, 1969.

POTTS, C. Presupposition and implicature. In: Lappin, S., Fox, Ch. *Wiley-Blackwell Handbook of Contemporary Semantics*. 2 ed., Hoboken: Shalom Lappin, Backwell, 2014. Available from: <<https://web.stanford>

edu/~cgpotts/manuscripts/potts-blackwellsemantics.pdf>. Access on: 20 Sept. 2022.

POTTS, C. *The Logic of Conventional Implicatures*. New York: Oxford University Press, 2005.

PRINCE, E. F., FRADER, J., & BOSK, C. On hedging in physician-physician discourse. In: DiPietro, R. J. (ed.) *Linguistics and the professions*. 9 ed., 1982. Hillsdale: Ablex, p. 83-97.

REISIGL, M. The Discourse-Historical Approach. In: Flowerdew, J., Richardson, J. E. (eds.). *The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies*, Oxford: Routledge, 2017. p.44-59.

REISIGL, M., WODAK, R. The Discourse-Historical Approach (DHA). In: Wodak, R.; Meyer, M. (eds). *Methods of Critical Discourse Analysis*. 2. ed. India Pvt Ltd New Delhi: SAGE Publications, 2008. p. 87-121. Available from: <https://www.researchgate.net/publication/251636976_The_Discourse-Historical_Approach_DHA>. Access on: 20 Sept. 2022.

RICHARDSON, J. E. *(Mis)Representing Islam: the racism and rhetoric of British Broadsheet newspapers*. Amsterdam: John Benjamins, 2004.

SBISA, M. Illocutionary force and degrees of strength in language use. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 33, n. 12, p. 1791–1814, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(00\)00060-6](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(00)00060-6).

SCHOLZ, O. KanzlerKompakt, 24 February 2023. Available from: <<https://www.bundesregierung.de/breg-de/mediathek/kanzler-kompakt>>. Access on: 26 Feb. 2023.

SEARLE, J. R. *The Construction of Social Reality*. New York: Free Press, 1995. Available from: <[https://epistemh.pbworks.com/f/6.+The+Construction+of+Social+Reality+\(SCAN\).pdf](https://epistemh.pbworks.com/f/6.+The+Construction+of+Social+Reality+(SCAN).pdf)>Access on: 15 Sept. 2022.

SEARLE, J. R. *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*. New York: Cambridge University Press, 1983. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139173452>.

SEARLE, J. R. A Classification of Illocutionary Acts. *Language in Society*, Cambridge, v. 5, n. 1, p. 1-23, 1976. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0047404500006837>.

SEARLE, J. *Speech acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SKOVGAARD-OLSEN, N., KELLEN, D., KRAHL, H., KLAUER, K., Ch. Relevance differently affects the truth, acceptability, and probability evaluations of “and”, “but”, “therefore”, and “if-then”. *Thinking and Reasoning*, Oxford, v. 23, n. 4, p. 449-482, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/13546783.2017.1374306>.

SPECTOR, B., SUDO, Y. Presupposed ignorance and exhaustification: how scalar implicatures and presuppositions interact. *Linguistics and Philosophy*, Dordrecht, v. 40, n. 5, p. 473-517, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10988-017-9208-9>.

SUKHAREVICH, A. Why Germany is so reluctant to support Ukraine in the war, News of a Healthy Person, Kyiv, 19 February 2023. Available from: <<https://nzl.theukrainians.org/chomu-nimechchyna-tak-nerishuche-pidtrymuye-ukrayinu-u-vijni.html>>. Access on: 22 Feb. 2023.

SWEETSER, E., & FAUCONNIER, G. Cognitive links and domains: Basic aspects of mental space theory. In: Fauconnier, G. & Sweetser E. (eds.). *Spaces, Worlds, and Grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996. p. 1-28.

THALER, V. Mitigation as modification of illocutionary force. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 44, n. 6-7, p. 907-919, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2012.04.001>.

WITWICKI, A. Przekażą Ukrainie Leopardy, ale to nic nie zmienia. „Nie oznacza to zwrotu w polityce niemieckiego rządu. *Niezależna*, Warszawa, 29 January 2023. Available from: <<https://niezalezna.pl/473122-przekaza-ukrainie-leopardy-ale-to-nic-nie-zmienia-nie-oznacza-to-zwrotu-w-polityce-niemieckiego-rzadu?fbclid=IwAR26tR4mQEmBfeeHQ-Tt1FAGjup7m1vM>>. Access on: 1 Feb. 2023.

WODAK, R. *The Discourse of Politics in Action*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.



Construções concessivas escalares: uma abordagem discursivo-funcional

Scalar Concessive Constructions: A Functional-Discourse Grammar Approach

Michel Gustavo Fontes

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul / Brasil

michel.fontes@ufms.br

<https://orcid.org/0000-0003-2376-8648>

Resumo: Este artigo propõe uma descrição, pautada no modelo teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), de construções concessivas articuladas pelas conjunções complexas *ainda que* e *mesmo que*, com o objetivo de precisar o estatuto léxico-gramatical dessas conjunções e de mapear as diferentes relações concessivas por elas instauradas. Para tanto, conta-se, como material de análise, com ocorrências do português contemporâneo, coletadas a partir do *Corpus do Português* (Davies; Ferreira, 2006). Defende-se que subjaz, ao uso de construções concessivas com *ainda que* e *mesmo que*, uma associação entre concessividade e escalaridade (König, 1985a; 1985b), o que permite atestar o estatuto intermediário (em termos de contínuo léxico-gramatical) dessas conjunções. Esses resultados demandam, em termos de representação conforme o modelo da GDF, duas questões: (i) representações multiníveis dessas construções alinhando distinções próprias aos dois níveis da formulação, Interpessoal e Representacional, e chegando aos impactos na codificação no Nível Morfossintático, e (ii) a distinção de um novo tipo de primitivo morfossintático, o *padrão conjuncional semifixo*.

Palavras-chave: conjunções concessivas; distinção léxico-gramática; Gramática Discursivo-Funcional.

Abstract: This paper offers a Functional Discourse Grammar (Hengeveld; Mackenzie, 2008) account of concessive constructions articulated by two specific complex conjunctions: *ainda que* and *mesmo que*. Based on contemporary Portuguese data from *Corpus do Português* corpora (Davies; Ferreira, 2006), the analysis proposes an association between concessivity and scalarity underlying the use of concessive

constructions with *ainda que* and *mesmo que* (König, 1985a, 1985b). This association is evidence of an in-between position of these conjunctions in the lexical-grammatical *continuum*. These results demand, for a FDG representation, two directions: (i) a multi-layered representation that aligns properties from formulation levels (Interpersonal and Representational), arriving to impacts on Morphosyntactic encoding, and (ii) the distinction of a new morphosyntactic primitive, the *semi-fixed conjunctive template* (Keizer, 2013).

Keywords: concessive conjunctions; lexical-grammatical dichotomy; Functional Discourse Grammar.

Recebido em 10 de janeiro de 2023.

Aceito em 28 de agosto de 2023.

1 Introdução

Este artigo direciona sua atenção para conjunções concessivas, *que*, conforme König (1985a, 1985b), são, nas línguas em geral, complexas, já que sua formação (geralmente tardia na história das línguas) tende a envolver a combinação de elementos linguísticos já disponíveis no sistema. Nesse sentido, conjunções concessivas são facilmente relacionáveis a outro(s) significado(s), e seus componentes costumam ser perceptíveis em sua forma e/ou em seu significado. Trata-se, portanto, de uma classe bastante produtiva para o debate em torno à aplicabilidade da distinção léxico-gramática às conjunções adverbiais, o que tem ganhado bastante atenção de alguns estudiosos¹ da Gramática Discursivo-Funcional, cuja versão inicial, apresentada em Hengeveld e Mackenzie (2008), delinea uma distinção bastante discreta entre classes de palavras lexicais e classes de palavras gramaticais.

O português abriga, ao lado da conjunção prototípica *embora* (que mascara sua formação complexa, a partir da perífrase circunstancial

¹ Citam-se, aqui, os trabalhos de Fontes (2016), de Fontes e Teixeira (2023), de Hengeveld e Wanders (2007), de Oliveira (2008; 2012; 2014), e de Pérez Quintero (2006; 2013).

em boa hora),² um conjunto de conjunções concessivas de composição complexa mais aparente, frutos da fusão de elementos linguísticos diversos, como *ainda que*, *mesmo que*, *a pesar de que*, *por mais que*, *se bem que*, *nem que*, etc. Em face desse cenário tão diverso, este artigo toma, como objeto de estudo, as conjunções concessivas complexas *ainda que* e *mesmo que*, exemplificadas em (1) e (2).

- (1) Faltam três capítulos curtos. Estado - *Ainda que* se trate de pura ficção, sua literatura remete o leitor diretamente à realidade brasileira. (19Or:Br:Intrv:ISP)
- (2) Tinha se apegado a ela como a gente se apegava a uma irmã. *Mesmo que* a filha do patrão precisasse de sua informação, não ia dar. (19:Fic:Br:Cavalcante:Inimigos)

O objetivo geral é oferecer uma descrição, pautada nos princípios teórico-metodológicos do modelo da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), de construções concessivas articuladas por *ainda que* e *mesmo que*, o que implica seguir com dois objetivos específicos: (i) precisar o estatuto léxico-gramatical dessas conjunções, e (ii) mapear as diferentes relações concessivas por elas instauradas.

A hipótese aqui assumida é a de que construções como em (1) e (2) são marcadas por certa afinidade entre o significado concessivo ali articulado e o significado escalar associado ao elemento linguístico base da composição dessas conjunções, no caso *ainda* (em *ainda que*) e *mesmo* (em *mesmo que*).³ A construção concessiva em (3), articulada pela conjunção prototípica *embora*, representa-se, conforme o atual estado da GDF, enquanto função semântica Concessão (Conc), atribuída, no Nível Representacional, ao Estado-de-Coisas concessivo (e_j). Como se pode notar, esse tipo de representação não especifica qualquer outro

² É bastante conhecida a história da conjunção concessiva *embora*, que, a partir da redução fonológica do sintagma preposicionado *em boa hora*, usado para expressar bom augúrio (Felicio, 2008; Castilho, 2010), passa a expressar significados espaciais, como *o garoto já se foi embora*, e concessivos, como *embora não tenha estudado, foi aprovado*.

³ Inúmeros trabalhos têm caracterizado a multifuncionalidade de *ainda* e de *mesmo* no português. Entre as diversas funções por eles desempenhadas, figura, conforme defendem Fontes e Moreira (2020) e Fontes e Cânovas (2021), uma de natureza mais pragmática e gramatical, como partículas escalares, nos termos de Schwenter (1999; 2000; 2002).

valor associado à construção concessiva, como parece ser o caso das construções em (1) e (2), que associam *concessão* e *escalaridade*.

- (3) Não é um filme especificamente sobre a guerra da Bósnia, *embora* trate de aspectos dessa guerra. (19Or:Br:Intrv:ISP)
- (e_i: – não é um filme especificamente sobre a guerra da Bósnia – (e_i):
(e_j: – trate de aspectos dessa guerra – (e_j)_{Conc}) (e_i))

Nesse contraponto, a pergunta que centralmente direciona esta investigação é: quais são os meios e/ou os mecanismos que permitem abordar e representar, em conformidade com o modelo da GDF, a associação entre os dois significados – concessão e escalaridade – subjacentes aos usos das conjunções *ainda que* e *mesmo que*?

Por outro lado, deve-se atentar ao fato de que a GDF é um modelo modular e estratificado de gramática, que concebe pragmática e semântica como componentes gramaticais distintos e independentes. Nesse sentido, uma segunda pergunta se impõe a esta investigação: tendo em vista a modularização e a estratificação de significados que arquitetam o modelo da GDF, como é possível representar as construções circunstanciais em (1) e (2), que associam dois significados funcionalmente distintos – a concessão, de natureza semântica, e a escalaridade, de natureza pragmática?

Para a condução da pesquisa, o material de análise compõe-se de ocorrências reais de uso das conjunções sob análise, relativas ao português contemporâneo (séculos XX e XXI) e coletadas a partir de textos orais e escritos que integram o banco de dados do *Cópus do Português* (Davies; Ferreira 2006), em sua versão histórico/gênero.⁴ Este artigo está estruturado em três seções: a primeira apresenta os fundamentos teóricos subjacentes à proposta de descrição a ser traçada; já a segunda discute o estatuto léxico-gramatical das conjunções *ainda*

⁴ Disponível no site <http://www.corpusdoportugues.org>, o *Corpus do Português*, em sua versão histórico/gênero, abarca um conjunto de textos e de dados de uso do português, em suas variedades europeia e brasileira, num período que vai dos séculos XIV ao XXI. Esse banco de dados pode ser consultado a partir de um sistema de busca por meio de fórmulas e/ou palavras-chave; no caso deste artigo, a busca se orientou pelas conjunções estudadas (tomadas como palavras-chave), e, para compor a análise, foram levantadas as primeiras cem ocorrências das construções concessivas articuladas por essas construções.

que e mesmo que; a terceira, por fim, mapeia, em termos dos níveis e camadas de representação da GDF, as diferentes relações concessivas articuladas por *ainda que e mesmo que*. Encerram o artigo considerações que procuram sintetizar e realçar os resultados apresentados tendo em vista o quadro teórico maior em que se insere a discussão.

2 Fundamentos teóricos

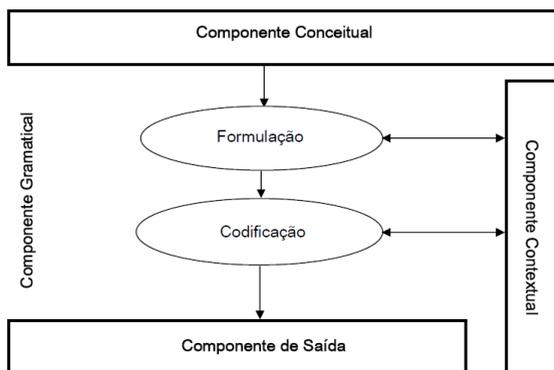
Dois importantes fundamentos teóricos merecem atenção nesta primeira seção: um geral, que diz respeito aos princípios da teoria que embasa este artigo, a GDF, e outro específico, relativo ao modo como a GDF aborda a distinção entre léxico e gramática.

2.1 Apresentação geral do modelo da Gramática Discursivo-Funcional

Enquanto modelo gramatical de orientação (tipológico-) funcional, a GDF reconhece a instrumentalidade da língua em relação aos propósitos comunicativos de seus usuários ao interagir socialmente. Por conseguinte, qualquer expressão linguística é tomada como via de mediação entre os participantes da interação, de modo que não se pode entender a forma (ou a estrutura) linguística enquanto entidade autônoma, mas sim compreendê-la como correlato material de significados funcionais inerentes às conceitualizações e aos propósitos comunicativos dos usuários da língua.

Apoiados nessa premissa funcionalista basilar, Hengeveld e Mackenzie (2008) concebem a GDF enquanto Componente Gramatical de um modelo mais abrangente de interação verbal, como ilustra a figura 1. No interior da interação verbal, o Componente Gramatical (a GDF) está em interação com outros três componentes não-linguísticos, a saber: o Componente Conceitual (módulo em que se gerenciam as conceitualizações e as intenções comunicativas do falante), o Componente Contextual (módulo em que se armazenam informações relativas aos contextos discursivo e/ou comunicativo que determinam a produção de uma expressão linguística) e o Componente de Saída (módulo que toma o *input* vindo do Componente Gramatical e o traduz em material acústico, escrito e/ou simbólico).

Figura 1 – A GDF como parte de uma teoria da interação verbal

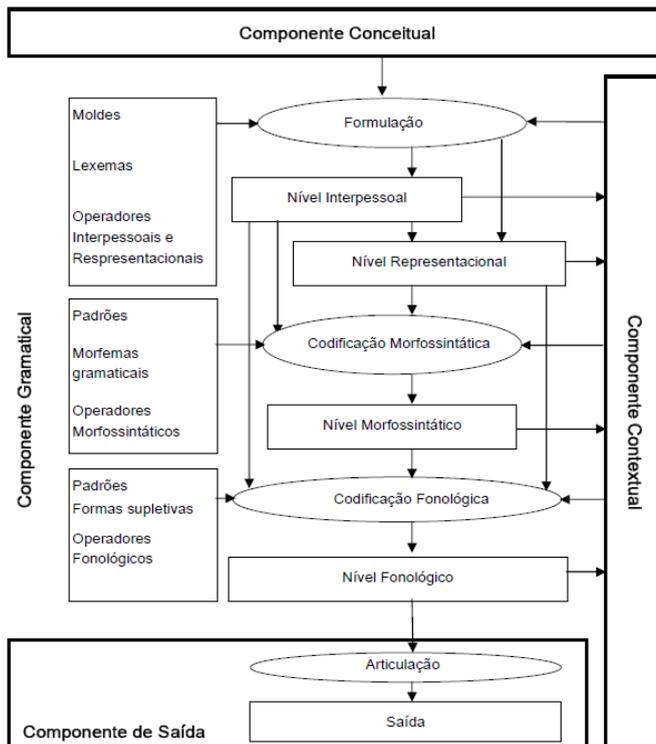


Fonte: Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 44).

O Componente Gramatical se organiza internamente tendo em vista duas operações determinantes para a confecção de uma expressão linguística: a *formulação*, responsável por converter as intenções e as conceitualizações do falante, provenientes do Componente Conceitual, em representações pragmáticas e semânticas; e a *codificação*, responsável por dar forma linguística, em termos de estruturas morfossintática e fonologicamente analisáveis, às representações (pragmáticas e/ou semânticas) advindas da formulação. Essas operações sustentam os quatro módulos que compõem a GDF, e cada módulo, ao lidar com questões de diferentes níveis de análise linguística, interagem entre si na produção de uma expressão linguística adequada e apropriada às intenções comunicativas do(s) falante(s).

A figura 2 ilustra a arquitetura geral da GDF: enquanto as elipses representam as operações de formulação e de codificação, os retângulos contêm cada um dos níveis de análise e de representação da expressão linguística; os quadrados, por sua vez, abarcam os primitivos que são usados nessas operações.

Figura 2 – Arquitetura geral da GDF



Fonte: Hengeveld; Mackenzie (2012, p. 46).

Os dois primeiros níveis de análise ocupam-se de questões ligadas à *formulação* de uma expressão linguística. O Nível Interpessoal é responsável pela *formulação interpessoal*, que captura as estratégias retóricas e pragmáticas que permeiam a ação comunicativa do falante ao proferir um enunciado linguístico. Assim, no Nível Interpessoal, são mapeadas unidades e propriedades linguísticas próprias ao dinamismo da interação verbal, como as de natureza retórica, que dizem respeito ao modo como o falante organiza seu discurso a partir de seu objetivo comunicativo ao interagir com o ouvinte, e as de natureza pragmática, associadas ao modo como o falante modela sua mensagem levando em conta expectativas suas quanto à informação pragmática do ouvinte.

A formalização em (4) dispõe as camadas que organizam hierarquicamente o Nível Interpessoal. A mais alta é o Movimento, que, definido como uma contribuição autônoma para o avanço da interação, pode compor-se de um ou mais Atos Discursivos (A), tomados como “unidades minimamente identificáveis do comportamento comunicativo [que] não necessariamente promovem a conversação na tentativa de se alcançar um objetivo comunicativo” (Kroon, 1995, p. 65).⁵ O Ato Discursivo é organizado, internamente, em termos de uma *Ilocução* (F), de, pelo menos, dois *Participantes* da interação – Falante ((P₁)_S) e Ouvinte ((P₂)_A) – e de um *Conteúdo Comunicado* (C), que se compõem de *Subatos de Atribuição* (T) e de *Referência* (R).

$$(4) \quad (M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_{\{\Phi\}} (R_1)_{\{\Phi\}}] (C_1)_{\{\Phi\}}]) (A_1)_{\{\Phi\}}]) (M_1))$$

Fica a cargo do Nível Representacional a *formulação representacional*, que mapeia os enunciados linguísticos em termos de entidades ontológicas e de propriedades denotativas. Trata-se, assim, do nível da semântica, compreendida de duas maneiras: (i) o modo como as línguas se relacionam com o mundo extralinguístico que descrevem e/ou representam, e (ii) os significados de unidades lexicais (semântica lexical) e/ou unidades complexas (semântica composicional) isolados do uso na comunicação.

O Nível Representacional está organizado a partir de categorias ontológicas como as dispostas em (5). Conteúdos Proposicionais (p) correspondem construtos mentais que não podem ser localizados nem no espaço, nem no tempo, mas que têm lugar na mente dos participantes da interação. Conteúdos Proposicionais podem conter, como núcleo, Episódios (ep), que correspondem a um conjunto de um ou mais Estados-de-Coisas (e) tematicamente coerentes, apresentando unidade em termos de Tempo (t), Localização (l) e Indivíduo (x). O núcleo de um Estado-de-Coisas, por sua vez, pode ser preenchido por uma Propriedade, que pode ser simples, no caso uma Propriedade Lexical (f), ou complexa, que, chamada de Propriedade Configuracional (f^c), abriga os esquemas

⁵ *No original*: “the smallest identifiable units of communicative behaviour. In contrast to the higher order units called Moves, they do not necessarily further the communication in terms of approaching a conversational goal” (Kroon, 1995, p. 65).

de predicação de uma língua. Outras unidades semânticas podem também ser captadas nesse nível, como Indivíduo (x), Locação (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Qualidade (q).

$$(5) \quad (p_1: (ep_1: (e_1: (f_1: [(f_1)^n (x_1)_{\{\Phi\}}] (f_1)) (e_1)_{\{\Phi\}}) (ep_1)_{\{\Phi\}}) (p_1)_{\{\Phi\}})$$

O *input* gerado pelas operações de formulação é linguisticamente estruturado pelos dois níveis da codificação. Sob responsabilidade do Nível Morfossintático, primeiro nível de codificação linguística, está a *codificação morfossintática*, que correlaciona as entidades e propriedades semântico-pragmáticas proveniente dos níveis da formulação a unidades morfossintaticamente analisáveis, representadas em (6). Assim, fica a cargo desse nível qualquer aspecto estrutural, em termos de morfossintaxe, de uma unidade linguística. A *Expressão Linguística* (Le) é sua camada mais alta e pode estruturar-se a partir de outras unidades, como *Oração* (Cl), *Sintagma* (Xp) e/ou *Palavra* (Xw). Os Sintagmas podem ser Nominal (Np), Adjetivo (Adjp), Verbal (Vp) ou Adverbial (Advp), e as Palavras podem ser Lexical (Lw) ou Gramatical (Gw).

$$(6) \quad (El_1: (Cl_1: [(Xw_1) (Xp_1)] (Cl_1)) (El_1))$$

Por fim, a cargo do Nível Fonológico fica a *codificação fonológica*, responsável por tomar todo o *input* dos níveis superiores e construir, para a expressão linguística, representações fonêmicas baseadas em oposições fonológicas binárias, provendo, assim, o *input* necessário para a articulação, de responsabilidade do Componente de Saída.⁶

Em suma, pelo modo de organização da GDF, fica clara sua intenção mais geral de oferecer um modelo de análise e de descrição funcionalmente orientado a partir da correlação entre propriedades formais das unidades linguísticas e propriedades pragmáticas e semânticas subjacentes à intenção comunicativa dos usuários da língua.

2.2 A distinção léxico-gramática na GDF

A distinção entre léxico e gramática no interior do modelo da GDF perpassa, centralmente, dois pontos de sua arquitetura: (i) a proposição

⁶ Por não interessar, aos propósitos analíticos deste artigo, as representações fonológicas das construções e conjunções sob investigação, opta-se por não trazer as formalizações do Nível Fonológico.

de um conjunto de primitivos responsáveis por alimentar a formulação da expressão linguística, e (ii) a abordagem quanto às classes de palavras.

Segundo Hengevel e Mackenzie (2016), a produção de um Ato Discursivo ao longo do Componente Gramatical parte do desenvolvimento, no Componente Conceitual, de uma Mensagem em duas etapas: primeiro, são determinadas as configurações globais da Mensagem, que, ao serem repassadas para o Componente Gramatical, desencadeiam a escolha dos *moldes* (ou *frames*) adequados para se formular a expressão linguística nos Níveis Interpessoal e/ou Representacional; segundo, entram em jogo fatores relativos às intenções comunicativas do falante, as variáveis próprias ao contexto discursivo, a natureza da interação e o impacto do entrincheiramento e do *priming*, assim como de propriedades estruturais. Essa segunda etapa tem impacto sobre a seleção, durante a formulação da expressão linguística, de primitivos, isto é, de Lexemas (núcleos e modificadores), operadores e/ou funções a serem inseridos nos moldes.

Primitivos são, então, elementos linguísticos que atuam na construção e na edificação de uma expressão linguística. A formulação de qualquer expressão linguística envolve três processos interligados, alimentados pelos diferentes tipos de primitivos abrigados no Fundo da GDF: (i) num primeiro momento, são selecionados os *moldes* (ou *frames*), esquemas abstratos que definem as possíveis combinações de unidades interpessoais e/ou representacionais para as camadas dos níveis da formulação; (ii) após isso, passa-se à inserção de Lexemas apropriados aos moldes, e, entre esses lexemas, figuram o *núcleo*, peça central e elementar do molde, e *modificadores*, mecanismos lexicais com que o falante restringe a denotação ou a evocação de uma camada; por fim, (iii) são, então, aplicadas distinções gramaticais aos moldes, o que envolve a apropriada seleção de *operadores*, meios gramaticais com que o falante especifica o conteúdo designado ou evocado por uma camada, e/ou *funções*, estratégias altamente gramaticais empregadas pelo falante para assinalar a relação (semântica ou pragmática) entre unidades linguísticas de mesmo estatuto.

É isso que se nota com o esquema em (7), uma representação geral para qualquer camada dos níveis Interpessoal e Representacional. Nele, observa-se que a camada relevante para análise, representada pela variável v_1 , é restringida por meios lexicais, por um núcleo e/ou por um modificador (σ). Além disso, pode-se aplicar, à camada, estratégias

gramaticais de especificação, como um operador (π), e/ou de relação/vinculação, como uma função (Φ).

$$(7) \quad (\pi v_1: [\text{núcleo } (v_1)_\Phi]: [\sigma (v_1)_\Phi])$$

O segundo ponto que diz respeito à distinção entre léxico e gramática na GDF é a questão das classes de palavras. Hengeveld e Mackenzie (2008) estabelecem duas grandes classes: (i) as classes de Lexemas (ou Palavras Lexicais), que têm lugar apenas no Nível Representacional, e (ii) as classes de Palavras Gramaticais, que são reconhecidas apenas no Nível Morfossintático.

Enquanto itens ou formas de conteúdo, os Lexemas estão disponíveis aos usuários da língua para prover informação designativa necessária para a construção de uma expressão linguística com uso bem sucedido na interação. No Nível Interpessoal, eles correspondem, geralmente, a Subatos, e, no Nível Representacional, são tomados como Propriedades Lexicais. São codificados, no Nível Morfossintático, como núcleo de um Sintagma, sendo que a categoria sintática do Lexema determina o tipo de Sintagma (Keizer, 2015, p. 236).

Hengeveld e Mackenzie (2016) definem as diferentes classes de Lexemas tendo em vista as funções desempenhadas por eles na configuração dos moldes, o que implica considerar dois parâmetros: o estatuto do Lexema (núcleo ou modificador), e o tipo de Subato evocado no Nível Interpessoal. A partir disso, os autores distinguem, no Nível Representacional, quatro grandes classes de Lexemas: (i) a dos Verbos, núcleos de Subatos Atributivos; (ii) a dos Substantivos, núcleos de Subatos Referenciais; (iii) a dos Adjetivos, modificadores de Subatos Referenciais; e (iv) a dos Advérbios, modificadores de Subatos Atributivos.

As Palavras Gramaticais, por sua vez, não são engatilhadas por informação lexical proveniente dos níveis da formulação; elas, na verdade, captam, no Nível Morfossintático, três ordens distintas de informação: (i) primeiramente, há as Palavras Gramaticais que não apresentam qualquer correspondência com unidades representacionais ou interpessoais (são, em geral, Palavras desprovidas de significação), como os *dummies*; (ii) em segundo lugar, existem Palavras Gramaticais que codificam operadores ou funções aplicados às camadas dos níveis da formulação; (iii) e, por fim, há Palavras Gramaticais como proformas e pronomes pessoais, que correspondem a unidades interpessoais e/ou

representacionais sem especificação lexical (e, assim, são representadas como núcleos vazios).

Hengeveld e Mackenzie (2008) chegam, então, ao quadro 1, em que se traça uma compatibilização entre as classes de Lexemas e as classes de Palavras Gramaticais.

Quadro 1 – Correspondências entre as classes de Palavras Lexicais e Gramaticais

Palavras Lexicais	Exemplos	Palavras Gramaticais	Exemplos
Verbo	<i>limpar</i>	Verbo Auxiliar	<i>ir, estar</i>
Substantivo	<i>casa</i>	Pronome	<i>eu, ele, aquele</i>
Adjetivo	<i>bonito</i>	Proadjetivo	<i>tal</i>
Advérbio	<i>agora</i>	Proadvérbio	<i>lá, aí</i>
Adposição	<i>sob, sobre</i>	Adposição Gramatical	<i>de, em</i>
Conjunção	<i>enquanto</i>	Conjunção Gramatical	<i>que, porque</i>
Partícula	<i>hei, uau</i>	Partícula Gramatical	<i>só, até</i>

Fonte: Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 401, tradução própria).

Em síntese, a distinção léxico-gramatical tem impacto sobre a delimitação de dois pontos de seu modelo: (i) o cotejo de primitivos com estatuto léxico-gramatical bastante diverso para alimentar a operação de formulação, e (ii) a especificação das classes de palavras (*parts-of-speech*, em inglês) em termos de classes de Lexemas e de classes de Palavras (Gramaticais). Em relação a (ii), deve-se ressaltar, conforme o fazem Hengeveld e Mackenzie (2016), que: (a) as classes de Lexemas se definem funcionalmente a partir dos papéis que os Lexemas cumprem na formulação de moldes interpessoais e/ou representacionais; (b) as diferentes categorias desses Lexemas são especificadas nos níveis Interpessoal e Representacional; (c) na codificação, no Nível Morfossintático, a distribuição sintática e as características morfológicas são as propriedades que determinam as classes de Palavras (Gramaticais).

3 As conjunções complexas *ainda que* e *mesmo que*

Esta seção, após revisar diferentes abordagens pautadas pelo modelo da GDF em torno ao estatuto das conjunções adverbiais e propor um modo próprio de se operacionalizar essa questão, analisa as conjunções complexas concessivas *ainda que* e *mesmo que*.

3.1 Por uma caracterização das conjunções adverbiais conforme a GDF

Articulada a sua abordagem em torno às classes de palavras, a GDF reconhece que a classe de conjunções⁷ abriga membros lexicais e gramaticais. Conjunções Gramaticais são primitivos da codificação morfossintática, isto é, são Palavras Gramaticais introduzidas no Nível Morfossintático como reflexo da codificação de funções (retóricas e/ou semânticas) atribuídas a entidades (camadas) dos níveis Interpessoal e/ou Representacional.

Por exemplo, em (8), a conjunção *because* combina duas orações numa construção adverbial causal. No Nível Representacional, dois Estados-de-Coisas são articulados numa relação de modificação: o primeiro Estado-de-Coisas (e_i), de estatuto nuclear, é modificado pelo segundo, de estatuto subsidiário (e_j), que assinala a circunstância causal que leva à sua (de e_i) ocorrência; assim, no Nível Representacional, é atribuída, a (e_j), a função semântica Causa (*Cause*), codificada, no Nível Morfossintático, pela Conjunção Gramatical *because* (*Gw*) que encabeça a Oração subordinada (^{dep}Cl), encaixada na posição de modificador adverbial do padrão da Oração principal (^{main}Cl).

(8) The boy hasn't come to class *because* he is ill.

NR: (e_i : – the boy hasn't come to class – (e_j : (e_j : – he is ill – (e_j)_{cause}) (e_i))

NM: (^{main}Cl_i: [(^{dep}Cl_j: – the boy – (^{dep}Cl_j)) (Vp_i: – hasn't come – (Vp_i)) (Adpp_i: – to class – (Adpp_i)) (^{dep}Cl_j: – because he is ill – (^{dep}Cl_j))] (^{main}Cl_i)) → (^{dep}Cl_j: [(**Gw_i**: **because** _{Conj} (**Gw_i**)) (Gw_j: he_{pro} (Gw_j)) (Vp_j: – is ill – (Vp_j))] (^{dep}Cl_j))

As Conjunções Lexicais, por sua vez, correspondem a primitivos do Nível Representacional e são analisadas em termos de uma predicação monovalente, isto é, constituem Propriedades Configuracionais (f^e) de um-lugar, compostas por um predicado (f) que seleciona um argumento (α) com função semântica Referência (Ref).

Em (9), *while* articula duas orações numa construção adverbial temporal. Assim como em (8), são articulados, numa relação de

⁷ Para a GDF, seguindo a tradição da Gramática Funcional de Dik (1997a; 1997b), conjunções, ao lado de outros elementos linguísticos (como preposições), correspondem a primitivos relatores (ou relacionais), capazes de relacionar ou de estabelecer articulação (conexão), de natureza diversa, entre elementos e estruturas linguísticas.

modificação, no Nível Representacional, dois Estados-de-Coisas: o Estado-de-Coisas subsidiário (e_i) modifica o Estado-de-Coisas nuclear (e_j), assinalando a circunstância temporal de sua (do primeiro) realização. *While* agrega, para a construção em (8), o valor de simultaneidade, trazendo, então, para a relação temporal, um significado lexical específico. Dada a natureza lexical de *while*, é necessário especificar a configuração interna do Estado-de-Coisas subsidiário (e_i), analisando-a em termos de uma Propriedade Configuracional (f^c) de um-lugar em que o predicado (uma Propriedade Lexical) monovalente *while* toma, como seu argumento, o evento *the baby was sleeping* (e_3), a que se atribui a função semântica Referência (Ref). No Nível Morfossintático, *while* é codificado como uma Palavra Lexical (Lw), prefaciando a Oração subordinada (^{dep}Cl), encaixada na posição de modificador adverbial do padrão da Oração principal (^{main}Cl).

(9) She cleaned the house *while* the baby was sleeping.

NR: (e_i : – she cleaned the house – (e_i): (e_j : – while the baby was sleeping – (e_j)_{Time}) (e_i) → (e_j : (f_i^c : [(f_i : **while** _{Conj} (f_i)) (e_k : – the baby was sleeping – (e_k)_{Ref})] (f_i^c)) (e_j)_{Time})

NM: ($^{main}Cl_i$: [(Gw_i : she_{pro} (Gw_i)) (Vp_i : – cleaned – (Vp_i)) (Np_j : – the house – (Np_j))] ($^{dep}Cl_j$: – while the baby was sleeping – ($^{dep}Cl_j$))] ($^{main}Cl_i$))
→ ($^{dep}Cl_j$: [(**Lw_i**: **while** (**Lw_i**)) (Np_i : – the baby – (Np_i)) (Vp_i : – was sleeping – (Vp_i))] ($^{dep}Cl_j$))

Essa proposta de tratamento e de representação, na GDF, de Conjunções Lexicais e Gramaticais parte, em grande medida, dos trabalhos de Mackenzie (1992, 2001, 2013) em torno ao estatuto de preposições espaciais do inglês e tem sido amplamente aplicada em trabalhos em torno a conjunções adverbiais, como Hengeveld e Wanders (2007), Pérez Quintero (2006, 2013) e Oliveira (2008, 2012).

Hengeveld e Wanders (2007) desenvolvem uma caracterização das conjunções adverbiais do inglês em termos de *composição*, podendo ser simples (como *until*) ou complexa (como *in the event that*), e de *estatuto*, podendo ser lexical (como *before*) ou gramatical (como *in case*). Para determinar se uma conjunção é lexical ou gramatical, os autores se valem,

como critério central, da possibilidade de modificação⁸, já que apenas Conjunções Lexicais, por deterem significado lexical, são suscetíveis de restrição por meio de outros elementos lexicais. Para ilustrar isso, os autores (Hengeveld; Wanders, 2007, p. 214) contrastam duas conjunções temporais simples do inglês, *before* e *until* (vd. (10) e (11)), pontuando que, enquanto a conjunção *before* pode ser qualificada pelo sintagma *three hours* (vd. (10)), que restringe o quantitativo de tempo precedente assinalado por ela, o mesmo não se aplica a *until*, que não está disponível para a operação de modificação (vd. (11)). Assim, por esse critério, *before* é uma Conjunção Lexical, e *until*, uma Conjunção Gramatical.

(10) She called him three hours before she left.

(11) *She stayed home three hours until the meeting began.

Trabalhos como de Pérez Quintero (2006, 2013) e de Oliveira (2008, 2012) têm criticado tal propositura, apontando que tal parâmetro, além de ter caráter exclusivamente formal, é de restrita aplicabilidade, com frágil operacionalização para uma distinção aplicável globalmente à classe de conjunções de uma língua.⁹ Para Oliveira (2008, 2012), a distinção entre Conjunções Lexicais e Gramaticais deve partir do cotejo de parâmetros de ordem pragmática, semântica e morfossintática, centralmente: a possibilidade de atribuição (somente Conjunções Lexicais tem caráter atributivo), a viabilidade para a definição lexical gradual e para a formação de predicados (somente Conjunções Lexicais são passíveis

⁸ Hengeveld e Wanders (2007) se valem de um segundo critério para traçar essa distinção: a possibilidade de combinação entre conjunções. No entanto, os próprios autores reconhecem a sua restrita operacionalização, que, por razões semânticas, parece aplicar-se somente a conjunções temporais.

⁹ Pérez Quintero (2013), ao analisar conjunções do inglês, enfatiza a limitação da *modificação* como critério aplicável na determinação do estatuto léxico-gramatical de conjunções. Segundo a autora, a (in)disponibilidade de uma conjunção para a modificação está mais associada a questões semânticas do que gramaticais. Como exemplo, a autora cita as conjunções temporais, que são mais facilmente modificáveis do que outros tipos de conjunções; além disso, a autora mostra que uma expressão como *three hours* ou *shortly* modifica mais facilmente conjunções temporais como *before* e *after*, que indicam relações entre eventos, do que *until*, que assinala um ponto específico no tempo.

de decomposição lexical gradual e estão disponíveis para as regras de formação de predicado) e o tipo de significado veiculado (o significado de Conjunções Gramaticais é mais abstrato e generalizado, já Conjunções Lexicais apresentam significado lexical específico e concreto).

Na sequência desses trabalhos, e levando-se em conta que, para a GDF, a produção de qualquer expressão linguística envolve duas operações centrais, *formulação* e *codificação*, propõe-se que, para precisar o estatuto léxico-gramatical de conjunções adverbiais, devem ser cotejadas duas questões gerais: (a) uma de natureza discursiva, própria à formulação interpessoal e/ou representacional, que se refere ao funcionamento pragmático-semântico da conjunção; e (b) outra de natureza formal, associada à codificação morfosintática, que avalia a constituição estrutural interna da conjunção. Especificamente, a determinação do estatuto léxico-gramatical de uma conjunção fica condicionada aos seguintes parâmetros:

- i. em termos de formulação (interpessoal e/ou representacional), cabe a uma Conjunção Gramatical apenas assinalar a circunstância adverbial, ou melhor, uma Conjunção Gramatical serve como marca ‘pura e simples’ da relação adverbial articulada entre duas unidades linguísticas; já uma Conjunção Lexical, além de articular duas unidades numa relação circunstancial/adverbial, agrega, para essa relação, algum significado lexical específico¹⁰;
- ii. em termos de codificação, as Conjunções Lexicais tendem a apresentar uma constituição estrutural mais complexa e transparente (e, portanto, menos fixada), enquanto Conjunções Gramaticais tendem a uma constituição menos complexa, menos transparente e, por conseguinte, mais fixada.

A proposição do parâmetro em (ii) toma por base Bybee (2016), que prevê que o grau de fixação/transparência da constituição estrutural de uma unidade linguística complexa pode ser medido em termos do grau de sequencialidade (de *chunking*) entre as partes que a compõe, o que demanda avaliar sua composicionalidade e analisabilidade. Assim, a

¹⁰ Esse critério vai ao encontro do que propõe Oliveira (2008, 2012) ao defender que, enquanto Conjunções Gramaticais marcam uma relação adverbial, as Conjunções Lexicais especificam a relação.

constituição estrutural de Conjunções Lexicais conta com grau proeminente de composicionalidade e de analisabilidade, sendo possível perceber a contribuição dos significados individuais de seus componentes para o significado total e reconhecer suas fronteiras morfossintáticas; no caso das Conjunções Gramaticais, sua constituição estrutural interna é mais fixada (e, por conseguinte, menos analisável e/ou composicional), marcada por reanálise que escamoteia sua formação complexa (o que indicia grau considerável e avançado de gramaticalização/gramaticalidade).

Para ilustrar de que modo se operacionalizam esses dois critérios, contrastam-se as ocorrências em (12) e (13), buscando, conforme o fazem Fontes e Teixeira (no prelo), traçar uma distinção entre *embora*, a conjunção concessiva prototípica, e a conjunção complexa *por mais que*, que articula construções concessivas intensivas (Bechara, 2001; Garcia; Amorim, 2017; Rosario, 2014).

- (12) Para 1997, a meta nossa era repassar para os Estados R\$ 550 milhões, mais R\$ 800 milhões para 1998 e R\$ 1 bilhão para 1999. **Mas este plano acabou frustrado, *embora* tivéssemos recursos.** (19Or:Br:Intrv:ISP)

NR: (e_i: – este plano acabou frustrado – (e_j): (e_j: – tivéssemos recursos – (e_j)_{conc}) (e_i))

NM: (Cl_i: [(Np_i: – este plano – (Np_i)) (Vp_i: – acabou frustrado – (Vp_i))]^(depCl_j) – embora tivéssemos recursos – (depCl_j)) (Cl_i) → (depCl_j: [(Gw_i: **embora**_{conj} (Gw_i)) (Vp_i: – tivéssemos – (Vp_i)) (Np_i: – recursos – (Np_i))] (depCl_j))

- (13) Dito mandou que parassem. ***Por mais que se esforçasse, não conseguia ver o homem outra vez.*** Chegou a admitir que se enganara. (19:Fic:Br:Lins:Avalovara)

NR: (e_i: – não conseguia ver o homem outra vez – (e_j): (e_j: – por mais que se esforçasse – (e_j)_{conc}) (e_i)) → (e_j: (f_i: [(f_i: **mais**_{adv} (f_i)) (e_k: – se esforçasse – (e_k)_{ref}]) (f_i)) (e_j)_{conc})

NM: (^{main}Cl_i: [(Gw_i: não (Gw_i)) (Vp_i: – conseguia ver o homem outra vez – (Vp_i)) (Adpp_i: – **por mais que se esforçasse** – (Adpp_i))] (^{main}Cl_i)) → (Adpp_i: [(Gw_i: **por**_{adv} (Gw_i)) (Lw_i: **mais** (Lw_i))] (depCl_j: – **que se esforçasse** – (depCl_j)) (Adpp_i))

Nota-se, tanto em (12), como em (13), que há, entre os fatos ali vinculados, certa incompatibilidade, de modo que a realidade do fato designado pela oração principal se mantém independentemente da circunstância desfavorável expressa na oração concessiva. Assim, as construções concessivas em (12) e em (13) devem ser analisadas, no Nível Representacional, em termos de combinação de dois Estados-de-Coisas: o primeiro (e_i), de estatuto nuclear, é modificado pelo segundo (e_j), de estatuto subsidiário; a este (e_j), que assinala a circunstância apesar da qual se desenvolve aquele (e_i), atribui-se a função semântica Concessão (Conc). No Nível Morfossintático, a concessiva, encabeçada pelas conjunções *embora* e/ou por *por mais que*, encaixa-se no slot de modificador adverbial do padrão da Oração principal (^{main}Cl).

Não se pode ignorar, entretanto, uma diferença entre essas ocorrências: em (13), e não em (12), o conflito entre os fatos ali articulados (o que sustenta a expressão da concessão) está atrelado à intensidade com que se desenvolve a circunstância desfavorável designada pela oração concessiva, de modo que o evento de *não conseguir ver o homem outra vez* se sustenta independente da *quantidade* (ou *intensidade*) de *esforço* dispensado, ou seja, paralelo à circunstância concessiva ali assinalada, há um segundo elemento significativo, no caso a intensidade (ou quantificação) assinalada pela base de formação da conjunção, o advérbio *mais*. Tais considerações levam Fontes e Teixeira (2023) a atestar o alto grau de lexicalidade da conjunção *por mais que*, comparado ao alto grau de gramaticalidade de *embora*, tendo em vista dois pontos principais:

- i. em termos funcionais, enquanto *embora*, em (12), assinala unicamente a relação circunstancial *concessão*, *por mais que*, em (13), agrega, à circunstância concessiva, o valor de intensidade, significado próprio ao núcleo de sua estrutura complexa (no caso, o advérbio de grau *mais*);
- ii. em termos formais, *embora* é uma conjunção cuja constituição estrutural é mais fixada, não sendo possível reconhecer as palavras individuais que a compõem (não-analisável, portanto) e não mais preservando, ao lado do significado concessivo, quaisquer significados originais dos itens que a compõem (não-composicional); já a constituição de *por mais que* é menos fixada e mais transparente, de modo que é possível reconhecer suas partes

(altamente analisável) e prever nuances do significado dos itens que a compõem no significado total (altamente composicional).

Assim, enquanto *embora*, no Nível Morfossintático, corresponde a uma Conjunção Gramatical que codificada a função Concessão (Conc) atribuída, no Nível Representacional, ao Estado-de-Coisas subsidiário (e_j), *por mais que* deve ser analisado, no Nível Representacional, como Conjunção Lexical, o que demanda uma especificação da representação do Estado-de-Coisas concessivo (e_j), no Nível Representacional, em termos de uma Propriedade Configuracional de um-lugar (f^e), constituída pelo predicado *mais*, um Lexema da classe dos Advérbios (f_{Adv}), que toma como argumento o evento (e_k) de *eu me esforçasse*, ao qual se atribui a função semântica Referência (Ref). No Nível Morfossintático, o modificador concessivo se estrutura conforme o padrão de um Sintagma Adposicional (Adpp), encabeçado pela Preposição *por* (Gw) e composto pela Palavra Lexical *mais* (Lw) e pela oração completiva *que eu me esforçasse* ($^{dep}Cl_j$), sendo que a conjunção integrante *que* sinaliza a relação de dependência entre predicado e argumento.

É possível depreender, portanto, que a atual abordagem da GDF organiza as conjunções adverbiais em dois grandes conjuntos situados nos extremos do contínuo léxico-gramatical:

- i. o primeiro conjunto, o das Conjunções Gramaticais, encontra-se no polo gramatical e abriga exemplares altamente gramaticalizados, que, conforme Oliveira (2014), são conjunções altamente abstratas, desprovidas de conteúdo lexical, com pouco material fônico e aplicáveis a uma grande variedade de contextos. Somam-se a isso seu funcionamento discursivo como marca ‘pura’ da relação adverbial e sua constituição estrutural mais fixada e altamente reanalisada, com perda significativa de analisabilidade e de composicionalidade;
- ii. o segundo conjunto, da classe de Conjunções Lexicais, encontra-se no polo lexical e abriga os exemplares de gramaticalização bastante incipiente, ou melhor, as conjunções que, segundo Oliveira (2014), caracterizam-se por traços lexicais específicos e por manifestar concretude do seu significado, já que, segundo a autora, as conjunções desse grupo preservam fortemente o significado da fonte, com pouca mudança em relação ao

significado original das partes componentes. Somam-se a isso seu funcionamento discursivo não só como marca da relação adverbial, mas também como especificador de um significado lexical mais específico, e sua constituição estrutural menos fixada, mais transparente e pouco (ou quase nada) reanalisada, com alto grau de analisabilidade e de composicionalidade

Nesse sentido, este trabalho se pergunta: em que ponto desse contínuo (desses dois polos) se encontram as conjunções *ainda que* e *mesmo que*? É esse questionamento que se busca responder na seção a seguir.

3.2 O estatuto léxico-gramatical das conjunções *ainda que* e *mesmo que*

A base de formação das conjunções complexas aqui analisadas são itens multifuncionais no português, no caso *ainda* e *mesmo*, combinados à conjunção subordinativa *que*. E, entre as diversas funções que podem desempenhar *ainda* e *mesmo* no português (Fontes, 2016; Fontes; Moreira, 2020; Fontes; Cânovas, 2021; Teixeira, 2020), o uso mais pragmatizado, exemplificado em (14) e (15), corresponde a partículas escalares (Schwenter, 1999; 2000; 2002).

- (14) O congresso, apesar disso, aprovou propostas pouco realistas e ***ainda mostrou que a direção da CUT não está coesa***. Isso vai prejudicar o desempenho da central daqui para a frente? (Fontes, 2016, p. 109)
- (15) e tenho tido muito relação durante o mes. e porque nem sempre eu consigo gozar ***mesmo meu namorado fazendo todas as preliminares*** (007blog.net)

Em (14), o falante faz uso de *ainda* para atender a sua necessidade comunicativa de sinalizar, ao ouvinte, que, a partir de seu conjunto de conhecimentos em relação ao congresso (como o de *aprovar propostas pouco realistas*), deve ser acrescido o fato de *o Congresso mostrar que a direção da CUT não está coesa*. O mesmo se aplica a (15): o falante sinaliza, com o uso de *mesmo*, que, à informação anteriormente comunicada (a de *nem sempre conseguir gozar*), deve-se adicionar a de *meu namorado fazer todas as preliminares*.

O uso de *ainda* e de *mesmo* nas ocorrências em (14) e (15) materializa, então, uma ação comunicativa do falante em sinalizar, ao ouvinte, que as informações ali evocadas devem ser encaradas como expansões ou acréscimos a partir do que se dispõe anteriormente no fluxo discursivo. Soma-se a isso que *ainda* e *mesmo* impõem uma ordenação escalar entre as informações ali veiculadas (explícita e/ou implicitamente), situando a nova informação acrescida num ponto de maior proeminência comunicativa (e/ou argumentativa) em relação a outras informações disponíveis contextualmente (explícita e/ou implicitamente).

Em (14), por exemplo, o conteúdo de *o Congresso mostrar que a direção da CUT não está coesa* tem, para a argumentação desenvolvida, peso comunicativo maior que qualquer outra informação já disposta naquele discurso, como a de *o congresso aprovar propostas pouco realistas*. Em (15), a contraposição instaurada por *mesmo* recai sobre o fato de se situar a circunstância de *meu namorado fazer todas as preliminares* num ponto mais extremado de uma escala pragmática que implica outras circunstâncias que podem afetar o fato de *ela nem sempre conseguir gozar*; assim, o que se afirma em (15) é que o fato de *ela nem sempre conseguir gozar* se mantém independente de qualquer circunstância, inclusive da situação mais proeminente e favorável como a de *meu namorado fazer todas as preliminares*.

Tal ordenação contrastiva entre alternativas informacionais, no interior de uma escala de implicações pragmáticas, é propriedade do que Schwenter (1999; 2000; 2002) denomina de partícula escalares: *ainda* e *mesmo* assinalam, ambos, a existência de uma escala pragmática ancorada no contexto em que aparece o enunciado e situam a porção informacional por eles escopada num ponto de relativa superioridade em relação a outras alternativas da mesma escala.¹¹

Tendo em vista que, para König (1985b, p. 266), muitas conjunções concessivas, em diversas línguas, originam-se a partir de partículas escalares, este trabalho propõe que construções articuladas pelas conjunções *ainda que* e *mesmo que*, exemplificadas em (16) e (17),

¹¹ Parte-se, aqui, de Schwenter (1999) e Schwenter e Traugott (2000), que reconhecem, além das escalas de natureza semântica (cujas alternativas contrastivas são ordenadas em termos de implicações lógicas), as escalas pragmáticas e as escalas retóricas. No caso das construções concessivas com *ainda que* e *mesmo que*, são instauradas escalas pragmáticas, cujos componentes alternativos se ordenam segundo implicações pragmáticas.

sejam denominadas de **construções concessivas escalares**, em que se nota, associado ao significado concessivo, a marcação de um valor escalar.¹²

- (16) Para os médicos, o esquema também compensa: primeiro, porque mantêm uma clientela fiel; segundo, porque, ***ainda que cobrem bem menos pelos serviços, de acordo com a tabela da AMB, estarão recebendo, em prazo menor, o mesmo valor que receberiam de um convênio.*** (19N:Br:Bahia)
- (17) Ele falava pouco, sem propósito, ***e mesmo que a indiferença de Dadá pelas suas palavras fôsse por demais explícita, o homem arriscava parecer-se:*** -Tenho a minha oficina, a senhora ainda há de me dar a honra, e sou caído pela eletricidade. (19:Fic:Br:Holanda:Burro)

Em (16), a oração prefaciada por *ainda que* conjectura uma circunstância (a de *cobrar bem menos pelos serviços, de acordo com a tabela da AMB*) com potencial para desfavorecer a ocorrência do fato designado na oração principal (o de *estar recebendo, em prazo menor, o mesmo valor que receberiam de um convênio*). Trata-se de uma *construção concessivo-condicional* (König, 1985a; 1985b; 1986), em que o fato expresso na oração principal ocorre apesar da potencial/hipotética circunstância desfavorável designada pela oração encabeçada por *ainda que*.

Construções como em (16) situam-se numa zona entre condicionalidade e concessividade (König, 1985a; 1985b; 1986; Neves, 1999; 2008; 2012): a oração adverbial designa uma circunstância hipotética (valor condicional eventual) cuja relevância para a realização do fato designado pela oração principal é negada (valor concessivo). Ou seja, o fato designado pela oração principal se mantém apesar do potencial e hipotético obstáculo levantado na oração adverbial.

Nessas construções, as orações concessivo-condicionais não designam uma única potencial circunstância desfavorável para a realização do fato principal; na verdade, a oração concessivo-condicional implica uma série de circunstâncias antecedentes relacionadas ao fato conseqüente (expresso na oração principal); assim, é característica dessas construções que o fato expresso pela oração principal se articule a um

¹² A associação entre concessão e escalaridade também é notada por Santos (2022) em construções articuladas pela perífrase conjuncional *nem que*.

conjunto de potenciais circunstâncias desfavoráveis implicadas pela oração concessivo-condicional. Em (16), por exemplo, *ainda que* não articula, ao fato principal, somente a potencial circunstância desfavorável de *cobrar bem menos pelos serviços, de acordo com a tabela da AMB*, mas ficam ali implicadas outras circunstâncias desfavoráveis com potencial para afetar a realização do fato principal.

Tais circunstâncias implicadas são ordenadas conforme uma escala, e a circunstância desfavorável conjecturada na oração adverbial (no caso de (16), a de *cobrar bem menos pelos serviços, de acordo com a tabela da AMB*) figura como saliente e/ou proeminente no interior dessa escala ali implicada, isto é, em (16), a hipotética circunstância de *cobrar bem menos pelos serviços, de acordo com a tabela da AMB*, entre outras, é a que mais potencialmente pode interferir na concretização de *estar recebendo, em prazo menor, o mesmo valor que receberiam de um convênio*. Nos termos de König (1985a; 1985b; 1986) e de Haspelmath e König (1998), pode-se, então, caracterizar a construção com *ainda que* em (16) como uma **construção concessivo-condicional escalar**.

Já em (17), o fato asseverado na oração principal (o de *o homem arriscar-se parecer-se*) ocorre independentemente da concreta circunstância desfavorável assertada na oração concessiva (a de *a indiferença de Dadá pelas suas palavras ser por demais explícita*). Trata-se de uma *construção concessiva factual*, em que ambas orações articuladas (principal e concessiva) designam circunstâncias de natureza factual.

Este trabalho defende que, em construções concessivas factuais como (17), mantém-se o efeito escalar característico de construções concessivo-condicionais escalares, como (16). Pautando-se pelo princípio de persistência no curso de processos de gramaticalização, conforme Hopper (1991), a marcação escalar associada ao valor concessivo da construção em (17) corresponde, na verdade, a um traço de significado do item fonte (de *mesmo*, portanto) que se mantém na conjunção fruto desse processo, ou melhor, toma-se a escalaridade como significado persistente na emergência, via gramaticalização, da conjunção *mesmo que* (e também de *ainda que*). Assim, o uso de *mesmo que* na articulação da concessiva, em (17), implica que a circunstância designada pela oração concessiva é a mais saliente e/ou proeminente, entre outras que se implicam naquele contexto, para desfavorecer a realização do fato expresso na oração principal.

Construções concessivas escalares caracterizam-se, portanto, pela associação entre concessividade e escalaridade nos seguintes termos: a circunstância (hipotética ou factual) designada pela oração adverbial (concessivo-condicional ou concessiva) é caracterizada como mais importante/saliente/proeminente frente a outras circunstâncias que, naquele contexto, ficam implícitas para desfavorecer/obstruir/impedir a realização do fato expresso na oração principal; o fato principal se mantém e se realiza independentemente da circunstância conjecturada e/ou assinalada na oração adverbial.

Partindo da ideia de que as conjunções *ainda que* e *mesmo que* correspondem, conforme Bybee (2016), a *chunks* desenvolvidos a partir de relações sequenciais entre as partículas escalares *ainda* e *mesmo* e a conjunção *que*, e contrastando as distinções funcionais e formais dessas conjunções e as de outras conjunções concessivas, como *embora* e *por mais que*, este artigo defende que:

- i. em termos funcionais, *ainda que* e *mesmo que* articulam construções em que a oposição de ideias/fatos/informações (base do significado concessivo) associa-se a efeitos contrastivos escalares, de modo que a circunstância (hipotética/potencial ou real/factual) desfavorável, designada pela oração concessiva, figura, no interior de uma escala implicada contextualmente, como mais saliente para impactar/condicionar/afetar/desfavorecer, de alguma maneira, a ocorrência do fato expresso na oração principal;
- ii. quanto a sua constituição estrutural interna, as perífrases *ainda que* e *mesmo que* apresentam grau intermediário de composicionalidade e de analisabilidade. Quanto à composicionalidade, é possível perceber que, como parte do processo de gramaticalização dessas conjunções, o significado escalar dos componentes fonte (*ainda* e *mesmo*) é reinterpretado como parte do significado total e alvo das conjunções (concessão), de modo que só se pode defender, para elas, um grau intermediário de composicionalidade. Já em termos de analisabilidade, há certo contrabalanço, uma vez que se reconhecem as palavras individuais que compõem essas conjunções complexas – (*ainda + que*) e (*mesmo + que*) –, porém, ao mesmo tempo, não mais se ativam totalmente e globalmente as relações morfossintáticas entre elas.

Nesse sentido, quando comparadas a *embora* e a *por mais que*, *ainda que* e *mesmo que* integram, em termos de estatuto léxico-gramatical, um grupo intermediário, no entremeio dos polos gramatical e lexical, que, conforme descreve Oliveira (2014), abarca conjunções que preservam certo grau de significado lexical, isto é, abriga conjunções cujo significado já passou por processos de mudança que levaram a uma abstratização mais acentuada do conteúdo lexical.

Esse grupo não encontra correspondência com qualquer primitivo previsto na GDF e nem pode ser representado do mesmo modo que se representam as Conjunções Lexicais e/ou Gramaticais. Assim, na próxima seção, são abordadas detalhadamente distintas construções concessivas articuladas por *ainda que* e *mesmo que*, oferecendo um meio adequado de representá-las conforme o modelo da GDF.

4 Descrição discursivo-funcional de construções concessivas com *ainda que* e *mesmo que*

Amparado na literatura em torno à concessão no português (Garcia, 2010; Neves, 1999; 2008; 2012; Olbertz; Garcia; Parra, 2016; Stassi-Sé, 2012; Zamproneo, 2014), este trabalho defende que as construções articuladas por *ainda que* e *mesmo que* são de três tipos: as concessivo-condicionais, as concessivas factuais e as restritivas. Nesta seção, objetiva-se propor uma descrição dessas construções considerando o estatuto intermediário, em termos do contínuo léxico-gramatical, dessas conjunções.

Em (18) e (19), dispõem-se construções concessivo-condicionais escalares. Nessas ocorrências, os fatos designados pelas orações principais se processam independentemente das potenciais circunstâncias desfavoráveis conjecturadas nas orações concessivo-condicionais: afirma-se a realidade do evento de *a mulher de Delfino discutir seu caso com padre Estêvão*, em (18), e a veracidade da opinião de *não dar uma garantia*, em (19), apesar das hipotéticas circunstâncias desfavoráveis designadas nas orações concessivo-condicionais, como a de *o mundo vir abaixo*, em (18), e de *eu ter certeza que o sistema é inviolável*, em (19).

- (18) Delfino tinha um grande respeito pela mulher quando resolvia fazer alguma coisa. Sabia, por exemplo, que **ela ia discutir o**

caso dele, Delfino, com padre Estêvão, ainda que o mundo viesse abaixo. (19:Fic:Br:Callado:Madona)

NI: (A_i: [(C_i: – ela ia discutir o caso dele, Delfino, com o padre Estêvão – (C_i)) (C_j: – o mundo viesse abaixo – (C_j)_{Cont}]) (A_i))

NR: (e_i: – ela ia discutir o caso dele, Delfino, com o padre Estêvão – (e_i): (**hyp** e_j: – o mundo viesse abaixo – (e_j)_{Conc}) (p_i))

NM: (Cl_i: [(Nw_i: – ela – (Nw_i)) (Vp_i: – ia discutir – (Vp_i)) (Np_i: – o caso dele, Delfino – (Np_i)) (Adpp_i: – com o padre Estêvão – (Adpp_i)) (^{dep}Cl_j: – ainda que o mundo viesse abaixo – (^{dep}Cl_j))] (Cl_i)) → (^{dep}Cl_j: [[(**Gw_i**: **ainda**_{Part} (**Gw_i**)) (**Gw_i**: **que**_{Conj} (**Gw_i**))] _{connect} (Np_i: – o mundo – (Np_i)) (Vp_i: – viesse – (Vp_i)) (Advp_i: – abaixo – (Advp_i))] (^{dep}Cl_j))

(19) **Sou administrador de sistemas no meu departamento, e eu não daria uma garantia destas, mesmo que eu tivesse certeza que o sistema é inviolável.** (19Or:Br:Intrv:Web)

NI: (A_i: [(C_i: – eu não daria uma garantia destas – (C_i)) (C_j: – eu tivesse certeza que o sistema é inviolável – (C_j)_{Cont}]) (A_i))

NR: (p_i: – eu não daria uma garantia destas – (p_i): (**hyp** p_j: – eu tivesse certeza que o sistema é inviolável – (p_j)_{Conc}) (p_i))

NM: (Cl_i: [(Nw_i: – eu – (Nw_i)) (Gw_i: não (Gw_i)) (Vp_i: – daria – (Vp_i)) (Np_i: – uma garantia destas – (Np_i)) (^{dep}Cl_j: – mesmo que eu tivesse certeza que o sistema é inviolável – (^{dep}Cl_j))] (Cl_i)) → (^{dep}Cl_j: [[(**Gw_i**: **mesmo**_{Part} (**Gw_i**)) (**Gw_i**: **que**_{Conj} (**Gw_i**))] _{connect} (Nw_i: – eu – (Nw_i)) (Vp_i: – tivesse – (Vp_i)) (Np_i: – certeza que o sistema é inviolável – (Np_i))] (^{dep}Cl_j))

Além disso, nessas construções, não é somente uma única potencial circunstância desfavorável que se articula ao evento ou à proposição principal; fica, na verdade, implicada, naquele contexto comunicativo, uma escala de circunstâncias desfavoráveis para a asserção/consolidação dos fatos principais, e as circunstâncias assinaladas pelas orações concessivo-condicionais correspondem às de maior saliência ou importância para impactar a concretização do evento e da proposição principal. Em (18), por exemplo, a circunstância de *o mundo vir abaixo* (entre outras ali implicadas) é a que mais poderia desfavorecer a ocorrência do evento expresso na oração principal (de *a mulher de Delfino discutir seu caso com padre Estêvão*). Já em (19), a potencial

circunstância de *eu ter certeza que o sistema é inviolável* ocupa uma posição mais proeminente entre tantas outras que desfavoreceriam o fato de *dar uma garantia*.

Para descrever, conforme a arquitetura da GDF, as construções em (18) e (19), procede-se com o alinhamento multinível de representações, partindo das distinções funcionais captadas pelos níveis da formulação (Interpessoal e Representacional) e chegando aos seus impactos na codificação no Nível Morfossintático.

Sob responsabilidade dos níveis da formulação, encontra-se o mapeamento dos seguintes traços característicos das construções em (18) e (19): (i) a concessividade aliada à eventualidade/hipoteticidade da circunstância descrita pela oração adverbial (o que configura as ocorrências como construções concessivo-condicionais), e (ii) a natureza escalar implicada nesse tipo de construção concessivo-condicional. Esses dois traços são capturados em diferentes níveis: o último, de natureza pragmática, distingue-se no Nível Interpessoal, enquanto o primeiro, de natureza semântica, determina-se no Nível Representacional.

Em termos de formulação interpessoal, as construções concessivo-condicionais em (18) e (19) correspondem a um único Ato Discursivo (A_1), nucleado por dois Conteúdos Comunicados ((C_1) e (C_2)), um evocado pela oração principal (C_1), outro, pela oração concessivo-condicional (C_2). Ao assinalar a proeminência de uma situação desfavorável frente a outras implicadas contextualmente, está em jogo, na verdade, a estrutura informacional das construções concessivo-condicionais escalares, e isso leva a entender que a propriedade da escalaridade pode ser representada por meio da atribuição da função pragmática Contraste (Cont) ao segundo Conteúdo Comunicado (C_2), que, no Nível Morfossintático, corresponde à oração concessivo-condicional.

A função Contraste, na GDF, corresponde a uma estratégia pragmática do falante em realçar as diferenças (ou os contrastes) que pode haver entre Conteúdos Comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e informações disponíveis contextualmente. E é isso que se observa nas construções em (18) e (19): os Conteúdos Comunicados (a possível circunstância desfavorável) evocados pelas orações concessivo-condicionais (C_2) geram certa contraposição com outros implicados contextualmente, e tal contraposição está assentada numa escala pragmática que ordena informações em termos de saliência e de importância, sendo

que os conteúdos evocados pelas orações concessivo-condicionais são mais proeminentes/salientes/importantes que outros ali implicados.

Já em termos de formulação representacional, as construções em (18) e (19) articulam diferentes entidades: enquanto, em (18), são articulados dois Estados-de-Coisas ((e_i) e (e_j)), em (19), articulam-se dois Conteúdos Proposicionais ((p_i) e (p_j)). Nos dois casos, o segmento nuclear ((e_i) ou (p_i)) é modificado pelo segmento dependente ((e_j) ou (p_j)), ao qual se atribui a função semântica Concessão (Conc). A natureza eventiva, não-factual e/ou hipotética da construção (o que faz dela uma construção concessivo-condicional) se representa, conforme propõem Olbertz, Garcia e Parra (2016), pela aplicação de um operador de hipoteticidade (hyp) ao Estado-de-Coisas (e_j) e/ou ao Conteúdo Proposicional (p_j) que figura como a circunstância desfavorável para a concretização do fato principal.¹³

Por fim, na codificação morfossintática, as orações concessivo-condicionais correspondem a Orações adverbiais dependentes (^{dep}CI), encaixadas na posição de modificador da Oração principal (^{main}CI). Essas orações são encabeçadas pelas conjunções complexas *ainda que* e *mesmo que*, que, conforme exposto na seção anterior, são perífrases conjuncionais com grau intermediário de composicionalidade e de analisabilidade. Seguindo, então, a proposta de Keizer (2013), propõe-se abordar *ainda que* e *mesmo que*, no Nível Morfossintático, como construções mistas, especificamente como *padrões (conjuncionais) semifixos*.

Keizer (2013, p. 242) defende que a GDF deve reconhecer, no Nível Morfossintático, um novo tipo de primitivo, o *padrão semifixo*, que, armazenado na memória de longo-termo do usuário da língua, é selecionado durante a operação de codificação morfossintática, dando abrigo a qualquer unidade linguística de natureza semifixa. De modo geral, *padrões semifixos*, na GDF, correspondem a padrões morfossintáticos parcialmente instanciados e/ou preenchidos. Inspirado nessa proposta, e tomando a natureza relatora (ou conectiva) de *ainda que* e *mesmo que*, opta-se por tratar tais conjunções complexas como membros associados

¹³ Retoma-se aqui a noção de factualidade de Hengeveld (1998), para quem orações adverbiais não-factuais designam eventos irreais e/ou proposições não-verdadeiras, ou melhor, eventos e/ou proposições que, frente à referência temporal instaurada pelo evento/proposição expresso/a na oração principal, não são podem ser tomados como reais e/ou verdadeiras, mas como projeções possíveis.

a um tipo específico de padrão semifixo, aqui denominado de *padrão conjuncional semifixo*, representado em (20):

$$(20) \quad [(Gw_1) (Gw_2: \text{que}_{\text{Conj}} (Gw_2))]_{\text{conect}}$$

O padrão conjuncional semifixo em (20), altamente produtivo para abrigar uma série de conjunções complexas em português,¹⁴ envolve um parcial preenchimento de seus *slots*, ou melhor, esse padrão dispõe de dois *slots* para Palavras Gramaticais (Gw), de modo que o segundo (Gw₂) é necessariamente preenchido pela Conjunção Gramatical *que*, e o primeiro (Gw₁) é mais aberto, podendo ser preenchido por diversos elementos gramaticais disponíveis na língua e que estão disponíveis para a formação de conjunções adverbiais complexas. No caso deste artigo, o primeiro *slot* do padrão conjuncional semifixo se preenche pelas Partículas *ainda* e/ou *mesmo* (Part), que codificam a escalaridade, a função pragmática Contraste, atribuída ao Conteúdo Comunicado concessivo-condicional no Nível Interpessoal. Assim, este artigo caracteriza as conjunções *ainda que* e *mesmo que* como padrões conjuncionais concessivos semifixos, representados, respectivamente, em (21) e (22):

$$(21) \quad [(Gw_i: \text{ainda}_{\text{Part}} (Gw_i)) (Gw_j: \text{que}_{\text{Conj}} (Gw_j))]_{\text{conect}}$$

$$(22) \quad [(Gw_i: \text{mesmo}_{\text{Part}} (Gw_i)) (Gw_j: \text{que}_{\text{Conj}} (Gw_j))]_{\text{conect}}$$

Após descrever as concessivo-condicionais escalares com *ainda que* e *mesmo que*, volta-se a atenção para as construções concessivas factuais (escalares) dispostas em (23) e (24). Nota-se que, em (23) e (24), os fatos descritos nas orações principais (de *o deputado e economista Antônio Delfim Netto gostar das medidas de ajuste* ou de *os custos operacionais serem grandes*) se mantêm e são verdadeiros apesar das reais circunstâncias desfavoráveis designadas pelas orações encabeçadas por *ainda que* e *mesmo que* (*essas medidas necessitar de uma análise mais detalhada e a licença ser 'grátis'*).

¹⁴ O padrão semifixo em (20) parece dar conta, além de *ainda que* e *mesmo que*, de uma série de conjunções complexas formadas a partir do esquema *X-que* (Cezario; Santos; Santos Silva, 2015), como *sempre que*, *antes que*, *logo que*, *desde que*, *contanto que*, *já que*, entre outras.

- (23) **O deputado e economista Antônio Delfim Netto gostou das medidas de ajuste, *ainda que* elas necessitem de uma análise mais detalhada.** “Antes tarde do que nunca”, disse ele. (19N:Br:Recf)

NI: (A_i: [(C_i: – o deputado e economista Antônio Delfim Netto gostou das medidas de ajuste – (C_i)) (C_j: – elas necessitem de uma análise mais detalhada – (C_j)_{Cont}]) (A_i))

NR: (p_i: – o deputado e economista Antônio Delfim Netto gostou das medidas de ajuste – (p_i); (p_j: – elas necessitem de uma análise mais detalhada – (p_j)_{conc}) (p_i))

NM: (Cl_i: [(Np_i: – o deputado e economista Antônio Delfim Netto – (Np_i)) (Vp_i: – gostou – (Vp_i)) (Adpp_i: – das medidas de ajuste – (Adpp_i)) (^{dep}Cl_j: – ainda que elas necessitem de uma análise mais detalhada – (^{dep}Cl_j))] (Cl_i)) → (^{dep}Cl_j: [[(**Gw_i: ainda_{part}** (**Gw_i**)) (**Gw_i: que_{conj}** (**Gw_i**))] _{conect} (Nw_i: – elas – (Nw_i)) (Vp_i: – necessitem – (Vp_i)) (Addp_i: – elas necessitem de uma análise mais detalhada – (Addp_i))] (^{dep}Cl_j))

- (24) **O custo da licença é cerca de 20-30% do custo de um programa; os outros 80-70% são operação, customização e atualização/correção. *Mesmo que* a licença seja “grátis”, os custos operacionais são grandes, e e ai que está a mina de ouro.** (19Or:Br:Intrv:Web)

NI: (A_i: [(C_i: – os custos operacionais são grandes – (C_i)) (C_j: – a licença seja ‘grátis’ – (C_j)_{Cont}]) (A_i))

NR: (e_i: – os custos operacionais são grandes – (e_i); (e_j: – a licença seja ‘grátis’ – (e_j)_{conc}) (e_i))

NM: (Cl_i: [(^{dep}Cl_j: – mesmo que a licença seja ‘grátis’ – (^{dep}Cl_j)) (Np_i: – os custos operacionais – (Np_i)) (Vp_i: – são – (Vp_i)) (Adjp_i: – grandes – (Adjp_i))] (Cl_i)) → (^{dep}Cl_j: [[(**Gw_i: mesmo_{part}** (**Gw_i**)) (**Gw_i: que_{conj}** (**Gw_i**))] _{conect} (Np_i: – a licença – (Np_i)) (Vp_i: – seja – (Vp_i)) (Adjp_i: – ‘grátis’ – (Adjp_i))] (^{dep}Cl_j))

Segue-se, para (23) e (24), com a proposta de alinhamento multinível de representações. Nos níveis da formulação, são distinguidos dois traços característicos das construções em (23) e (24): a concessividade da circunstância descrita pela oração adverbial,

especificada no Nível Representacional, e a escalaridade implicada na construção concessiva, representada no Nível Interpessoal.

No tocante à formulação interpessoal, as construções concessivas factuais em (23) e (24) correspondem a um Ato Discursivo nucleado por dois Conteúdos Comunicados ((C_i) e (C_j)), sendo que, ao conteúdo evocado pela oração concessiva (C_j), atribui-se a função pragmática Contraste (Cont), o que dá conta de representar a propriedade da escalaridade. Já quanto a formulação representacional, as construções concessivas factuais¹⁵ podem articular dois Conteúdos Proposicionais ((p_i) e (p_j)), como em (23), ou dois Estados-de-Coisas ((e_i) e (e_j)), como em (24); nos dois casos, o segmento nuclear ((e_i) ou (p_i)) é modificado pelo segmento dependente ((e_j) ou (p_j)), ao qual se atribui a função semântica Concessão (Conc).

No Nível Morfossintático, as orações concessivas correspondem a Orações adverbiais dependentes (^{dep}Cl), encaixadas na posição de modificador da Oração principal (^{main}Cl) e encabeçadas pelas conjunções complexas *ainda que* e *mesmo que*, codificadas como *padrões conjuncionais concessivos semifixos*.

Além das construções concessivo-condicionais e concessivas factuais, as conjunções *ainda que* e *mesmo que* podem encabeçar orações e/ou sintagmas que, em relação a outro segmento, assinalam uma relação de natureza mais pragmática, especificamente, conforme define Zamproneo (2014), a relação de restrição, de que são exemplos as ocorrências de (25) a (28). Nas construções restritivas, não mais se designa um obstáculo (hipotético e/ou real) para a realização do fato expresso na oração principal, mas evoca-se um obstáculo real para a felicidade de um Ato Discursivo dirigido pelo falante.

Nas ocorrências em (25) e (26), a restrição envolve, conforme aponta Zamproneo (2014), um enfraquecimento da força argumentativo do segmento central para o discurso ali instaurado. Nota-se, especificamente, que as orações restritivas apresentam um conteúdo que afeta a validade da conclusão a que o argumento apresentado na oração nuclear deseja chegar.

¹⁵ Para Hengeveld (1998), orações adverbiais factuais designam eventos reais e/ou proposições verdadeiras, ou melhor, eventos e/ou proposições que, em relação à referência temporal instaurada pelo evento/proposição principal, são tomados/as reais e/ou verdadeiras.

- (25) Ela já tinha partido e nada sofreu. Tenta ultrapassar as convenções, ainda que uma única vez, em nome de algo mais humano. Não te ofendas. **Esquece os costumes, o que pensarão de ti, só hoje, só esta vez. Ainda que te pareça obsceno este pedido, nestas circunstâncias, sobre o corpo da tua sobrinha.** Somos como nuvens. Elas passam e se misturam, se confundem umas nas outras. Não vamos ficar. (19:Fic:Br:Carvalho:Bebados)

NI: (M_i: [(A_i: – esquece os costumes, o que pensarão de ti, só hoje, só esta vez – (A_i)) (A_j: [(C_i: – te pareça obsceno este pedido, nestas circunstâncias, sobre o corpo da tua sobrinha – (C_i)_{Cont}]) (A_j)_{Conc}]) (M_i))

NM: (Le_i: [(Cl_i: – esquece os costumes, o que pensarão de ti, só hoje, só esta vez – (Cl_i)) (Cl_j: – ainda que te pareça obsceno este pedido, nestas circunstâncias, sobre o corpo da tua sobrinha – (Cl_j))] (Le_i)) → (Cl_j: [[(Gw_i: **ainda**_{Part} (Gw_i)) (Gw_i: **que**_{Conj} (Gw_i))] _{Conect} (Vp_i: – te pareça – (Vp_i)) (Adjp_i: – obsceno – (Adjp_i)) (Np_i: – este pedido – (Np_i)) (Adpp_i: – nestas circunstâncias – (Adpp_i)) (Adpp_j: – sobre o corpo da tua sobrinha – (Adpp_j))] (Cl_j))

- (26) Então jure, **jure que nunca dirá a ninguém.** Haja o que houver, **mesmo que você brigue comigo** - jure! (19:Fic:Br:Rodriguez:Destino)

NI: (então M_i: [(A_i: – jure – (A_i)) (A_j: – jure que nunca dirá a ninguém – (A_j)) (A_k: – haja o que houver – (A_k)_{Conc}) (A_p: [(C_i: – **você brigue comigo** – (C_i)_{Cont}]) (A_p)_{Conc}) (A_m: – jure – (A_m))] (M_i))

NM: (Le_i: [(Cl_i: – então jure – (Cl_i)) (Cl_j: – jure que nunca dirá a ninguém – (Cl_j)) (Cl_k: – haja o que houver – (Cl_k)) (Cl_p: – mesmo que você brigue comigo – (Cl_p)) (Cl_m: – jure – (Cl_m))] (Le_i)) → (Cl_p: [[(Gw_i: **mesmo**_{Part} (Gw_i)) (Gw_i: **que**_{Conj} (Gw_i))] _{Conect} (Np_i: – você – (Np_i)) (Vp_i: – brigue – (Vp_i)) (Np_j: – comigo – (Np_j))] (Cl_p))

Em (25), a oração encabeçada por *ainda que* não traz uma circunstância desfavorável para a proposição expressa na oração principal, mas sim para a ordem que essa oração expressa num âmbito mais discursivo. Do mesmo modo, em (26), o falante reconhece que as interpelações ali feitas por ele em direção a seu ouvinte podem encontrar alguns obstáculos, num âmbito mais discursivo, e ele, o falante, mantém sua interpelação apesar desses obstáculos enunciados. Na GDF, as

distinções próprias à formulação das construções restritivas em (25) e (26) são mapeadas apenas no Nível Interpessoal, e direcionadas para a codificação no Nível Morfossintático.

Em termos de formulação interpessoal, as construções restritivas em (25) e (26) combinam, numa relação de dependência, dois Atos Discursivos ((A_i) e (A_j/A_p)): o primeiro (A_i), por conter a peça de informação de maior relevância comunicativa naquele contexto, consiste num Ato Nuclear, enquanto o segundo (A_j/A_p), de caráter restritivo, consiste num Ato Subsidiário; a este último se atribui a função retórica Concessão (Conc).

Nesse tipo de construção, ainda se pode notar traços de um valor escalar, já que as restrições evocadas nos Atos Subsidiários figuram como mais salientes entre outras que poderiam invalidar as interpelações performadas nos Atos Nucleares. Dada essa natureza escalar das construções restritivas com *ainda que* e *mesmo que*, faz-se necessário especificar a representação interna do Ato Subsidiário restritivo (A_j/A_p), prevendo, para seu Conteúdo Comunicado (C), a atribuição da função pragmática Contraste (Cont).

Na codificação morfossintática, segmento nuclear e segmento restritivo correspondem a Orações (Cl) combinadas, via Extraoracionalidade, no padrão da Expressão Linguística (Le). As conjunções complexas *ainda que* e *mesmo que*, que encabeçam a oração restritiva (Cl_j/Cl_p), continuam a ser codificadas como padrões conjuncionais semifixos em que se combinam duas Palavras Gramaticais (Gw): a Partícula *ainda* ou *mesmo* e a Conjunção *que*.

Em (27) e (28), observam-se casos de construções restritivas em que as conjunções *ainda que* e *mesmo que* introduzem sintagmas de natureza parentética, inserindo alguma ressalva em relação a informações evocadas no interior dos segmentos discursivos nucleares. Trata-se, assim, de uma estratégia de restrição da abrangência referencial e/ou atributiva de informações centrais para o evento comunicativo ali instaurado (Jubran, 2006, p. 329).

- (27) Estado - **A Quarentena abre com belo, *ainda que* rápido, retrato de Rimbaud.** Você já publicou também alguns livros de poemas. Em que medida o poeta Le Clézio influencia o trabalho do romancista? (19Or:Br:Intrv:ISP)

NI: (M_i: [(A_i: – a Quarentena abre com belo retrato de Rimbaud – (A_j)) (A_j: (T_i: – rápido – (T_i)_{Cont}) (A_j)_{Conc}]) (M_i))

NM: (Le_i: [(Cl_i: – a Quarentena abre com belo retrato de Rimbaud – (Cl_i)) (Adj_i: – ainda que rápido – (Adj_i))] (Le_i) → (Adj_i: [[(Gw_i: **ainda**_{Part} (Gw_i)) (Gw_i: **que**_{Conj} (Gw_i))] _{connect} (Lw_i: –rápido – (Lw_i))] (Adj_i))

- (28) Caminhando até o vestíbulo de seus aposentos, olha-se num espelho veneziano. **O nariz é duro, reto, mesmo que exagerado**, a testa larga da inteligência e, depois, abaixando a vista, se lhe aparecem as verrugas, ilhas do arquipélago que contornam o rasgo de sua boca com lábios finos. (19:Fic:Br:Novaes:Mao)

NI: (M_i: [(A_i: – o nariz é duro, reto – (A_i)) (A_j: (T_i: – exagerado – (T_i)_{Cont}) (A_j)_{Conc}]) (M_i))

NM: (Le_i: [(Cl_i: – o nariz é duro, reto – (Cl_i)) (Adj_i: – mesmo que exagerado – (Adj_i))] (Le_i) → (Adj_i: [[(Gw_i: **mesmo**_{Part} (Gw_i)) (Gw_i: **que**_{Conj} (Gw_i))] _{connect} (Lw_i: – exagerado – (Lw_i))] (Adj_i))

Em (27), a evocação do atributo *rápido* limita a força argumentativa que a evocação do atributo *belo* traz para a declaração de *a Quarentena abrir com belo retrato de Rimbaud*, isto é, há uma incompatibilidade entre duas qualidades atribuídas ao quadro de Rimbaud – *belo* e *rápido* – de forma que a enunciação de *rapidez* limita qualquer expectativa em relação à declaração de que *a quarentena abre com belo quadro de Rimbaud*, como a de que *o quadro teria uma exposição permanente*. Já em (28), o atributo *exagerado* impacta, de alguma forma, na atribuição das qualidades de *duro* e de *reto* a *nariz*, isto é, a evocação do atributo *exagerado* vem restringir qualquer expectativa que poderia implicar, naquele contexto comunicativo, a declaração de *o nariz ser duro, reto*.

Assim como em (25) e (26), tem-se, em (27) e (28), construções restritivas escalares que demanda uma representação que alinha os níveis Interpessoal e Morfossintático. Em termos de formulação interpessoal, são combinados dois Atos Discursivos, numa relação de dependência, sendo o Ato subsidiário (A_j) nucleado apenas por um Subato Atributivo (T_i). Ao Ato Subsidiário é atribuída a função retórica Concessão (Conc), e, internamente ao Ato Subsidiário, é assinalada, ao Subato Atributivo

(T_i), a função pragmática *Contraste*, o que permite mapear a escalaridade associada a essas construções.

Na codificação morfossintática, construções como em (27) e (28) são Expressões Linguísticas (Le) que combinam, numa relação de Extraoracionalidade, uma Oração (Cl) e um Sintagma Adjetivo (Adj_p), encabeçado pelas conjunções *ainda que* e *mesmo que*, que consistem em *padrões conjuncionais concessivos semifixos*.

Em suma, esta seção demonstra a necessidade de se distinguir, no Nível Morfossintático, um tipo de primitivo, o *padrão conjuncional semifixo*, capaz de codificar as distinções funcionais envolvidas na articulação adverbial por meio de conjunções complexas. No caso de *ainda que* e *mesmo que*, esse padrão conjuncional semifixo é o que permite correspondência, no âmbito da codificação, com as representações das duas distinções funcionais (escalaridade e concessividade) envolvidas nas formulações (interpessoal e/ou representacional) das construções adverbiais articuladas.

5 Considerações finais

Articulado ao quadro teórico-metodológico da GDF, este trabalho se perguntou, centralmente, de que modo é possível representar a associação entre os significados concessivo e escalar subjacentes ao uso das conjunções complexas *ainda que* e *mesmo que*.

Os resultados revelam que essas conjunções articulam o que aqui se denominou *construções concessivas escalares*, em que a circunstância (hipotética e/ou factual) designada pela oração (ou pelo segmento) adverbial é mais saliente e/ou proeminente (entre outras implicadas co(n)textualmente) para impactar e obstruir o fato expresso na oração principal. A permanência do significado escalar, próprio aos itens *ainda* e *mesmo* (base de formação das conjunções aqui abordadas), nessas construções concessivas permite atestar que *ainda que* e *mesmo que* se situam num ponto intermediário do contínuo léxico-gramatical. Esses dois pontos demandam, para uma adequada descrição e representação dessas construções conforme o modelo da GDF, duas questões: (i) o alinhamento multinível de representações, e (ii) a distinção de um novo tipo de primitivo morfossintático, o padrão conjuncional semifixo. O quadro 2 abaixo ilustra o modo como esses pontos implementam

a descrição e a representação das diferentes construções concessivas escalares articuladas por *ainda que* e *mesmo que* no português.

Quadro 2 – Representações das distintas construções concessivas escalares com *ainda que* e *mesmo que*

	Const. concessivo-condicional	Const. concessiva factual	Const. restritiva
NI:	$(A_1: [(C_1) (C_2)_{\text{Cont}}](A_1))$	$(A_1: [(C_1) (C_2)_{\text{Cont}}](A_1))$	$(M_1: [(A_1) (A_2)_{\text{Conc}}](A_1)) \rightarrow (A_2: [... (C/T)_{\text{Cont}} ...] (A_2))$
NR:	$((e_1): (\text{hyp } e_2)_{\text{Conc}} (e_1))$ $((p_1): (\text{hyp } p_2)_{\text{Conc}} (p_1))$	$((e_1): (e_2)_{\text{Conc}} (e_1))$ $((p_1): (p_2)_{\text{Conc}} (p_1))$	-----
NM:	$(^{\text{main}}Cl_1: [... (^{\text{dep}}Cl_2) ...] (^{\text{main}}Cl_1))$	$(^{\text{main}}Cl_1: [... (^{\text{dep}}Cl_2) ...] (^{\text{main}}Cl_1))$	$(Le_1: [(Cl_1) (Cl_2/Xp_1)] (Le_1))$
	$(^{\text{dep}}Cl: [[(Gw: \text{ainda}/ \text{mesmo}_{\text{Part}}) (Gw_{\text{Conj}})]_{\text{conect}} \dots] (^{\text{dep}}Cl))$	$(^{\text{dep}}Cl: [[(Gw: \text{ainda}/ \text{mesmo}_{\text{Part}}) (Gw_{\text{Conj}})]_{\text{conect}} \dots] (^{\text{dep}}Cl))$	$(Cl_2/Xp_1: [[(Gw: \text{ainda}/ \text{mesmo}_{\text{Part}}) (Gw_{\text{Conj}})]_{\text{conect}} \dots] (Cl_2/Xp_1))$

Fonte: Elaboração própria.

A proposta defendida por este artigo, ilustrada no quadro 2, revela em que medida a associação entre concessividade e escalaridade, típicas das construções aqui analisadas, pode ser representada: alinhando-se representações. Assim, no caso das construções concessivo-condicionais e concessivas factuais, alinha-se a representação, no Nível Interpessoal, da função pragmática Contraste, atribuída ao segundo Conteúdo Comunicado do Ato, com a representação, no Nível Representacional, da função semântica Concessão, atribuída ao Estado-de-Coisas e/ou Conteúdo Proposicional subsidiário. Já nas construções restritivas, a dupla representação se dá apenas no Nível Interpessoal: além de se atribuir a função retórica Concessão ao Ato Subsidiário, é necessário representar a atribuição da função pragmática Contraste ao núcleo desse Ato, que pode ser um Conteúdo Comunicado ou um Subato.

No Nível Morfossintático, as conjunções *ainda que* e *mesmo que* correspondem a padrões conjuncionais concessivos semifixos, o

que, enquanto membros associados a padrões semifixos (Keizer, 2013), garante a adequada representação não só da especificação do significado escalar para a relação concessiva, mas também do grau intermediário de composicionalidade e de analisabilidade que marca a constituição estrutural interna dessas conjunções complexas (Bybee, 2016).

Ao distinguir, então, um novo tipo de primitivo morfossintático (o *padrão conjuncional semifixo*), reflexo de múltiplos alinhamentos representacionais nos níveis da formulação, a proposta aqui descrita desenha algumas implementações para a abordagem vigente em torno às conjunções adverbiais no interior do modelo da GDF e é passível de ser estendida a um conjunto maior de conjunções adverbiais complexas.

Referências

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Trad. Maria Angélica Furtado da Cunha & Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CEZARIO, M. M. C.; SANTOS, M.; SANTOS SILVA, T. Formação da construção [Xque]conec no português. *Revista e-escrita: revista do curso de Letras da UNIABEU*, Nilópolis, v.6, n.3, p. 229-243, 2015.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. *Corpus do português: 45 milhões de palavras, 1300s-1900s*. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org>. 2006. Acesso em: 20 ago. 2021.

DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Part I: the structure of the clause. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Part II: Complex and derived constructions. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

FELÍCIO, C. P. *A gramaticalização da conjunção concessiva 'embora'*. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.

FONTES, M. G. *A distinção léxico-gramática na Gramática Discursivo-Funcional: uma proposta de implementação*. 2016. 260 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2016.

FONTES, M. G.; MOREIRA, F. L. Formas de expressão da escalaridade em português. (*Con*)*Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 28, p. 120-139, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47456/cl.v14i28.31297>

FONTES, M. G.; CÂNOVAS, P. *Multifuncionalidade de “mesmo” no português contemporâneo*. Relatório final de Iniciação Científica. UFMS/CNPq. 2021.

FONTES, M. G.; TEIXEIRA, J. E. B. Construções concessivas intensivas com “por mais que”: uma abordagem discursivo-funcional. *Revista DELTA*, [S.L.], v. 39, n. 3, p. 1-29, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202339354398>

GARCIA, T. S. *As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*. 2010. 176 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

GARCIA, T. S.; AMORIM, C. R. Estruturas concessivas intensivas no espanhol falado: um olhar discursivo-funcional. *Entretextos*, Londrina, v.17, n.1, p. 37-60, 2017. DOI:<http://dx.doi.org/10.5433/1519-5392.2017v17n1p37>.

HASPELMATH, M.; KÖNIG, E. Concessive conditionals in the languages of Europe. In: AUWERA, J. (org.). *Adverbial constructions in the languages of Europe*. New York: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Gramática Discursivo-Funcional (Trad. Marize Mattos Dall’Aglio-Hattner). In: SOUZA, E. R. F. (org.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43-82.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Reflections on the lexicon in Functional Discourse Grammar. *Linguistics*, Jena, v.54, n. 5), 2016, p. 1135-1162. DOI: <https://doi.org/10.1515/ling-2016-0025>

HENGEVELD, K.; WANDERS, G. Adverbial conjunctions in Functional Discourse Grammar. In: HANNAY, M.; STEEN, G. (eds.). *Structural-functional studies in English grammar: in honor of Lachlan Mackenzie*. Amsterdam: Benjamins, 2007. p. 211-227.

JUBRAN, C. C. A. S. Parentetização. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs). *Gramática do português culto falado no Brasil: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 301-357.

KÖNIG, E. On the history of concessive connectives in English, diachronic and synchronic evidence. *Lingua*, Amsterdam, v.66, n.1, p. 1-19, 1985a.

KÖNIG, E. Where do concessives come from? On the development of concessive connectives. In: FISIAK, J. (ed.). *Historical semantics. Historical Word-formation*. New York: Mouton de Gruyter, 1985b. p. 263-282.

KEIZER, E. The *X is (is)* construction: an FDG account. In: MACKENZIE, J. L. & OLBERTZ, H. (eds.). *Casebook in Functional Discourse Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2013. p. 213-248

KEIZER, E. *A Functional Discourse Grammar for English*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

MACKENZIE, J. L. English spatial prepositions in Functional Grammar. *Working Papers in Functional Grammar*, Amsterdam, v. 46, n. 1, p. 1-26, 1992.

MACKENZIE, J. L. Adverbs and adpositions: The Cinderella categories of Functional Grammar. *Revista Canaria de Estudios Ingleses*, 42, p. 119-135, 2001.

MACKENZIE, J. L. Spatial adpositions between lexicon and grammar. In: MACKENZIE, J. L. & OLBERTZ, H. (eds.). *Casebook in Functional Discourse Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2013. p. 67-93

NEVES, M. H. M. As construções concessivas. In: NEVES, M. H. M. (org.). *Gramática do Português Falado: novos estudos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 545-591

NEVES, M. H. M. A difusa zona adverbial: o caso da combinação de orações. *Revista Linguística*, Santiago de Chile, v.20, n.1, p. 25-47, 2008.

NEVES, M. H. M. *A gramática passada a limpo*. São Paulo: Parábola, 2012.

OLBERTZ, H.; GARCIA, T. S.; PARRA, B. G. El uso de ‘aunque’ en el español peninsular: un análisis discursivo-funcional. *Revista Linguística*, Montevideo, v. 32, n. 2, p. 91-111, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/2079-312X.20160019>

OLIVEIRA, T. P. Conjunções adverbiais no português. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.22, n.1, p. 45-66, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.22.1.45-66>

OLIVEIRA, T. P. As conjunções condicionais na Gramática Discursivo-Funcional. In: SOUZA, E. R. F. (org.). *Funcionalismo linguístico: análise e descrição*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 119-146.

OLIVEIRA, T. P. *Conjunções e orações condicionais no português do Brasil*. 2008. 160 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

PÉREZ QUINTERO, M. J. On the Lexical/Grammatical Status of Adverbial Conjunctions in FDG. In: OLIVA, J. I.; MCMAHON, M.; BRITO, M. (eds.). *On the Matter of Words: In Honor of Lourdes Divasson Cilveti*. La Laguna: Servicio de Publicaciones, 2006. p. 329-339

PÉREZ QUINTERO, M. J. Grammaticalization vs. Lexicalization: the Functional Discourse Grammar view. *Revista Canaria de Estudios Ingleses*, La Laguna, v.67, n. 1, p. 97-121, 2013.

ROSARIO, I. C. Mesoconstruções concessivas intensivas de base adjetival. *Prolíngua*, [S.L.], v.9, n.2, 2014, p. 78-86. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/23944>. Acesso em: 3 jun. 2024.

SANTOS, G. A. S. *Um estudo discursivo-funcional dos usos conjuncionais de ‘nem’ e ‘nem que’ no português brasileiro*. 2022. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2022.

SCHWENTER, S. A. Additive particles and scalar endpoint marking. *Belgian Journal of Linguistics*, [S.L.], v. 36, n. 1, 2002, p. 119-134. DOI: <https://doi.org/10.1075/bjl.16.09sch>

SCHWENTER, S. A. Lo relativo y lo absoluto de las partículas escalares *incluso y hasta*. *Oralia*, v. 3, 2000, p. 169-197. DOI: <https://doi.org/10.25115/oralia.v3i1.8512>

SCHWENTER, S. A. *Pragmatics of Conditional Marking: Implicature, Scalarity, and Exclusivity*. New York: Garland, 1999.

SCHWENTER, S.; TRAUGOTT, E. Invoking scalarity: the development of *in fact*. *Journal of Historical Pragmatics*, v. 1, n. 1, p. 7–25, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1075/jhp.1.1.04sch>

TEIXEIRA, A. C. P. *O uso de 'mesmo' em cartas do português brasileiro dos séculos XVIII, XIX e XX*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2020.

ZAMPRONEO, S. *Multifuncionalidade e intersubjetividade em construções concessivas: uma análise em ocorrências do português contemporâneo do Brasil*. 2014. 169 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.



Ciência do Léxico e Ciências do Léxico: uma proposta de sistematização dos estudos do léxico

Lexicon Science and Lexicon Sciences: A Proposal for Systematizing Lexical Studies

Fernando Moreno da Silva

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Jacarezinho, Paraná / Brasil

moreno@uenp.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-9273-9667>

Resumo: No Brasil, costuma-se empregar o termo Ciências do Léxico para se referir ao conjunto de disciplinas que se ocupam do estudo das unidades léxicas da língua: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Pensando numa adequação terminológica, surge uma questão conceitual: as ciências do léxico são de fato, do ponto de vista epistemológico, ciências? Com esse problema, apresenta-se uma proposta: sistematização dos estudos do léxico, estabelecendo, com base em Saviani (1980, 2007, 2010), uma diferença entre ciência do léxico e ciências do léxico. Para essa reflexão, toma-se a dialética como um método de construção de conhecimento, num movimento que vai da síncrese (heterogeneidade real) à síntese (homogeneidade possível) por meio da abstração.

Palavras-chave: ciências do léxico; lexicologia; lexicografia; terminologia; fraseologia.

Abstract: In Brazil, the term Lexicon Sciences is used to refer to the disciplines that study the lexical units of language: Lexicology, Lexicography and Terminology. When thinking about a terminological adequacy, there is a conceptual question: are the sciences of the lexicon in fact, from the epistemological point of view, sciences? With this problem, a proposal is presented: systematization of lexicon studies, establishing, based on Saviani (1980, 2007, 2010), a difference between lexicon science and lexicon sciences. For this reflection, dialectics is used as a method of knowledge construction, in a movement that goes from syneresis (real heterogeneity) to synthesis (possible homogeneity) through abstraction.

Keywords: lexicon sciences; lexicology; lexicography; terminology; phraseology.

Recebido em 23 de janeiro de 2023.

Aceito em 28 de agosto de 2023.

1 Introdução

“A linguagem é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores.”. Nessas palavras introdutórias dos “Prolegômenos...”, de Hjelmslev (1975, p. 1), de prolegômenos servem para mostrar o gigantesco desafio que é estudar a linguagem, nas suas diversas manifestações. Para entender esse conglomerado, de traços físicos, fisiológicos, psicológicos, lógicos, sociológicos, etc., compete à Linguística (estudo da língua e da linguagem), por meio de sua instrumentalização teórica e metodológica – enquanto ciência que gera conhecimento de forma metódica e racional –, a tarefa de transformar a realidade caótica e complexa da linguagem em realidade linguística sistematizada. Parafraseando Saviani (1982, p. 62), apenas com a mediação da Linguística podemos passar da síncrese (realidade caótica) à síntese (totalidade ordenada).

Dessa realidade caótica e complexa da língua, nossa tarefa aqui é tratar do léxico. Antes de apresentar definições, entendamos primeiro onde ele se situa. Numa visão estrutural – embora seja um atributo considerado hoje pouco glorificante, como observam Bertrand e Estay Stange (2014, p. 13) –, os estudos linguísticos, *grosso modo*, assentam nos seguintes níveis: sonoro (sons da língua), morfológico (partes constitutivas das palavras), lexical (palavras), sintático (junção das palavras), textual (textos como unidade) e discursivo (junção entre linguístico e extralinguístico), todos perpassados pelos caracteres semântico e pragmático.

O léxico é o nível em que figuram as palavras (termo popular) ou unidades lexicais (termo técnico), talvez a unidade mais conhecida e requisitada não só pela Linguística mas pelas ciências humanas. O léxico constitui o conjunto de todas as palavras de uma língua, incluindo unidades mono e polilexicais, itens gramaticais e lexicais. O léxico é uma rica totalidade de muitas determinações e relações, um campo que pressupõe todos os níveis linguísticos, todas intimidades entre língua e cultura; é o encontro da imanência com a transcendência, da língua com o discurso, do formal com o funcional. É “a testemunha de uma sociedade, de uma

época” (Matoré, 1953, p. 62, trad. nossa) e “a janela da língua para o mundo refletindo a história cultural e social do povo” (Bechara, 2011, p. 9). As disciplinas que dele se valem conseqüentemente se caracterizarão pela abrangência e pela complexidade, resvalando na História, na Sociologia, na Cultura, na Pedagogia, na Arquivologia, na Tradutologia.

Desse fenômeno ser, chamado “léxico”, que cresce e se transforma, sem sabermos ao certo seu tamanho – quinhentos mil? Um milhão? Na capa do dicionário analógico de Pessek (2010), aparece a expressão “mais de 800.000 vocábulos” –, sem se pretender progenitor mas tutor, estão o que convencionalmente é chamado as ciências do léxico: disciplinas que se ocupam do estudo das palavras.

Tradicionalmente, as ciências do léxico – ou, como disse Barbosa (2001, p. 26), as “ciências da palavra” – são formadas de três disciplinas: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Em linhas gerais, a Lexicologia investiga nas unidades lexicais vários fenômenos: unidades mono e polilexicais, formação de palavras, neologismos, empréstimos linguísticos, topônimos e antropônimos. A Lexicografia se preocupa com a produção de dicionário, glossário, etc. A Terminologia, por fim, estuda os termos empregados num domínio especializado. Por conta do avanço dos estudos das unidades fraseológicas, costuma-se atribuir à Fraseologia, em vez de subárea da Lexicologia (Klare, 1986, p. 355), a condição de disciplina independente. O mesmo ocorre com a Onomástica, dividida em Toponímia (estudo dos nomes próprios de lugar) e Antroponímia (dos nomes próprios de pessoa).

Neste último parágrafo, apresentando as ditas ciências do léxico, salta à vista um problema: as ciências do léxico são de fato ciências?

Essa parece ser uma questão de ordem conceitual: as ciências do léxico são de fato, do ponto de vista epistemológico, ciências? Ou, a exemplo da Medicina e do Direito (que se autointitulam ciências, mas se valem, respectivamente, da Biologia e da Sociologia, entre outras, para sua constituição), apropriam-se da cientificidade de outras ciências – como a Morfologia, se pensarmos no processo de lexicalização, equiparando unidade fraseológica à unidade semântico-morfológica (substantivo, adjetivo, etc.) – para descrição de seus objetos? Ou as ciências do léxico seriam apenas áreas, disciplinas ou projetos? Mais ainda, já que o léxico é um lugar de confluências, um terreno onde habitam as reflexões da morfologia, da semântica, da filologia, entre outras disciplinas linguísticas, poderíamos incluir todas essas disciplinas

entre as ciências do léxico? Diante de tantas questões, resta-nos saber se o estudo do léxico pode constituir uma ciência.

Ora, não podemos deixar de problematizar o problema¹. Porque o problema não é simplesmente uma questão; se fosse, não haveria problema, pois de imediato a qualquer dúvida uma resposta efusiva seria lançada: “lógico que o estudo do léxico é uma ciência!”. Contudo os que rechaçam qualquer revide a essa hesitação afirmam, à uma, que o léxico é propriedade de todos, um terreno cosmopolita e mimético onde habitam diferenças e incongruências.

O problema acima posto, ou melhor, o pseudoproblema, infiltrado na questão aparentemente descabida, mas conscientizadora de uma situação necessária, é fenômeno ou manifestação que oculta a verdadeira essência do problema, a necessidade que objetivamente se impõe como ineludível: a adequação terminológica.

Resgatada a problematidade do problema, a necessidade de adequação terminológica, apresentamos nossa proposta: sistematização dos estudos do léxico, estabelecendo uma divisão entre ciência do léxico e ciências do léxico. Fundamentamos nossa proposta na diferença estabelecida por Saviani (1980, 2007, 2010) entre ciências da educação (Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Economia da Educação, etc.) e ciência da educação (Pedagogia).

Para Saviani, as chamadas ciências da educação são ciências já constituídas com objeto próprio, fora da educação, considerando em seu interior a educação sob o aspecto de seu próprio objeto e recortando, no conjunto do fenômeno da educação, a faceta que corresponde a esse aspecto. Assim, a educação é ponto de passagem: o ponto de partida e o ponto de chegada estão fora dela. A Sociologia da Educação, por exemplo, toma a educação como fato sociológico segundo as teorias sociológicas a partir das quais são mobilizadas as hipóteses explicativas do referido fato. O processo educativo é um campo para enriquecimento da teoria sociológica. A ciência da educação, no entanto, se constituiria na medida em que tomasse a educação, em sua totalidade, como seu objeto. A educação, enquanto ponto de partida e ponto de chegada, torna-se o centro das preocupações. Em vez de considerar a educação a partir de critérios psicológicos, sociológicos, econômicos, etc., são as contribuições das diferentes áreas que serão avaliadas a partir da problemática educacional.

¹ O conceito de problema aqui discutido é baseado em Saviani (1980, p. 18).

O mesmo raciocínio vale para os estudos do léxico. Nas ciências do léxico, o léxico é ponto de passagem. O ponto de partida e o ponto de chegada estão alhures. Isso significa que a Morfologia, a Semântica, a Linguística cognitiva... tomam a unidade lexical como fato filológico, morfológico, semântico, semiótico... O léxico é tomado como teste de hipóteses que, uma vez verificadas, redundarão no enriquecimento da Filologia, da Morfologia, da Semântica, da Semiótica... Nelas, o ponto de partida e o ponto de chegada estão fora do nível lexical. Na ciência do léxico propriamente dita, o léxico, enquanto ponto de partida e ponto de chegada, torna-se o centro das preocupações. Ao invés de se considerar o léxico a partir de critérios filológicos, morfológicos, semânticos, semióticos..., são as contribuições das diferentes áreas que serão tomadas a partir da problemática lexical.

Dessa maneira, considerando o significado morfológico do termo (Lexicologia [léxico + logia] = estudo do léxico), propomos o termo Lexicologia para denominar a ciência do léxico propriamente dita, abarcando Lexicografia, Terminologia, Terminografia, Fraseologia, Fraseografia, Onomástica e Neologia. E ciências do léxico, aquelas que mantêm, ainda que possuam objeto próprio, uma interface com o léxico: Sociolinguística, Fonologia, Morfologia, Semiótica...

Nesse posicionamento, valendo-se inclusive da epistemologia para conceituar ciência, pensamos na dialética como um método de construção de conhecimento, num movimento que vai, retomando Saviani (1982, p. 62), da síncrese (heterogeneidade real) à síntese (homogeneidade possível) por meio da abstração². O que propomos é uma mudança de concepção em relação aos estudos do léxico e uma adequação terminológica: da tradição designativa tripartida de ciências (Lexicologia, Lexicografia e Terminologia) à ciência propriamente dita, pela mediação epistemológica. Não se trata de negar a cientificidade das ciências precitadas, mas de reconhecer pela reflexão filosófica (com o

² “Simplesmente estou querendo dizer que o movimento que vai da síncrese (“a visão caótica do todo”) à síntese (“uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas”) pela mediação da análise (“as abstrações e determinações mais simples”) constitui uma orientação segura tanto para o processo de descoberta de novos conhecimentos (o método científico) como para o processo de transmissão-assimilação de conhecimentos (o método de ensino).” (Saviani, 1982, p. 62).

conceito epistemológico de ciência) uma ciência com cientificidade, ou seja, da variedade à unidade.

2 Léxico

O léxico [“lex(e/i)-” = palavra + “-ico” sufixo: “relativo a palavras”] é o conjunto de unidades mono e polilexicais de uma língua: unidades simples, compostas e fraseológicas; siglas, abreviaturas e abreviações; unidades de valores gramatical e lexical. Para Henriques (2010, p. 101-2), faz parte do léxico “a totalidade das palavras, desde as preposições, conjunções ou interjeições, até os neologismos, regionalismos, passando pelas terminologias, pelas gírias, expressões idiomáticas e palavrões.”.

Poderíamos pensar as unidades que integram o léxico da seguinte maneira:

Quadro 1 – unidades do léxico

UNIDADES LEXICAIS	
UNIDADES MONOLEXICAIS ³ (simples e compostas)	UNIDADES POLILEXICAIS (complexas)
“de” (simples de sentido gramatical)	“por que”
“ferro” (simples de sentido referencial/ lexical)	“que legal!”
“aguardente” (compostas por aglutinação)	“a partir de”
“motosserra” (composta por justaposição)	“dona de casa”
“guarda-roupa” (composta com hífen)	“ir desta para a melhor” (morrer)

Fonte: elaboração própria.

No léxico surgem, desaparecem e ressurgem unidades. O léxico é um sistema aberto, em permanente ampliação, de alta produtividade, complexo, dinâmico e inesgotável, “um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos.” (Biderman, 1978, p. 139). Eis a razão pela qual querer registrar todas as unidades num dicionário é uma quimera.

³ Consideramos a composição uma unidade monolexical, seguindo o raciocínio de Welker (2004, p. 102): “Desse modo, lexemas compostos grafados com hífen não são itens polilexicais.”.

Se o léxico desnuda a estrutura e o funcionamento da língua, as influências sócio-histórica-cultural-ideológicas de uma comunidade e o progresso de uma sociedade, isso faz dele um palco onde atuam várias perspectivas teórico-metodológicas: Sociolinguística, Linguística cognitiva, Semântica, Tradutologia, Linguística computacional, Morfologia, Pragmática, Filologia, Aquisição da linguagem, Ciência da informação, Etimologia. Ele abrange, portanto, uma miríade de possibilidades que podem ser aprofundadas para enfatizar peculiaridades. Essas possibilidades são os fenômenos lexicais. Para Saviani (1980, p. 20-1), o fenômeno é uma forma de manifestação do problema. O fenômeno, ao mesmo tempo que revela a essência, a esconde. Cabe aos estudos do léxico, então, captar a essência dos fenômenos.

E fenômenos há vários. Podemos descrever a história da sociedade pelo léxico, como fez Matoré (1953) na sua lexicologia social. Com a Lexicultura, termo proposto por Galisson (1987), a cultura do cotidiano no e pelo léxico. A complexidade das unidades polilexicais na tradução e no ensino (Fraseodidática). A Lexicografia Pedagógica e o uso do dicionário como instrumento de ensino. A relação entre vocabulários ativo e passivo. A competência lexical, que redundava nas dificuldades de leitura. Os valores semânticos (variação, sinonímia, hiponímia, hiperonímia, polissemia, etc.), os processos de formação de palavras e de empréstimos e a linguagem marginal dos tabuísmos e turpilóquios. Souza (2007), por exemplo, recolheu 5.092 ocorrências do vocabulário erótico-obsceno dos órgãos sexuais masculino e feminino em português e italiano. Para o órgão sexual feminino identificou as formas: *bacorinha*, *bichana*, *boca-cabeluda*, *caixa-de-moleques*, *lambedeira*, *passarinha*, *parque-de-diversões* etc. (p. 98-9); para o órgão sexual masculino: *calvo*, *entre-pernas*, *escopeta*, *ferrão*, *mandrião*, *nabo*, *verga* etc. (p. 98-9). O registro de palavras e suas significações, etnônimos injuriosos, como o caso de *cigano*, definido pela edição 2001 do Houaiss como “aquele que trapaceia; velhaco, burlador”. Apontada como racista e preconceituosa, a definição provocou uma ação do Ministério Público Federal de Uberlândia, que pedia a apreensão do dicionário.

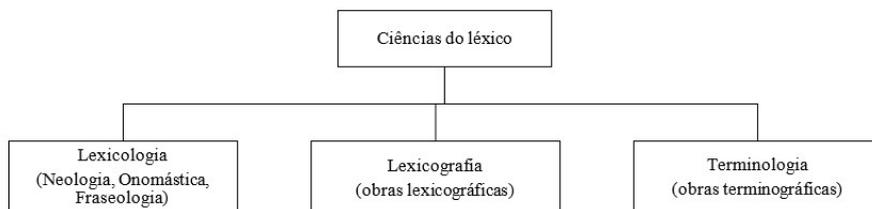
Enfim, são vários os fenômenos que podem ser apreciados pelos estudos do léxico, englobados pelas ciências do léxico.

3 As Ciências do Léxico são ciências?

Na doutrina brasileira dos estudos do léxico, “consolidou-se – conforme afirma Krieger (2016, p. 557-8) – uma tradição de considerar a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia como um tripé que sustenta o que se passou a denominar de Ciências do Léxico.”. Que são as ciências do léxico? É a designação dada ao conjunto de disciplinas chamadas de ciências que se ocupam do estudo das unidades léxicas da língua. Esse conjunto é formado tradicionalmente de três disciplinas: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia.

A tradição designativa referida acima, com a tripartição das ciências (Lexicologia, Lexicografia e Terminologia), é ratificada, por exemplo, na nomeação dos grupos de trabalho da ANPOLL (GTLex: GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia) e no título da coleção organizada por Isquierdo *et al*⁴ que se tornou referência na área: “As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia”. Dessa forma, haveria a seguinte representação:

Figura 1 – esquema tripartido das ciências do léxico

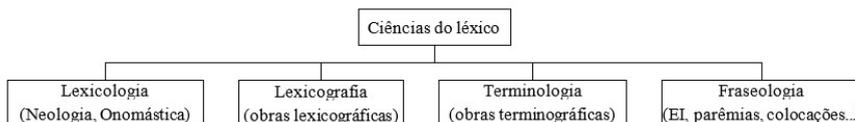


Fonte: elaboração própria.

Além da forma tripartida, é comum apresentar, por conta do desenvolvimento dos estudos fraseológicos, uma quadripartição dos estudos, com a Fraseologia como ciência independente, não mais como subárea da Lexicologia:

⁴ A coleção já conta com nove volumes: Isquierdo e Krieger (2004); Isquierdo e Alves (2007); Isquierdo e Finatto (2010); Isquierdo e Barros (2010); Isquierdo e Seabra (2012); Isquierdo e Dal Corno (2014, 2018); Isquierdo e Abbade (2020) e Oliveira e Isquierdo (2001).

Figura 2 – esquema quadripartido das ciências do léxico



Fonte: elaboração própria.

Ora, para uma área do conhecimento (estudos do léxico) que tem uma preocupação denominativa, não pode passar despercebida uma questão conceitual e terminológica: as ciências do léxico – seja tri ou quadripartida (ou ainda, apesar do exagero, multipartida: Lexicologia, Onomástica, Lexicografia, Fraseologia, Fraseografia, Idiomatologia, Paremiologia, Terminologia, Terminografia, Tradutologia) – são de fato ciências?

Em entrevista concedida a Krieger, quando questionada sobre o alcance internacional das ciências do léxico, a professora argentina Andreína Adelstein atentou para esse fato destacando que o substantivo “ciências” pode ser um pouco forte (Adelstein, 2016, p. 558). Seria uma incongruência terminológica? Um exagero? Para Chalmers (1993, p. 17), há um apelo à autoridade das ciências e dos cientistas quando atribuem o adjetivo “científico” a um produto, a um raciocínio ou a um estudo; é um recurso para afirmar que algo está bem fundamentado e fora de contestação, alcançando, assim, mérito e confiabilidade. Isso se deve, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 14-5), à posição privilegiada da ciência em relação aos demais conhecimentos (empírico ou popular, filosófico, religioso), adquirida ao longo da história, sobretudo por conta da construção do método científico e das conquistas da Biologia, Química e Física.

Não podemos simplesmente reproduzir sobejamente um termo sem antes fazermos uma reflexão conceitual. Não se trata de um capricho; é, antes, uma necessidade por pertencermos a uma filiação teórica cujo fim inclui o ato de designar. Mas esse impasse hamletiano de ser ou não ser suscita outra questão: o que é ciência?

A etimologia pouco nos revela: ciência (do latim *scientia* = conhecimento; deriva do verbo *scire* = saber) significa conhecimento. Nos dicionários, encontramos uma luz, apesar das dezenas de possibilidades de sentido. Ferreira (2010) apresenta seis acepções e 28 subentradas; Sacconi (2010), seis acepções e 29 subentradas; Michaelis (2015), nove

acepções e uma subentrada com duas acepções; Aulete digital, 8 acepções e 25 subentradas; Houaiss (2009), sete acepções e dezessete subentradas.

Diante dessa volubilidade e sortimento conceitual, mister é recorrer à tutela da epistemologia (*episteme* = conhecimento científico + *logia* = estudo), ramo filosófico que trata da teoria das ciências. Como observa Saviani (2017, p. 2), a palavra “epistemologia” é considerada em geral como sinônimo de “teoria do conhecimento”. Mas na língua grega o significado de conhecimento é expresso por vários termos – γνῶσις (*gnosis*), ἐπιστήμη (*episteme*), σοφία (*sofia*) e δόξα (*doxa*) –, cada qual com significado próprio: “gnosis” significa conhecimento geral, numa acepção ampla; “episteme” refere-se ao conhecimento metódico, sistemático, controlado, ou seja, científico; “sofia” significa sabedoria, o conhecimento decorrente da experiência; “doxa” designa opinião, que remete senso comum. “Enfim, cabe entender que, rigorosamente, o termo derivado do grego que corresponde ao significado de “teoria do conhecimento” é “gnosiologia”, enquanto que epistemologia já evocaria mais especificamente a teoria do conhecimento científico ou teoria das ciências.” (Saviani, 2017, p. 2). Essa distinção é abonada por Comte-Sponville (2011, p. 196), que define epistemologia como “a parte da filosofia que versa sobre uma ou várias ciências em particular, e não sobre o saber geral (teoria do conhecimento, gnoseologia)”. Justificada a autoridade da epistemologia, vejamos a definição de ciência em três dicionários de Filosofia:

É um conjunto de conhecimentos, de teorias e de hipóteses referentes ao mesmo objeto ou ao mesmo domínio (por exemplo, a natureza, os seres vivos, a Terra, a sociedade...), que ela constrói mais do que constata, historicamente produzidos (toda verdade é eterna, nenhuma ciência o é), logicamente organizados ou demonstrados, tanto quanto podem sê-lo, coletivamente reconhecidos, ao menos pelos espíritos competentes (é o que distingue as ciências da filosofia, na qual os espíritos competentes se opõem), enfim – salvo no caso da matemática – empiricamente falsificáveis. (Comte-sponville, 2011, p. 101)

Conjunto de conhecimentos e de investigações com um suficiente grau de unidade, de generalidade, e suscetíveis de trazer aos homens que se lhes consagram conclusões concordantes, que não resultam nem de convenções arbitrárias, nem de gostos ou

de interesses individuais que lhes são comuns, mas de relações objetivas que se descobrem gradualmente e que se confirmam através de métodos de verificação definidos. (Lalande, 1999, p. 155)

Conhecimento que inclua, em qualquer forma ou medida, uma garantia da sua própria validade. (Abbagnano, 2012, p. 157)

Day (1996, p. 321, trad. nossa) argumenta que os elementos tradicionais do conhecimento científico são: objeto, método e teoria. Com muita propriedade, o dicionário Aurélio (Ferreira, 2010), na terceira acepção do verbete ciência, apresenta um significado de fundamentação epistemológico-filosófica:

Conjunto de conhecimentos socialmente adquiridos ou produzidos, historicamente acumulados, dotados de universalidade e objetividade que permitem sua transmissão, e estruturados com métodos, teorias e linguagens próprias, que visam compreender e, possivelmente, orientar a natureza e as atividades humanas.

Com base nessas definições e na literatura epistemológica⁵, podemos apresentar a seguinte caracterização de ciência: conjunto de conhecimento, produzido de forma racional e transitória, com objeto, teoria, método e terminologia própria. Assim, a ciência se caracteriza por: conhecimento racional e falível, objeto, teoria, método, terminologia. Vejamos à frente:

- a) conhecimento racional: a ciência (universal e objetiva) se contrapõe à opinião (particular e pessoal). Conhecimento racional é baseado na lógica, “o que a razão pode pensar, calcular, conhecer e, pelo menos de direito, explicar.” (Comte-sponville, 2011, p. 499). Racional é o “que permite saber como o mundo é independentemente da subjetividade.” (Paulo Netto, 2011a, p. 337).
- b) conhecimento falível ou falseável: sendo racional, o conhecimento científico não é absoluto nem inquestionável; é transitório, corrigível

⁵ Abbagnano (2012); Chalmers (1993); Comte-Sponville (2011); Fourez (1995); Gerhardt e Silveira (2009); Hegenberg (1969); Hessen (2000); Lalande (1999); Minayo (2007); Mora (2000); Santos (2016).

e inesgotável, pressupondo a falibilidade, já que a ciência convida à dúvida. O questionamento leva ao conhecimento, à quebra de paradigmas. “No domínio científico, toda conclusão é provisória, sujeita à comprovação, retificação, abandono, etc.” (Paulo Netto, 2011b, p. 26). A ciência está continuamente em formação, por isso Greimas insistia em considerar a semiótica não uma ciência estabelecida, mas um projeto científico: “...a ciência não está nunca acabada, que ela não apresenta jamais formulações definitivas, que ela não é feita de certezas, mas que comporta determinadas permanências de objetivos.” (Fiorin, 2008, p. 9). Como observa Lalande (2012, p. 1128), se o conhecimento científico fosse considerado perfeito e imutável, sem ser submetido à verificação e à crítica, ele se tornaria uma doutrina.

- c) objeto (do lat. *objectus* = o que se apresenta aos olhos): partindo do sentido geral, objeto é “o que está perante nós, o que nós consideramos, o que temos em vista. [...] Aquilo que possui uma existência em si, independente do conhecimento ou da ideia que os seres pensantes disso possam ter.” (Lalande, 1999, p. 754). Para Paulo Netto (2011b, p. 21-2), o objeto da pesquisa tem existência objetiva; não depende do sujeito nem do pesquisador para existir. Diferentemente da filosofia, que segundo Saviani (1980, p. 24) não tem objeto determinado, dirigindo-se a qualquer aspecto da realidade, a ciência determina seu objeto: a Matemática, a lógica; a Biologia, os seres vivos; a Física, os fenômenos naturais; a Sociologia, a sociedade. Assim, o objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica, é apreender a essência (estrutura e dinâmica) do objeto. (Paulo Netto, 2011b, p. 22).
- d) teoria (do gr. *theoria* = ato de ver, de contemplar, por oposição à prática): para Saviani (1980, p. 20-1), a tarefa da ciência é captar a essência dos fenômenos da realidade. Com isso, entendemos laconicamente teoria como a explicação lógica de um objeto: “construção especulativa do espírito, que liga consequências a princípios [...], “ampla síntese que se propõe explicar um grande número de fatos...” (Lalande, 1999, p. 1127-8). Com base na teoria marxista, Paulo Netto (2011b, p. 21) diz que teoria é a reprodução e a interpretação, no plano do pensamento (ideal), do movimento real (material) do objeto, da sua essência (estrutura e dinâmica): “a teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do

objeto que pesquisa”. É a essência do objeto transposta para a cabeça do pesquisador. Teoria não é a construção de enunciados discursivos nem a descrição ou o exame sistemático das formas de um objeto; o exame e a descrição são apenas condições para a construção de uma teoria, que mostra as leis que regulam os movimentos do objeto.

- e) método [do gr. *méthodos* = busca, pesquisa, investigação. De *metá* = através + *hodós* = caminho): o conhecimento científico deve ser construído de maneira coerente e sistemática. Isso só é possível pelo emprego do método: “conjunto, racionalmente ordenado, de regras ou de princípios, tendo em vista obter determinado resultado.” (Comte-Sponville, 2011, p. 388). Saviani (1980, p. 24) apregoa que toda reflexão filosófica (exame detido) deve ser radical (ir às raízes da questão), rigorosa (com método) e global (na perspectiva da totalidade). Ser rigoroso é seguir um método próprio de análise e síntese; é mostrar o caminho pelo qual chegamos aos resultados. “O método se contrapõe à sorte e ao acaso, pois é antes de tudo uma ordem manifesta num conjunto de regras.” (Mora, 2001, p. 1962). O método é um caminho para alcançar um resultado. Feyerabend (1977), na sua teoria anárquica, contestou a ideia de um método científico único e universal: “Todas as metodologias têm limitações e só a ‘regra’ do ‘tudo vale’ é capaz de manter-se.” (p. 450, grifo do autor). Esse ataque provocou um anarquismo metodológico, donde nasceu a rejeição a protocolos mecânicos de regras para solução de problemas. Isso não significou uma negação a todo e a qualquer procedimento de investigação, mas a invenção de métodos a cada situação e a cada objetivo. Essa “invenção” reflete na afirmação de Day (1996, p. 318), para quem o método é determinado pelos objetivos, pelo fim procurado. Se o método é o caminho (conjunto de procedimentos) adotado para realizar uma pesquisa, “técnica” é a forma concreta de executar a pesquisa. São os instrumentos usados na investigação, como entrevista, questionário, gravação, etc. O método, assim, se realiza com técnicas (procedimentos). Eis a diferença entre método e procedimento metodológico.
- f) terminologia própria: a terminologia (com inicial minúscula) aqui é entendida como um conjunto de termos, uma metalinguagem. Para Beividas (2002, p. 272), a linguagem conceptual legitima um campo do saber, sendo, ao lado da metodologia, uma das condições à

cientificidade. São os termos que dão à teoria “maior economia, mais forte conceptualização de seus objetos, mais clara comunicação entre os pesquisadores, maior transparência na ‘discussão’, maior precisão na comparabilidade das suas hipóteses e descobertas...”. Benveniste (1989, p. 252) corrobora a importância da terminologia ao dizer que uma ciência só começa a existir quando impõe seus conceitos por meio da denominação: “Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência.”. Portanto, a terminologia é peça-chave à representação e à divulgação do conhecimento científico.

Depois dessa digressão epistemológica, num esforço para caracterizar a palavra “ciência” – conjunto de conhecimento, produzido de forma racional e transitória, com objeto, teoria, método e terminologia própria –, podemos ter uma vaga noção de ciência. É preciso qualificar essa noção de vaga porque o arrazoado muito sinóptico acima implementado não é capaz de resolver a complexidade do termo, tampouco o consenso da definição, já que nos imputamos a qualidade de linguista, não de epistemólogo ou de filósofo da ciência. Entretanto, essa incursão conceitual – tarefa cardeal do terminólogo – possibilita afirmar que áreas normalmente ditas científicas não são rigorosamente científicas. É o caso, por exemplo, do Direito e da Medicina.

Também denominado ciência jurídica, o Direito, apesar da terminologia (linguagem forense, recheada de latinismos) e de alguns princípios (como a constitucionalidade), não se caracteriza pela produção de conhecimento nem por método próprio; constitui, antes, um conjunto de normas e protocolos. A Medicina, por sua vez, segue seus procedimentos com base, sobretudo, na Biologia e na Química, ciências plenamente constituídas. Podemos fazer ciência estudando o Direito e a Medicina, como o fazem os programas de pós-graduação, tomando-os como objeto. Mas o Direito e a Medicina não constituem, por si só, uma ciência.

Delineado o conceito de ciência, cumpre voltarmos à questão posta inicialmente: as ciências do léxico são de fato ciências? Valendo-nos da visão quadripartida – respeitando o avanço dos estudos fraseológicos –, a pergunta recai sobre quatro termos: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, Fraseologia.

A Lexicologia – apesar de muito mencionada, mas por lhe caber o léxico, “um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos” (Biderman, 1978, p. 139) – tem uma posição imprecisa. Para Biderman (2001, p. 16), a Lexicologia “tem como objetos básicos de estudo e análise a palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico”. Na página principal do GTLEX⁶, ela é definida como “uma disciplina que estuda o léxico e a sua organização de pontos de vista diversos”. Como observam Krieger e Finatto (2017, p. 43-5), a Lexicologia, ocupando-se da palavra, que é um lugar de encontro e interesse de muitas ciências, tende a ser compreendida de modo difuso, sendo um lugar de fronteiras, pois diferentes visões e interesses a perpassam. Rey (1970, p. 1) vai considerá-la uma disciplina de encruzilhadas nas ciências humanas e em semiótica, porquanto é indispensável à maior parte dos estudos da Linguística.

A Lexicografia foi definida por Biderman (2001, p. 17) como a “ciência dos dicionários.” Mas se constitui num conhecimento racional ou numa prática? Possui objeto, teoria, método e terminologia própria ou se vale das reflexões lexicológicas, como delimitação de unidades mono e polilexicais, fenômenos semânticos (polissemia, monossemia, homonímia, sinonímia, antonímia), contextos de uso (marcas diassistemáticas) e variação? A Lexicografia não é em si uma ciência, mas também não é simplesmente uma técnica; é antes uma prática fundamentada, uma aplicação da ciência, pois sua atividade está fundamentada nas orientações e nos fundamentos lexicológicos.

A Terminologia, assentada inicialmente nas escolas clássicas de Terminologia (austríaca, tcheca e soviética) e, posteriormente, nas novas teorias (Socioterminologia, Teoria Comunicativa da Terminologia e Teoria Sociocognitiva da Terminologia), foi ganhando cada vez mais espaço, apesar da importância no meio técnico-científico, caráter linguístico, haja vista as produções terminográficas resultantes das pesquisas de programas de pós-graduação em Letras. Seus fundamentos, também, estão na dependência de outras áreas. Quando a Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1999) estabelece que não há diferença entre termo e palavra e que a variação terminológica deve ser considerada, implícitas estão as contribuições da Semântica, da Sociolinguística e da Morfologia. A prática terminográfica, apesar das

⁶ Disponível em: <http://anpoll.org.br/gt/lexicologia-lexicografia-e-terminologia/>

diferenças entre dicionários comuns e especializados, mantém íntima relação com o fazer lexicográfico.

Com a Fraseologia, a dependência de outras áreas se repete. Ao delimitar a unidade polilexical como um constituinte de extensão sintagmática, mas de valor paradigmático, que equivale sintática e semanticamente a uma categoria léxico-gramatical, comportando-se morfologicamente como um substantivo, advérbio, adjetivo, etc., também estão pressupostos os princípios morfológicos, semânticos e sintáticos. Suas produções fraseográficas, como a terminográficas, apesar das especificidades, também derivam das práticas lexicográficas.

Com base no exposto acima e considerando a concepção epistemológica, não poderíamos chamar as ciências do léxico de ciências. Quando Comte-Sponville (2011, p. 101) diz que todas as ciências são diferentes por seu objeto ou por seu método, ele afirma que cada ciência possui seu próprio objeto. Não é o que acontece com as disciplinas elencadas acima que estudam o léxico. Elas não possuem objetos diferentes; ocupam-se do mesmo objeto: a concepção de unidade lexical. Ainda que haja valores específicos (geral ou terminológico, mono ou poliléxico, teórico ou prático), em todas elas há um denominador comum (apesar dos rótulos: lexema, unidade lexical, unidade lexicográfica, unidade fraseológica...) que as une: a palavra, a unidade do léxico. Por isso, não podem ser pensadas como disciplinas independentes, mas interdependentes ou inter-relacionadas. Não são ciências, mas uma única ciência, a ciência do léxico.

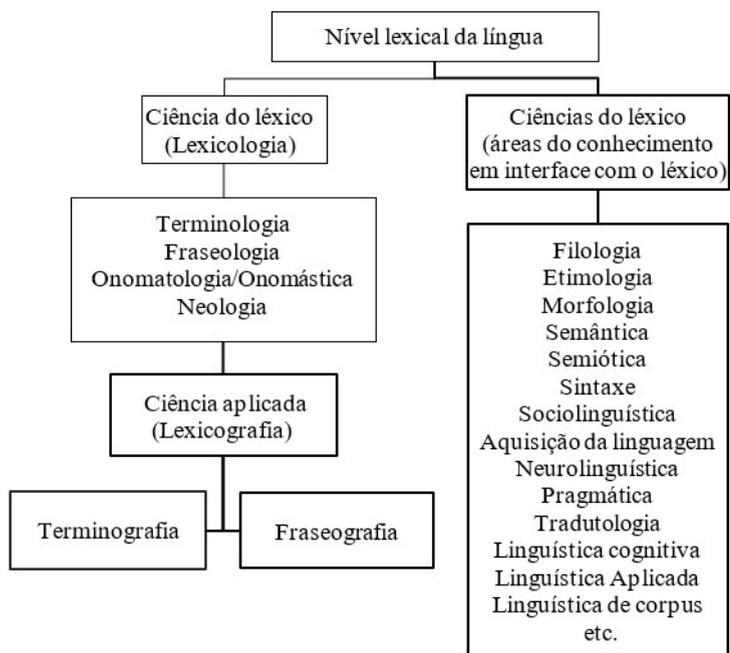
4 Ciências do Léxico e Ciência do Léxico

Enunciar “ciência” no lugar de “ciências” não significa negar ou invalidar tudo que já foi dito ou debatido nos estudos do léxico. Tampouco uma disrupção ou inflexão. Apenas uma adequação dos termos para alcançar, com base na cientificidade, não no cientificismo, uma precisão terminológica. Com esse entendimento, propomos uma sistematização dos estudos do léxico, apresentando uma divisão: ciência do léxico e ciências do léxico. Essa bipartição é baseada na diferença estabelecida por Saviani em diferentes oportunidades (1980, 2007, 2008, 2010) entre ciências da educação (Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Economia da Educação, etc.) e ciência da educação (Pedagogia).

Para resgatar o destaque que merece, muitas vezes ignorado pela imprecisão do sentido e das definições, e considerando o significado morfológico do termo (Lexicologia [léxico + logia] = estudo do léxico), propomos Lexicologia como a ciência do léxico propriamente dita, abarcando Lexicografia, Terminologia, Terminografia, Fraseologia, Fraseografia, Onomástica e Neologia. E ciências do léxico aquelas que mantêm, ainda que possuam objeto próprio, uma interface com o léxico: Sociolinguística, Fonologia, Morfologia, Semiótica, etc.

Com essa bipartição, teríamos o seguinte esquema:

Figura 3 – Sistematização dos estudos do léxico



Fonte: elaboração própria.

De um lado, a ciência do léxico, cujo objeto é o léxico, estruturando-se a partir e em função dele, com teorias do léxico; de outro, as ciências do léxico, que, apesar de tratar também das unidades do léxico, possuem especificamente outro objeto, abarcando teorias sobre o léxico.

A Morfologia, por exemplo, estuda a unidade lexical, mas seu objeto são os morfemas. A Semiótica se preocupa – independentemente da extensão (palavra, frase ou texto) ou da manifestação (verbal ou não verbal) – com a construção do sentido. Até mesmo a Fonética e a Fonologia, estudando os sons da fala dos pontos de vista físico e funcional, respectivamente, consideram também as unidades do léxico: “A palavra é a unidade básica de todos os sistemas de escrita e também da fonologia.” (Cagliari, 2012, p. 71). Para Beividas (2009, p. 50-1), o que define o estatuto de um fonema (tradicionalmente apresentado como menor unidade linguística destituída de sentido) é o significado da palavra, por meio da associação inseparável de um significante e de um significado. O fonema exige o significado. Em *sapato*, fica provado que s, a, p, t, o são todos fonemas. Mas em *pasato*, *satopa*, *patosa*, *sotapa*, *potassa*, como não há a contrapartida em significado, são meras sequências de ruído, não passam de massa sonora sem pertinência para a língua.

As ciências do léxico, em verdade, são ciências já constituídas, com objeto próprio, considerando o léxico como uma das facetas nas quais seu objeto resvala. Diferentemente, a ciência do léxico, propriamente dita, se constituiria na medida em que constituísse o léxico, na sua totalidade, como seu objeto⁷.

Curiosamente, Krieger (2010, p. 169), ao se referir ao tripé “Lexicologia-Lexicografia-Terminologia”, disse: “as ciências do léxico, tal como as entendemos e desenvolvemos, tomam a palavra em aspectos que se diferenciam de áreas como a Morfologia e a Semântica.”. Neste trecho, embora não houvesse por parte da autora a intenção de propor uma nomenclatura divisória, há implicitamente a ideia de divisão entre ciência e ciências do léxico, segundo os termos conceitualmente aqui propostos.

Nas ciências do léxico, o léxico é ponto de passagem. O ponto de partida e o ponto de chegada estão alhures. Isso significa que as abordagens da Filologia, da Morfologia, da Semântica, da Semiótica, da

⁷ Redação baseada no texto de Saviani (2010, p. 27): “As chamadas ciências da educação, em verdade são ciências já constituídas com um objeto próprio, externo à educação e que constituem, em seu interior, um ramo específico que considera a educação sob o aspecto de seu próprio objeto recortando, no conjunto do fenômeno educativo aquela faceta que lhe corresponde. Diferentemente, a ciência da educação, propriamente dita, se constituiria na medida em que constituísse a educação, considerada em concreto, isto é, em sua totalidade, como seu objeto.”.

Linguística Cognitiva, da Linguística de Corpus, entre outras, tomam a unidade lexical como fato filológico, morfológico, semântico, semiótico, etc. O léxico é tomado como teste de hipóteses que, uma vez verificadas, redundarão no enriquecimento da Filologia, da Morfologia, da Semântica, da Semiótica, etc. Nelas, o ponto de partida e o ponto de chegada estão fora do nível lexical. Na Lexicologia, ou ciência do léxico propriamente dita, o léxico, enquanto ponto de partida e ponto de chegada, torna-se o centro das preocupações. Ao invés de se considerar o léxico a partir de critérios filológicos, morfológicos, semânticos, semióticos..., são as contribuições das diferentes áreas que serão tomadas a partir da problemática lexical⁸. Aqui, o léxico, na sua totalidade, constitui um objeto, ainda que se valha das formulações teóricas de outras ciências, mas o ponto de partida e o ponto de chegada estão dentro do nível lexical. A figura abaixo ilustra os dois circuitos:

Figura 4 – circuitos representativos da direção dos estudos lexicais



Fonte: adaptado de Saviani (1980, p. 89).

⁸ Redação baseada no texto de Saviani (1980, p. 89-90): “Aí a educação é ponto de passagem (...) O ponto de partida e o ponto de chegada estão alhures. Isto significa que as pesquisas no âmbito da sociologia da educação (e isto vale também para as demais áreas) circunscrevem a educação como seu objeto, encarando-a como fato sociológico que é visto, conseqüentemente, à luz das teorizações sociológicas a partir de cuja estrutura conceptual são mobilizadas as hipóteses explicativas do aludido fato. O processo educativo é encarado, pois, como campo de teste das hipóteses que, uma vez verificadas, redundarão no enriquecimento do acervo teórico da disciplina sociológica referida. (...) A educação, enquanto ponto de partida e ponto de chegada, torna-se o centro das preocupações. Note-se que ocorre agora uma profunda mudança de projeto. Ao invés de se considerar a educação a partir de critérios psicológicos, sociológicos, econômicos, etc., são as contribuições das diferentes áreas que serão avaliadas a partir da problemática educacional”.

Na ciência do léxico, o léxico é ponto de partida e ponto de chegada; nas ciências do léxico, ele é ponto de passagem. Para exemplificar um fenômeno como “ponto de passagem”, tomemos o caso do empréstimo linguístico, que pode ser abordado por várias disciplinas, com interesses diferentes. Pela Fonologia, que observa as estratégias de adaptação do falante às regras fonotáticas da língua receptora, como inserção vocálica ou supressão de consoantes. Pela Sociolinguística, que descreve as marcas diaintegrativas de uma unidade, envolvendo aspectos linguísticos e extralinguísticos das variações diatópica, diamedial, diastrática, diatécnica, dianormativa, entre outras. Pela Semântica, por conta das nuances de sentido adquiridas pela incorporação dos empréstimos (*shopping*, por exemplo, no inglês é o ato de fazer compra, mas em português é usado como espaço recreativo de compras). Pela Aquisição de linguagem, por conta das situações de bilinguismo e aquisição de segunda língua.

Da mesma maneira, o léxico é ponto de passagem de diversas disciplinas. Essa é a razão pela qual o léxico é considerado “uma intersecção de caminhos” (Lorente, 2004, p. 20), “uma confluência”, “um tema transversal” (Seide; Vescovi; Cottica, 2016, p. 238-9) ou “um entrecaminhos” (Nadin, 2018, p. 40). Mas não podemos dizer, entretanto, que a Lexicologia enquanto ciência do léxico não constitui uma área de conhecimento estabelecida, uma área de estudo específica, “um ponto onde se juntam as disciplinas do estudo linguístico, sem, contudo, constituir um objeto de teorização à parte.” (Seide; Vescovi; Cottica, 2016, p. 239). Diferentemente de outras disciplinas, em que o léxico é um ponto no percurso, apenas a Lexicologia como ciência do léxico propriamente dita toma o léxico como seu objeto, em todo seu percurso, como ponto de partida e ponto de chegada, convocando para isso todos fundamentos linguísticos (fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos, pragmáticos, semânticos, cognitivos, computacionais, etc.).

Além da totalidade do léxico como objeto (ponto de partida e ponto de chegada), outra característica muito marcante da ciência do léxico, em relação aos outros ramos da Linguística, é a “dialética constitutiva entre teoria e prática”, nos termos de Schmied-Kowarzik (1983, p. 11-2). O filósofo alemão usou a expressão “dialética constitutiva entre teoria e prática” para se referir à Pedagogia, que, como ciência prática voltada para a Educação, busca contribuir constantemente, enquanto atividade teórica, à orientação da prática educativa. O mesmo vale para os estudos

do léxico. A diferença entre a ciência do léxico propriamente dita e as outras ciências do léxico é que esta última se caracteriza pela preocupação predominantemente teórica, ao passo que aquela se caracteriza pelo explícito interesse pela articulação entre as dimensões teórica e aplicada, haja vista os tradicionais pares Lexicologia/Lexicografia, Terminologia/Terminografia, Fraseologia/Fraseografia. A Lexicografia, que orienta Terminografia e Fraseografia, não é em si uma ciência, mas também não é simplesmente uma técnica; é uma prática fundamentada, uma aplicação da ciência, pois sua prática está fundamentada nas orientações e nos fundamentos da Lexicologia, numa dialética constitutiva. Curiosamente, essas duas ideias-chave (bipartição dos estudos do léxico e articulação teórica e aplicada) foram sintetizadas nas palavras da professora argentina Adelstein (2016, p. 558, tradução nossa):

Acredito que a diferença fundamental entre as ciências do léxico, como uma integração apenas das três disciplinas mencionadas na questão anterior, e outros ramos da linguística que lidam com o léxico, como morfologia lexical, semântica lexical ou aquisição do léxico, é o explícito interesse no estudo articulado das dimensões teórica e aplicada. Em outros aspectos, por outro lado, é muito difícil estabelecer claramente a distinção entre lexicologia e morfologia lexical, por exemplo.

Com base no arrazoado implementado acima, empregando os termos com propriedade, podemos afirmar – diante de todo conhecimento acumulado e comprovado nas publicações, nos eventos, nos programas de pós-graduação, nos financiamentos de pesquisa junto às agências de fomento – que a Lexicologia tem conhecimento racional e falível, objeto, teoria, método e terminologia, constituindo, portanto, uma ciência de naturezas ontológica e epistemológica.

5 Considerações finais

Estando numa área que se preocupa com a palavra e com os termos, não deixa de ser intrigante o uso indiscriminado de ciências para se referir aos domínios que compreendem o estudo do léxico. Junto do uso, sobrevém outro problema que lhe é intrínseco, já que o termo referido quase sempre é empregado no plural: quantas são essas ciências? Com essa postura enquadrante e taxonômica, as polêmicas surgem: são

três, como tradicionalmente apresentam (Lexicologia, Lexicografia e Terminologia), ou haveria uma hexadivisão: Lexicologia, Lexicografia, Fraseologia, Fraseografia, Terminologia e Terminografia? A Fraseologia, por exemplo, seria uma disciplina autônoma (ao lado da Lexicologia, Lexicografia e Terminologia) ou uma subárea? Essas questões apenas ocultam outra questão: o que são ciências? Nesse exercício introspectivo, desnudamos a essência do problema: a necessidade de adequação terminológica. Diante desse problema, nossa proposta foi sistematizar os estudos do léxico, estabelecendo uma diferença entre ciência do léxico e ciências do léxico. Tendo uma literatura já consolidada que trata dessa questão – a epistemologia –, não poderíamos simplesmente buscar os possíveis significados de ciência, como os arrolados num dicionário. Por isso, fundamentamos nossa definição na diferença que Saviani estabelece entre ciências da educação e ciência da educação. Com isso, apresentamos uma proposta teórica, com uma ciência do léxico propriamente dita que toma o léxico como ponto de partida e ponto de chegada, designando-a Lexicologia para resgatar os valores terminológico e morfológico desse termo como verdadeiramente a ciência do léxico (léxico + logia).

Agora, podemos corroborar nestas considerações finais o conceito aqui defendido de Lexicologia, denominação dada à ciência do léxico propriamente dita.

Nessa concepção epistemológica apresentada, há duas instâncias nucleares: totalidade e mediação. Segundo Paulo Netto (2011b, p. 56), Marx considerava a sociedade uma totalidade concreta. Não um todo constituído de partes integradas, mas uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída de totalidades de menor complexidade.

Essa mesma concepção de totalidade pode valer para uma ciência do léxico transdisciplinar. A Lexicologia é uma totalidade concreta inclusiva constituída de totalidades constitutivas de menor complexidade (Neologia, Onomástica, Fraseologia, Fraseografia, Terminologia, Terminografia e Lexicografia): um complexo constituído de complexos⁹. Nenhuma dessas totalidades é simples; o que as distingue é o grau de complexidade. Tampouco há totalidades mais determinantes que outra. A Lexicologia, enquanto uma totalidade estruturada, articulada e dinâmica, é resultado

⁹ Trata-se de uma expressão lukacsiana citada por Paulo Netto (2011b, p. 56): “um complexo constituído por complexos”.

das contradições de todos os complexos constitutivos das totalidades que compõem essa totalidade inclusiva. Essas relações são mediadas pelos níveis de complexidade e pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem a mediação dessas totalidades, a totalidade concreta inclusiva da Lexicologia seria uma totalidade indiferenciada. Mas o léxico é um processo, movimento em cuja contradições o dinamismo leva a patamares de crescente complexidade, que, por sua vez, leva a outras superações, numa constante mudança. Isso significa que cada totalidade constitutiva da Lexicologia é relativa e mutável: ela pode esgotar-se ou ascender-se.

Nossa proposta de sistematização dos estudos do léxico, para corroborar a legitimação desse domínio, não é transformar os estudos do léxico, mas uma tentativa de fazer “movimentar, o menos inadequadamente possível, as pedras no jardim, situando os conceitos no quadro teórico, metodológico e sobretudo epistemológico das ciências da linguagem.” (Silva, 1995, p. 23).

Se concebemos a língua não como um organismo acabado, mas como um processo em constante mudança, o léxico igualmente não se apresenta como um caos, mas como resultado do desenvolvimento natural da própria língua. Pensando na ontologia do léxico, o ser de suas unidades, a sua essência não é dada pela natureza, mas é produzida pelas próprias palavras, no processo de uso e da construção do sentido. Cabe ao linguista, e especialmente ao lexicólogo, a tarefa de descobrir as leis que regem o que à primeira vista possa parecer obra do acaso¹⁰.

Referências

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 6 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. 1210 p.

ADELSTEIN, A. Entrevista. In: KRIEGER, M G; ADELSTEIN, A. *Estudos de léxico em diferentes perspectivas: identidades e fronteiras*.

¹⁰ Valho-me das reflexões de Engels, citadas por Paulo Netto (2011b, p. 32) sobre o mundo: “...se concebe o mundo da natureza, da História e do espírito como um processo [...] Encarada sob este aspecto, a história da humanidade já não se apresentava como um caos [...], mas, ao contrário, se apresentava como o desenvolvimento da própria humanidade, que incumbia ao pensamento a tarefa de seguir [...] até conseguir descobrir as leis internas, que regem tudo o que à primeira vista se pudesse apresentar como obra do acaso.”.

Calidoscópio (Unisinos), v. 14, n. 3, p. 557-560, 2016. DOI: 10.4013/cld.2016.143.19

AULETE, C. *Novíssimo Aulete*: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Organizador Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011. 1488 p.

BARBOSA, M. A. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. *Caderno de Terminologia*, v.1, n. 1, p. 23-45, 2001.

BECHARA, E. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BEVIDAS, W. *Inconsciente et verbum*: psicanálise, semiótica, ciência, estrutura. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2002. 396 p.

BEVIDAS, W. *Inconsciente e sentido*. Ensaios de interface: psicanálise, linguística, semiótica. São Paulo: Annablume, 2009. 196 p.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989. 294 p.

BERTRAND, D.; ESTAY STANGE, V. Reflexões sobre a perspectiva gerativa em semiótica. In: CORTINA, A; SILVA, F. M. *Semiótica e comunicação*: estudos sobre textos sincréticos. Araraquara: Cultura acadêmica, 2014. p. 13-21.

BIDERMAN, M T C. *Teoria linguística*: linguística quantitativa e computacional. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1978.

BIDERMAN, M T C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A M P P; ISQUERDO, A N; (orgs.). *As ciências do léxico*: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2 ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001. p. 13-22.

CABRÉ, M T. *La Terminologia*: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, IULA, 1999.

CAGLIARI, L C. Aspectos metodológicos da fonética e da fonologia. In: GONÇALVES, A V; GÓIS, M L S (orgs.). *Ciências da Linguagem*: o fazer científico? Campinas: Mercado de Letras, 2012, p. 65-87.

CHALMERS, A F. *O que é ciência afinal?* Tradução Raul Filker. São Paulo: Brasiliense, 1993. 210 p.

COMTE-SPONVILLE, A. *Dicionário filosófico*. Trad. Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011 [2001]. 658 p.

DAY, R. LIS, method, and postmodern science. *Journal of Education for Library and Information Science*, Toronto, v. 37, n. 4, p. 317-324, 1996. DOI: <https://doi.org/10.2307/40324240>

FERREIRA, A B H. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2272 p.

FEYERABEND, P. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 488 p.

FIORIN, J L. Prefácio. In: GREIMAS, A J; COURTÈS, J. *Dicionário de semiótica*. Prefácio de José Luiz Fiorin. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2008 [1979 e 1986]. p. 7-10.

FOUREZ, G. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Unesp, 1995 [1991]. 319 p.

GALISSON, R. Accéder à la culture partagée par l'entremise des mots à CCP. *Études de Linguistique Appliquée*, Paris, v. 67, n. x, p. 109-151, 1987. DOI: <https://doi.org/10.4000/alsic.1645>

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (orgs). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HEGENBERG, L. *Explicações científicas: introdução à filosofia da ciência*. São Paulo: Herder, 1969.

HENRIQUES, C C. Lexicologia aplicada: algumas contribuições didáticas. In: ISQUERDO, A N; BARROS, L A (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. 5. Campo Grande: Ed. UFMS, 2010. p. 99-115.

HESSEN, J. *Teoria do conhecimento*. Trad. João V. Gallerani Cuter. São Paulo: Martins Fontes, 2000[1926]. 177 p.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1975 [1943]. 147 p.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa [DEHLP]*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ISQUERDO, A N; KRIEGER, M G (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. 2. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004. 381 p.

ISQUERDO, A N; ALVES, I M (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. 3. Campo Grande; São Paulo: Ed. UFMS e Humanitas, 2007. 483 p.

ISQUERDO, A N; FINATTO, M J B (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. 4. Campo Grande: Ed. UFMS, 2010. 624 p.

ISQUERDO, A N; BARROS, L A (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. 5. Campo Grande: Ed. UFMS, 2010. 400 p.

ISQUERDO, A N; SEABRA, M C T C (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. 6. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012. 539 p.

ISQUERDO, A N; DAL CORNO, G O M (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. 7. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014.

ISQUERDO, A. N.; DAL CORNO, G. O. M. (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. 8. Campo Grande: Ed. UFMS, 2018.

ISQUERDO, A. N; ABBADE, C. M. S. (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. 9. Campo Grande: Ed. UFMS, 2020.

KLARE, J. Lexicologia e fraseologia no português moderno. *Revista de Filologia Románica*, Madrid, v. X, n. 4, p. 355-360, 1986.

KRIEGER, M. G. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia: impactos necessários. In: ISQUERDO, A. N; FINATTO, M J B (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. 4. Campo Grande: Ed. UFMS, 2010. p. 161-175.

KRIEGER, M. G. Entrevista. In: KRIEGER, M G; ADELSTEIN, A. Estudos do léxico em diferentes perspectivas. *Calidoscópico* (Unisinos), v. 14, n. 3, p. 557-560, 2016.

KRIEGER, M. G; FINATTO, M. J. B. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017. 224 p.

LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 1336 p.

LORENTE, M. A Lexicologia como ponto de encontro entre a gramática e a semântica. In: ISQUERDO, A. P, KRIEGER, M. G. (orgs). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*, vol. II. Campo Grande: Editora UFMS, 2004, p.19-30.

MATORÉ, G. *La méthode em lexicologie: domaine français*. Paris: Didier, 1953.

MICHAELIS. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2015a. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>”<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>

MINAYO, M C S. *O desafio do conhecimento*. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MORA, J F. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Maria Stela Gonçalves *et al*. São Paulo: Loyola, 2000 [1994]. 786 p. [tomo I, A-D].

MORA, JF. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Maria Stela Gonçalves *et al*. São Paulo: Loyola, 2001 [1994]. [tomo II, E-J; tomo III, K-P; tomo IV, Q-Z].

NADIN, O L. *Os estudos do léxico: um entrecaminhos*. 2018, 70 f. Sistematização crítica (Tese de Livre-docência em Estudos do Léxico). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2018.

OLIVEIRA, A M P P; ISQUERDO, A N (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2 ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.

PAULO NETTO, J. Entrevista. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 333-340, 2011a.

PAULO NETTO, J. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011b. 64 p.

PESSEK, K. *Dicionário de palavras interligadas: analógico e ideias afins*. Brasília: Thesaurus, 2010. 1780 p.

REY, A. *La lexicologie: lectures*. Paris: Klincksieck, 1970.

SACCONI, L A. *Grande dicionário Sacconi da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Geração, 2010. 2088 p.

SANTOS, I E. *Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica*. 12 ed. Niterói: Impetus, 2016. 368 p.

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1980. 224 p.

SAVIANI, D. Escola e Democracia: para além da teoria da curvatura da vara. *ANDE - Revista da Associação Nacional de Educação*, Campinas, v. 2, n.2, p. 56-64, 1982.

SAVIANI, D. O pensamento pedagógico brasileiro: da aspiração à ciência à ciência sob suspeição. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 21, n. 42, p. 13-35, 2007. DOI: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v21n42a2007-463>

SAVIANI, D. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. Ciência e educação na sociedade contemporânea: desafios a partir da pedagogia histórico-crítica. *Faz Ciência*, Francisco Beltrão, v. 12, n. 16, p. 13-36, 2010. DOI: <https://doi.org/10.48075/rfc.v12i16.7434>

SAVIANI, D. Epistemologias da política educacional: algumas precisões conceituais. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en política educativa*, Ponta Grossa, v. 2, n. X, p. 1-5, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.002>

SCHMIED-KOWARZIK, W. *Pedagogia dialética: de Aristóteles a Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEIDE, M S; VESCOVI, J P; COTTICA, A M. A Base Nacional Comum Curricular e o estudo do léxico nos cursos de Licenciatura em Letras. *Revista GTLex*, Uberlândia, vol. 1, n. 2, p. 237-256, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14393/Lex2-v1n2a2016-1>

SILVA, I A. *Figurativização e metamorfose: o mito de Narciso*. São Paulo: UNESP, 1995. 278 p.

SOUZA, V R O G. *Vocabulário erótico-obsceno dos órgãos sexuais masculino e feminino em português e italiano*. 265 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras

e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2007.

WELKER, H A. *Dicionários: uma pequena introdução à Lexicografia*. Brasília: Thesaurus, 2004. 287 p.



A descrição dos valores aspectuais do passado composto em materiais didáticos para ensino de espanhol como língua estrangeira

The Description of Aspectual Values of Present Perfect in Didactic Materials for Teaching Spanish as a Foreign Language

Jean Carlos da Silva Gomes

Universidade da Força Aérea (UNIFA), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil

gomes.jean@letras.ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0002-4022-0580>

Maria Mercedes Riveiro Quintans Sebold

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil

m.sebold@letras.ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0002-0035-3338>

Resumo: O passado composto no espanhol é uma forma verbal que pode veicular diversos valores aspectuais na sentença. A expressão desses valores, bem como sua alternância com o passado simples, difere-se consideravelmente entre as variedades dessa língua. Dessa forma, neste trabalho, buscou-se verificar como os materiais didáticos abordam tal problemática na descrição do passado composto para aprendizes de espanhol como língua estrangeira. Para tanto, foram analisados três volumes das coleções *Español Lengua Viva* e *Aula Internacional*. Os resultados indicaram que, em ambas as coleções, privilegia-se a descrição dos valores aspectuais de *perfect* experiencial e *perfect* de passado recente. Além disso, a alternância entre passado simples e composto é abordada de maneira dicotômica, em que a primeira forma é descrita como veiculadora do aspecto perfectivo e a segunda, do aspecto *perfect*, sem haver qualquer informação sobre a variação linguística que envolve tais morfologias. Discutiu-se que a descrição presente nesses materiais não reflete a realidade linguística do espanhol e passa ao aprendiz uma falsa ideia de homogeneidade do idioma.

Palavras-chave: passado composto; aspecto; espanhol como língua estrangeira; livro didático.

Abstract: The present perfect in Spanish is a verb form that can convey different aspect values in the sentence. The expression of these values, as well as their alternation with the simple past, differs considerably among Spanish varieties. Thus, in this work, we sought to verify how teaching materials address this issue in the description of the present perfect for learners of Spanish as a foreign language. To this end, three volumes of the *Español Lengua Viva* and *Aula Internacional* collections were analyzed. The results indicated that, in both collections, the description of the aspectual values of experiential perfect and perfect of recent past is privileged. In addition, the alternation between simple past and present perfect is approached in a dichotomous way, in which the first form is described as carrying the perfective aspect and the second, the perfect aspect, without any information about the linguistic variation involving such morphologies. It was argued that the description present in these materials does not reflect the linguistic reality of Spanish and gives the learner a false idea of the homogeneity of the language.

Keywords: present perfect; aspect; Spanish as a foreign language; textbook.

Recebido em 26 de janeiro de 2023.

Aceito em 27 de maio de 2023.

1 Introdução

Dentre as distintas formas verbais existentes no espanhol, o passado composto tem ganhado notável destaque nos estudos linguísticos levando em consideração as funções que pode exercer na sentença, as distinções de usos encontradas entre as variedades e os contextos de alternância com o passado simples. Nessa direção, diversos autores buscaram (e ainda buscam) elaborar um panorama acerca de seus valores e ocorrência nesse idioma.

A descrição dos contextos de uso do passado composto no espanhol pode ser feita a partir de diversas perspectivas. Uma delas é a que diz respeito aos valores aspectuais veiculados na sentença, em outras palavras, às informações sobre a composição temporal interna da situação descrita pelo predicado verbal (Comrie, 1976; Smith, 1991). Nessa direção, entende-se que o passado composto pode veicular os aspectos *perfect* e *perfectivo*, sendo seu comportamento variável nas

distintas regiões hispano-falantes (Araújo, 2014; Gomes, 2019; Nespoli, 2018; Rebouças, 2021; Sebold, 2009)

Levando em consideração a complexidade que envolve a descrição dos contextos de uso do passado composto, é esperado que sua apresentação em materiais didáticos para aprendizes de espanhol como língua estrangeira possa diferir nas coleções produzidas. Por essa razão, neste trabalho, pretendemos observar como as descrições acerca do uso do passado composto e seu comportamento variável são introduzidas, e se o são, em materiais didáticos voltados para estrangeiros. Mais especificamente, realizamos um estudo comparativo entre as coleções *Español Lengua Viva* (Buitrago *et al.*, 2007) e *Aula Internacional* (Corpas, García; Garmedia, 2013).

Este artigo está organizado da seguinte maneira: na seção 2, discorremos sobre os valores aspectuais do passado composto e sua variação no espanhol; na seção 3, dissertamos acerca de estudos sobre a descrição do passado composto em livros didáticos de espanhol para estrangeiros; na seção 4, discorremos sobre a metodologia adotada neste estudo; na seção 5, apresentamos os resultados obtidos a partir da análise das coleções; na seção 6, discutimos os dados obtidos; e, por fim, na última seção, discorremos sobre as considerações finais deste estudo.

2 Os valores aspectuais do passado composto no espanhol

Em espanhol, o passado composto é comumente nomeado nas gramáticas como *pretérito perfecto compuesto*, em oposição ao termo *pretérito perfecto simple*, ou simplesmente *pretérito compuesto*, em oposição a *pretérito indefinido*. Morfologicamente, o passado composto é formado pela combinação entre o auxiliar *haber* (“haver”) conjugado no presente do indicativo e o verbo principal no particípio, como no exemplo (1), a seguir.

(1) *Juan todavía no ha llegado.*

(“João ainda não chegou.”)

A descrição dos contextos de uso dessa forma verbal tem sido feita entre os autores levando em consideração diversos critérios, como aqueles que envolvem valores pragmáticos (Henderson, 2006), discursivos (García-tesoro, 2017), subjetivos (Jara, 2011) ou sintático-

semânticos (Araújo, 2014; Gomes, 2019; Nespoli, 2018; Sebold, 2009). A adoção desse conjunto de critérios permite a descrição de diversas especificidades acerca do uso dessa forma verbal no espanhol, mas dificulta uma generalização tendo em vista o ensino para aprendizes de língua estrangeira.

Outra problemática relacionada à descrição dessa forma verbal diz respeito ao fato de que algumas descrições, por vezes, são pouco claras ou até incorretas. Comumente, é possível ver descrições como: “é usado para descrever um evento ou ação que se situa dentro de uma zona temporal em que o falante decide colocar-se”, “é usado quando o falante julga que há uma relação com o presente”, “serve para indicar um passado que não é datado”, “serve para falar de um passado terminado em um momento que começou mas ainda não terminou”, “indica incerteza por parte do falante”.

Essas afirmações não apresentam uma exposição adequada sobre a realidade de uso do passado composto no espanhol. Como será exposto ao longo desta seção, o passado composto pode ser usado dentro de uma zona temporal passada em que os falantes não se consideram inseridos, sem haver necessariamente continuação ou qualquer outra relação do evento passado com o tempo presente. Nessa mesma direção, é possível ainda datar o evento descrito por meio do passado composto. Além disso, eventos que destacam certeza dos falantes também podem ser descritos por tal forma verbal, como observado em uma grande quantidade de textos do gênero notícia.¹

A alternância entre o passado simples (*cantó*) e o composto (*ha cantado*) é também alvo de muitas descrições imprecisas. Em muitos casos, informa-se que a troca de uma forma por outra é puramente aleatória e subjetiva, ficando a critério do falante a escolha por uma delas, o que não condiz com a realidade da língua (Sebold, 2009).

¹ A nível de exemplificação, descreve-se uma breve pesquisa na plataforma *Google* realizada no dia 12/05/2023 às 20h e 20m, contendo as palavras “*ha muerto el día 2*” entre aspas, a fim de recuperar apenas as ocorrências que contenham necessariamente essa sentença. Foram encontrados 17.400 resultados. Tal sentença contradiz as descrições em destaque, posto que se caracteriza como um evento passado que não possui relação com o presente, estando datado e sendo relatado com alto grau de certeza nas ocorrências encontradas.

Nessa direção, optamos, neste trabalho, por discorrer sobre o passado composto a partir dos valores aspectuais que ele pode expressar na sentença. Acreditamos que tal critério possibilita uma descrição mais objetiva dos contextos de uso dessa forma verbal por meio de informações linguísticas de natureza sintático-semântica, viabilizando uma aproximação inicial mais assertiva do aprendiz à imensa complexidade dessa forma nas variedades do idioma.

A categoria linguística de aspecto pode ser descrita, segundo Comrie (1976), como as distintas formas de se visualizar a constituição temporal interna de uma situação. Mais especificamente, neste trabalho, discorreremos sobre informações aspectuais veiculadas pelos itens gramaticais que compõem a sentença, como a morfologia verbal e advérbios / expressões adverbiais, o que se nomeia como aspecto gramatical (Cinque, 1999; Comrie, 1976; Nespoli, 2018).

Nessa direção, levando em consideração a literatura existente sobre o assunto, o passado composto tem sido descrito como uma forma que pode veicular basicamente dois aspectos gramaticais: o *perfect* e o perfectivo (Araújo, 2014; Gomes, 2019; Nespoli, 2018; Rebouças, 2021; Sebold, 2009).

O aspecto *perfect* refere-se a um intervalo de tempo que relaciona o momento do evento ao momento de referência, sendo o primeiro anterior ao segundo (Pancheva, 2003). A morfologia de passado composto, no espanhol, quando veicula esse aspecto, o faz associando-o ao presente², de modo que se entende que o evento descrito na sentença iniciou-se ou ocorreu no passado e persiste ou tem seus efeitos expressos no presente (Iatridou, Anagnostopoulou; Izvorski, 2003).

Apesar de haver distintas classificações para o *perfect* na literatura, uma das comumente adotadas é a que o divide em quatro tipos (experiential, resultativo, passado recente e situação persistente), elaborada por Comrie (1976) e adotada em estudos como os de Dahl (1985), Espino (2007) e Gomes (2020).

O *perfect* experiential refere-se a uma situação que tenha ocorrido pelo menos uma vez no passado e configura uma experiência no presente, como no exemplo em (2). Para além do passado composto, outra forma

² Vale destacar que o *perfect* pode associar-se também aos tempos passados, como em “*Juan ya había comido el pastel* / João já tinha comido o bolo”, e futuro, como “*Juan ya habrá comido el pastel* / João já terá comido o bolo” (Comrie, 1976; Medeiros *et al.*, 2023; Nespoli, 2018; Sant’anna, 2021).

disponível nas variedades de espanhol para expressar tal aspecto é o passado simples, como no exemplo em (3).

(2) *Ya he viajado a México.*

(“Já viajei para o México.”)

(3) *Ya viajé a México.*

(“Já viajei para o México.”)

O *perfect* resultativo refere-se a um estado presente como resultante de uma ação passada, por exemplo em (4). Para além do passado composto, esse valor pode ser expresso também por meio do passado simples, como em (5), ou pelo verbo *estar* no presente acompanhado de um predicativo do sujeito, como em (6).

(4) *Me he cortado el pelo.*

(“Cortei o cabelo.”)

(5) *Me corté el pelo.*

(“Cortei o cabelo.”)

(6) *Mi pelo está cortado.*

(“Meu cabelo está cortado.”)

O *perfect* de passado recente refere-se à relevância de uma ação passada levando em consideração seu caráter de proximidade com o presente, concebendo-a como recente, por exemplo em (7). Para além do passado composto, esse valor pode ser expresso por meio do passado simples, como em (8), ou pelo verbo “*acabar*” conjugado no presente + preposição “*de*” + verbo principal no infinitivo, como em (9).

(7) *Pedro ha llegado ahora.*

(“Pedro chegou agora.”)

(8) *Pedro llegó ahora.*

(“Pedro chegou agora.”)

(9) *Pedro acaba de llegar.*

(“Pedro acabou de chegar.”)

O *perfect* de situação persistente, por sua vez, refere-se a uma situação que se iniciou no passado e persiste no presente, como em (10). Para além do passado composto, esse valor pode ser expresso por meio do passado composto progressivo, como em (11), do presente simples, como em (12), e de perífrases progressivas com auxiliar no presente, como em (13).³

(10) *Últimamente Juan ha actuado como director de la escuela central.*

(“Ultimamente João tem atuado como diretor da escola central.”)

(11) *Últimamente Juan ha estado actuando como director de la escuela central.*

(“Ultimamente João tem estado atuando como diretor da escola central.”)

(12) *Últimamente Juan actúa como director de la escuela central.*

(“Ultimamente João atua como diretor da escola central.”)

(13) *Últimamente Juan está/sigue/anda actuando como director de la escuela central.*

(“Ultimamente João está/segue/anda atuando como diretor da escola central.”)

³ Em português, o *perfect* de situação persistente é o único valor que pode ser expresso pela morfologia de passado composto (“João tem atuado como diretor da escola central”). Os demais valores de *perfect* são expressos pelo passado simples acompanhado de uma informação que indique a relação da situação com o presente, como advérbios, expressões adverbiais, outra oração ou até mesmo o contexto (Jesus *et al.*, 2017).

Comumente, os valores de *perfect* têm sido relacionados à expressão do passado composto, tendo em vista a descrição apresentada na RAE (1973). No entanto, para além desse aspecto, há também a expressão do perfectivo. Este diz respeito à visualização de um evento como um todo, sem fazer distinções entre as fases internas que o compõem (Comrie, 1976). Em outras palavras, o perfectivo é entendido como a visualização de um passado terminado sem apresentar relação com o tempo presente, como exemplificado em (14).

(14) *Juan ha ido al cine ayer.*

(“João foi ao cinema ontem.”)

Em muitos documentos prescritivos/descritivos da língua espanhola, tenta-se defender uma falsa dicotomia de uso entre o passado simples e o passado composto (Sebold, 2009), em que, erroneamente, o passado composto é apresentado como a forma que expressa *perfect*, indicando a relação entre passado e presente, enquanto o passado simples expressaria apenas perfectivo, indicando a noção de passado terminado. Nessa direção, o exemplo em (13), de acordo com esses materiais, deveria ter sido formulado com o uso da forma simples, como ilustrado em (15).

(15) *Juan fue al cine ayer.*

(“João foi ao cinema ontem.”)

Esses documentos, comumente, procuram estabelecer também uma associação entre o passado composto e expressões temporais que destacam a relação com o presente, como *todavía (no), esta mañana / semana, hoy, recientemente*, enquanto o passado simples é associado a expressões que reforçam a finalização do evento no passado, como *ayer, el mes pasado, la semana pasada* etc.

Em outra direção, os estudos sobre a variação linguística da alternância entre passado simples e composto no espanhol mostram um panorama bastante diferente. Tais dados indicam que os valores aspectuais expressos por essas formas variam a depender de fatores linguísticos e extralinguísticos, podendo ser verificados dados de variação diatópica (Araújo, 2014; Sebold, 2009), diastrática (Silva, 2017) ou diafásica (Prieto, 2009).

Levando em consideração a imensidão de territórios em que o espanhol é falado como língua materna, um grande foco tem sido dado ao eixo diatópico em estudos dialetológicos (Gomes, 2022). O mesmo ocorre em investigações sobre a alternância entre as formas de passado nessa língua. Por isso, revisamos aqui dois trabalhos, um de Oliveira (2010) e outro de Araújo (2017), com o objetivo de ilustrar muito brevemente um pouco da variação diatópica relacionada ao uso do passado composto no espanhol.

Oliveira (2010) buscou sistematizar o comportamento variável do passado composto levando em consideração quatro estágios de gramaticalização dessa forma verbal a partir de dados de língua escrita nas variedades de Buenos Aires, Santiago do Chile, La Paz, Lima, Havana, Cidade do México e Madri.

De acordo com a descrição feita pela autora, os valores expressos pelo passado composto estão relacionados aos estágios em que as variedades encontram-se. Em sua proposta, o estágio 1 caracteriza-se pela expressão do valor resultativo; o estágio 2, do valor de continuidade no presente; o estágio 3, da relevância no presente; e o estágio 4, o valor de passado absoluto. Levando em consideração que a nomenclatura utilizada pela autora difere da adotada neste trabalho, vale salientar que, nessa direção, o estágio 1 corresponde ao valor de *perfect* resultativo; o estágio 2, ao de *perfect* de situação persistente; o estágio 3, aos valores de *perfect* experiencial e *perfect* de passado recente; e o estágio 4, ao de perfectivo.

Em seus resultados, não foram encontradas ocorrências do passado composto veiculando o valor resultativo em nenhuma das variedades investigadas, indicando que nenhuma delas encontrava-se no estágio 1. Em outra direção, para expressão do valor de continuidade (estágio 2), a maior quantidade de ocorrências foi observada nos dados obtidos na Cidade do México (84,6%). Havia também grande quantidade de dados desse valor nas variedades de Santiago do Chile, La Paz e Havana, ocupando cerca de 60% a 70%. Em Buenos Aires e Lima, por sua vez, as ocorrências encontravam-se um pouco abaixo da metade das encontradas nas variedades descritas acima, estando entre 40% e 50%. Por fim, em Madri, foram encontradas apenas 22,4% de ocorrências do passado composto com esse valor.

Com relação à expressão do valor de relevância no presente (estágio 3), em Madri, grande parte dos dados expressava tal valor, totalizando 75% das ocorrências. Em Buenos Aires, Santiago do

Chile e Lima, cerca de metade das ocorrências veiculava essa noção, totalizando dados entre 40% e 52%. Em La Paz, apenas 32,3% dos dados expressavam tal valor e, por fim, em Havana, apenas 15,4%, o número menos expressivo nesse estágio.

Com relação ao valor de passado absoluto (estágio 4), foram encontradas apenas 2,3% de ocorrências nos dados de Lima, não havendo ocorrências nas demais variedades. Vale destacar que esses dados são de natureza escrita e, por isso, é possível que nem todos os valores tenham sido expressos levando em consideração alguma influência da normatização da língua. Ainda assim, é possível depreender que as variedades apresentam um comportamento bastante diversificado quanto aos sentidos do passado composto na sentença.

O segundo estudo que ilustra a variação relacionada ao passado composto que revisamos aqui é o realizado por Araújo (2017). Esse autor comparou dados das variedades de espanhol faladas em Madri, São Miguel de Tucumã e Buenos Aires. Com relação à quantidade de ocorrências do passado composto, observou que seu uso era mais frequente em Madri, seguido de São Miguel de Tucumã e, por fim, com menor número de ocorrências, Buenos Aires.

Nos dados da variedade de Madri, o autor destacou que o uso dessa forma verbal era quase categórico para expressão de um passado que mantém relação com o presente, que entendemos, neste estudo, como aspecto *perfect*. Em poucos casos, foi observado o uso do passado composto para a expressão de passado absoluto, entendido neste estudo como *perfectivo*.

Em São Miguel de Tucumã, o autor observou que havia um uso maior do passado composto para expressão de passado absoluto quando comparado aos dados de Madri. Porém, para expressão de um passado que mantém relação com o presente, havia uma alternância entre o uso das morfologias de passado composto e passado simples. Em Buenos Aires, por sua vez, as poucas ocorrências de passado composto encontradas expressavam a noção de passado absoluto enquanto a expressão de um passado que mantém relação com o presente deu-se majoritariamente pelo uso do passado simples.

Como se pode ver, as três variedades apresentam um comportamento significativamente diferente quanto à quantidade de ocorrências e valores expressos na sentença no que tange à comparação entre passado simples e composto no espanhol. Tanto o estudo de Oliveira

(2010) quanto o de Araújo (2017), dessa maneira, reforçam a noção de que o comportamento do passado composto é variável quantitativa e qualitativamente nesse idioma.

3 Passado composto nos materiais didáticos de espanhol como língua estrangeira

Diante da complexidade que envolve o uso do passado composto no espanhol, surge a dificuldade de apresentar essas informações a aprendizes não nativos que buscam adquirir o idioma como língua estrangeira. Levando em consideração os avanços na investigação linguística acerca dessa forma verbal, alguns autores buscaram analisar como tal tema era abordado em livros didáticos voltados a aprendizes estrangeiros.

Oliveira (2014), por exemplo, buscou analisar a descrição do passado composto em duas coleções de livros didáticos voltados para alunos brasileiros estudantes de espanhol no ensino médio, aprovadas pelo PNLD e distribuídas nas escolas do país. A primeira coleção, elaborada por Martin (2007), intitula-se “*Espanhol Série Brasil*”, e a segunda, elaborada por Osman *et al.* (2010), intitula-se “*Enlaces*”.

Na primeira coleção, a autora observou que a descrição do passado composto era puramente estrutural, dando ênfase em sua composição morfológica. Além disso, ressaltava-se que essa forma verbal combina-se apenas com expressões temporais que incluíam o presente (*esta semana, hoy, nunca, siempre* etc) e, por isso, diferencia-se do passado simples, que se combina com as expressões que dizem respeito a um passado terminado (*ayer, el mes pasado, el año pasado* etc).

Na segunda coleção, por outro lado, a autora observou que havia exemplos que expressavam distintos valores do passado composto, como o de situação persistente, o de passado recente e o de experiência. Além disso, elencava-se um inventário maior de expressões temporais às quais essa forma verbal poderia associar-se. Ainda assim, Oliveira (2014) destacou que, assim como na coleção anterior, não havia informação sobre a alternância entre o passado composto e o passado simples e sua variação nos dialetos da língua.

A autora concluiu que os materiais didáticos de espanhol como língua estrangeira para brasileiros compreendem o passado composto como uma forma complexa aos aprendizes, porém apresentam descrições

rasas, limitadas e excludentes quanto à variação e aos contextos discursivos que fomentam seu uso.

Outro pesquisador que buscou avaliar a descrição do passado composto em materiais didáticos foi Montes (2016). Esse autor avaliou oito coleções didáticas baseando-se na descrição presente na *Nueva Gramática de la Real Academia Española* (2009), na qual atribuem a essa forma verbal dez possíveis valores, a saber: recente, hodierno, habitual, contínuo, experiencial, existencial, resultativo, prospectivo, perfectivo e narrativo. Em seus resultados, verificou que apenas três dos dez valores encontravam-se descritos nos materiais analisados, sendo eles: recente, hodierno e experiencial.

O trabalho que se desenvolve nesta pesquisa, por sua vez, aborda uma classificação com base em critérios aspectuais e com uma classificação mais enxuta, que entendemos ser mais viável para verificação e apresentação do passado composto no ensino para aprendizes da língua. Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é contribuir para o entendimento do modo como estão organizados os materiais didáticos para ensino de espanhol como língua estrangeira e o objetivo específico é compreender como estão descritos os valores aspectuais do passado composto nas coleções didáticas *Español Lengua Viva* e *Aula Internacional*.

4 Metodologia

A metodologia desta pesquisa consiste na análise de duas coleções didáticas voltadas para o ensino de espanhol como língua estrangeira em cursos livres, são elas: *Español Lengua Viva* (Buitrago *et al.*, 2007) e *Aula Internacional* (Corpas; García; Garmedia, 2013). A seleção desses materiais baseou-se no fato de que essas são as coleções adotadas no projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulado “Curso de Línguas Aberto à Comunidade” que visa ao ensino de línguas estrangeiras.⁴

Em ambas as coleções, foram analisados apenas os volumes 1, 2 e 3, tendo em vista que, nesses, indicava-se no sumário que havia

⁴ Mais especificamente, o curso de espanhol está passando por um processo de transição da primeira coleção para a segunda, de modo que a comparação entre elas é produtiva para uma compreensão das adaptações que precisam ser feitas pelos professores do projeto na formulação de suas aulas. O detalhamento do processo de alteração do material didático na instituição em questão encontra-se descrito em Gomes *et al.* (2019).

unidades em que o conteúdo relacionado ao passado composto seria abordado.⁵ Como parâmetros de análise dos materiais nesta pesquisa, foram elaboradas cinco etapas de verificação.

As Etapas I e II enfocavam a parte expositiva presente nos materiais. A Etapa I, mais especificamente, consistiu na verificação do conteúdo descritivo acerca dos valores aspectuais veiculados pelo passado composto presente nas unidades dos livros. A Etapa II, por sua vez, consistiu na verificação do conteúdo descritivo acerca dos valores aspectuais veiculados pelo passado composto presente nos anexos dos livros.

A Etapa III consistiu na verificação dos valores aspectuais veiculados pelas ocorrências de passado composto presentes no material que servia de *input* para o aluno, como textos disponíveis para leitura e áudios presentes nas unidades. Nesse caso, o foco não recaiu sobre a descrição presente nos livros, mas sim nos dados linguísticos apresentados aos discentes.

A Etapa IV consistiu na verificação dos valores aspectuais abordados nos exercícios presentes nas unidades. Acreditamos que a análise dos exercícios nos permita verificar os aspectos mais salientes para os autores, tendo em vista que foram selecionados para serem reforçados por meio de tarefas no livro.

Por fim, a Etapa V consistiu na verificação da presença (ou não) de informações acerca do comportamento do passado composto entre as variedades espanhol e sua alternância com a forma simples.

5 Resultados

Nesta seção, apresentamos primeiramente os resultados das cinco etapas na análise da coleção *Español Lengua Viva* e, em seguida, da coleção *Aula Internacional*.

Em *Español Lengua Viva*, com relação à Etapa I, que consistia na verificação dos valores aspectuais do passado composto descritos no conteúdo das unidades dos livros, destacamos, nos volumes 1 e 2, que havia apenas a informação de que o passado composto é usado para discorrer sobre ações passadas que estão relacionadas ao presente. No volume 3, por sua vez, não havia nenhuma descrição ao longo da unidade.

⁵ A coleção *Español Lengua Viva* é composta ao todo de quatro volumes enquanto que *Aula Internacional* contém ao todo cinco.

Com relação à Etapa II, que consistia na verificação desses valores em anexos do livro, encontramos, no volume 1, apenas um quadro sobre expressões que acompanham o passado composto, contendo as seguintes: *muchas veces, varias veces, dos veces, alguna vez, una vez, nunca, hoy, esta mañana/tarde/noche, este fin de semana, esta semana, este mes, este verano, este curso, este año, ya, todavía no* (Buitrago et al., 2007, p.114).

No volume 2, por outro lado, havia uma descrição que dizia o seguinte: “*Utilizamos el pretérito perfecto para hablar de experiencias pasadas que consideramos relacionadas con el presente. Ej: He trabajado varios años en el campo de la comunicación*” (Buitrago et al., 2007, p.112). Mais especificamente, pode-se interpretar que se descreve aqui o valor de *perfect* experiencial. Por fim, no volume 3, não havia nenhuma descrição sobre o passado composto.

Com relação à Etapa III, que consistia na verificação dos valores veiculados pelas ocorrências de passado composto presentes no *input* oferecido ao aluno, destacamos que, no volume 1, em uma unidade dedicada ao ensino do passado composto, há apenas uma ocorrência dessa forma verbal, em que se expressa o valor de *perfect* resultativo em um texto para leitura. No volume 2, há duas ocorrências, uma veiculadora de *perfect* de situação persistente e outra de *perfect* de passado recente. No volume 3, por outro lado, não há ocorrências de passado composto no *input*.

Com relação à Etapa IV, que consistia na verificação dos valores reforçados pelos exercícios, no volume 1, observamos a presença de tarefas para prática dos valores de *perfect* experiencial e *perfect* de passado recente. Para o primeiro valor, como exemplo, apresentamos uma tarefa em que os aprendizes deveriam formular frases com o passado composto combinando-o às expressões “*ya*” ou “*todavía no*”, como ilustrado na imagem 1 a seguir.

Imagem 1 – Exemplo de atividade para prática de *perfect* experiencial no volume 1 de *Español Lengua Viva*

b.  Piensa en las actividades que ya has realizado y en las que todavía no y completa la tabla. Añade otras dos que ya has hecho.



	YA	TODAVÍA NO
Escribir un mensaje de correo electrónico en español		
Escuchar la radio en español		
Ver una película española o hispanoamericana		
Hablar con hablantes nativos de español		
Probar la comida española o hispanoamericana		
Visitar algún lugar de España o Hispanoamérica		
Cantar una canción en español		
Buscar información en una página web en español		

Fonte: *Español Lengua Viva* - Volume 1 (p. 109).

Para o segundo valor, como exemplo, apresentamos uma tarefa em que os alunos deveriam solicitar aos colegas de classe informações que diziam respeito a atividades recentes, tendo em vista a seleção de expressões temporais feita pelos autores. A tarefa encontra-se ilustrada na imagem 2 a seguir.

Imagem 2 – Exemplo de atividade para prática de *perfect* de passado recente no volume 1 de *Español Lengua Viva*

a. **3** Haz una encuesta en clase y contesta a estas preguntas.
¿Quiénes tienen hábitos más parecidos?

	NOMBRES
¿Quiénes han hecho estas cosas en el mismo orden esta mañana: levantarse, desayunar y ducharse?	
¿Quiénes se han acostado esta noche después de las doce?	
¿Quiénes han hecho la compra esta semana?	
¿Quiénes han ido al cine este fin de semana?	
¿Quiénes han comprado dos cosas iguales este mes?	
¿Quiénes han viajado a los mismos lugares este año?	

Fonte: *Español Lengua Viva* - Volume 1 (p. 109).

No volume 2, havia tarefas que reforçavam o uso de três valores: *perfect* de situação persistente, *perfect* experiencial e *perfect* de passado recente. Para o primeiro valor, como exemplo, mencionamos uma tarefa de compreensão auditiva em que os aprendizes precisam identificar a informação relativa às atividades que os personagens vinham desenvolvendo e, por extensão, recorrem ao uso da forma de *pretérito perfecto compuesto* combinada a marcadores adverbiais de relação com o tempo presente, como ilustrado na imagem 3 a seguir.

Imagem 3 – Exemplo de atividade para prática de *perfect* de situação persistente no volume 2 de *Español Lengua Viva*

b. **3** Unos amigos comentan lo que han hecho últimamente.
Escúchalos y anota en la primera columna cuándo lo han hecho.

	¿QUIÉN?	¿CUÁNDO?	¿QUÉ?
1.	Jorge	esta _____	
2.	Julia	_____	
3.	Carlos	este _____	
4.	Estrella y Marcos	este verano	

Fonte: *Español Lengua Viva* - Volume 2 (p. 22).

Para o valor de *perfect* experiencial, apresentamos como exemplo uma tarefa em que aprendizes eram motivados a usar o passado composto para comentar as experiências mais extraordinárias que haviam tido, com relação a viagens, comidas e atividades que já haviam feito. Em seguida, deveriam conversar com os amigos sobre as respostas inseridas no material, como ilustrado na imagem 4 a seguir.

Imagem 4 – Exemplo de atividade para prática de *perfect* experiencial no volume 2 de *Español Lengua Viva*

f.  Piensa en el lugar más exótico, la comida más original y la cosa más extraordinaria que hayas hecho en tu vida. Cuéntaselo a tus compañeros. ¿Quién es el más aventurero de la clase?



HE ESTADO EN...	HE PROBADO...	HE HECHO...

VOCABUL
Expresiones:

hoy
esta mañana/
este fin de sei
esta semana
este mes
este verano
este curso
este año

*Si nunca va i
• No he est

- Yo he estado ya dos veces en Japón, ¿y tú?
- No, yo no he estado nunca en Asia.
- ¿Y has comido alguna vez paella?
- No, todavía no la he probado.

Fonte: *Español Lengua Viva* - Volume 2 (p. 23).

Para o valor de *perfect* de passado recente, mencionamos uma tarefa em que os alunos deveriam indicar as atividades que realizaram recentemente. Em seguida, deveriam comentar sobre suas

respostas com companheiros para verificar se havia coincidências, como ilustrado na imagem 5 a seguir.

Imagem 5 – Exemplo de atividade para prática de *perfect* de passado recente no volume 2 de *Español Lengua Viva*

d.  Escribe ahora las cosas que has hecho últimamente y pregunta a tus compañeros hasta encontrar tres coincidencias.

- ◆ *Este verano he estado en España de vacaciones.*
- ◆ *¡Yo también!*
- ◆ *Yo no.*

HOY	ESTA MAÑANA	ESTA SEMANA
ESTE FIN DE SEMANA	ESTE VERANO	ESTE AÑO

Fonte: *Español Lengua Viva* - Volume 2 (p. 22).

No volume 3, por sua vez, não havia nenhuma tarefa destinada à prática do passado composto nas unidades avaliadas. Por fim, com relação à Etapa V, consistida na verificação de informações sobre a variação no uso do passado composto no espanhol, destacamos que, na coleção *Español Lengua Viva*, não havia descrições acerca dessa questão, tampouco no que concerne à sua alternância com o passado simples. A oposição entre passado simples e composto é definida de forma categórica, em que se destaca que a primeira forma verbal diz respeito a um passado terminado e a segunda a um passado que mantém relação com o presente.

Na coleção *Aula Internacional*, com relação à Etapa I, que consistia na verificação dos valores aspectuais do passado composto descritos no conteúdo das unidades, no volume 1, havia a descrição do valor de *perfect* experiencial: “*El pretérito perfecto sirve para hablar de experiencias pasadas sin referirnos a cuándo han ocurrido*” (Corpas;

García; Garmedia, 2013, p.113). É importante destacar que essa unidade do volume 1 não tem por objetivo esgotar informações acerca do uso do passado composto, tendo em vista que o foco recai sobre as formas de relatar experiências em espanhol, sendo o passado composto apresentado apenas como uma das maneiras, mais especificamente a principal, de realizar tal feito.

No volume 2, encontra-se uma descrição na qual pode ser depreendido o valor de *perfect* de passado recente: “*Utilizamos el pretérito perfecto para hablar de experiencias que relacionamos con el momento en el que hablamos (hoy, esta mañana, este mes...) [...] o sin mencionar cuándo se han realizado*” (Corpas; García; Garmedia, 2013, p. 65). Apesar do termo “relacionar com o momento em que falamos” seja vago para identificar o tipo de *perfect* descrito, o uso das expressões entre parênteses revela a relação com a noção de passado recente.

Além disso, se compararmos essa descrição com a presente no volume 1, seria possível afirmar que a noção de *perfect* experiencial pode também fazer parte da explicação dos autores, tendo em vista que, naquele volume, utilizou-se a expressão “sem fazer referência a quando foram realizados” para discorrer sobre a noção de experiência. No entanto, cabe ressaltar novamente que tal descrição é também vaga e não garante que seja esse o valor aspectual destacado no trecho.

No volume 3, a descrição parece priorizar a noção de *perfect* experiencial: “*Usamos el pretérito perfecto para referirnos a acciones o acontecimientos ocurridos en un momento pasado no definido. No se dice cuándo ha ocurrido la acción porque no interesa o no se sabe. En estos casos, puede ir acompañado de marcadores como “ya”, “todavía no”, “nunca”, “alguna vez”. También lo usamos para situar una acción en un tiempo que tiene relación con el presente.*” (Corpas; García; Garmedia, 2013, p. 235).

Nesse caso, os autores novamente relacionam a noção de experiência à ausência de precisão temporal na descrição da situação. Porém, as expressões temporais mencionadas são aquelas que se relacionam com o valor de *perfect* experiencial. É possível afirmar também que o valor de passado recente esteja também incluído nessa descrição, posto que, no volume 2, a afirmação de algo que mantém uma relação com o presente foi relacionada ao valor de recência.

Com relação à Etapa II, que consistia na verificação dos valores aspectuais do passado composto em anexos do livro, encontramos

a descrição de duas noções, a saber: *perfect* de situação persistente e *perfect* de passado recente, como respectivamente ilustrado nos trechos a seguir: “*acciones en un pasado que no ha terminado*” e “*acciones muy recientes o muy vinculadas al momento actual*” (Corpas; García; Garmedia, 2013, p. 186).

Com relação à Etapa III, que consistia na verificação dos valores veiculados nas ocorrências de passado composto presentes no *input* oferecido aos alunos, observamos que, no volume 1, havia textos escritos e orais em que se veiculava o *perfect* experiencial nas ocorrências de passado composto. Novamente, reforçamos que, nesse volume, o conteúdo da unidade que abordava o passado composto destinava-se a discutir sobre formas de relatar experiências em espanhol. No volume 2, as ocorrências de passado composto veiculavam os valores de *perfect* experiencial, *perfect* de passado recente, *perfect* de situação persistente e *perfect* resultativo. No volume 3, por sua vez, as ocorrências veiculavam apenas *perfect* experiencial e *perfect* de passado recente.

Com relação à Etapa IV, que consistia na verificação dos valores expressos nos exercícios, no volume 1, havia exercícios que reforçavam o uso do passado composto para veiculação do *perfect* experiencial. No exemplo ilustrado na imagem 6 a seguir, observa-se um modelo de quiz em que os alunos deveriam indicar as experiências românticas que já tiveram em sua vida e depois comparar a quantidade de respostas oferecidas para saber o quão românticos são.

Imagem 6 – Exemplo de atividade para prática de *perfect* experiencial no volume 1 de *Aula Internacional*

A. ¿Has hecho alguna vez estas cosas? Responde al test.

¿Eres una persona romántica?



	SÍ	NO
¿Has preparado alguna vez una cena romántica?		
¿Alguna vez has escrito un poema de amor?		
¿Has vivido alguna historia de amor apasionada?		
¿Alguna vez has cantado una canción de amor a alguien?		
¿Te has enamorado alguna vez a primera vista?		
¿Has tenido que mentir por amor?		
¿Has dicho alguna vez: "Te quiero"?		
¿Alguna vez te has declarado a alguien por la radio o por la televisión?		
¿Has hecho alguna vez un viaje muy largo por amor?		
¿Alguna vez has enviado rosas o bombones a alguien después de una cena?		

Resultados del test:

ENTRE 0 Y 2 RESPUESTAS AFIRMATIVAS.
Eres una persona un poco fría. No sabes lo que significa la palabra "romanticismo". Pero cuidado: recuerda que todo el mundo necesita un poco de amor.

ENTRE 3 Y 6 RESPUESTAS AFIRMATIVAS.
Eres una persona bastante romántica. Te gusta demostrar tus sentimientos a la persona amada y hacer que él o ella se sienta bien.

7 o MÁS RESPUESTAS AFIRMATIVAS.
Sin duda eres una persona muy romántica. Pero, cuidado, vivir contigo puede ser como vivir en una novela rosa.

Fonte: *Aula Internacional* - Volume 1 (p. 110).

No volume 2, havia exercícios que reforçavam os valores de *perfect* experiencial e *perfect* de passado recente. Para o primeiro valor, apresentamos como exemplo a tarefa ilustrada na imagem 7 a seguir. Nela, os aprendizes deveriam ouvir as experiências narradas por personagens no áudio e identificar a quais personagens as experiências presentes na tabela correspondiam.

Imagem 7 – Exemplo de atividade para prática de *perfect* experiencial no volume 2 de *Aula Internacional*

 B. Ahora, vuelve a escuchar y completa el cuadro. Puede haber más de una opción.

	1	2	3	4
1. Han estado en varias regiones del mismo país.				
2. Han estado sobre todo en una ciudad.				
3. Han comido muy bien.				
4. Han ido a museos.				
5. Han hecho excursiones.				
6. Han salido de noche.				
7. Han ido de compras.				
8. Han ido al teatro.				
9. Han ido en barco.				
10. Han ido a la playa.				

Fonte: *Aula Internacional* - Volume 2 (p. 61).

Com relação ao valor de *perfect* de passado recente, como exemplo, apresentamos uma tarefa em que os sujeitos deveriam observar um conjunto de imagens que retratavam as atividades realizadas por um casal num fim de semana e, em seguida, deveriam marcar na lista apresentada quais dessas estavam ilustradas no livro. A noção de passado recente é evocada pelo uso da expressão temporal utilizada. A tarefa encontra-se ilustrada na imagem 8, a seguir.

Imagem 8 – Exemplo de atividade para prática de *perfect* de passado recente no volume 2 de *Aula Internacional*

1. LAS FOTOS DE ESTE FIN DE SEMANA

A. ¿Cuáles de estas cosas han hecho Pili y Toni este fin de semana?

- han comido con unos amigos
- han ido a la playa
- han salido por la noche
- han ido a una exposición
- han ido a un concierto
- han jugado al ajedrez
- han estado en un parque
- han ido a comprar a un mercado
- han visto una película en casa
- han ido al cine

Fonte: *Aula Internacional* - Volume 2 (p. 58).

No volume 3, ainda que em algumas unidades haja indicação no sumário de que será abordado o conteúdo relacionado ao passado composto, não há nenhuma tarefa que vise a sua prática. Por fim, com relação à Etapa V, que consistia na verificação de informações sobre a variação do passado composto no espanhol, observamos que, em nenhum dos volumes, havia exposição sobre seu uso nas variedades da língua e sua alternância com o passado simples. Também nessa coleção, a oposição entre passado simples e composto é definida de forma categórica, em que a forma simples diz respeito a um passado terminado e a composta a um passado que mantém relação com o presente.

No quadro 1, a seguir, apresentamos uma comparação entre as duas coleções no que tange a três informações, a saber: (i) valores aspectuais descritos na coleção, seja dentro das unidades ou em anexos; (ii) valores aspectuais presentes nas ocorrências de passado composto ao longo da coleção, seja no *input* oferecido aos aprendizes ou na formulação dos exercícios; e (iii) informação acerca da variação linguística do passado composto e sua alternância com o passado simples.

Quadro 1 – Comparação entre as coleções *Español Lengua Viva* e *Aula Internacional*.

	ESPAÑOL LENGUA VIVA	AULA INTERNACIONAL
Valores descritos na coleção	<i>Perfect</i> experiencial.	<i>Perfect</i> experiencial; <i>Perfect</i> de passado recente; <i>Perfect</i> de situação persistente.
Valores presentes na coleção	<i>Perfect</i> experiencial; <i>Perfect</i> de passado recente; <i>Perfect</i> de situação persistente; <i>Perfect</i> resultativo.	<i>Perfect</i> experiencial; <i>Perfect</i> de passado recente; <i>Perfect</i> de situação persistente; <i>Perfect</i> resultativo.
Informação acerca da variação linguística	Não há.	Não há.

Fonte: Elaborado pelos autores.

6 Discussão

A partir do exposto na seção anterior, é possível observar que, em ambas as coleções analisadas, não há uma descrição do passado composto que permita o entendimento sobre os distintos valores aspectuais que esse possa veicular na sentença. A noção que parece ganhar maior destaque, tendo em vista que foi descrita nas duas coleções, é a de *perfect* experiencial. Na primeira coleção, *Español Lengua Viva*, apenas o *perfect* experiencial é descrito, enquanto, em *Aula Internacional*, observa-se também a exposição acerca dos valores de *perfect* de passado recente e *perfect* de situação persistente.

Vale ressaltar que, em *Español Lengua Viva*, ainda que não haja uma descrição do valor de *perfect* de passado recente, a partir da análise dos exercícios e exemplos contidos nas unidades, é possível verificar que tal noção é também bastante saliente no material. Por

outro lado, em *Aula Internacional*, embora haja uma descrição do *perfect* de situação persistente, o conteúdo não é trabalhado ao longo das unidades, diferentemente do que ocorre com os valores de *perfect* experiencial e *perfect* de passado recente. Desse modo, entendemos que, em ambas as coleções, prioriza-se a relação do passado composto com estes dois valores aspectuais.

No que tange ao valor de *perfect* de situação persistente, observamos que pouco se discute sobre ele nas coleções de maneira geral. Acreditamos que isso seja decorrente do fato de que possa facilmente ser realizado por outras formas verbais (Gomes, 2019; Nespoli, 2018; Rebouças, 2021). Ainda assim, para aprendizes brasileiros, esse seria o único valor aspectual possível de estabelecer uma relação com a morfologia de passado composto em sua língua materna, tendo em vista que, no português, essa forma expressa necessariamente *perfect* de situação persistente.

O valor de *perfect* resultativo, apesar de presente no *input* oferecido aos alunos em textos escritos e orais, não ganha destaque nem na descrição presente dentro da unidade tampouco nos anexos. Além disso, diferentemente dos demais, não está contido em tarefas que reforcem e/ou possibilitem o contato dos aprendizes com o passado composto expressando esse valor aspectual.

Em ambas as coleções, há ocorrências do passado composto veiculando os quatro tipos de *perfect* nos textos que servem de *input* para os aprendizes. Porém, ainda que todos os tipos estejam presentes nesses dados, tal fato não é suficiente para garantir que os alunos depreendam as informações necessárias acerca do uso dessa forma verbal. Um dos motivos para que esses dados não sejam considerados suficientes relaciona-se também à sua escassez nos livros, tendo em vista que, por momentos, havia apenas uma ou duas ocorrências veiculadores de um tipo específico de *perfect*. Desse modo, não é possível garantir que o aprendiz seja capaz de compreender as relações semânticas estabelecidas pelo passado composto na frase.

O segundo motivo relaciona-se à postura defendida por alguns pesquisadores de aquisição de L2, como White (2003), que afirmam que certas especificidades da estrutura da língua-alvo não são facilmente apreensíveis pelo *input*. Acreditamos que isso pode ocorrer no que respeita à aquisição dos valores do passado composto, sendo difícil para aprendizes brasileiros identificar apenas pelos dados as informações

sobre os valores aspectuais subjacentes a essa forma verbal no espanhol. Desse modo, defendemos a importância de que seja feita uma exposição adequada de tais informações nos materiais didáticos, levando em consideração que esse é o material base e/ou de apoio no processo de ensino-aprendizagem para diversos alunos.

Além disso, é importante que as descrições sejam claras e condizentes com os significados que o passado composto pode apresentar. Em alguns casos, nos materiais, havia descrições imprecisas ou que poderiam inclusive ser consideradas equivocadas. Em *Aula Internacional*, por exemplo, no trecho em que se diz que o passado composto é usado “(...) *para referirnos a acciones o acontecimientos ocurridos en un momento pasado no definido. No se dice cuándo ha ocurrido la acción porque no interesa o no se sabe* (Corpas; García; Garmedia, 2013, p.235).”, observamos uma informação que não reflete a realidade da língua, tendo em vista ser possível relacionar o passado composto a momentos definidos no passado.

Outro ponto que destacamos é a ausência da informação sobre a possibilidade de que tal forma possa veicular aspecto perfectivo. Dicotomicamente, descreve-se, nos materiais, que o passado simples refere-se à expressão de um passado terminado (perfectivo) enquanto o passado composto refere-se à expressão de um passado que mantém relação com o presente (*perfect*).

Em ambas as coleções, não há nenhuma informação sobre a variação do passado composto e sua alternância com o passado simples nas distintas regiões em que o espanhol é falado como língua materna. A ausência dessa informação combinada à afirmação dicotômica acerca da diferença de uso entre passado simples e o composto nos livros revela que a descrição nesses materiais não reflete a realidade linguística de nenhuma variedade da língua, tendo em vista que, até mesmo em variedades em que a oposição entre passado simples e composto é mantida, diversos fatores sociolinguísticos influenciam na escolha dessas formas verbais (Araújo, 2014; Silva, 2017).

Acreditamos que esses materiais seguem uma tendência apresentada em outros voltados para aprendizes de espanhol como língua estrangeira em que se busca apresentar a língua espanhola como uniforme, passando ao aprendiz uma falsa ideia de homogeneidade (Gomes *et al.*, 2019; Sebald, 2009).

Por fim, consideramos que o passado composto é uma forma verbal que possui diversas funções linguísticas na sentença que não são depreensíveis facilmente a partir do contexto pelos aprendizes de língua estrangeira. Assim, é necessário que haja uma descrição mais generosa acerca de seu uso nos materiais didáticos e que seja condizente com a realidade sociolinguística do idioma.

7 Considerações finais

Buscamos, neste trabalho, verificar como se realizava a descrição do passado composto com relação a seus valores aspectuais em duas coleções de livros didáticos voltadas para o ensino de espanhol como língua estrangeira, *Español Lengua Viva* e *Aula Internacional*. Para tanto, verificamos a descrição presente no conteúdo das unidades, nos anexos, bem como os valores veiculados nas ocorrências presentes no *input* oferecido aos aprendizes e nos exercícios das coleções. Além disso, procuramos avaliar se havia informação sobre a diferença no uso do passado composto bem como sua alternância com o passado simples nas distintas variedades de espanhol.

Os resultados indicaram que os valores aspectuais mais salientes na apresentação do passado composto nas coleções investigadas são os de *perfect* experiencial e *perfect* de passado recente, enquanto *perfect* de situação persistente aparece com menor destaque e *perfect* resultativo não é descrito nem abordado nas tarefas. Por outro lado, o valor de *perfectivo* é sempre apresentado de forma associada à morfologia de passado simples, reforçando uma falsa dicotomia entre as duas formas de perfeito no espanhol.

Discutimos que, em ambas as coleções, a oposição descrita entre passado simples e composto não reflete a realidade sociolinguística do idioma, apresentando uma falsa ideia de homogeneidade da língua ao aprendiz. É preciso, portanto, que o passado composto seja melhor descrito nos materiais didáticos e seja apresentado levando em consideração a variação linguística do espanhol.

Declaração de autoria

Jean Carlos da Silva Gomes: Conceptualização; Investigação; Coleta e Curadoria de dados; Escrita – original; Metodologia; Análise formal; Escrita – análise e edição; Recursos.

Maria Mercedes Riveiro Quintans Sebold: Conceptualização; Curadoria de dados; Metodologia; Escrita – análise e edição.

Referências

ARAÚJO, L. S. A variação linguística no uso do pretérito perfecto compuesto espanhol: ponderações sobre o estado da arte. *Entretextos*, Londrina, v. 14, n. 1, p. 258-282. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1519-5392.2014v14n1p>.

ARAÚJO, L. *A expressão dos valores “antepresente” e “passado absoluto” no espanhol: um olhar atento a variedades diatópicas da Argentina e da Espanha*. 2017. 410 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2017.

BUITRAGO, A.; DÍEZ, M.; DOMÍNGUEZ, R.; MARTIN, E.; MARTÍN, M.; NATAL, M. *Español Lengua Viva*. São Paulo: Moderna, 2007.

CINQUE, G. *Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective*. New York: Oxford University Press, 1999.

COMRIE, B. *Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

CORPAS, J.; GARCÍA, E.; GARMENDIA, A. *Aula Internacional*. España: Difusión, 2013.

DAHL, Ö. *Tense and aspect systems*. Oxford: Blackwell, 1985.

ESPINO, S. *Present perfect: uma questão de aspecto: um estudo sobre o contexto na compreensão da noção de aspecto subjacente ao present perfect simple em inglês*. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

GARCÍA-TESORO, A. Valores evidenciales y discursivos del pretérito perfecto compuesto en narraciones de migrantes andinos en Cuzco. *In:*

PALACIOS, A. (org.). *Variación y cambio lingüístico en situaciones de contacto*. España: Ibero Americana Vervuete, 2017. p. 79-96.

GOMES, J. Aquisição do aspecto perfect por falantes nativos de espanhol da Argentina aprendizes de português como L2. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 9, n. 2, p.354-377, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-21491>.

GOMES, J. *O comprometimento do aspecto perfect na Doença de Alzheimer*. 2020. 202 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GOMES, J. Políticas Linguísticas e a formação do professor de espanhol. In: SILVA-JÚNIOR, A. (org.). *Linguística Aplicada e Hispanismo*. São Paulo: Pedro & João Editores, 2022. p. 31-60.

GOMES, J.; NASCIMENTO, S.; SILVA, R.; SEBOLD, M. O tratamento da oralidade nos livros didáticos para ensino de espanhol como língua estrangeira. *Revista Língua & Ensino*, Rio de Janeiro, v. 2, n. especial., p. 42-54, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/le/article/view/26479>. Acesso em: 03 de junho de 2024.

HENDERSON, C. Aspectos semânticos pragmáticos y discursivos del Pretérito Perfecto Compuesto. In: OLSEN, M.; SWIATEK, H.; ROSKILDE-KÖPENHAMN, E. (orgs.). *Aspectos semânticos pragmáticos y discursivos del Pretérito Perfecto Compuesto*. Roskilde: Roskilde Universitetscenter, 2006. p. 1-9.

IATRIDOU, S.; ANAGNOSTOPOULOU, E.; IZVORSKI, R. Observations about the form and meaning of the perfect. In: ALEXIADOU, A.; RATHER, M.; VON STECHOW, A. (orgs.). *Perfect Explorations*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003. p. 153 - 205.

JARA, M. Funciones discursivas y gramaticalización del pretérito perfecto compuesto en el español de Lima. *Spanish in Context*, v. 8, n. 1, p. 95-118, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1075/sic.8.1.05jar>.

JESUS, J.; MATOS, A.; MARTINS, A.; NESPOLI, J. O aspecto perfect no português do Brasil. *Travessias Interativas*, Sergipe, v. 7, n. 14, p. 1-18. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/9156>. Acesso em: 03 de junho de 2024.

MARTIN, I. *Espanhol Série Brasil*. São Paulo: Ática, 2007.

MEDEIROS, B.; MARTINS, A.; GOMES, J.; PESSÔA, L. As realizações morfológicas de perfect associado ao futuro. *Revista Lingüística y Literatura*, Antioquia, v. 34, n. 84, p. 154-184, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17533/udea.lyl.n84a07>.

MONTES, C. *Aplicaciones de los corpus lingüísticos a la enseñanza de español como lengua extranjera*. Encuentro ELE UK - 2016 en University of Reading, 24 de junio de 2016.

NESPOLI, J. *Representação mental do perfect e suas realizações nas línguas românicas: um estudo comparativo*. 2018. 178 f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, L. *Estágio da gramaticalização do pretérito perfeito composto no espanhol escrito de sete capitais hispano-falantes*. 2010. 270 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2010.

OLIVEIRA, L. O multifuncional pretérito perfeito composto espanhol em materiais didáticos. *Calidoscópio*, Vale do Rio dos Sinos, v. 12, n. 1, p. 83-93, 2014. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2014.121.09>. Acesso em: 06 de junho de 2024.

OSMAN, S.; ELIAS, N.; REIS, P.; IZQUIERDO, S.; VALVERDE, J. *Enlaces: español para jóvenes brasileños*. São Paulo: Macmillan, 2010.

PANCHEVA, R. The aspectual makeup of Perfect participles and the interpretations of the Perfect. In: ALEXIADOU, A.; RATHERT, M.; VON STECHOW, A. (orgs.). *Perfect Explorations*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003. p. 277-308.

PRIETO, R. La coloquialidad como distinción contrastiva de los tiempos verbales españoles y alemanes. *Philologie im Netz*, v. 48, p. 20-39, 2009. Disponível em: <https://web.fu-berlin.de/phin/phin48/p48t2.htm>. Acesso em: 03 de junho de 2024.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Esbozo para una nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1973.

REBOUÇAS, E. *A realização morfossintática do aspecto perfect por falantes bilíngues de espanhol e inglês de Porto Rico*. 2021.

274 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SANT'ANNA, A. *Realizações morfossintáticas do perfect associado ao passado no português do Brasil*. 2021. 103 f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Letras: Português-Latim) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SEBOLD, M. *A realização do traço aspectual do pretérito perfecto*. In: V Congresso Brasileiro de Hispanistas (e) I congresso Internacional da Associação Brasileira de Hispanistas. *Anais....* Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2009.

SILVA, K. *La variación entre el pretérito perfecto simple y el pretérito perfecto compuesto en el español de los jóvenes de lima*. 2017. 33 f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Letras-Espanhol). Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2017.

SMITH, C. *The Parameter of Aspect*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1991.

WHITE, L. *Second language acquisition and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.



Identificando citações em 1 Coríntios 11:3-16: uma análise da orientação argumentativa e do ponto de vista

Identifying Quotations in 1 Corinthians 11:3-16: An Analysis of Argumentative Orientation and Point of View

Alessandra Castilho da Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte/ Brasil

alessandracaastilho.costa@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4924-8632>

Resumo: Neste artigo, propomo-nos a verificar, numa perspectiva linguística, a ocorrência de citações na passagem de 1 Coríntios 11:3-16, que trata do uso de véu pelas mulheres em assembleias religiosas. Para tanto, apresentamos uma análise da orientação argumentativa e do ponto de vista (PdV) apoiando-nos no instrumental teórico-metodológico da Análise Textual do Discurso (ATD), do Modelo de Tradições Discursivas e da Semântica Argumentativa. Articulando tais abordagens, identificamos, numa primeira etapa, a orientação argumentativa das proposições-enunciados e demonstramos, na segunda, a existência de PdVs antagônicos: o PdV-Paulino e o PdV-Coríntio, refutado pelo apóstolo. Os resultados corroboram a ocorrência dos versos 4 a 9 como citações não endossadas pelo apóstolo no fragmento em apreço.

Palavras-chave: citação; *topos*; orientação argumentativa; ponto de vista; 1 Coríntios 11:3-16.

Abstract: In this article, we aim to verify, from a linguistic perspective, the occurrence of quotations in 1 Corinthians 11:3-16, which deals with the use of veils by women in religious assemblies. For this purpose, we present an analysis of argumentative orientation and point of view (PdV) based on theoretical-methodological instruments of Textual Discourse Analysis (ATD), Discourse Traditions Model and Argumentative Semantics. Articulating such approaches, we identify, in a first step, the argumentative orientation of propositions-statements and demonstrate, in the second, the existence of antagonistic points of view: the Pauline-PdV and the Corinthian-PdV, refuted by the apostle. The results corroborate the occurrence of verses 4 to 9 as quotations not endorsed by the apostle in the fragment in question.

Keywords: quotation; *topos*; argumentative orientation; point of view; 1 Corinthians 11:3-16.

Recebido em 26 de fevereiro de 2023.

Aceito em 01 de fevereiro de 2024.

1 Introdução

Embora se reconheça na hermenêutica que o apóstolo Paulo, na 1ª epístola aos Coríntios, cita seus oponentes para refutá-los, a identificação de citações sem fórmula de introdução representa um desafio nada banal para o intérprete. Por exemplo, o uso de véu pelas mulheres em 1 Co. 11:3-16 seria um comando dado pelo apóstolo (interpretação tradicional), uma interpolação, inserção de outro editor (Walker Jr, 1975) ou uma citação do discurso coríntio refutada por Paulo (Padgett, 1984; Schirmacher, 2002)? O presente trabalho, inserido no quadro teórico da Linguística Textual busca contribuir para tal problemática numa perspectiva linguística, tendo por objetivo identificar citações a partir da análise da orientação argumentativa e do ponto de vista nessa passagem.

Com *orientação argumentativa*, referimo-nos ao direcionamento de um enunciado incitando a inferir uma conclusão (Cf. Adam, 2008, p. 123). Tal encadeamento é marcado microestruturalmente por conectores e macroestruturalmente por sequências de *proposições-enunciados*, unidades de sentido que, no nível semântico, representam discursivamente conteúdos proposicionais e revelam a atitude do enunciador perante o objeto descrito.

Essa *representação discursiva* (Rd) de proposições veicula não apenas um conteúdo explícito (posto), mas também um conteúdo implícito (subentendido ou pressuposto). Entre os conteúdos implícitos estão os *topoi*, premissas que permitem passar de uma proposição-enunciado A para uma conclusão B.

A definição de *topos* (ou, etimologicamente, um lugar argumentativo) não é consenso nos estudos de argumentação. Em Aristóteles, os *topoi koinoi* aparecem como esquemas abstratos utilizáveis para interpretar ou criar discursos sobre qualquer assunto. Em Perelman e Oldbrechts-Tyteca (1996), são entendidos como pontos de acordo entre o enunciador e o auditório, enquanto Ducrot¹ (1989) concebe o

¹ Em desenvolvimentos posteriores da Teoria da Argumentação na Língua, a noção de *topos* foi abandonada em favor da de bloco semântico, em virtude de sua

topos como a relação entre duas escalas inscritas na própria língua, formando uma escala argumentativa e colocando em correspondência dois predicados P e Q, de natureza escalar, de modo que uma variação na propriedade P implica uma na propriedade Q (Ducrot, 1989, p. 26). No Modelo de Tradições Discursivas, Kabatek (2015, p. 63) define-os como implicaturas convencionalizadas, um tipo de tradicionalidade de conteúdo. Neste estudo, entendemos por *topoi* esquemas argumentativos habitualizados, de variados graus de abstração, com natureza escalar, que guiam os encadeamentos argumentativos para uma conclusão e cuja identificação permite reconhecer implícitos no discurso.

No nível enunciativo, as proposições-enunciados possuem um *ponto de vista* ou grau de *responsabilidade enunciativa*, entendida como a (não) assunção (atribuição ou não atribuição) do conteúdo enunciado a determinadas entidades ou instâncias. Dito de outro modo, o conteúdo proposicional pode ser assumido ou não pelo locutor-enunciador como sua posição em relação a um determinado tema, situação, pessoa (Cf. Rodrigues *et al.*, 2016, p. 104). Por isso, analisar o ponto de vista exige recuperar, de um lado, os conteúdos proposicionais e, de outro, sua fonte enunciativa (Cf. Rabatel, 2016, p. 71). A esse respeito, Adam (2008, p. 123) observa que “para que um mesmo segmento textual possa conter dois sentidos contraditórios, é preciso que as proposições sejam assumidas por enunciadores diferentes (PdV1) e (PdV2)”. Isso significa que a identificação de orientações argumentativas antagônicas permite verificar a presença de diferentes enunciadores no discurso e o grau de (des)engajamento do locutor com os conteúdos proposicionais, por exemplo, se é um ponto de vista de terceiros (enunciador segundo, E2), mas rejeitado – uma citação do discurso oponente.

Esses apontamentos teóricos, que articulam subsídios da Análise Textual do Discurso, do Modelo de Tradições Discursivas e da Semântica Argumentativa, coadunam-se com os seguintes procedimentos de análise: (i) identificação de blocos de proposições-enunciados segmentados por conectores; (ii) identificação de esquemas argumentativos subjacentes e reconstituição de conteúdos implícitos; (iii) identificação da orientação argumentativa das proposições-enunciados; (iv) interpretação dos

incompatibilidade com uma visão não referencial da linguagem. A ATD discorda da visão de que a linguagem não pode ser ao mesmo tempo ‘referencial e reflexiva, poética e histórica’ (Adam, 2008, p. 114-115).

resultados com relação ao grau de (des)engajamento do locutor-enunciador primeiro (L1/E1), o apóstolo Paulo, e à presença de citações na passagem.

Além desta introdução e de uma conclusão com reflexões sobre os resultados alcançados, organizamos o presente estudo em 8 seções, dedicadas à análise de distintos blocos de versículos: a primeira, ao verso 3; a segunda, aos versos 4-6; a terceira, aos versos 7-9; a quarta, ao verso 10; a quinta, aos versos 11-12; a sexta, ao verso 13; a sétima, aos versos 14-15; e a oitava, ao verso 16.

Para uma leitura fluida, acrescentaremos referências às formas gregas (transliteradas) quando necessário. A passagem é reproduzida abaixo na tradução Almeida Corrigida Fiel (ACF).

3 Mas quero que saibais que Cristo é a cabeça de todo o homem, e o homem a cabeça da mulher; e Deus a cabeça de Cristo.

4 Todo o homem que ora ou profetiza, tendo a cabeça coberta, desonra a sua própria cabeça.

5 Mas toda a mulher que ora ou profetiza com a cabeça descoberta, desonra a sua própria cabeça, porque é como se estivesse rapada.

6 Portanto, se a mulher não se cobre com véu, tosquie-se também. Mas, se para a mulher é coisa indecente tosquiar-se ou rapar-se, que ponha o véu.

7 O homem, pois, não deve cobrir a cabeça, porque é a imagem e glória de Deus, mas a mulher é a glória do homem.

8 Porque o homem não provém da mulher, mas a mulher do homem.

9 Porque também o homem não foi criado por causa da mulher, mas a mulher por causa do homem.

10 Portanto, a mulher deve ter sobre a cabeça sinal de poderio, por causa dos anjos.

11 Todavia, nem o homem é sem a mulher, nem a mulher sem o homem, no Senhor.

12 Porque, como a mulher provém do homem, assim também o homem provém da mulher, mas tudo vem de Deus.

13 Julgai entre vós mesmos: é decente que a mulher ore a Deus descoberta?

14 Ou não vos ensina a mesma natureza que é desonra para o homem ter cabelo crescido?

15 Mas ter a mulher cabelo crescido lhe é honroso, porque o cabelo lhe foi dado em lugar de véu.

16 Mas, se alguém quiser ser contencioso, nós não temos tal costume, nem as igrejas de Deus. (1 Co. 11:3-16, ACF)

2 Todo ser humano tem uma cabeça. Até mesmo Cristo tem (1 Co. 11: 3)

O início do verso 3 (“quero que saibais que”) traz a expressão de 1ª pessoa do singular no verbo *thelō* “quero” e de 2ª do plural no pronome *hymas* “vós”. Este *eu* não necessariamente se refere a Paulo, a exemplo do que ocorre em outros trechos da epístola (“Quero dizer com isto, que cada um de vós diz: *eu* sou de Paulo, e *eu* de Apolo, [...]”, 1 Co. 1:12). Todavia, tal *eu* fala a uma pluralidade. Neste contexto, é razoável entender que a primeira pessoa atribui ao apóstolo o papel de locutor e aos coríntios, o de interlocutores. Com o verbo factivo *eidenai* “saber”, que toma como verdade o complemento sentencial, o apóstolo responsabiliza-se pela verdade do conteúdo informacional que seguirá. Portanto, ele é o locutor-enunciador primeiro (L1/E1), introduzindo seu ponto de vista (PdV-Paulino) sobre novo tópico e demarcando com *de* “mas” uma quebra com os versos 1 e 2, em que havia elogiado os leitores coríntios.

Paulo deseja que os coríntios saibam que “Cristo é a cabeça de todo o homem (Proposição-Enunciado 1 – P1), e o homem a cabeça da mulher (P2); e Deus a cabeça de Cristo (P3)”. Essa enumeração com três membros trata da propriedade de ser *kephalē*/cabeça, cujo sentido é metafórico, já que as entidades caracterizadas como cabeça são distintas daquelas que possuem uma cabeça.

Lexemas com semas² distintos representam discursivamente tais entidades. *Anēr* “homem”, pode ter o sentido 1-pessoa do sexo masculino, com os semas +humano, -fêmea, ou o sentido 2-marido, com +humano, -fêmea, +cônjuge, enquanto *gynaikos* “mulher”, o sentido 1-pessoa do sexo feminino, com os semas +humano, +fêmea, ou o sentido 2-esposa, com +humano, +fêmea, +cônjuge. Como a repetição de semas ou isotopia (Cf. Greimas, 1966 [1976], p. 72-73) constitui procedimento de continuidade tópica pelo qual o enunciador seleciona um sentido, tal recorrência é critério relevante para desambiguação (Cf. Adam, 2022, p. 74). Em face da ausência do sema [+cônjuge] na semântica de “Cristo” em P1 e P3, o sentido 2-homem=marido quebra a isotopia exigida pelo paralelismo sintático, ao passo que o sentido 1 a mantém. Desse exame

² Semas são unidades mínimas de significação, subdivididas em demais classes (nucleares, comuns, contextuais, entre outras). Neste estudo, não trataremos de tais distinções.

decorre que L1/E1 instrui o leitor para adoção do sentido 1³: homem-pessoa do sexo masculino e mulher-pessoa do sexo feminino.

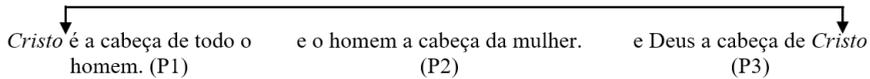
P1 afirma que Cristo é a cabeça de todo homem (*modus ponens*, $p \rightarrow q$), o que acarreta que todo homem tem cabeça. Mas isso também equivale a dizer que quem não tem cabeça não é homem (*modus tollens*, $\sim q \rightarrow \sim p$). Por conseguinte, afirmar que Cristo é cabeça de todo homem é argumentar que ele não tem necessariamente uma cabeça além de si mesmo ($\sim q$) e não é necessariamente homem ($\sim p$). Por esta via, o apóstolo atribui a “Cristo” em P1 um caráter sobre-humano, com o sema +divino.

P3 declara que Cristo tem uma cabeça (“Deus”), conferindo ali ao item “Cristo” o sema +humano, ausente em “Deus”, mas presente em “homem” e “mulher”, havendo, portanto, entre “Cristo”, “homem” e “mulher” e “humano” uma relação de hiperonímia, pela qual “humano” é o termo mais geral, o hiperônimo, e “homem”, “mulher”, “Cristo”, os termos mais específicos, hipônimos.

Enquanto a hiperonímia é uma relação lexical, o acarretamento é uma relação entre sentenças, quando o sentido de uma sentença está incluído no de outra. Em função da hiperonímia entre “humano” e “homem”, “mulher” e “Cristo”, P1, P2 e P3 acarretam P4-“Todo ser humano tem uma cabeça”: se P4 é verdade, P1, P2 e P3 também são e seria contraditório afirmar que “todo ser humano tem uma cabeça” e negar P1, P2 e P3. Logo, as informações de P1, P2 e P3 estão contidas em P4. A relação de hiperonímia no nível lexical e a de acarretamento, no nível sintático-semântico, permitem afirmar que o apóstolo usa essa enumeração como prova da Conclusão R-*Todo ser humano tem uma cabeça*.

As três proposições-enunciados formam um anel, estrutura conhecida como *inclusio*, que consiste na inserção de um mesmo elemento no início e fim de uma unidade composicional (Cf. Chapman, 2013, p. 8). Para Tribble (1973, p. 36), esse tipo de retomada marca estruturalmente as preocupações centrais de uma unidade. Com a retomada final da forma inicial “Cristo” (Fig. 1), Paulo sinaliza que força de P1 e, sobretudo, a de P3 sobrepujam a de P2.

³ Em P2 (“e o homem a cabeça da mulher”), o sentido 1 pode ter referência genérica (ao sexo masculino; ao sexo feminino) ou específica (a Adão, primeiro homem; a Eva, primeira mulher), o que discutiremos na sequência.

Figura 1 – *inclusio* em 1 Co. 11:3

Fonte: Elaboração própria.

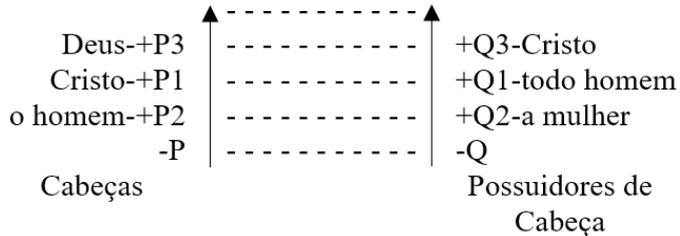
De fato, P1 e, sobretudo P3, são argumentos mais fortes que P2. Este último é insuficiente para provar a Conclusão R-*Todo ser humano tem uma cabeça*, evidenciando apenas que a mulher tem uma cabeça. Com o acréscimo P2, contudo, atesta-se a conclusão, pois, dado que a mulher tem uma cabeça (P1), e se todo homem tem uma cabeça, logo, todo ser humano tem. Mais forte que P2 é P3: sua força argumentativa advém da baixa probabilidade de Cristo ter uma cabeça, quer dizer, se essa é uma propriedade pertencente a quem menos se espera que pertença⁴ (representado discursivamente com os semas +divino +humano), então, também pertence a todo o grupo dos humanos.

Esses enunciados colocam em correspondência uma escala P de seres que são cabeças e uma Q, daqueles que possuem uma cabeça, formando uma escala argumentativa orientada a uma mesma conclusão. Segundo sua estruturação em *inclusio*, ordenam-se com P2 na posição mais baixa, como argumento mais fraco que P1 e P2; com P1, na intermediária, como mais forte que P2 e mais fraco que P3; por fim, com P3, na posição mais alta, como mais forte que P1 e P2. Nesse tipo de escala, aponta-se o argumento mais forte com operadores como “mesmo”, “até” e “até mesmo”, enquanto os mais fracos com “no mínimo” ou “pelo menos”. Considerando a maior força argumentativa de P3, a Conclusão R deve ser reformulada mais precisamente como “Logo, todo ser humano tem uma cabeça. Até Cristo tem” (Figura 2).

⁴ Veja-se o *topos* do mais e do menos em Aristóteles (*Tópicos*, Livro II, Cap. 10, p. 43).

Figura 2 – Escala Argumentativa em 1 Co. 11:3

Conclusão R Logo, todo ser humano tem uma cabeça. Até Cristo tem.



Fonte: Elaboração própria.

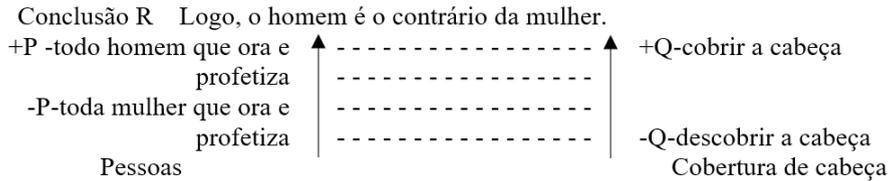
Quanto ao sentido de *kephalē*/"cabeça", o debate na literatura gira em torno do sentido 1 como "líder" ou o 2 como "fonte" ou "ponto de origem" (Cf. Johnson, 2006). Adiante desambiguaremos seu sentido a partir de seus laços coesivos com outros segmentos do texto.

Na próxima seção, discutiremos a razão pela qual Paulo deseja que os coríntios saibam que todo ser humano, até Cristo, tem uma cabeça.

3 Sujeitos contrários devem receber tratamento contrário (1 Co. 11:4-6)

Os versos 4 e 5 apresentam uma série de paralelismos e rupturas nas operações de referenciação e predicação. Assim, todo homem que ora ou profetiza, tendo a cabeça coberta, desonra a própria cabeça; por outro lado, toda mulher que ora ou profetiza, tendo a cabeça descoberta, desonra a própria cabeça. As oposições "todo homem" vs. "toda mulher" e *kata kephalēs echōn*/"tendo a cabeça coberta" vs. *akatakalyptō*/"tendo a cabeça descoberta" distinguem situações de resto idênticas, ao fazerem corresponder uma escala de P de pessoas e uma Q de cobertura de cabeça: no verso 4, quanto +P-homem, +Q-cobrir a cabeça; no 5, quanto -P-mulher, -Q-descobrir a cabeça. No eixo Q, +Q-cobrir e -Q-descobrir relacionam-se por antonímia, exigindo que, no eixo P, exista uma contrariedade correspondente entre os termos. Disso resulta como acarretamento nesses enunciados que +P-homem é o contrário de -P-mulher.

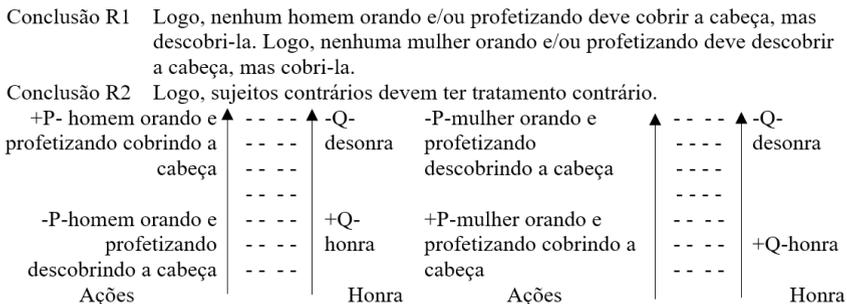
Figura 3 – *Topos* dos sujeitos contrários em 1 Co. 11:4-5



Fonte: Elaboração própria.

O predicado “*kataischynei*/“desonra” a própria cabeça” nas duas proposições-enunciados relaciona uma escala P de ações (pessoas cobrindo ou descobrindo a cabeça) a uma de honra (+Q): quanto +P-homem orando e/ou profetizando cobrindo a cabeça, -Q-desonra; quanto -P-mulher orando e/ou profetizando descobrindo a cabeça, -Q-desonra. Com “desonrar”, o enunciador localiza as ações em +P e -P como entidades do mundo ético-deôntico, avaliáveis em termos de desejabilidade. Visto que essa expressão possui valor negativo, como consequência indesejável, resulta a conclusão de que tais ações não devem ocorrer, mas as desejáveis (+Q-honra). Portanto, a orientação argumentativa do verso 4 é em direção à conclusão R-Nenhum homem orando e/ou profetizando deve cobrir a cabeça, mas descobri-la e a do verso 5, R-Nenhuma mulher orando e/ou profetizando deve descobrir a cabeça, mas cobri-la. As duas injunções, dirigidas a sujeitos contrários, relacionam-se também por contrariedade, acarretando que sujeitos contrários requerem tratamento contrário.

Figura 4 – *Topos* das consequências negativas em 1 Co. 11:4-5



Fonte: Elaboração própria.

Ainda no verso 5, o conector *gar/*“porque” instaura uma relação de causalidade com o enunciador anterior, exercendo no nível textual a função de justificativa: “porque é como (*kai to auto*) se estivesse rapada”. A fórmula *kai to auto/*“e o mesmo” constrói uma correspondência entre a cabeça feminina descoberta (-P) e uma cabeça rapada (-Q), mobilizando como *topos* o argumento por analogia e suscitando uma série de conclusões (Figura 5). Se -P é idêntica a -Q, então, seus semas são reciprocamente atribuíveis. -P contém os semas [+cabelo] e [-honra] e a atribuição do último ao eixo -Q permite entender R1 -Uma cabeça rapada é desonrosa. -Q contém os semas [-cabelo] e [-cobrir], do que se origina uma contradição entre o sema [+cabelo] em -P e o sema [-cabelo] em -Q. Porém, anula-se tal contradição, atribuindo-se o sema [-cobrir] de -Q a -P e permitindo concluir R2 - O cabelo feminino não tem a propriedade de cobrir, sendo tão desonroso quanto uma cabeça rapada.

Do pressuposto de que o cabelo da mulher e uma cabeça rapada são similares quanto à propriedade de não cobrir (v. 5), infere-se, de um lado que, no caso da mulher, cobrir significa usar um material sólido (véu ou manto), o que virá à superfície no verso 6. De outro, também segue que, sendo o homem o sujeito contrário da mulher, em seu caso, o cabelo tem a propriedade contrária [+cobrir] e, por isso, depreende-se que o cabelo crescido (*kata kephalēn echōn/*“ter algo pendendo da cabeça”) é para ele desonra. Essa inferência será retomada pelo verso 14.

Uma proposição-enunciado é introduzida por *gar/*“portanto” no verso 6: “Portanto, se a mulher não se cobre com véu, tosquia-se também”. Tal conclusão procede da analogia entre -P (uma cabeça feminina descoberta) e -Q (uma cabeça rapada): se a mulher descobrir a cabeça (-P) é tão vergonhoso quanto rapá-la (-Q) e, dado que a mulher não tem vergonha de descobrir a cabeça (-P); logo, calcula-se R3-Ela também não tem vergonha de rapá-la (-Q) e deve fazê-lo.

cabeça feminina descoberta (-P) idêntica a uma cabeça rapada (-Q) e, ambas desonra, logo, conclui-se R4 se a mulher não descobre a cabeça, pois é vergonhoso, mas a cobre (+P), logo, ela também não a rapa (+Q), pois também é vergonhoso; inversamente, depreende-se R5 se a mulher não rapa a cabeça, pois é vergonhoso (“se para a mulher é coisa indecente tosquiar-se ou rapar-se”), logo, ela também não a descobre, mas cobre-a (+Q; “que ponha o véu”), mesmo PdV dos versos 4-5.

Resta agora averiguar se o PdV dos versos 4-6 é o PdV-Paulino do versículo 3.

No nível semântico, isto é, da representação discursiva, há claras contradições entre os dois blocos. De um lado, a Conclusão R-Nenhum homem deve cobrir a cabeça, mas descobri-la; nenhuma mulher deve descobrir a cabeça, mas cobri-la (v. 4-6) acarreta que o homem é o sujeito contrário da mulher. Dela se infere que, se o cabelo do homem tem a propriedade cobrir, então, o cabelo da mulher tem a de não-cobrir, o que requer tratamento contrário para esses sujeitos. De outro, A Conclusão R-*Todo ser humano tem uma cabeça. Até Cristo tem* (v. 3) acarreta que o homem e a mulher possuem um atributo comum, algo impossível, caso fossem sujeitos contrários. Porque não são contrários, logo, seus cabelos não têm propriedades contrárias, nem seu tratamento contrário é requerido, do que se deduz que o homem não precisa descobrir a cabeça (ter cabelo curto) nem a mulher cobri-la (usar véu ou manto) (Fig. 4).

No nível ilocucionário, executa-se uma refutação. De uma parte, Paulo, o enunciador do verso 3, impugna o acarretamento “O homem é o sujeito contrário da mulher” (v. 4-6), evidenciando que o julga falso. De outra parte, o apóstolo exige que o oponente desista de sua própria tese por meio de um *xeque-mate*: se sujeitos contrários requerem tratamento contrário, logo, sujeitos iguais requerem idêntico tratamento; e, dado que o homem não é o sujeito contrário da mulher (por terem um atributo comum), logo, se a mulher deveria usar véu, segue que o homem e até mesmo Cristo também deveriam. Inversamente, se nem Cristo nem o homem estão obrigados a usar véu, logo, tampouco a mulher.

No nível da responsabilidade enunciativa, tal refutação por L1/E1 (Paulo) manifesta desacordo em máximo grau com o PdV dos versos 4-6 e deixa claro que o apóstolo não é sua fonte enunciativa; pelo contrário, ao desengajar-se do conteúdo proposicional desse bloco, o apóstolo não assume a responsabilidade enunciativa pelo fragmento, mas imputa-a enunciadore segundos (E2), os interlocutores coríntios (PdV-Coríntio),

que deram evidências de ignorar que todos os seres humanos têm uma cabeça. Como toda refutação é um ato reativo, dirigido a um ato de asserção anterior, iniciativo (Moeschler, 1982, p.71), o movimento refutativo do verso 3 atesta os versos 4-6 como citações de asserções coríntias anteriores. Assim, o motivo pelo qual o apóstolo desejava que os coríntios soubessem que todo ser humano tem uma cabeça é que essa proposição corrige sua visão de mundo.

Quadro 1 – Refutação de 1 Co. 11:4-6 pelo verso 3

Bloco 2 PdV-Coríntio (v. 4-6)	Bloco 1 - PdV-Paulino (v. 3)
<p>“Todo o homem que ora ou profetiza, tendo a cabeça coberta, desonra a própria cabeça. Mas toda a mulher que ora ou profetiza com a cabeça descoberta, desonra a própria cabeça, porque é como se estivesse rapada.”</p>	<p>“Cristo é a cabeça de todo o homem, e o homem a cabeça da mulher; e Deus a cabeça de Cristo.”</p>
<p>Logo, o homem é o sujeito contrário da mulher; Logo, o cabelo da mulher tem a propriedade contrária (não cobrir) da do cabelo do homem (cobrir). Logo, sujeitos contrários requerem o tratamento contrário. Logo, nenhum homem orando e/ou profetizando deve cobrir a cabeça (ter cabelo longo), mas descobri-la (ter cabelo curto). Logo, nenhuma mulher orando e/ou profetizando deve descobrir a cabeça (estar sem véu), mas cobri-la (com véu).</p>	<p>Logo, todo ser humano tem uma cabeça. Até Cristo tem. Logo, o homem e a mulher possuem um atributo em comum. Logo, o homem não é o sujeito contrário da mulher. Logo, o cabelo da mulher não tem a propriedade contrária (não cobrir) da do cabelo do homem (cobrir). Logo, o tratamento contrário não é requerido. Logo, nenhum homem orando e/ou profetizando precisa descobrir a cabeça (ter cabelo curto). Logo, nenhuma mulher orando e/ou profetizando precisa cobrir a cabeça (com véu).</p>
<p>(desistir da tese)</p>	<p>Logo, sujeitos iguais requerem o mesmo tratamento. Logo, se a mulher deve usar véu, o homem e até mesmo Cristo também devem. Logo, se nem Cristo nem o homem devem usar véu, tampouco a mulher.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Como consequência, resolve-se uma ambiguidade referencial. Pode-se interpretar “a própria cabeça”, no verso 4, como correferencial a “todo homem” (v. 4) ou a “Cristo” (v.3) e, no verso 5, como remissivo de “toda mulher” (v. 5) ou de “o homem” (v. 3). Por refutar os versos 4-5, o verso 3 foi escrito posteriormente a eles, não podendo funcionar como antecedente, de forma que, no verso 4, “a própria cabeça” retoma “todo homem” e, no 5, “toda mulher”.

4 A mulher é inferior, porque tem uma cabeça (1 Co. 11: 7-9)

A proposição-enunciado “O homem, pois, não deve cobrir a cabeça” (v. 7) traz à superfície a conclusão R-Nenhum homem deve cobrir a cabeça, implícita no verso 4, havendo uma continuidade de orientação argumentativa e PdV-Coríntio. Essa conclusão gera uma escala argumentativa, unindo uma escala P de pessoas (quanto +P1-homem) e uma Q de cobertura de cabeça (-Q1-não cobrir a cabeça) e se liga a um bloco de justificativas com três proposições-enunciados sequenciadas em “porque/gar A, mas B/de ou *alla*”.

A primeira justificativa, o segmento A-“porque [ele, elíptico] é a imagem e glória de Deus”, compõe uma segunda escala argumentativa, que une uma escala P de pessoas (quanto +P2-homem) e uma Q de similitude (+Q2-imagem e glória de Deus) e agrega-se à escala argumentativa anterior, edificando uma proporção: assim como +P1-homem está para -Q1-não cobrir a cabeça, +P2-homem está para +Q2-imagem e glória de Deus (+P1:-Q1::+P2:+Q2).

O conector “mas”/de liga o segmento B-“mas a mulher é a glória do homem” a A na estrutura A mas B, em que B não elimina A e ambos contêm elementos de mesma função sintática, comparáveis individualmente, o que caracteriza a função de contraposição, usada para verificar traços de desigualdade (Cf. Neves, 1984). Com isso, acrescenta-se à escala P2,Q2 os elementos -P2-mulher e -Q2-“glória do homem”. A tais elementos correspondem, na escala P1,Q1, os elementos -P1-mulher e +Q1-cobrir a cabeça (mencionados no verso 6), formando também uma proporção (-P1:+Q1::-P2,-Q2).

Como as escalas são proporcionais, a relação de contrariedade entre -Q1-descobrir e +Q1-cobrir a cabeça requer contrariedade correspondente nas demais escalas (exemplo: o homem deve descobrir a cabeça; descobrir a cabeça é o contrário de cobrir; logo, o homem é o contrário de quem

cobre a cabeça). Daí procedem duas conclusões preliminares: no eixo P1, conclui-se que R1-O homem (+P1) é o contrário da mulher (-P1) e, no eixo Q2, R2-Ser a imagem e glória de Deus (+Q2) é o contrário de ser a glória do homem (-Q2). Isso explica a presença do elemento “imagem (*eikōn*) de Deus” em A e sua ausência em B: a imagem de Deus é atribuída ao homem, mas não à mulher. Entende-se ainda que, se a mulher não tem a imagem de Deus, também não tem a do homem, pois, numa relação transitiva (Deus-homem-mulher), se D (Deus) tem relação com H (homem) e H com M (mulher), D também tem relação com M; contudo, se D tem relação com H, mas não com M, então, H também não tem relação com M. O segmento B não traz a expressão “*eikōn*/imagem do homem”, pois, se a mulher tivesse a imagem do homem, que inclui ter a imagem de Deus, ela também teria a imagem de Deus.

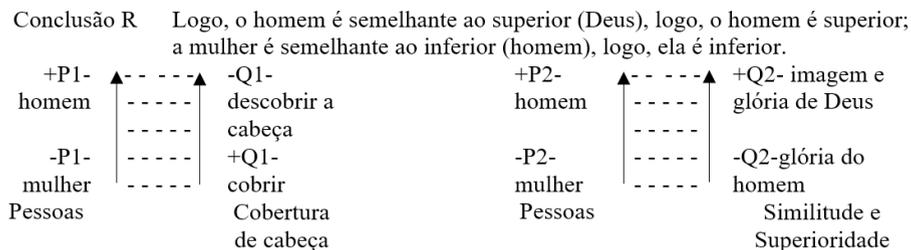
O enunciador usa, no segmento B, a expressão *doxa* “glória”, que tem os seguintes significados básicos (Lidell; Scott, 1889⁶): 1) expectativa; 2) opinião ou reputação e 3) aparência externa. Somente o sentido 3 produz recorrência de sema (isotopia), o que favorece sua leitura no verso 7: tanto a expressão “*doxa* “glória” do homem”, lida como “aparência do homem”, quanto a expressão “*eikōn* “imagem” de Deus” contêm o sema +similitude. Ademais, o sentido 3 evoca a fórmula “(hebraico) *tselem* “imagem” e *demut* “semelhança” de Deus”, primeira menção à imagem de Deus no texto bíblico (Gn. 1:26), tecendo paralelismo entre “semelhança” e “glória”. Assumindo o sentido 3, “glória do homem” significa ser a aparência externa da mulher similar à do homem.

Cumpra ainda observar que a escala de similitude (eixo Q2) é também uma escala de superioridade em virtude da presença do sema +superior no lexema “Deus” (Deus é superior; logo, ter a imagem e glória de Deus é superior), fazendo corresponder uma relação de superioridade nos demais eixos (ter a imagem e glória de Deus é superior; o homem tem a imagem e glória de Deus; o homem é superior). Por esse motivo, o segmento A é argumento para a Conclusão R1-O homem é semelhante ao superior (Deus) e, portanto, superior, e o segmento B, para a Conclusão R2-A mulher não é semelhante ao superior (Deus), mas ao inferior (homem) e, portanto, inferior. Trata-se aqui do *topos* da ordem, que afirma “a

⁶ <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.04.0058:entry=do/ca> Acesso 25 fev. 2023.

superioridade do anterior sobre o posterior, ora da causa, dos princípios, ora do fim ou do objetivo” (Perelman; Oldbrechts-Tyteca, 1996, p. 105).

Figura 6 – *Topos* da ordem em 1 Co 11:7



Fonte: Elaboração própria.

A segunda justificativa para o PdV-Coríntio, a proposição-enunciado “o homem não provém da mulher, mas a mulher do homem” (v. 8), também é uma contraposição de desigualdades, baseada no *topos* da ordem, que alia uma escala de Pessoas (eixo P3) a uma de procedência (eixo Q3), interpretada também como uma escala de contrariedade e superioridade, já que é absorvida numa proporção (P1:Q1:: P2:Q2:: P3:Q3) e herda tais relações das escalas anteriores. O bloco porque A mas B contrapõe o segmento A-o homem (+P3) não provém da mulher (-Q3) como argumento para a Conclusão R1-A existência do homem é anterior à existência da mulher, logo, ele é superior, e um segmento B-A mulher (-P3) [provém] do homem (+Q3) como argumento para a Conclusão R2-A existência da mulher é posterior à existência do homem, logo, ela é inferior.

A terceira justificativa, a proposição-enunciado “porque também o homem não foi criado por causa da mulher, mas a mulher por causa do homem” finaliza a contraposição guiada pelo *topos* da ordem, incorporando uma escala de pessoas (P4) e uma de efeitos (Q4) às escalas anteriores numa proporção (P1:Q1:: P2:Q2:: P3:Q3:: P4:Q4). No bloco porque A mas B, o segmento A-O homem não foi criado por causa da mulher é argumento para a Conclusão R1-O homem não é efeito da mulher, logo, ele é superior, e contrapõe-se ao segmento B-A mulher foi criada por causa do homem como argumento para a Conclusão R2-A mulher é efeito do homem, logo, ela é inferior.

As três justificativas constituem uma classe argumentativa, um conjunto de argumentos de mesma força dirigidos à mesma conclusão,

e dispõem-se em *inclusio*, iniciando e finalizando com a expressão “o homem”, salvo no verso 7, em que uma elipse dá início ao segmento. Com essa estrutura, acentua-se o homem como início e fim da mulher (Fig. 7).

Figura 7 – *Inclusio* em 1 Co. 11:7-9

[o homem] é a imagem e glória de Deus	Mas	a mulher é a glória do homem.
o homem não provém da mulher	Mas	a mulher do homem.
o homem não foi criado por causa da mulher	Mas	a mulher por causa do homem.

Fonte: Elaboração própria.

Os versos 7 a 9 ligam-se coesivamente também a outras porções textuais. Por exemplo, em 8, “Porque o homem não provém da mulher, mas a mulher do homem”, a cópula e a preposição *ek* “de”, que expressa procedência, atribuem ao sujeito “o homem” as propriedades +entidade 1 temporalmente anterior à entidade 2 (no caso, à mulher) e +início ou causa de mudança de estado da entidade 2 (no caso, inexistência → existência da mulher). Tais traços também estão presentes na semântica de *kephalē* “cabeça” na acepção de fonte ou ponto de origem. Daí se impõe entre os versos 8 e 3 a relação semântica de sinonímia entre sentenças (ou paráfrase), que ocorre quando a sentença (a) acarreta (b) e (b) acarreta (a) (Chierchia; McConnell-Ginet, 1990, p. 35): a verdade da sentença (a) “A mulher provém do homem” é inescapável à verdade da sentença (b) “O homem é a fonte (cabeça) da mulher” e, na direção inversa, a verdade de (b) é inescapável à verdade de (a). Além disso, a predicação nos versos 7 e 9 acarreta as mesmas propriedades, havendo uma relação de hiperonímia com *kephalē* “cabeça”: se a mulher é similar ao (glória do) homem, isso acarreta que o homem é temporalmente anterior a ela (verso 7); se a mulher foi criada por causa do homem, isso acarreta que ele é o início ou causa de mudança de estado (verso 9). Esses acarretamentos possibilitam que o SN *a cabeça* no sentido de “fonte” encapsule as porções textuais nos versos 7-9. Trata-se de uma anáfora encapsuladora: a introdução de uma expressão referencial como ativa na memória do leitor a partir de relações léxico-semânticas com o co-texto, que servem de âncora para o referente introduzido (Marcuschi, 2001, p. 226; 230; 243).

Figura 8 – anáfora encapsuladora *kephalē* “cabeça” (=fonte) em 1 Co. 11:3

ENCAPSULAMENTO

kephalē “cabeça” (=fonte)SINONÍMIA E
HIPERONÍMIA
ÂNCORA

+anterioridade temporal +início ou causa de mudança de estado

↑
“[ele] é a imagem e glória [...] por causa do homem.” (1 Co. 11:7-9)

Fonte: Elaboração própria.

Assim, as ligações coesivas entre os versos 3 e 7-9 comprovam que o enunciador do verso 3 (Paulo) interpreta *kephalē* “cabeça” como +anterioridade temporal e +causa de mudança de estado, instruindo o leitor a assumir o sentido de fonte ou ponto de origem, o que é reforçado por relações intertextuais, com a introdução, nessas justificativas, de referentes da narrativa da criação em Gênesis: Adão como ser à imagem e semelhança de Deus (Gn. 1:26-27), no verso 7; Eva, formada a partir do lado de Adão (Gn. 2:22), no verso 8, sendo ele a causa material e motivação para a criação dela (Gn. 2:18), no verso 9. Construídas tais referências intertextuais, deve-se ler a resposta do apóstolo no verso 3 (e no restante do texto) também a partir desse pano de fundo. Nessa leitura, Paulo interpreta a referência a Deus em Gn. 1:26-27 como uma referência a Cristo como ponto de origem de Adão e todos os homens; Adão, como ponto de origem da mulher, e Deus como ponto de origem de Cristo (narrativa do nascimento virginal nos evangelhos). Isso explica a presença de “todo” em “Cristo é a cabeça de todo homem” (referência genérica) e sua ausência em “O homem (=Adão, referência específica), a cabeça da mulher (Eva, referência específica)”, no verso 3.

Enquanto os coríntios argumentam implicitamente que o homem é superior à mulher e explicitamente que ela, portanto, deve cobrir sua cabeça (literal), porque ele é sua fonte de existência, Paulo, no verso 3, resume essa justificativa com a metáfora *kephalē* “cabeça”, ironizando a preocupação coríntia com cabeças literais, e refuta-a demonstrando que não apenas a mulher tem uma fonte/cabeça, mas também os homens e até Cristo – todo ser humano. Disso se depreende que o homem não é superior à mulher e ela não precisa cobrir sua cabeça (literal).

Examinemos agora se *kephalē* “cabeça” na acepção de líder também poderia encapsular os versos 7-9 no verso 3. Visto que o líder é alguém superior que, voluntariamente, lidera outras pessoas, ou seja,

exerce sobre elas poder ou força, nessa acepção, a expressão se caracteriza pela presença dos semas +animado +exerce ato de vontade; +ato de liderar; +anterioridade hierárquica; +exerce poder ou força sobre outrem. Um teste para verificar a presença do sema +ato de vontade é adicionar à sentença o advérbio “deliberadamente” (Cf. Jackendoff, 1972, p. 32). Nota-se que a adição de *deliberadamente* é agramatical (*) nos versos 7 e 8 (exemplos (1) e (2)) e, no verso 9, na voz passiva (3), não se refere ao homem, mas ao agente do verbo “criar” (Deus), como comprova a voz ativa (4). Consequentemente, tais versos são incompatíveis com atos de vontade e força pelo homem, o que bloqueia um encapsulamento por *kephalē* “cabeça” no sentido de líder. Portanto, os laços coesivos requisitam a leitura dessa expressão, no verso 3, como “fonte” ou “ponto de origem” e bloqueiam a interpretação como “líder”.

- (1) *O homem é *deliberadamente* a imagem e glória de Deus.
- (2) *O homem *deliberadamente* não provém da mulher.
- (3) O homem *deliberadamente* não foi criado (por Deus) por causa da mulher
- (4) Deus *deliberadamente* não criou o homem por causa da mulher.

5 A mulher tem autoridade como mensageira de Deus (1 Co. 11: 10)

O verso 10 introduz uma conclusão que se poderia traduzir literalmente como “Portanto, a mulher deve *exousian eschein* “ter autoridade” sobre a cabeça, por causa dos anjos”. O operador *dia touto* “portanto” confere ao versículo o valor semântico de consequência em relação a um fragmento anterior com valor de causa. Uma vez que há dois blocos antecedentes, um com PdV-Paulino (v. 3) e outro com PdV-Coríntio (v. 4-9), cabe verificar qual deles exerce o papel de causa A para o bloco B de consequência. Decisiva para a identificação do bloco A é a perífrase *exousian eschein* “ter autoridade”.

Tradutores da Bíblia detectam uma incompatibilidade entre o uso dessa perífrase no verso 10, atribuindo autoridade à mulher, e o comando de cobertura da cabeça, nos versos 4-9, que demanda uma conclusão na

direção oposta. Buscando tornar o verso 10 congruente com o comando, tradicionalmente propõe-se interpretar *exousia*/"autoridade" como metonímia de véu num encadeamento em que o referente R_i -“autoridade” (elíptico: “do homem”) está no lugar de R_j -“submissão da mulher” e este no lugar de R_k -“véu”. Acrescenta-se na tradução a expressão “sinal” antes de “autoridade” ou substitui-se “autoridade” por “submissão” ou “véu”: assim, a tradução diz algo como “a mulher deve ter *sinal de autoridade/sinal de submissão/véu* sobre a cabeça”.

Passemos ao exame das duas leituras (literal e metonímica) de “ter autoridade”, discutindo se as relações coesivas as amparam, instruindo o leitor a construí-las.

Na leitura literal, o enunciado “A mulher deve ter autoridade sobre a cabeça” suscita a repetição de uma série de semas entre as expressões “mulher” (+animado), “ter” (+relação entre X-possuidor (sujeito do verbo) e Y-possuído (objeto do verbo) e “autoridade” (+qualidade +abstrata +não contável +possuída por +possuidor +animado). Essas recorrências ligam uma expressão a outra e instruem o leitor a interpretar “autoridade” como uma qualidade, entidade abstrata possuída e “a mulher”, o ser animado possuidor de tal qualidade. Porque não há aqui sema que não se integre no sentido literal, não se demanda novo plano de leitura. O intérprete pressupõe que o enunciador estabeleceu as ligações semânticas de forma suficiente e adequada para a construção do sentido. Quanto à produtividade, a perífrase é atestada no sentido literal em outras 4 ocorrências em 1 Co. (7:37; 9:4; 9:5; 9:6) e outras 24⁷ no Novo Testamento, totalizando 29.

Na leitura metonímica, o leitor pressupõe a associação *véu = autoridade do homem*, por contiguidade temporal/co-ocorrência. Sob essa ótica, um primeiro problema é que o enunciador teria escolhido a associação mais fraca na cadeia metonímica [*sem véu e com cabelo curto -> autoridade do homem -> submissão da mulher -> com véu e cabelo longo*], pois o cabelo curto do homem associa-se mais fortemente à sua autoridade, por contiguidade espacial (*corpo do homem -> parte do corpo*); o véu associa-se mais fortemente à submissão da mulher também por contiguidade espacial (*corpo da mulher -> peça de vestuário*). Em

⁷ Com 1 ocorrência cada em Mt. 7:29; 9:6; Mc. 1:22; 2:10; 3:15; Lc. 5:24; 12:5; Jo. 19:11; At. 9:14; Rm. 9:21; II Ts. 3:9; Hb. 13:10; Ap. 9:3; 14:18; 16:9; 18:1; 20:6; 22:14. Com 2 ocorrências cada em Jo. 10:18; 19:10; Ap. 11:6.

seguida, o leitor tem de interpretar as ligações semânticas entre as palavras selecionadas em sentido oposto: é necessário interpretar “autoridade”, entidade +abstrata -contável, como “véu”, entidade +concreta +contável; o ser possuidor de autoridade como “o homem”, não referido e sem atribuição de papel temático⁸, e não “a mulher”, referida com papel temático +possuidor atribuído pelo verbo “ter”; e a entidade possuída pela mulher como “submissão”, não referida e antônimo converso de “autoridade”, referida como complemento do mesmo verbo “ter”. Nesta altura, o intérprete tem de supor que Paulo, um escritor proficiente, escolheu precisamente a associação metonímica e as palavras menos adequadas ao seu propósito. Quanto à produtividade, nenhuma outra ocorrência dessa metonímia é atestada. De tais reflexões conclui-se que a leitura metonímica não é amparada pelo texto.

De fato, a atribuição de autoridade ao sujeito “a mulher” é incompatível com as conclusões inferíveis dos versos 4-9, mas coerente com as resultantes do verso 3 (Quadro 2). Da proposição-enunciado “Cristo é a cabeça de todo o homem, e o homem a cabeça da mulher; e Deus a cabeça de Cristo”, decorre que todo ser humano tem uma cabeça; o homem e a mulher têm um atributo em comum; portanto, a mulher não é o sujeito contrário do homem e o cabelo dela não tem a propriedade contrária (não cobrir) do cabelo dele (cobrir); ele não é superior nem ela, inferior; não é requerido o tratamento contrário; ele não precisa descobrir a cabeça (ter cabelo curto) nem ela cobrir (usar véu). Como consequência, assim como o homem, a mulher tem autoridade sobre sua própria cabeça, para cobri-la ou não. O bloco de PDV-Paulino do versículo 3 exerce o papel de causa A para o bloco B de consequência do versículo 10.

⁸ Sobre a noção de papel temático, veja-se Ilari e Basso (2014).

Quadro 2 – Estrutura A (1 Co. 11:3) portanto B (1 Co. 11:10)

Bloco 2 PdV-Coríntio (v. 4-9)	Bloco 1 - PdV-Paulino (v. 3)
<p>“Todo o homem que ora ou profetiza, [...]o homem não foi criado por causa da mulher, mas a mulher por causa do homem.”</p>	<p>“Cristo é a cabeça de todo o homem, e o homem a cabeça da mulher; e Deus a cabeça de Cristo.”</p>
<p>Logo, o homem parece com Deus, que é superior, e a mulher, com o homem, que é inferior a Deus.</p> <p>Logo, o homem é anterior e a mulher é posterior.</p> <p>Logo, o homem é superior à mulher.</p> <p>Logo, o homem é o sujeito contrário da mulher.</p> <p>Logo, o cabelo do homem tem a propriedade contrária (cobrir) do da mulher (não cobrir).</p> <p>Logo, o tratamento contrário é requerido.</p> <p>Logo, o homem não deve cobrir a cabeça (ter cabelo longo) e a mulher deve cobrir (usar véu ou manto).</p>	<p>Logo, todo ser humano tem uma cabeça.</p> <p>Logo, o homem e a mulher têm um atributo em comum.</p> <p>Logo, o homem não é o sujeito contrário da mulher.</p> <p>Logo, o homem não é superior à mulher.</p> <p>Logo, o cabelo do homem e o cabelo da mulher têm a mesma propriedade (cobre).</p> <p>Logo, o tratamento contrário não é requerido.</p> <p>Logo, o homem não precisa descobrir a cabeça (ter cabelo curto) nem a mulher cobri-la (usar véu ou manto).</p> <p>A, portanto, B</p> <p><i>“Portanto, a mulher deve ter autoridade sobre a cabeça, por causa dos anjos”.</i></p>

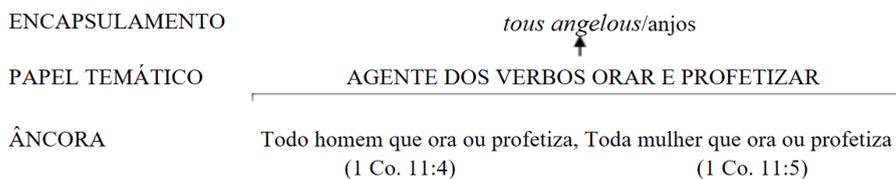
r
e
f
u
t
a

Fonte: Elaboração própria.

Em “por causa dos anjos”, o operador *dia* “por causa dos” atribui ao SN *tous angelous* / “os anjos” o valor de justificativa para a proposição-enunciado anterior. O vocábulo *angelous*, que significa “enviado”, ocorre, na *Septuaginta* e no Novo Testamento, tanto em referência a seres celestiais (traduzido como “anjos” ou “demônios”) quanto a humanos (traduzido como “mensageiros”). Esse vocábulo é o núcleo do SN e é acompanhado por um artigo definido, que, por sua vez, indica que a entidade referida é conhecida, havendo 4 possibilidades: a) a entidade é contextualmente clara para o interlocutor (referência exofórica); b) já foi

diretamente mencionada antes (anáfora direta); c) antecipa a referência de uma expressão subsequente (referência catafórica por associação ou resumitiva no caso de SNs com artigo definido, Cf. Kesik, 1989, p. 39,118-119;149) d) já foi indiretamente mencionada antes (anáfora indireta e/ou encapsuladora). Considerando essas opções, a) o sentido de “anjos/mensageiros” não é contextualmente claro neste trecho, como evidenciam as distintas propostas de interpretação na literatura; b) não foi mencionado diretamente no co-texto imediato anterior (versos 3-10; c) não antecipa um objeto do discurso no co-texto imediato posterior (versos 11-16); d) contudo, foi mencionado indiretamente, já que se liga a outras expressões no co-texto por coesão lexical: os semas do SN “todo homem que ora ou profetiza” e do SN “toda mulher que ora e profetiza” englobam humanos que executam um tipo de atividade verbal espiritual (orar ou profetizar) e, por conseguinte, são mensageiros espirituais. Tais semas pertencem ao significado de “anjos/mensageiros”, que preenche o papel temático de agente para os verbos “orar” e “profetizar”, possibilitando que esse conteúdo seja retomado anaforicamente. Assim, com “anjos/mensageiros”, Paulo resume os segmentos “todo homem que ora e profetiza” e “toda mulher que ora e profetiza” numa anáfora encapsuladora (Fig. 9).

Figura 9 – anáfora encapsuladora *tous angelous* / “os anjos” em 1 Co. 11:10



Fonte: Elaboração própria

Daí procede que toda mulher que ora e profetiza é uma mensageira espiritual e está incluída no grupo de anjos/mensageiros, não podendo haver disjunção entre esses elementos. Como “a mulher deve ter autoridade” relaciona uma escala P de pessoas com uma Q de autoridade, em que à mulher (P+) corresponde ter autoridade (+Q), ao grupo de anjos/mensageiros deve corresponder a mesma localização de +P na escala Q. Identifica-se como pressuposto do versículo 10 que anjos/mensageiros têm a propriedade +Q-ter autoridade, o que justifica

o enunciado “A mulher deve ter autoridade” segundo o raciocínio: anjos têm autoridade; a mulher que ora e profetiza é anjo/mensageira, do que se depreende que R-A mulher que ora ou profetiza têm autoridade. Assim, com “por causa dos anjos”, o apóstolo justifica a autoridade da mulher em decidir se cobre ou não sua cabeça como membro do grupo anjos/mensageiros, que recebe sua autoridade de Deus, e refuta novamente o comando de cobertura de cabeça (v. 5-6).

6 A mulher e o homem têm a mesma ordem de existência (1 Co. 11:11-12)

O operador *plēn* “todavia” introduz o verso 11, veiculando oposição a uma conclusão de segmento anterior, numa estrutura A todavia B. Em seguida, a proposição-enunciado “nem o homem é sem a mulher, nem a mulher é sem o homem” (P1) organiza-se na estrutura *nem/oute* A *nem/oute* B, que comporta negação e é polifônica, introduzindo, ao mesmo tempo, um ponto de vista contraditório a um ponto de vista positivo.

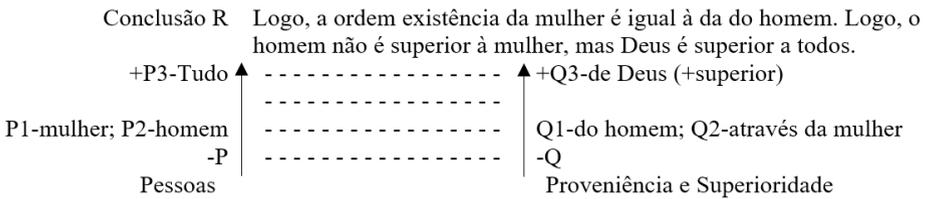
Considerando que, no verso 8, os coríntios argumentam que o homem não provém da mulher, mas a mulher do homem, do que se infere que a existência do homem é anterior à da mulher, mas a da mulher posterior à do homem, P1 contesta essa inferência, opondo-se ao PdV do verso 8 e asseverando que o homem não existe sem a mulher e nem a mulher sem o homem. Assim, a orientação argumentativa é em direção à Conclusão R- As existências do homem e da mulher são mutuamente dependentes. Dado que *plēn* “todavia” opõe tal PdV ao PdV-coríntio do versículo 8, trata-se de PdV-Paulino, em continuidade ao verso 10.

A esse bloco liga-se por meio de *gar* “porque” a proposição-enunciado “porque, como a mulher provém do homem, assim também o homem provém da mulher, mas tudo vem de Deus” (P2, v. 12), na estrutura A porque B em que B é argumento em favor de A, em continuidade de PdV-Paulino. Isto ocorre porque a contestação efetuada por Paulo em P1 demanda uma prova, introduzida por P2. Tal prova é uma comparação por igualdade, recortada pelos operadores *hōsper* “como” e *houtōs kai* “assim também” em dois segmentos como A assim também B, que permitem verificar traços de igualdade.

Em A, o verbo elíptico “ser” e a preposição *ek* “de” relacionam uma escala P de pessoas e uma Q de Proveniência, na qual a mulher (P1) corresponde “[provém] do homem” (Q1). Em B, com o verbo elíptico, é a preposição *dia* “através” que faz corresponder ao homem

(P2) “[provém] da (através) mulher” (Q2). O segmento “mas tudo vem de Deus” atribui a Deus anterioridade ao homem e a mulher, adicionando os elementos “tudo” (P3) e “vem de Deus” (Q3) em nível mais alto na escala. Em virtude da presença do sema +superior no lexema “Deus”, tais escalas correlacionam ser a origem de algo, ou seja, ter existência anterior, com superioridade e provir de algo, ter existência posterior, com inferioridade. A estrutura como A assim também B situa, nessa escala, uma ordem da existência da mulher como igual à ordem da existência do homem, fazendo corresponder uma igualdade na escala de superioridade, que assegura a Conclusão R-O homem não é superior à mulher, nem a mulher ao homem; somente Deus é superior a todos, justificando a conclusão de dependência mútua no verso 11.

Figura 10 – *Topos* da ordem e comparação por igualdade em 1 Co. 11:12



Fonte: Elaboração própria.

Paulo retoma o *topos* da ordem, que conduziu a argumentação coríntia nos versos 7-9, concordando que Eva foi formada a partir de Adão; logo, ela provém do homem. Porém, contradiz a afirmação coríntia de que “o homem não provém da mulher” (v. 8), com a proposição-enunciado “o homem provém da mulher” (v. 12). Aqui o apóstolo contesta a justificativa coríntia: não é verdade que o homem não provém da mulher, porque, depois de Adão, todo homem é gerado por uma mulher, cuja existência lhe é, pois, anterior. Disso advém a igualdade na ordem de existência do homem e da mulher. Os versos 8 e 12 apresentam, portanto, PdVs antagônicos.

Quadro 3 – Refutação de 1 Co. 11:8 pelo verso 12

PdV-Coríntio (v. 8)	PdV-Paulino (v. 12)
<p>“Porque o homem não provém da mulher, mas a mulher do homem.”</p>	<p>“[...] como a mulher provém do homem, assim também o homem provém da mulher, mas tudo vem de Deus.”</p>
<p>Dado que Eva foi formada de Adão, Logo, o homem é anterior e a mulher é posterior; Logo, o homem é superior à mulher.</p>	<p>Dado que Eva foi formada de Adão, sendo posterior a ele; Dado que, depois de Adão, todo homem é gerado pela mulher, sendo posterior a ela; Logo, a ordem de existência da mulher é igual à do homem. Logo, o homem não é superior à mulher.</p>

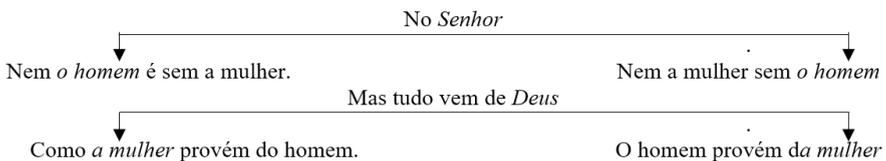
r
e
f
u
t
a



Fonte: Elaboração própria.

Estruturalmente, Paulo organiza os versos 11 e 12 em dois anéis, pela inserção dos elementos “o homem” e “a mulher” no início e no fim dessas unidades composicionais, realçando alternada e simetricamente tanto um quanto outro. O plano da expressão correlaciona-se ao plano do conteúdo, produzindo um efeito de igualdade entre homens e mulheres. A quebra da estrutura simétrica pela introdução de “no Senhor”, no verso 11, e “mas tudo vem de Deus”, no 12, comunica a existência de um elemento superior, para o qual os elementos anteriores convergem. Além disso, o paralelismo entre *Kyriou* “Senhor”, expressão usada tipicamente por Paulo para se referir a Cristo, e *Theou* “Deus”, também produz efeito de igualdade entre esses elementos e corrobora o traço +divino em ‘Cristo’, atribuído pelo verso 3.

Figura 11 – *inclusio* em 1 Co. 11:11-12



Fonte: Elaboração própria.

7 É decente sim a mulher orar sem véu (1 Co. 11:13)

No verso 13, a preposição *en*, em “Julgai *en* (traduzida “entre” ou “em”) vós mesmos” (P1), permite tanto uma interpretação coletiva (“julgai entre vós”), em que os coríntios devem discutir e julgar algo em grupo, quanto distributiva (“julgai em vós”), em que cada qual consulta sua consciência. Porém, o verbo “julgar” recebe interpretação coletiva em segmentos precedentes da mesma epístola: por exemplo, a igreja julga coletivamente um irmão fornicador (1 Co. 5:3; 5:12), o mundo (6:2), os anjos (6:4) e as próprias palavras de Paulo (10:15). Considerando esse uso paulino, assumimos a interpretação coletiva “Julgai entre vós mesmos”.

A forma verbal imperativa *krinate* / “julgai” e a expressão de 2ª pessoa do plural no pronome *hymin* / “vós” são marcas linguísticas que instituem um enunciador que se dirige a uma pluralidade, respectivamente, Paulo, aos seus leitores coríntios. “Julgai” anuncia a introdução de um tópico⁹, a proposição-enunciado “é decente que a mulher ore a Deus descoberta?” (P2), via de regra traduzida como pergunta retórica, com a força de asserção “Não é decente que a mulher ore a Deus descoberta”. Entretanto, alguns autores propõem tratar-se de oração declarativa (Bushnell, 1923, p. 93; Padgett, 1984, p. 82; Schirmacher, 2007, p. 17; 53-59). Diante desse quadro, é necessário desambiguar a leitura de P2.

O primeiro aspecto a considerar é que, no grego bíblico, perguntas retóricas são introduzidas pelas partículas negativas *ou*, *ouk*, *ouchi* quando se espera resposta afirmativa ou *mē*, *mēti*, *ára* quando negativa (Cf. Schoch, 2000, p. 33; 66-67). A ausência de tais partículas no verso 13 favorece a leitura como oração declarativa.

O segundo aspecto concerne à distribuição de índices de pessoas de pessoa na passagem: marcas de 1ª e 2ª pessoas localizam-se nos versos, 3 (*thelō*, 1ª p.s.; *hymas*, 2ª p.pl.), 13 (*hymen*, 2ª p.pl.; *krinate*, 2ª p.pl.), 14 (*hymas*, 2ª p.pl.) e 16 (*hēmeis*, 2ª p.pl.), mas estão ausentes nos demais. Essa distribuição permite a hipótese de que, no verso 3, o uso de 1ª pessoa do singular e 2ª do plural refere-se a Paulo e aos coríntios, e, no verso 13, o de 2ª p.pl, aos coríntios. A essa coerência microestrutural entre os versos 3 e 13 deve corresponder uma macroestrutural, dos conteúdos semânticos. A leitura como pergunta retórica torna o verso 13 congruente com o 5, em que se equipara a cabeça feminina descoberta a uma rapada,

⁹ A forma imperativa cumpre aqui função apresentativa (Castilho da Costa, 2020).

o que deixa implícito que é vergonhosa/indecente, mas não é congruente com o 3, como veremos agora.

Quanto ao terceiro aspecto, o dos conteúdos semânticos, pode-se entender do verso 3, “Cristo é a cabeça de todo homem e o homem, a cabeça da mulher e Deus, a cabeça de Cristo”, que a) todo ser humano tem uma cabeça; b) logo, o homem e a mulher têm atributo em comum e não são sujeitos contrários; c) logo, o tratamento contrário (o homem descobrir a cabeça vs. a mulher cobrir a cabeça (v. 4-5) não é requerido; d) logo, a mulher não precisa cobrir sua cabeça. De outro lado, da pergunta retórica “É decente que a mulher ore a Deus descoberta?”, conclui-se que a) não é decente que a mulher ore a Deus descoberta; b) dado que indecência é uma consequência negativa e a mulher orar descoberta não deve ocorrer, c) logo, R-A mulher deve cobrir sua cabeça. Essa inferência é contraditória à inferência “A mulher não precisa cobrir a cabeça” e, por conseguinte, a interpretação como pergunta retórica é incompatível com os conteúdos semânticos e o PdV do verso 3, ao passo que a leitura como oração declarativa “É decente que a mulher ore a Deus descoberta” demanda que, a) dado que decência não é uma consequência negativa, mas positiva, b) logo, a mulher orar descoberta pode ocorrer, do que se infere que c) a mulher não precisa cobrir a cabeça, mesma inferência do verso 3.

Portanto, Paulo afirma ser decente que a mulher ore a Deus descoberta. Por que espera que os coríntios concordem? O Princípio de Cooperação, postulado por Grice ([1975] 1982), e suas quatro máximas conversacionais (qualidade, quantidade, modo e relevância) são elucidativos aqui. Segundo a máxima da relevância, nossas contribuições devem ter relação com o tema, que, em 1 Co. 11:3-16, é a disputa entre duas interpretações da narrativa da criação e suas consequências para o *status* ontológico das mulheres: de um lado, os coríntios argumentam que as mulheres não foram feitas à imagem de Deus por terem uma fonte de existência (o homem) e, sendo inferiores, devem cobrir suas cabeças (literais); de outro, Paulo defende que os homens e até mesmo Cristo têm uma fonte de existência e as mulheres, não sendo inferiores, não precisam cobrir suas cabeças (literais). Assim, o apóstolo espera que seus leitores julguem a afirmação “É decente que a mulher ore a Deus descoberta” como interpretação de Gênesis 2-3, pois esse é o tema em debate.

Dessa perspectiva, a narrativa da criação em Gênesis esclarece o posicionamento enunciativo de Paulo e sua avaliação (“é decente”) sobre a cobertura de cabeça pelas mulheres. *Prepon* / “decente” (v. 13)

associa-se, no campo semântico da decência/vestimenta, a expressões de Gn. 1-3: “nu”/“nus” (Gênesis 2:25; 3:7; 3:10; 3:11), “envergonhavam” (Gênesis 2:25), “aventais” (Gênesis 3:7), “túnicas de peles” e “vestiu” (Gênesis 3:21). A avaliação do apóstolo encontra apoio no fato de que, em Gênesis, Deus veste a mulher apenas com uma túnica e não cobre sua cabeça. Paulo espera que seus leitores se lembrem dessas informações que justificam sua asserção no verso 13 e refutam o PdV coríntio do verso 5: não é verdade que se a mulher descobrir a cabeça, ocorrerá desonra ou indecência; não é verdade que uma cabeça feminina descoberta é indecente; Deus considerou isso decente.

Quadro 4 – contradição de 1 Co. 11:5 pelo verso 13

PdV-Coríntio (v. 5)	c o n t r a d i z	PdV-Paulino (v. 13)
Logo, a mulher orar descoberta é desonra/indecente.		“É <i>decente</i> que a mulher ore a Deus descoberta” (v.13)
“toda a mulher que ora ou profetiza com a cabeça descoberta, desonra a própria cabeça, porque é como se estivesse rapada”.		Intertextualidade e coesão por associação: “E fez o Senhor Deus a Adão e à sua mulher <i>túnicas</i> de peles, e os <i>vestiu</i> ”. (Gn. 3:21)

Fonte: Elaboração própria.

8 O homem pode ter cabelo comprido (1 Co. 11: 14-15)

Também os versos 14 e 15 se traduzem geralmente como pergunta retórica (“Ou não vos ensina a mesma natureza que é desonra para o homem ter cabelo crescido? Mas ter a mulher cabelo crescido lhe é honroso, porque o cabelo lhe foi dado em lugar de véu”), com a força ilocucionária de asserção positiva (“A mesma natureza vos ensina que é desonra para o homem ter cabelo crescido, mas ter a mulher cabelo crescido lhe é honroso, porque o cabelo lhe foi dado em lugar de véu.”), mas se pode interpretá-los como oração declarativa (“A mesma natureza não vos ensina que é desonra para o homem ter cabelo crescido, mas ter a mulher cabelo crescido lhe é honroso, porque o cabelo lhe foi dado em lugar de véu.”), como sugerem Bushnell (1923, p. 94), Padgett, (1984, p. 82) e Schirmacher (2007, p. 17; 53-59).

A partícula de negação *oude*, com o sentido de “nem mesmo”, introduz o verso 14. Schirrmacher (2007, p. 53) assegura que essa partícula não ocorre em perguntas retóricas; Padgett (1984, p. 53), que nunca é usada por Paulo nesse contexto; Walther e Orr (1976, p. 261) caracterizam sua presença nos versos 14-15 como “inusual”; Baumert (1996, p. 193-194) explica que, se os versículos 14-15 fossem uma pergunta, seriam iniciados por *ou* ou *ouch* e que *oude* introduz uma oração declarativa. Payne (2015, p. 128) discorda e defende que *oude* pode ocorrer em perguntas retóricas, aduzindo Marcos 12:10 e Lucas 23:40 como provas. Todavia, tais passagens não trazem perguntas retóricas, mas enviesadas (“biased questions”): enquanto perguntas retóricas têm polaridade reversa (perguntas positivas implicam asserções negativas e perguntas negativas, asserções positivas), perguntas enviesadas têm a mesma polaridade (perguntas positivas implicam respostas positivas e perguntas negativas, respostas negativas) e no nível pragmático cumprem as funções de buscar confirmação ou acordo e expressar surpresa (Moshavi, 2011, p. 255). As perguntas de Marcos 12:10 e Lucas 23:40 suscitam respostas de mesma polaridade: com “*oude*/“nem mesmo” lestes esta Escritura?” (Marcos 12:10), Jesus busca confirmação de que os fariseus não leram uma certa passagem; com “Tu *oude*/“nem mesmo” temes a Deus, estando na mesma condenação?” (Lucas 23:40), um dos malfeitores surpreende-se de que o outro não teme a Deus. Portanto, não há comprovação de ocorrência de *oude* em perguntas retóricas no Novo Testamento, o que favorece a leitura como asserção para os versículos 14-15.

Aqui os índices de pessoa também fornecem pistas linguísticas relevantes. O enunciador usa o pronome de segunda pessoa do plural *hymas*/ “vos”, instaurando na enunciação um grupo de destinatários, portanto, os leitores coríntios, e estabelecendo-se como o *eu* que profere seu discurso, ou seja, o apóstolo Paulo. Essas marcas ligam microestruturalmente os versos 14-15 ao verso 3, requerendo congruência entre conteúdos semânticos.

Com relação aos conteúdos semânticos, retomem-se algumas inferências do verso 3: a) todo ser humano tem uma cabeça; b) o homem e a mulher não são sujeitos contrários; c) o tratamento contrário não é requerido. Como pergunta retórica, “Ou não vos ensina a mesma natureza que é desonra para o homem ter cabelo crescido? Mas ter a mulher cabelo crescido lhe é honroso (no original, *doxa*/“glória”, porque o cabelo lhe foi dado em lugar de véu”, deduz-se que a) se é desonra para o homem

ter cabelo crescido, ele deve ter cabelo curto; b) se para a mulher é uma glória ter cabelo crescido, e sendo glória algo visível e positivo, ela deve mostrar o cabelo crescido; se o tratamento Y (ter cabelos curtos) é requerido do sujeito X (o homem) e o tratamento Y' (mostrar cabelo crescido) de X' (a mulher), resulta como pressuposto que X (o homem) é o sujeito contrário de X' (a mulher). Essa inferência é contraditória à inferência “o homem e a mulher não são sujeitos contrários” e, por isso, a interpretação como pergunta retórica é incompatível com o PdV do verso 3. A leitura como oração declarativa “A mesma natureza não vos ensina que é desonra para o homem ter cabelo crescido, mas ter a mulher cabelo crescido lhe é uma *doxa*/“glória”, porque o cabelo lhe foi dado em lugar de véu” necessita que, a) se não é desonra para o homem ter cabelo crescido, ele pode ter cabelo crescido; b) se para a mulher é uma *doxa*/“glória” ter cabelo crescido, e sendo glória algo visível e positivo, então, ela deve mostrar o cabelo crescido; se o tratamento Y (ter cabelo crescido) é permitido tanto ao sujeito X (o homem) quanto a X' (a mulher), resulta que X (o homem) não é o sujeito contrário de X' (a mulher), mesma inferência do versículo 3.

Desse exame comprova-se que os versos 14-15 são asserções.

Em “*oude*/“nem mesmo” *hē physis*/“a natureza” vos ensina que é desonra para o homem ter cabelo crescido” (v. 14), *oude* posiciona-se antes do SN *hē physis*/“a natureza”, denotando funcionar como partícula de negação, foco e escalaridade (Karttunen; Peters, 1979. p. 25-26). O foco é a expressão *physis*, a que o *Thayer's Lexikon*¹⁰ atribui, entre outros, o sentido 1-senso inato de decência (+lei, +natural, +regula ações humanas, +controle humano) e o sentido 2-lei do mundo natural, independente da força humana (+lei, +natural, +regula entidades físicas, -controle humano).

Como partícula de negação, *oude* nega p e afirma ~p. Contudo, na leitura do verso 14 como pergunta retórica, *oude* afirma p (a natureza ensina A) e nega ~p (a natureza não ensina A). Aqui reside o problema de não haver lei natural independente do controle humano a ensinar A (ser desonra para o homem ter cabelo longo), pois a natureza faz o cabelo do homem crescer. Portanto, tal afirmação é falsa. Como declaração, *oude* nega p (a natureza ensina A) e afirma ~p (a natureza não ensina A), do que se depreende que, se algo é a natureza, não ensina A; se ensina A, logo, não é a natureza (*modus tollens*), o que é verdade, pois

¹⁰ Disponível em <https://biblehub.com/greek/5449.htm>. Acesso 25 fev. 2023.

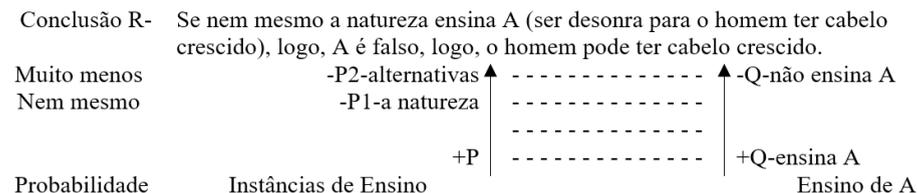
culturas não são natureza e muitas ensinam ser desonra o homem ter cabelo longo. Neste ponto, ou o leitor continua a entender o verso como pergunta retórica assumindo ter o apóstolo escrito uma óbvia falsidade, ou reconhece se tratar de oração declarativa em que Paulo afirma não ser a natureza qualquer coisa que ensine A e, portanto, um senso inato de decência não ensinaria tal coisa.

Quanto ao foco e à escalaridade, *oude* e partículas semelhantes desencadeiam uma pressuposição existencial de que há outras alternativas que também negam P, e uma escalar, em que o foco é a instância mais provável de afirmar P. Por exemplo, quando um malfeitor pergunta a outro se este nem mesmo teme a Deus (Lucas 23:40), o primeiro nega que o segundo tema a Deus, pressupõe outras entidades não temidas (o rei, o sacerdote, etc.) e Deus como a mais provável a ser temida. Dessa maneira, *oude* seleciona o elemento mais frequente de uma lista de alternativas.

Numa lista de leis naturais, as leis independentes de controle humano (sentido 2 de *physis*) são mais frequentes que um senso inato de decência (sentido 1), já que avaliar a decência do cabelo curto ou longo, por exemplo, pressupõe o próprio crescimento do cabelo. Desse modo, a semântica de *oude* demanda assumir o sentido 2 no verso 14.

Nesse verso, *oude* une uma escala P de instâncias de ensino, mais ou menos prováveis, a ensinar A, e uma Q de Ensino de A (é desonra para o homem ter cabelo crescido), destacando a natureza (-P1) dentro de um conjunto implícito de alternativas (por exemplo, Escrituras, -P2) que não ensinam A e atribuindo ao elemento focalizado maior força argumentativa: é mais esperado que a natureza ensine A; porém, se nem mesmo a natureza ensina isso, muito menos as demais alternativas. Essa gradação de probabilidade em P faz corresponder uma probabilidade também em Q. Assim, se a natureza é a mais provável a ensinar A (-P), então, o ensino de A (+Q) é também o mais provável (isto é, por meio de uma lei natural, por exemplo, o cabelo da mulher crescer, mas do homem não); porém, a natureza (-P) não ensina A (ficando implícita a prova no conhecimento de mundo do leitor de que o cabelo de homens e mulheres cresce igualmente); portanto, A tem probabilidade zero, ou seja, é falso. Disso admite-se a conclusão R-O homem pode ter cabelo crescido.

Figura 12 – escala argumentativa em 1 Co. 11:14



Fonte: Elaboração própria.

Assim, Paulo refuta o PdV coríntio de que é desonra para o homem ter cabelo crescido (*topos* das consequências negativas, v. 4).

Quadro 5 – orientação argumentativa em 1 Co. 11:14 e refutação do verso 4

PdV-Coríntio (v. 4)	PdV-Paulino (v. 14)
<p>“Todo o homem que ora ou profetiza, tendo a cabeça coberta, desonra a própria cabeça.”</p>	<p>“Nem mesmo a natureza vos ensina que é desonra para o homem ter cabelo crescido.”</p>
<p>Se o homem que ora ou profetiza cobrir a cabeça (tiver cabelo crescido), então, desonrará sua cabeça. Dado que desonra é indesejável, Logo, o homem que ora ou profetiza não deve cobrir a cabeça (ter cabelo crescido).</p>	<p>Nem mesmo a natureza ensina A (ser desonra para o homem ter cabelo crescido); Dado que a natureza é a instância mais provável a ensinar A e não ensina, Logo, A é falso. Logo, o homem pode ter cabelo crescido.</p>

Fonte: Elaboração própria.

O conector *de*“mas” liga os versos 14-15 numa estrutura A mas B com elementos de mesma arrumação sintática e comparáveis entre si (“homem”/“mulher”; “ter cabelo crescido”; “é desonra para o homem”/“é glória para ela”), o que significa tratar-se de uma contraposição para verificar traços de desigualdade, em que B não elimina A, mas A e B incorporam-se numa conclusão R. Tendo A proposto não ser desonra para o homem ter cabelo crescido, porque é um evento natural, isso cria

a expectativa de que, para a mulher, também não é desonra ter cabelo crescido, pois seu cabelo também cresce naturalmente. B acrescenta uma desigualdade, construindo uma escala P de pessoas e uma Q de glória, em que, para a mulher (+P), ter cabelo crescido é uma *doxa*/"glória" (+Q), algo visível e positivo, que abrilhanta sua beleza, e, assim, ela deve mostrar e não esconder seus cabelos. Desse modo, Paulo refuta a noção coríntia de que uma cabeça feminina descoberta é vergonhosa e precisa ser coberta (v. 5-6), emergindo a Conclusão R-Uma cabeça feminina descoberta não é vergonhosa, mas natural e bela.

Quadro 6 – orientação argumentativa em 1 Co. 11:15 e refutação do verso 5

PdV-Coríntio (v. 5)	PdV-Paulino (v. 15)
<p>“Mas toda a mulher que ora ou profetiza com a cabeça descoberta, desonra a sua própria cabeça [...]”</p>	<p>“Mas ter a mulher cabelo crescido lhe é uma glória [...]”</p>
<p>Se a mulher que ora ou profetiza descobrir a cabeça, então, desonrará sua cabeça. Logo, uma cabeça feminina descoberta é desonrosa. Dado que desonra é indesejável, Logo, a mulher que ora ou profetiza deve cobrir a cabeça (usar véu ou manto).</p>	<p>Se a mulher tiver cabelo crescido, é uma glória. Dado que glória é algo visível e positivo, Logo, uma cabeça feminina descoberta não é desonrosa, mas natural e bela. Logo, a mulher deve mostrar e não esconder seu cabelo.</p>

Fonte: Elaboração própria.

O operador *hoti*/"pois" recorta dois blocos na estrutura A pois B, dando A como conclusão e B como justificativa de A: "*hoti*/pois o cabelo lhe foi dado em lugar de (*anti*) véu". Aqui se pode traduzir a preposição grega *anti* no sentido 1-"em lugar de", exprimindo substituição, ou no sentido 2-"como", exprimindo equivalência. Hermeneutas propõem interpretar uma equivalência (sentido 2) entre o cabelo longo da mulher e o véu/*peribolaïou* como requisição de uso do véu. Porém, tal exigência, demandada pela analogia com a cabeça rapada (v. 5), é contrariada pela equivalência com véu: *anti* constrói, no verso 15, uma escala de correspondência entre o cabelo crescido de uma mulher (+P) e uma cobertura sólida/um véu (+Q), de tal modo que, se o cabelo feminino crescido (+P) é similar a uma cobertura sólida (+Q),

e dado que tal cobertura tem as propriedades +cobrir e +decente, logo, segue a conclusão R-O cabelo crescido da mulher cobre e é decente. Paulo retoma o *topos* da analogia, refutando a equivalência entre uma cabeça feminina descoberta e uma cabeça rapada, levando a concluir que mulheres possuem, naturalmente, uma cobertura e qualquer outra torna-se desnecessária.

Quadro 7 – orientação argumentativa em 1 Co. 11:15 e refutação do verso 5

PdV-Coríntio (v. 5)	PdV-Paulino (v. 15)
“[...] Porque é como se estivesse rapada”	“[...] Porque o cabelo lhe foi dado em lugar de véu”
<p>Se uma cabeça feminina descoberta (sem manto ou véu) e uma rapada são similares, Logo, se uma cabeça rapada tem as propriedades +não cobrir e +indecente, uma cabeça feminina descoberta também tem. Logo, uma cabeça feminina descoberta não cobre e é indecente.</p>	<p>Se cabelo feminino crescido e cobertura sólida (manto ou véu) são similares, Logo, se cobertura sólida tem as propriedades +cobrir e +decente, cabelo feminino crescido também tem. Logo, o cabelo feminino crescido cobre, é decente.</p>

Fonte: Elaboração própria.

9 Véu da mulher e cabelo curto do homem são costumes que as igrejas de Deus não têm (1 Co. 11:16)

No verso 16, “Se alguém quer ser contencioso, nós não temos tal costume nem as igrejas de Deus”, o pronome *hēmeis* / “nós” poderia se referir aos coríntios, já que o apóstolo escreve a uma pluralidade. Contudo, dada a referência às igrejas de Deus, os enunciadores só podem ser Paulo e seus colaboradores, que, como missionários, conheciam e visitavam várias igrejas. Trata-se, portanto, de um PdV-Paulino, em continuidade ao verso 15.

O operador *ei* / “se” segmenta dois blocos na estrutura se p então q, em que a oração condicional expressa modalidade deôntica (*philoneikos* / “contencioso”) e, por isso, funciona como a motivação para que Paulo e seus colaboradores resolvam informar q-“não temos tal costume, nem as igrejas de Deus”.

Essa informação q, por sua vez, é segmentada na estrutura não p nem q. Em p, “Nós não temos tal costume”, o pronome demonstrativo *toiautēn* / “tal” cumpre função anafórica e assegura a identidade dessa expressão com uma referência do co-texto. O núcleo do sintagma é um nome que interpreta como *synētheian* / “costume” outra porção textual. Aqui ocorre uma anáfora encapsuladora: um SN, cujo núcleo é um substantivo que sumariza e rotula segmentos do texto, é acompanhado por um determinante (em geral, um pronome demonstrativo) e faz remissão a um objeto abstrato (Cf. Conte, 1996).

Encontram-se três principais interpretações para essa anáfora encapsuladora na hermenêutica: como costume de 1) ser contencioso, de modo que Paulo estaria censurando os coríntios por seu espírito beligerante (Meyer’s NT Commentary¹¹); b) homens cobrirem e as mulheres descobrirem suas cabeças orando e profetizando, num apelo do apóstolo à uniformidade de prática nas igrejas (Cambridge Bible for Schools and Colleges¹²); 3) homens descobrirem e as mulheres cobrirem suas cabeças orando e profetizando, numa refutação por Paulo dessa imposição coríntia (Schirrmacher, 2007, p. 17; 52).

Para o exame dessas leituras, cabe distinguir dois sentidos da expressão *synētheian* / “costume”: o sentido 1-hábito, com os semas +ação, +habitual, e o sentido 2-norma social, com os semas +ação, +habitual, +obrigatória; +assumida por uma pluralidade de pessoas. No sentido 1-hábito, o comportamento não é obrigatório e pode ser individual. No sentido 2-norma social, o comportamento é obrigatório e assumido como tal por uma pluralidade de pessoas (por exemplo, a norma política de libertar um prisioneiro por ocasião da Páscoa, em Jo. 18:39, ou pagã de sacrificar comidas a ídolos, em 1 Co. 8:7). Na oração em que *synētheian* / “costume” ocorre, a isotopia do sema +plural elege a leitura no sentido 2-norma social: “Nós/*hēmeis* (+pl.) não temos/*echomen* (+pl.) tal costume (costume 2-+assumido por uma pl. de pessoas) nem as/*hai* (+pl.) igrejas/*ekklēsiai* (+pl.) de Deus”.

Todavia, “ser contencioso” (v. 16) não é uma ação obrigatória; pelo contrário, Paulo considera-a, na mesma epístola, como ruptura de

¹¹ Disponível em: https://biblehub.com/commentaries/meyer/1_corinthians/11.htm. Acesso 25/02/2023.

¹² Disponível em https://biblehub.com/commentaries/cambridge/1_corinthians/11.htm. Acesso 25/02/2023.

construindo uma escala P de Pessoas e uma Q de “ter tal costume”. Visto que “tal costume” contém o sema +obrigação, o eixo Q também exprime uma escala de obrigação, em que não ter “tal costume” é não ter essa obrigação, o que permite concluir R-Paulo, seus colaboradores e as igrejas de Deus não têm obrigação de executar “tal costume”, isto é, homens descobrirem e mulheres cobrirem a cabeça. Enquanto os coríntios interpretam a cobertura de cabeça pela mulher e a descobertura pelo homem como regra (o que é evidenciado pelas expressões deônticas), Paulo se opõe ao PdV-Coríntio do verso 16, provando que a mulher cobrir a cabeça e o homem descobri-la não é uma regra (“não temos tal costume”, “nem as igrejas de Deus”) e negando seu compromisso com essa obrigação que não vale para as igrejas de Deus.

Quadro 8 – orientação argumentativa em 1 Co. 11:16 e refutação dos versos 6-7

PdV-Coríntio (v. 6-7)	PdV-Paulino (v. 16)
<p>“a mulher [...], que ponha o véu. O homem, pois, não deve cobrir a cabeça”</p>	<p>“Não temos tal costume nem as igrejas de Deus.”</p>
<p>Se a mulher deve cobrir a cabeça e o homem descobri-la, Dado que todo dever é uma regra, Logo, a mulher cobrir e o homem descobrir a cabeça é uma regra.</p>	<p>Se não temos tal costume (de a mulher cobrir e o homem descobrir a cabeça), nem as igrejas de Deus, Dado que um costume é uma regra, Logo, nós e as igrejas de Deus não temos a regra de a mulher cobrir e o homem descobrir a cabeça.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Desse modo, Paulo refuta por uma última vez a imposição de uso do véu pelas mulheres e de cabelo curto pelos homens e encerra o debate sobre cobertura de cabeça.

10 Considerações finais

Este artigo investigou a orientação argumentativa e o ponto de vista em 1 Co. 11:3-16, tomando como referências a Análise Textual do Discurso (ATD), o Modelo de Tradições Discursivas (TD) e os Estudos de Argumentação. A análise evidenciou dois blocos de proposições-

enunciados e implícitos com orientações argumentativas contraditórias e, assim, a presença de duas fontes enunciativas distintas: Paulo, como locutor-enunciador primeiro (L1/E1), e os coríntios, como enunciativos segundos (E2). Também demonstramos que o bloco de versículos de PdV-Paulino (versículos 3, 10-16) refuta o bloco de PdV-Coríntio (versículos 4-9), o que comprova o desengajamento pelo apóstolo do conteúdo proposicional do bloco coríntio e a não assunção da responsabilidade enunciativa por esses enunciados. Tais dados atestam os versos 4-9 de 1 Co. 11 como citações do discurso oponente.

Entre os resultados deste estudo, estão os seguintes:

1. A análise desvelou algumas expectativas do apóstolo Paulo como escritor: ele espera que seus leitores mobilizem seus conhecimentos enciclopédicos e intertextuais, infiram conteúdos implícitos, reconheçam movimentos de refutação e o gerenciamento de vozes e, com isso, sejam capazes de dar coerência ao texto. Incoerências originam-se, em grande parte, do descompasso entre tais expectativas e as do leitor que, por vezes, espera indicações explícitas de citação.
2. Identificaram-se, a partir de relações léxico-semânticas com o co-texto, três anáforas encapsuladoras: *kephalē*/"cabeça" (v.3), *tous angelous*/"anjos" (v. 10) e *toiautēn synētheian*/"tal costume" (v. 16). Além de sua função coesiva, organizando o texto, esse tipo de anáfora revela a atitude do enunciativo quanto a um objeto do discurso, o que contribuiu para o reconhecimento de diferentes vozes e relações dialógicas na passagem analisada.
3. Ao defender que todo ser humano tem uma cabeça e, portanto, a mulher é um ser humano, não é o sujeito contrário do homem, tem igual ordem de existência do homem e autoridade como mensageira de Deus, o apóstolo Paulo fornece uma poderosa argumentação em defesa da igualdade de gênero.
4. Outras epístolas paulinas trazem indícios de citação sem fórmula introdutória. Em 1 Tm. 2:11-15, por exemplo, um dos fenômenos a sugerir tal hipótese é a presença de um se-suspendedor de proposição, tipo de oração condicional que suspende o compromisso do enunciativo com a proposição evocada do discurso precedente (Cf. Horn, 1972, p. 15), usada em contexto de oposição argumentativa (Cf. Horn, 1991, p. 129-130), cumprindo a função de correção. Nesse sentido, pesquisas de

citações no *corpus* paulino poderão trazer novos subsídios tanto para a Linguística quanto para a Hermenêutica.

Agradecimentos

Agradeço ao Prof. Dr. Rodolfo Ilari (UNICAMP) pela leitura e discussão enriquecedora do presente estudo.

Referências

ADAM, J. M. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. Tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. São Paulo: Cortez, 2008.

ARISTÓTELES. *Tópicos*. Tradução: Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. A. Pickard – Cambridge. *Dos Argumentos Sofísticos. Metafísica* (Livros I e II). Tradução direta do grego: Vincenzo Cocco e notas de Joaquim de Carvalho.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução: Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Rosá.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, comentários e índices analíticos e onomástico: Eudoro de Souza. (Coleção Os Pensadores IV). São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BAUMERT, N. *Woman and man in Paul: Overcoming a misunderstanding*, transl. P. Madigan & LM Maloney, Michael Glazier. Collegeville: Liturgical Press, 1996.

BUSHNELL, K. C. *God's word to women: one hundred Bible studies on woman's place in the church and home*. Privately printed, Oakland: Calif, 1923. Disponível em: <https://godswordtowomen.files.wordpress.com/2010/10/gods_word_to_women1.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

CASTILHO DA COSTA, A. Apresentativos entre indicatividade e predicatividade. In: BASSO, R.; ILARI, R. (Org.). *História Semântica do Português Brasileiro - Coleção História do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2020, v. VIII, p. 370-413.

CHAPMAN, A. *Inclusio In The Hebrew Bible: a Historical-Developmental Approach*. Ben Gurion University of the Negev, 2013.

CHIERCHIA, G.; MCCONNELL-GINET, S. *Meaning and Grammar: An Introduction to Semantics*. Cambridge: MIT Press, 1990.

CONTE, M. Anaphoric Encapsulation. *Belgian Journal of linguistics*, v. 10, p. 1-10, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1075/bjl.10.02con>

DUCROT, O. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (org.). *História e sentido na linguagem*. São Paulo: Pontes, 1989, p. 13-38.

GREIMAS, A. J. *Semântica Estrutural*. Tradução: Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1976.

GRICE, P. H. *Lógica e conversação*. Tradução: João W. Geraldí. In: DASCAL, M. (org.). *Fundamentos Metodológicos da Linguística* (vol. IV): Pragmática - Problemas, críticas, Perspectivas da Linguística. Campinas: UNICAMP, 1982.

HORN, L. R. *On the semantic properties of logical operators in English*. 1972. 308 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Humanities Division, University of California Los Angeles, 1972.

HORN, L. R. Given as new: When redundant affirmation isn't. *Journal of Pragmatics*, v. 15, n. 4, p. 313-336, 1991. DOI: [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(91\)90034-U](https://doi.org/10.1016/0378-2166(91)90034-U)

ILARI, R.; BASSO, R. O verbo. In: ILARI, R. (org.). *Palavras de Classe Aberta: Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, v. III. São Paulo: Contexto, 2014. p. 65-242.

JACKENDOFF, R. S. *Semantic Interpretation in generative grammar*. Cambridge: MIT Press, 1972.

JOHNSON, A. F. A Meta-Study of the Debate over the Meaning of “Head” (Kephale) in Paul’s Writings. *Priscilla Papers*, Minneapolis, v.20, n. 6, p. 21-29, 2006. Disponível em: <https://www.cbeinternational.org/resource/meta-study-debate-over-meaning-head-kephale-pauls-writings/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

KABATEK, J. Wie kann man Diskurstraditionen kategorisieren? In: WINTER-FROEMEL, E.; SERENA, A. L.; Y HUERTA, Á. O. D. T.; FRANK-JOB, B. (eds.). *Diskurstraditionelles und Einzelsprachliches*

im Sprachwandel / Tradicionalidad discursiva e idiomadicidad en los procesos de cambio lingüístico. Tübingen: Narr (*ScriptOralia*), p. 51-65.

KARTTUNEN, L.; PETERS, S. Conventional Implicature. *Presupposition*. Brill, 1979. p. 1-56.

KESIK, M. *La Cataphore*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

LIAS, J. J. (ed.). *First Epistle to the Corinthians*: Edited with Notes and Introduction. The Cambridge Bible for Schools and Colleges. Cambridge: Cambridge University Press, 1896.

LIDDELL, H. G.; SCOTT, R. *A lexicon*. Harper, 1889.

MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco e suas âncoras. *Revista Letras*, Curitiba, v. 56, p. 217-258. jul./dez. 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v56i0.18415>.

MEYER, H. A. W. *Critical and exegetical commentary on the New Testament*. New York: Funk & Wagnalls, 1885.

MOESCHLER, J. *Dire et contredire: pragmatique de la négation et acte de réfutation dans la conversation*. Berne: Peter Lang, 1982.

MOSHAVI, A. Can a Positive Rhetorical Question have a Positive Answer in the Bible? *Journal of Semitic Studies*, Manchester, v. 56, n. 2, p. 253-273, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1093/jss/fgr003>.

NEVES, M. H. de M. O coordenador interfrasal mas — invariância e variantes. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 28, p. 21-42, 1984. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3665>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

PADGETT, A. Paul On Women in the Church: The Contradictions of Coiffure in 1 Corinthians 11.2-16. *Journal for the Study of the New Testament*, Sheffield, v.6, n.20, p. 69-86, 1984. DOI: <https://doi.org/10.1177/0142064X8400602004>.

PAYNE, P. B. *Man and woman, one in Christ: An exegetical and theological study of Paul's letters*. Zondervan Academic, 2015.

PERELMAN, C.; OLDBRECTS-TYTECA, L. *Tratado de Argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RABATEL, A. *Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa – pontos de vista e lógica da narração - teoria e análise*. Tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016.

RODRIGUES, M. G. S.; PASSEGGI, L.; DA SILVA NETO, J. G. “SAIO DA VIDA PARA ENTRAR NA HISTÓRIA” - pontos de vista, responsabilidade enunciativa coletiva e polêmica pública na Carta-Testamento de Getúlio Vargas. *Revista Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 11, n. 15, jun., p. 99-113, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22456/2594-8962.65805>.

SCHIRRMACHER, T. *Paul in Conflict with the Veil*. Nürnberg: Verlag für Theologie und Religionswissenschaft, 2002.

SCHOCH, R. *Griechischer Lehrgang zum Neuen Testament*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2000.

TRIBLE, P. Depatriarchalizing in Biblical Interpretation. *Journal of the American Academy of Religion*, v. 41, n. 1, p. 30-48, 1973. DOI: <https://doi.org/10.1093/jaarel/XLI.1.30>. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1461386>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

WALKER JR., W. O. 1 Corinthians 11:2-16 and Paul's Views Regarding Women. *Journal of Biblical Literature*, Atlanta, v. 94, n. 1, p. 94–110, 1975. DOI: <https://doi.org/10.2307/3266038>.

WALTHER, J. A.; ORR, W. F. *1 Corinthians: a new translation / introd., with a study of the life of Paul, notes, and commentary by William F. Orr and James Arthur Walther*. Doubleday Garden City, N.Y, 1976.



Morphological Processing in Developing Readers: A Systematic Review

Processamento morfológico em leitores em desenvolvimento: uma revisão sistemática

Humberto dos Reis Pereira

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais / Brasil

humbertodrp@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1526-6894>

Francis Ricardo dos Reis Justi

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais / Brasil

francisjusti@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7107-1672>

Abstract: This study investigated morphological processing in developing readers and which factors can modulate this process. Following the PRISMA guidelines, the search was carried out in the Web of Science, Scielo and PsycInfo databases, with no time limits. A total of 192 studies were identified. After the eligibility criteria were applied, 34 articles were included in the final sample, including 28 articles from the references of the sample studies. There is evidence that morphological processing occurs, in different languages, around eight years old, with discrepancies depending on individual, linguistic and psycholinguistic variables. Our findings suggest that, initially, morphological decomposition may be restricted to those complex words where there is orthographic and phonological overlap with another monomorphemic word, with activation of the latter driving the decomposition process. The study contributes to a better understanding of how morphological processing occurs during visual word recognition in children, identifying and discussing variables that can modulate this process. We hope that the results of this study can guide future research on the development of reading.

Keywords: morphological processing; visual word recognition; morphological decomposition; reading; morphology.

Resumo: Este estudo investigou o processamento morfológico em leitores em desenvolvimento e quais fatores podem modular este processo. Seguindo as orientações PRISMA, a busca foi realizada nas bases de dados Web of Science, Scielo e PsycInfo, sem delimitação de tempo. Um total de 192 estudos foram identificados. Após os critérios de elegibilidade serem aplicados, 34 artigos foram incluídos para a amostra final, com a inclusão de 28 artigos a partir das referências dos estudos da amostra. Há evidências de que o processamento morfológico ocorra, em diferentes idiomas, por volta dos oito anos de idade, havendo discrepâncias a depender de variáveis individuais, linguísticas e psicolinguísticas. Nossos achados sugerem que, inicialmente, a decomposição morfológica pode estar restrita àquelas palavras complexas em que há sobreposição ortográfica e fonológica com outra palavra monomorfêmica, com a ativação desta última conduzindo o processo de decomposição. O estudo contribui para a melhor compreensão de como ocorre o processamento morfológico durante o reconhecimento visual de palavras em crianças, identificando e discutindo variáveis que possam modular esse processo. Esperamos que os resultados deste estudo possam orientar pesquisas futuras sobre o desenvolvimento da leitura.

Palavras-chave: processamento morfológico; reconhecimento visual de palavras; decomposição morfológica; leitura; morfologia.

Recebido em 15 de março de 2023.

Aceito em 28 de julho de 2023.

1 Introduction

Most words we encounter daily are composed of meaningful units, known as morphemes, which help in understanding the meaning of the words. For example, “teacher” consists of the morphemes “teach” and “-er”. Children reading such words rely on morphological processing, which aids in word recognition, enhancing accuracy and reading fluency. Gaining insights into the development of morphological processing can inform effective teaching strategies that enhance reading abilities. Morphological processing can be defined as the implicit use of the morphological structures of words during reading (Law *et al.*, 2018) and has been the subject of many investigations in recent decades (cf. Amenta; Crepaldi, 2012). Studies on morphological processing in reading usually employ reading aloud isolated words, lexical decision and priming tasks. In lexical decision tasks (LDTs), the participant is asked to indicate whether the stimulus presented on a computer screen is a word or not. Priming tasks, in turn, involve the brief presentation of a

prime and the subsequent presentation of a target stimulus. In this task, the time interval between the prime and the target can be manipulated in such a way that the prime is not consciously perceived, using intervals of approximately 50 ms or longer intervals that facilitate its conscious detection (Oliveira; Justi, 2017).

Studies using priming have shown that in adult readers, morphological decomposition occurs in the early stages of reading (cf. Amenta; Crepaldi, 2012; Rastle; Davis, 2008). This decomposition would be based on orthographically defined morphemes because, in addition to facilitation being observed when the prime-target pair is composed of morpho-semantically related words (e.g. farmer - FARM), facilitation is also observed for pairs that do not share a morpho-semantic relationship but have a pseudo-suffix. For example, in the pair corner - CORN, the -er in “corner” is a pseudo-suffix that would elicit the morphological decomposition. Importantly, this facilitation for pseudo-suffix pairs is higher than that observed for pairs with only an orthographic overlap (e.g. cashew - CASH) in which the final sequence of letters of the prime is not a morphological structure. Given this, Rastle and Davis (2008) propose that morphological processing in reading occurs in two hierarchical stages, with the first characterized by morpho-orthographic decomposition (which is blind to the morpho-semantic nature or pseudo-suffix nature of the primes) and the second related to morpho-semantic decomposition.

Despite the results for adult readers, some studies suggest that this effect is not observed in developing readers who exhibits a priming effect only for morpho-semantically related word pairs (Beyersmann *et al.*, 2015; Beyersmann; Castles; Coltheart, 2012; Hasenäcker; Beyersmann; Schroeder, 2016). It is therefore possible that in beginning readers, the morpho-orthographic patterns are not fully developed and do not allow morpho-orthographic decomposition in the early stages of word recognition. Other studies, however, have suggested that developing readers may exhibit some level of sensitivity to morphological structures. In a study by Burani, Marcolini and Stella (2002), children between the ages of 8 and 10 who speak Italian, a language with transparent grapheme-phoneme regularity, were asked to read pseudowords formed by morphemes (e.g. donnista, “womanist”) and pseudowords with no stem or suffix (e.g. dennosto) as well as to perform a lexical decision task with pseudowords constructed in the same way as in the naming task. The authors observed that pseudowords constituted by morphemes were more often classified as

real words and named more quickly and accurately than were pseudowords without morphological structures. These results suggest that children may, to a certain extent, possess representations of morphological structures and use these representations during visual word recognition, a hypothesis that has been supported by the findings of other studies (Beyersmann; Grainger; Castles, 2019; Casalis; Quémart; Duncan, 2015; Dawson; Rastle; Ricketts, 2018; Hasenäcker; Schröter; Schroeder, 2017; Lázaro *et al.*, 2017).

Regarding the development of morphological processing, the results of the study by Hasenäcker, Schröter and Schroeder (2017) are of particular interest. The authors gave a lexical decision task to a sample of German-speaking 2nd, 3rd, 4th and 6th grade children and to adults, using 1,152 words classified into monomorphemic (e.g. lantern), compound (e.g. sunflower) and derived (e.g. farmer) words, which were further divided into prefixed and suffixed words. For the purposes of the lexical decision task, 1,152 pseudowords divided into the same categories as the real words were added. A facilitation effect was observed for compound words compared to monomorphemic words by the end of 2nd grade, indicating that by this age, children would exhibit a sensitivity to stems present in words. Furthermore, compared to the monomorphemic condition, a facilitation effect was observed for suffixed words by the end of 3rd grade and for prefixed words by the end of 4th grade. These results support the hypothesis of a sequential order for the emergence of morphology effects on word reading: first the stem effect, followed by the suffix effect and then the prefix effect. This development may be interconnected with reading acquisition because as children progress through grade levels, their access to morphologically complex words increases.

Nevertheless, the findings by Hasenäcker, Schröter and Schroeder (2017) may not be universal, as a study by Mousikou *et al.* (2020) provides evidence that sensitivity to morphology may vary according to the level of transparency of the language. The authors created four groups of pseudowords that varied in their morphological structure, namely, stem + suffix (e.g. nightness), stem + non-suffix (e.g. nightlude), non-stem + suffix (e.g. nishtness) and non-stem + non-suffix (e.g. nishtlude). English-, French-, German- and Italian-speaking 3rd grade children were asked to read aloud the items appearing on the screen as quickly and as accurately as possible. The results showed that the stem and suffix effects were greater in English-speaking children than in French, German and Italian speakers,

indicating that the consistency of the letter-sound relationship may interfere with the extent to which morphology is used when reading aloud.

The edge-aligned embedded word activation mechanism, described by Grainger and Beyersmann (2017), suggests that the initial factor for the morpho-orthographic segmentation process is the activation of stems embedded in words. Accordingly, words such as “farmer” and “corner” would activate both their respective representations as well as those of the words embedded in them, in this case, “farm” and “corn”. Grainger and Beyersmann propose a developmental perspective for morphological processing in four stages. Initially, reading would occur through grapheme-phoneme conversion, which according to the self-teaching hypothesis¹ (Share, 1995, 1999) would enable the acquisition of detailed orthographic representations of each successfully decoded word. Free stems (e.g. farm) would be learned before the derived forms (e.g. farmer), such that when the orthographic representations of the latter were established, they would facilitate the activation of the stem embedded in the word with which the child would already be familiar, and this would be the starting point of morpho-orthographic segmentation. Subsequently, the formation of orthographic representations of affixes for morphologically complex words with a semantically transparent relationship would occur (e.g. -er, in teach/teacher). Finally, the influence of these affix representations would also be observed in words that appear to have a morpho-orthographic structure but have no real morphological relationship (e.g. corner – corn). However, the orthographic representations of affixes that enable morpho-orthographic segmentation in the early stages of visual word recognition in adults (Amenta; Crepaldi, 2012; Rastle; Davis, 2008) would not be present in beginning readers but would develop as they accumulate experience with reading (Rastle, 2019).

Although the information presented above indicates an increased interest in studies on morphological processing in children, the extent to which morphology is used during visual word recognition in children and when the patterns observed in skilled readers become stable in developing readers are not yet known. Moreover, it has been suggested that the grapheme-phoneme regularity of writing systems influences the

¹ According to the self-teaching hypothesis (Share, 1995), phonological decoding (print-to-sound translation) would have a self-teaching function because, after each successful decoding, the reader would have the opportunity to establish a detailed orthographic representation of the decoded word.

development of morphological processing in children (Mousikou *et al.*, 2020). Accordingly, this research aims to answer the following questions: How does morphological processing occur in developing readers, and what factors can modulate this process? By addressing these questions, the present study carried out a systematic review of studies on morphological processing in children following the Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) guidelines (Moher *et al.*, 2009). The methodology used in the systematic review is presented in the method section. Afterwards, it was decided to present the results and the discussion in a single section that was subdivided according to the following evaluated effects: a) surface frequency, base frequency, morphological family size and family frequency effects; b) allomorphy and morphological processing; c) presence of morphological structures; d) individual and linguistic variations and; e) morpho-orthographic processing in children.

2 Method

The PRISMA guidelines (Moher *et al.*, 2009) were adopted to carry out this systematic review. The search was conducted using the Web of Science, PsycINFO (American Psychological Association) and SciELO databases until January 2022. The following set of terms were used for the searches: “morphological processing” OR “morpho-orthographic priming” OR “morphological decomposition” OR “compound word processing” OR “embedded stems” OR “embedded stems priming” AND “masked priming” OR “word recognition” OR “visual word recognition” OR “visual priming” OR “lexical decision” OR reading AND “school-age” OR children OR “developing readers” in the title, keyword and abstract fields. These terms were selected from the keywords and/or titles of the articles consulted when constructing the objectives of the present review.

The following inclusion criteria were adopted: a) empirical studies published in English, Portuguese or Spanish; b) studies with participants between 7 and 12 years old; and c) studies that employed visual word recognition tasks. The decision was made to restrict the age range to 12 years, as after four years of experience with reading, the eye movements of children already resemble those observed in adults, except for the greater number of regressions performed by children (Rayner; Juhasz; Pollatsek, 2013). As to the exclusion criteria, the following were adopted: a) studies with participants with atypical development or learning disorders; b)

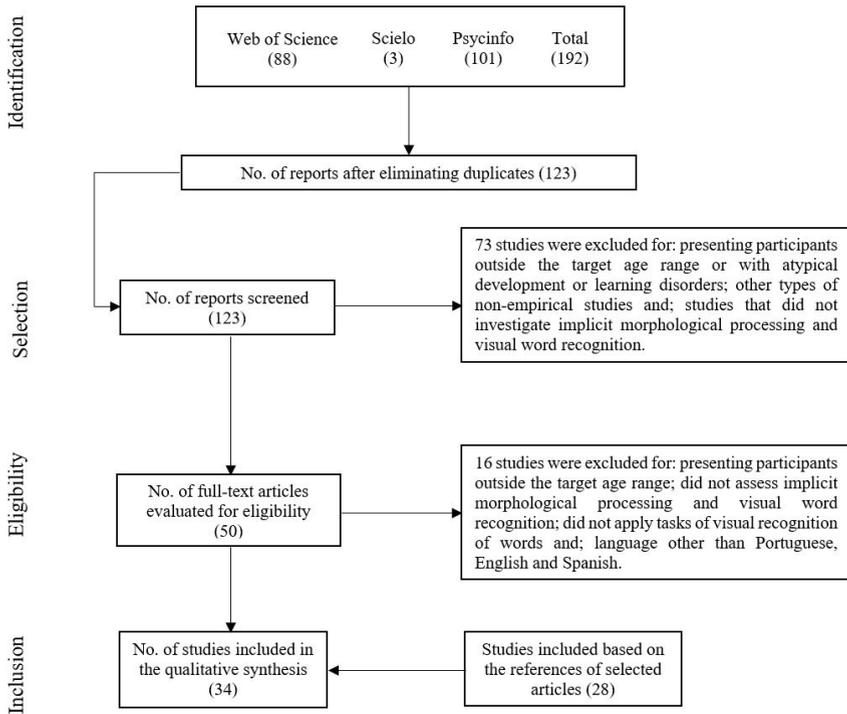
studies that did not report how the stimuli and tasks were constructed and manipulated; and c) no full text available. Duplicate studies were excluded.

After applying the inclusion and exclusion criteria, the sample of studies for the qualitative synthesis was defined. As recommended by Siddaway, Wood and Hedges (2019), the references of the studies found in the electronic database searches that were eligible for inclusion were analyzed, as the searched databases may not contain all of the published papers, and thus, some studies may not be retrieved. The inclusion of studies identified by consulting the references was based on the same inclusion and exclusion criteria adopted above. The analysis and discussion of the studies that compose the final sample focused on the place and date of publication, objectives, sample, stimuli and tasks employed, and results found.

3 Results and discussion

After reading the title, abstract and keywords, 50 articles were selected to be read in full. Upon reading the full text, 34 articles were selected, including 28 papers from the references of the studies selected to compose the sample. The steps performed can be seen in Figure 1.

Figure 1 – Flow Chart of Selection Process for Eligible Studies



Source: Elaborated by the authors.

Studies in 11 different languages were identified, including three cross-linguistic studies (Beyersmann *et al.*, 2021; Casalis; Quémart; Duncan, 2015; Mousikou *et al.*, 2020), which compared two or more languages simultaneously. Despite the variety of languages, the majority of studies were conducted with speakers of English (20.97%), followed by Spanish (14.51%) and Italian (14.51%). There is also a high concentration of studies conducted on the European continent, accounting for 72.58% of the studies in the sample, with North America representing 9.68% and Latin America representing 6.45% of the studies.

Table 1 – Number of Studies by Language

Language	Frequency
German	5
Basque	1
Bosnian	1
Danish	1
Spanish	9
French	7
Hebrew	4
Dutch	8
English	13
Italian	9
Portuguese	1
Translinguistic*	3
Total	62

Note. *3 studies involved more than one language: 1) English and French (Casalis; Quémart; Duncan, 2015); 2) German and French (Beyersmann *et al.*, 2021) and; 3) German, French, English and Italian (Mousikou *et al.*, 2020).

Source: Elaborated by the authors.

As for the tasks employed, 23 of the studies used the reading aloud task, 15 used the lexical decision task, 18 used the lexical decision task or reading aloud with priming, four used the lexical decision task and the reading aloud task and two used the semantic categorization task. In the latter task, the items are presented in a specific block of a given semantic category (e.g. animals, body parts, household items, vehicles or clothing). The category is presented at the beginning of each block. Participants must indicate whether or not the presented word is part of the semantic category of the block (e.g. category: animal, item: CROWN, where the embedded word CROW would be activated, leading the participant to exhibit a longer reaction time for this item) (Hasenäcker; Solaja; Crepaldi, 2021; Nation; Cocksey, 2009).

With regard to the participants, in addition to children in the age range targeted by the present review, the studies evaluated children with a hearing impairment ($n = 2$) and reading deficits/difficulties ($n = 16$) as well as adolescents ($n = 8$) and adults ($n = 20$), mostly university students, who were intended to compose a control group. As for the experimental conditions and manipulations, in addition to the presence or absence of a morphological structure in the stimuli, variables such as surface frequency, base frequency, morphological family size and phonological and orthographic transparency were also manipulated.

The primary objective of this systematic review was to evaluate the results of the studies that investigated morphological processing in developing readers and variables that influence this process. Next, we will address these variables and their implications for the visual recognition of morphologically complex stimuli. Finally, we will present the main findings concerning morphological and morpho-orthographic processing during visual word recognition in children.

3.1 Surface frequency, base frequency, morphological family size and family frequency effects

The frequency effect, in which higher frequency words are processed more efficiently than lower frequency words, was first described eight decades ago and has been demonstrated in reading aloud, lexical decision and semantic decision tasks (Brysbaert; Manderá; Keuleers, 2018). Nevertheless, a phenomenon cited by Brysbaert, Manderá and Keuleers (2018) as a challenge to the frequency effect is the fact that some low frequency words are responded to quickly and accurately. Among this set of words are items that are related to other words by inflection, derivation and composition, such that their recognition could be accomplished through their decomposition. This brings us to the discussion regarding the frequency effects of the root/base of a derived word. In the present study, root is defined as the nuclear morpheme, which is the irreducible element that concentrates the meaning of the word common to all words in the same morphological family (Gonçalves, 2019), such as *farm*, a root of words like *farmer* and *farming*. Roots that are well represented in memory would facilitate the recognition of words from the same morphological family (Carlisle; Katz, 2006), and thus, one would expect that words in which the root has a high frequency

would be recognized more easily. However, review studies have shown that the root frequency effect in children tends to manifest itself only in low frequency words (Angelelli; Marinelli; Burani, 2014; Angelelli *et al.*, 2017; Deacon; Francis, 2017; Deacon; Whalen; Kirby, 2011; Lázaro; Camacho; Burani, 2013; Marcolini *et al.*, 2011; Suárez-coalla; Martínez-garcía; Cuetos, 2017; Verhoeven; Schreuder, 2011), with this effect appearing in children with a mean age of 8.92 years in English (Deacon; Francis, 2017) and Dutch (Verhoeven; Schreuder, 2011), 8.65 years in Italian (Angelelli; Marinelli; Burani, 2014) and 7.8 years in Spanish (Lázaro; Camacho; Burani, 2013). One possible explanation for this is that high frequency words already have well-established orthographic representations in the lexicon, enabling them to be accessed quickly and accurately. Conversely, low frequency words would not have such well-established representations and thus could benefit from their constituents in order to facilitate access to their meaning (D'Alessio; Wilson; Jaichenco, 2019).

Accordingly, as Carlisle and Katz (2006) suggest, to understand the impact of morphology on the recognition of derived words, it is important to consider not only word frequency but also root frequency as well as morphological family size (number of words derived from a root) and average family frequency, as each would contribute to morphological processing in a different way. However, the results of the studies in our review indicate mixed findings for the morphological family size effect on reading time and accuracy, with facilitation effects on reaction time being observed in children in 2nd (mean age = 8.1 years) but not 4th (mean age = 10.1 years) grade in Dutch (Perdijk *et al.*, 2012), higher reading accuracy in children in 4th and 6th grades in English (Carlisle; Katz, 2006) and no contribution to reaction time in children with a mean age of 11.7 years in Italian (Burani *et al.*, 2018). The morphological family size effect should be viewed with caution, both because of the number of studies that aimed to evaluate the morphological family size and average family frequency effects and because of the age groups investigated (only the study of Perdijk *et al.*, 2012 evaluated children at the beginning of literacy) but primarily due to the lack of control over the base frequency of the words used. As shown by the study by Deacon and Francis (2017), with children in 3rd and 5th grades, only the base frequency effect contributed to reading accuracy, independent of the number of orthographic neighbors of the word and root, word frequency,

family size and family frequency. According to the authors, this suggests that exposure to the base word would influence the development of sensitivity to morphological patterns in reading.

In short, we observed that children around the age of eight also exhibit the frequency effects observed in adult readers, with base frequency facilitation effects also appearing in this period, but only when the word frequency is low. These findings may indicate access to morphological constituents during lexical access, such that frequent bases would have a well-established orthographic representation, thus aiding in the visual recognition of infrequent words. Another hypothesis would be that the use of morphological constituents would facilitate lexical access to infrequent words due to greater feedback from the semantic system because multiple units could be activated by the base/root, such that words with a larger morphological family size would be responded to more quickly and accurately. However, it is not possible to determine whether this effect is real, given the mixed results found as well as the small number of studies and the lack of control over the base frequency.

3.2 Allomorphy and morphological processing

Derived words may or may not present orthographic and/or phonological alterations in relation to their base, for example, divide/division and direct/direction. This phenomenon is called allomorphy and occurs when a morpheme can be represented by phonetically different forms, which may occur in prefixes, nominal and verbal bases, suffixes, inflections and other morphological types (Gonçalves, 2019). Studies with adults suggest that these alterations do not interfere with morphological processing during visual word recognition (Crepaldi *et al.*, 2010; McCormick; Rastle; Davis, 2008). This may occur because experienced readers have had numerous encounters with derived words that exhibit orthographic alterations but have relationships of morphology and meaning, enabling them to abstract the relationship between the root and the derived word, whereas for children this relationship may be more difficult to identify due to the small number of exposures to written words (Lázaro; García; Burani, 2015).

The results of this review tend to support the above position, with children in 3rd grade who speak English (Carlisle, 2000; Mann; Singon, 2003), French (Quémart; Casalis, 2014) and Spanish (Lázaro;

García; Burani, 2015) reading more accurately and exhibiting shorter reaction times for derived words that do not present orthographic and/or phonological alterations in relation to the root. However, some observations must be made. In a study by Deacon, Whalen and Kirby (2011), in 4th grade children, no orthographic/phonological transparency effect was observed for words with a high frequency base, unlike what was observed for low frequency words, when words without orthographic/phonological alterations in relation to the base were read more accurately. This may have occurred because high frequency words have a well-established representation in the lexicon that is accessed automatically, and there is no time for it to experience the effects of the morphological decomposition of its constituents. Furthermore, in a study by Quémart and Casalis (2015), although the group of children (mean age = 9 years and 8 months) exhibited the transparency effect (priming only in the morphological condition without phonological and orthographic alterations), the group of adolescents (mean age = 13 years and 1 month) exhibited priming for both the morphological conditions without alterations and the morphological condition with only phonological alterations but not for the condition with phonological and orthographic alterations. In comparison, the group of adults exhibited priming effects in all these conditions.

The embedded word activation model proposed by Grainger and Beyersmann (2017), cited in the introduction of this paper, assumes that the initial stage of morpho-orthographic processing would occur through the activation of embedded bases, which are learned in their free forms and form orthographic representations resulting from repeated decoding. These orthographic representations would be activated during the reading of complex words that contain them. What we observed, however, is that embedded word activation in the early years of literacy seems to be influenced by whether or not there are orthographic and/or phonological alterations in relation to the base. This assumption may explain the results observed by Quémart and Casalis (2014) in 3rd, 4th and 5th grade children, who demonstrated the orthographic/phonological transparency effect during short exposures (60 ms) to the derived word but not in long exposures (250 ms). This may have occurred because the children have not yet established flexible orthographic representations of the base, such that embedded word activation in the early stages of visual recognition is dependent on orthographic and phonological overlaps. In later stages,

it is possible that children use morpho-semantic representations to facilitate target word recognition. As children age, they may establish more flexible base representations, which coupled with the emergence of affix representations enable the activation of bases embedded in allomorphs. Another explanation proposed by the authors, which aligns with our own, suggests that two processing routes are initially activated in parallel: a morpho-orthographic and a morpho-semantic procedure. The morpho-orthographic procedure is faster in processing the form properties of morphemes, but its effectiveness depends on the degree of orthographic and phonological overlap between the prime and the target. On the other hand, the morpho-semantic procedure operates on semantic representations and can be activated both in the presence of phonological and orthographic changes, but its effects are observed only in the later stages of recognition.

The results seem to indicate that in the early years, children perform morphological decomposition processes based primarily on orthographic overlap between the derived word and its root, such that phonological and orthographic alterations would prevent the decomposition of the derived word into its constituents, thus observing the role not only of orthography but also the influence of phonology during the early stages of visual word recognition. As the child progresses through grade levels and has more exposure to written words, they would form more flexible representations of the base and establish relationships between different members of the same morphological family, including members with phonological and orthographic alterations, which would enable decomposition in the early stages independent of orthographic and phonological overlap, similar to what is observed in experienced readers. Nevertheless, we observed, as in the previous section, that few studies sought to investigate the role of phonological and orthographic alterations in the recognition of complex words. In addition, of the seven studies that addressed this topic, only three adopted a cross-sectional methodology, evaluating children from different school grades, including 2nd or 3rd grade, making it impossible to draw solid conclusions about the influences of base alterations on visual word recognition throughout development.

3.3 Presence of morphological structures

As Levesque, Breadmore and Deacon (2021) suggest, there are two essential reasons why morphemes can provide useful building blocks for reading words. The first would be the fact that they enable direct access from writing to meaning, while the second would be that morphemes carry multidimensional information, acting as a glue between phonology, orthography and meaning. Morphemes could therefore lead to a more accurate and faster reading of words constituted by them because they would provide representations with overlapping phonological, orthographic and semantic information.

The results observed in the review largely demonstrate the facilitation effect of morphological structures on the visual recognition of morphologically complex words in different languages. These effects were shown in reading aloud tasks as higher reading accuracy and speed for morphologically complex words than for monomorphemic words and pseudowords composed of morphemes than for pseudowords without morphemic constituents beginning in the 3rd grade in English, French, Italian, Spanish, German and Basque (Angelelli *et al.*, 2017; Angelelli; Marinelli; Burani, 2014; Antzaka *et al.*, 2019; Burani *et al.*, 2008; D'Alessio; Jaichenco; Wilson, 2018; Laxon; Rickard; Coltheart, 1992; Marcolini *et al.*, 2011; Mousikou *et al.*, 2020; Suárez-coalla; Cuetos, 2013; Suárez-coalla; Martínez-garcía; Cuetos, 2017; Traficante *et al.*, 2011). This effect was also evident in the choice of how to pronounce ambiguous letter sequences, i.e. those that could be read in more than one way, during the reading aloud of pseudowords in Dutch and Hebrew beginning in the 3rd grade (Bar-on; Ravid, 2011; Verhoeven; Schreuder; Baayen, 2003; Verhoeven; Schreuder; Haarman, 2006).

In LDTs, it was observed that participants had a shorter reaction time and higher accuracy for morphologically complex words than morphologically simple words and a longer reaction time and lower accuracy for pseudowords constituted by morphemes than pseudowords not constituted by morphemes starting at the age of eight in English, Spanish, French, Dutch, Italian and German (Assink; Vooijs; Knuijt, 2000; Burani; Marcolini; Stella, 2002; Carlisle; Stone, 2005; Casalis; Quémart; Duncan, 2015; D'Alessio; Wilson; Jaichenco, 2019; Dawson; Rastle; Ricketts, 2018; Duncan *et al.*, 2011; Hasenäcker; Schröter; Schroeder, 2017; Jaichenco; Wilson, 2013; Quémart; Casalis; Duncan, 2012; Van Hoogmoed *et al.*, 2011; Verhoeven; Schreuder, 2011). Importantly,

this effect occurred even in studies that controlled for word frequency, length and number of orthographic neighbors. Furthermore, most studies controlled for these variables, extending even further to others such as base and affix frequency and bigram frequency, with some studies also controlling for the number of phonological neighbors, concreteness, trigram frequency, age of acquisition and morphological family size.

As for the semantic categorization tasks, a lower accuracy and longer reaction time were observed in 7- and 8-year-old children when the embedded word was congruent with the semantic category of the block, for example, when the stimulus was the word SHIP (which contains the sequence HIP) and the block was of words related to body parts compared to when it was related to animals (Hasenäcker; Solaja; Crepaldi, 2021; Nation; Cocksey, 2009). In these tasks, it is important to observe variables such as frequency and embedded word frequency because these can affect reaction time. Items that present low surface frequency but high embedded word frequency may produce results that are difficult to interpret because it is difficult to identify whether the interference effect was due to the activation of the embedded word through its morpho-orthographic representations or due to its greater familiarity. Another important factor is the phonological similarity between the stimulus and the embedded word, as items that have the same pronunciation as the embedded word may result in the activation of the latter through phonological retrieval, i.e. lexical access to the embedded word would be mediated by phonology. That being said, we observed that in the study by Nation and Cocksey (2009) that included the role of these variables in its analysis, a greater effect was observed when the embedded word was high frequency than when it was low frequency, but no statistically significant difference was observed. Furthermore, there was no difference between items that shared or did not share a pronunciation with the embedded word, suggesting that the activation of semantic representations of the embedded word is independent of phonology and can be accessed directly through orthography.

Finally, with regard to the tasks that used priming, facilitation was observed in the early stages of visual recognition, when the prime and target words were morphologically related in terms of an orthographic condition and a control where the prime and target words were not related at all (Beyersmann; Castles; Coltheart, 2012; Casalis *et al.*, 2009; Casalis; Quémart; Duncan, 2015; Dawson; Rastle; Ricketts, 2021; Duranovic

et al., 2020; Fleischhauer; Bruns; Grosche, 2021; Law; Ghesquière, 2021; Lázaro *et al.*, 2018; Oliveira; Justi, 2017; Quémart *et al.*, 2011; Quémart; Casalis, 2015; Schiff; Raveh; Fighel, 2012; Schiff; Raveh; Kahta, 2008), with studies reporting this effect in children as early as the 3rd (Beyersmann; Castles; Coltheart, 2012; Fleischhauer; Bruns; Grosche, 2021; Quémart; Casalis, 2014; Quémart; Casalis; Colé, 2011; Schiff; Raveh; Kahta, 2008) and 4th grade (Duranovic *et al.*, 2020; Schiff; Raveh; Fighel, 2012). However, some studies have observed effects only beginning in the 5th grade (Lázaro *et al.*, 2018; Oliveira; Justi, 2017). With regard to the morpho-orthographic condition, studies observed a facilitation effect in relation to an orthographic and control condition in children aged approximately 9 (Dawson; Rastle; Ricketts, 2021; Quémart; Casalis, 2015; Quémart; Casalis; Colé, 2011) and 10 years old (Fleischhauer; Bruns; Grosche, 2021; Law; Ghesquière, 2021).

Nevertheless, we should make an observation about the tasks that used priming. When we evaluate morphological processing in priming tasks, we must keep in mind that the prime-target pairs used in the morphological condition, which are usually related through a derivation process (e.g. farm – farmer), share not only a morphological relationship but also a semantic and orthographic relationship, and thus, when we observe facilitations in the visual recognition of the target word, it is difficult to determine whether this facilitation occurred because of the morphological structure, because of the semantic relationship or simply because of the orthographic similarity between the stimuli. As such, to investigate the role of morphological processing, it is important to also use an unrelated control condition (e.g. program – boot), a condition with a purely semantic relationship (e.g. bee – honey) and one with a purely orthographic relationship (e.g. spinach – spin). Based on this observation, we note that although all the studies employed the orthographic and unrelated conditions, only four studies employed all the conditions mentioned (Fleischhauer; Bruns; Grosche, 2021; Law; Ghesquière, 2021; Quémart; Casalis, 2015; Quémart; Casalis; Colé, 2011), of which only the studies by Fleischhauer, Bruns and Grosche (2021), Quémart and Casalis (2015) and Quémart, Casalis and Colé (2011) assessed children in different school grades. Only the study by Fleischhauer, Bruns and Grosche (2021) evaluated children in 1st, 2nd, 3rd and 4th grades, finding morphological priming effects beginning in 3rd grade (mean age = 9.83 years) and morpho-orthographic priming effects beginning only in 4th

grade (mean age = 10.52 years). As for the two other studies (Quémart; Casalis, 2015; Quémart; Casalis; Colé, 2011), which observed children at approximately 9, 11 and 12 years of age, morphological and morpho-orthographic priming effects were observed at all ages. However, while the study by Fleischhauer, Bruns and Grosche (2021) was conducted with German-speaking children, the studies by Quémart and Casalis (2015) and Quémart, Casalis and Colé (2011) were conducted with French speakers, and the discrepancy between the results may be linked to cross-linguistic factors, which are discussed in the following section.

Another group of studies that used priming to investigate morpho-orthographic processing specifically analyzed the effect of the target word's presence in the prime, contrasting four prime conditions: affixed words (e.g. farmer – farm), affixed pseudowords (formed by a real stem and a real affix, but which together do not form a word, e.g. farmity – farm), non-affixed pseudowords (real stem and non-real affix, e.g. farmald – farm) and a condition where the prime has no relationship to the target word (e.g. workald – farm) (Beyersmann *et al.*, 2015, 2021; Beyersmann; Grainger; Castles, 2019; Hasenäcker; Beyersmann; Schroeder, 2016, 2020). In these studies, in comparisons with the unrelated condition, facilitation effects were observed when the prime contained the target word, regardless of the presence of the affix, in 8-year-old children. We should emphasize, however, that although these findings demonstrate an embedded word activation effect, they do not employ a semantic condition to compare to the suffixed word condition. Furthermore, despite using stimuli constituted by a pseudo-stem as primes of a pseudoword (e.g. nishtness – nish), in order to enable the lexical decision task, they have not been considered in the analysis as an orthographic condition, making it difficult to state whether the effect attributed to embedded word activation is actually due to the activation of their morpho-orthographic patterns or to a more general orthographic overlap effect. One exception to this is the study by Hasenäcker, Beyersmann and Schroeder (2020), who also evaluated the condition of stimuli constituted by a pseudo-stem (e.g. nishtness – nish), observing no priming effect as a result of the presence of the pseudo-stem in the prime compared to the control condition. This leads us to conclude that the priming effect due to the presence of a real word embedded in the prime is not due to general orthographic overlap effects.

In short, the results found suggest that children employ a morphological decoding process during visual word recognition. In this

respect, the use of implicit morphological processing during reading already seems to be present in the early years, with studies reporting effects of the presence of morphological structures on word and pseudoword reading in 2nd grade children (approximately 8 years old) (Beyersmann; Castles; Coltheart, 2012; Burani *et al.*, 2008; Burani; Marcolini; Stella, 2002; Colé *et al.*, 2012; D'Alessio; Jaichenco; Wilson, 2018; D'Alessio; Wilson; Jaichenco, 2019; Dawson; Rastle; Ricketts, 2018; Jaichenco; Wilson, 2013). However, it is not yet clear whether the observed effects resulting from the presence of morphological structures are due to the activation of morpho-semantic or morpho-orthographic representations. Furthermore, based on priming studies, it is difficult to say when the use of morphological structures begins in the early stages of visual word recognition, as most studies begin to evaluate children in the 3rd grade, at about 9 years of age, and do not use conditions that make it possible to distinguish the morphological effect from orthographic and semantic effects. We thus observed that although some studies report facilitation effects on word recognition due to the presence of morphemes as early as the 3rd grade, others suggest that these effects appear only in the 4th and 5th grades, in children around 10 years old. One possible explanation for the differences observed between some studies may be related to linguistic and individual variables, a topic that we will address below.

Finally, it is important to distinguish between the effects discussed above in priming tasks and those observed in simple lexical decision tasks. Priming tasks aim to assess whether the features of the prime stimulus can be rapidly decoded and influence the recognition of the target word. On the other hand, simple lexical decision tasks investigate how specific characteristics of the presented stimuli facilitate or hinder their recognition compared to other stimuli. In this type of task, the response to an item is based on its resemblance to a real word rather than its intrinsic properties (cf. Dufau; Grainger; Ziegler, 2012; Norris, 2006; Ratcliff, Mckoon, Gomez, 2004).

3.4 Individual and linguistic variations

As described above, although most studies concur in supporting the role of morphological processing in visual word recognition, some variations may occur due to individual and/or linguistic variables. With regard to individual variables, reading proficiency, evaluated by

tests that measure accuracy and fluency in reading isolated words and pseudowords, is the main predictor of complex word processing, with children who have higher reading levels exhibiting greater effects of the presence of morphological structures (Beyersmann *et al.*, 2015; Dawson; Rastle; Ricketts, 2021; Mousikou *et al.*, 2020). Based on this, it is possible to assume that the variations resulting from an increase in age or school grade are actually a consequence of changes in reading proficiency because as children progress in their education, they are more exposed to written words and particularly to complex words, thus explaining a possible lack of differences between school grades, as observed in Quémart and Casalis (2014) and Beyersmann *et al.* (2015). In turn, children with reading difficulties or dyslexia seem to use morphological structures as a compensatory strategy to overcome the deficit in phonological decoding, as they exhibit a greater effect of the presence of morphemes on reading accuracy and time, an effect observed in Italian, Danish, Spanish and English, with studies reporting this effect in children as young as 8 years old (Angelelli *et al.*, 2017; Burani *et al.*, 2008; Duncan *et al.*, 2011; Elbro; Arnbak, 1996; Marcolini *et al.*, 2011; Suárez-coalla; Cuetos, 2013; Suárez-coalla; Martínez-garcía; Cuetos, 2017; Traficante *et al.*, 2011).

According to Grainger and Beyersmann (2017), with frequent exposure to reading and increased visual vocabulary, children would begin to discover relationships between morphologically related units (e.g. a painter is someone who paints; an artist is someone who works with art), making connections between words related in form (orthography and phonology) and meaning (e.g. farm, farmer, farming) that would serve as a foundation for the development of morpho-semantic representations. These morpho-semantic representations would develop rapidly in the early years, as they would be supported by the relationships already established in the spoken language. Later, with increased repeated exposure to written words, morpho-orthographic representations would be established. With this in mind, it is possible to hypothesize that morphological processing occurs through different pathways during the acquisition of reading skills. Initially, it would occur through morpho-semantic representations, facilitating the effects observed in the reading aloud task and LDT in 8-year-old children. With increased reading experience, the reader would use not only morpho-semantic representations but also morpho-orthographic representations.

It is these morpho-orthographic representations that would enable the effects observed in priming tasks due to the presence of morphological structures in the early stages of visual recognition, generally observed only in children over the age of 9 years.

With regard to linguistic variables, in addition to the grapheme-phoneme transparency of writing systems that was discussed in the introduction of this article, other variables may play a role in the development of morphological processing and word recognition, such as morphological productivity, morphological complexity and syllabic complexity (Beyersmann *et al.*, 2020; Borleffs *et al.*, 2017). Accordingly, as Fleischhauer, Bruns and Grosche (2021) argue, the detection of morphemes during visual word recognition may be more efficient in morphologically rich and productive languages, such as French and German, than in English. In adult readers, the morphological processing effect appears to be associated with morphological productivity, with larger magnitudes being observed in more productive languages (Beyersmann *et al.*, 2020). However, the results of the cross-linguistic studies found in our review that evaluated children between 3rd and 4th grade indicate different directions. In the study by Mousikou *et al.* (2020), greater morphological processing effects were observed in English, a writing system with an opaque grapheme-phoneme relationship, and the results of Casalis, Quémart and Duncan (2015) and Beyersmann *et al.* (2021) suggest a greater efficiency of morphological processing in French. It is therefore still unclear whether morphological productivity and/or the degree of opacity in the grapheme-phoneme mapping of an orthography can modulate morphological processing.

Finally, with regard to linguistic variables, we will briefly present the results found for Hebrew. This language is different from Portuguese, French or English, for example, in which the word formation process usually occurs through the linear concatenation of the affix (suffix or prefix) with the root. In Hebrew, affixes (here called transfixes) are discontinuous units that attach to a discontinuous stem (Gonçalves, 2019). Thus, a triconsonantal stem (e.g. GDL / “grow”), which carries the shared meaning between words with this stem, is interspersed with a set of vowels that carry the semantic and morphosyntactic information (e.g. CaCoC) thus forming the word (e.g. GaDoL / “big”) (Schiff; Raveh; Kahta, 2008). The studies in our review (Bar-on; Ravid, 2011; Haddad *et al.*, 2018; Schiff; Raveh; Figchel, 2012; Schiff; Raveh; Kahta,

2008) demonstrated that children speaking this language show similar results to children who speak other languages, i.e., a faster reading speed for complex words than monomorphemic words, morphological priming effects compared to orthographic priming and an absence of morphological priming when there were orthographic alterations between the stem and the derived word. These results suggest that morphological processing occurs independent of the linear arrangement of morphemes.

3.5 Morpho-orthographic processing in children

In this final section, we will address the studies that employed a morpho-orthographically related stimulus condition in LDTs with short primes (50-67 ms) (Beyersmann *et al.*, 2015, 2021; Beyersmann; Castles; Coltheart, 2012; Beyersmann; Grainger; Castles, 2019; Dawson; Rastle; Ricketts, 2021; Fleischhauer; Bruns; Grosche, 2021; Hasenäcker; Beyersmann; Schroeder, 2016, 2020; Law; Ghesquière, 2021; Quémart; Casalis, 2015; Quémart; Casalis; Colé, 2011; Schiff; Raveh; Fighel, 2012). Returning to the discussion in the section “Presence of morphological structures”, we can separate the studies that investigated morpho-orthographic processing in children into two groups. The first group usually employs four conditions: morphological, morpho-orthographic, orthographic and unrelated, with some also employing a semantic condition. In these studies, all the conditions use real words as primes and targets. The second group, in turn, employs four different prime conditions: affixed words, affixed pseudowords, pseudowords with a non-existent affix and words unrelated to the target word; in the first three conditions, the target word is embedded in the prime.

Looking at the results of the first group of studies, we noticed a greater heterogeneity in the results, observing a facilitation of the morpho-orthographic condition compared to the unrelated condition in children with an average age of 8 years and 10 months for French (Quémart; Casalis, 2015; Quémart; Casalis; Colé, 2011) and only after the age of ten years for German (Fleischhauer; Bruns; Grosche, 2021) and 12 years for Hebrew (Schiff; Raveh; Fighel, 2012). As for English, we found studies that identified an effect of the morpho-orthographic condition compared to the unrelated condition in children around the age of 10 years (Dawson; Rastle; Ricketts, 2021; Law; Ghesquière, 2021); no effect was identified in children aged 8 and 10 years on average (Beyersmann; Castles; Coltheart, 2012). We also

emphasize that in the previous studies, when the effect of the morpho-orthographic condition was observed, a priming effect was also observed in the morphological condition but not in the orthographic and semantic conditions compared to the unrelated condition. Looking at the second group of studies, we observed a greater consistency in the findings, noting facilitation effects on the recognition of the target word when it is present in the prime, regardless of whether it is an affixed word, an affixed pseudoword or a pseudoword with a non-real affix, beginning at the age of eight years in English, German and French (Beyersmann *et al.*, 2021; Beyersmann; Grainger; Castles, 2019; Hasenäcker; Beyersmann; Schroeder, 2016, 2020).

The results of the second group of studies support the hypothesis of Grainger and Beyersmann (2017), suggesting that in the early years, the morphological decomposition process begins through the activation of embedded words. Accordingly, both affixed and non-affixed stimuli would generate a priming effect, provided that the target word was embedded in the prime. The results observed in semantic categorization tasks (Hasenäcker; Solaja; Crepaldi, 2021; Nation; Cocksey, 2009) are in line with this theory, demonstrating that embedded words congruent with the semantic category of the block caused greater interference in responses. Interestingly, studies employing the semantic categorization task found effects in children as young as 8 (Hasenäcker; Solaja; Crepaldi, 2021) and 7 years old (Nation; Cocksey, 2009). Furthermore, as presented in the study by Hasenäcker, Schröter and Schroeder (2017), 2nd grade children already exhibit facilitation in the lexical decision task for compound words, i.e. those that have two embedded words, whereas facilitation due to the presence of affixes appears only after the 3rd grade.

With regard to the studies in the first group, one possible explanation may be linked to reading proficiency. As proposed in the model developed by Grainger and Beyersmann (2017), the extraction of embedded words can be hindered when the prime itself is a real word because when it is presented, both its orthographic and semantic representation are activated, which causes a lateral inhibition in the activation of the embedded word. Because morpho-orthographic pairs do not share morpho-semantic representations, they cannot be used to aid in the extraction of the embedded word. Affix representations can then assist in extracting the embedded word, but these are established only after long exposure to reading. That being said, it is possible that children with poor reading proficiency may have greater difficulty extracting

embedded words, making it impossible for priming effects to occur in the morpho-orthographic conditions. Following this logic, Dawson, Rastle and Ricketts (2021) evaluated children and adolescents and observed that morpho-orthographic priming increased with reading proficiency.

In short, we observed that children around the age of eight years exhibit facilitations due to the presence of the stem, which may be the key element for the beginning of morpho-orthographic processing. However, facilitations such as those observed in adults, where both the target word and the prime are real words, tend to appear later, from age 9-10 years, possibly related to an increase in reading proficiency. We emphasize, however, that only two of the studies found were longitudinal (Beyersmann *et al.*, 2021; Hasenäcker; Beyersmann; Schroeder, 2020), making it possible to control for individual variations. In addition, most studies did not involve a comprehensive period of school grades, which coupled with the small number of studies of this nature make it impossible to determine a more exact period for the emergence of morpho-orthographic processing resulting from real word primes.

3.6 Limitations and future studies

A first limitation of our review is that it did not include theses, dissertations and research reports and was confined to published scientific papers. We believe, however, that this has not biased our sample, as studies based on dissertations and theses, as well as those presented at conferences, tend to be published later in peer-reviewed journals. Another limitation concerns the fact that we sought to analyze morphological processing in its complexity. Although this approach provides an overview of morphological processing in developing readers, the specific evaluation of the role of each variable (the role of linguistic, individual and psycholinguistic variables, phonological and orthographic transparency effects and morpho-orthographic processing) in the magnitude of the observed effects would require a further breakdown into different categories, which we have only touched upon in this study.

We recommend that future studies investigate morphological processing in different school grades simultaneously, encompassing the first years of reading development, rather than being restricted to specific school grades, thus making it possible to identify when the different effects presented here begin to appear. We also emphasize the importance of

conducting cross-linguistic studies, not only because of the small number of studies we found but also because they make it possible to create equivalent stimuli and tasks across different languages and enable broader comparisons. Similarly, we recommend conducting longitudinal studies, as they make it possible to track changes in morphological processing by controlling for individual variations. We also recommend employing different experimental conditions in addition to an unrelated control condition, such as orthographic and semantic conditions, which would make it possible to distinguish the effects of morpho-orthographic structures on complex word processing. Finally, we recommend studying morphological processing using other morphological structures, such as prefixes and compounds, given the small number of studies that have evaluated these categories.

4 Conclusion

The results of this review highlight some consistent findings regarding the utilization of morphological structures in visual word recognition by children. However, it is important to make a few observations. First, the use of morphological structures appears to be context-dependent, being particularly pronounced when the presented word is unfamiliar or infrequent. In such cases, words with frequent bases are recognized faster than words with lower frequency bases, suggesting that a low-frequency word undergoes decomposition and that its constituent morphemes contribute to visual recognition (Angelelli *et al.*, 2017; Angelelli; Marinelli; Burani, 2014; Deacon; Francis, 2017; Deacon; Whalen; Kirby, 2011; Lázaro; Camacho; Burani, 2013; Marcolini *et al.*, 2011; Suárez-coalla; Martínez-garcía; Cuetos, 2017; Verhoeven; Schreuder, 2011). Second, in the early years, children perform morphological decomposition processes based primarily on orthographic overlap between the derived word and its root, such that phonological and orthographic alterations would prevent the decomposition of the derived word into its constituents (Carlisle, 2000; Mann; Singson, 2003; Quémart; Casalis, 2014; Lázaro; García; Burani, 2015). It is only in adolescence and adulthood that these alterations do not interfere with morphological processing during visual word recognition (Quémart; Casalis, 2015).

Another consistent finding has to do with the processing of embedded words. In a variety of tasks ranging from reading aloud to lexical and semantic decision tasks, children as early as eight years old

show differences in accuracy and reaction time for morphologically complex words in comparison with monomorphemic words and for pseudowords composed of morphemes in comparison with pseudowords without morphemic constituents (Angelelli *et al.*, 2017; Angelelli; Marinelli; Burani, 2014; Antzaka *et al.*, 2019; Burani *et al.*, 2008; D'Alessio; Jaichenco; Wilson, 2018; Laxon; Rickard; Coltheart, 1992; Marcolin *et al.*, 2011; Mousikou *et al.*, 2020; Suárez-coalla; Cuetos, 2013; Suárez-coalla; Martínez-garcía; Cuetos, 2017; Traficante *et al.*, 2011). However, it is not yet clear whether the observed effects resulting from the presence of morphological structures are due to the activation of morpho-semantic or morpho-orthographic representations because the results of priming studies which could help elucidate this issue are mixed. Although, there are suggestions that morpho-orthographic effects occur later than morpho-semantic ones (Fleischhauer; Bruns; Grosche, 2021; Grainger; Beyersmann, 2017).

Given the results presented, it is interesting to analyze them in the light of theoretical models that address morphological processing. One of the first models introduced in the literature was proposed by Taft and Forster (1975) and posits a mandatory morphological decomposition mechanism for any stimulus with a complex morphological structure. In subsequent years, Caramazza, Laudani, and Romani (1988) proposed a hybrid processing model, introducing two parallel pathways for recognizing suffixed words. The first pathway involves direct access to lexical representations, treating the word holistically. Conversely, the second pathway accesses lexical representations through their morphological structures. Another model is the hybrid model of morphological processing by Diependaele, Sandra and Grainger (2009). This model takes into account that priming effects in word pairs with transparent morphological relationships generally exhibit larger magnitudes than morpho-orthographic pairs. The authors argue that the morphological structure of words is represented in the lexicon at two levels. A first level, in which the interaction of the morphological structure with the orthography occurs (morpho-orthographic level), and a second level, in which the interaction of the morphological structure with the semantics occurs (morpho-semantic level). The words would be mapped simultaneously in the morpho-orthographic and morpho-semantic levels, the latter occurring through the orthographic representation of the complete word. Although the models above provide essential insights into morphological processing during visual word recognition, it is important to

highlight that all of them were built based on data observed in adult readers and represent end states of lexical organization. Therefore, throughout this article and in this section, we rely on the embedded word activation mechanism described by Grainger and Beyersmann (2017) as a starting point to discuss how morphological decomposition occurs in developing readers.

According to Grainger and Beyersmann's (2017) model, children, through regular exposure to reading and an expanding visual vocabulary, begin to recognize associations between morphologically related units (e.g. a teacher is someone who teaches). By linking words that share similarities in form (orthography and phonology) and meaning (e.g. farm, farmer, farming), these connections lay the foundation for the development of morpho-semantic representations. During the early years, these representations progress rapidly, benefiting from the existing linguistic relationships already established in spoken language. Thus, the activation of the word embedded within a stimulus appears to be a crucial factor in the Grainger and Beyersmann model for initiating morphological decomposition processes, which is in accordance with the above results showing an advantage in the processing of morphologically complex words over monomorphemic words and also with base frequency effects.

Grainger and Beyersmann (2017) also posit that morpho-orthographic representations would be established with increased repeated exposure to written words. Thus, the model has the potential to explain why the extraction of the embedded word seems to be hindered in cases of allomorphy. In the initial stages of literacy, extracting the embedded word would only occur when there is phonological and orthographic overlap with the word in its simple form. As children increase their visual vocabulary over the years, they develop orthographic representations of affixes, which help them to extract embedded words in cases of allomorphy. As proposed by Grainger and Beyersmann, children with more advanced levels of reading are more competent in extracting embedded words since they have greater exposure to reading and, therefore, more opportunities to establish orthographic representations of bases and affixes, facilitating visual recognition of morphologically complex words. Consequently, the Grainger and Beyersmann model also predicts that morpho-semantic effects shall be present earlier in development than morpho-orthographic effects, which is in accordance with the revised results.

Summing up, in the Grainger and Beyersmann (2017) model, it is possible to hypothesize that morphological processing occurs through different pathways during the acquisition of reading skills. Initially, it would occur through morpho-semantic representations activated by extracting the embedded word. It would explain the effects of base frequency and morphological complexity observed in reading aloud and lexical decision tasks in children about eight years old. As reading experience increases, readers would not only rely on morpho-semantic representations but also on morpho-orthographic representations. These morpho-orthographic representations would account for the effects observed in priming tasks, reflecting the presence of morphological structures in the early stages of visual recognition, typically observed in older children.

Credit Author Statement

The authors declare that the text was jointly conceived, and the tasks were divided as follows: Humberto dos Reis Pereira: Conception and design; Analysis and interpretation of data; Discussion of results; Composition, and review of the final version for publication, in accordance with the standards established by the Journal. Francis Ricardo dos Reis Justi: Conception and design; Analysis and interpretation of data; Discussion of results; Review of the final version for publication, in accordance with the standards established by the Journal.

Acknowledgments

The authors are grateful to the Minas Gerais State Agency for Research and Development (FAPEMIG) for providing financial support to the first author.

References

- AMENTA, S.; CREPALDI, D. Morphological processing as we know it: An analytical review of morphological effects in visual word identification. *Frontiers in Psychology*, Lausanne, v. 3, n. JUL, p. 1–12, 2012. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2012.00232>
- ANGELELLI, P.; MARINELLI, C. V.; BURANI, C.. The effect of morphology on spelling and reading accuracy: A study on Italian children.

Frontiers in Psychology, Lausanne, v. 5, n. NOV, 2014. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2014.01373>

ANGELELLI, P.; MARINELLI, C. V.; DE SALVATORE, M.; BURANI, C. Morpheme-based Reading and Spelling in Italian Children with Developmental Dyslexia and Dysorthography. *Dyslexia*, Chichester, v. 23, n. 4, p. 387–405, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1002/dys.1554>

ANTZAKA, A.; ACHA, J.; CARREIRAS, M.; LALLIER, M. Does the visual attention span play a role in the morphological processing of orthographic stimuli? *The Quarterly Journal of Experimental Psychology*, [s.l.], v. 72, n. 7, p. 1704–1716, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1747021818806470>

ASSINK, E. M. H.; VOOIJS, C.; KNUIJT, P. P. N. A. Prefixes as access units in visual word recognition: A comparison of Italian and Dutch data. *Reading and Writing: An Interdisciplinary Journal*, [s.l.], v. 12, p. 149–168, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1008179825696>

BAR-ON, A.; RAVID, D. Morphological analysis in learning to read pseudowords in Hebrew. *Applied Psycholinguistics*, Cambridge, v. 32, n. 3, p. 553–581, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1017/S014271641100021X>.

BEYERSMANN, E.; CASTLES, A.; COLTHEART, M. Morphological processing during visual word recognition in developing readers: Evidence from masked priming. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, [s.l.], v. 65, n. 7, p. 1306–1326, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/17470218.2012.656661>

BEYERSMANN, E.; GRAINGER, J.; CASALIS, S.; ZIEGLER, J. C. Effects of reading proficiency on embedded stem priming in primary school children. *Journal of Experimental Child Psychology*, [s.l.], v. 139, p. 115–126, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jecp.2015.06.001>

BEYERSMANN, E.; GRAINGER, J.; CASTLES, A. Embedded stems as a bootstrapping mechanism for morphological parsing during reading development. *Journal of Experimental Child Psychology*, [s.l.], v. 182, p. 196–210, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jecp.2019.01.010>

BEYERSMANN, E.; MOUSIKOU, P.; JAVOUREY-DREVET, L.; SCHROEDER, S.; ZIEGLER, J. C.; GRAINGER, J. Morphological Processing across Modalities and Languages. *Scientific Studies of*

Reading, [s.l.], v. 24, n. 6, p. 500–519, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/10888438.2020.1730847>

BEYERSMANN, E.; MOUSIKOU, P.; SCHROEDER, S.; JAVOUREY-DREVET, L.; ZIEGLER, J. C.; GRAINGER, J. The dynamics of morphological processing in developing readers: A cross-linguistic masked priming study. *Journal of Experimental Child Psychology*, [s.l.], v. 208, p. 105140, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jecp.2021.105140>

BORLEFFS, E.; MAASSEN, B. A. M.; LYYTINEN, H.; ZWARTS, F. Measuring orthographic transparency and morphological-syllabic complexity in alphabetic orthographies: a narrative review. *Reading and Writing*, [s.l.], v. 30, n. 8, p. 1617–1638, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11145-017-9741-5>

BRYLSBAERT, M.; MANDERA, P.; KEULEERS, E. The Word Frequency Effect in Word Processing: An Updated Review. *Current Directions in Psychological Science*, Newbury Park, v. 27, n. 1, p. 45–50, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0963721417727521>

BURANI, C.; MARCOLINI, S.; DE LUCA, M.; ZOCCOLOTTI, P. Morpheme-based reading aloud: Evidence from dyslexic and skilled Italian readers. *Cognition*, [s.l.], v. 108, n. 1, p. 243–262, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2007.12.010>

BURANI, C.; MARCOLINI, S.; STELLA, G. How early does morpholexical reading develop in readers of a shallow orthography? *Brain and Language*, [s.l.], v. 81, n. 1–3, p. 568–586, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1006/brln.2001.2548>

BURANI, C.; MARCOLINI, S.; TRAFICANTE, D.; ZOCCOLOTTI, P. Reading Derived Words by Italian Children With and Without Dyslexia: The Effect of Root Length. *Frontiers in Psychology*, Lausanne, v. 9, n. MAI, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.00647>

CARAMAZZA, A.; LAUDANNA, A.; ROMANI, C. Lexical access and inflectional morphology. *Cognition*, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 297–332, 1988. DOI: [https://doi.org/10.1016/0010-0277\(88\)90017-0](https://doi.org/10.1016/0010-0277(88)90017-0)

CARLISLE, J. F. Awareness of the structure and meaning of morphologically complex words: Impact on reading. *Reading and Writing: An Interdisciplinary Journal*, [s.l.], v. 12, n. 3–4, p. 169–190, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1008131926604>

CARLISLE, J. F.; KATZ, L. A. Effects of word and morpheme familiarity on reading of derived words. *Reading and Writing*, [s. l.], v. 19, n. 7, p. 669–693, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11145-005-5766-2>

CARLISLE, J. F.; STONE, C. Addison. Exploring the role of morphemes in word reading. *Reading Research Quarterly*, Newark, v. 40, n. 4, p. 428–449, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1598/RRQ.40.4.3>

CASALIS, S.; DUSAUTOIR, M.; COLÉ, P.; DUCROT, S. Morphological effects in children word reading: a priming study in fourth graders. *British Journal of Developmental Psychology*, Leicester, v. 27, p. 761–766, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1348/026151008X389575>

CASALIS, S.; QUÉMART, P.; DUNCAN, L. G. How language affects children’s use of derivational morphology in visual word and pseudoword processing: Evidence from a cross-language study. *Frontiers in Psychology*, Lausanne, v. 6, n. MAR, p. 1–10, 2015. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.00452>

COLÉ, P.; BOUTON, S.; LEUWERS, C.; CASALIS, S.; SPRENGER-CHAROLLES, L. Stem and derivational-suffix processing during reading by French second and third graders. *Applied Psycholinguistics*, Cambridge, v. 33, n. 1, p. 97–120, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0142716411000282>.

CREPALDI, D.; RASTLE, K.; COLTHEART, M.; NICKELS, L. “Fell” primes “fall”, but does “bell” prime “ball”? Masked priming with irregularly-inflected primes. *Journal of Memory and Language*, [s.l.], v. 63, n. 1, p. 83–99, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jml.2010.03.002>

D’ALESSIO, M. J.; JAICHENCO, V.; WILSON, M. A. The role of morphology in word naming in Spanish-speaking children. *Applied Psycholinguistics*, Cambridge, v. 39, n. 5, p. 1065–1093, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0142716418000127>

D’ALESSIO, M. J.; WILSON, M. A.; JAICHENCO, V. Morphological De-com-pos-it-ion Helps Recognize Low-er Frequency Words in Typically Developing Spanish-Speaking Children. *Journal of Psycholinguistic Research*, [s.l.], v. 48, n. 6, p. 1407–1428, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10936-019-09665-8>

DAWSON, N.; RASTLE, K.; RICKETTS, J. Morphological effects in visual word recognition: Children, adolescents, and adults. *Journal of*

Experimental Psychology: Learning Memory and Cognition, Washington, v. 44, n. 4, p. 645–654, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1037/xlm0000485>

DAWSON, N.; RASTLE, K.; RICKETTS, J. Finding the man amongst many: A developmental perspective on mechanisms of morphological decomposition. *Cognition*, [s.l.], v. 211, p. 104605, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2021.104605>

DEACON, S. H.; FRANCIS, K. A. How children become sensitive to the morphological structure of the words that they read. *Frontiers in Psychology*, Lausanne, v. 8, n. SET, p. 1–8, 2017. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01469>

DEACON, S. H.; WHALEN, R.; KIRBY, J. R. Do children see the danger in dangerous? Grade 4, 6, and 8 children's reading of morphologically complex words. *Applied Psycholinguistics*, Cambridge, v. 32, n. 3, p. 467–481, 2011. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01469>

DIEPENDAELE, K.; SANDRA, D.; GRAINGER, J. Semantic transparency and masked morphological priming: The case of prefixed words. *Memory and Cognition*, Washington, v. 37, n. 6, p. 895–908, 2009. DOI: <https://doi.org/10.3758/MC.37.6.895>

DUFAU, S.; GRAINGER, J.; ZIEGLER, J. C. How to say “No” to a nonword: A leaky competing accumulator model of lexical decision. *Journal of Experimental Psychology: Learning Memory and Cognition*, Washington, v. 38, n. 4, p. 1117–1128, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1037/a0026948>.

DUNCAN, L. G.; GRAY, E.; QUÉMART, P.; CASALIS, S. Do good and poor readers make use of morphemic structure in English word recognition? *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 143-160, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5334/jpl.104>

DURANOVIC, M.; GANGL, M.; FINKE, S.; SMAJLAGIC, S.; LANDERL, K. Development of morphological priming effects in reading aloud in the biscriptal Bosnian orthography. *Reading and Writing: An Interdisciplinary Journal*, [s.l.], v. 33, n. 8, p. 2073–2095, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11145-020-10036-2>

ELBRO, C.; ARNBAK, E. The role of morpheme recognition and morphological awareness in Dyslexia. *Annals of Dyslexia*, Pikesville, v. 46, p. 237–240, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1007/bf02648177>

FLEISCHHAUER, E.; BRUNS, G.; GROSCHE, M. Morphological decomposition supports word recognition in primary school children learning to read: Evidence from masked priming of German derived words. *Journal of Research in Reading*, Hoboken, v. 44, n. 1, p. 90–109, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9817.12340>

GONÇALVES, C. A. *Morfologia*. 1. ed. Parábola: São Paulo, 2019.

GRAINGER, J.; BEYERSMANN, E. Edge-Aligned Embedded Word Activation Initiates Morpho-orthographic Segmentation. In: ROSS, B. H. (org.). *Psychology of Learning and Motivation*. Cambridge: Elsevier Academic Press, 2017. p. 285–317. DOI: <https://doi.org/10.1016/bs.plm.2017.03.009>

HADDAD, L.; WEISS, Y.; KATZIR, T.; BITAN, T. Orthographic transparency enhances morphological segmentation in children reading Hebrew words. *Frontiers in Psychology*, Lausanne, v. 8, n. JAN, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.02369>

HASENÄCKER, J.; BEYERSMANN, E.; SCHROEDER, S. Masked morphological priming in German-speaking adults and children: Evidence from response time distributions. *Frontiers in Psychology*, Lausanne, v. 7, n. JUN, 2016. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.00929>

HASENÄCKER, J.; BEYERSMANN, E.; SCHROEDER, S. Morphological Priming in Children: Disentangling the Effects of School-grade and Reading Skill. *Scientific Studies of Reading*, [s.l.], v. 24, n. 6, p. 484–499, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/10888438.2020.1729768>

HASENÄCKER, J.; SCHRÖTER, P.; SCHROEDER, S. Investigating developmental trajectories of morphemes as reading units in German. *Journal of Experimental Psychology: Learning Memory and Cognition*, Washington, v. 43, n. 7, p. 1093–1108, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1037/xlm0000353>

HASENÄCKER, J.; SOLAJA, O.; CREPALDI, D. Does morphological structure modulate access to embedded word meaning in child readers? *Memory & Cognition*, [s.l.], v. 49, n. 7, p. 1334–1347, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3758/s13421-021-01164-3>

JAICHENCO, V.; WILSON, M. El rol de la morfología en el proceso de aprendizaje de la lectura en español. *Interdisciplinaria: Revista de*

Psicología y Ciencias Afines, Buenos Aires, v. 30, n. 1, p. 85–99, 2013. DOI: <https://doi.org/10.16888/interd.2013.30.1.5>

LAW, J. M.; GHESQUIÈRE, P. Morphological processing in children with developmental dyslexia: A visual masked priming study. *Reading Research Quarterly*, Hoboken, v. 57, n. 3, p. 863–857, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1002/rrq.450>

LAW, J. M.; VEISPAK, A.; VANDERAUWERA, J.; GHESQUIÈRE, P. Morphological awareness and visual processing of derivational morphology in high-functioning adults with dyslexia: An avenue to compensation? *Applied Psycholinguistics*, Cambridge, v. 39, n. 3, p. 483–506, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0142716417000467>

LAXON, V.; RICKARD, M.; COLTHEART, V. Children read affixed words and non-words. *British Journal of Psychology*, [s.l.], v. 83, n. 3, p. 407-423. 1992. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.1992.tb02450.x>

LÁZARO, M.; ACHA, J.; DE LA ROSA, S.; GARCÍA, S.; SAINZ, J. Exploring the derivative suffix frequency effect in Spanish speaking children. *Reading and Writing*, [s.l.], v. 30, n. 1, p. 163–185, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11145-016-9668-2>

LÁZARO, M.; CAMACHO, L.; BURANI, C. Morphological Processing in Reading Disabled and Skilled Spanish Children. *Dyslexia*, Chichester, v. 19, n. 3, p. 178–188, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1002/dys.1458>

LÁZARO, M.; GARCÍA, L.; BURANI, C. How orthographic transparency affects morphological processing in young readers with and without reading disability. *Scandinavian Journal of Psychology*, Estocolmo, v. 56, n. 5, p. 498–507, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/sjop.12213>

LÁZARO, M.; ILLERA, V.; ACHA, J.; ESCALONILLA, A.; GARCÍA, S.; SAINZ, J. S. Morphological effects in word identification: tracking the developmental trajectory of derivational suffixes in Spanish. *Reading and Writing*, [s.l.], v. 31, n. 7, p. 1669–1684, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11145-018-9858-1>

LEVESQUE, K. C.; BREADMORE, H. L.; DEACON, S. H. How morphology impacts reading and spelling: advancing the role of morphology in models of literacy development. *Journal of Research*

in Reading, Leicester, v. 44, n. 1, p. 10–26, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9817.12313>

MANN, V.; SINGSON, M. Linking Morphological Knowledge to English Decoding Ability: Large Effects of Little Suffixes. In: ASSINK, E. M. H.; SANDRA, D. (orgs.). *Reading Complex Words: Cross-Language Studies*. Suíça: Springer, 2003. p. 1-25. DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-4757-3720-2_1

MARCOLINI, S.; TRAFICANTE, D.; ZOCCOLOTTI, P.; BURANI, C. Word frequency modulates morpheme-based reading in poor and skilled Italian readers. *Applied Psycholinguistics*, [s.l.], v. 32, n. 3, p. 513–532, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0142716411000191>

MCCORMICK, S. F.; RASTLE, K.; DAVIS, M. H. Is there a “fete” in “fetish”? Effects of orthographic opacity on morpho-orthographic segmentation in visual word recognition. *Journal of Memory and Language*, [s.l.], v. 58, n. 2, p. 307–326, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jml.2007.05.006>

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. *PLoS Medicine*, São Francisco, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>

MOUSIKOU, P. *et al.* Orthographic consistency influences morphological processing in reading aloud: Evidence from a cross-linguistic study. *Developmental Science*, Hoboken, v. 23, n. 6, p. e12952, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/desc.12952>

NATION, K.; COCKSEY, J. Beginning readers activate semantics from sub-word orthography. *Cognition*, [s.l.], v. 110, n. 2, p. 273–278, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2008.11.004>

NORRIS, D. The Bayesian reader: Explaining word recognition as an optimal bayesian decision process. *Psychological Review*, [s.l.], v. 113, n. 2, p. 327–357, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-295X.113.2.327>

OLIVEIRA, B. S. F.; JUSTI, F. R. R. Morphological priming development in Brazilian Portuguese-speaking children. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 1-8, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1186/s41155-017-0058-8>

PERDIJK, K.; SCHREUDER, R.; BAAYEN, R. H.; VERHOEVEN, L. Effects of morphological Family Size for young readers. *British Journal of Developmental Psychology*, Leicester, v. 30, n. 3, p. 432–445, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.2044-835X.2011.02053.x>

QUÉMART, P.; CASALIS, S. Effects of Phonological and Orthographic Shifts on Children's Processing of Written Morphology: A Time-Course Study. *Scientific Studies of Reading*, [s.l.], v. 18, n. 5, p. 363–382, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/10888438.2014.912218>

QUÉMART, P.; CASALIS, S. Visual processing of derivational morphology in children with developmental dyslexia: Insights from masked priming. *Applied Psycholinguistics*, Cambridge, v. 36, n.2, p. 345-376, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1017/S014271641300026X>

QUÉMART, P.; CASALIS, S.; COLÉ, P. The role of form and meaning in the processing of written morphology: A priming study in French developing readers. *Journal of Experimental Child Psychology*, [s.l.], v. 109, n. 4, p. 478–496, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jecp.2011.02.008>

QUÉMART, P.; CASALIS, S.; DUNCAN, L. G. Exploring the Role of Bases and Suffixes When Reading Familiar and Unfamiliar Words: Evidence From French Young Readers. *Scientific Studies of Reading*, [s.l.], v. 16, n. 5, p. 424–442, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/10888438.2011.584333>

RASTLE, K. The place of morphology in learning to read in English. *Cortex*, [s.l.], v. 116, n. JUL, p. 45–54, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cortex.2018.02.008>

RASTLE, K.; DAVIS, M. Morphological decomposition based on the analysis of orthography. *Language and Cognitive Processes*, [s.l.], v. 23, n. 7–8, p. 942–971, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/01690960802069730>

RATCLIFF, R.; MCKOON, G.; GOMEZ, P. A Diffusion Model Account of the Lexical Decision Task. *Psychological Review*, [s.l.], v. 111, n. 1, p. 159–182, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-295X.111.1.159>.

RAYNER, K.; JUHASZ, B. J.; POLLATSEK, A. Movimentos oculares durante a leitura. In: SNOWLING, M. J.; HULME, C. (org.). *A ciência da Leitura*. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 97–116.

SCHIFF, R.; RAVEH, M.; FIGHEL, A. The development of the Hebrew mental lexicon: When morphological representations become devoid of their meaning. *Scientific Studies of Reading*, [s.l.], v. 15, n. 5, p. 383-403, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/10888438.2011.571327>

SCHIFF, R.; RAVEH, M.; KAHTA, S. The developing mental lexicon: evidence from morphological priming of irregular Hebrew forms. *Reading and Writing*, [s.l.], v. 21, n. 7, p. 719–743, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11145-007-9088-4>.

SHARE, D. L. Phonological recoding and self-teaching: sine qua non of reading acquisition. *Cognition*, [s.l.], v. 55, n. 2, p. 151–218, 1995. DOI: [https://doi.org/10.1016/0010-0277\(94\)00645-2](https://doi.org/10.1016/0010-0277(94)00645-2)

SHARE, D. L. Phonological Recoding and Orthographic Learning: A Direct Test of the Self-Teaching Hypothesis. *Journal of Experimental Child Psychology*, [s.l.], v. 72, n. 2, p. 95–129, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1006/jecp.1998.2481>

SIDDAWAY, A. P.; WOOD, A. M.; HEDGES, L. V. How to Do a Systematic Review: A Best Practice Guide for Conducting and Reporting Narrative Reviews, Meta-Analyses, and Meta-Syntheses. *Annual Review of Psychology*, San Mateo, v. 70, n. 2019, p. 747–770, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010418-102803>

SUÁREZ-COALLA, P.; CUETOS, F. The role of morphology in reading in spanish-speaking children with dyslexia. *Spanish Journal of Psychology*, [s.l.], v. 16, [s.n.], p. 1–7, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1017/sjp.2013.58>

SUÁREZ-COALLA, P.; MARTÍNEZ-GARCÍA, C.; CUETOS, F. Morpheme-based reading and writing in Spanish children with dyslexia. *Frontiers in Psychology*, Lausanne, v. 8, n. NOV, p. 1–10, 2017. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01952>

TAFT, M.; FORSTER, K. I. Lexical storage and retrieval of prefixed words. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, [s.l.], v. 14, n. 6, p. 638–647, 1975. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0022-5371\(75\)80051-X](https://doi.org/10.1016/S0022-5371(75)80051-X)

TRAFICANTE, D.; MARCOLINI, S.; LUCI, A.; ZOCCOLOTTI, P.; BURANI, C. How do roots and suffixes influence reading of pseudowords: A study of young Italian readers with and without dyslexia.

Language and Cognitive Processes, [s.l.], v. 26, n. 4–6, p. 777–793, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/01690965.2010.496553>

VAN HOOGMOED, A.; VERHOEVEN, L.; SCHREUDER, R.; KNOORS, H. Morphological sensitivity in deaf readers of Dutch. *Applied Psycholinguistics*, [s.l.], v. 32, n. 3, p. 619–634, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0142716411000245>

VERHOEVEN, L.; SCHREUDER, R. Morpheme frequency effects in Dutch complex word reading: A developmental perspective. *Applied Psycholinguistics*, [s.l.], v. 32, n. 3, p. 483–498, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0142716411000178>

VERHOEVEN, L.; SCHREUDER, R.; BAAYEN, H. Units of analysis in reading dutch bisyllabic pseudowords. *Scientific Studies of Reading*, [s.l.], v. 7, n. 3, p. 255–271, 2003. DOI: https://doi.org/10.1207/S1532799XSSR0703_4

VERHOEVEN, L.; SCHREUDER, R.; HAARMAN, V.. Prefix identification in the reading of Dutch bisyllabic words. *Reading and Writing*, [s.l.], v. 19, n. 7, p. 651–668, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11145-005-1912-0>



O reparo visual em um curso de contação de histórias em Português como Língua Adicional

Visual Repair in a Storytelling Course of Portuguese as an Additional Language

Chen Yihui

Guangdong University of Foreign Studies (GDUFS), Guangzhou, Guangdong / China
86793861@qq.com

<http://orcid.org/0000-0001-5598-3698>

Ricardo Moutinho

Universidade de Macau (UM), Macau / China
moutinho@um.edu.mo

<http://orcid.org/0000-0002-9625-1116>

Resumo: Neste estudo, explorarmos como os participantes de um curso de contação de histórias em Português Língua Adicional (PLA) utilizam práticas de reparo (*i.e.* apontam e resolvem eventuais problemas na produção e no entendimento das locuções para garantir a intersubjetividade) em sala de aula. Buscamos refletir sobre três questões: 1) como os participantes utilizam o reparo visual (*i.e.* o uso sequencial e coordenado de gestos e outras ações corporificadas para solucionar dificuldades na interação) como recurso para a manutenção da intersubjetividade nas aulas observadas?; 2) qual é a relação entre as condutas verbais e não-verbais na organização do reparo durante as atividades do curso em questão?; 3) com base nos dados deste estudo e de outros já publicados na área, qual é a peculiaridade da organização de reparo na sala de aula observada em relação à organização do reparo produzida em salas de aula configuradas de maneira tradicional (com alunos sentados um atrás do outro em fileiras)? Os resultados apontam para o uso do reparo visual como um método prático (*i.e.* método comum e rotineiro) utilizado por professora e alunas nas atividades pedagógicas observadas.

Palavras-chave: reparo visual; intersubjetividade; contação de histórias, PLA análise da conversa.

Abstract: This paper explores how participants in a storytelling course of Portuguese as an Additional Language use repair practices (*i.e.* identify and solve eventual

problems in the production and comprehension of utterances in order to maintain the intersubjectivity) during the lessons. We focus on three main questions: 1) how do participants use visual repair (*i.e.*, the sequentially coordinated use of gestures and other embodied practices in order to solve interactional issues) resources to maintain the intersubjectivity in the classes observed?; 2) what is the relationship between verbal and non-verbal conducts in the organisation of repair during the activities carried out in the abovementioned course?; 3) based on data from this and other studies in the field, what is the particularity of the organisation of repair in the classroom we observed when compared to the repair conducts produced in classrooms organised in the traditional way (with seats arranged behind each other forming rows)? The results of this study point to the use of visual repair as a practical method (*i.e.* common and taken-for-granted method) used by teacher and students in the pedagogical activities observed.

Keywords: visual repair; intersubjectivity; storytelling; Portuguese as an additional language; conversation analysis.

Recebido em 16 de março de 2023.

Aceito em 01 de fevereiro de 2024.

1 Introdução

É comum que, no decorrer de uma interação, problemas interacionais aconteçam. Esses problemas podem dificultar a compreensão mútua ou até suspender o curso das ações dos participantes, uma vez que, sem o entendimento comum acerca do que se está efetivamente fazendo, a interação pode tornar-se inviável. Já em 1977, Schegloff, Jefferson e Sacks, partindo da observação detalhada das interações cotidianas, publicaram um artigo (Schegloff *et al.*, 1977) exclusivamente dedicado a identificar e explorar o sistema de reparo que os participantes se valem para dar conta dos entraves (*i.e.* problemas de escuta, de produção e de entendimento) que se colocam ao longo de uma interação. O artigo mostra que o apelo às práticas de reparo pelos participantes de uma interação garante a manutenção da intersubjetividade, ou seja, a convergência de entendimentos de maneira minimamente suficiente para “todos os propósitos práticos” (Garfinkel, 1967, 2002) de uma ação conjunta.

A fala-em-interação de sala de aula de língua adicional, ambiente institucional que é tido como palco recorrente do reparo, é também

o lugar em que a produção e manutenção da intersubjetividade entre os participantes deve, ou pelo menos deveria, ser tarefa interacional primordial. Há sempre, durante uma interação em sala de aula, momentos em que o professor e os alunos precisam realçar o que já foi dito, corrigir um erro, pedir explicação, solicitar uma repetição, buscar palavras etc., a fim de que possam se entender. Markee (2000, p. 25) ressaltou que “(o) reparo conversacional é visto pelos pesquisadores como o motor sociopsicológico que permite aos aprendizes obter input compreensivo”¹, dando ênfase à importância da organização de reparo ao processo de aprendizagem. Por isso, é relevante estudar o que se propõe o presente artigo, *i.e.*, como os participantes utilizam o sistema de reparo para garantir a intersubjetividade em uma sala de aula de um curso de contação de histórias em Português Língua Adicional (PLA). Em outras palavras, temos como objetivo entender como os participantes produzem e mantêm a compreensão mútua que garante a cooperação entre professor-aluno e aluno-aluno no processo ensino-aprendizagem para que a aula decorra de maneira efetiva e que as suas metas sejam atingidas.

Ao revisar os trabalhos sobre interação em sala de aula de PLA, observamos que há uma grande lacuna em relação à organização do reparo nesse contexto, em especial, o reparo visual, *i.e.* como os participantes usam gestos e outras ações corporificadas de maneira sequencial e coordenada para solucionar dificuldades interacionais. A única exceção é o trabalho de Greiffenhagen e Watson (2009) que, embora não explore um contexto de aula de língua adicional, descreve como alunos usam gestos e fala para identificarem fontes de problema (*repairables*) durante uma atividade mediada por computador. O estudo de Greiffenhagen e Watson (2009) é extremamente importante para fomentar outros trabalhos sobre o reparo visual por discutir como alunos identificam os elementos a serem reparados por meio do olhar, gestos e manipulação de equipamentos (e.g. teclado e mouse do computador). Assim, neste trabalho, avançamos na

¹ “Conversational repair is viewed by SLA researchers as the sociopsychological engine that enables learners to get comprehended input”. Embora tenhamos reservas quanto ao termo “sociopsychological engine” usado por Markee (por defendermos que a interação é, sobretudo, social e não ocupa necessariamente o mesmo espaço destinado a processos mentais), é importante notarmos nessa citação que a organização do reparo na conversa já tenha aparecido na agenda de pesquisadores da área de Ensino-Aprendizagem de Línguas há mais de vinte anos.

discussão sobre a organização de sistemas de reparo e apresentamos como o reparo visual é um método comum e rotineiro nas interações em sala de aula de língua adicional, mais especificamente em um curso para fins específicos, *i.e.* contação de histórias.

O contexto pedagógico em questão, a contação de histórias, é uma ferramenta didática favorável ao desenvolvimento da competência comunicativa de alunos de L2. Ela exige progressivamente uma participação cada vez mais decisiva no processo de aprendizagem por parte dos alunos e, conseqüentemente, faz as aulas se tornarem mais produtivas com atividades centradas na comunicação em vez da simples reprodução de modelos didáticos. Assim, é natural que a responsabilidade de reparar o que foi dito nesse cenário não seja de responsabilidade exclusiva do professor, mas sim algo compartilhado entre todos os participantes, mesmo quando eles não têm o mesmo nível de proficiência na língua-alvo. Além disso, a atividade de contação para fins didáticos é algo que ainda está começando a ser explorado e utilizado no ensino de PLA, em especial, na China. O curso de Contação de Histórias abordado neste artigo já foi objeto de pesquisa de Dili e Morelo (2019) e de Morelo (2022) e, segundo as autoras, há uma demanda por um desempenho físico e um engajamento diferente de outras salas de língua de cunho tradicional.

Isso incentiva o nosso interesse pelo estudo das práticas de reparo nesse ambiente educacional. Ao explorarmos momentos em que os participantes trabalham para apontar e resolver eventuais problemas na produção e entendimento das locuções, entendemos o quanto os participantes colaboram para as atividades acontecerem de forma satisfatória. Assim, isso também colabora para entendermos como esse engajamento é concretizado na prática. A partir disso, buscamos saber como os participantes usam as falas e os seus corpos como recursos para lidar com a questão interacional problemática. Buscamos refletir sobre três questões: 1) como os participantes utilizam gestos como recursos de reparo para a manutenção da intersubjetividade nas aulas observadas?; 2) qual é a relação entre as condutas verbais e não-verbais na organização do reparo durante as atividades do curso em questão?; 3) com base nos dados deste estudo e de outros já publicados na área, qual é a peculiaridade da organização de reparo na sala de aula observada em relação à organização do reparo produzida em salas de aula configuradas de maneira tradicional (com alunos sentados um atrás do outro em fileiras)?

Para que os nossos objetivos sejam atingidos, gravamos as interações de quatro aulas com cerca de 12 horas no total de um curso de Contação de Histórias em PLA realizado em uma universidade de Macau (China) em 2017. Transcrevemos as interações com base no sistema de convenções de Jefferson (1984), adaptando o seu formato para a inserção de capturas de tela para facilitar a visualização dos movimentos corporais dos interagentes. Após o visionamento dos dados, retiramos dois excertos (um do segundo encontro gravado e outro do terceiro) com a presença do sistema de reparo e analisamos como os participantes valem-se do reparo visual para garantir a intersubjetividade no processo de ensino-aprendizagem.

Na próxima seção, explicaremos a importância de explorarmos a organização do reparo pela abordagem metodológica da Análise da Conversa (AC) e como os conceitos de sequencialidade, adjacência e intersubjetividade são fundamentais para esse fim. Explicitaremos, também, como as ações corporificadas dos interagentes podem ser um fenômeno explorado pela AC, uma vez que essas ações exibem coordenação e, portanto, produzem sequencialidade, o que contribui para que o entendimento mútuo seja alcançado.

2 A Análise da Conversa e a sua mentalidade analítica

Descreveremos, nesta seção, alguns princípios norteadores da AC e a relação deles com o fenômeno explorado no presente texto (*i.e.* o reparo visual em uma sala de aula de língua adicional). No entanto, é importante mencionar que os conceitos aqui apresentados não devem ser vistos como referencial teórico, ou mais especificamente como “mapas mentais” (Carlin, 2017, p. 24), pois não motivam a escolha do tópico a ser explorado aqui. É importante lembrar que a AC, no seu surgimento, não foi concebida como uma teoria, mas como uma abordagem da qual interlocutores se utilizam para analisar e fazer sentido da fala do outro.

Assim, o leitor não deve esperar uma recuperação dos conceitos apresentados nesta parte na discussão dos dados, pois eles não são elementos que impõem regras sobre o que se explorar nos resultados, criando o que Coulter (1979, p. 108) chama de “ficção explanatória”. Em vez disso, a decisão do que analisar foi feita com base nas ações dos participantes do curso, uma vez que essas ações foram o que tornaram as práticas de reparo um elemento visível nos dados. Assim, as práticas de reparo são fenômenos dignos de serem observados e explorados como um

tópico em si, independentes de códigos ou referenciais de interpretação que limitariam a nossa visão sobre o que ocorre nas interações gravadas. É exatamente por essa razão que chamamos a AC (e também a sua disciplina de origem, a etnometodologia) de abordagens praxiológicas (ou até mesmo radicalmente praxiológicas).

2.1 Intersubjetividade, sequencialidade e adjacência na fala-em-interação

A Análise da Conversa descreve a produção e a interpretação da fala em sequências organizadas de interação, ou seja, os procedimentos por meio dos quais os participantes produzem sequencialmente as ações e fazem sentido da conduta conversacional cotidiana. O termo “sequência” utilizado aqui faz referência ao fato de que as ações sociais humanas são produzidas conjuntamente e de forma intersubjetiva na interação. Ao longo da fala-em-interação, cada interlocutor produz a sua ação sempre de forma ordenada, levando em conta os turnos de fala anteriores. De acordo com Schegloff (1991),

A própria coerência e viabilidade do processo de tal interação, produzida conjuntamente pelos participantes através de uma série de movimentos em uma série de momentos que são construídos de maneira coerente no que diz respeito ao que ocorreu antes, depende de um elevado grau de compreensão compartilhada do que aconteceu antes, tanto de maneira próxima como distante, e quais cursos alternativos de ação estão por vir.² (p. 157)

A “compreensão mútua” referida nesse trecho é um aspecto fundamental da vida cotidiana e uma questão fundamental para as ciências humanas, sociais e educacionais, pois define as condições básicas para a comunicação mútua, a ação conjunta e processo de ensino-aprendizagem. Na perspectiva praxiológica desenvolvida pela AC, o entendimento mútuo é visto como uma realização local, coletiva e publicamente visível no momento da interação (Garfinkel, 1967). Durante uma interação, os participantes estão o tempo todo interpretando a ação do outro e

² Tradução nossa para: The very coherence and viability of the course of such interaction, jointly produced by the participants through a series of moves in a series of moments that are each built in some coherent fashion with respect to what went before, depends on some considerable degree of shared understanding of what has gone before, both proximately and distally, and what alternative courses of action lie ahead.

refletindo sobre a própria fala³. Em outras palavras, o entendimento não é simplesmente um processo mental, mas um processo social que exhibe ordem, método, regras, convenções e, sobretudo, sequencialidade. Por exemplo, ao se analisar dados de conversas naturais (*i.e.* conversas realizadas sem artificios impostos para a simples geração de dados), observamos que o entendimento está ligado à próxima ação produzida por um participante que demonstra compreensão em relação à ação anterior. Muitas vezes, uma resposta, como “sim”, dada no turno seguinte seria suficiente para evidenciar se está havendo uma compreensão mútua sequencialmente organizada ou o que Schütz (1970, p. 201) e estudiosos da AC chamam de “manifestação da intersubjetividade”.

A intersubjetividade é um dos conceitos importantes que norteia a concepção praxiológica e é indispensável para se explorar o andamento dos processos interativos. Por intersubjetividade, entenda-se aqui “a convergência potencial entre os realizadores de uma ação ou parcela de conduta e seus interlocutores, como coprodutores de um incremento de realidade interacional e social”⁴ (Schegloff, 1992, p. 1299). Em termos simples, a intersubjetividade é definida como a convergência de entendimento entre os participantes engajados em uma interação acerca “do que está acontecendo aqui” a todo momento nas suas ações (Garfinkel, 1967). Além disso, Garfinkel (1967) contradiz a ideia de que a intersubjetividade é uma intersecção entre conjuntos de conceitos, crenças, normas etc. Mesmo quando os falantes exibem divergências (ou até mesmo opiniões opostas), não há falta de intersubjetividade. Uma vez que a intersubjetividade é baseada no entendimento das falas (do sujeito que mantém o turno e do outro), a pessoa consegue articular as suas ideias e criticar/corroborar as do outro. A base para a sustentação de uma interação é a manutenção da intersubjetividade. Para Heritage (2007), a intersubjetividade é uma realização interacional procedimental em que os interagentes se orientam para entender o que o outro disse, se fazer entender e perceber se o outro o entendeu. Por isso, pode-se afirmar que ela compõe a fala-em-interação no sentido em que assegura sistematicamente a compreensão mútua, produz o contexto para as

³ A ação de refletir sobre a própria fala e a fala do outro é chamada de reflexividade.

⁴ Tradução nossa para o trecho: A potentially convergence between the “doers” of an action or bit of conduct and its recipients, as coproducers of an increment of interaccional and social reality.

próximas ações, e assim sustenta o andamento da interação, *i.e.*, a sequencialidade. Assim, a noção de sequencialidade é essencial para a análise da interação a partir da perspectiva dos participantes, já que esses deixam claro uns para os outros o seu entendimento do que está acontecendo no aqui e agora da interação, demonstrando, também, esse entendimento para o observador. Isto é o que Watson (1997, p. 62) chama de “dupla reflexividade”.

Na sequencialidade dos turnos, um turno é seguido por outro e a produção do primeiro propõe uma projeção do turno subsequente. Chamamos esse fenômeno de “implicatividade sequencial”⁵ (Schegloff; Sacks, 1973, p. 296). A projeção da próxima ação relevante é convencionalmente realizada através de um par de ações identificável conhecido como “par adjacente” (Schegloff; Sacks, 1973, p. 295), cuja estrutura é de caráter normativo. Por exemplo, as perguntas são enquadradas dentro das expectativas normativas que têm implicações sequenciais para os próximos falantes executarem um determinado tipo de ação, *e.g.*, para se responder a uma questão, a uma saudação, para se aceitar/rejeitar um convite e assim por diante.

A organização de pares adjacentes também é significativa em termos de como a intersubjetividade é garantida e exibida na fala-em-interação. Como ilustração, podemos citar as palavras de Schegloff e Sacks (1973), em que dão uma explicação clara dessa relação estreita entre a adjacência e a intersubjetividade:

Pelo segundo (par) posicionado adjacente, o falante pode mostrar que ele entendeu o que o (falante) anterior pretendia e que ele está disposto a acompanhar isso. Também, em virtude da ocorrência do segundo (par) produzido adjacente, o realizador do primeiro pode ver que o que ele pretendia foi realmente compreendido e que se foi aceito ou não. Também, é claro, o segundo pode afirmar a sua falha de compreensão, ou divergência, e a inspeção do segundo, em primeiro lugar, pode permitir o primeiro falante a perceber que, embora o segundo pensasse que ele entendeu, na verdade, ele entendeu mal⁶ (p. 297-298, parênteses nossos)

⁵ No original: sequential implicativeness

⁶ Tradução nossa para o trecho: By an adjacently positioned second, a speaker can show that he understood what a prior aimed at, and that he is willing to go along with

Como foi discutido anteriormente, a intersubjetividade compartilhada entre os participantes se dá nas estruturas da fala-em-interação no que diz respeito ao turno explicitado anteriormente e no turno subsequente. Em uma interação, ao proferir uma elocução, ou executar uma ação, o primeiro falante (F1) projeta e limita as possíveis falas ou ações que segundo falante (F2) pode realizar no turno seguinte, uma vez que a fala/ação de F2 estará sujeita à avaliação de F1, e vice-versa. Ao produzir a sua próxima ação no turno seguinte, F2 mostra a compreensão da ação anterior produzida por F1, orientando-o para o próprio entendimento do que foi feito ou dito. A título de exemplo, ao se produzir uma aceitação, o interlocutor demonstra o seu entendimento da ação anterior (por exemplo, um convite) e assim por diante. Caso F2 produza uma ação que sinalize dúvida ou mal-entendido em relação ao turno anterior, ele estimulará F1 a fazer ajustes da sua fala/ação a fim de que se garanta a intersubjetividade. Em uma sequência de pergunta-resposta, caso F2 não responda, F1 pode inferir que o receptor da ação tem dificuldade de responder. Ao repetir a questão, o primeiro falante mostra que pergunta original é apropriada e que a resposta está “oficialmente ausente”⁷ (Schegloff, 1972, p. 364). Tais situações são denominadas de “quebras de intersubjetividade” (Heritage, 1984), ocorridas quando o entendimento mútuo não é alcançado entre os participantes. Ao identificar a quebra da intersubjetividade, os participantes valem-se da organização de reparo, fornecendo relatos um para o outro, até que se mantenha o conhecimento em comum na interação.

Em virtude dessa perspectiva praxiológica de que as ações humanas são produzidas conjuntamente e sequencialmente na fala-em-interação em que a compreensão intersubjetiva é alcançada, o conceito de intersubjetividade adquire um significado particular e a organização da sequência se constitui como um foco para a AC. Ao observarmos os métodos utilizados pelos participantes para a produção sequencial de ação e manutenção da intersubjetividade, podemos descrever e

that. Also, by virtue of the occurrence of an adjacently produced second, the doer of a first can see that what he intended was indeed understood, and that it was or was not accepted. Also, of course, a second can assert his failure to understand, or disagreement, and inspection of a second by a first can allow the first speaker to see that while the second thought he understood, indeed he misunderstood.

⁷ “officially absent”

compreender o que está sendo interacionalmente produzido e como a fala-em-interação é conduzida. É dentro dessa visão procedimental da orientação dos participantes para manutenção da intersubjetividade que o presente trabalho se insere.

Tal visão pode contribuir para descrever a eficácia da organização interacional proposta no curso de contação de histórias, comparando-a com aquela presente em contextos mais tradicionais de ensino. Por exemplo, com base na descrição de McHoul (1978, 1990), a fala-em-interação em sala de aula tradicional é caracterizada como uma organização desigual que apresenta uma certa pré-alocação de turnos gerenciada pelo participante identificado como professor, com distribuição assimétrica do gerenciamento da tomada de turnos. Nesse sentido, a auto-seleção (*i.e.* quando o interlocutor toma o turno de fala por iniciativa própria sem esperar por uma autorização superior) só se dá quando é autorizada pelo professor, que goza de direitos especiais na seleção das partes no momento relevante para a troca de turno. Os participantes, portanto, orientam-se para uma organização da tomada de turnos de maneira que cada participante fala por vez, e quem gerencia essa organização é o professor. Markee (2000) argumenta ainda que, diferentemente da conversa cotidiana, a organização de reparo em sala de aula tradicional é marcada pelo poder de o(a) professor(a) de avaliar as contribuições dos aprendentes por meio do reparo iniciado por ela. Isso quer dizer que o professor tem o poder de gerenciar a aula e tradicionalmente seria o professor que inicia (e avalia) o reparo das ações dos alunos. Por essa razão, Seedhouse (2004) defende que o sistema de reparo em sala de aula limita-se a tratar erros de língua, especialmente relacionados à forma. Por isso, olhar de maneira detalhada para as práticas de reparo em um contexto de ensino mais centrado na prática interacional e menos orientado por aspectos formais da língua traz contribuições importantes para se discutir que objetivos desejamos alcançar ao se ensinar uma língua adicional.

Na próxima seção, vamos tratar da relação entre ações corporificadas e a AC, além de como elementos visuais e linguísticos devem ser explorados em um estudo de cunho praxiológico.

2.2 Interação Corporificada na Análise da Conversa

Sabe-se que os estudos da AC foram desenvolvidos primeiramente com base nos dados gravados em áudio (tais como interações por telefone

estudadas por SACKS et al., 1974). Assim, desde o início, a AC tem focado nos aspectos verbais e paralinguísticos da conversa, tais como pausas, prolongamento de som, sobreposições e trocas verbais de turnos.

Em alguns dos estudos, as práticas corporais de reparo foram mencionadas, mas não exploradas como tópico principal (Jefferson, 1987). Em outros estudos, os gestos e o direcionamento do olhar no trabalho de reparo foram abordados (Goodwin, 1984; Greiffenhagen; Watson, 2009; Schegloff, 1984), mas ainda não foi realizado um exame sistemático de como os reparos podem ser realizados visivelmente em ambientes de ensino-aprendizagem de línguas. Mais especificamente, tampouco houve um exame sistemático de como participantes de um curso de língua adicional produzem suas ações de reparo utilizando meios corporificados.

Nos últimos anos, o uso de vídeo para pesquisas analíticas de interações permite não somente a captura da conduta vocal dos participantes na interação face a face, mas também outros comportamentos intrinsecamente conectados a essa conduta. Pela observação dos dados gravados em vídeo, é possível realizar uma análise minuciosa do que os interagentes fazem, em tempo real, possibilitando a análise dos elementos visuais e verbais em conjunto. Quanto ambiente de ensino de línguas, o uso do vídeo impulsionou pesquisas importantes na área de ensino de PLA. Por exemplo, Moutinho e Carlin (2021) analisaram momentos de aprendizagem em que alunos e professora confiavam em elementos visuais (*i.e.* postura corporal e manipulação de objetos) para satisfazer os conteúdos didáticos da aula em questão e, assim, tornar a aprendizagem desses conteúdos visíveis na interação. Morelo e Moutinho (2021), utilizando dados de um curso de contação de histórias em PLA, investigaram como alunos, ao fazerem uma exposição oral, requisitavam ajuda de colegas por meio de movimentação da cabeça e direcionamento do olhar. Isso ajudava os colegas e professora a identificarem, isto é, categorizarem, alunos em dificuldade, o que, por sua vez, atualizava as instruções gerais do curso sobre como participar nas aulas.

Pesquisas em ambientes que unem a contação de histórias e o ensino de línguas são relevantes por dois motivos principais. O primeiro é, ao estudar vídeos gravados das aulas do curso de contação de histórias, observa-se a complexidade dos elementos interacionais nesse cenário educacional: os participantes não só falam juntos, mas também gesticulam e movem seus corpos de forma significativa e coordenada. O segundo

motivo é que isso se torna em um ponto de partida para uma perspectiva diferente de outros trabalhos. Além dos reparos verbais, podemos expandir o âmbito para os reparos recorrendo aos recursos visuais, em especial, gesto e direcionamento do olhar, com o objetivo de buscar uma nova possibilidade de análise das interações em sala de aula. Isso nos permite explorar não apenas o que é dito, mas também outros recursos igualmente necessários para se produzir um todo significativo em um contexto educacional. Assim, o foco da análise está voltado para explorar como os participantes processam os problemas de entendimento na fala-em-interação, fazendo uso de quaisquer práticas de reparo possíveis, tais como a fala, os gestos, e o direcionamento do olhar.

Importa ressaltar que, ao estudar as práticas visuais da interação na configuração de sala de aula, o nosso interesse não reside na observação e na descrição das condutas de forma separada, mas no estudo de um todo significativo, um único *Gestalt* (Gurwitsch, 1964). Embora usemos *Gestalt* como sinônimo de todo (ou de forma/unidade), não queremos dizer que esse todo é formado pela simples soma das suas partes. Gurwitsch (1964) deixou claro em seu estudo sobre dados de sentido (*sense-data* ou *Sinnesdaten*) que não reconhecemos uma melodia pela simples soma de suas notas, uma vez que não é necessário ouvimos todas as notas de uma sequência melódica para associarmos o que ouvimos a uma determinada canção. Há uma historicidade por detrás dessa associação. Em um jogo de mímica por exemplo, não é necessário reconhecer todos os gestos para se adivinhar o que o responsável pela mímica quer dizer, pois a personagem ou o objeto representado pela mímica já faz parte do repertório social (e linguístico) dos participantes do jogo. Assim, seria no mínimo errôneo afirmarmos que, em um jogo de mímica, os movimentos corporais formam um todo. Mais do que isso, seria metodologicamente problemático afirmarmos que os participantes estão se orientando para interpretar, em vez de apenas gestos, múltiplos modos (*i.e.* fala, gestos, imagens, cores etc.) quando interagem. Pesquisas recentes (Carlin *et al.*, no prelo; Brincher; Moutinho, 2021; Moutinho *et al.*, 2022; Mair *et al.*, 2018) apontam que esses modos na maioria das vezes são múltiplos apenas para os analistas, mas não para os participantes, que se orientam para uma contextura (Garfinkel, 2002; Gurwitsch, 1964)⁸ de ações como

⁸ Referimo-nos aqui à contextura-Gestalt (Gestalt-contexture), que, segundo Gurwitsch (1964, p.130-131) se refere a uma interdependência funcional entre as partes, de modo

uma unidade, impossível de serem tratadas como fenômenos individuais sem perdermos o fenômeno que exploramos.

Assim, para realizar a análise deste trabalho, julgamos serem indispensáveis dois processos de análise: (i) uma descrição conjunta da fala e dos movimentos do corpo, explorando, detalhadamente, o que está acontecendo na sala de aula em um determinado momento; e (ii) a orientação dos participantes aos recursos interdependentes (e.g. fala e movimentos do corpo) para se explorar os diferentes níveis de interpretação produzidos situadamente.

Na próxima seção, voltamos a nossa exposição ao percurso metodológico para descrevermos o contexto do estudo e o processo de coleta de dados.

3 Percorso metodológico

Com o intuito de proporcionar uma melhor contextualização do nosso trabalho, apresentaremos o contexto do estudo, *i.e.* curso de contação de histórias. Após isso, será abordada a coleta dos dados audiovisuais que servem de *corpus* de análise para a discussão acerca dos fenômenos explorados neste trabalho, assim como os procedimentos metodológicos para a análise.

3.1 O curso de contação de histórias

Os dados deste estudo foram gerados em um curso de contação de histórias em uma universidade de Macau (China) em 2017. O curso era ofertado como atividade extracurricular para alunos do curso de Letras-Português da mesma instituição. Elaborado em 2009 no contexto de um Programa de Português para Estrangeiros no Brasil (Dilli; Morelo, 2009) e ministrado a partir de 2010, o curso passou a ser ofertado em Macau, a partir de 2017 e, posteriormente em Cantão (província da China próxima a Macau), a partir do ano seguinte. A seguir, fornecemos um quadro com os objetivos do curso:

que uma parte necessariamente tenha que existir em algum local, e ter uma função específica, dentro de uma contextura.

Quadro 1 – Objetivos do Curso de Contação de Histórias

- Contar e ouvir histórias;
- Expor o aluno a histórias orais tradicionais do Brasil e de outros países (compreensão oral e escrita através do gênero conto popular tradicional e outras histórias – fábulas, contos orais, lendas, mitos, poesias, canções, parlendas, etc.);
- Promover o reconhecimento e a reflexão de aspectos da cultura e da história do Brasil, bem como dos países de origem dos estudantes;
- Desenvolver habilidades orais de produção e compreensão (contar, narrar, relatar, improvisar e ouvir) e as demais habilidades (ler e escrever);
- Desenvolver a percepção do corpo e do espaço para a contação (desinibição em público);
- Propor uma reflexão sobre o que caracteriza um texto como conto popular e a estrutura da narrativa empregada nele, quando escrito e narrado;
- Reconhecer e sistematizar aspectos linguísticos envolvidos na contação de histórias (passados perfeito e imperfeito – do indicativo e do subjuntivo, discursos direto e indireto, onomatopeias brasileiras, epítetos, ditados populares, etc.);

Fonte: Dili e Morelo (2009, p. 95)

Conforme o Quadro 1 (e também conforme veremos nos dados), é possível notar que o curso trata a língua como um objeto dependente de contexto, pois não restringe o seu uso ao simples desenvolvimento de aspectos formais. A língua aqui é vista como ação social, *i.e.* a ação de contar histórias, que produz a própria realidade do curso e vai além de um simples exercício de reprodução. A contação, assim, torna-se uma forma de aprendizagem contextualizada da língua-alvo, por meio da qual o ato de aprender ganha forma nas próprias trocas linguísticas que se desenvolvem durante o curso, propiciando um fazer educativo emancipatório de significação e de envolvimento.

Cursos de contação de histórias no âmbito de ensino de PLA é um tema que já tem sido investigado há algum tempo. Dilli e Morelo (2009), por exemplo, descreveram os primeiros passos dessa estratégia de ensino em PLA e compartilharam as vantagens de se elevar a contação a um tema principal de um curso de línguas, não apenas como uma atividade eventual, como acontecia na maioria dos casos. As autoras defendem que, em um curso de contação, não se faz apenas uma exposição oral. Nesses cursos, conta-se uma história a alguém e se adapta a história aos interlocutores e também os atos performáticos são adequados à acústica e à dimensão do local onde estão. Assim, “a história contada é parte de um todo, que envolve o outro, o espaço, o tempo e todos os aspectos implicados na imediatez da interação face-a-face, tudo isso é história (Dilli; Morelo, 2009, p. 94). Morelo (2022) e Morelo e Moutinho (2021) realizaram estudos sobre como o planejamento de um curso de contação

de histórias em PLA é concretizado na prática. Os autores verificaram um intenso trabalho categorizacional dos alunos e da professora durante a atividade de contação, que revelava uma complexa relação reflexiva entre planejamento pedagógico e interação em sala de aula. Nos dados apresentados pelos autores, o planejamento era visivelmente atualizado durante a contação, pois elementos de ordem local surgiam para dar conta dos entraves, como as dificuldades linguísticas, por exemplo, que os alunos enfrentavam durante a atividade. Isso demonstra como a contação é uma estratégia convidativa para que, não apenas o professor, mas os outros alunos possam estar engajados no contar. Isso torna o ambiente de ensino mais democrático, com a oportunidade de se inserir na história sem autorização prévia do professor, possibilitando um sistema de troca de turnos menos hierarquizado e contribuindo para uma atividade de produção oral mais perto da conversa cotidiana (algo desejável em um curso de língua adicional).

Ao longo do curso em que coletamos os dados para este artigo, tivemos quatro encontros com o grupo investigado. As aulas que serviram de cenário para a coleta de dados desta pesquisa ocorriam uma vez por semana pela tarde, em salas de atividades da universidade. Para que as participantes gradualmente fossem desenvolvendo a capacidade de contação de histórias na língua alvo, foram realizadas atividades como a leitura de termos de um glossário teatral e de um texto que resume a estrutura clássica de uma narrativa (Dilli; Morelo, 2009, p.10), a preparação do corpo e da voz, a invenção de histórias em círculo e a adivinhação por som e mímica.

Convém esclarecer que a primeira autora deste estudo estava diretamente envolvida na nossa pesquisa, e se relacionou com os outros participantes como uma aluna e não como analista do grupo. Assim, o foco da análise será nas ações dos participantes preservadas em vídeo e não percepções da analista sobre que possam vir a ser essas ações. Cabe mencionar também que o planejamento do curso não serve como um foco de análise para o nosso estudo, mas sim a concretização desse planejamento, isto é, como ele é atualizado na prática (Morelo 2022; Morelo; Moutinho, 2021).

3.2 Coleta dos dados

Devido à necessidade de se estudar a fala-em-interação em seu contexto natural de produção, três aulas (nomeadamente a segunda, a terceira e a quarta aulas do curso) foram gravadas em áudio e/ou vídeo, totalizando aproximadamente cinco horas de registros audiovisuais. A primeira aula não foi filmada pois ela serviu para a ambientação dos participantes ao curso. Além disso, naquela altura, ainda não tinham sido assinados os consentimentos por parte dos participantes para a gravação das aulas (embora eles já haviam manifestado esse consentimento de maneira informal). Os consentimentos foram lidos, assinados e entregues pelos participantes no segundo encontro. Todos os procedimentos de coleta de dados foram analisados e aprovados pelo Comitê de Ética de pesquisa da Universidade de Macau onde este estudo foi realizado. O projeto para o qual os dados foram coletados intitula-se “Sequentiality and intersubjectivity in L2 classroom discourse” e foi registrado na instituição onde se realizou o estudo com código de aprovação MYRG2016-00003-FAH.

Foram utilizadas duas maneiras de registro, uma câmera com resolução em 4K (3.840 por 2.160 pixels) e um gravador digital com frequência máxima do sinal de áudio posicionado próximo aos interactantes. Dessa maneira, foi possível capturar a maior parte das interações em sala de aula, até mesmo as falas mais baixas em termos de intensidade do som. A câmera foi posicionada em um dos cantos da sala, afastada do grupo para poder registrar o máximo de recursos interacionais possível.

Constatamos que os alunos nunca comentaram o fato de estarem sendo filmados, nem mesmo olharam para a câmera, concentrando a atenção nas atividades ao longo do curso. Isso mostra que a atenção dos participantes estava visivelmente centrada na interação e que o equipamento de vídeo não foi um impedimento para a produção de dados naturais em sala de aula, ou seja, os dados produzidos para todos os fins práticos da atividade pedagógica em si, independentemente de estarem sendo coletados para fins de pesquisa).

3.3 Seleção, segmentação e transcrição dos dados

Depois de termos obtido os dados, passamos para o processo de visualização repetida (*i.e.* observação minuciosa e detalhada das interações gravadas por meio de diversas visualizações de trechos selecionados

para a análise). A inspeção repetida das gravações ajudou-nos a perceber gradualmente que os participantes recorrem às práticas de reparo, verbais e não-verbais, para manter a intersubjetividade em sala de aula. Houve diferentes ações de reparo que nos despertaram curiosidade sobre o seu sentido interacional e sequencial para a organização da interação em sala de aula. Os critérios para a seleção dos excertos usados neste trabalho foram: (i) separar as atividades em que os participantes se orientavam para sequências de reparo; (ii) observar qual atividade era a mais propícia a sequências de reparo, o que nos levou a selecionar a atividade de mímica; (iii) procedemos para um visionamento mais apurado (*i.e.* repetido e detalhado) de cada momento em que o reparo foi identificado na atividade em questão; (iv) selecionamos seis excertos em que momentos de reparo eram internacionalmente relevantes e foram capturados de maneira clara pela câmera durante a atividade; (v) dos seis excertos, selecionamos dois para serem apresentados neste trabalho que compreendem e exibem de maneira nítida três maneiras complementares para a realização do reparo, respectivamente: sinais de mão, movimento de olhar e falas.

Os dados foram transcritos com base no modelo de convenções elaborado por Jefferson (1984, ver anexo). Essa notação de transcrição é um passo indispensável para tornar possível a observação minuciosa dos dados gerados e a análise sequencial da interação pelos pesquisadores e outros leitores, constituindo-se como um elemento crucial para registrar em detalhes as ações dos participantes tais como hesitações, sobreposições, interrupções e outros fenômenos interacionais.

Dado que o presente estudo tem como foco o reparo visual, as ações corporais que os participantes usam para levar a cabo o fenômeno em questão também são transcritas. No entanto, importa esclarecer aqui que as transcrições são sempre (e necessariamente) seletivas na medida em que refletem o foco da pesquisa. Em uma configuração como tal, que envolve vários participantes, inclui-se nas transcrições as ações corporificadas que têm relevância interacional (*i.e.* que orientam a organização do reparo por parte dos participantes) e exclui-se aquelas que não influenciam o evento interativo em observação. Quanto ao presente estudo, em alguns casos, as transcrições são adicionalmente complementadas por quadros extraídos dos registros audiovisuais, com sinalizações em relação à movimentação corporal dos participantes e ao direcionamento de olhar a fim de mostrar visualmente as ações que consideramos serem essenciais para a discussão dos dados. Contudo,

ressaltamos que a transcrição, mesmo sendo uma forma de representação dos dados, serve somente como uma ferramenta de auxílio para o leitor acompanhar as nossas observações, mas nunca como um elemento substituto da gravação. Assim, a análise foi realizada observando constantemente as gravações audiovisuais e adicionando elementos importantes na transcrição se algo essencial tiver ocorrido que não tenha sido transcrito anteriormente. A transcrição dos dados foi assim um processo contínuo e uma ferramenta metodológica para facilitar o acesso do leitor deste artigo aos dados do nosso estudo.

3.4 Considerações éticas

Conforme já mencionado, buscando conduzir o nosso estudo de acordo com os princípios éticos de investigação, as gravações só se iniciaram depois de termos obtido dois documentos fundamentais: (i) a aprovação do comitê de ética (da universidade onde o estudo foi realizado) quanto à proposta de recolha de dados; e (ii) a autorização de todos os participantes com assinaturas deles em um documento de consentimento, no qual foram esclarecidos o tema, os objetivos e outras informações sobre a pesquisa.⁹ Também foi esclarecido aos participantes que o seu direito à privacidade ia ser protegido (as suas faces, caso aparecessem nas capturas de tela, seriam borradas utilizando-se um editor de imagem) e que poderiam retirar o seu consentimento a qualquer momento se precisarem. Tendo em conta a preservação das identidades dos participantes e a manutenção da confidencialidade dos dados, os nomes dos participantes (em vez de nomes, utilizamos pseudônimos), bem como o nome da universidade pesquisada, foram preservados. Depois de se ter visualizado, selecionado, segmentado e transcrito os momentos da ocorrência do fenômeno em questão, procedeu-se, então, finalmente à análise sequencial dos segmentos.

4 Resultados

A proposta geral desta seção é explorar como os participantes realizam os reparos para a construção da intersubjetividade em um espaço educativo de contação de histórias, partindo das atividades pedagógicas colaborativas entre os participantes nas suas interações

⁹ O documento está disponível através de solicitação direta aos autores.

face a face. Mais especificamente, o enfoque analítico recai sobre a fala e dois tipos de gestos, sinal de mão e movimento do olhar, produzidos pelos participantes ao solucionar os problemas, que se orquestram na manutenção da intersubjetividade, e também sobre os momentos em que é possível apontar uma sincronia entre a cadeia da fala e os gestos.

Como a observação das interações neste trabalho é minuciosa e detalhada, orientamo-nos aqui para uma análise praxiológica do fenômeno explorado (*i.e.* uma análise que se orienta para as ações práticas dos participantes, que eles exibem momento a momento enquanto interagem). Isso acontece pelo fato de o mecanismo de reparo (levado a cabo tanto por elementos verbais quanto por não-verbais) ser comumente (diríamos até massivamente) presente nas nossas interações diárias, dado que sem esse mecanismo jamais poderíamos garantir um entendimento mútuo entre membros de uma sociedade. Assim, buscamos aqui explorar detalhadamente como essa rotina de reparar o que é identificado como problemático é realizada, na sala de aula em questão, como método para se atingir um entendimento em comum na língua-alvo.

Essa rotina de reparar tem sido ignorada nos estudos da educação justamente por ser rotina (Macbeth, 2010; Marques *et al.*, 2022), porém, é exatamente olhando para aquilo que se toma como garantido, que é rotineiramente usado e, à primeira vista, “desinteressante¹⁰” (Garfinkel, 2002, p. 107), que podemos compreender como as nossas práticas diárias em ambientes educacionais tomam corpo e se desenvolvem (para mais estudos na área educacional com essa mesma natureza metodológica, veja: Carlin, 2021; Carlin *et al.*, 2021a, 2021b; Carlin; Moutinho, 2020; Marques *et al.*, 2021; Moutinho;).

Para a análise, foram escolhidos dois segmentos de situações interativas que nos auxiliam nessa tarefa. No primeiro segmento, a turma consegue resolver os problemas por meio da cooperação de sinais de mão e falas, cumprindo a atividade pedagógica de modo colaborativo. O segundo diz respeito ao movimento do olhar, em que vamos explorar uma instância em que a orientação visual em direção à outra parte é fundamental para que o mecanismo de reparo seja acionado.

¹⁰ “uninteresting”

4.1 Sinal de mão e produção de sentido

A interação transcrita no Excerto 1 passa-se no jogo “quem, onde, o quê” no segundo encontro do curso. Nesse jogo, as alunas recebem anotações com informações de “quem, onde, fazendo o quê” e depois trabalham em dupla para mostrar o “quem” (a personagem da história), o “onde” (o lugar) e o “o quê” (as ações) através da mímica enquanto as outras participantes do curso tentam adivinhar a resposta para esses elementos. Para entender a mímica, as outras participantes têm de passar por três passos: primeiro, descobrir quem é a personagem principal; segundo, compreender onde a personagem está e; por fim, o que a sua ação representa. O momento registrado no excerto abaixo é parte dessa atividade. A professora do curso é identificada como “P”; e as respostas ou os comentários coletivos da turma são identificados como “Grupo” (tanto neste fragmento como nos outros do nosso trabalho). As ocorrências de reparo envolvendo as participantes acontecem quando surge um problema de entendimento acerca da mímica que gira em torno da personagem macaco. Neste momento, as participantes tentam descobrir o significado da mímica da participante Mara, sendo essa mímica a fonte do problema.

Excerto 1 – 2º encontro (00:12:28 – 00:13:31)

1. P quem que quer dizer primeiro? quem quer ser os
2. primeiros?
3. ((Lis levanta as mãos)) vocês? (.) pode ser
4. Lis & Mara ((vão para o centro e começam a fazer a mímica))

Figura 1 – Lis inicia o trabalho de mímica



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH

Figura 2 – Mara faz a mímica referente a “macaco”



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH

Figura 3 – Lis finge virar páginas de um livro e Mara se aproxima



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH

5. Mia °hum estudante°
6. Lis & Mara ((continuam a mímica))

Figura 4 - Mara finge roubar o livro e fugir



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH

7. Ana a::h=
 8. Mia =ladrão
 9. (.)
 10. Dai ladrão=
 11. P =ó va- vamos esperar a cena terminar e aí a gente
 12. tenta (.) va- vamos fazer (.) esperar a cena
 13. completa=
 14. Mara =°já acabou°=
 15. P =já acabou?=
 16. Mara =si:m hh=
 17. P =tá (.) então vamos ver (.) quem (.) que que
 18. vocês acham que é o quem
 19. (1,5)
 20. Mara ((faz um gesto – mesmo gesto que ela fez quando
 21. estavam interpretando a cena completa))
 22. Figura 5 – Mara refaz o gesto



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH

23. Mia estudante=
 24. P =um estudante? (.) ou um ladrão?
 25. Mara ((balança a cabeça e aponta para ela mesma))
 26. Dai ((imita o gesto de Mara e olha para ela))

Figura 6 - O início do reparo gestual de Mara



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH

27. Ana vo[cê é macaco?
 28. Dai [maca[co
 29. Ceci [macaco
 30. Mara ((confirma com a cabeça))
 31. P ((com uma cara de surpresa)) um macaco?
 32. Mara é.((Mara e Dai fazem o gesto do macaco ao mesmo tempo))
 33.

Figura 7 - A condução do reparo realizado por Mara e Dai



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH

34. P e: esse maca- a::h (.) tá (.) agora eu lembrei
 35. que os chineses fazem [o macaco assim
 36. ((repete o gesto))

Figura 8 - A reprodução do gesto pela professora



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH

37. Cris [é=
 38. Mia =[sim
 39. Grupo [a:h
 40. Dai ((faz outra vez o gesto do macaco))
 41. Mia eu fiquei com mais atenção naquilo que ela tava
 42. fazendo aqui: ((faz o gesto de virar página de
 43. livro))
 44. P é (.) então ô é uma coisa que a gente vai pensar
 45. e vamos ver (.) tá, e o lugar?

Logo que a professora pergunta qual dupla quer ser a primeira, Lis levanta as mãos autocandidatando-se para dar início à atividade com a sua parceira de dupla, Mara. Assim que é autorizada pela professora, Lis vai para o centro do círculo enquanto Mara fica ao lado. Nesse momento, as duas começam a fazer a mímica. Ao observar o vídeo, nota-se que, quando Mara está fazendo um movimento de mão (passando-a acima da cabeça), configurando um sinal que, na cultura chinesa, faz referência ao personagem macaco, as outras alunas prestam atenção somente na participante Lis. Essa participante está ajoelhada no centro do círculo fazendo gestos de virar páginas de um livro. Recuperamos aqui a Figura 2 (presente no Excerto 1) para melhor visualização desse detalhe:

Figura 2 – Mímica referente a “macaco”¹¹

Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH.

Como Mara fica em uma posição mais afastada e faz a mímica de uma forma muito discreta, as outras participantes não direcionam os seus olhares a ela. Isso resulta em dois problemas de entendimento. O primeiro é que a professora não observa a conclusão da mímica e pede para as outras alunas esperarem a cena terminar, produzindo uma fala subsequente, nas linhas 11-13, “oh va- vamo esperar a cena terminar e aí a gente tenta (.) va- vamo fazer (.) esperar a cena completa”. O segundo problema aparece quando as outras participantes não demonstram compreender perfeitamente a performance do grupo. Pode-se ver na linha 5 (“hum estudante”) que Mia produz uma resposta, mas Lis e Mara continuam a produzir a mímica, uma vez que a resposta certa seria “macaco”. Além disso, as falas que Mia e Dai produzem nas linhas 8 e 10 (“ladrão”) também não indicam o acerto da resposta. Portanto, surgem duas sequências de reparo para resolver esses problemas.

Na linha 14, Mara inicia o primeiro reparo para resolver um mal-entendido, dizendo “já acabou” em voz baixa, para indicar o término da performance. A professora, ao ouvir isso, reproduz a fala da aluna, na linha 15, “já acabou?” para confirmar o que foi dito, recebendo a

¹¹ Os nomes das participantes que produzem as mímicas estão indicados nas figuras.

ratificação de Mara, “si:m hh” (linha 16). Já no turno seguinte, após o “tá” (linha 17), a professora volta à questão da adivinhação da mímica, “então vamos ver (.) quem (.) que que vocês acham que é o quem”, sinalizando que o primeiro problema de compreensão já estava resolvido.

Como foi referido acima, as outras participantes não prestaram atenção à ação de Mara e, conseqüentemente, perderam a informação-chave para adivinhar a personagem representado pela mímica. Em outras palavras, Mara, em lugar de Lis, seria a participante central da mímica. Ao observar o intervalo de um segundo e cinco décimos de silêncio depois que a professora refaz a pergunta (linhas 17 e 18, “quem (.) que que vocês acham que é o quem”), podemos afirmar que os outros participantes não fazem ideia da resposta ou não têm certeza se entendem bem a mímica, o que também abre um espaço para que Mara inicie e leve a cabo um reparo gestual (Figura 5) da própria mímica com a repetição da fonte do problema, refazendo o gesto que ela fez no começo. Reveja a Figura 5:

Figura 5 – Mara refaz o gesto



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH.

A seguir, Mia e a professora dão as suas respostas, na linha 23, “estudante”, e na linha 24 “um estudante? (.) ou um ladrão?”. Os enunciados dessas participantes evidenciam, novamente, que os outros participantes prestaram atenção somente no centro do círculo e, conseqüentemente, concluíram de maneira equivocada que o “quem” da

história era um estudante que estava lendo (Figura 3) ou um ladrão que roubava algo e fugia (Figuras 3 e 4). Reveja as Figuras 3 e 4:

Figura 3 – Lis finge virar páginas de um livro e Mara se aproxima



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH.

Figura 4 – Mara finge roubar o livro e fugir



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH.

Visto que o reparo realizado por Mara não é bem-sucedido, ela balança a sua cabeça, com sinalização de discordância e inicia outra vez um reparo gestual (figura 6), apontando para si mesma, indicando que a resposta correta podia ser encontrada no gesto (representando ‘macaco’) que ela tinha acabado de fazer. Reveja a Figura 6:

Figura 6 – O início do reparo gestual de Mara



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH.

Aparentemente, dessa vez, Mara reconheceu a fonte do problema da compreensão, isto é, uma vez que a atividade deveria ser organizada em dupla, a mímica foi realizada sem deixar claro aos outros participantes quem deveria ser o foco da atenção. O gesto realizado por Mara apontando para si própria foi organizado a fim de que os movimentos dela fossem observáveis pelos outros participantes. Ela assim fornece uma das condições para a manutenção da intersubjetividade: estabelece a relação entre o gesto e o referente da personagem. Isso promove a compreensão dos outros na tarefa da adivinhação pela mímica.

Podemos observar na figura anterior também que Dai repete o gesto de Mara e, ao mesmo tempo, olha para ela. Isso evidencia uma tentativa de Dai de demonstrar visualmente o entendimento dela sobre a mímica. Nesse momento, o entendimento torna-se observável com base

nas falas sobrepostas na linha 27 (“você é macaco?”) e nas linhas 28 (“macaco”) e 29 (“macaco”). Isso quer dizer que a maioria dos outros participantes descobriu que Mara era a figura principal da mímica, e assim conseguiram encontrar a resposta certa. Ao receber as respostas corretas, Mara confirma fazendo um sinal de positivo com a cabeça, indicando concordância.

Porém, depois do reparo de Mara, a professora não fecha a sequência, fazendo uma intervenção e solicitando um reparo: “um macaco?” com uma cara de surpresa e entonação ascendente, já que a professora não compartilha o conhecimento de que, na cultura chinesa, o gesto de passar a mão acima da cabeça (Figura 2) representa um macaco.

A “demanda explícita de justificativa”¹² (Candela, 1999, p. 145), por não ter expressado aceitação imediata, também pode ser considerada uma negação da mímica de Mara. Nesse caso, na linha 32, Mara toma o turno e sinaliza o recebimento do início de reparo da professora ao proferir “é” com uma entonação descendente (sinalizada pelo ponto final – veja novamente a linha 32) e depois insiste em fazer o mesmo gesto para indicar “macaco”. Ao mesmo tempo, Dai se autosseleciona e, outra vez, imita o gesto de macaco (Figura 7), sobrepondo-se ao turno de Mara e demonstrando a sua ratificação do gesto. Reveja Figura 7:

Figura 7 – A condução do reparo realizado por Mara e Dai



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH.

¹² “explicit demand for a justification”

Após os reparos de Mara e de Dai, a professora, que ia iniciar outro reparo, “e: esse maca-”, desiste abruptamente do enunciado e demonstra ter entendido o recurso utilizado pelas alunas. A maneira como ela alonga os sons na linha 34 (“a:h”) mostra que ela produziu um novo entendimento a partir dos gestos das alunas. O comentário adicional seguinte (“agora eu lembrei que os chineses fazem o macaco assim”) e a repetição do gesto de macaco na Figura 8, podem ser consideradas como evidências de ter chegado a uma reelaboração de entendimento e ratificação dos reparos das alunas. Reveja a Figura 8:

Figura 8 – A reprodução do gesto pela professora



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH.

Da mesma forma, a confirmação de Cris e de Mia (linhas 37 “é” e 38 “sim”), o “a:h” alongado em coro, e o gesto de macaco que Dai repete na Figura 7, sinalizam o reconhecimento e a ratificação da representação do macaco, sinalizando que o problema de compreensão foi solucionado.

Observamos na interação acima, portanto, um desdobramento sequencial de reparos gestuais iniciados pelos outros e levado a cabo pelo participante da fonte do problema. Esse desdobramento foi entremeado com a ratificação dos outros participantes, o que possibilitou o avanço interacional. O segmento mostra o momento em que é estabelecido

o entendimento mútuo de que o sinal de mão combinado com outros movimentos corporais representam a Figura de um animal, o macaco. Os gestos, nesse contexto específico, assumem uma função primordial na manutenção da intersubjetividade no correr da fala-em-interação dado que complementam as ações verbais e até desafiam a historicidade das relações antes tomadas como garantidas no repertório linguístico das participantes, como a reação inicial da professora ao saber que a mímica se referia ao personagem macaco comprova.

Além disso, o mesmo gesto que Dai produz em sobreposição ao turno de Mara (Figura 7), a reprodução gestual da professora (Figura 8) e a confirmação das outras participantes (linhas 37-39) mostram que todas as participantes se engajam ao entrarem em sintonia interacional com a interlocutora da fonte do problema (Mara). Assim, Mara realiza uma sequência de reparos para confirmar que as outras participantes estavam, dessa vez, prestando atenção nas suas ações e entendendo o que ela tinha para dizer. Ou seja, a intersubjetividade, por meio de vários mecanismos de reparo, mantém-se.

4.2 Movimento do olhar: cooperação na produção de sentido

O segmento analisado a seguir, com duração de cerca de três minutos, faz parte do terceiro encontro filmado. Nesse encontro, a professora inicia uma tarefa de contação de histórias, a qual consiste em um trabalho em grupos, compostos por três membros para se inventar uma história com base em cinco palavras indicadas pela professora. Esse excerto envolve três participantes: Elma, Cris e Ana. O trecho aqui analisado ocorre exatamente durante a contação da história elaborada por essas alunas. No excerto abaixo, há algumas poucas falas em língua chinesa marcadas em negrito. Quando isso ocorre, fornecemos, abaixo da fala em chinês, uma tradução para o português.

Excerto 2 – 3º encontro (00:27:02-00:29:44)

1. Elma mas como como os os homens têm imensos desejos
2. (1,0)eh ela inclusiva realizar os desejos de todos
3. os todos os TODAS as pessoas (.) portanto para
4. resolver essa problema (1,0) eh Alba (2,0) eh Alba

5. ((olha para Cris))

Figura 9 – Elma olha para Cris



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH

6. Cris ()

7. Elma eh Alba ((olha para Ana, Ana olha para ela e acena

8. com a cabeça, Cris continua olhando para Elma))

9. apli- apli- aplica uma regra que é((Ana levanta-

Figura 10 – Movimentos de olhar entre Elma e Ana



Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH

10. se)) os ((olha para Cris))os homens (2,0) *zen me*

11. *shuo zhe ge?*
como se fala isto?

12. Cris °os homens ()°

13. Elma °ah° os homens precisam de rezar com fotos na mão
14. (1,0) assim a su- (.) assim a sua mensagem vão
15. transmitir em casa de (.) Alba (1,0) e um dia
16. ((olha para Cris)) um menino de esco- um menino
17. pobre (.) ah desculpa (.) esqueci uma coisa
18. Grupo hh
19. Elma como nem (1,5) como nem todo mundo tem câmara em
20. casa (1,5) portanto (.) alguns desejos vão recebi=
21. Cris ((olha para Elma))=oser recebidoso
22. Elma ((olha para Cris)) vão ser recebido pela anjo pelo
23. anjo e outros não ((olha para Cris))
24. Cris °en°
25. Elma e um dia um menino pobre descobre essa regra (.) e
26. como ele é um (.) ele é pobre (.) e ele não tem
27. câmara (.)por isso ele (.) tem uma ideia que é ele
28. pode desenhar a- alheia (1,0) sim (.) e como ele
29. desenha muito mal e a suas mensagem nunca (1,0) hh
30. nunca vão (.) nunca ser recebido pe- pela anjo
31. ((olha para Cris, Cris acena a cabeça)) mas ele
32. não sabe isso (.) ele ficou ele ficou a desenhar
33. (.) ficou a desenhar todos os dias (.) e um dia
34. finalmente o anjo (.) um dia como ele desenha
35. ((fecha os olhos)) tal bonito como uma foto ((Ana
36. acena com a cabeça)) o anjo recebe (1,0) o seu
37. desejo e (1,0) o seu desejo dele é ser um bom um

38. ((fecha os olhos))pintor famoso e ao mesmo tempo
39. ele já: é um bom
40. (1,0)
41. Cris pintor
42. Elma é um ((fecha os olhos)) pintor famoso hh
43. ((palmas da turma))

Sendo a contadora representante do grupo, Elma demonstra grande dificuldade durante a sua contação da história, que fica evidente pelas pausas e os equívocos gramaticais nas suas falas. Além disso, ao desenvolver a sua história, Elma, muitas vezes, interrompe abruptamente a sua própria fala, iniciando e realizando auto-reparos para solucionar os problemas gerados nos seus próprios turnos, como na linha 8 (“apli-apli- aplica uma regra”).

Observa-se na linha 4 que Elma encontra dificuldade em continuar a contação da história, o que pode ser percebido pela sua hesitação e a repetição de “eh Alba” (linha 4). Assim, autoinicia o reparo da sua fala (Schegloff et al., 1977) e, ao mesmo tempo, destina a sua atenção visual à Cris, outra conhecedora da história, indicando um convite para uma reação, que seria ajuda de Cris para Elma completar a história. Cris aparentemente atendeu à solicitação visual de Elma e toma o turno e fornece um reparo (linha 6, inaudível) em meio à continuidade da história, levando a cabo o reparo que havia sido iniciado por Elma no turno anterior.

Na continuação da atividade, nota-se, novamente, que Elma primeiramente direciona o seu olhar para Cris (Figura 9). Posteriormente, lança uma pergunta a ela em mandarim em voz baixa, *zen me shuo zhe ge?* (“como se fala isto?”), linhas 10-11, o que a acaba selecionando como a próxima falante e desencadeando uma sequência de reparos em que Cris participa, co-produzindo a história com Elma. Note-se que, dessa vez, Elma faz isso combinando a fala com uma ação corporal, por meio do direcionamento do olhar para Cris para solicitar o reparo da colega e dar continuidade à construção do próprio turno. Reveja Figura 9:

Figura 9 – Elma olha para Cris¹³

Fonte: Projeto MYRG2016-00003-FAH.

Nessa interação, constata-se que, em virtude dos problemas de produção de Elma, Cris intervém na contação da história, ajudando Elma e levando a cabo os reparos iniciados pela colega em certas ocasiões. Cris até mesmo inicia e realiza um reparo de problema gramatical da sua colega, como se pode ver na linha 21 (“ser recebidos”). Os reparos de Cris, ora completando as enunciações, ora corrigindo diretamente as falas de Elma, podem ser considerados tanto uma coprodução da história junto com a sua colega, quanto uma tentativa de esclarecer os problemas para facilitar a compreensão da história por parte dos outros participantes. Ou seja, os reparos de Cris acabam por contribuir para a resolução dos problemas e, conseqüentemente, têm grande relevância na coprodução do entendimento da história.

Entretanto, convém destacar aqui o fato de que, mesmo que o enunciado de Elma contenha muitos problemas linguísticos, ou seja, fontes potenciais de problema, os participantes envolvidos nas sequências de reparo raramente se orientam para corrigi-los, deixando o tópico se

¹³ Marcamos o movimento de olhar com seta vermelha.

desenvolver. Uma vez que eles não suspendem a fala-em-interação em curso, deixam clara a preponderância do foco no conteúdo em detrimento do foco na forma gramatical. Dessa maneira, a organização do reparo aqui apresenta-se de modo distinto do ponto de vista de Seedhouse (2004), de que o sistema de reparo em sala de aula se restringe a tratar dos problemas de forma. O que também chama a nossa atenção nessa ocorrência é o frequente direcionamento de olhar de Elma para Cris e Ana (linhas 5, 7, 10, 16, 22, 23, 31), que está totalmente integrado com a fala da primeira, solicitando não somente o reparo dessas duas interactantes, mas também a ratificação delas.

Pode-se observar que, na linha 7, Elma olha para Ana enquanto a segunda acena a cabeça¹⁴ como reconhecimento do enunciado da primeira. Da mesma forma, na linha 24, em resposta ao direcionamento do olhar de Elma (linha 23), Cris produz um *en* no turno subsequente que significa concordância em chinês (sem tradução para o português). A ação gestual de Ana e a verbal de Cris podem ser consideradas como avaliação à contribuição da sua colega, que podem ser interpretadas como “certo” ou “o que você falou é correto”. Nesse caso, são as duas colegas (e não a professora) que estão assumindo a responsabilidade de avaliar o desempenho da colega na fala-em-interação.

Além do mais, nessa ocorrência, é observável que elma se esforça para manter cris e ana como interlocutoras endereçadas, mantendo a cooperação entre elas nessa atividade de contação de história. a iniciação do reparo aqui entra na história como um elemento central, pois acaba por fazer parte da própria atividade de contação, por meio de uma combinação entre fala e ação não-verbal (nesse caso, o olhar). é nesse ponto que podemos dizer que elma, ao mesmo tempo, orienta-se para categorias de participação diferenciadas. por um lado, nesses momentos de iniciar reparo e convidar cris para reparar as próprias falas e completar a história, elma apresenta-se como uma interlocutora que não consegue produzir enunciados adequados com autonomia e levar a cabo os reparos. assim, elma categoriza cris como participante competente para realizar o reparo, o que acaba por deixar elma como participante “ainda-não-competente”¹⁵ (Sacks *et al.*, 1977, p. 381). além disso, elma solicita a ajuda de cris,

¹⁴ Visto que dificilmente mostrar o movimento de cabeça com figuras, escolhemos por descrever a ação.

¹⁵ “not-yet-competent”

recorrendo à língua chinesa (linha 10), língua materna compartilhada por ambas, em voz baixa, e depois volta a contar a história em português com voz em volume normal, demonstrando a sua intuição de que o uso do chinês não é esperado neste contexto.

Um outro ponto interessante a ser observado é que, depois do frequente direcionamento do olhar para as outras duas participantes (Cris e Ana), ao continuar a história, Elma fecha os olhos (linhas 35, 38 e 42) e só os abre quando ela própria termina o reparo. Isso nos permite inferir que, diferentemente de antes, a contadora da história resiste à realização do reparo realizado pelos outros dessa vez e prefere que ele seja feito por si própria. Assim, ela recategoriza-se como participante competente para realizar o auto-reparo. Em outras palavras, ela exibe um esforço para adquirir mais competência na aprendizagem. Isso mostra que, nesse espaço interacional, não somente a professora, mas os alunos também são responsáveis por criarem oportunidades para se envolverem no processo de ensino-aprendizagem.

5 Considerações finais

Como foi mencionado na introdução deste trabalho, estudos anteriores sobre reparo em sala de aula são excessivamente focados no aspecto verbal e, por isso, não levavam devidamente em conta as outras ações que os falantes utilizam para garantir a ordem social nas interações educacionais. Por isso, no nosso trabalho, procuramos explorar como os participantes de um curso de contação de histórias lidavam, de maneira situada e colaborativa, com a quebra da ordem interacional através de reparos visuais para alcançar o entendimento mútuo na interação em sala de aula.

Examinamos dois casos de reparo, com especial atenção aos processos sequenciais através dos quais os problemas de produção, de escuta e de compreensão encontrados pelos participantes foram solucionados. No primeiro caso, o foco da nossa observação estava na orientação dos participantes para conhecimento compartilhado gerado por meio do reparo gestual, mais especificamente, sinal de mão. No segundo segmento, em que os interagentes cooperam para a produção de sentido, o foco estava no movimento do olhar.

Retomamos, então, as perguntas que motivaram a realização da pesquisa. A primeira questão diz respeito a verificar como os gestos contribuem para a fala-em-interação em sala de aula, e mais

especificamente, como os reparos não-verbais contribuem para a construção da intersubjetividade.

Nos casos analisados, o movimento corporal e de olhar têm, pelo menos, duas implicações na interação nesse cenário. Em primeiro lugar, os gestos têm função interativa combinada com a função linguística. Eles podem fornecer uma maneira mais rápida de compartilhar significados do que a fala, como é observável no primeiro segmento, em que a professora diz “agora eu lembrei que os chineses fazem [o macaco assim]” (Excerto 1, linhas 34-35) e repete o gesto de macaco. Nesse ambiente, os gestos podem ser especificamente mobilizados juntamente com um recurso linguístico para transmitir sentido no tempo limitado das aulas e até mesmo para compensar uma possível falta de competência na língua-alvo.

Em segundo lugar, os recursos visuais podem ser socialmente preferíveis para direcionar a comunicação verbal no processamento de reparo entre participantes no contexto de aprendizado. Por exemplo, no primeiro excerto, Mara realizou um reparo logo após a mímica para especificar a fonte do problema, apontando para si com as mãos (Figura 6) para esclarecer o referente da personagem principal em lugar de dizer “têm que olhar para mim. Eu que sou o foco da mímica”. Outra vez, no excerto 2, observa-se que o movimento do olhar do falante (Elma) para as outras interactantes serve para solicitar o envolvimento das suas colegas, ou seja, convidá-las a levar a cabo reparos que Elma inicia. Consequentemente, as colegas tendem a responder quando a falante olha para elas, fazendo sinais de acompanhamento e afiliação, com o movimento do olhar e sinais afirmativos com a cabeça. Esses recursos visuais fornecem *feedback* para a interlocutora e tornam-se ativamente envolvidas na colaboração na contação da história sem sinalizar uma troca de turnos de fala (Goodwin; Goodwin, 1986). Assim, embora o uso de recursos visuais possa ser por vezes preferível, é importante dizer que esse uso provavelmente não está dissociado da fala, uma vez que as participantes mobilizam gestos e movimentos de olhar sempre para algum fim, como em atividades de busca por palavras ou para sinalizar tomadas de turno de fala, ilustrando que esses elementos (visuais e verbais) fazem parte de um mesmo todo (*Gestalt*) para a manutenção da intersubjetividade.

Isso deu origem ao segundo questionamento postulado para a nossa pesquisa, isto é, a relação entre as condutas verbais e não-verbais na fala-em-interação. Nos casos analisados, a justaposição mútua de uma série de práticas interacionais verbais e gestuais contribui para

que a intersubjetividade seja alcançada e mantida, observando-se uma sincronia entre a cadeia de fala, o gesto corporal e o movimento do olhar do falante. Isso quer dizer que, nesse cenário, os gestos e a conversa são coordenados temporariamente, de modo que os gestos fazem parte da sequencialidade da interação e que, com a fala, formam um contínuo interdependente de sentido.

O terceiro questionamento refere-se à peculiaridade da organização de reparo na sala de aula observada em relação àquela observada por outros autores em salas de aula de cunho tradicional. Com base nas descrições de McHoul (1978, 1990), de Markee (2000) e de Seedhouse (2004), observamos uma organização do reparo distinta daquela realizada em ambientes pedagógicos em que o professor é o detentor do conhecimento. Durante o trabalho colaborativo de ambos a professora e os alunos dos dados coletados, é notável que, os alunos não ficam à espera do reparo iniciado pela professora. Eles desempenham uma parte ativa na iniciação e realização de reparo. Evidencia-se, nas atividades de contação de histórias, a livre tomada de turnos para fazer reparos por parte dos alunos na produção dos colegas e até da professora, sem que esses reparos tenham sido solicitados. Além do mais, ocorre seleção entre os demais participantes para a realização do reparo (Excerto 2, linhas 10-11, *zen me shuo zhe ge?*, “como se fala isto?”) e a avaliação de uma aluna sobre a contribuição da sua colega (excerto 2, movimento afirmativo da cabeça; linha 24, *en.*), que não envolve a participação da professora.

Pode-se verificar que não somente a professora carrega a função de avaliadora do desempenho dos alunos, mas também que os alunos, em determinado momento, assumem a função da primeira. Porém, a professora não realiza nenhum tipo de controle no tocante a isto, até ratifica as participações dos alunos mediante a reprodução gestual ou confirmações verbais, como a produção de “isso” (excerto 3, linha 9) e “é verdade” (excerto 3, linha 19), por exemplo. As maneiras com que os alunos lidam com dificuldades de entendimento pode ser considerada muito diferente do que aquelas tradicionalmente associadas ao papel do professor e dos alunos, pois nos dados eles mostram desenvoltura para realizar auto-seleção de turnos de fala, o que praticamente não acontece em uma sala de aula tradicional (McHoul, 1978, 1990; Markee, 2000). Nesse sentido, os reparos que são feitos nesse ambiente diferem consideravelmente do que chamamos de fala-em-interação em sala de aula tradicional, pois os alunos fazem

reparos dos enunciados dos colegas (excerto 2) e da professora (excerto 3), o que não foi interpretado como inadequado.

Além disso, o sistema de reparo observado na sala de aula aqui analisada sustenta em larga medida a livre tomada dos turnos pelos alunos para realizar reparos e ratifica sua participação e contribuição. Isso quer dizer que, nesse espaço, o poder de controle do espaço interativo é localmente gerenciado.

Uma outra diferença nos dados com relação à descrição de McHoul (1978, 1990) é a ocorrência de autosseleção por mais de um participante para fazer reparos. Em outras palavras, ao realizar reparos, os participantes orientam-se por uma organização de tomada de turnos que permite que a sobreposição ocorra, competindo pela vez da participação, sem que as partes evidenciem um problema nesse cenário institucional.

Em relação à peculiaridade dessa organização interacional de reparo, um ponto digno de nota é o fato de que, como foi mostrado nos dados, muito diferente de uma sala de aula tradicional com alunos sentados de costas um para os outros e com o professor como centro de atenção, a professora e os alunos formam um círculo. Isso mostra que, especialmente, a professora deixa de ser o centro da atenção em sala de aula. Nesse caso, evidencia-se a responsabilidade compartilhada pela realização da atividade pedagógica, inclusive pela realização de reparo da fala da professora e dos colegas, para que essa seja desenvolvida colaborativamente, com a cooperação de todos.

Cabe lembrar que, nesse contexto específico, as práticas de reparo têm função da manutenção da intersubjetividade para dar continuidade às ações e compartilhar conhecimentos. Sendo assim, os participantes ratificam as contribuições um dos outros, discordam e corrigem os outros, cooperam na contação de história e agem como co-produtores das ações. A orientação para conhecimentos compartilhados e manutenção da intersubjetividade em sala de aula, nesse caso, pode ser considerada como uma maneira (prática) que os participantes usam para aprender.

Referências

BRINCHER, S.; MOUTINHO, R. The intricacies and overlaps of Lebenswelt and Spielwelt during an instructed match of Counter Strike: GO. *Ethnographic Studies*, Lucerna, v. 18, n. 1, p. 238-262, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5805426>

CANDELA, A. Students' power in classroom discourse. *Linguistics and Education*, Amsterdam, v. 10, n. 2, p. 139-163, 1999. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0898-5898\(99\)80107-7](https://doi.org/10.1016/S0898-5898(99)80107-7)

CARLIN, A. P. Navigating the walkways: radical inquiries and mental maps. *Ethnographic Studies*, Lucerna, v. 14, n. 1, p. 24-48, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.823092>

CARLIN, A. P.; MARQUES, J. B. V.; MOUTINHO, R. Seeing by proxy: specifying "professional vision". *Learning, Culture and Social Interaction*, Oxford, v. 30, n.1, p. 1-14, 2021a. DOI: : <https://doi.org/10.1016/j.lcsi.2021.100532>.

CARLIN, A. P.; MARQUES, J. B. V.; MOUTINHO, R. Covid-19 precautions for public astronomy education sessions. *Physics Education*, Bristol, v. 56, n. 5, p. 1-7, 2021b. DOI: <https://doi.org/10.1088/1361-6552/ac152a>

CARLIN, A. P.; MOUTINHO, R. Teaching and learning moments as subjectively problematic: foundational assumptions and methodological entailments. *Educational Philosophy and Theory*, Abingdon, v. 54, n. 1., p. 58–60, 2020.

CARLIN, A. P.; SLACK, R. S.; MOUTINHO, R. Lay and professional inquiry: Multimodal Analysis. In: CARLIN, A. P.; DENNIS, A.; JENKINGS, K. N.; LINDWALL, O.; MAIR, M. *Handbook of Ethnomethodology*, Londres: Routledge, no prelo.

COULTER, J. *The social construction of mind*. 1. ed. Londres: The Macmillan Press.

DILLI, C.; MORELO, B. A contação de histórias no ensino de gêneros orais em português como língua adicional. *Orientes do Português*, Macau, v. 1, n. 1, p. 91-102, 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/ori/article/view/11344>

GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. 2. ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1967.

GARFINKEL, H. *Ethnomethodology's Program: working out Durkheim's aphorism*. 1. ed. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.

GOODWIN, C. Notes on story structure and the organization of participation. In: ATKINSON, M.; HERITAGE, J. *Structures of Social*

Action: studies in Conversation Analysis, Londres: Cambridge University Press, 1984. p. 225–246.

GOODWIN, M. H.; GOODWIN, C. Gesture and coparticipation in the activity of searching for a word. *Semiotica*, Berlin, v. 62, n. 1, p. 51-75, 1986. DOI: <https://doi.org/10.1515/semi.1986.62.1-2.51>

GREIFFENHAGEN, C.; WATSON, R. Visual repairables: analysing the work of repair in human-computer interaction. *Visual Communication*. Thousand Oaks, v. 8, n.1, p. 65–90. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/1470357208099148>

GURWITSCH, A. *The Field of Consciousness*. 3. ed. Pittsburg: Duquesne University Press, 1964.

HERITAGE, J. Intersubjectivity and progressivity in person (and place) reference. In: EINFELD, N.; STIVERS, T. *Person Reference in Interaction: Linguistic, Cultural, and Social Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 255-280.

HERITAGE, J. *Garfinkel and Ethnomethodology*. 2. ed. Cambridge: Polity, 1984.

JEFFERSON, G. On exposed and embedded correction in conversation. In: Button, G.; Lee, J. *Talk and social organization*. Clevedon,: Multilingual Matters, 1987. p. 58-68.

JEFFERSON, G. Transcript notation. In ATKINSON, M. J.; HERITAGE, J. (eds.). *Structures of social action*. New York: Cambridge University Press, 1984. p. ix–xvi.

MACBETH, D. Ethnomethodology in Education Research. In: PETERSON, P.; BAKER, E.; MCGAW, B. *International Encyclopedia of Education*, Oxford: Elsevier, 2010. p. 392–400.

MAIR, M.; ELSEY, C.; SMITH, P. V.; WATSON, P. G. War on Video: Combat Footage, Vernacular Video Analysis and Military Culture from Within. *Ethnographic Studies*, Lucerna, v. 15, n. 1, p. 83–105. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.1475777>

MARQUES, J. B. V.; CARLIN, A. P.; MOUTINHO, R. A guided tour in the geophysical and astronomical observatory of the University of Coimbra: setting-specific practices in an informal educational

environment. *Educational Studies*, Abingdon, p. 1-21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/03055698.2022.2049594>.

MARQUES, J. B. V.; CARLIN, A. P.; GOMES, M.; MOUTINHO, R. Periodicity and change: talking about time inside the planetarium dome. *Science Education*, Hoboken, v. 105, n. 6, p. 1252–1254, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1002/sce.21681>

MARKEE, N. *Conversation Analysis*. 1. ed. Mahwah,: Lawrence Erlbaum Associates. 2000.

MCHOUL, A. The Organization of Turns at Formal Talk in the Classroom. *Language in Society*, Nova Iorque, v. 7, n. 1, p. 183-213. 1978. DOI: <https://www.jstor.org/stable/4166997>

MCHOUL, A. The organization of repair in classroom talk. *Language in Society*, Nova Iorque, v. 19, n. 3, p. 349-77. 1990. DOI: <https://www.jstor.org/stable/4168151>

MORELO, B. “É muito comum nas escolas chinesas”: Trajetórias de participação e categorias de pertencimento em um curso de contação de histórias em português como língua adicional. 2022. 334 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade de Macau, Macau, 2022.

MORELO, B.; MOUTINHO, R. Contando histórias: categorização de pertencimento e instruções-em-ação em um ambiente de ensino e aprendizagem de PLA. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 155-195. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6398202116044>

MOUTINHO, R.; CARLIN, A. P. ‘Learning moments’ as inspectable phenomena of inquiry in a second language classroom. *Problems of Education in the 21st Century*, Siauliai, v. 79, n. 1, p. 80–103, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33225/pec/21.79.80>

MOUTINHO, R.; CARLIN, A. P.; MARQUES, J. B. V. Visually informed accounts: instructed achievements during planetarium visits and sky observations. *Visual Communication*, Thousand Oaks, p. 1-22. DOI: <https://doi.org/10.1177/14703572221130441>.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation.

Language, Washington, v. 50, n.4, p. 695–737, 1974. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-623550-0.50008-2>

SCHEGLOFF, E. A. Repair After Next Turn: The Last Structurally Provided Defense of Intersubjectivity in Conversation. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 97, n. 5, p. 1295-1345, 1992. DOI: <https://www.jstor.org/stable/2781417>

SCHEGLOFF, E. A. Conversation Analysis and Socially Shared Cognition. In: RESNICK, L.; LEVINE, J.; BEHREND, S. (orgs.). *Perspectives on Socially Shared Cognition*. Washington: American Psychological Association, 1991. p. 150-171.

SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G.; SACKS, H. The Preference for Self-Correction in the Organization of Repair in Conversation. *Language*, Washington, v. 53, n.2, p. 361-382, 1977. DOI:

SCHEGLOFF, E. A.; SACKS, H. Opening up closings. *Semiotica*, Berlin, v. 8, n. 4, p. 289-327. 1973. DOI: <https://www.jstor.org/stable/413107>

SEEDHOUSE, P. *The Interactional Architecture of the Language Classroom: A Conversation Analysis Perspective*. Malden: Blackwell, 2004.

SCHÜTZ, A. *On phenomenology and social relations*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

WATSON, D. R. Some General Reflections on ‘Categorization’ and ‘Sequence’ in the Analysis of Conversation. In: HESTER, S.; EGLIN, P. (eds.). *Culture in Action: Studies in Membership Categorization Analysis*. Washington.: University Press of America, 1997. p. 49-75.

Anexo A – Convenções de transcrição de Jefferson (1984)

Símbolo	Nome	Uso
[]	Colchetes	Indica que o texto entre colchetes é a parte sobreposta da fala. O primeiro colchete indica o começo da sobreposição.
=	Sinal de igualdade	Indica a quebra e a continuação subsequente dos enunciados, seja do mesmo falante ou de falantes diferentes.
(número)	Tempo de pausa	Indica que o número entre parênteses é o tempo da duração do silêncio. A unidade padrão para este número é segundos.
(.)	Micropausa	Indica uma breve pausa, geralmente inferior a 0,2 segundos.
()	Branco entre parêntese	Indica parte da fala ininteligível e não possível de transcrever.
(hhh)	Série de “h”	Exalação audível.
(())	Parênteses duplos	Indica atividades não-verbais.
> <	Símbolos de maior e menor	Indica que o discurso foi proferido mais rapidamente do que o normal.
< >	Símbolos de menor e maior	Indica que o discurso foi proferido mais lentamente do que o normal.
°	Sinal de grau	Indica redução do volume de fala.
CAPS	Texto em maiúsculas	Indica aumento do volume de fala.
:::	Série de dois pontos	Indica prolongamento de vogal (quanto mais pontos são usados, mais a vogal é prolongada).

Fonte: Autores.



O percurso Kant-Blumenbach/Hamann-Humboldt e a filosofia da linguagem: som articulado, teleologia e metáforas do organismo

The Trajectory Kant-Blumenbach/Hamann-Humboldt and the Philosophy of Language. The Articulated Sound, Teleology and the Metaphor of the Organism

Taciane Domingues

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo / Brasil

taciane.ferreira@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-5056-3512>

Resumo: Nosso objetivo é embasar a tradução do termo *Bildungstrieb* como “impulso formativo” na obra de Wilhelm von Humboldt *Sobre a Diversidade de Construções Linguísticas e sua influência no desenvolvimento espiritual do gênero humano* (SDCL), de 1836. Seguimos a orientação do filósofo neokantiano Ernst Cassirer e outros para os quais Humboldt mobiliza conceitos essenciais da filosofia de Immanuel Kant; dessarte, pelo cotejo filológico entre a fortuna crítica de I. Kant e Johann Friedrich Blumenbach e a obra de Humboldt, mapeamos o conceito de impulso formativo como aquele que marcou o debate sobre os corpos organizados na investigação da natureza. Para teorizar a formação do som articulado, Humboldt se inspira na discussão entre Kant e Blumenbach, para os quais a autonomia da matéria viva e o estatuto de seu desenvolvimento respondem ao impulso formativo – uma força natural que concilia a mecânica, conforme descrita pelas leis newtonianas, à teleológica, na qual algo é causa e efeito ao mesmo tempo. Como resultado, a teleologia se torna fundamental para Humboldt pensar o som articulado, o que, conseqüentemente, opõe-se à arbitrariedade do signo linguístico. Aproximando ainda mais Humboldt ao debate da natureza de Kant e Blumenbach, em SDCL também há ocorrência de metáforas do organismo, as quais desencadearam, por meio da crítica do filósofo Johann Georg Hamann à Kant, uma das primeiras reflexões sobre o papel da linguagem na filosofia crítica kantiana (projeto aderido por Humboldt). Assim, o percurso Kant-Blumenbach/Hamann-Humboldt explica o estatuto conferido por Humboldt à linguagem como o órgão formativo do pensamento.

Palavras-chave: Wilhelm von Humboldt; Immanuel Kant; Johann Georg Hamann; filosofia da linguagem; impulso formativo; teleologia.

Abstract: This study aims to support the translation of *Bildungstrieb* as “formative drive” in Wilhelm von Humboldt’s *On the diversity of linguistic constructions and its influence in the spiritual development of mankind*, 1836. The taken direction was given by the Neo-Kantian philosopher Ernst Cassirer (among others), for whom Humboldt mobilizes essential concepts from Immanuel Kant’s philosophy; thus, through philological comparison between Kant and Johann Friedrich Blumenbach’s critical fortunes and Humboldt’s work, the concept of “formative drive” was mapped as one that marked the debate on organized bodies in the investigation of nature. To theorize the formation of the articulated sound, Humboldt takes inspiration from Kant and Blumenbach’s debate, for whom the autonomy of living matter and the status of its development answer to the formative drive – a natural force that unites the mechanical one, as described by Newtonian laws, to the teleological one, in which something is cause and effect at the same time. As a result, teleology is fundamental to Humboldt’s reflection on the articulated sound, thus opposed to the arbitrary nature of the linguistic sign. Furthering Humboldt’s proximity to Kant and Blumenbach’s debate on nature, in Humboldt’s work there are metaphors of the organism; metaphors became the focus of the philosopher Johann Georg Hamann critics to Kant in one of the first reflections on language’s role in the Kantian critical project (reflections adhered by Humboldt). Thus, the trajectory Kant-Blumenbach/Hamann-Humboldt explains Humboldt’s usage of a metaphor of organism to assert language’s status as the formative organ of thought.

Keywords: Wilhelm von Humboldt; Immanuel Kant; Johann Georg Hamann; philosophy of language; formative drive; teleology.

Recebido em 18 de março de 2023.

Aceito em 01 de fevereiro de 2024.

1 Introdução

A relevância e o pioneirismo de Wilhelm von Humboldt no desenvolvimento da linguística moderna são internacionalmente reconhecidos¹. Em língua portuguesa, Specht (2017, p. 20-21) levantou

¹Cf. o volume 1 da edição nº 53 da revista *Forum for Modern Language Studies* (2017), número especial que recebeu artigos de teóricos de várias nacionalidades dedicados a demonstrar a relevância do filósofo da linguagem tanto no passado quanto para os temas atuais. Disponível em <https://academic.oup.com/fmls/issue/53/1>.

treze textos traduzidos entre 2001 e 2011, divididos em cinco publicações tanto sobre língua e linguagem, quanto teorizações sobre o Estado. Após um hiato de dez anos, em 2021 é lançado um novo volume com textos de Humboldt sobre filosofia da linguagem² e, entre 2021 e 2025, a autora deste artigo estará ocupada do estudo e tradução da obra *Über die Verschiedenheit des Menschlichen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts* (1836), intitulada em português *Sobre a Diversidade de Construções Linguísticas e sua influência no desenvolvimento espiritual do gênero humano* (SDCL). Seguindo a direção do filósofo neokantiano da Escola de Marburgo Ernst Cassirer (2001), a chave para acessar a teoria da linguagem de Humboldt é a filosofia transcendental de Immanuel Kant, e compartilho tal chave com a tradutora Ana Agud (Língua Castelhana, 1990) e com Peter Heath (Língua Inglesa, 1999), conforme seus respectivos prefácios.

Para embasar a tradução do termo *Bildungstrieb* em SDCL como “impulso formativo”, fizemos um estudo cujo método de análise foi o cotejo entre passagens de Humboldt que empregam o conceito mencionado e a fortuna crítica que relaciona a filosofia de Kant com o mesmo termo, cunhado pelo naturalista, fisiologista e antropólogo Johann Friedrich Blumenbach³ na tentativa de explicar o desenvolvimento dos corpos organizados. Esse campo de investigação, segundo Richards (2000, p. 12) e Marques (2007, p. 453-454), viria a se chamar biologia apenas no ano de 1800, já na fase madura de Blumenbach e na velhice de Kant; Humboldt morreria 35 anos depois e, no trigésimo sexto, SDCL viria à publicação pela primeira vez. A então denominada “investigação da natureza” (*Naturforschung*) era pensada por Kant e Blumenbach de acordo com a teleologia (Marques, 2007, p. 454-455), “termo criado por [Christian] Wolff para indicar ‘a parte da filosofia natural que explica os fins das coisas’”, conforme o verbete do *Dicionário de filosofia* (Abbagnano, 1998, p. 943). Segundo nossos resultados, Humboldt, mediado pela apropriação que Kant fez desses conceitos em seu próprio sistema filosófico, mobiliza tanto o impulso formativo quanto a teleologia para pensar a formação do som articulado. Em consonância ao motivo teleológico do impulso de

²Tradução de Hans Theo Harden e Orlene Lúcia de Carvalho.

³Richards (2000, p. 18) traz ao público leitor a citação em que o próprio Blumenbach declara a cunhagem do termo *Bildungstrieb* e seu correspondente latino *Nisus formativus*.

formar conceitos em som articulado, no qual a organização do conceito na forma do som da língua é causa e efeito da própria faculdade de linguagem, Humboldt faz parte do quadro de teóricos que pensavam as línguas originárias (que não teriam sofrido grande influência de línguas estrangeiras) como motivadas pela sensação do objeto ou pelo sentimento⁴, ambos organizados por leis subjetivas da faculdade da linguagem. De Humboldt aos românticos, a junção do som articulado ao conceito a ser representado jamais era pensada de maneira acidental, de modo que se opunha à posterior arbitrariedade do signo linguístico⁵.

Desse modo, neste artigo trabalhei com três pontos de SDCL que se relacionam com a investigação da natureza: os supracitados “impulso formativo” e a “teleologia”, para discorrer sobre a formação do som articulado, e as metáforas do organismo. As últimas ocasionaram a crítica do filósofo Johann Georg Hamann (1992[1781]) ao purismo da razão dentro do sistema de Kant, empreendimento que Hamann realiza na *Metacrítica sobre o purismo da razão*⁶. Esse contexto elucida que tanto Hamann, pela via da crítica, quanto Humboldt, pela via da adesão, tenham definido o estatuto da linguagem por meio de uma metáfora do organismo; elucida igualmente a grande semelhança entre as metáforas do organismo de ambos esses pensadores.

Os principais resultados deste trabalho são: a correta acepção do termo “impulso formativo” em SDCL; a ligação, revelada pelo termo, entre a filosofia da linguagem humboldtiana e o debate naturalista do período, sobretudo a teleologia; a consequente oposição que pensar teleologicamente o som articulado acarreta à arbitrariedade do signo linguístico e, por fim, o delineamento do contexto intelectual laico em que Humboldt estava circunscrito na Prússia pós Kant. A laicissitude é o provável vetor que dirigiu Humboldt ao debate naturalista do período

⁴Em Humboldt e outros idealistas, a palavra “sentimento” não equivale à emoção, mas a uma direção ou necessidade estética interiores. Equivalente a alguns usos de *feeling* na língua inglesa, sobretudo em atividades estéticas como a musical.

⁵Ernst Cassirer discorre sobre o percurso da filosofia moderna dos séculos XVII e XVIII quanto à motivação da formação do signo linguístico em *Filosofia das Formas Simbólicas* (2001). Neste artigo, o motivo teleológico em Humboldt será destacado em subseção oportuna.

⁶Tanto no caso de Kant quanto de Hamann, cujas obras já possuem edições em português, as citações do artigo foram retiradas das obras traduzidas. Não obstante, as edições no original alemão foram consultadas e encontram-se dentre as referências.

(a exemplo de outro filósofo idealista transcendental, Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling, seu contemporâneo), levou-o a aderir ao idealismo transcendental de Kant e a conferir à língua o estatuto metafórico de órgão formativo do pensamento.

2 Do objeto

SDCL é amparada por pensadores diversos, em especial etnógrafos dos séculos XVIII e XIX, como Julius Klaproth e William Marsden; missionários como John Crawford, que disponibilizou os materiais malaios estudados por Humboldt (Agud, 1990, p. 16) e o linguista Franz Bopp. Contudo, estudiosos de Humboldt como Ernst Cassirer (2001), o especialista contemporâneo Jürgen Trabant (2017) e aqueles que, além de estudá-lo, também o traduziram, como Ana Agud (língua castelhana, 1990) e Peter Heath (língua inglesa, 1999), citam Immanuel Kant acima de todas as demais influências. Trabant (2017, p. 2) afirma que Humboldt assumiu a tarefa delegada por Leibniz⁷ ao estudo das línguas, tal seja, arranjar as palavras do mundo em dicionários e gramáticas para que se façam inventários da diversidade de operações da mente humana; não obstante:

essa “descoberta da verdade” ou “trabalho do espírito” é descrita por Humboldt em termos kantianos. Sensibilidade e intelecto interagem na formação do pensamento – eles formam um esquema, que no sistema de Kant é uma entidade assaz misteriosa, mas esclarecida por Humboldt todavia: o esquema é pensamento = som vocal. (Trabant, 2017, p. 3)⁸

Para Agud (1990, p. 17), o esforço de Humboldt foi direcionado a revestir o sistema kantiano de elementos linguísticos e, não à toa, quando Trabant (2017, p. 2, grifos meus) define a pergunta principal da pesquisa humboldtiana, expõe *ipso facto* a espinha dorsal do Idealismo Transcendental, corrente filosófica de Kant:

⁷Gottfried Wilhelm Leibniz, polímata e filósofo alemão que influenciou Immanuel Kant.

⁸No original: Humboldt describes this ‘discovery of truth’, this ‘labour of the spirit’, in Kantian terms. Sensibility and intellect interact in the formation of thought, they form a ‘schema’, a rather mysterious entity in Kant’s system, which Humboldt clarifies: the schema is thought as vocal sound.

Sua pergunta é: “por que é filosoficamente necessário pensar as línguas?” O pensamento humboldtiano não tenta determinar as condições de validade da sentença; a resposta mais curta e geral para esta questão é: porque as línguas são a maneira pela qual o ser humano produz pensamento – ou seja, o trabalho do espírito – e porque *queremos saber como a produção de pensamento se dá*⁹.

A finalidade da filosofia transcendental é provar como as condições subjetivas do pensamento, ou seja, as formas que o pensamento tem *a priori* para ordenar e organizar as sensações da matéria (o diverso do fenômeno) em certas relações, podem ter validade objetiva, a saber, podem se referir à própria matéria dada *a posteriori*, e como poderão, desse modo, proporcionar as condições de possibilidade de todo o conhecimento. Para Kant (CRP, A 24 – 35)¹⁰, as exigências lógicas e os critérios do conhecimento são *a priori* à experiência caso a caso porque abstraídos de leis ínsitas na mente, não dos objetos (Marques, 1990, 2007); Kant (CRP, B 34) define matéria e forma:

Àquilo que no fenômeno corresponde à sensação eu denomino a matéria do mesmo, mas àquilo que faz com que o diverso do fenômeno possa ser ordenado em certas relações eu denomino a forma dos fenômenos. Como aquilo que permite ordenar e colocar as sensações sob uma certa forma não pode, por seu turno, ser também uma sensação, a matéria de todos os fenômenos nos é dada então *a posteriori*, mas a forma dos mesmos já tem de estar pronta *a priori* na mente, e, portanto, tem de poder ser considerada separadamente de toda sensação.

Para embasar a tradução de SDCL, parto da formulação desses especialistas, segundo os quais Humboldt assimilou e, portanto, revestiu de elementos linguísticos a filosofia transcendental de Kant ao discutir a

⁹ No original: It asks why it is philosophically necessary to deal with languages; it does not try to determine the conditions of the truth of a sentence. The short and overall answer to that question is: because languages are the ways the human mind produces thought – die Arbeit des Geistes [the work of the spirit] – and because we want to know how this is done.

¹⁰ Referências de Kant citadas de acordo com a edição da Academia (*Akademie-Ausgabe* [“AA”] - *Kants gesammelte Schriften: herausgegeben von der Detuschen Akademie der Wissenschaften*, 29 vols. Berlin, Walter de Gruyter, 1902), na qual KrV = *Kritik der reinen Vernunft* [Crítica da Razão Pura], A = edição de 1781, B = edição de 1787.

linguagem como *energeia*, uma faculdade/capacidade (*Kraft/Vermögen*¹¹) do espírito¹² (*Geist*) de constantemente gerar pensamento por meio da corporificação dos conceitos em som articulado. Em alemão, há apenas um e o mesmo termo (*Sprache*) para dois “momentos necessariamente indissociáveis”, nas palavras de Cassirer (2001, p. 150), do quadro teórico humboldtiano: a linguagem como faculdade/capacidade (*Sprachvermögen*) ordena, segundo leis intrínsecas (*a priori*) de seu próprio sentido interno¹³, o diverso do fenômeno em certas relações formais do som articulado. Como resultado desse processo, a palavra de uma língua emerge como a faceta corporificada (*körperlich*) e sensível – ou seja, dada aos sentidos físicos – da forma interna (*a priori*) da linguagem (*Innere Sprachform*). A palavra de uma língua, quando já corporificada em som articulado, torna-se objetiva perante o sujeito e, portanto, matéria *a posteriori* para a sensação.

Cassirer (2001, p. 150) afirma que a prioridade da forma sobre a matéria, que Humboldt sustenta na esteira de Kant, foi confirmada com a máxima pureza e clareza nas línguas flexivas. Nelas, conceitos que se referem à experiência e, portanto, à matéria das coisas, são expressos não por palavras independentes, mas por mudanças no som (na forma) de uma palavra segundo regras internas da língua. Fazem parte desse grupo as línguas indo-europeias, em geral – inclusive a portuguesa –, cada uma com um grau de flexão particular. No português, as desinências verbais indicam a matéria da pessoa, do número de pessoas e sua mudança no tempo; já no caso genitivo da língua alemã, todo o conceito de posse de um sujeito

¹¹Na tradução brasileira da *Crítica da razão pura*, *Kraft* é tanto “força” quanto “poder” e “faculdade”; *Vermögen*, da mesma maneira, é “faculdade”. Cf.: Kant, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Fernando Costa Mattos. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015.

¹²“Entendem-se por esse nome [faculdades do espírito] os poderes da alma, ou seja, as espécies ou partes em que é possível classificar e dividir suas atividades ou princípios aos quais são atribuídas tais atividades” (Abbagnano, 1998, p. 425).

¹³A maneira como a sensibilidade é afetada por objetos é denominada por Kant de afecção; como é afetada internamente, ou seja, organiza o dado receptivo, é denominada “sentido interno”. Analogamente, Humboldt (1963[1836], p. 507) teoriza o “sentido interno da linguagem” (*Innere Sprachsin*) como organizador do sentimento estético de unidade da palavra: “o Sânscrito designa, por meio do som, os diversos graus de unidade que o sentido interno da linguagem (*innere Sprachsin*) sente a necessidade de distinguir.”

sobre o objeto se corporifica no acréscimo formal do som articulado [s] no nome, ou/com a mudança formal do som nos artigos definidos *der* (masculino) > *des*; *das* (neutro) > *des*; *die* (feminino e plural) > *der*. Essa síntese formal do conceito de posse em um som articulado demonstra que, analogamente ao conhecimento kantiano, sintetizado por um elemento *a priori*, ou seja, por uma lei ínsita à capacidade do próprio espírito e não por um dado do objeto, “tampouco a linguagem provém de um objeto como de algo dado a ser simplesmente reproduzido; ao contrário, ela encerra uma maneira de apreender espiritual que constitui um fator decisivo em todas as nossas representações do objetivo” (Cassirer, 2001, p. 144). O fator decisivo nas representações do objetivo se dá pela faceta sensível da língua, que chega ao sujeito como a sensação da matéria som.

3 Das leis universais da linguagem à particularidade do som articulado

O sistema kantiano da imbricação entre intelecto e sensibilidade reslumbra na teoria da linguagem humboldtiana segundo a fórmula linguagem/língua = *conceito + som articulado*. Interessa a Humboldt (1963[1836], p. 383) “o correto estabelecimento da multiplicidade por meio da qual um sem-número de povos resolvem, segundo sua condição humana, as mesmas tarefas de formação da linguagem que lhes são colocadas¹⁴”, pois a faculdade da linguagem é universal no gênero humano. No tópico “Natureza e constituição da linguagem, em geral” (*Natur und Beschaffenheit der Sprache überhaupt*, p. 425-440), o qual parafraseio nesta subseção, Humboldt afirma que a diferença entre as línguas é a forma do som articulado, inclusive em relação aos elementos sintáticos, os quais, naturalmente, passam para a enunciação na fala e articulam o discurso, sobretudo no caso das línguas flexionadas. O som articulado é a corporificação sensível do trabalho intelectual (ou do espírito) de designar conceitos, objetos e relações de pensamento via palavra e sintaxe. Devido à objetividade e conseqüente externalização da língua em som articulado, esta coloca o espírito em estreita relação com o estado histórico ou condição espiritual coletiva (*Geistesanlage*) das nações, sendo a ponte entre a esfera coletiva e histórica e a faculdade

¹⁴No original: [...] die genaue Ergründung der Mannigfaltigkeit, in welcher zahllose Völker dieselbe in sie, als Menschen, gelegte Aufgabe der Sprachbildung lösen [...]

interna (*innere Kraft*) individual. Esta, nas palavras de Humboldt, atua sobre a forma sonora no momento da geração ou mesmo da atualização do conceito¹⁵. Daí a necessidade, segundo o filósofo da linguagem, de que se desenvolva em detalhe uma análise da diversidade de formas sonoras das línguas, com vistas a rastrear ao menos as tendências principais e universais da linguagem. Humboldt segue a direção da filosofia moderna em seu arco de Leibniz a Herder¹⁶: buscar o universal “não como unidade abstrata de um gênero que se opõe aos casos particulares, e sim como uma unidade que somente se manifesta na totalidade das particularizações. Esta totalidade e a lei, a conexão interna que nela se expressa, constituem agora a verdadeira universalidade.” (Cassirer, 2001, p. 139)

A objetividade lança a língua, pensada como um conjunto de formas sonoras sensíveis para designar o trabalho intelectual de síntese do diverso do fenômeno¹⁷, ao âmbito coletivo de um povo e da interação deste com outros ao largo da história (Walker, 2017; Glushkova, Domingues, 2022). A pesquisa de Humboldt investiga qual é o efeito (*Wirkung*) que o retorno da língua ao espírito individual, pelas vias da sensibilidade e agora como matéria, causa sobre este, e em quais níveis

¹⁵Aqui, o conceito é conforme àquele determinado por Kant, que “[...] refere-se em FS [*A Falsa Sutileza das Quatro Figuras Silogísticas*, 1762] à ‘capacidade fundamental’ da mente humana para converter suas próprias representações em objetos dos seus próprios pensamentos (p. 60, p. 104), e deriva conceitos dessa capacidade. Assim, o conceito de um corpo sólido não é derivado da experiência desse corpo nem da sua necessidade racional, mas da representação do filósofo para si próprio do que se sabe de tal corpo e da reflexão sobre essa representação. A reflexão toma ‘o que é sabido imediatamente de uma coisa como seu atributo’ e, se concluir que a coisa é impensável sem o atributo, converte-o no conceito da coisa. No caso de um corpo, o atributo ‘impenetrabilidade’ é primeiro abstraído e depois objeto de reflexão; quando é reconhecido ser indispensável ao pensamento de corpo, pode ser aceito como um conceito (p. 58, p. 102).” (Caygill, 2000, p. 63)

¹⁶Johann Gottfried von Herder. Assim como Hamann, precursor de Humboldt.

¹⁷Conforme verbete do *Dicionário Kant* (Caygill, 2000, p. 294), “[...] Kant define-a como ‘o ato de juntar, umas às outras, diversas representações e conceber o que é múltiplo num só [ato de] conhecimento’ (A 77/B 103). A síntese de um múltiplo, seja este puro (como as formas da intuição) ou empírico, ‘é o que primeiro dá origem ao conhecimento’ (ibid.). O que é crucial é que esse ato de síntese é excessivo; não pode ser derivado do múltiplo, mas é-lhe sempre adicionado. Nos termos de Kant, a síntese é transcendental, ‘não só porque se processa *a priori*, mas também porque condiciona a possibilidade de outros conhecimentos *a priori*’ (CRP B 151).”

afeta o desenvolvimento de suas faculdades, cujos conceitos puros *a priori* são, muito embora nascidos com o indivíduo, estimulados por ocasião da experiência que os requisite.

Da reflexão sobre a linguagem, em geral, e da análise de uma língua, em particular, emergem, para Humboldt, dois princípios claramente distintos um do outro: a forma do som e o uso que se faz dessa forma para a designação de objetos (*Bezeichnung der Gegenstände*) e para a conexão dos pensamentos (*Verknüpfung der Gedanken*). Cassirer (2001, p. 150 e 151) define a criação e o uso da forma do som como uma síntese realizada entre objetividade e subjetividade, porque, segundo afirma Humboldt, a aplicação da forma sonora ao conceito se baseia em exigências da faculdade interna, as quais devem ser satisfeitas para que pensamento e língua se conectem um ao outro. Tais exigências seriam, por isso, a própria origem das leis gerais da linguagem.

O processo de associação entre pensamento e língua por meio das leis gerais da linguagem é igual em toda humanidade enquanto tal, segundo Humboldt (1963[1836], p. 425); em contraposição à universalidade dessas leis gerais, a forma do som seria o verdadeiro princípio constitutivo e condutor da diversidade das línguas, e a interação entre o produto subjetivo das leis da faculdade da linguagem e o objetivo da matéria do som de uma língua revelam a universalidade por vias da particularidade:

na condição de um elemento perene de todo o organismo humano e em íntima relação com o poder interno do espírito, [a forma do som está] igualmente ligada à constituição geral da nação. [...] Desses dois princípios, tomados na interioridade de sua imbricação mútua, emerge a forma individual de cada língua. Esses princípios constituem os pontos que a análise linguística deve investigar para, então, apresentar a concatenação entre eles¹⁸. (Humboldt, 1963[1836], p. 426)

O indispensável da análise linguística, afirma Humboldt (1963[1836], p. 426), é fundamentar a análise da língua com uma

¹⁸No original: (...) *als ein in enger Beziehung auf die innere Geisteskraft stehender Theil des ganzen menschlichen Organismus, ebenfalls genau mit der Gesamtanlage der Nation zusammen (...) Aus diesen beiden Principen nun, zusammengenommen mit der Innigkeit ihrer gegenseitigen Durchdringung, geht die individuelle Form jeder Sprache hervor; und sie machen die Punkte aus, welche die Sprachzergliederung zu erforschen und in ihrem Zusammenhange darzustellen versuchen muss.*

visão correta da linguagem em sua profundidade, em sua origem e na abrangência de seu escopo. Para o autor, isso significa tomar a língua em sua maior extensão, a saber, em sua relação com o discurso (*Rede*)¹⁹ e com o inventário de elementos de suas palavras (*Vorrat ihrer Wortelemente*) a partir da atividade intelectual e da sensibilidade, o que equivale ao percurso de seu nascimento na subjetividade do espírito e seu retorno e contra-influência, agora como produto objetivo, no mesmo. A atividade intelectual (*intellektuelle Thätigkeit*), que é “inteiramente espiritual” (*durchaus geistig*) e, por isso, “completamente interior” (*durchaus innerlich*) e até certo ponto irrastrável (daí o trabalho especulativo da metafísica), exterioriza-se e se torna perceptível aos sentidos por meio do som enunciado no discurso. É por isso que linguagem e enunciação são uma unidade inseparável e o discurso tem por necessidade forjar uma conexão (articular) os sons; caso contrário, o pensamento não alcança inteligibilidade (*Deutlichkeit*) e a representação (*Vorstellung*) não se torna conceito (*Begriff*).

A relação entre o intelecto e a sensibilidade da qual se ocupou Kant é direcionada por Humboldt ao som articulado e, por isso, o filósofo da linguagem se volta aos meios fisiológicos do aparato vocal e do ouvido. Logo, nossa hipótese é que a imbricação da fisiologia humana na realização da linguagem em língua tenha direcionado a atenção de Humboldt à investigação da natureza e ao debate entre Kant e Blumenbach sobre a teleologia, força que organiza, conforme a fins, o desenvolvimento dos corpos, e os explica como causas e fins de si mesmos.

4 União do som à forma interna da linguagem e a teleologia

Na teoria epigenética do desenvolvimento de Blumenbach, o organismo não se desenvolveria pela junção de partes pré-formadas, conforme afirmava a teoria concorrente preformista, mas sim por meio de um processo formativo, impulsionado por uma força diversa da

¹⁹Em alemão, não há distinção lexical entre “fala”, “oração” e “discurso”, sendo os três designados por *Rede* e interpretados a depender do contexto. A tradutora de Ernst Cassirer Marion Fleischer, a exemplo, opta por “oração” quando Cassirer analisa Humboldt em *Filosofia das Formas Simbólicas* (2001); já Jürgen Trabant (2017) opta por “discurso” (*discourse*) em “Vanishing Worldviews”. Aqui, seguimos Trabant; muito embora o entendimento contemporâneo do termo “discurso” seja excessivamente amplo para a filosofia humboldtiana da linguagem, “oração” é excessivamente restrito.

puramente mecânica que rege os corpos inanimados. A teoria epigenética estava dentre as mais respeitadas, largamente aderidas e foi apropriada tanto por Kant quanto por Schelling (Fisher, 2021, p. 391). Na *Crítica da faculdade do juízo*, Kant endossa a teoria epigenética de Blumenbach e “dirige a interpretação que fazemos da suposição de Kant quanto à intencionalidade conforme a fins da natureza”²⁰ (Fisher, 2021, p. 392), de modo que, “ao invés de refletirmos sobre os organismos como se criados diretamente por um Deus, isto é, como artefatos divinos, tendemos a reflexivamente julgá-los como se produzidos de acordo com princípios naturais de intencionalidade [...]”²¹ (Fisher, 2021, p. 392). A mobilização do “impulso formativo” fez com que Kant deslocasse à natureza a matriz da metafísica, antes calcada por um inatismo de densidade teísta que imperou na filosofia até Descartes (Marques, 1990, p. 45). Marques (1990) e Fisher (2021) afirmam ambos a laicização do contexto intelectual prussiano a partir de Kant, sendo que Schelling, filósofo idealista transcendental contemporâneo a Humboldt, intensificou esse processo com vistas a uma metafísica laica: “parcialmente Kant mas plenamente Schelling alijam Deus das explicações biológicas”²² (Fisher, 2021, p. 392). Portanto, o contexto intelectual em que Humboldt pensa a faculdade da linguagem se afilia a um movimento laicizante da filosofia, o qual consequentemente se voltava cada vez mais para a investigação da natureza (a nascente biologia).

São evidências dessa afiliação tanto a ocorrência, em SDCL, do termo “impulso formativo”, *Bildungstrieb*, e do pensamento teleológico quanto à formação do som articulado, quanto a própria biografia de Humboldt. Terra (2019, p. 138) atesta que este fora aluno direto de Blumenbach na Universidade de Göttingen²³; Cord-Friedrich Berghahn,

²⁰No original: *Kant's third Critique endorsement of Blumenbach's epigenetic theory of organic development constrains the interpretation of Kant's supposition of purposiveness in natural ends.*

²¹No original: *Rather than reflecting on organisms as if they were directly created by a God, i.e. as divine artifacts, we are to reflectively judge them as if produced according to natural principles of purposiveness (...)*

²²No original: *God is jettisoned from biological explanations, first partially by Kant, and then more fully by Schelling.*

²³Segue o trecho do artigo de Terra: “Humboldt aproveitou muito os estudos de filologia e história da Grécia antiga, além de seguir os cursos de Blumenbach e os cursos de Lichtenberg sobre a luz, eletricidade e magnetismo.” Não nos causaria surpresa se,

editor do mais recente *Manual Wilhelm von Humboldt: vida, obra e influência* (tradução livre de *Wilhelm von Humboldt Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*, 2022), atesta que Humboldt também se interessou por “questões filosóficas da natureza” (*naturphilosophischen Fragen*) durante sua segunda estadia em Paris, ocorrida entre 1797 e 1801: “a segunda estadia parisiense de Wilhelm von Humboldt incluiu um estudo intensivo e programático de questões estéticas, filosóficas da natureza e da relação entre a antiguidade e a modernidade” (Berghahn, 2022, p. 11)²⁴; já Paolo Pecere, em sua reconsideração sobre o “kantismo fisiológico” (*Physiological Kantianism*) – movimento de fisiólogos da segunda metade do século XIX que buscaram aplicar a filosofia de Kant à investigação da organização da mente – menciona a ligação do irmão de Wilhelm, Alexander von Humboldt, ao programa de Hermann von Helmholtz, dedicado a “desenvolver uma consideração ‘naturalista’ do apriorismo de Kant”²⁵ (Pecere, 2021, p. 699):

Em sua obra de 1797 “Experimentos em músculos e nervos estimulados”, a qual incluiu “conjecturas sobre os processos químicos da vida”, [Alexander von] Humboldt sofreu influência do ensaio de Kant sobre [Samuel] Soemmering. Na referida obra, [Alexander von] Humboldt faz considerações sobre a explicação causal da representação por meio de processos cerebrais, descritas “como muito sutilmente expressas por Kant como a fórmula $\sqrt{-x}$ [...] “Não nos atrevemos qualquer afirmação sobre o objeto transcendental – sobre algo (a alma) cujo fenômeno em nós é o pensamento”; podemos apenas supor que “algo material e simultaneamente existente corresponde aos processos sensoriais”.²⁶

em SDCL, encontrássemos também menção ou terminologia relativa às abordagens da Física sobre a matéria.

²⁴No original: Wilhelm von Humboldts zweiter Pariser Aufenthalt beinhaltet eine intensive und programmatische Auseinandersetzung mit ästhetischen und naturphilosophischen Fragen und mit dem Verhältnis von Antike und Moderne.

²⁵No original: [...] representatives of “physiological Kantianism”, notably Hermann von Helmholtz and Friedrich Albert Lange, developed a “naturalistic” account of Kant’s a priori.

²⁶No original: Humboldt had been influenced by Kant’s essay on Soemmering in his 1797 *Versuche über die gereizte Muskel- und Nervenfasern*, which included “conjectures on the chemical process of life”. In this work Humboldt regards the causal explanation

No período dos irmãos Humboldt, parte da especulação filosófica – nomeadamente a metafísica de Kant – avançava a passos largos rumo ao campo das (futuras) ciências biológicas. A ocorrência exata do termo *Bildungstrieb* (ou seu correspondente latino *nisus formativus*, “impulso formativo”) se deu em três obras de Kant publicadas em vida, conforme o mapeamento de Marques (2007, p. 454): *Sobre o uso dos princípios teleológicos em filosofia* (1788), *Crítica da faculdade do juízo* (1790) e em uma carta de 5 de agosto de 1790 a Blumenbach. A metodologia do julgamento teleológico está presente no apêndice da *Crítica da faculdade do juízo* (Richards, 2000, p. 11), motivo pelo qual Agud (1990, p. 17-18)²⁷ relaciona a capacidade humboldtiana da linguagem a essa obra de Kant. De fato, a aplicação da teleologia ressona sobremaneira em Humboldt; basta compararmos a problemática presente na primeira introdução da *Crítica da faculdade do juízo*, destacada por Fisher (2021, p. 394): “‘a matéria poderia ter se formado por milhares de modos diversos’ sem chegar àquela estrutura em particular. Portanto, o problema não se apresenta como a indeterminação mas, ao contrário, como determinação ou estrutura excessivas (...)”²⁸, à resiliência, ocasionada pela aparente irresolução, que Humboldt (1963[1836], p. 388) expressa quanto às

of representation by means of brain processes as “very subtly expressed by Kant as the $\sqrt{-x}$ [...] “We do not dare any statement about a transcendental object, about something (the soul), whose phenomenon in us is thought”; we can just suppose that “something material and simultaneously extant corresponds to sensory processes”.

²⁷Trecho em questão: “(...) ha de tratarse de una facultad inherente a la especie humana como tal; siendo además la capacidad que en realidad hace hombre al hombre, esto es, la propriamente definitoria de la especie, y considerando que lo humano se identifica como tal no sólo negativamente, sino em virtud de una serie de cualidades positivas que han de hallarse em todo individuo humano, parece obligado suponer que esa capacidad de lenguaje debe ser fundamentalmente la misma en todo ser humano. No se oculta la analogía entre esta exploración de la capacidad de language y la kantiana de la “capacidad de juicio”; también en Humboldt aparecen em relación con esto los dos términos kantianos de Vermögen (“capacidad”) y Kraft (“fuerza”).

²⁸No original: [...] the matter “could have formed itself in a thousand different ways” without hitting on that particular structure. Thus what presents the problem is not indeterminacy but rather too much determinacy or structure [...]

formas da natureza: “não nos cabe questionar por que não há outras ou mais formas. Simplesmente, são estas as que há, seria a única resposta.”²⁹

Na obra de que me ocupo, a *Crítica da razão pura*, ainda que sem a ocorrência terminológica do “impulso formativo”, também estão presentes leis teleológicas, que pertencem à razão e conectam o conhecimento fragmentário e pontual do entendimento a nexos finais e universalizantes. Diz Kant (CRP, B 715, grifos do autor):

A unidade formal suprema, que se baseia apenas em conceitos da razão, é a unidade das coisas *conforme a fins*, e o interesse *especulativo* da razão torna necessário considerar toda ordenação no mundo como se brotasse da intenção de uma razão suprema. Com efeito, tal princípio abre, para a nossa razão aplicada ao campo das experiências, perspectivas inteiramente novas para conectar as coisas do mundo segundo leis teleológicas e, assim, chegar à maior unidade sistemática das mesmas.

A seguir, ligado à teleologia, surge em Kant (CRP, B 716) o motivo do organismo para fins de analogia com a ideia da causalidade conforme a fins, ou seja, a ideia de uma causa suprema do mundo:

Por isso também a fisiologia (dos médicos), por meio de um princípio introduzido apenas pela razão pura, estende tão longe o seu limitado conhecimento dos fins da estrutura de um corpo orgânico, que se é levado ao atrevimento de supor, com toda concordância dos entendidos, que tudo nos animais teria sua utilidade e um bom propósito; uma pressuposição que, se fosse constitutiva, iria muito além do que nos autorizam nossas observações até aqui; donde se pode ver, assim, que ela não passa de um princípio regulativo da razão para chegar à unidade sistemática suprema através da ideia da causalidade conforme a fins da causa suprema do mundo, e como se esta fosse, como inteligência suprema, a causa de tudo em conformidade com o mais sábio propósito.

Em suma, “Kant admite que a razão deseja uma tal unidade (...) devemos pensar a natureza como se ela pudesse ser conhecida (...) por meio da subordinação de explicações mecanicistas a propósitos

²⁹No original: Man kann nicht fragen, warum es nicht mehr oder andre Formen giebt? es sind nun einmal nicht andre vorhanden, - würde die einzige naturgemässe Antwort seyn.

[teleologia], satisfazendo a demanda da razão por unidade (...)”³⁰ (Fisher, 2021, p. 402). No caso de Humboldt, a teleologia sugere que a formação do som articulado, na condição de faceta sensível da linguagem, possui uma organização pressuposta por faculdades internas para atingir um nexo final, o da maior perfeição linguística possível. O autor pressupõe uma completude ou perfeição (*Vollendung*), rumo à qual a natureza orienta todas suas criações, para a produção de “um certo número de formas nas quais se manifesta aquilo que cada gênero alcançou trazer à realidade e lhes basta para o acabamento pleno de suas ideias”³¹ (Humboldt, 1963[1836], p. 388). Vê-se, em primeiro lugar, que Humboldt ceifa Deus da explicação fisiológica da formação do som e assim o fará também com a explicação metafísica. A ideia de um direcionamento conforme a fins se reflete na língua quando “nela contemplamos a *aspiração* de dar à ideia de uma linguagem perfeita uma existência na realidade”³² (Humboldt, 1963[1836], p. 391, grifos meus). O som seria “*guiado [hingeleitet]* à eufonia e ao ritmo” por uma disposição interna, que organiza o som e o afasta do “mero soar” conforme o fim supremo de dar forma à linguagem por via dos elementos linguísticos sonoros, particulares a cada língua, e com a intenção de que esta se aproxime o mais possível da ideia pura daquela “precisamente pelos movimentos da alma, preparatórios da língua em sua geração”³³ (Humboldt, 1963[1836], p. 473, grifos meus).

A partir dessa exposição, depura-se que a fisiologia humana não produz arbitrária ou acidentalmente o som. Antes, o espírito é investido – pela natureza, não por um demiurgo – de formas que organizam a sensibilidade e o sentimento e cuja finalidade é atingir a perfeição de uma linguagem ideal. Humboldt assume a ideia kantiana do organismo como uma inteligência suprema: como intenção, causa e fundamento. Por viver em época anterior ao estabelecimento da biologia como ciência, Kant pensou o

³⁰No original: Kant admits that reason desires such unity [...] we must think of nature as if it could be cognized [...] by subordinating machanic explanations to purposes, and satisfying reason’s demand for unity [...]

³¹No original: In allen ihren Schöpfungen bringt sie [die Natur] eine gewisse Zahl von Formen hervor, in welchen sich das ausspricht, was von jeder Gattung zur Wirklichkeit gediehen ist und zur Vollendung ihrer Idee genügt.

³²No original: Anders ausgedrückt, erblickt man darin das Streben, der Idee der Sprachvollendung Daseyn in der Wirklichkeit zu gewinnen.

³³No original: Er wird dagegen gerade durch die inneren, die Sprache in ihrer Erzeugung vorbereitenden Seelenregungen zu Euphonie und Rhythmus hingeleitet werden [...]

organismo como essa inteligência e alocou o atributo de sua inteligência no uso regulativo da razão. O uso regulativo se transfere ao desenvolvimento dos corpos organizados para resolver a questão da coerência das formas ultra especializadas da natureza por meio do “teleomecanismo” (Richards, 2000, p. 12), adaptado por Kant de Blumenbach a partir do impulso formativo.

As ideias de Kant no âmbito da investigação da natureza formaram uma ampla escola no século XIX. Esse contexto histórico reforça que, sob os fundamentos da teleologia, Humboldt tenha pensado o organismo como inteligência suprema porque dotado de um impulso formativo que organiza seu próprio desenvolvimento. Como causa e efeito de si mesmo, o organismo cresce e se reproduz. Por sua natureza autônoma e capaz de se auto-organizar, o próprio organismo, investido pela natureza, é a origem do processo sintético e teleologicamente articulado do espírito que une conceito e som, com o fim da linguagem de trazer clareza à representação para elevá-la a conceito:

A união mais justa entre ambas as partes principais que constituem a língua [o som articulado e o uso feito dele para as designações e conexões do pensamento estético, como a literatura e a poesia] se manifesta sobretudo na vida sensível e imaginativa que emerge por meio dela. Em contrapartida, quando a língua se expande e se refina intelectualmente em uma época em que o impulso formativo dos sons não possui mais a força necessária, ou onde já desde o princípio as faculdades atuaram de maneira parca, são resultados inevitáveis o domínio unilateral do entendimento, a aridez e o prosaísmo. Em particular, observamos o predomínio do entendimento em línguas nas quais certos tempos verbais são formados somente por verbos auxiliares separados, como no árabe; logo, a ideia de tais formas não mais foi acompanhada de maneira efetiva pelo impulso de formar sons. O Sânscrito, em algumas formas temporais, juntou efetivamente em uma mesma palavra o verbo *ser* ao conceito verbal³⁴. (Humboldt, 1863[1963], p. 474)

³⁴No original: Die feste Verbindung der beiden constitutiven Haupttheile der Sprache äussert sich vorzüglich in dem sinnlichen und phantasiereichen Leben, das ihr dadurch aufblüht, da hingegen einseitige Verstandesherrschaft, Trockenheit und Nüchternheit die unfehlbaren Folgen sind, wenn sich die Sprache in einer Epoche intellectueller erweitert und verfeinert, wo der Bildungstrieb der Laute nicht mehr die erforderliche Stärke besitzt oder wo gleich anfangs die Kräfte einseitig gewirkt haben. Im Einzelnen sieht man dies an den Sprachen, in denen einige Tempora, wie im Arabischen nur durch getrennte Hilfsverba gebildet werden, wo also die Idee solcher Formen nicht mehr wirksam von dem Triebe der Lautformung begleitet gewesen ist. Das Sanskrit hat in

A fisiologia humana, na concepção de Humboldt, é em si orientada pelo impulso de formar o som articulado conforme a finalidade espiritual de efetivar em língua uma linguagem ideal. O organismo é um motivo que se repete na concepção romântica da “construção orgânica” (*Organisches Bau*, termo recorrente em SDCL) da linguagem; Cassirer (2001, p. 137) atribui a autoria do termo a um autor mencionado por Humboldt (1963[1836], p. 515, em nota de rodapé), Friedrich Schlegel:

o problema do organismo constituiu o centro espiritual com o qual o Romantismo, a partir de questões as mais diversas, sempre se confrontou. A teoria das metamorfoses de Goethe, a filosofia crítica de Kant, bem como os primeiros esboços da filosofia da natureza e do “sistema do idealismo transcendental” de Schelling, parecem, todos, convergir para este único ponto.

Por ora, deixaremos mencionada a discussão do organismo na vertente romântica sem maiores aprofundamentos; a ligação de Humboldt aos românticos merece, em si, um estudo particular. No momento, interessa-nos a ligação do motivo orgânico ao “impulso formativo” de Kant e Blumenbach.

5 O percurso Kant-Blumenbach/Hamann-Humboldt: metáforas do organismo e o início da filosofia da linguagem com base em Kant

A discussão teleológica entre Kant e Blumenbach sobre a formação dos corpos organizados³⁵ nos ressalta o emprego, por Kant, de metáforas do organismo para fins de analogia, ou seja, “para se interpretar a si próprio” (Santos, 1994, p. 57). Argumentarei que Humboldt (1963[1836], p. 426) determina o estatuto da linguagem e sua corporificação em língua motivadamente, isto é, expressa tal estatuto por meio de uma metáfora do organismo, “a língua é o órgão formativo do pensamento”³⁶, ao tomar por referência o debate entre Kant e Blumenbach. A metáfora do organismo, além de correlacionar Humboldt à filosofia

einigen Zeitformen das Verbum seyn wirklich mit dem Verbalbegriff in Worteinheit verbunden.

³⁵Amparo-me em Richards (2000) para categorizar a troca intelectual entre o filósofo e o fisiologista como relativa ao campo teleológico.

³⁶No original: Die Sprache ist das bildende Organ des Gedanken.

de Kant, revela-nos ainda mais um elo na cadeia de sucessões: entre a filosofia humboldtiana da linguagem e Kant há o prógono Johann Georg Hamann. Atesta-nos Santos (1994, p. 56) a originalidade de Hamann ao ver o sistema kantiano pela perspectiva da linguagem:

Um dos primeiros e mais lúcidos leitores da *Crítica da Razão Pura* – Johann Georg Hamann –, primeiro, na recensão que fez da obra e, depois, na sua *Metacrítica do purismo da razão*, não só contesta a pretensa pureza da razão, invocada por Kant, como explora algumas das metáforas utilizadas pelo filósofo crítico, investindo-as contra a sua própria filosofia. Mas para além desse aproveitamento retórico do texto kantiano contra ele próprio, Hamann conduz a sua crítica da filosofia kantiana ao problema fundamental a partir do qual tem sentido ou não falar de “pureza da razão”: ao problema da relação entre o entendimento e a sensibilidade, rejeitando a estrita separação que Kant estabelecera entre essas duas fontes do conhecimento humano. A originalidade de Hamann reside em ver esse problema desde a perspectiva da linguagem. [...] A linguagem é já um sedimento de conceitos e de imagens, um condensado de experiência, de história e de tradição, de que o pensamento não pode abstrair.

Hamann, segundo é inferível do trecho acima, inaugurou a filosofia da linguagem pensada com base em Kant pela via da crítica. Hamann nega o elemento puro, ou seja, aquele que não possui qualquer relação com o mundo sensível ou com a experiência, conforme nos define Kant (CRP, B 34 – B 35): “eu denomino puras (em sentido transcendental) todas as representações em que não se encontra nada que pertença à sensação”. Kant (CRP, B 74) defende a existência de um elemento puro e formador do conceito:

Nosso conhecimento surge de duas fontes fundamentais da mente, a primeira das quais é a de receber representações (a receptividade das impressões), e a segunda, a faculdade de conhecer um objeto por meio dessas representações (espontaneidade dos conceitos); (...) os dois [intuição e conceitos] podem ser puros ou empíricos. São empíricos quando uma sensação (que pressupõe a presença real do objeto) está neles contida; são puros, pelo contrário, quando nenhuma sensação se mistura à representação.

Hamann (1992[1781], p. 143) discute a impossibilidade da pureza dos conceitos ante à presença da linguagem: “receptividade da linguagem

e espontaneidade dos conceitos! - Desta dupla fonte da ambiguidade cria a razão pura todos os elementos da sua teimosia, da sua mania de duvidar e da sua pretensão crítica (...); o tom crítico da dependência que a razão “pura” teria da linguagem advém de que, para Hamann, a linguagem traz conceitos exclusivamente da experiência. Em suas palavras, a linguagem não possui “qualquer outro título de crédito que o da tradição oral e dos usos e costumes” (Hamann, 1992[1781], p. 142). Para atacar Kant no seio da ambiguidade que, segundo este, a linguagem gera e a razão pura esclarece³⁷, Hamann (1992[1781], p. 143) remete-nos ao próprio exercício errôneo da metafísica como uma disciplina daquilo que transcende a física: a ambiguidade do termo fora gerada pela “síntese acidental de uma preposição grega [meta]”. Em nota de rodapé, a tradutora Maria Filomena Molder (1992, p. 150) esclarece que:

o nome de “Metafísica” deriva da conjugação de meta (depois de, atrás de) e “ta physika (as coisas físicas, a física), assentando, assim, numa intuição sensível-espacial. Segundo Hamann, o pensamento não pode dar-se em nenhum lado sem uma tal sensibilidade originária dos conceitos, neste caso resultante da ocasional classificação de um compilador dos textos aristotélicos.

Ao equívoco – originário de toda uma disciplina – do primeiro compilador dos textos aristotélicos juntaram-se escritores latinos que confundiram o prefixo “meta” grego com o “trans” latino e atribuíram à “metafísica” o sentido de algo que transcende a física, conforme o tradutor inglês da *Metacrítica sobre o purismo da razão* Kenneth Haynes (2007, p. 209). No entanto, Humboldt, por outro lado, parte do elemento puro (referido em SDCL como a “parte puramente intelectual”, *reiner intellektuelle Theil*) e da síntese deste com o diverso da intuição para pensar a formação da língua, sobretudo o som articulado (Cassirer, 2001, p. 151). Humboldt dá seguimento à filosofia da linguagem com base em Kant, iniciada por Hamann, por meio de um largo estudo sobre as formas sintáticas (as quais também são sonoras) de diversas línguas e teorizar sua formação como a síntese do diverso, operada pelo elemento

³⁷Na tradução inglesa da *Metacrítica sobre o purismo da razão*, o tradutor aponta em nota de rodapé a passagem dos *Prolegômenos* de Kant, publicados em 1783 (dois anos após a edição A da *Crítica da razão pura*), onde Kant afirma que os erros filosóficos são ocasionados pela ambiguidade da expressão.

transcendental puro da faculdade da linguagem. Santos (1994, p. 57, grifos meus), ao defender a postura de Kant ante à crítica de Hamann, aponta no primeiro aquilo que viria a ser a convicção teórica de Humboldt quanto à operação da faculdade ou capacidade universal de linguagem, ou seja, como esta, a nível transcendental ou puro, é capaz de organizar as relações entre o diverso do fenômeno em som articulado e, assim, produzir a língua como objeto sensível, empírico e, portanto, histórico:

Deste modo, Kant não só estaria consciente de que a razão tem necessariamente de tornar-se sensível e recorrer às intuições e às imagens, como ele próprio usa, com plena consciência, imagens e metáforas inclusivamente para se interpretar a si próprio. Mas, para além disso, e embora não tenha ele mesmo chamado o tema da linguagem ao centro das suas preocupações filosóficas, talvez esteja apto como poucos não propriamente para nos proporcionar uma teoria empírica ou histórica do fenômeno da linguagem, mas sim para *nos encaminhar àquele plano de onde a linguagem recebe a sua legitimação transcendental*.

A ambiguidade – para continuarmos na seara da crítica hamanniana à Kant – do termo *Sprache* em Humboldt, ora como a capacidade universal de linguagem, em geral, e ora como o sistema de sons articulados de uma língua, em particular³⁸, faz com que muitos pontos da filosofia da linguagem humboldtiana dialoguem tanto com Kant quanto com sua antítese, Hamann. Nas instâncias da produção linguística, Humboldt teoriza a língua como a corporificação sensível da faculdade ou capacidade de linguagem e é devido à corporificação sensível da língua em som articulado e sua conseqüente intercambialidade no mundo sensível e objetivo que ela se aproxima dos conceitos históricos e coletivos aludidos por Hamann. Humboldt denomina tais conceitos

³⁸Mantenho o termo “ambiguidade” entre aspas pois, como mencionado, em alemão não há dois conceitos separados para “linguagem” e “língua”. Essa necessidade é imputada pelas línguas romances, as quais possuem essa distinção. A esse respeito, endosso a nota de rodapé de Agud (1990, p. 24): “*El lector deberá tener presente a lo largo de su lectura que el alemán carece de una distinción equivalente a la nuestra entre ‘lenguaje’ y ‘lengua’, y se sirve para ambos conceptos del término único ‘Sprache’; la diferencia que se hallará a lo largo de esse texto entre ‘lenguaje’ y ‘lengua’ está siempre basada en la interpretación que la traductora hace del sentido de ‘Sprache’ según el contexto.*”

como “visões de mundo” (*Weltansichten*) dos povos, cujo processo, fragmentariamente teorizado em SDCL, está sumarizado a seguir:

As simbolizações produzidas pela consciência estão encarnadas na língua, de acordo com Humboldt, e a interação discursiva faz com que esse processo individual de simbolização linguística da experiência (*energeia*) seja ratificado pelo entendimento do outro. Por isso, segundo o teórico alemão, a língua uniformiza a diversidade de experiências sensoriais e de representações individuais internas sob conceitos intercambiáveis (palavras). Conseqüentemente, um povo unificado sob uma mesma língua possui um “ponto de vista” que lhe é particular, enquanto coletivo, e que alinha a simbolização individual da experiência à desse coletivo. (Glushkova; Domingues, 2022)

Hamann é precursor de Humboldt não quanto à adesão ao quadro teórico transcendental, mas por ser o primeiro a pensar a linguagem no sistema de Kant. Como fio condutor entre todos esses pensadores estão as metáforas do organismo. Hamann (1992[1781], p. 142) sintetiza sua concepção da linguagem como “o único, primeiro e último *organon* [órgão] e critério da razão (...)”; Humboldt, em evidente paralelo, como “o órgão formativo do pensamento”.

Além desse paralelo e da precedência cronológica de Hamann quanto à inauguração de uma filosofia da linguagem com base em Kant, outra aproximação entre o primeiro e Humboldt está no entendimento humboldtiano da língua intercambiável que, por isso, representa conceitos coletivos ou visões de mundo, já que, de representação sob leis subjetivas, a linguagem assume uma faceta empírica ao se corporificar no som articulado da língua; compare-se à linguagem hamaniana como um sedimento de conceitos e de imagens, um condensado de experiência, de história e de tradição.

O percurso Kant-Blumenbach/Hamann-Humboldt explica, desse modo, que o estatuto conferido pelo último à linguagem se dê por uma metáfora do organismo, tal seja, como o órgão formativo do pensamento.

6 Considerações finais

Referências à investigação da natureza se fazem presentes em SDCL não apenas pelo emprego do termo “impulso formativo” e sua circundante teleologia, como também pelo emprego de metáforas do

organismo, as quais estão presentes em Kant desde a *Crítica da razão pura*. O emprego de metáforas ocasionaram, por sua vez, o fundamento das críticas do filósofo Johann Georg Hamann à Kant, sendo Hamann o primeiro a pensar o papel da linguagem na formação de conceitos e, assim, fundar uma filosofia da linguagem com base em Kant. Não por acaso, nota-se um paralelo claro entre a concepção de linguagem de Hamann e a de Humboldt, ambas expressas por meio de metáforas do organismo bastante similares. Afirmamos que a laicização gradativa do período justifica a adesão humboldtiana ao impulso formativo e à teleologia, a exemplo de Kant e do filósofo idealista transcendental Schelling, para explicar o som articulado sem recorrer a um demiurgo, e esclarece o estatuto conferido por Humboldt à língua por meio de uma metáfora do organismo.

Kant encaminhou a discussão sobre a linguagem ao plano no qual esta recebe, como as demais faculdades humanas, legitimação transcendental. Para Humboldt, a corporificação da língua em som articulado provém da faculdade espiritual da linguagem, a qual engendra modos de representação *a priori*. O sistema kantiano da imbricação entre intelecto e sensibilidade reslumbra na teoria da linguagem humboldtiana pela fórmula linguagem/língua = *conceito* + *som articulado*. Uma vez que, para Kant, os conceitos são *a priori* e, por isso, puros e universais, a diferença entre as línguas equivale, segundo Humboldt, à forma do som articulado, que designa conceitos, relações entre conceitos e as próprias relações de pensamento. Devido à objetividade e conseqüente externalização da língua em som articulado, esta coloca o espírito em estreita relação com o estado histórico ou condição espiritual coletiva das nações e é, por isso, a ponte entre o coletivo, o histórico e a faculdade interna e individual, que atua sobre a forma do som no momento da geração ou da atualização do conceito. Portanto, o som seria o elemento a mostrar da maneira mais clara como a faculdade interna universal da linguagem enforma a língua individual, e o estudo da soma dos casos particulares leva o linguista a compreender quais são as leis universais da linguagem.

Segundo a *Crítica da razão pura*, as categorias ou conceitos são apriorísticos à experiência porque extraídos de leis ínsitas na mente, não de objetos, mas ficam todavia latentes quando não suscitados pela experiência. Para Humboldt, a forma do som articulado de uma língua, objetiva e externa, retorna ao espírito como experiência sensível, coletiva e histórica; por isso, deve suscitar no espírito o despertar de outros conceitos, em um ato de contra-influência na constante produção e

atualização de representações. A experiência sensível do som articulado excede o indivíduo e, ao tomar a forma do coletivo, os conceitos da língua se tornam visões de mundo, as quais, por sua vez, remetem à concepção hamaniana da linguagem como um sedimento de conceitos, imagens, condensado de experiência, história e tradição.

Humboldt propõe que o conceito e as relações entre conceitos, ou seja, as relações de pensamento, tornam-se representáveis quando corporificados em som articulado, o que implica elevar o estatuto da linguagem ao próprio pensamento. Dessarte, o filósofo da linguagem metaforiza a linguagem como o órgão formativo do pensamento. A relação entre o intelecto e a sensibilidade de que se ocupou Kant é direcionada ao som linguístico e aos meios fisiológicos do aparato vocal e do ouvido, o que parece ter direcionado a atenção de Humboldt à investigação da natureza e, conseqüentemente, ao debate entre Kant e Blumenbach. O cunho teleológico do debate entre os últimos forneceu ao primeiro uma ferramenta teórica para pensar a formação do som linguístico, a qual se dá, por isso, segundo o impulso formativo que direciona o organismo a um nexos final do espírito, a saber, a produção de sons que se visam efetivar em língua uma linguagem ideal.

Na *Crítica da Razão Pura*, o princípio teleológico se manifesta na abrangência das ideias hipotéticas da razão, as quais excedem o conhecimento pontual e fragmentário depurado por ocasião da experiência com a finalidade de expandir a série causal do conhecimento humano. Ligado à teleologia surge, então, a metáfora do organismo para fins de analogia com a ideia da causalidade conforme a fins, ou seja, da ideia de uma causa suprema do mundo. No caso de Humboldt, a teleologia está na pressuposição de que a formação do som articulado parte do impulso formativo, que direciona a auto organização do organismo conforme o nexos final da maior perfeição linguística possível. Em outras palavras, para o filósofo da linguagem o espírito não produz arbitrária ou acidentalmente o som, pois a natureza lhe investiu de formas que bastam a cada gênero para o acabamento pleno de suas ideias e da capacidade espiritual de produzi-las.

Humboldt pensa o organismo como uma inteligência suprema: como intenção, causa e fundamento e, por isso, a teleologia é uma chave de leitura para o estatuto conferido à linguagem como o órgão formativo do pensamento. Tal associação entre linguagem e pensamento via metáfora do organismo é encontrada também em seu antecessor Hamann e nos aponta a existência de um circuito de filósofos da linguagem que

estavam respondendo a Kant. A laicização da filosofia a partir de Kant é o provável vetor que dirigiu Humboldt ao debate naturalista desse período, a exemplo do também filósofo idealista transcendental Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling, contemporâneo deste, e o levou a aderir ao idealismo transcendental de Kant. Com este trabalho, avançamos um passo no mapeamento tanto da influência de Kant na filosofia humboldtiana da linguagem, quanto da convergência entre Humboldt e Hamann relativamente ao estatuto conferido à linguagem como o órgão formativo do pensamento.

Agradecimentos

À FAPESP, pelo fomento concedido (processo no país nº 2021/01490-8 e BEPE nº 2022/02548-2, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e CAPES); à Prof^{ta} Dr^a Sheila Vieira de Camargo Grillo (USP) e aos Profs. Drs. Marcus Vinícius Mazzari (USP) e Denis Thouard (Centro Marc Bloch, Universidade Humboldt de Berlim) pela orientação, coorientação e tutoramento no exterior, respectivamente; aos interlocutores do Grupo de Pesquisa Diálogo e do Grupo de Estudos em Filosofia Alemã da USP, sobretudo ao filósofo Felipe Cardoso Silva, sempre presente e atencioso.

Referências

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AGUD, A. Prólogo. In: HUMBOLDT, W. v. *Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad*. Trad. Ana Agud. Madrid: Editorial Anthropos, 1990.
- BERGHahn, C. (org.). *Wilhelm von Humboldt Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*. Berlin: J. B. Metzler, 2022.
- CASSIRER, E. *Filosofia das formas simbólicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FISHER, N. Kant and Schelling on Blumenbach's formative drive, *Intellectual History Review*, v. 31, n. 3, p. 391-409, 2021. DOI: 10.1080/17496977.2021.1955473.

GLUSHKOVA, M; DOMINGUES, T. Wilhelm von Humboldt: paralelos com o Círculo de Bakhtin e contribuição para a questão da diversidade linguística, *Alfa: Revista de Linguística*, São José do Rio Preto, v. 66., p. 1-21, 2022. DOI: 10.1590/1981-5794-e14950

HAMANN, J. G. Metakritik über den Purismus der Vernunft. In: HAMANN, J. G. *Sämtliche Werke. Historisch-kritische Ausgabe von Josef Nadler*. Wien: Verlag Herder, 1951. p. 276-289.

HAMANN, J. G. Metacrítica sobre o purismo da razão. Trad. Maria Filomena Molder. In: GIL, F.(coord.). *Recepção da crítica da razão pura: Antologia de escritos sobre Kant (1786–1844)*. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1992. p. 140-153.

HAMANN, J. G. Metacritique on the purism of reason. Trad. Kenneth Haynes. In: HAYNNES, K. (ed.). *Writings on Philosophy and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 205-218.

HEATH, P. Introduction. In: HUMBOLDT, W. v. *On language: on the diversity of human language construction and its influence on the mental development of the human species*. Trad. Peter Heath. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

HUMBOLDT, W. von. *Über die Verschiedenheit des Menschlichen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1963.

KANT, I. *Kritik der reinen Vernunft*. Hamburgo: Felix Meiner Verlag, 1998.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. Fernando Costa Matos. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015. 4ª edição.

MARQUES, U. R. de A. Kant e o problema da origem das representações elementares: apontamentos. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 13., p. 41-72, 1990. DOI: 10.1590/S0101-31731990000100004

MARQUES, U. R. de A. Kant e a epigênese a propósito do “inato”. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 453-470, 2007. DOI: 10.36311/2017.978-85-7983-928-3

PECERE, P. “Physiological Kantianism” and the “organization of the mind”: a reconsideration. *Intellectual History Review*, Londres, v. 31, n. 4, p. 693-714, 2021. DOI: 10.1080/17496977.2020.1784596

RICHARDS, R. J. Kant and Blumenbach on the Bildungstrieb: a historical misunderstanding, *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, , vol. 31, n. 1, p. 11-32, 2000. DOI: 10.1016/S1369-8486(99)00042-4

SANTOS, L. R. dos. *Metáforas da razão ou economia poética do pensar kantiano*. Maia: Gráfica Maiadouro S. A., 1994.

SPECHT, P. *Desafios ao traduzir filosofia Beziehungsweise Wilhelm von Humboldt ao Português*. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução. Área de concentração: Estudos da Tradução. 2017.

TERRA, R. R. Humboldt e a formação do modelo de universidade e pesquisa alemã, *Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade*, São Paulo, v.24, n.1, p. 133-150, 2019. DOI: 10.11606/issn.2318-9800.v24i1p133-150

TRABANT, J. Vanishing Worldviews. *Forum for Modern Language Studies*, Saint Andrews, v. 53, n. 1, p. 21-34, 2017. DOI: 10.1093/fmls/cqw081

WALKER, J. Wilhelm von Humboldt and Dialogical Thinking. *Forum for Modern Language Studies*, Saint Andrews, v. 53, n 1, p. 1-12, 2017. DOI: 10.1093/fmls/cqw079



Espraçamento da *estase* argumentativa em interações polêmicas do *Twitter*

Spreading of Argumentative Stasis in Controversial Twitter Interactions

Lara Beatriz de Souza Teixeira

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás / Brasil

larabeatriz.steixeira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4197-5694>

Rubens Damasceno-Morais

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás / Brasil

damasceno.morais@ufg.br

<https://orcid.org/0000-0001-6245-6394>

Resumo: Este trabalho buscou compreender uma polêmica (Amossy, 2017) em redes sociais protagonizada por Xuxa Meneghel acerca da utilização de presidiários como cobaias em experimentos e a sua repercussão na rede social *Twitter* (Boyd; Ellison, 2008; Cabral, 2022; Kwak *et al.* 2010; Recuero; Zago, 2010), a partir da perspectiva do Modelo Dialogal da Argumentação – MDA (Plantin, 2008; discutido por Damasceno-Morais, 2019, 2020, 2023). A análise de interações dos internautas foi empreendida a fim de que se pudesse enxergar os movimentos estratégicos e argumentativos utilizados pelos interactantes em contextos de desacordos de opiniões, como é comum na web 2.0 (Paveau, 2021). Aqui, entendemos os desacordos de opiniões como “*estase* argumentativa”, a partir do MDA. Após exame detalhado do *corpus*, foi possível observar, sobretudo, o “espraçamento da *estase* argumentativa”, isto é, uma divergência de opiniões tão severa que leva ao silêncio do interlocutor. A partir dos dados coletados e perscrutados, constatou-se que as manifestações polêmicas de teor virulento se materializaram pelo emprego de argumentos *ad hominem*, *ad personam* e *ad populum* (Grácio, 2013; Plantin, 2016; Walton, 2006), a fim de invalidar, desautorizar e generalizar o posicionamento do outro e, ainda, desestimular a mecânica interacional, levando o oponente a abandonar a discussão polêmica. Há, ainda, o silenciamento do interlocutor, procedimento característico do ringue erístico, uma reminiscência da antiga Retórica.

Palavras-chave: polêmica; estase; modelo dialogal da argumentação; web 2.0.

Abstract: This paper aims to understand a polemical episode (Amossy, 2017) on social network Twitter headed by Xuxa Meneghel about the use of prisoners as human guinea pigs (Boyd; Ellison, 2008; Cabral, 2022; Kwak *et al.*, 2010; Recuero; Zago, 2010), from the perspective of the Dialogical Model of Argumentation (Plantin, 2008). The analysis of internet users' interactions was undertaken so that we could see the argumentative strategies used by interactants in contexts of disagreement of opinions, as is common in web 2.0 (Paveau, 2021). Disagreements are here part of a stase, like we may observe in DMA. After a detailed examination of the corpus, we noted the “spreading of the argumentative stasis”, that is, a divergence of opinions so deep that leads the interlocutor to the silence. It was verified that the polemical interactions were materialized by the use of *ad hominem*, *ad personam* and *ad populum* arguments (Grácio, 2013; Plantin, 2016; Walton, 2006), in order to invalidate, disallow and generalize the position of the opponent and to discourage interactional mechanics of the interaction, leading the actantial opponent to the abandon of the dialogue. Thus, we verified the supressing of the interlocutors' voice, a procedure of the eristic ancient Rhetoric.

Keywords: controversy; stasis; dialogical model of argumentation; web 2.0.

Recebido em 21 de março de 2023.

Aceito em 12 de janeiro de 2024.

1 Introdução

O desenvolvimento tecnológico ocorrido nas últimas décadas, especialmente nas duas últimas, e o surgimento e aprimoramento da *Internet* ao longo dos tempos possibilitaram que as informações fossem difundidas mais rapidamente, o que ocorre atualmente de forma quase instantânea, com as notícias podendo ser acessadas em todas as partes do mundo. Nesse contexto de rapidez na forma de difundir e, ao mesmo tempo, de obter informações, foram criados vários ambientes *on-line* de interação social (*Facebook*, *Twitter*¹, *Instagram*, *TikTok* etc.), nos quais é possível realizar publicações, comentar nas publicações realizadas

¹ O Twitter agora se chama X. Não obstante, nos referiremos à plataforma X, ao longo de todo o texto, como “Twitter”, simplesmente porque essa recente mudança de nome ainda gera muita confusão. Para evitar mal-entendidos, seguiremos, desse modo, nos referindo à plataforma pelo seu nome precedente, inclusive no título deste artigo.

por outras pessoas e instituições e, em algumas de suas versões mais recentes, fazer e assistir a *lives*, que são as transmissões de conteúdo em tempo real. Como exemplo, o Ciclo de Conferências 2022 do TEAR CONVIDA – evento realizado pelo Grupo de Estudos Teorias de Argumentação e Retórica – foi um reflexo da grande dimensão desta realidade informacional e possibilitou importantes discussões a respeito do contexto digital, uma vez que teve, como tema principal de suas conferências, a análise do discurso digital².

Essa rápida difusão de informações, junto à possibilidade *on-line* de interação, foram elementos muito importantes no contexto de vivência da pandemia causada pela COVID-19, acrônimo de *corona virus deceased 2019*, doença provocada pelo vírus SARS-CoV-2, o coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2. A crise sanitária global foi acompanhada de importantes informações a respeito do vírus e de suas variações, dos efeitos que causavam nos diferentes indivíduos que os contraíam, das pesquisas e vacinas que eram realizadas a fim de reduzir os intensos impactos gerados à saúde por eles e do quantitativo, em tempo real, das mortes provocadas pela doença, além das orientações da ONU (Organização Mundial da Saúde) a seu respeito. A rapidez na difusão de informações e a possibilidade de interação *on-line* também possibilitaram uma aproximação virtual entre os indivíduos que, em razão do distanciamento social necessário para que houvesse diminuição nos índices de contágio, especialmente entre idosos e pessoas com comorbidades, nos quais a doença se manifestava de forma mais grave, não podiam se encontrar presencialmente, de modo que a interação *on-line*, como bem vivenciamos, passou a ser praticamente o único meio para reduzir as distâncias físicas geradas pela pandemia.

Essa forma remota de interação foi muito utilizada a fim de que fossem continuadas, em diversos contextos, as atividades necessárias de serem realizadas, como, por exemplo, as atividades empresariais e as aulas escolares, assim como as *lives* foram adotadas por indivíduos e empresas ligadas ao entretenimento a fim de que conteúdos continuassem sendo produzidos. Por exemplo, no dia 8 de abril de 2020, pouco tempo depois de a quarentena e o isolamento social terem sido estabelecidos no Brasil, a cantora Marília Mendonça realizou no Youtube a *live* que

² Todas as conferências do Ciclo de Conferências 2022 do TEAR CONVIDA podem ser assistidas por meio do *link*: <https://grupotear.com/2022/01/31/analise-do-discurso-digital/>.

se tornou a mais assistida da história do *Youtube*, com 3,3 milhões de visualizações, até o ano de 2022, quando foi superada, no dia 1º de junho, pela *live* do julgamento do casal de ex-atores Johnny Depp e Amber Heard³, que teve 3,5 milhões de visualizações. Partindo desses aspectos, e tendo em vista a necessidade que foi estabelecida de que todas as atividades possíveis de serem realizadas de forma remota fossem realizadas assim, como, por exemplo, reuniões em âmbitos corporativos, muitas instituições resolveram adotar, de modo definitivo, a realização de várias atividades de forma *on-line*, visto que otimizavam a realização dessas atividades.

Foi nesse contexto de atividades sendo realizadas de forma *on-line* em vários contextos que, em *live* no dia 26 de março de 2021, no *Instagram* da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (@instalerj), a respeito do direito dos animais, a influenciadora digital Xuxa Meneghel, importante nome na luta pela defesa dos animais, propôs que os testes de vacina, necessários de serem realizados para averiguar a eficácia da vacina e a forma como as pessoas são afetadas por ela, sendo isso normalmente realizado em animais e em indivíduos voluntários, dentre outros experimentos, normalmente realizados em animais, como, por exemplo, testes de produtos dermatológicos, fossem realizados em prisioneiros⁴. A influenciadora apresentou seu posicionamento a esse respeito após o coordenador da *live*, Tiago Azevedo, comentar que muitas pessoas utilizam produtos testados em animais por falta de conhecimento sobre o assunto.

Embora não seja a favor, Xuxa disse compreender a necessidade de que testes de vacinas sejam realizados em animais, visto que isso ocorre a fim de salvar vidas. Ela também afirma que, por outro lado, considera desnecessário que cosméticos sejam testados neles, especialmente tendo em vista que existem pessoas que aceitam ser pagas para serem “cobaias”, as quais, segundo a influenciadora, possuem a seguinte

³ O ex-casal se enfrentava na justiça em virtude de Johnny Depp ter acusado Amber Heard por difamação pelo fato de ela ter se referido a si mesma como uma “figura pública que representa a violência doméstica”. Saiba mais sobre o caso em: <https://exame.com/pop/johnny-depp-amber-heard-veredicto-julgamento/>. Acesso em: 1 de junho de 2022.

⁴ Devido à grande repercussão da fala da Xuxa na *live* “Defesa pelos direitos dos animais”, a *live* foi retirada do *Instagram* no qual foi realizada, no mesmo dia; mas pode ser assistida em: <https://www.youtube.com/watch?v=DNhnVurH4-Q>.

ideia: “Eu quero ser cobaia, eu vou ganhar por isso! Eu empresto meu rosto e, se der alguma coisa, problema nenhum; se der no meu cabelo, problema nenhum. Eu ganho por isso.” Ali, Xuxa Meneghel declara ter um pensamento que pode parecer muito ruim para as pessoas – “desumano”, em suas próprias palavras –, no entanto, em sua opinião, existem pessoas que fizeram muitas coisas erradas e estão pagando por seus erros em prisões em um *ad aeternum* (do latim, significa “para sempre” ou “infinitamente”), as quais, conforme diz, “poderiam ajudar nesses casos de pessoas para experimento”.

Esse posicionamento da influenciadora digital foi apontado pelos internautas como semelhante ao discurso do médico nazista Josef Mengele, com o qual o sobrenome de Xuxa – Meneghel – foi comparado (Meneghel → Mengele). De acordo com o *site* Enciclopédia do Holocausto, conhecido como o “Anjo da Morte de Auschwitz”, Mengele foi um médico que ficou muito conhecido pelo fato de que realizava testes científicos involuntários em seres humanos que estavam presos em campos de concentração no contexto do nazismo. Tendo grande interesse na realização de experimentos em gêmeos idênticos e não idênticos e em pessoas com heterocromia da íris (quando as duas íris de um indivíduo possuem cores diferentes), além de também ter interesse na realização de experimentos para provar a inferioridade dos judeus e dos ciganos, ele era um dentre os vários médicos responsáveis pela triagem das pessoas, que, ao chegarem ao campo de concentração, seriam direcionadas para o trabalho forçado ou para a morte nas câmaras de gás, sendo muito lembrado pelos sobreviventes dessa época pelo fato de estar nas rampas de seleção, em busca de pessoas para suas pesquisas, mesmo fora de seu turno⁵.

O motivo apontado por Xuxa Meneghel para essa utilização reside no fato de que, assim, “pelo menos eles [os presidiários] serviriam para alguma coisa antes de morrer”, uma vez que ajudariam a salvar vidas. Ciente, já no momento de sua fala, de que seu posicionamento é problemático à luz dos direitos humanos, a influenciadora complementa afirmando que “o pessoal dos direitos humanos” dirá que “não, eles não podem ser usados”, mas que, ainda em expressão de sua opinião, se são

⁵ Informações extraídas do *site* Enciclopédia do Holocausto, no qual a biografia completa do médico nazista pode ser encontrada. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/josef-mengele>. Acesso em: 18 de maio de 2022.

peças que ficarão 50 ou 60 anos presas ou que vão morrer na prisão, ela acha que “poderiam usar um pouco da vida delas pelo menos para ajudar algumas pessoas provando remédios, provando vacinas, provando tudo nessas pessoas para ver se funcionam”.

A respeito dessa situação, cabe destacar que, no ano de 1948, a fim de evitar que efeitos semelhantes aos da Segunda Guerra Mundial voltassem a ocorrer, foi estabelecida, pela ONU, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento no qual foram especificados direitos que os seres humanos possuem de forma inalienável, a qual declara, em seu artigo 5º, que “Ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.” Sendo essa declaração um documento que refletiu na criação de documentos voltados às garantias dos seres humanos em vários países, como é o caso do Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada no ano de 1988, estabelece, também em seu artigo 5º, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, com isto ocorrendo, dentre outros, nos seguintes termos: “II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”.

Em outras palavras, se “o pessoal dos direitos humanos” apresenta discordância da opinião de Xuxa Meneghel, isso se dá em virtude de que sua ideia desrespeita o princípio básico dos direitos humanos: a garantia da dignidade humana, uma vez que realizar testes em seres humanos, sem que isso seja consentido, se opõe a este princípio. Cabe destacar, ainda, que a colocação da influenciadora digital a respeito de que determinadas pessoas ficarão 50 ou 60 anos presas e de que muitas ficarão presas em um *ad aeternum*, tendo em vista a realidade do Brasil, evidencia uma perspectiva de desconsideração do tempo máximo de cumprimento penal vigente no país, visto que, segundo o artigo 75 da Lei nº 13.964/2019, “O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 40 (quarenta) anos.” Essa perspectiva de desconsideração do tempo máximo vigente no país, evidenciada por Xuxa Meneghel, provavelmente é provocada pela constante vivência em países nos quais tempos superiores de cumprimento de pena e prisão perpétua existem para alguns crimes, como nos Estados Unidos.

O posicionamento da influenciadora digital, além de ter gerado surpresa nos internautas, uma vez que a *live* falava a respeito dos direitos dos animais e ela propôs uma situação que desrespeitaria os direitos humanos de pessoas privadas de liberdade, evidenciando a desumanização existente em relação a esses indivíduos, não foi bem recebido pelas pessoas que assistiam à *live*. Devido a esse controverso ponto de vista, a situação acabou se transformando em uma polêmica pública (Amossy, 2017) e gerando grande repercussão tanto nos meios de comunicação tradicionais, como a televisão (em especial em programas de fofoca), quanto em ambientes virtuais, como em uma das mais populares redes sociais, o *Twitter*, no qual as pessoas expuseram sua opinião sobre o assunto e reagiram a respeito, havendo, dessa forma, posicionamentos a favor e posicionamentos contrários ao que a influenciadora disse.

A partir desse contexto, a pesquisa ora empreendida buscou compreender o *Twitter* como rede social e como ambiente de interação *on-line* (Boyd; Ellison, 2008; Cabral, 2022; Kwak; Lee; Park; Moon, 2010; Paveau, 2021; Recuero; Zago, 2010) e observar e analisar as reações dos internautas do *Twitter* a respeito dessa situação polêmica envolvendo a influenciadora digital. A partir dessa observação, buscamos compreender como se deram as interações argumentativas entre interactantes virtuais e, ainda, tentamos desvelar quais foram as estratégias argumentativas (Grácio, 2013; Plantin, 2016; Walton, 2006) utilizadas em algumas dessas interações, observadas a partir da perspectiva do Modelo Dialogal da Argumentação – MDA (Plantin, 2008; discutido por Damasceno-Morais, 2019, 2020, 2023).

2 A polêmica e o lugar da argumentação

A respeito de uma polêmica social, Amossy (2017) menciona que as mídias “não cessam de orquestrar e de difundir polêmicas sobre uma multiplicidade de assuntos ditos de interesse público” (Amossy, 2017, p. 7), ressaltando, ainda, que, muitas vezes, os meios de comunicação não somente falam a respeito de uma polêmica como expositores de um fato, mas expõem determinado fato de modo a tomarem partido em relação a ele, fazendo com que as pessoas que terão acesso a essa situação sobre a qual tratam já tenham acesso a um posicionamento a respeito do assunto, sendo, em razão disso, induzidas a adotarem determinada visão a respeito da polêmica em questão.

Para a autora, a polêmica só é possível em uma democracia, uma vez que a esfera democrática possibilita que haja divergências de opiniões, as quais estão indissociavelmente ligadas ao desacordo e “podem se manifestar livremente e dar lugar a confrontos expostos aos olhos de todos”, não importando, necessariamente, o problema social sobre o qual se discute, mas o amplo conflito de opiniões que a polêmica a respeito desse problema social acaba gerando, isto é, “o fenômeno global que ela suscita” (Amossy, 2017, p. 9).

Amossy ainda explica que essa divergência de opiniões característica da polêmica, a *dissensão*, “vai muito além de um simples ‘desacordo’”, estando, assim, “relacionada a uma discordância, como uma profunda, até mesmo violenta, diferença de opiniões”. A respeito disso, ela expõe que:

O desacordo profundo, conforme Fogelin, decorre de uma incompatibilidade entre os princípios subjacentes das duas partes. Esses princípios são parte de “todo um sistema de proposições (e de paradigmas, modelos, estilos de ação e de pensamento) que se reforçam mutuamente” (Amossy, 2017, p. 30).

Apesar de a situação protagonizada por Xuxa Meneghel não ter sido uma polêmica intencionalmente criada pela própria influenciadora digital ou pela mídia, a situação acabou se transformando em uma polêmica por se tratar de uma questão de valores humanos, uma vez que se relaciona diretamente à questão da dignidade humana de indivíduos privados de liberdade colocada em pauta, e por ter suscitado diferentes percepções nas pessoas, as quais, reagindo ao ocorrido a partir de diferentes perspectivas, evidenciaram uma clara divergência de opiniões e uma incompatibilidade de princípios.

O desacordo, especialmente quando ligado a uma divergência de opiniões que suscita polêmica, é muito presente em contextos de interações argumentativas. Para que seja possível compreender os aspectos argumentativos relacionados à polêmica envolvendo Xuxa Meneghel, é necessário entender melhor a argumentação e o local em que ela pode ser percebida. A respeito da argumentação, discute-se atualmente sobre o fato de não haver unanimidade em relação ao seu conceito, o que faz com que ocorram variações em relação ao uso deste termo de acordo com o contexto no qual ele é utilizado (Plantin, 1990 *apud* Damasceno-Morais, 2019). Isso evidencia a existência de uma

elasticidade no que se refere a este conceito, visto que a argumentação pode ser observada por diversos ângulos: da lógica (a arte de pensar corretamente), da retórica (a arte de falar bem, de persuadir), da dialética (a arte do saber dialogar) e da perspectiva dialogal, a qual considera o contexto, a interação argumentativa e a dissonância de pontos de vista.

Para Reboul (2004), por exemplo, a argumentação se encontra em algum lugar entre a demonstração científica ou lógica e a ignorância e o arbitrário, o que faz com que ela esteja presente em várias áreas do conhecimento, como, dentre tantas outras, a Linguística, a Sociologia e a Psicologia. Já para Willard, a argumentação “é uma forma de interação na qual duas ou mais pessoas mantêm o que constroem como sendo posições incompatíveis” (Willard, 1989, *apud* Grácio, 2013, p. 31). Segundo Gilbert, “Uma argumentação é qualquer troca de informação centrada num desacordo declarado” (Gilbert, 1997, *apud* Grácio, 2013, p. 32). De acordo com Plantin, a argumentação é “uma forma de interação problematizante formada por intervenções orientadas por uma questão” (Plantin, 2002a, *apud* Grácio, 2013, p. 30).

Brockriede afirma que “os argumentos não estão em proposições, mas nas pessoas” (Brockriede, 2009, p. 14). Essa afirmação se relaciona com o que Angenot (2015) expõe, quando diz: “De fato, nada é mais específico aos estados da sociedade e aos grupos sociais em conflito do que o *argumentável* que neles predomina” (Angenot, 2015, p. 150). E, uma vez que a argumentação está nas pessoas, para Brockriede, “a localização das argumentações pode mudar”, de forma que, sendo por ele também definida como um processo humano, pode ser encontrada em toda parte, em inúmeros e distintos contextos, isto é, a argumentação “constitui um quadro de referência que pode potencialmente ser relacionado com qualquer tipo de empreendimento humano” (Brockriede, 2009, p. 14). Essa perspectiva evidencia, desse modo, a possibilidade de que a argumentação ocorra além das interações presenciais realizadas entre indivíduos, podendo ser observada também, dentre outros lugares, nas interações polêmicas *on-line* realizadas nas mesmas circunstâncias, a exemplo do *Twitter*, ambiente de análise observado nesta pesquisa.

3 Do MDA ao “espraiamento da *estase argumentativa*”

De acordo com Plantin, a argumentação é “uma forma de interação problematizante formada por intervenções orientadas por uma questão” (Plantin, 2002a, *apud* Grácio, 2013, p. 30), sendo relevante ressaltarmos também a compreensão deste autor em relação ao fato de que a argumentação é tanto enunciativa quanto interacional. Plantin também ressalta que essa atividade argumentativa ocorre quando determinado ponto de vista é colocado em dúvida, de forma que esse colocar em dúvida um ponto de vista, o ato de duvidar, “é definido como um ato reativo de um interlocutor que se recusa a ratificar um turno de fala”, havendo, assim, uma suspensão do assentimento em relação a uma proposição feita, suspensão esta que é observada na “não-identificação do locutor com o enunciador” (Plantin, 2008, p. 63-64).

Para o autor, a ocorrência desta não aceitação do que foi proposto é o que faz com que o interlocutor seja levado a argumentar, uma vez que ele acaba se tornando obrigado “a desenvolver um discurso de justificativa” (Plantin, 2008, p. 64), sendo necessário, ainda, que o oponente justifique o motivo pelo qual duvida, o que leva forçosamente ao surgimento de uma *questão argumentativa*. Nesse sentido, Plantin expõe que “segundo o modelo dialogal, a situação argumentativa típica é definida pelo desenvolvimento e pelo confronto de pontos de vista em contradição, em resposta a uma mesma pergunta” (Plantin, 2008, p. 64). Nesse sentido, Damasceno-Morais acrescenta: “a preocupação [numa interação argumentativa] é com a dinâmica, com as tensões geradas na interação, no momento em que a coisa acontece”, avaliando-se “os produtos argumentativos no quadro da emergência de um assunto, de um problema, de uma problemática” (Damasceno-Morais, 2019).

A respeito disso, ainda conforme Damasceno-Morais, na perspectiva dialogal,

priorizam-se as situações de interação com ênfase no teor argumentativo das trocas, pois, ali, os estudos da língua precisam ir além da camada enunciativa, devendo enfatizar a mecânica das interações verbais, a partir das quais se podem analisar várias dimensões linguísticas, sobretudo a argumentativa, sempre a partir de uma “questão argumentativa” (Damasceno-Morais, 2020, p. 149).

Desse modo, na perspectiva do MDA, busca-se compreender, em um contexto argumentativo, o que funciona como argumento e o

que possui ou não possui impacto argumentativo neste âmbito, sendo importante destacar, ainda, que, quando se trata de uma “abordagem dialogal, importa como A e B desenvolvem pontos de vista antagônicos para uma mesma questão, em interações reais” (Damasceno-Morais, 2020, p. 150). A partir desse arcabouço teórico, vamos dialogar com os conceitos de “estase”, “questão argumentativa” e “tríptico argumentativo”, tomando por base o MDA, neste artigo.

O termo *estase*, em seu sentido original, é uma expressão médica (mas não somente) utilizada para se referir a uma obstrução, uma estagnação, do sangue ou da linfa, que deve ser revertida medicamente a fim de que a circulação desses fluidos volte a ocorrer normalmente, de modo que o termo se caracteriza como uma metáfora quando usado em contexto argumentativo, pois, para Plantin, essa questão *estásica* pode ser identificada da mesma forma “quando a circulação consensual de um discurso está bloqueada devido a uma contradição, a uma dúvida, dessa feita, a arte da argumentação procura estabelecer o fluxo normal, consensual, do diálogo” (Plantin, 2005, *apud* Damasceno-Morais, 2019).

Para Grácio, a “*stasis* representa um choque de discursos e o problema ou as questões que levanta estarão na base da especificação das exigências segundo as quais se poderão tematizar e desenvolver os argumentos apropriados” (Grácio, 2013, p. 122-123). Ainda de acordo com Plantin, “haverá *estase* quando, em uma deliberação ou em uma ação, são feitas duas afirmações contraditórias, manifestando-se a existência de um desacordo explícito, que inibe a construção colaborativa da interação e da ação comum”, de maneira que, por possuir duas distintas perspectivas, levanta um conflito (Plantin, 2005, *apud* Damasceno-Morais, 2019). Assim, o que se identifica é que “a noção de questão argumentativa corresponde à noção médica de *estase*”, ou seja, “haverá questão argumentativa quando a circulação do discurso é bloqueada por uma contradição ou por uma dúvida”, de forma que “a argumentação buscará estabelecer o fluxo normal do debate”, o que evidencia, assim, que a *estase* argumentativa e a questão argumentativa estão interligadas (Plantin, 2005, *apud* Damasceno-Morais, 2019).

Sendo assim, considerando a relação imediata entre a *estase* e a questão argumentativa, observamos que, na polêmica protagonizada por Xuxa Meneghel, levanta-se a seguinte questão argumentativa que atua como norteadora da reação dos internautas no *Twitter*: “*Xuxa Meneghel incita a violação aos direitos humanos?*”.

De acordo com Damasceno-Morais (2019), ainda, a perspectiva dialogal da argumentação, indo além do dialogismo (Emediato; Damasceno-Morais, 2022), toma, como ponto de partida, o *díptico argumentativo*, isto é, a presença de um discurso e de um contradiscurso que leva a uma situação argumentativa. Para Plantin, a presença de pontos de vista antagônicos é a base da heterogeneidade do discurso argumentativo. É possível também ressaltar que o tríptico proposto por Plantin entende que a interação argumentativa se define como uma situação discursiva de confronto de opiniões abrigadas por uma mesma questão. É nesse sentido que Plantin, considerando a argumentação a partir de um aspecto *ternário*, vislumbra um dispositivo triangular, no qual são descritos três papéis de atuação, os quais não necessariamente são identificados em uma posição fixa, haja vista o aspecto interacional da argumentação, no qual há a troca de lugares.

Esses papéis são identificados pelo autor como: a) o *Proponente*, ou aquele que faz uma proposição (no caso da polêmica envolvendo a Xuxa, aquele que faz o primeiro comentário a respeito do assunto); o *Oponente*, ou aquele que se opõe à proposição feita pelo Proponente (nesse mesmo caso, aquele que responde ao comentário com uma opinião contrária à proposição feita) e, por fim, o chamado *Terceiro*, ou aquele que levanta a dúvida tanto acerca do ponto de vista do Proponente quanto do Oponente (nesse mesmo caso, aquele que levanta algum questionamento a respeito do que foi proposto ou do que foi oposto)⁶.

Em uma interação argumentativa, uma situação atípica pode acontecer: as partes envolvidas não terem o menor interesse no que o outro está dizendo, o que ocorre em virtude de terem uma visão distinta sobre o assunto, realidade que caracteriza o conflito de opiniões. Esse desinteresse ocorre em um contexto de severo conflito de opiniões e, como veremos, ocasiona um “espraiamento da *estase* argumentativa”, isto é, uma extensão e prolongamento do desacordo que faz com que o interlocutor da interação (seja virtual, seja presencial) se cale. No *corpus* analisado, vamos observar como o espraiamento da *estase* argumentativa pode ocorrer de forma ainda mais clara.

⁶ Para uma reflexão mais aprofundada do papel de *Terceiro*, vide: Damasceno-Morais (2022).

4 As teias do *Twitter*, ringue da discórdia

A polêmica protagonizada por Xuxa e os aspectos argumentativos relacionados às interações que ocorreram a partir deste acontecimento serão analisados, conforme visto, a partir de seu desenrolar na rede social *Twitter*, sendo importante, por esse motivo, compreendê-lo como uma rede social e como o ambiente interacional *on-line* pelo qual se caracteriza. Assim, para Boyd e Ellison (2008, p. 211), os sites de redes sociais são:

serviços baseados na Web que permitem aos indivíduos (1) construir um perfil público ou semipúblico em um sistema limitado, (2) articular uma lista de outros usuários com os quais compartilham uma conexão, e (3) visualizar e percorrer sua lista de conexões e aquelas feitas por outros dentro do sistema. [tradução dos autores]

Para Devellote, as redes sociais constituem um “espaço de exposição discursiva”, de modo que “os interlocutores não estão apenas expostos a discursos, mas são igualmente produtores de discursos que eles expõem a outros” (Devellote, 2006, *apud* Cabral, 2022). Nesse sentido, segundo Cabral (2022), esses espaços de interação *on-line*, nos quais se identificam esses interlocutores, colaboraram para que houvesse mais visibilidade em relação às pessoas, assim como em relação às suas interações e manifestações, e às polêmicas, gerando, assim, uma disseminação dos conteúdos, tornando-os acessíveis a milhares de pessoas, como ocorreu em relação à situação da influenciadora digital Xuxa Meneghel.

Atualmente, existem vários espaços de interação *on-line*, dentre os quais, como sabemos, o *Twitter*, uma rede social criada em 2006, que, conforme Recuero e Zago (2010, p. 70),

funciona através da criação de uma conta pelo ator, a qual lhe dá acesso a uma página onde poderá publicar suas mensagens. Cada ator pode determinar quem deseja seguir (a categoria *following*, aqueles atores de quem receberá as atualizações) e também poderá ser seguido por outros usuários (os *followers*, aqueles que vão receber as suas atualizações).

Kwak, Lee, Park e Moon (2010), que caracterizam o *Twitter* como um *microblog* em virtude de que a publicação na rede social deve ser compartilhada em poucos caracteres, explicam que, diferentemente

do que ocorre em outras redes sociais, como no caso do *Facebook*, no *Twitter*, a relação de “seguir e ser seguido não exige mutualidade” [tradução dos autores], de modo que um usuário da rede social pode seguir qualquer outro usuário, a fim de acompanhar suas atualizações – os *tweets* –, sem que este usuário seguido tenha a obrigatoriedade de seguir de volta. Paveau caracteriza o *tweet* como “um enunciado pluri-semiótico complexo, limitado a 140 caracteres com espaço, fortemente contextualizado e não modificável, produzido nativamente on-line na plataforma de microblogagem *Twitter*” (Paveau, 2013a, 2013c, *apud* Paveau, 2021, p. 369).

A respeito da quantidade de caracteres, é importante destacar que, na época em que essas contribuições acadêmicas foram publicadas (Kwak; Lee; Park; Moon, 2010; Paveau, 2021⁷; Recuero; Zago, 2010), a capacidade máxima de caracteres por publicação era de 140. Desde 2017, no entanto, podem-se escrever 280. Apesar da mudança, as ideias ainda precisam ser expressas de forma breve e, normalmente, em vista disso, de forma objetiva. A seu respeito, é importante destacar, ainda, que, apesar de ser um ambiente virtual que disponibiliza apenas 280 caracteres em seu espaço de publicação, essa rede social é muito utilizada atualmente, visto que são postados todos os dias cerca de 500 milhões de *tweets*⁸.

Além disso, Kwak, Lee, Park e Moon (2010) também trazem as marcações características dessa rede social: o *retweet* – comumente referido apenas como RT –, a forma pela qual uma pessoa pode compartilhar a publicação original de outro usuário; o caractere @, o modo pelo qual se identifica um usuário nesse espaço, visto que é seguido pela expressão única, chamada de *nickname*, utilizada por um determinado usuário; o caractere #, a forma utilizada para conectar os *tweets* a um determinado assunto, visto que é seguido de uma palavra ou expressão que colabora para isso, configurando a chamada *hashtag*.

A ideia do *nickname* pode ser relacionada com o que Paveau (2021) diz sobre o pseudonimato, visto que, para ela:

⁷ Embora o texto de Paveau tenha sido traduzido e publicado em português em 2021, o texto original foi publicado em francês em 2013, com o título “Technodiscursivités natives sur Twitter. Une écologie du discours numérique”.

⁸ Dado extraído da matéria “50 + Twitter Estatísticas e Fatos para 2022”, do site *Website Rating*, disponível em: <https://www.websiterating.com/pt/research/twitter-statistics/#references>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

O pseudonimato, prática tão antiga quanto ter um nome, é a escolha, por um indivíduo, de um nome diferente do seu, quase sempre escolhido por razões variadas que têm em comum o desejo de esconder sua identidade oficial. (...) O anonimato na internet é, então, uma noção geral que corresponde à possibilidade de esconder sua identidade oficial, e não de utilizar os serviços sem identificação. (Paveau, 2021, p. 225)

Ainda na perspectiva de Paveau (2021), a *hashtag* “é uma tecnopalavra (Paveau, 2013a) porque ela possui uma natureza *compósita*: o segmento é tanto linguageiro (trata-se de siglas, palavras, expressões ou mesmo frases inteiras) quanto igualmente clicável, uma vez que é um *link* que permite a criação de um fio” (Paveau, 2021), correspondendo, assim, a um caminho a seguir para se chegar em um agrupamento de conteúdos sobre o mesmo assunto. Em relação ao agrupamento dos *tweets* a respeito de um determinado assunto, Kwak, Lee, Park e Moon (2010) falam a respeito dos chamados *trending topics* — em português, “tópicos em alta” ou “tópicos relevantes” —, que resultam de um rastreamento das palavras, expressões, frases e *hashtags* que têm sido mencionadas com mais frequência, isto é, os *tweets* são relacionados ao assunto sobre o qual se discute sem que haja a obrigatoriedade de utilização de uma determinada *hashtag*, sendo relacionados pela palavra-chave (ou pelas palavras-chaves) da discussão, de modo que é apresentada ao usuário uma lista dos dez principais *trending topics*.

Recuero e Zago (2010) também pontuam que o *Twitter* funciona como um ambiente de difusão de informações, uma vez que, além dos *retweets*, que possibilitam um alcance maior do assunto em foco e, por consequência, expandem o alcance de determinada informação, ocorre o compartilhamento de *links* de *sites* externos à rede social, prática utilizada principalmente pelos perfis de veículos de comunicação, que possibilitam uma expansão do acesso a determinadas informações, as quais poderiam não ser acessadas pelos usuários da rede social se não estivessem ali dispostas.

Nesse sentido, temos que a escolha da rede social *Twitter* como campo de análise da repercussão da polêmica protagonizada por Xuxa Meneghel foi feita partindo, principalmente, do fato de que, conforme Paveau (2021), esta é uma rede social caracterizada pela existência de publicações – os *tweets* – que possuem uma quantidade limitada de caracteres, o que motiva uma objetividade na disposição da ideia

que se quer compartilhar, ressaltando-se, ainda, a impossibilidade de edição dessas publicações, o que torna possível um contato direto com o conteúdo integral das interações estabelecidas pelos interlocutores neste contexto digital.

5 O corpus

O *corpus* foi coletado tendo em vista a sua disposição na rede social *Twitter* e também o fato de ter sido empreendido posteriormente à situação protagonizada por Xuxa Meneghel. Nesse sentido, foi necessária a utilização de duas distintas modalidades de busca, as quais foram utilizadas pensando em uma contemplação maior das possibilidades de resultados que envolviam a reação e a interação empreendidas pelos usuários quanto à polêmica. São elas:

- *Busca por palavras-chave*: uma vez que o *Twitter* reúne os *tweets* de acordo com as palavras-chave buscadas, foi utilizada, em um primeiro momento, em busca livre, a seguinte expressão, composta por seis palavras-chave: “xuxa presos presidiários cobaias experimentos”. Essa busca resultou em apenas um *tweet*⁹, evidenciando, na prática, que a reunião dos *tweets* com as palavras-chaves buscadas é feita considerando a presença de todas elas de forma simultânea. Sabendo da quantidade máxima de caracteres que podem ser utilizados na rede social, a existência de vários *tweets* possuindo todas essas palavras-chave seria, de fato, improvável, o que motivou uma segunda busca, com a seguinte expressão, composta por quatro palavras-chave: “xuxa presos cobaias experimentos”. Essa busca resultou em 23 *tweets* na seção que o *Twitter* classifica como “principais” (também possui “mais recentes”, “fotos” e “vídeos”, as quais não foram acessadas em nenhuma das buscas realizadas, como explicaremos adiante): 17 eram *tweets* principais, 5 eram *tweets* de resposta a um *tweet* principal (nesta pesquisa, o tipo de *tweet* entendido como “*tweet* com comentário” também será compreendido como um *tweet* de resposta a um *tweet* principal) e 1 era um *tweet* de resposta a um

⁹ Como o *tweet*, datado do dia 27 de março de 2021, não será utilizado na parte analítica da pesquisa, seu conteúdo, que ironiza o posterior pedido de desculpas de Xuxa Meneghel, está disposto a seguir: “Oi, gente. Desculpa pela minha fala eugenista, eu me expressei mal era pra ter dito ‘experimentos científicos em presos’ e não ‘transformar presidiários em cobaias’. Att: Xuxa Mengele”.

tweet que respondia um *tweet* principal. Foi realizada, ainda, uma terceira, e última, busca por palavras-chave, com a seguinte expressão, composta por três palavras-chave: “xuxa presos cobraias”. Essa busca resultou em 94 *tweets*: 87 eram *tweets* principais e 6 eram *tweets* de resposta a um *tweet* principal.

- *Busca avançada*: haja vista que o *Twitter* possibilita esta ferramenta de busca específica seguindo vários critérios, como palavras(s), *hashtag*(s), idioma, conta(s), engajamento e data(s), foram realizadas 5 buscas nesta modalidade: “xuxa until:2021-04-12 since:2021-03-26”, “(xuxa OR cobraia OR preso) until:2021-04-02 since:2021-03-26”, “xuxa until:2021-03-29 since:2021-03-26”, “xuxa until:2021-03-28 since:2021-03-26” e “xuxa until:2021-03-27 since:2021-03-26”. As buscas foram realizadas de diferentes formas, partindo principalmente de diferentes datas, a fim de identificar qual apresentaria melhor resultado de acordo com o que se buscava: divergência de opiniões em reações à fala da Xuxa tidas pouco tempo depois da *live*. Todas as buscas apresentaram centenas de resultados, embora nem todos fossem relacionados com o ocorrido, visto que foram identificadas, por exemplo, menções sobre a Xuxa no mesmo dia, porém antes da *live*, as quais não estavam no contexto de busca esperado, assim como foram identificadas menções similares durante e após a discussão de parte dos internautas a respeito da polêmica que ela protagonizou, evidenciando que nem todos os internautas que a citaram estavam discutindo sobre o ocorrido (essa percepção foi obtida por meio da busca por “(xuxa OR cobraia OR preso) until:2021-04-02 since:2021-03-26”, na qual os três termos – Xuxa, cobraia e preso – foram buscados de forma isolada no sistema). Quanto maior o espaço de tempo compreendido na busca, mais raros eram os comentários a respeito da polêmica, de modo que a busca “xuxa until:2021-03-27 since:2021-03-26” apresentou-se como a melhor em contexto de seleção.

A decisão de realizar a coleta dos dados apenas na seção classificada pelo *Twitter* como “principais” (em ambas as modalidades de busca) e iniciar a seleção do *corpus* a partir dos resultados obtidos e dos direcionamentos aos quais eles levavam considerou o fato de que o critério utilizado nesta classificação feita pela rede social conservava a proximidade com a data do ocorrido, mas não somente isso. Considerou também que muito provavelmente este critério do *Twitter* selecionaria os *tweets* mais vistos e acessados e aqueles que eram respostas de *tweets* principais possuidores de muitas respostas, fato este que acabou sendo confirmado no momento de

recorte do *corpus* e que foi um dos critérios utilizados para centralizar esse recorte de modo a não se perder em um “mar de dados”.

Em virtude de a polêmica protagonizada pela influenciadora se tratar de uma situação que envolve valores, muitos *tweets* de resposta a algo proposto foram excluídos pelos próprios autores ou alguns dos autores de determinados *tweets* tiveram suas contas suspensas pela rede social, o que impossibilitou a seleção de algumas das respostas dos internautas a estes *tweets* – mesmo que os *tweets* principais tenham sido excluídos ou que as contas dos autores tenham sido suspensas, os *tweets* de resposta a eles ainda ficam visíveis –, embora algumas delas evidenciassem uma clara revolta com o que havia sido dito. Apesar disso, tendo em vista a ampla disponibilidade de *tweets* principais falando sobre essa situação e de *tweets* de resposta em que os usuários expressavam suas opiniões em relação ao que havia sido exposto, alguns dos quais também possuíam *tweets* de resposta, não houve prejuízo na seleção do *corpus*.

Tendo isso em vista, buscou-se identificar *tweets* com interações que apresentassem desacordos de opiniões (*estases*) no âmbito da polêmica que estava em pauta. A partir disso, 6 *tweets* principais foram selecionados de forma primária; em cada um deles, foram selecionados 5 *tweets* de resposta possuidores de ao menos um *tweet* de resposta, uma vez que o objetivo principal desta pesquisa é a análise de interações nesta rede social. Assim, o critério utilizado aqui foi o de seleção de *tweets* principais com *tweets* de respostas que também tivessem *tweets* de respostas, objetivando observar e analisar interações entre, pelo menos, dois internautas, considerando a perspectiva dialogal. Importante destacar que o objetivo aqui não é fazer uma análise quantitativa, mas qualitativa, acerca da qual temos (pesquisa qualitativa):

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (Silva; Menezes, 2005, p. 20).

Importante destacarmos, também, que o pesquisador que coleta dados de mídias sociais, por exemplo, deve reconhecer a importância de manter um contato estreito e direto com a situação em que os

fenômenos ocorrem, já que “as circunstâncias particulares em que um determinado objeto se insere são essenciais para que se possa entendê-lo” (Lüdke, Menga, 1986, p. 12), evitando, assim, uma extração meramente logocêntrica dos dados, isto é, aquela que “desconsidera os parâmetros tecnodiscusivos e o ambiente digital da linguagem” (Paveau, 2021, p. 99). Assim, acreditamos que a análise de 57 intervenções, fruto já de uma seleção e recorte minucioso, é suficiente para nos possibilitar reflexões como as que apresentamos a seguir, na análise do recorte realizado.

Após a seleção dos *tweets*, buscou-se atentar à questão da exposição dos usuários da rede social. Apesar de os *tweets* selecionados serem materiais de cunho público, haja vista que estão dispostos publicamente em uma rede social, optou-se por ocultar os nomes e *nicknames* utilizados pelos usuários, com exceção dos casos em que era necessário indicar o autor do *tweet* por algum motivo diretamente relacionado à análise empreendida. Assim, cada *tweet* foi tratado como pertencente a um usuário específico, caracterizado como *Usuário*, junto a uma numeração, a fim de estabelecer distinção entre eles.

Por fim, e como constatamos no *corpus* que elaboramos nesta pesquisa sobre a polêmica declaração de Xuxa, alguns tipos de argumento são característicos nos comentários *on-line*, dentre eles o *ad hominem*, o *ad personam* e o *ad populum*. Enquanto o argumento *ad hominem* “é, essencialmente uma forma de ataque ou crítica de um participante do diálogo” (Walton, 2006, p. 227), o argumento *ad personam*, uma espécie genérica do *ad hominem* – segundo Plantin (2016, p. 600) – também se relaciona a uma desvalorização do discurso do outro, desautorizando-o e desacreditando-o a partir de um ataque à pessoa que o outro é e às ações que realiza (Grácio, 2013, p. 38). Já o argumento *ad populum* se relaciona a uma constatação de prática ou convicção comum, sendo utilizado para justificar formas de agir como algo inquestionável devido ao padrão (Grácio, 2013, p. 40).

Eis, em suma, o percurso teórico e metodológico a partir do qual apresentamos, a seguir, o que julgamos mais relevante do mergulho que fizemos na polêmica protagonizada por Xuxa Meneghel nas teias do Twitter.

6 O espraiamento da *estase* argumentativa

Tendo em vista que o controverso posicionamento de Xuxa Meneghel gerou distintas reações dos internautas, o desacordo de opiniões foi observado em inúmeros contextos no *Twitter* em virtude de suas possibilidades interacionais como rede social. Isso porque é um ambiente *on-line*, no qual as pessoas podem expressar suas opiniões e ideias por meio dos *tweets* e ter esses *tweets* respondidos por outras pessoas (Boyd; Ellison, 2008; Cabral, 2022; Kwak; Lee; Park; Moon, 2010; Paveau, 2021; Recuero; Zago, 2010).

Essa divergência de opiniões (que chamamos de *estase*, à luz do MDA), característica da polêmica, conforme Amossy (2017), levou à observação de uma atípica situação argumentativa: o *espraiamento da estase argumentativa*, isto é, uma intensificação tão severa do desacordo de opiniões que acaba fazendo com que o “outro” se cale. Essa ação de calar o “outro” pode levá-lo ao abandono do debate e pode ser provocada a partir do uso de três tipos de argumentos: *ad hominem*, *ad personam* e *ad populum*, aspectos esses que buscaremos identificar e analisar nas duas interações a seguir.

Interação argumentativa 1

linha 1	Usuário 1: Eu concordo com ela! Um “Fernandinho Beira-Mar” por exemplo...
linha 2	poderia servir como cobaia sim. Ela disse dos presos que são comprovadamente
linha 3	criminosos, que “fizeram coisas horríveis” e ficarão para sempre na cadeia. —
linha 4	11:38 PM · 26 de mar de 2021
linha 5	Usuário 2: Nesse caso _____ seus valores morais e os da Xuxa são inferiores
linha 6	aos meus. — 3:16 PM · 27 de mar de 2021
linha 7	Usuário 1: Tão tá então. Continuaremos a coexistir! — 4:46 PM · 27 de mar
linha 8	de 2021

A interação acima ocorre a partir de um *tweet* de resposta que compartilha um vídeo com a parte da *live* em que Xuxa Meneghel expressa sua polêmica opinião sobre a utilização de presos como cobaias, na qual o coordenador da *live*, além de assentir à medida que ela fala, expressa sua opinião acordada com a de Xuxa ao dizer “é verdade”, o que a estimula a finalizar seu raciocínio, seguido de um emoji que expressa náusea (e conseqüente posicionamento contrário):

Imagem 1 – *Tweet* de proposição argumentativa da interação argumentativa 1



Fonte: *Twitter* (editado pelos autores).

Nesse sentido, é possível compreender o *tweet* com o emoji, na perspectiva do MDA (Plantin, 2008), como a proposição argumentativa, uma vez que a pessoa que compartilha o *tweet* com esse momento da *live*, por meio do emoji que o acompanha, expõe sua opinião – contrária à opinião de Xuxa Meneghel e à opinião do coordenador da *live* – a respeito do assunto. O emoji verde ali representa uma espécie de nojo, de náusea, de alguém prestes a regurgitar, em clara manifestação de que a opinião representada por Xuxa não é compartilhada por aquele internauta. Nesse sentido, a resposta do Usuário 1 evidencia um desacordo em relação à opinião exposta no *tweet* [*Eu concordo com ela! Um “Fernandinho Beira-Mar” por exemplo... poderia servir como cobaia sim. Ela disse dos presos que são comprovadamente criminosos, que “fizeram coisas horríveis” e ficarão para sempre na cadeia.* – linhas 1, 2 e 3] sustentada pela exemplificação de um preso que, ao seu ver, facilmente poderia ser

utilizado como cobaia – Fernandinho Beira Mar¹⁰ –, ressaltando que a influenciadora falava sobre os presos que fizeram coisas horríveis e que ficarão para sempre na cadeia. No entanto, essa interação do Oponente (Usuário 1) com o Proponente (Usuário que compartilhou o *tweet*) se encerra aí, visto que o Proponente não responde ao Oponente. Desse modo, pode ser observada, já aqui, uma situação de desinteresse pelo que o outro está dizendo devido à existência de uma opinião contrária em relação a isso, o que leva à não continuação do debate por parte do Proponente, evidenciando o *espraiamento da estase argumentativa*, isto é, o silenciamento ocasionado por esse conflito de opiniões.

Apesar disso, entretanto, é possível observar, ainda, uma situação interessante sob a ótica do MDA, considerando-se o fato de que o Usuário 1 não fica sem resposta. Isso porque ele é respondido pelo Usuário 2 [*Nesse caso Usuário 1 seus valores morais e os da Xuxa são inferiores aos meus.* – linhas 5 e 6], o qual pode ser compreendido, em primeiro momento, como o Terceiro (Damasceno-Morais, 2022), que critica o posicionamento do Usuário 1, estando, em razão disso, de acordo com o posicionamento do Usuário que compartilhou o *tweet*. Nota-se, nesta situação, que a interação argumentativa propriamente dita ocorre entre o Oponente e o Terceiro [linhas 1 a 8], os quais passam a ser, respectivamente, o Proponente e o Oponente.

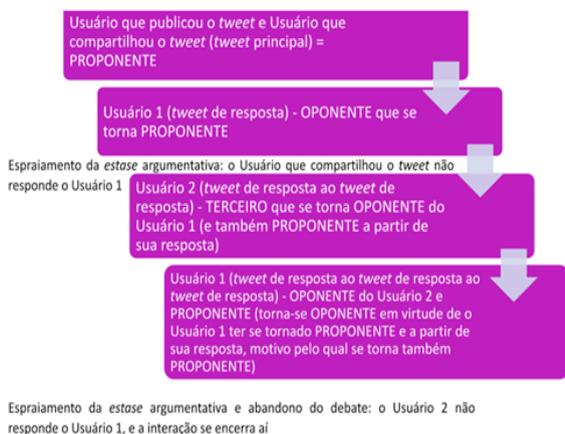
Na resposta do Usuário 2 como Oponente do Usuário 1 [linhas 5 e 6], observa-se que ele não responde partindo de um princípio argumentativo de evidenciação do motivo pelo qual o posicionamento do Usuário 1 não é correto, mas partindo de uma comparação dos valores morais (in)existentes entre os dois [(...) *seus valores morais e os da Xuxa são inferiores aos meus.* – linhas 5 e 6]. Sua intenção não é a de argumentar a fim de se chegar a um objetivo, mas a de evidenciar um aspecto, um fato, a conclusão à qual chegou. Para ele, no que se

¹⁰ Fernandinho Beira-Mar marcou seu nome na história do crime no Rio de Janeiro como o maior importador de drogas e armas que o Estado já conheceu. (...) Para se ter uma ideia do poder e crueldade do traficante, durante o período de fuga da polícia, Beira-Mar foi gravado, em 1999, durante sua fuga, dando ordens para torturar e matar um estudante de 19 anos, que teria se envolvido com uma de suas ex-namoradas. A frieza com que o traficante dava as ordens para mutilar a vítima é de gelar o sangue. — Descrição retirada do *site* Iconografia da História, disponível em: <https://iconografiadahistoria.com.br/2021/04/09/o-empresendedor-do-crime-a-impresionante-historia-de-fernandinho-beira-mar/>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

relaciona à questão argumentativa (*Xuxa Meneghel incita a violação aos direitos humanos?*), a influenciadora digital incitou, sim, essa violação, e ele não vê isso como certo, assim como não vê o posicionamento do Usuário 1 como certo, posicionamento este que parte de valores morais que considera inferiores aos seus [linhas 5 e 6].

Em resposta ao Usuário 2 [*Tão tá então. Continuaremos a coexistir!* – linha 7], o Usuário 1 também parte de uma não intenção de argumentar, pois, inclusive, despreza a crítica presente na observação feita pelo Usuário 2 sobre seus valores morais, não tida por ele como algo significativo. Para ele, no que se relaciona à questão argumentativa já destacada, a influenciadora digital não incitou essa violação, uma vez que os direitos humanos não devem ser aplicados a pessoas que tiveram atitudes desumanas e fizeram “coisas horríveis [*Eu concordo com ela! Um “Fernandinho Beira-Mar” por exemplo... poderia servir como cobaia sim. Ela disse dos presos que são comprovadamente criminosos, que “fizeram coisas horríveis” e ficarão para sempre na cadeia.* – linhas 1, 2 e 3]. Na identificação da falta de interesse em se justificar na interação que Usuário 1 e Usuário 2 estabelecem e em dar continuidade à discussão, identifica-se também o *espraiamento da estase argumentativa*, ocasionado pelo desacordo de opiniões inicial, que assim se mantém e se espalha. A figura a sintetiza os aspectos relacionados a essa análise:

Imagem 2 – Esquema sintetizando a análise da interação argumentativa 1



Fonte: Figura elaborada pelos autores.

Interação argumentativa 2

- linha 1 **Usuário 1:** Sabe quem fazia a mesma coisa? Hitler. Pois é. — 10:01 PM · 26 de
 linha 2 mar de 2021
- linha 3 **Usuário 2:** Aí moleque, você tá comparando Judeus, mulheres, crianças, e idosos
 linha 4 inocentes à Traficantes, estupradores e homicidas? — 10:47 PM · 26 de mar de
 linha 5 2021
- linha 6 **Usuário 1:** Não. Estou comparando seres humanos com outros seres humanos. A
 linha 7 dignidade é direito humano, e se estende a todos, independente de qualquer coisa.
 linha 8 Mas pra alguém que tem foto da Margaret Thatcher no perfil isso deve ser um fato
 linha 9 muito difícil de entender. — 10:51 PM · 26 de mar de 2021
- linha 10 **Usuário 2:** Você se preocupa com humanos? Ai que fofo. Pena que os que você
 linha 11 está defendendo não se importam em puxar o gatilho na cabeça de um pai de
 linha 12 família, de uma mãe, nem de criancinhas inocentes. Até onde vi: Quem fala da
 linha 13 Margareth idólatra Stalin, Lênin ou Guevara. Conta outra, moleque! — 10:57 PM
 linha 14 · 26 de mar de 2021
- linha 15 **Usuário 3:** _____, admiro muito seu altruísmo, mas talvez vc teria um outro
 linha 16 POSICIONAMENTO sendo vítima desses “HUMANOS Q MERECEM
 linha 17 DIGINIDADE.” — 8:57 AM · 27 de mar de 2021

A interação acima ocorre a partir de um *tweet* principal de uma conta verificada pelo *Twitter* pertencente a um veículo de informação, o Jornal Folha de São Paulo, que traz, no espaço de texto do *tweet*, o título da manchete junto ao *link* da matéria publicada a respeito do assunto:

Imagem 3 – *Tweet* motivador da interação argumentativa 2



Fonte: *Twitter*.

O *tweet* principal acima pode ser compreendido como o motivador da interação argumentativa em questão, visto que, neste caso, existe apenas a exposição de um fato, como é possível identificar a partir do uso da função referencial da linguagem, característica no contexto jornalístico, evidenciando, assim, conforme ressaltaram Recuero e Zago (2010), o caráter de difusão de informações do *Twitter*. A resposta do Usuário 1 a este *tweet* [*Sabe quem fazia a mesma coisa? Hitler. Pois é.* – linha 1], e que relaciona a sugestão de Xuxa com as ações realizadas por Hitler no contexto nazista, coloca-o como o Proponente da interação que se seguirá e evidencia um posicionamento contrário ao posicionamento da influenciadora digital, isto é, um desacordo de opinião com a opinião de Xuxa, o qual se baseia na comparação com outro contexto da história.

Partindo da proposição argumentativa do Usuário 1 [linha 1], é possível observar que a primeira resposta do Usuário 2 [*Aí moleque, você tá comparando Judeus, mulheres, crianças, e idosos inocentes à Traficantes, estupradores e homicidas?* – linhas 3 e 4], o Oponente, no uso da expressão “moleque” [linha 3], utiliza-se da modalidade argumentativa *ad personam*, uma vez que o Usuário 2 objetiva desautorizar o discurso do Usuário 1 a partir de uma análise do seu perfil – como é possível supor em virtude do fato de que o Usuário 1 possui um perfil público no qual não se identifica um pseudônimo (Paveau, 2021), isto é, a escolha de um nome diferente do seu – e da consequente observação da idade que ele aparenta ter por meio das fotos publicadas na rede social.

Essa, no entanto, não é a única estratégia argumentativa que ele utiliza neste *tweet* de resposta, visto que o questionamento sobre a comparação feita pelo Usuário 1 é realizado a partir da modalidade argumentativa *ad hominem*, visto que o Usuário 2 lida com o discurso do Usuário 1 nos próprios termos do discurso que ele enunciou [linhas 3 e 4], tomando-o como base para contra-argumentar e falsificá-lo. Isso se dá a partir do fato de que o Usuário 2 questiona o Usuário 1 ter comparado o posicionamento de Xuxa com as ações de Hitler [(...) *você tá comparando Judeus, mulheres, crianças, e idosos inocentes à Traficantes, estupradores e homicidas?* – linhas 3 e 4], visto que, ao ver do Usuário 2, enquanto Xuxa sugeriu que fossem realizados experimentos em “traficantes, estupradores e homicidas” [linha 3], Hitler autorizou a realização de experimentos, efetivada por pessoas como Josef Mengele, o “Anjo da Morte de Auschwitz”, em “judeus, mulheres, crianças, e idosos

inocentes” [linhas 3 e 4], evidenciando, assim, que não considera válida a crítica do Usuário 1.

No momento em que o Usuário 1 responde o Usuário 2 [linhas 3 e 4], o Usuário 2 passa a ser o Proponente, e o Usuário 1 assume o papel de Oponente. A primeira parte da resposta do Usuário 1 ao questionamento feito pelo Usuário 2 [linhas 6 a 8] leva à compreensão de que o Usuário 1 está, de fato, interessado em dialogar amigavelmente com o Usuário 2, uma vez que fala sobre a dignidade humana e sobre seu aspecto inerente a todo ser humano, ressaltando que está comparando seres humanos com seres humanos [*Não. Estou comparando seres humanos com outros seres humanos. A dignidade é direito humano, e se estende a todos, independente de qualquer coisa.* – linhas 6 a 8]. Entretanto, na segunda parte do *tweet* [linhas 9 e 10], é possível observar que o Usuário 1, influenciado pela visita ao seu perfil realizada pelo Usuário 2, também faz uso da modalidade argumentativa *ad personam*, uma vez que invalida a capacidade de compreensão do Usuário 2 em relação ao que está falando pelo fato de que ele possui, como foto de perfil, uma foto de Margareth Thatcher, realizando, assim, uma crítica ao seu caráter [*Mas pra alguém que tem foto da Margaret Thatcher no perfil isso deve ser um fato muito difícil de entender.* – linhas 9 e 10].

Na resposta do Usuário 2 a esta nova proposição feita pelo Usuário 1 [*Você se preocupa com humanos? Ai que fofo. Pena que os que você está defendendo não se importam em puxar o gatilho na cabeça de um pai de família, de uma mãe, nem de criancinhas inocentes. Até onde vi: Quem fala da Margareth idólatra Stalin, Lénin ou Guevara. Conta outra, moleque!* – linhas 11 a 14], o Usuário 1 passa a ser o Proponente, e o Usuário 2 assume o papel de Oponente. Por meio da ironia, o Usuário 2 critica o posicionamento do Usuário 1. Com o uso de “Ai que fofo” [linha 11] que evidencia um tratamento infantil, retoma, ainda, a descredibilização do discurso proferido pelo Usuário 1 realizada inicialmente quando se refere a ele como “moleque” [linha 3] – forma pela qual se refere a ele novamente neste *tweet* [*Conta outra, moleque!* – linha 14] –, ficando claro que, para o Usuário 2, o Usuário 1 não sabe do que está falando por ser muito jovem e ingênuo [linhas 11 a 13]. O Usuário 2 também critica a crítica feita pelo Usuário 1 em relação à

Margareth Thatcher¹¹ e faz uso da modalidade argumentativa *ad populum* para ressaltar que, como já observou em outros contextos, pessoas que a criticam, assim como o Usuário 1 o faz, geralmente são defensores de Stalin, Lênin ou Guevara [*Quem fala da Margareth idólatra Stalin, Lênin ou Guevara.* – linhas 13 e 14].

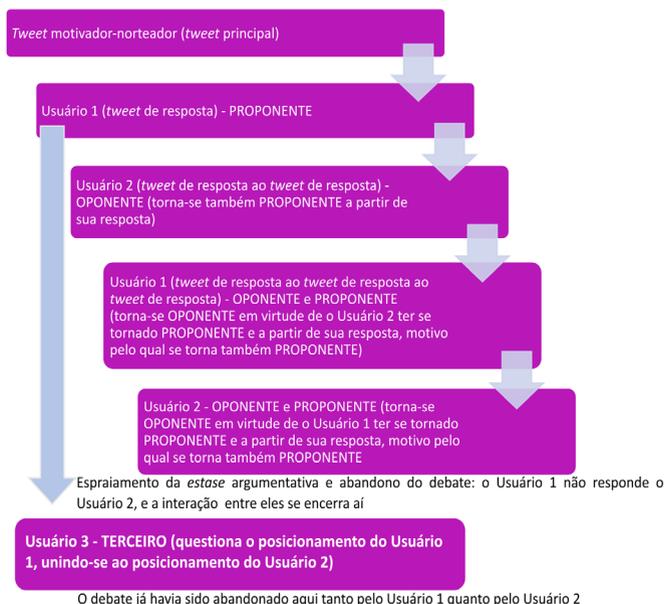
Para o Usuário 1, no que se relaciona à questão argumentativa (*Xuxa Meneghel incita a violação aos direitos humanos?*), a influenciadora digital incitou a violação dos direitos humanos [*Sabe quem fazia a mesma coisa? Hitler. Pois é.* – linha 1], e ele não vê isso como certo, assim como não vê o posicionamento do Usuário 2 como certo [linha 1 e linhas 6 a 10]. Para o Usuário 2, no que se relaciona à questão argumentativa que já destacamos, a influenciadora digital não incitou a violação dos direitos humanos, uma vez que eles não devem ser aplicados a pessoas que tiveram atitudes desumanas [linhas 3 e 4 e linhas 11 a 13].

Nesta interação observada entre Usuário 1 (inicialmente Proponente) e Usuário 2 (inicialmente Oponente), é possível identificar, ainda, a presença do Usuário 3 no papel de Terceiro [linhas 16 a 18], que, unindo-se ao posicionamento do Usuário 2 quanto à ingenuidade do Usuário 1, coloca em dúvida seu posicionamento ao ressaltar que teria outra postura se fosse vítima de um desses indivíduos que ele afirma ter dignidade por ser um ser humano [*Usuário 2, admiro muito seu altruísmo, mas talvez vc teria um outro POSICIONAMENTO sendo vítima desses “HUMANOS Q MERECEM DIGINIDADE.”* – linhas 16 a 18]. Esse posicionamento também evidencia que, no que se relaciona à questão argumentativa já destacada, não haveria incitação à violação dos direitos humanos, por parte de Xuxa, em virtude de que eles não devem ser aplicados a pessoas que tiveram atitudes desumanas. Tanto o posicionamento do Usuário 2 quanto o posicionamento do Usuário 3 (Terceiro) são posicionamentos semelhantes ao posicionamento do Usuário 1 da Interação 1 desta análise.

¹¹ Margaret Thatcher foi a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra na Europa, além de a mais longeva ocupante do cargo no Reino Unido desde 1827, e a única a vencer três eleições no século 20. Seus 11 anos de governo entre 1979 e 1990 foram marcados por transformações econômicas profundas e seu forte estilo de liderar lhe rendeu o apelido de “Dama de Ferro”. — Biografia retirada do *site* Galileu, disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2021/10/por-que-margaret-thatcher-era-chamada-de-dama-de-ferro.html>. Acesso em: 23 de junho de 2022.

Antes mesmo da interferência do Usuário 3 [linhas 16 a 18], o Usuário 1 já havia abandonado o debate, mas, tendo em vista a forma como a interação entre Usuário 1 e Usuário 2 decorria em suas primeiras interações, o abandono do debate por uma das partes já era esperado, uma vez que evidenciava um claro *espraiamento da estase argumentativa*. A figura sintetiza os aspectos relacionados a essa análise:

Imagem 4 – Esquema sintetizando a análise da interação argumentativa 2



Fonte: Figura elaborada pelos autores.

7 Considerações finais

A partir das duas análises realizadas a respeito da polêmica protagonizada por Xuxa Meneghel, foi possível observar como a constituição da polêmica se deu no *Twitter* a partir de uma divergência de opiniões. Esse intenso desacordo de opiniões (Interação 1 e Interação 2) se mostrou constituído de um caráter fixo, uma vez que, nas duas interações analisadas, os interactantes não possuíam verdadeiro interesse no que o outro estava dizendo, mantendo seu posicionamento inicial de forma inalterada.

Esse desinteresse e essa inalteração do posicionamento inicial evidenciam o espraçamento da *estase* argumentativa presente nas interações, que, como vimos, se manifestou na estagnação e não desenvolvimento de argumentos. O que se observou foi um desejo de se posicionar por partes dos interactantes (o que leva a situação além de mero *díptico argumentativo*¹²), mas que foi asfíxiado pela postura do Oponente, metafórica e simbolicamente fazendo com que a estase se espalhasse/espraiasse, calando aquele que pensa diferente.

Em relação a isso, é possível destacar também o modo como esse espraçamento da *estase* argumentativa se manifestou no uso dos argumentos *ad hominem*, *ad personam* e *ad populum*, a fim de invalidar, desautorizar e generalizar, respectivamente, o posicionamento do outro, levando ao abandono do debate por parte do “outro” devido ao seu silenciamento. O quadro retoma as situações nas quais isso aconteceu:

Quadro 1 – Uso dos argumentos *ad hominem*, *ad personam* e *ad populum* nas interações argumentativas 1 e 2

Argumento	<i>Tweet</i>
<i>Ad hominem</i>	Interação 2: <u>Aí moleque, você tá comparando Judeus, mulheres, crianças, e idosos inocentes à Traficantes, estupradores e homicidas?</u> — linhas 3 e 4

¹² Segundo Plantin, o *díptico* seria o mero desacordo inicial, numa interação, sem desenvolvimento. Por exemplo quando A e B discordam sobre a cor de uma parede, mas não estão interessados em apresentar as razões do desacordo.

<i>Ad personam</i>	<p>Interação 2: <u>Aí moleque</u>, você tá comparando Judeus, mulheres, crianças, e idosos inocentes à Traficantes, estupradores e homicidas? – linhas 3 e 4</p>
	<p>Interação 2: Não. Estou comparando seres humanos com outros seres humanos. A dignidade é direito humano, e se estende a todos, independente de qualquer coisa. <u>Mas pra alguém que tem foto da Margaret Thatcher no perfil isso deve ser um fato muito difícil de entender.</u> – linhas 6 a 10</p>
	<p>Interação 2: <u>Você se preocupa com humanos? Ai que fofo.</u> Pena que os que você está defendendo não se importam em puxar o gatilho na cabeça de um pai de família, de uma mãe, nem de criancinhas inocentes. Até onde vi: <u>Quem fala da Margareth idólatra Stalin, Lênin ou Guevara. Conta outra, moleque!</u> – linhas 11 a 14</p>
<i>Ad populum</i>	<p>Interação 2: <u>Você se preocupa com humanos? Ai que fofo.</u> Pena que os que você está defendendo não se importam em puxar o gatilho na cabeça de um pai de família, de uma mãe, nem de criancinhas inocentes. <u>Até onde vi: Quem fala da Margareth idólatra Stalin, Lênin ou Guevara. Conta outra, moleque!</u> – linhas 11 a 14</p>

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir dos dados coletados no Twitter e das análises feitas a respeito desses dados.

Não obstante, precisamos ainda considerar que o abandono do debate, em especial, evidencia-se como algo possível, principalmente por ser um contexto digital, haja vista que o outro não é encarado face a face e, por isso, pode mais facilmente ser ignorado, realidade que, em dado momento, se manifestou nas interações que descrevemos detalhadamente e analisamos.

Declaração de autoria

Lara Beatriz de Souza Teixeira: Proposição temática. Seleção, recorte e composição do *corpus*. Análise preliminar dos dados.

Rubens Damasceno-Morais: Refinamento e reavaliação do *corpus*. Análise. Proposição de metodologia e arcabouço teórico.

Referências

- AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.
- ANGENOT, M. Novas proposições para o estudo da argumentação na vida social. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, v. 3, n. 1, p.142-145, 2015.
- ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)*. BRASIL: ONU, [2020]. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 17 maio 2022.
- BOYD, D.; ELLISON, N. Social network sites: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 210-230, 2008. DOI : <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>”<https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 maio 2022.
- BROCKRIEDE, W. Onde está a argumentação? *Comunicação e Sociedade*, [S. l.], v. 16, p. 13-17, 2009. DOI: [https://doi.org/10.17231/comsoc.16\(2009\).1026](https://doi.org/10.17231/comsoc.16(2009).1026).
- CABRAL, A. L. T. Argumentação, violência e emoções em comentários sobre notícias de grande repercussão nas redes sociais. In.: CICLO DE CONFERÊNCIAS TEAR CONVIVA 2022: ANÁLISE DO DISCURSO DIGITAL, 2., 2022. Disponível em: <https://grupotear.com/2022/01/31/analise-do-discurso-digital/>. Acesso em: 18 maio 2022.
- DAMASCENO-MORAIS, R. Dialogando com a perspectiva dialogal da argumentação. In: PIRIS, E.; RODRIGUES, M. G. S. (orgs.). *Estudos sobre argumentação no Brasil hoje: modelos teóricos e analíticos*. Natal: EDUFRN, 2020. p. 143-169.
- DAMASCENO-MORAIS, R. *O modelo dialogal da argumentação na perspectiva de Christian Plantin: fundamentos, discussão, aplicação*. Minicurso ministrado virtualmente por Rubens DAMASCENO-MORAIS. 2019. Disponível em: <https://grupotear.com/2021/07/15/minicurso-o-modelo-dialogal-da-argumentacao-na-perspectiva-de>

christian-plantin-fundamentos-discussao-aplicacao-12-2018/. Acesso em: 15 maio 2022.

DAMASCENO-MORAIS, R. Quem é esse tal de Terceiro, afinal? *Revista de Letras*, Fortaleza v.1, n. 41, p.8-25, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36517/revletras.41.1.1>.

DAMASCENO-MORAIS, Rubens. A argumentação segundo o modelo dialogal de Christian Plantin. In.: PIRIS, E; GRÁCIO, R (orgs.). *Introdução às teorias da argumentação*. São Paulo: Pontes, 2023.

EMEDIATO, W; DAMASCENO-MORAIS, R. Perspectiva dialogal e análise dialógica: a argumentação biface. In.: AZEVEDO, I.; DAMASCENO-MORAIS, R. (orgs.). *Introdução à análise da argumentação*. Prefácio de Rui Alexandre Grácio. 1 ed. Campinas, SP. Pontes Editores. 2022. p. 193-222.

GRÁCIO, R.A. *Vocabulário crítico de argumentação*. Coimbra: Grácio Editor/ Instituto de Filosofia da Linguagem da Univ. Nacional de Lisboa, 2013.

KWAK H., LEE, C., PARK, H. & MOON, S. What is Twitter, a Social Network or a News Media? In: TH INTERNATIONAL CONFERENCE ON WORLD WIDE WEB, 19.. Proceedings... Raleigh, Carolina do Norte, Estados Unidos, 2010. p. 591-600. DOI: <https://doi.org/10.1145/1772690.1772751>.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MUSEU MEMORIAL DO HOLOCAUSTO DOS ESTADOS UNIDOS. *Josef Mengele*. Enciclopédia do Holocausto, [s.d.]. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/josef-mengele>”<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/josef-mengele>. Acesso em: 17 maio 2022.

PAVEAU, M. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Campinas: Pontes Editores, 2021.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité d'argumentation*. Belgique: Éditions de l'Université de Bruxelles, 2008.

PLANTIN, C. *A argumentação: história, teorias, perspectivas*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PLANTIN, C. *Dictionnaire de l'argumentation* : une introduction aux études d'argumentation. Lyon: ENS Éditions, 2016.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SILVA, E. L. da. MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

RECUERO, R.; ZAGO, G. (2010). “RT, por favor”: considerações sobre a difusão de informações no Twitter. *Fronteiras - Estudos Midiáticos, [S. l.]*, v. 12, n. 2, p. 69-81. DOI: <https://doi.org/10.4013/4668>.

WALTON, D. *Lógica informal: manual de argumentação crítica*. Tradução: Ana Lúcia R. Franco. Carlos A. L. Salum. São Paulo: Martins Fontes, 2006.



¿Qué, dónde, cómo, cuándo, por qué? La construcción de la coherencia causal en relatos infantiles de experiencia personal

What, Where, How, When, Why? The Construction of Causal Coherence in Children's Narratives of Personal Experience

Ailín Paula Franco Accinelli

Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental
“Dr. HORACIO J. A. RIMOLDI” (CIIPME - CONICET), Buenos Aires / Argentina
ailinpf Franco@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9147-6490>

Alejandra Stein

Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental
“Dr. HORACIO J. A. RIMOLDI” (CIIPME - CONICET), Buenos Aires / Argentina
alejandrastein@yahoo.com.ar

<https://orcid.org/0000-0001-9857-0463>

Celia Renata Rosemberg

Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental
“Dr. HORACIO J. A. RIMOLDI” (CIIPME - CONICET), Buenos Aires / Argentina
crrosem@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-5343-5652>

Resumen: El presente estudio se propone analizar la construcción de la coherencia, específicamente causal, en narrativas infantiles de experiencia personal. Se atendió al estudio de las relaciones causales, así como a otros tipos de relaciones establecidas entre los eventos narrados, y a la presencia de fragmentos de eventos desvinculados en los relatos. El corpus está formado por 66 narrativas de niños/as hispanohablantes de 3, 4 y 5 años de edad obtenidos en entrevistas individuales realizadas en los jardines de infantes a los que concurrían, ubicados en barrios urbano-marginados del conurbano bonaerense (Provincia de Buenos Aires, Argentina). Para el análisis se recurrió a un uso heurístico de una versión adaptada del Modelo de Narraciones en Red Causal de Trabasso y colaboradores. El análisis combinó procedimientos

qualitativos y cuantitativos. Los resultados muestran que los niños logran vincular los eventos narrados de forma causal, temporal y temática. En el período, predominan las relaciones causales relativas al ámbito físico (vs. mental). Se observó que con la edad aumenta la diversidad de relaciones causales establecidas en un mismo relato. Las narrativas analizadas presentan asimismo eventos desvinculados: cortes en la cadena causal y eventos *en vía muerta*. Estos últimos refieren mayormente a distintos componentes de información narrativa (acción, orientación, evaluación) que contribuyen a la coherencia del relato en otras dimensiones no causales. Los resultados adquieren especial relevancia para el estudio del desarrollo narrativo infantil, teniendo en cuenta el papel de la narración para la configuración del pensamiento, la comunicación, la socialización y la transmisión de la cultura.

Palabras clave: desarrollo narrativo infantil; coherencia; causalidad; narrativas de experiencia personal; niños hispanohablantes.

Abstract: The paper analyzes the construction of coherence, specifically causal coherence, in children's narratives of personal experience. The study focused on the examination of causal relations and other types of connections established between the narrated events, as well as the presence of fragments of unrelated events. The corpus consists of 66 narratives produced by Argentinian Spanish-speaking children aged 3, 4 and 5 years. Narratives were obtained in individual interviews carried out in the kindergartens where children attended, located in urban-marginalized neighborhoods of Buenos Aires (Argentina). For the analysis of the narratives, we used a heuristic approach of an adapted version of Trabasso et al. Causal Network Narrative Model. The analysis combined qualitative and quantitative procedures. The results showed that children managed to connect the narrated events causally, temporally, and thematically. During this period, there predominated causal connections related to the physical (vs. mental) domain. The diversity of causal relations established within the same narrative increased with age. The narratives also contained unrelated events: breaks in the causal chain, *dead-end* events. The latter mostly referred to different components of narrative information (action, orientation, evaluation) that contribute to the coherence of the narrative in other non-causal dimensions. The results acquire special relevance for the study of children's narrative production, considering the role of narrative in cognition, communication, socialization, and the transmission of culture.

Keywords: children's narrative development; coherence; causality; narratives of personal experience; Spanish-speaking children.

Recebido em 03 de abril de 2023.

Aceito em 12 de janeiro de 2024.

1 Introducción

El presente trabajo se centra en el estudio de la producción de narraciones de experiencia personal en la infancia, examinando en particular aspectos referidos al establecimiento de la coherencia, específicamente causal, de los relatos producidos¹. La relevancia del estudio del discurso narrativo reside en que se trata de una de las primeras formas discursivas que los niños producen (Nelson, 1989), que constituye un modo central de representar y transmitir la experiencia humana (Blum-Kulka, 1993; Bruner, 1986; Nelson, 1989; Rosemberg *et al.*, 2016). En particular, las narrativas de experiencia personal “reportan, construyen, organizan, expresan, reflejan nuestras experiencias, lo cual explica la alta frecuencia de este género discursivo en todo tipo de contexto comunicativo” (Shiro, 2012, p. 254).

Además de ser una actividad frecuente y que se inicia tempranamente en la infancia (Bruner, 1986; Eisenberg, 1985; Miller; Sperry, 1988; Nelson, 1989), la elaboración de narraciones constituye una habilidad cognoscitiva, social y lingüística compleja de suma importancia para el desarrollo infantil (Fivush; Nelson, 2006; Fivush; Haden; Reese, 2006; Nelson, 1996, 2007; Rosemberg; Silva; Stein, 2010). En efecto, la elaboración de narraciones implica seleccionar y organizar la información relativa a las acciones, sus relaciones, y el contexto en el que tuvieron lugar, construir la propia perspectiva acerca de los eventos narrados, compartir esa información verbalmente, tomar en cuenta la perspectiva

¹ El presente trabajo forma parte de una investigación más amplia titulada “Construcción de un instrumento para la evaluación del discurso narrativo” y subvencionada por el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas en el marco del proyecto otorgado al CIIPME: P -UE 2018 “El desarrollo cognitivo, lingüístico y socioemocional en la primera infancia. Variaciones en función de las experiencias y los contextos en el Área Metropolitana de Buenos Aires” (Directora: Celia Rosemberg). Esta investigación se propone contribuir al estudio del desarrollo narrativo infantil durante el período comprendido entre los 3 a 5 años, en niños hispanohablantes residentes en Argentina. El objetivo final consiste en la construcción de un instrumento para la evaluación del discurso narrativo de niños de estas edades, desde una perspectiva dinámica (Gillam; Peña; Miller, 1999; Taverna; Peralta, 2009), que contemple la ponderación del desarrollo real, así como potencial del niño (Vygotsky, 1964). Se espera que este instrumento contribuya a la producción de conocimientos sobre el desarrollo discursivo infantil y que, asimismo, constituya una herramienta útil, posible de ser empleada en contextos clínicos y educativos.

de la audiencia, involucrarse en la interacción, y atender a un mismo foco (Hess; Auza, 2013; Ninio; Snow, 1996; Shiro, 1999). Asimismo, requiere ajustarse a las pautas culturales de la comunidad de pertenencia que determinan qué relatos son aceptables (Berman; Slobin, 1994; Melzi, 2000; Michaels, 1988; Shiro, 1999; Uccelli, 2008; entre muchos otros). La producción de narrativas contribuye a la configuración progresiva del pensamiento, a la vez que posibilita organizar los intercambios comunicativos en los que los niños participan, y permite que éstos transmitan y recreen su cultura. Ello favorece la socialización infantil en la propia comunidad de pertenencia (Aukrust; Snow, 1998; Carmiol; Sparks, 2014; Luo *et al.*, 2012; Sparks *et al.*, 2013; Wortham, 2001).

El desarrollo del discurso narrativo se vincula también con la alfabetización y el desempeño académico (Beck, 2008; Dickinson; McCabe, 1991; Pinto; Tarchi; Bigozzi, 2016; Snow *et al.*, 2007; Sparks *et al.*, 2013). En efecto, la competencia narrativa, específicamente, la elaboración de relatos coherentes y estructurados constituye un predictor de las habilidades para comprender y producir textos escritos (Pinto; Tarchi; Bigozzi, 2016; Reese *et al.*, 2010; Silva; Cain, 2017).

A partir de considerar la frecuencia de la elaboración de narraciones en la vida cotidiana, junto con su relevancia para distintos aspectos del desarrollo infantil, la construcción de narraciones coherentes se torna central. El presente trabajo se propone precisamente contribuir al conocimiento del desarrollo de la coherencia causal en narraciones de experiencia personal en niños argentinos de 3 a 5 años.

En lo que sigue, se revisan estudios que atendieron al desarrollo del discurso narrativo infantil y, en particular, a la construcción de la coherencia en la producción de relatos de experiencia personal (§1.1). Luego, se exploran investigaciones sobre el análisis de la coherencia específicamente causal de las narraciones infantiles (§1.2). En tercer lugar, se presentan los objetivos y las preguntas específicas de este estudio (§1.3). Posteriormente, se describe la metodología de la investigación, especificando el proceso de conformación del corpus y de la muestra de participantes (§2.1), los procedimientos de obtención de la información empírica (§2.2) y los aspectos éticos de la investigación (§2.3). A continuación, se detallan los procedimientos de análisis empleados en el estudio (§3). Finalmente, se presentan los resultados (§4), y se los discute a la luz de las investigaciones precedentes (§5).

1.1 La construcción de la coherencia en la producción de narrativas infantiles

Según Reese y colaboradores (2011, p.2), si bien no hay consenso acerca de la definición de la coherencia en las narrativas de experiencia personal, es posible afirmar que un relato de este tipo es coherente cuando tiene sentido para un oyente ingenuo, quien debe no solo comprender aspectos contextuales (quién, cómo, dónde, cuándo ocurrieron los eventos narrados), sino también qué significado tienen esos eventos para el narrador. En un relato coherente, los diferentes elementos que lo componen se interrelacionan de forma significativa (Pinto; Tarchi; Bigozzi, 2016, p.2). Para lograr la coherencia global de la narrativa, es preciso integrar diversos aspectos macroestructurales² tales como la identificación del contexto (tiempo, lugar, participantes), la consistencia temática, el ordenamiento causal y temporal de los eventos, y la presencia de comentarios evaluativos en torno a éstos (Caballero *et al.*, 2020; Jones *et al.*, 2016; Labov; Waletzky, 1997; Nicolopoulou, 2008; Reese *et al.*, 2011). Estos elementos permiten otorgarle al relato una estructura jerárquica y secuencial (Berman; Slobin, 1994; Hess; Auza, 2013; Hudson; Shapiro, 1991; Karmiloff-Smith, 1986). Por ello, la construcción de narraciones coherentes puede resultar una tarea sumamente compleja para los niños pequeños. En efecto, y siguiendo a Borzone y Rosemberg (2000), si bien se ha observado que entre los 3 y 5 años en los discursos de los niños (especialmente, en relatos de experiencia personal) se evidencia cierto manejo productivo de recursos lingüísticos para desarrollar relatos coherentes y cohesivos, no todos los niños logran estas habilidades de manera temprana. En algunos casos, en los enunciados del relato no se evidencia la temporalidad de los sucesos narrados, se reitera constantemente la información, o se

² El análisis del discurso narrativo infantil generalmente contempla la organización global del contenido, conocida como *macroestructura*, y un nivel lingüístico local, conocido como *microestructura*. El nivel macroestructural se evalúa teniendo en cuenta la capacidad del niño de construir una representación jerárquica de los elementos principales de la historia (secuencia de acciones, presentación de los participantes, contextualización, complicación, y la resolución de la historia, y evaluaciones del narrador); así como también contempla la información proporcionada en eventos específicos. El nivel microestructural se evalúa a nivel de palabra y de frase, e incluye los dispositivos empleados para lograr la cohesión (Jones *et al.*, 2016, p. 269).

presenta información de manera fragmentada, así como tampoco se logra vincular adecuadamente los eventos entre sí debido a la omisión de información relevante. Todo ello puede afectar la comprensión por parte de los interlocutores.

La mayoría de las investigaciones que analizaron la coherencia en narrativas infantiles de experiencia personal involucraron niños hablantes de inglés (McCabe; Peterson, 1991, 1984; McCabe; Rollins, 1994; Peterson; McCabe, 1983; Shapiro; Hudson, 1991; Reese *et al.*, 2010; Reese *et al.*, 2011, entre otros). En esta línea, en sus trabajos con niños estadounidenses angloparlantes, McCabe y colaboradores (McCabe; Rollins, 1994; McCabe; Peterson, 1991; 1984; Peterson; McCabe, 1983) hallaron que alrededor de los 6 años los niños logran construir relatos de experiencia personal coherentes y estructurados, que incluyen diferentes componentes narrativos (orientación, complicación, evaluación, apéndices, discurso directo e indirecto), y cuyos eventos están ordenados de manera secuencial hasta llegar a una complicación y a su posterior resolución.

A partir de esa evidencia, Peterson y McCabe (1983) proponen un modelo de estructura narrativa, al que denominan *de punto álgido*. Este modelo ha sido empleado para el estudio de narrativas de experiencia personal de niños de 3 a 6 años (según el estudio) provenientes de China (Zhang *et al.*, 2018), Japón (Minami; McCabe, 1991), y Colombia (Galván Reyes *et al.*, 2015), entre otros. De manera general, estos trabajos pusieron de manifiesto que, a mayor edad, las narraciones infantiles son más extensas, siguen un orden temporal más preciso, y son más ricas en contenido. En esta línea, sin embargo, también se han identificado diferencias en la estructuración coherente de las narrativas producidas por las distintas poblaciones consideradas. Por ejemplo, se han observado diferencias en el patrón cronológico de los relatos de niños chinos (Zhang *et al.*, 2018), diferencias en el componente evaluativo entre las narrativas producidas por niños estadounidenses angloparlantes con ascendencia africana y con ascendencia europea (McCabe, 1997); también se observó que los niños japoneses producen narrativas mínimas extremadamente breves (Minami; McCabe, 1991).

Como se señaló anteriormente, en los trabajos realizados en esta línea, la coherencia narrativa se logra fundamentalmente mediante la inclusión de los diferentes componentes narrativos contemplados en el modelo y por la organización del desarrollo de las acciones en torno a un

evento a partir de un ordenamiento temporal secuencial. Sin embargo, investigaciones llevadas a cabo con niños hispanohablantes (Borzzone; Rosemberg, 2000; Rodino *et al.*, 1991; Sparks *et al.*, 2013; Stein, 2015, 2016; Uccelli, 2008) pusieron de manifiesto que las narrativas producidas por estas poblaciones presentan características macroestructurales que difieren de los relatos producidos por niños pertenecientes a otros grupos culturales/lingüísticos. Así, en un estudio comparativo realizado con niños latinos hispanohablantes, y niños afroamericanos y angloamericanos angloparlantes de sectores socioeconómicos bajos de Estados Unidos que tenían 6 y 7 años, Rodino y colaboradores (1991) hallaron que los niños hablantes de español suelen construir relatos de experiencia personal en los que los eventos no están cronológicamente secuenciados. Las narrativas de estos niños incluyen menos cláusulas conectadas cronológicamente en comparación con las de los niños angloparlantes. Así, se focalizan más la descripción individual de los eventos, junto con la inclusión de contextualizaciones y evaluaciones en torno a éstos, y no en el relato de las acciones acontecidas siguiendo un orden temporal secuencial.

Por su parte, en una investigación con niños peruanos hispanohablantes y niños norteamericanos, se observó que los primeros suelen incluir diversas anécdotas independientes pero relacionadas entre sí (para marcar eventos importantes y enfatizar puntos particulares del relato) y, con frecuencia, se desvían de la línea temporal de los eventos reales. De hecho, y en comparación con los niños angloparlantes, en las narraciones de los niños andinos la organización temporal estaba subordinada a los propósitos evaluativos, es decir, la línea temporal de los eventos narrados seguía la organización de los acontecimientos de acuerdo a la necesidad de estos niños de evaluar determinados puntos de su relato (Uccelli, 2008). Ahora bien, según la autora, estas características, lejos de constituirse como indicadores de una patología o una inmadurez en el desarrollo del lenguaje (tal como se ha concebido en el caso de los niños hablantes del inglés), sirven a funciones retóricas y dan cuenta de habilidades discursivas complejas. A conclusiones similares llegaron Sparks *et al.* (2013) en una investigación llevada a cabo en Costa Rica con niños hispanohablantes de 4 años durante conversaciones con sus madres en torno a situaciones en las que éstos habían tenido un mal comportamiento. Al igual que Uccelli (2008), las autoras dan cuenta de la presencia de un repertorio de habilidades

narrativas que, en algunos casos, resultan en la elaboración de relatos focalizados más en la evaluación y menos en la temporalidad de los eventos. Asimismo, observaron que los adultos de estas poblaciones colocaban el foco en el mantenimiento de la conversación (más que en la organización temporal), permitiendo que los niños recuperen diversos eventos pasados y prioricen la descripción y la evaluación por sobre la secuenciación de los relatos, conclusiones a las que también han llegado otras investigaciones con niños hispanohablantes (Carmioli; Sparks, 2014; Melzi, 2000; Silva; McCabe, 1996; Stein, 2015, 2016).

En Argentina, Stein (2015, 2016) llevó a cabo un estudio longitudinal focalizado en la estructura y el lenguaje evaluativo de los relatos producidos en el marco de la interacción entre un niño y su cuidador principal (padre, madre, hermanos u otra persona habitualmente a cargo del cuidado del niño en el hogar), a los 2;6 y a los 4 años. Los resultados pusieron de manifiesto que en los relatos de experiencia personal producidos por los niños en los dos momentos considerados predominaba el componente evaluativo en comparación con la cantidad de información descriptiva, orientativa y relativa a las acciones narradas. Asimismo, se encontró que la presencia de este componente tendía a aumentar con la edad.

La relevancia del componente evaluativo en la estructuración de narraciones coherentes por parte de niños argentinos también fue identificada en la elaboración infantil de relatos de ficción. Alam y Rosemberg (2016) evidenciaron un uso temprano de recursos evaluativos en la elaboración de narraciones de ficción por parte de niños de 4 años, uso que variaba según el contexto interaccional. La dimensión evaluativa de los relatos adquiriría especial relevancia en las narraciones elaboradas en situaciones de interacción con otros (un niño de la misma edad, o mayor), en comparación con las narraciones elaboradas individualmente. Las autoras proponen que, en las situaciones de interacción entre pares, los niños hacían un uso estratégico de los recursos evaluativos para evidenciar la relevancia de su relato y así poder disputar y sostener el rol de narrador. Por su parte, en el contexto de interacción con un niño mayor, el empleo de una mayor cantidad de recursos evaluativos que cuando narraban de forma individual puede relacionarse con el andamiaje y la *zona de desarrollo potencial* que se generaba en las interacciones con el niño de mayor edad (Vygotsky, 1964).

En conjunto, los trabajos que analizaron la coherencia en narrativas infantiles atendieron especialmente a los componentes

macroestructurales (información orientativa, descriptiva, evaluativa y acerca de las acciones que configuran los eventos) y/o a la organización temporal secuencial en torno a un evento. Como se desprende de la revisión realizada, estas investigaciones mostraron, por un lado, un incremento progresivo del control de recursos que permiten elaborar narraciones estructuradas de manera coherente durante el período comprendido entre los años del nivel inicial y los primeros años de la escolaridad primaria (McCabe; Rollins, 1994, McCabe; Peterson 1991; 1984; Minami; McCabe, 1991; Peterson; McCabe, 1983; Zhang *et al.*, 2018). Por otro lado, aquellos estudios que involucraron población hispanohablante pusieron de manifiesto que la estructuración de las narrativas producidas por estos grupos de niños difiere de aquellas elaboradas por niños de habla inglesa: se observó una menor preponderancia de la dimensión temporal de la coherencia, en tanto que adquiere mayor relevancia la dimensión evaluativa (Alam; Rosemberg, 2016; Rodino *et al.*, 1991; Stein, 2015, 2016). Además, las narraciones no suelen estar organizadas necesariamente en torno a un único evento, sino que una narrativa puede incluir diversas anécdotas relacionadas temáticamente (Uccelli, 2008).

Estos resultados enfatizan la relevancia de continuar profundizando el estudio del desarrollo narrativo en poblaciones socioculturalmente diversas, así como de considerar diferentes aspectos y dimensiones en el análisis de la estructuración de narraciones coherentes. En este sentido, Gutierrez-Clellen y colaboradores (Gutierrez-Clellen; Iglesias, 1989) han señalado que, si bien el análisis de los componentes macroestructurales de las narrativas es relevante, la omisión de alguno de esos componentes, así como las desviaciones de la secuencia de eventos, tienden a expresar diferentes expectativas acerca de la naturaleza de la tarea de narración y del tópico de la narrativa, que respecto al dominio de la estructura narrativa. En línea con ello, sostienen que una estrategia alternativa para el estudio y la evaluación de las narrativas infantiles consiste en analizar el logro de la coherencia causal (Gutiérrez-Clellen; Iglesias, 1992). En efecto, las narraciones no se organizan solo en el nivel de la temporalidad de los eventos y de su evaluación, sino también en el nivel de la causalidad (Bocaz, 1986; Gutiérrez-Clellen; Iglesias, 1992; Shiro, 1999). Es decir, que el análisis de la coherencia narrativa debe atender también a las relaciones causales entre los eventos. A continuación, se revisan trabajos centrados en el estudio de la coherencia causal en unidades de discurso narrativas.

1.2 La coherencia causal en narraciones

Diversas investigaciones proporcionaron evidencia acerca de la relevancia del factor causal en la comprensión y producción narrativa. Estos trabajos se focalizaron casi exclusivamente en el análisis de narraciones de ficción.

En esta línea, una serie de estudios sobre los procesos inferenciales que se producen durante la comprensión, la representación y el recuerdo de textos narrativos, tanto en adultos (Barreyro; Molinari Marotto, 2005, 2013; Trabasso; Van Den Broek; Suh, 1989; Van Den Broek; Lorch, 1993) como en niños (Gutiérrez-Clellen; Iglesias, 1992; Rosemberg, 1994; Rosenberg; Signorini; Borzone, 1993; Sah; Torng, 2015; Trabasso, 1991; Trabasso; Nickels, 1992; Van Den Broek, 1988), evidenciaron que, a la hora de construir un relato coherente, los sujetos tienen en cuenta todos los antecedentes y consecuentes de un enunciado, estructurando así el texto en una red causal de eventos. De acuerdo con estos trabajos, las narrativas en las que los eventos se encuentran interconectados mediante relaciones causales se recuerdan mejor que aquellas en las que los eventos se vinculan mediante relaciones temporales o referenciales. En este sentido, y aunque los niños suelen realizar una menor cantidad de inferencias causales que los adultos (Van Den Broek, 1988), se ha demostrado que el grado de conectividad causal de los eventos incide en el proceso de recuperación de la información que permite la construcción del relato (Rosemberg; Signorini; Borzone, 1993). En otras palabras, la construcción de la representación o modelo mental de un relato se facilita al lograr la coherencia causal (Barreyro; Molinari, 2005; Trabasso; Sperry, 1985, Van Den Broek, 1990, entre otros).

En particular, investigaciones con niños focalizadas en la comprensión de narraciones mostraron que, en la construcción de la representación mental de eventos en narrativas de ficción (Borzone, 2005; Rosemberg; Signorini; Borzone, 1993; Trabasso, 1991; Trabasso; Nickels, 1992; Van Den Broek, 1988), las relaciones causales tienen un papel muy relevante en tanto permiten establecer relaciones significativas entre los eventos narrados (el tiempo y el espacio, las acciones, las personas) y los comentarios evaluativos del narrador en torno a éstos (Reese *et al.*, 2011).

Gutiérrez-Clellen e Iglesias (1992) llevaron a cabo un estudio con niños hispanohablantes de Puerto Rico que tenían entre 4 y 8 años. En la investigación, los niños debían renarrar una situación proyectada mediante un video. Los relatos infantiles fueron audiograbados,

transcriptos y codificados en cláusulas para su análisis. Luego, las cláusulas se clasificaron en cuatro categorías: estados mentales, estados físicos, acciones y objetivos. Se identificó el tipo de relación que cada niño estableció entre las cláusulas, siguiendo la propuesta de Kemper (1988): causalidad resultante (acciones que provocan cambios en estados físicos), causalidad de iniciación (acciones que inician estados físicos), causalidad de posibilitación (estados físicos que -im-posibilitan acciones), y causalidad de motivación (estados mentales que motivan acciones). Los resultados evidenciaron diferencias según la edad en la coherencia causal de los relatos: en las narraciones producidas por los niños mayores se observó un incremento de la proporción de secuencias conformadas por tres cláusulas que estaban relacionadas causalmente, junto con una disminución de la proporción de secuencias de dos cláusulas causalmente relacionadas. No se identificaron diferencias significativas según la edad en la cantidad de las diversas relaciones causales establecidas entre los eventos. Sí se halló un incremento significativo en la proporción de relaciones causales relativas al ámbito mental: los niños mayores tendían a conectar eventos mediante este tipo de relaciones causales con una frecuencia mayor que los menores, quienes solían incluir una mayor cantidad de relaciones causales vinculadas al ámbito físico. Ahora bien, adquiere relevancia señalar que los autores sostienen que estas diferencias podrían estar relacionadas con la perspectiva adoptada por cada niño al contar la historia. Así, mientras que algunos niños se centraban en relatar cuestiones relacionadas con cómo se sentían los personajes, y cuánto esfuerzo colocaban en lograr su objetivo, otros narraban la historia de manera más objetiva, colocando el foco en los hechos en sí mismos, sin ningún tipo de interpretación en torno a los efectos internos que estos eventos generaban en los protagonistas. Una medida global correspondiente a los estados mentales, entonces, podría manifestar el punto de vista individual del niño respecto a la película y al propósito de contar la historia. Por lo tanto, una proporción global de estados mentales u objetivos podría no ser una medida útil de la habilidad narrativa infantil.

Shiro (1999) también contempló el establecimiento de relaciones causales como un aspecto relevante del desarrollo narrativo. Propuso un modelo multidimensional para analizar las habilidades narrativas infantiles de niños venezolanos hispanohablantes de 4 a 6 años. La causalidad está comprendida en la dimensión *ideacional* relativa al

contenido proposicional del texto (las otras dimensiones consideradas son la *interpersonal*, vinculada con la adaptación del discurso por parte del emisor a las necesidades del interlocutor, y la *textual*, relativa a los lazos establecidos entre las ideas para lograr un discurso coherente). Los análisis pusieron de manifiesto puntajes globales de causalidad que se incrementaban progresivamente con la edad. Sin embargo, las relaciones causales no siempre eran marcadas explícitamente mediante el empleo de conectores. En efecto, se observó que el uso de marcadores causales era muy similar en los tres grupos etarios considerados (4, 5 y 6 años). La autora concluye que, en comparación con los niños de 4 y 5 años, los niños de 6 producían narraciones en las cuales se perfilaban más claramente las relaciones causales, pero dichas relaciones no se marcaban explícitamente por medio de conectores causales.

Trabasso y sus colaboradores (Trabasso, Sperry, 1985; Trabasso; Secco; Van Den Broek, 1982; Trabasso; Van Den Broek; Suh, 1989; Van Den Broek, 1990; Van Den Broek; Lorch, 1993) propusieron el *Modelo de Narraciones en Red Causal* para dar cuenta de los procesos inferenciales a través de los cuales los sujetos establecen relaciones causales entre eventos y ensamblan las proposiciones o cláusulas en una representación coherente que refleje la estructura causal de un relato. En el Modelo se asume la *necesidad en las circunstancias* (Mackie, 1974) como aquel criterio que define la relación de causalidad o necesidad entre un evento determinado causa y otro, el efecto. Es decir, si en las circunstancias de la historia, la causa no se hubiera dado, entonces tampoco hubiera tenido lugar la consecuencia. A partir de este razonamiento contrafáctico, el sujeto infiere la causa a partir del efecto (Borzzone, 2005; Rosemberg, 1994; Sah; Torng, 2015; Trabasso; Sperry, 1985).

Siguiendo la propuesta del Modelo mencionado, para que un evento forme parte de la cadena causal, debe ser parte de las conexiones que se establecen entre los eventos expresados en los enunciados que configuran el relato desde el comienzo al cierre. En el caso de que los eventos carezcan de consecuentes, no forman parte de la cadena causal que conduce del principio al final del relato y son considerados *eventos en vía muerta* (Rosemberg, 1994; Trabasso; Sperry, 1985; Trabasso; Secco; Van Den Broek, 1982). Dentro de este tipo de eventos, podemos encontrar aquellos que no conducen finalmente a los acontecimientos de cierre, así como también eventos en intersección que evidencian entre sí una coexistencia temporal, pero que no poseen consecuencias posteriores

para el desarrollo de la historia. Entre éstos, se encuentran evaluaciones, codas, o cláusulas con información orientativa. Así, se trata de eventos que, aunque no contribuyen específicamente a la coherencia causal del relato, sí pueden contribuir a otras dimensiones de la coherencia narrativa (Trabasso; Nickels, 1992). En el caso de que se incluyan eventos para los que no es posible establecer ninguna relación causal con otros, estamos en presencia de *cortes* en la cadena causal que liga los eventos del comienzo a la resolución de la historia. Estos cortes señalan la ausencia de relación entre series de eventos y, por lo tanto, la desvinculación de fragmentos del relato (Rosemberg, 1994, p.104). Aquellas narraciones que presentan más cortes en la cadena son menos coherentes que aquellas en las que todos o la mayoría de los eventos se encuentran causalmente relacionados entre sí.

En el marco de este Modelo, se han distinguido diferentes tipos de conexiones causales entre eventos: motivación, causalidad física, causalidad psicológica, y posibilización (Kemper, 1988). La *motivación* implica conexiones entre metas y las acciones que se llevan a cabo para conseguirlas: estados mentales que motivan acciones (p. ej. Él quería la rana / la atrapó), u objetivos que motivan acciones (p. ej. Saltó / para llamar su atención). La *causalidad psicológica* incluye emociones, cogniciones, intenciones y disposiciones de seres humanos o animales. Este tipo de relaciones causales puede establecerse entre acciones que inician estados mentales (p.ej. Él la encontró / ella estaba feliz), o estados físicos que inician estados mentales (p. ej. Llegaron tarde / él estaba enfadado)³. La distinción entre motivación y causa psicológica se basa en las acciones dirigidas y no dirigidas a un objetivo. La *causalidad física* involucra cambios en los estados físicos de personas u objetos (p. ej. Se cayó / se ensució). La *posibilización* describe la relación entre un evento y una pre-condición necesaria para que ocurra, pero que no llega a ser suficiente para generarlo (p. ej. estados físicos que permiten acciones: Tenía un cuchillo / cortó la rana).

En Argentina, algunas investigaciones estudiaron la coherencia causal del discurso narrativo infantil y su incidencia en la comprensión

³ Con “acción” nos referimos a las acciones de los participantes, mientras que los “estados físicos” refieren a las características de los sujetos y lugares, y, finalmente, los “estados mentales” dan cuenta de las emociones, intenciones, conocimientos y disposiciones de los participantes del relato (Pavez *et al.*, 2001).

(Rosemberg, 1994; Rosemberg; Signorini; Borzone, 1993) mediante el Modelo de Análisis en Red Causal (Trabasso; Secco; Van Den Broek, 1982, Trabasso; Sperry, 1985). En esta línea, Rosemberg, Signorini y Borzone (1993) abordaron el estudio de la comprensión de narraciones de ficción en niños de 6 años. Las autoras evidenciaron la incidencia y la relevancia del factor causal en la recuperación de la información textual: a mayor cantidad de conexiones causales entre los eventos del texto, los niños recordaban una mayor cantidad de éstos, y de manera más precisa. Así, el hecho de que los niños recordaran aquellos eventos que presentaban un mayor grado de conectividad causal pone de manifiesto que se valen de información relativa a la causalidad entre los eventos narrados para establecer relaciones de coherencia. En un trabajo posterior con sujetos de 5, 8, 11 y 16 años, Rosemberg (1994) analizó longitudinalmente la construcción de la coherencia causal durante la comprensión de relatos ficticiales. El análisis de las narraciones infantiles consideró las siguientes dimensiones: cantidad de eventos incluidos en los relatos y de conexiones causales establecidas, grado de densidad relacional (grado en el que los eventos estaban causalmente conectados), cantidad de eventos pluricausados (con más de una causa), cantidad de eventos en vía muerta, y de cortes en la cadena causal de eventos. Los resultados pusieron de manifiesto un patrón de desarrollo caracterizado por un incremento en el grado de complejidad y coherencia de la organización causal de los relatos: los niños más pequeños incluyeron en sus narrativas una menor cantidad de eventos que los niños mayores, junto con una menor cantidad de relaciones causales establecidas entre los eventos narrados, un menor porcentaje de eventos pluricausados, y un mayor porcentaje de eventos en vía muerta y de cortes en la cadena causal de eventos.

A pesar de que existe evidencia del uso de un razonamiento causal en niños más pequeños que aquellos participantes en los estudios reseñados (Fivush, 1991; Franco Accinelli; Stein; Rosemberg, 2022; Monforte; Ceballos, 2014, Strasser *et al.*, 2010) son escasos los trabajos que involucraron a niños de 3 años y que se centran no en narrativas de ficción sino de experiencia personal. En un trabajo reciente, estudiamos la construcción de la coherencia causal durante la producción de narrativas de experiencia personal de niños argentinos hispanohablantes de 3, 4 y 5 años (Franco Accinelli; Stein; Rosemberg, 2022). Para el análisis de los relatos, recurrimos al uso heurístico de una versión adaptada del Modelo

de Narraciones en Red Causal de Trabasso y colaboradores (Trabasso; Secco; Van Den Broek., 1982; Trabasso; Van Den Broek; Suh, 1989; Van Den Broek, 1990; Van Den Broek; Lorch, 1993). Las narrativas producidas por los niños de cada grupo etario fueron analizadas de acuerdo con la complejidad y la coherencia de su organización causal. Para ello consideramos: la cantidad de eventos incluidos y de conexiones causales establecidas entre esos eventos, el grado de densidad relacional, la cantidad de eventos pluricausados, de eventos en intersección (simultáneos, pero no causalmente relacionados), tautológicos (reiterativos), de eventos en vía muerta, y de cortes en la cadena causal de eventos. Asimismo, en el caso de que los niños produjeran narraciones multianecdóticas (Uccelli, 2008), también se tuvo en cuenta la cantidad de situaciones temáticamente relacionadas que narraban los sujetos. Los resultados no mostraron diferencias significativas por edad en cuanto a la extensión de las narraciones. Se encontraron diferencias significativas a favor de los niños más grandes (4 y 5 años) en la cantidad promedio de conexiones causales establecidas entre los eventos narrados, así como una disminución en el número de eventos en vía muerta en este tramo de edad. Ambos aspectos indican un incremento progresivo en el grado de complejidad y coherencia de la organización causal de los relatos. Por otro lado, hallamos que la proporción de eventos pluricausados era baja en los tres grupos etarios, lo cual parece señalar una tendencia general a conectar en forma lineal la mayoría de los eventos adyacentes en los relatos. No se evidenciaron diferencias significativas entre los grupos de edad respecto de la inclusión de eventos simultáneos y tautológicos, así como tampoco en la presencia de cortes en la cadena causal de eventos. Por último, en cuanto a la presencia de eventos relacionados temáticamente, se observó que cerca de una cuarta parte de los relatos producidos por los niños estaban configurados por varias situaciones en torno a un mismo tema.

1.3 El presente estudio

Como se desprende de la revisión realizada, numerosas investigaciones evidenciaron la relevancia de la construcción de narraciones coherentes para diferentes aspectos del desarrollo infantil. Aquellos estudios focalizados en el logro de la coherencia durante la infancia fueron realizados mayoritariamente con población de habla inglesa y atendieron a aspectos relativos a la organización temporal de

los relatos en torno a un evento, así como a la inclusión de información relativa a las acciones, orientación, descripción y evaluación de los eventos. Los trabajos que examinaron otras poblaciones pusieron de manifiesto diferencias en la estructuración coherente de narraciones. En particular, las investigaciones con población hispanohablante mostraron que, en la elaboración de narrativas coherentes, predomina la dimensión evaluativa y suelen incluirse varias anécdotas temáticamente relacionadas. Los escasos trabajos que analizaron específicamente la coherencia causal, a pesar de su relevancia, involucraron mayoritariamente a niños mayores de 5 años y se centraron en la narración de relatos de ficción (Gutierrez Clellen; Iglesias; 1992; Rosemberg, 1994, Rosemberg; Signorini, Borzone, 1993). Solo se identificaron dos trabajos que atendieron a la organización causal de narrativas de experiencia personal con niños hispanohablantes (Franco Accinelli; Stein; Rosemberg, 2022; Shiro, 1999). Así, en el estudio de la coherencia (y en particular, de la coherencia causal) persisten interrogantes abiertos relativos a los tipos de eventos y relaciones que configuran las narrativas de experiencia personal en niños hispanohablantes de 3 a 5 años.

En el estudio previo mencionado, los niños de 3, 4 y 5 años incluían en sus relatos mayormente eventos vinculados, aunque también contenían fragmentos de eventos desvinculados de la cadena narrativa causal. Si bien observamos que con la edad se incrementaba la cantidad y la densidad de relaciones causales entre los eventos, no analizamos en detalle los tipos de relaciones causales establecidas ni eventuales diferencias entre ellas a lo largo del período considerado. Es por ello que en el presente trabajo nos preguntamos: ¿qué tipos de relaciones causales se establecen entre los eventos que configuran los relatos infantiles de experiencia personal? ¿Qué relaciones existen entre los tipos de relaciones causales establecidas y la edad de los niños (en el período de 3 a 5 años)?

Por otro lado, el trabajo previo mencionado puso de manifiesto que los niños incluyeron en las narrativas eventos que presentaban entre sí otros tipos de relaciones no causales, como las relaciones temáticas y de intersección (que implican simultaneidad o coexistencia temporal). No obstante, tales eventos y relaciones no se estudiaron en detalle. En el presente trabajo, nos preguntamos entonces acerca de estas relaciones de índole no causal que configuran también la organización de los relatos. En particular, resulta de interés atender a los eventos conectados mediante relaciones temáticas que han sido identificados en investigaciones previas

con niños hispanohablantes. En cuanto a los eventos que presentan relaciones de simultaneidad o coexistencia temporal, interesa analizar si se trata de eventos sucesivos, no causales, o si predomina la inclusión de evaluaciones o de otro tipo de información narrativa que puede contribuir a diferentes dimensiones de la coherencia.

Por último, y tal como se mencionó, las narrativas infantiles analizadas incluyen fragmentos de eventos desvinculados (cortes en la cadena causal y eventos en vía muerta). En el estudio previo observamos que la proporción de dichos eventos disminuía en las narrativas producidas por los niños de 4 y 5 años, en comparación con aquellas producidas por los niños de 3 años. En el presente trabajo buscamos ahondar en el estudio de tales eventos y relaciones, dado que están asociados a una menor coherencia causal. Así, nos interesa identificar: ¿cuándo se producen cortes en la cadena causal de eventos de los relatos? ¿Qué características presentan las narraciones infantiles de experiencia personal en cuanto a la presencia de otros tipos de eventos desvinculados, como los eventos en vía muerta?

2 Metodología

En el siguiente apartado se describen los lineamientos metodológicos del estudio. En primer lugar, se detalla cómo se conformó el corpus de relatos, así como también se describe cómo se llevó a cabo la selección de la muestra de participantes (§2.1). En segundo lugar, se explicitan cuáles fueron los procedimientos de obtención de la información empírica (§2.2). Finalmente, se mencionan los aspectos éticos tenidos en cuenta a la hora de llevar a cabo la recolección de los datos (§2.3).

2.1 Corpus y participantes

Se llevó a cabo el análisis de un corpus de 66 narrativas de experiencia personal (Rosemberg; Stein; Alam; Migdalek, 2015-2016) producidas por niños y niñas hispanohablantes (22 de cada grupo etario) que concurrían a salas de 3 (11 niñas y 11 niños), 4 (11 niñas y 11 niños) y 5 años (11 niñas y 11 niños) de jardines de infantes en barrios urbano-marginados del conurbano bonaerense (Provincia de Buenos Aires, Argentina). Los niños participantes provienen de familias de

circunstancias socioeconómicas desfavorecidas⁴, en tanto se trata de una población poco estudiada. Dichas familias estaban compuestas por adultos que generalmente no poseían estabilidad laboral y que habían alcanzado un nivel educativo que no superaba el nivel secundario. El estudio del desarrollo narrativo en esta población es esencial para mejorar las oportunidades de aprendizaje de estos niños, así como para prevenir las dificultades en su desarrollo.

2.2 Procedimientos de obtención de la información empírica

Para elicitación de las narrativas, se les solicitó a los niños que relataran una experiencia personal por medio de entrevistas semiestructuradas llevadas a cabo por investigadoras entrenadas para la tarea. En primer lugar, la entrevistadora le mostró al niño una curita que tenía en su dedo y le contó que el día anterior se había cortado. Después, le preguntó si alguna vez se había lastimado y le pidió que le cuente con el mayor detalle posible lo que había pasado. Se procuró dar lugar a un relato libre, espontáneo y fluido. Con este objetivo, se les indicó a las entrevistadoras la importancia de alentar la continuidad de la narración mediante preguntas generales que estimularan al niño a continuar narrando (p. ej. “¿me quieres contar algo más?”), repitiendo las palabras exactas utilizadas por los niños cuando hacen una pausa, o diciendo “ajá” y “contame más”; pero no a partir de preguntas que lo indujeran a producir aspectos específicos del evento relatado (p. ej. “¿por qué?, ¿cuándo?, ¿quién?”). Los niños fueron entrevistados de a uno por vez, en un aula que los jardines de infantes habilitaban para la entrevista. Los relatos fueron audiograbados y transcritos para su análisis siguiendo las pautas CHAT (*Codes for the Human Analysis of Transcripts*; Díez Itza; Snow; Macwhinney, 1999), que permite su procesamiento mediante el programa CLAN (*Computerized Language Analysis*; Macwhinney, 2000).

2.3 Aspectos éticos

La investigación cumple con los lineamientos para el comportamiento ético en las Ciencias Sociales y Humanidades

⁴ Utilizamos esta denominación siguiendo el planteo de Thornton y colaboradores (2021) para dar cuenta de la situación de los sujetos en ese momento particular, en vez de utilizar la nomenclatura “nivel”, que da cuenta de una característica más bien inherente al sujeto, difícilmente modificable.

establecidos por el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas de Argentina (CONICET, 2006) y se llevó a cabo siguiendo los procedimientos recomendados por las asociaciones profesionales internacionales con relación al trabajo y observación con niños, los principios establecidos por la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño y lo establecido en la Ley N° 114 de Protección Integral de los Derechos de Niños, Niñas y Adolescentes de la Ciudad de Buenos Aires. Los adultos responsables fueron informados acerca de los detalles y requerimientos de la investigación y autorizaron la participación de los niños a su cargo mediante la firma de un consentimiento informado, estableciendo un acuerdo de anonimato y confidencialidad. Antes de la entrevista, se informó a los niños acerca de la grabación de la conversación. En los casos de niños que manifestaron no querer salir del aula, su intención fue respetada.

3 Procedimientos de análisis

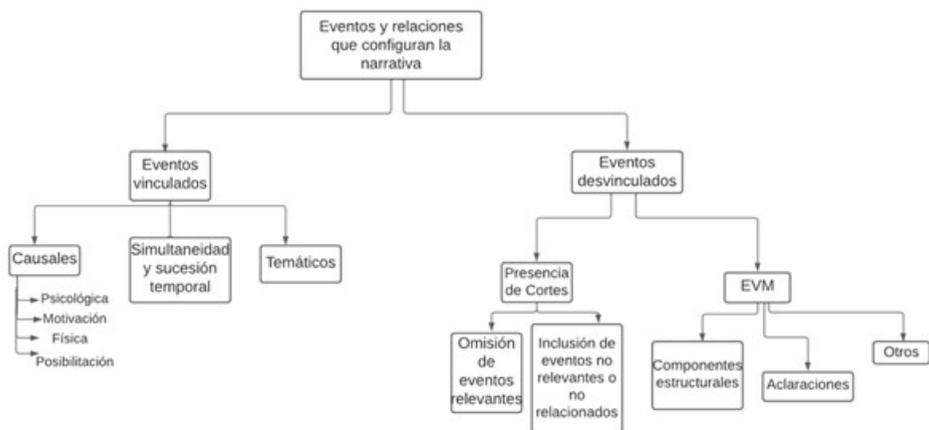
Se llevó a cabo un análisis mixto que integra procedimientos cualitativos y cuantitativos con el fin de obtener un análisis más completo de nuestro objeto de estudio (Creswell, 2009).

Se realizó un análisis de los relatos y de las redes causales que los configuran a través del procedimiento cualitativo. En primer lugar, las dos primeras autoras identificaron en las redes construidas los eventos relacionados y no relacionados en la cadena causal de eventos que configuran las narrativas infantiles. El porcentaje de acuerdo alcanzado para cada categoría fue del 86,7% o superior. En los casos de desacuerdo, se alcanzó acuerdo luego de un chequeo. Luego, se recurrió al Método Comparativo Constante de la Teoría Fundamentada (Strauss; Corbin, 1990), para elaborar inductivamente categorías a partir del interjuego entre conceptos previos y los datos empíricos. A partir de un procedimiento conjunto de codificación y análisis, se identificó una serie de categorías y se construyó un esquema explicativo que da cuenta de los tipos de eventos y relaciones que configuran las narraciones. Todas las dudas sobre la codificación fueron discutidas entre las tres autoras con el fin de lograr un criterio común.

El esquema establece un ordenamiento de los datos en torno a:

- a) la presencia de eventos vinculados, que contribuyen a la coherencia global a partir del establecimiento de diferentes tipos de relaciones: causales, de temporalidad y temáticas. Un mismo evento puede presentar más de una conexión (p. ej., puede presentar una conexión de simultaneidad con un evento y de causalidad con otro; o presentar más de una conexión causal con otros eventos). Dado que el principal foco del trabajo es la construcción de la coherencia causal, se analizaron detalladamente los diferentes tipos de relaciones causales establecidas entre los eventos.
- b) la presencia de eventos desvinculados, que no contribuyen a la coherencia global del relato (eventos en vía muerta, cortes en la cadena causal de eventos).

Figura 1 – Esquema explicativo de los eventos y las relaciones que configuran la narrativa infantil



Fuente: elaboración propia.

1. Eventos vinculados

- a. *Eventos con conexiones causales.* Se trata de eventos que, al tener antecedente/s y consecuente/s, forman parte de la cadena causal de eventos que conduce del principio al final de la historia. Las relaciones

causales pueden ser de motivación, causalidad física, causalidad psicológica o posibilitación.

- b. *Eventos con conexiones de simultaneidad o sucesión temporal.* Comprenden eventos simultáneos que consisten en evaluaciones o información relativa a las circunstancias en las que tuvieron lugar los hechos narrados, así como eventos entre los que existe una relación de sucesión temporal (no causal).
- c. *Eventos con conexiones temáticas.* Eventos referidos a situaciones o anécdotas diferentes que están relacionadas temáticamente.

2. Eventos desvinculados

- a. *Eventos en vía muerta.* Se identificaron distintos tipos de eventos que no presentan consecuencias ulteriores para la historia. Estos eventos están relacionados con diferentes componentes narrativos: acciones sin consecuencias posteriores, codas, evaluaciones e información orientativa acerca de los hechos. Se incluyen también aclaraciones en torno a las emisiones producidas que los niños realizan de manera espontánea (es decir, no como respuesta a una pregunta/solicitud del interlocutor).
- b. *Presencia de cortes en la cadena causal de eventos.* Los cortes pueden estar motivados por la omisión de eventos relevantes (que, en el caso de incluirse, permitirían establecer relaciones), o la inclusión de eventos no relevantes, no relacionados.

En los resultados se muestra cómo estas categorías se presentan en los relatos, ilustrando cada una de ellas con el análisis de casos ejemplares. Debido a que el logro de la coherencia causal depende, entre otras cuestiones, del hecho de que los relatos adquieran sentido para un oyente ‘ingenuo’ (Reese *et al.*, 2011, p.2), se prestó especial atención al análisis de los eventos en torno a cómo se relacionan con aspectos interpersonales (Shiro, 1999) tales como las evaluaciones o aclaraciones, atendiendo a las habilidades de los niños de adaptar el relato a las necesidades del oyente.

Adicionalmente, y con el objetivo de ahondar en el estudio de la coherencia causal, se analizó el efecto de la edad en los tipos de eventos en vía muerta y las relaciones causales establecidas por los niños en las narrativas. Debido a que, en su totalidad, los niños de 4 y 5 años incluyen en sus relatos una mayor cantidad de relaciones causales y una

menor cantidad de eventos en vía muerta que los niños de 3, calculamos la proporción de cada tipo de relación causal (psicológica, motivación, física y posibilidad) y la proporción de cada tipo de evento en vía muerta (orientaciones, acciones, evaluaciones, codas y aclaraciones) sobre el total de las relaciones causales y de los eventos en vía muerta respectivamente. Se llevaron a cabo regresiones beta (Ferrari; Cribari-Neto, 2004), cuya distribución es óptima para el trabajo con proporciones (Smithson; Verkuilen, 2006)⁵, tomando como variables dependientes la media de las proporciones por relato de cada tipo de relación causal y la media de las proporciones de cada tipo de evento en vía muerta, y como variable independiente la edad (3 a 5 años). El análisis estadístico fue realizado en R (R Core Team, 2017).

4 Resultados

El análisis de las narrativas infantiles de experiencia personal puso de manifiesto que los niños participantes producen relatos configurados por eventos vinculados mediante relaciones causales, temporales o temáticas. Las narrativas también incluyen eventos que los niños no logran vincular con otros, dando lugar a fragmentos desvinculados.

En cuanto a los eventos conectados causalmente, el análisis cualitativo de las conexiones causales puso de manifiesto que los niños participantes establecen diversos tipos de relaciones causales entre los eventos narrados, tanto en el plano físico como mental, tal como se observa en la narrativa de experiencia personal producida por Julia⁶.

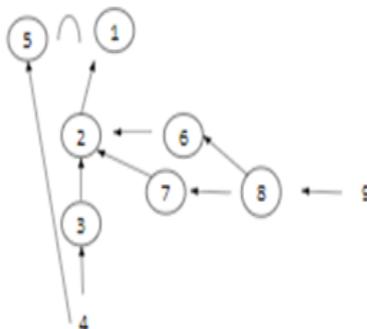
⁵ Las regresiones beta son óptimas para modelar proporciones porque están acotadas entre 0 y 1. Utilizan la distribución beta, la cual es muy flexible, puede acomodar sesgos y simetrías y permite modelar el desplazamiento regular de la localización (media) pero también la heteroscedasticidad, mediante un parámetro de “precisión”. Así, permite adecuarse ampliamente a las distintas formas que pueda tomar la distribución original (Ferrari; Cribari-Neto, 2004; Smithson; Verkuilen, 2006).

⁶ Los nombres de los niños han sido modificados para resguardar su identidad. Si bien, tal como se mencionó en §2.2, los relatos se han transcritos siguiendo las pautas CHAT (*Codes for the Human Analysis of Transcripts*; Díez Itza; Snow; Macwhinney, 1999), en tanto permiten su procesamiento mediante el programa CLAN (*Computerized Language Analysis*; Macwhinney, 2000), en los ejemplos presentados se ha optado por simplificar la transcripción a fines de una mejor comprensión y, por ello, no se han seguido estas normas en específico.

(1) Relato de Julia (4 años):

1. Niña: yo estaba jugando con mi primo.
2. Niña: y mi primo tiró un vidrio.
3. Niña: y me cortó la mano.
Entrevistadora: ah, ¿y qué más pasó?
4. Niña: y entonces la mamá lo retó.
5. Niña: porque yo estaba en la casa de ella.
Entrevistadora: ¿y qué más pasó ahí?
6. Niña: después tuvo que comprar mi... la mamá de mi primo tuvo que comprar otro.
Entrevistadora: bueno, ¿y qué más pasó?
7. Niña: mmm y después lo siguió rompiendo con toda mi primo.
8. Niña: y tuvo que comprar mucho.
9. Niña: y tuvo que pagar con mucha plata.

Figura 2 – Red causal del relato de Julia⁷:



Fuente: elaboración propia.

Así, en (1), la niña establece una relación de causalidad física, en la que se evidencia un cambio de su estado físico (el hecho de cortarse la mano, evento 3) a causa de una acción realizada por un participante del evento (el hecho de que el primo haya tirado el vidrio, evento 2). La niña también vincula eventos mediante relaciones de causalidad psicológica, tal como sucede con los eventos 3 y 4, donde una acción del primo en torno a ella (la lastimadura, evento 3) inicia un estado de enojo y reto por parte de la madre del niño (evento 4). Así, se establece entre estos eventos una relación de causalidad que evidencia las emociones vivenciadas, en este caso, por la mamá del niño. La niña también establece relaciones de motivación, por ejemplo, entre los eventos 2-7 y 6-8: el hecho de que el primo haya tirado el vidrio (evento 2), y lo haya roto “con toda” (evento 7), motiva a la madre a comprar otro vidrio (evento 6), en mucha

⁷ Todas las figuras han sido elaboradas por las autoras siguiendo la propuesta de Modelo de narraciones en Red Causal (Trabasso; Secco; Van Den Broek., 1982; Trabasso; Sperry, 1985; Trabasso; Van Den Broek; Suh, 1989; Van Den Broek, 1990). Los eventos que forman parte de la cadena causal, es decir, que poseen antecedente/s y consecuente/s, se encuentran encerrados en un círculo. En cambio, los eventos en vía muerta, que no poseen consecuentes, no están encerrados en círculos. Los eventos tautológicos, es decir, cuando el niño reitera más de una vez el mismo evento, se colocan juntos pero diferenciados por medio de una barra (/). La intersección entre dos eventos se señala con un semicírculo (∩).

cantidad (evento 8). Finalmente, los eventos 1 y 2 evidencian una relación de posibilitación: que los niños estén jugando (evento 1) posibilita que el primo le tire el vidrio a la niña (evento 2). Así, el juego que la niña describe en el evento 1 constituye una pre-condición necesaria para que ocurra el evento 2, aunque que no llega a ser suficiente para generarlo.

El análisis cuantitativo de los tipos de relaciones causales establecidas reveló que los niños establecen en su totalidad un mayor porcentaje de relaciones causales físicas (44,3%), seguidas de relaciones de posibilitación (27,8%), motivación (21,2%) y, en menor medida, de causalidad psicológica (6,7%) (ver Tabla 1).

Tabla 1 – Frecuencias y porcentajes de los tipos de relaciones causales establecidas

Tipos de relaciones causales	f	%
Motivación	89	21,2
Causalidad física	186	44,3
Causalidad psicológica	28	6,7
Posibilitación	117	27,8
Total	420	100%

Fuente: elaboración propia.

El análisis contempló también el estudio de los diferentes tipos de relaciones causales según la edad. Los resultados se presentan en las Tablas 2, 3 y 4.

Tabla 2 – Proporciones promedio y frecuencias de los tipos de relaciones causales establecidas según edad

Tipos de relaciones causales	3 años		4 años		5 años		Total
	m(de)	f	m(de)	f	m(de)	f	f
Motivación	0.11 (0.16)	16	0.23 (0.22)	39	0.18 (0.13)	34	89
Causalidad Física	0.43 (0.19)	46	0.43 (0.23)	68	0.46 (0.16)	72	186
Causalidad Psicológica	0.09 (0.12)	11	0.06 (0.12)	9	0.03 (0.08)	8	28
Posibilitación	0.37 (0.27)	28	0.27 (0.21)	37	0.34 (0.16)	52	117
Total	101		153		166		420

Fuente: elaboración propia.

Se realizó una serie de 4 regresiones beta cada una con la edad como variable predictora, y la proporción de cada tipo de relación causal (motivación, causalidad física, causalidad psicológica, posibilitación) como variables dependientes. Los resultados se muestran en la Tabla 3. La edad resultó ser un predictor significativo solo en el caso de las relaciones de causalidad psicológica. Los resultados de la regresión evidencian que la media de proporción de relaciones de causalidad psicológica disminuye significativamente a medida que aumenta la edad ($p < .01$). Al analizar los resultados del modelo de precisión se observa una mayor precisión (menor variabilidad) a medida que aumenta la edad en el caso de las relaciones de causalidad psicológica y de posibilitación.

Tabla 3 – Regresiones beta para estimar los tipos de relaciones causales en la producción infantil

Predictores	Variables dependientes: tipos de relaciones causales β (SE) / exp (β)			
	Coeficientes del modelo de medias con logit-link			
	Motivación	Causalidad física	Causalidad psicológica	Posibilitación
Intercepto	-1.73(0.82)/0.17**	-0.63(0.65)/0.53	0.48(0.91)/1.61	-0.24(0.67)/0.78
Edad	0.12(0.19)/1.12	0.17(0.15)/1.18	-0.50(0.23)/0.6**	-0.09(0.15)/0.91
Predictores	Coeficientes del modelo de precisión con log-link			
Intercepto	-0.22(0.86)/0.79	-0.03(0.74)/0.96	-1.23(0.88)/0.29	-2.15 (0.75)/0.11 ***
Edad	0.26(0.21)/1.29	0.24(0.18)/1.27	0.44(0.22)/1.55**	0.80(0.19)/2.22 ***
Pseudo R ²	0.06	0.01	0.05	<0.01
Log Likelihood	48.11	2.167	94.18	15.72

Subtitular: ***p < .001; **p < .01; *p < .05

Fuente: elaboración propia.

Como se observa en la Tabla 4, todos los niños logran establecer al menos una relación causal entre los eventos. A medida que se incrementa la edad, disminuye el porcentaje de niños que establecen una o dos relaciones causales diferentes, al tiempo que se incrementa el porcentaje de participantes que establece una mayor diversidad de relaciones causales en un mismo relato (tres tipos diferentes de relaciones causales). Así, mientras el 50% de los niños de 3 años establece hasta dos tipos de relaciones causales diferentes por narrativa, dicho porcentaje disminuye a 36,3% en el caso de los niños de 4 años y a 18,2% en el grupo de niños de 5 años. En cambio, el porcentaje de niños que puede establecer tres tipos de relaciones causales diferentes en un mismo relato, asciende del

31,8% a los 3 años al 68,2% a los 5 años. Se mantiene estable en los diferentes grupos de edad el porcentaje de niños que pueden establecer los 4 tipos de relaciones causales consideradas en una misma narración.

Tabla 4 – Cantidad de diferentes tipos de relaciones causales según edad

	3 años		4 años		5 años	
	f	%	f	%	f	%
0	0	0	0	0	0	0
1	2	9,1	1	4,6	0	0
2	9	40,9	7	31,8	4	18,2
3	7	31,8	11	50	15	68,2
4	4	18,2	3	13,6	3	13,6
Total	22	100	22	100	22	100

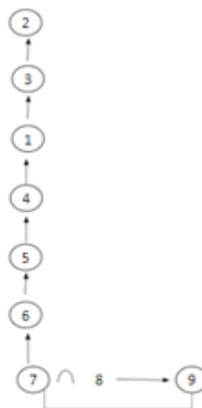
Fuente: elaboración propia.

Con respecto a los eventos que mantienen entre sí relaciones de simultaneidad o sucesión temporal se observó que, con frecuencia, incluyen comentarios evaluativos, como en (2), o brindan información relativa a las circunstancias en las que tuvieron lugar los hechos narrados, como en (3). Se trata de eventos que, si bien no están causalmente relacionados, contienen información relevante para la construcción de la coherencia global de la narrativa. Así, en (2), el niño incluye dos eventos simultáneos: el hecho de que lo curen (evento 7) y el hecho de que, durante ese proceso, no haya sentido dolor (evento 8). Este último evento contiene un comentario evaluativo por parte del niño, a través del cual da a conocer su perspectiva respecto a los hechos que narra.

(2) Relato de Augusto (3 años)

1. Niño: me lastimé acá (*señala su rodilla*)
Entrevistadora: ¿me contás cómo fue?
2. Niño: eh... yo entré y...
3. Niño: y yo me golpeé
4. Niño: y me salió sangre.
5. Niño: y me tenían que llevar a la sala.
Entrevistadora: ¿y qué más pasó?
6. Niño: y me llevaron a la sala.
- 7. Niño: y me curaron.**
8. Niño: no me dolió.
9. Niño: hice fuerza tubo.

Figura 3 – Red causal del relato de Augusto



Fuente: elaboración propia.

En (3), en cambio, el relato infantil incluye una relación de sucesión temporal entre eventos con información orientativa: el evento 5 (la caída), que ocurre primero, y el evento 6 (referido a una acción posterior que aclara circunstancias del evento: dónde y con quién se encontraba la nena luego de la caída). La niña establece, entonces, una relación de sucesión temporal entre los eventos, sin que medie necesariamente entre ellos una relación causal.

(3) Relato de Paula (3 años)

1. Niña: me fui a caminar con mi mamá.
2. Niña: y me caí.
Entrevistadora: ¡ooy! ¿En serio? ¿Cómo fue? ¿Me contás?
3. Niña: me caí con una agua.
Entrevistadora: ¿con un agua? Ah, uy, ¡qué feo! ¿Y qué más pasó?
4. Niña: y...y una agua se hacía así acá.
- 5. Niña: y yo me caí.**
Entrevistadora: oy, ¡qué mala suerte! ¿y después qué pasó?
- 6. Niña: y después estaba... estaba parada ahí con los chicos.**

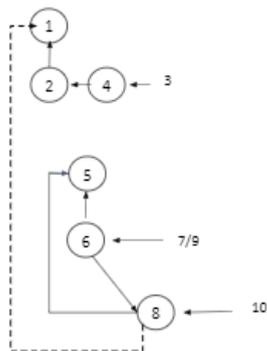
El análisis de los relatos también evidenció que los niños suelen incluir diversas anécdotas independientes que no necesariamente

siguen un orden temporal, pero se encuentran relacionadas entre sí temáticamente. Este tipo de narrativas han sido denominadas narrativas multianecdóticas (Uccelli, 2008). En (4), una niña de tres años relata dos situaciones diferentes que ocurrieron en distintos momentos, que están temáticamente relacionadas, dado que en ambas se lastimó con un mueble: entre los eventos 1 al 7, por un lado, y los eventos 8, 9 y 10, por el otro (ver Figura 4), cuya relación está indicada mediante un recurso lingüístico (el pronombre “otro”). En la red causal de la narrativa, la relación temática se señaló con una flecha de línea punteada.

(4) Relato de Mariana (3 años)

1. Niña: me llevé un mueble.
2. Niña: y me lastimé un dedo.
3. Niña: y me pusieron una curita.
Entrevistadora: ¿con un mueble? ¿Me querés contar cómo fue?
4. Niña: por lastimarme que me salió sangre.
Entrevistadora: ¿te salió sangre? uuuf, wow, bueno, ¿y qué más? ¿Me querés contar algo más de cómo te lastimaste?
5. Niña: mi mamá me llevó a mueble.
6. Niña: y me apreté y me apretó.
7. Niña: y ahí me salió mucha sangre.
Entrevistadora: ¿tu mamá te apretó el dedo? Uy, ¡qué dolor! ¿Y me querés contar algo más?
(la niña asiente con la cabeza)
Entrevistadora: ¿qué más?
8. Niña: mi mamá me apretó con *otro* mueble.
9. Niña: y me salió mucha sangre.
(la niña asiente con la cabeza)
Entrevistadora: ¿qué?
10. Niña: y ahora mi mamá ...mi mamá no xxx⁸.

Figura 4 – Red causal del relato de Mariana



Fuente: elaboración propia.

Hasta aquí hemos analizado aquellos eventos y relaciones que los niños logran vincular entre sí y que, por lo tanto, contribuyen a la coherencia global de las narrativas. Como se señaló anteriormente, los niños también incluyen en sus relatos eventos que se encuentran

⁸ Los fragmentos inaudibles se señalan como ‘xxx’.

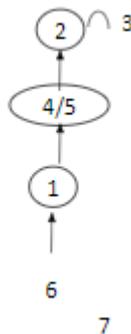
desvinculados de la cadena causal que conduce del principio al final de la historia. Los eventos desvinculados comprenden eventos en vía muerta (esto es, eventos que carecen de consecuentes), así como cortes en la cadena causal de eventos.

En lo que respecta a la presencia de cortes, observamos que los tres grupos de niños producen, en su totalidad, una proporción similar de cortes en sus relatos (Franco Accinelli; Stein; Rosemberg, 2022). En esta oportunidad, y con el objetivo de profundizar en la comprensión de los eventos desvinculados, se llevó a cabo un análisis cualitativo que puso de manifiesto que los cortes en la cadena causal de eventos tienen lugar, por un lado, cuando se omiten eventos relevantes que, de incluirse, permitirían establecer relaciones entre los eventos narrados. Así, en (5) la niña omite información que permita vincular sus lastimaduras (eventos 1 y 4) con el hecho de que actualmente no tiene heridas (evento 7). De esta manera, este último evento queda desconectado de la red, y se constituye como corte en la cadena causal de eventos que configura el relato.

(5) Relato de Olivia (4 años)

1. Niña: me lastimé acá (*muestra su dedo*).
2. Entrevistadora: ¿me contás cómo fue?
3. Niña: giré con mi muñeca.
4. Niña: había dos, tres giros.
Entrevistadora: ¿y qué pasó?
5. Niña: y después me golpeé en la frente y acá.
6. Niña: por eso pasó.
7. Niña: y me dolió mucho.
8. **Niña: me...viste no tengo heridas acá.**

Figura 5 – Red causal del relato de Olivia



Fuente: elaboración propia.

Por otro lado, el análisis cualitativo de estos cortes puso de manifiesto que también tienen lugar cuando los niños incluyen en sus relatos eventos no relevantes o no relacionados con la situación narrada. En (6), el niño interrumpe su relato en torno a su lastimadura al incluir

información referida a otro tema distinto. Así, los eventos 6 y 7, referidos a la remera del niño, constituyen cortes en la cadena causal del relato, el cual se desarrolla en torno a la lastimadura del niño.

(6) Relato de Ulises (4 años):

Entrevistadora: ¿alguna vez te lastimaste?

1. Niño: yo no me pasó.
2. Niño: ya curé todo.
3. Niño: mirá lo que me pasó.
4. Niño: acá eh... me salió un chiquitito acá.
5. Niño: y no me salió sangre un poquitín y uno chiquitito.

Entrevistadora: sí.

Niño: eh...

Entrevistadora: pero contame, a ver, ¿qué pasó?

6. Niño: eh... tengo la remera de... musculosa de Hulk y Capitán América.

Entrevistadora: sí, pero me estabas contando de cuando te lastimaste, ¿te acordás?

Niño: ah, sí, pero.

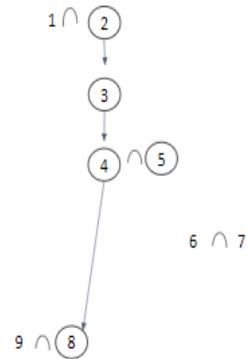
Entrevistadora: bueno contame, ¿qué pasó ahí?

7. Niño: ah y tengo la remera de Hulk.

8. Niño: y me pasó eh y yo me corté el dedo.

9. Niño: y acá (*señala*)

Figura 6 – Red causal del relato de Ulises



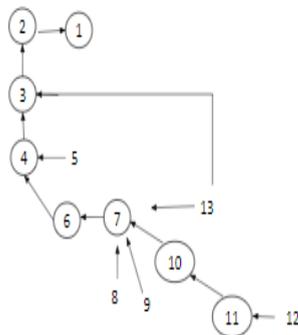
Fuente: elaboración propia.

Con respecto a los eventos desvinculados que no tienen consecuencias ulteriores para la narración (eventos en vía muerta), el análisis cualitativo realizado mostró que mayoritariamente constituyen diferentes componentes macroestructurales de las narrativas: codas, evaluaciones y, en menor medida, información orientativa acerca de los hechos. En la narrativa de experiencia personal producida por Brenda (7) se presentan ejemplos de los diferentes tipos de eventos en vía muerta identificados.

(7) Relato de Brenda (4 años)

1. Niña: cuando estaba en la casa de mi abuela yo estaba parada en el piso.
2. Niña: y me caí.
3. Niña: y me lastimé acá.
Entrevistadora: ah, ¿y qué más pasó?
4. Niña: me llevaron a urgencias.
- 5. Niña: mi abuelo me llevó en el auto.**
Entrevistadora: ¿y qué más pasó?
6. Niña: cuando llegamos a urgencias.
7. Niña: después me curaron acá.
- 8. Niña: me pusieron una gasa.**
- 9. Niña: y después me tenían que poner algo que te queda acá.**
10. Niña: y después ya no me dolía más.
11. Niña: y ahora ya se me pasó.
Entrevistadora: ¿a ver? Ah, ¡sí! ¿Y qué más pasó?
- 12. Niña: nada más.**
- 13. Niña: me salió un poco de sangre.**

Figura 7 – Red causal del relato de Brenda



Fuente: elaboración propia.

Como se observa en el relato, la niña incluye eventos en vía muerta que refieren a acciones que completan la narrativa pero que no poseen consecuencias posteriores, tales como el hecho de que el abuelo la haya llevado al hospital en auto (evento 5) o las acciones llevadas a cabo por los médicos al momento de curar la herida (eventos 8 y 9). Asimismo, incluye un evento en vía muerta referido a un comentario evaluativo que permite dar cuenta del significado que los eventos tienen para ella (evento 13: “me salió *un poco* de sangre”) pero que no está causalmente vinculado con el resto de los eventos del relato. Finalmente, el evento 12 constituye un evento en vía muerta mediante el cual la niña incluye una coda que enlaza la narración con la interacción que se estaba dando en ese entonces (“nada más”).

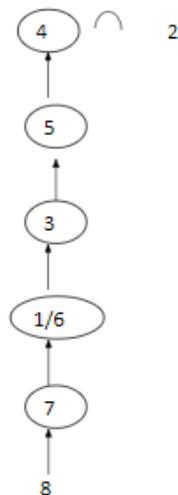
De la misma manera, en (8), la niña incluye un evento en vía muerta en el que comenta dónde sucedió el relato (evento 2: “se cortó *en Paraguay*”), pero que no posee consecuencias que influyen en el desarrollo de la historia. A su vez, al igual que en el ejemplo anterior, la niña también incluye un evento de este tipo que constituye una coda

mediante la cual vincula el relato con la situación dada en el momento de la conversación (evento 8: “y nada más”).

(8) Relato de Sara (5 años)

1. Niña: mi mamá se cortó acá la uña. (*ríe*)
Entrevistadora: contame, ¿qué le pasó?
2. Niña: se cortó en Paraguay.
3. Niña: se cortó con un cuchillo.
4. Niña: ella estaba... mi abuela estaba cocinando.
Entrevistadora: sí.
5. Niña: y bueno estaba cortando el... la... la... el tomate.
Entrevistadora: sí.
6. Niña: y se cortó.
Entrevistadora: ¿qué pasó?
7. Niña: y le pusieron una curita.
8. Niña: y nada más.

Figura 8 – Red causal del relato de Sara



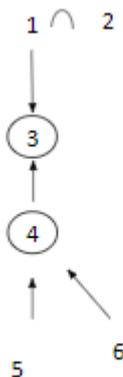
Fuente: elaboración propia.

En menor medida, los niños incluyen en sus relatos eventos en vía muerta referidos a aclaraciones hacia la entrevistadora sobre algún aspecto de la narrativa o sobre alguna emisión propia con el fin de corregirla. En (9) el niño hace una aclaración (evento 2: “ah no, en esta”) respecto a su emisión previa (evento 1: “me golpee *acá*”, al señalar su rodilla). Como vemos, ambas aclaraciones constituyen eventos en vía muerta sin consecuencias que, en estos casos, se encuentran en intersección con el evento que se busca aclarar.

(9) Relato de Alejo (3 años)

1. Niño: yo me golpié acá (*muestra su rodilla*).
Entrevistadora: a ver, ¡uy! Contame cómo fue.
2. Niño: **ah no, en esta** (*muestra su otra rodilla*)
Entrevistadora: ah en la otra, a ver, contame cómo fue lo de la rodilla.
3. Niño: yo cuando estaba cerrando la puerta de mi casa
4. Niño: me agarré el dedo.
Entrevistadora: uy, ¡qué mala suerte!
5. Niño: me dolió.
Entrevistadora: uh, ¿y qué más pasó?
6. Niño: no me salió sangre.

Figura 9 – Red causal del relato de Alejo (3 años)



Fuente: elaboración propia.

El análisis cuantitativo de los tipos de eventos en vía muerta (ver Tabla 5) mostró que la mayoría se refiere a orientaciones, acciones sin consecuencias posteriores, codas y evaluaciones y, en menor medida, aclaraciones.

Tabla 5 – Proporciones promedio y frecuencias de los tipos de eventos en vía muerta según edad

Tipos de eventos en vía muerta	3 años		4 años		5 años		Total
	m(de)	f	m(de)	f	m(de)	f	f
Orientación	0.07 (0.17)	5	0.06 (0.12)	5	0.11 (0.19)	11	21
Acción	0.36 (0.27)	34	0.29 (0.33)	24	0.30 (0.36)	22	80
Evaluación	0.23 (0.31)	17	0.25 (0.33)	17	0.24 (0.30)	22	56
Coda	0.15 (0.25)	9	0.27 (0.32)	14	0.34 (0.36)	20	43

Aclaraciones	0.18 (0.27)	18	0.08 (0.18)	7	0.02 (0.04)	2	27
Total		83		67		77	227

Fuente: elaboración propia.

Se realizó una serie de 4 regresiones beta con la edad como variable predictora, y la proporción de cada tipo de evento en vía muerta (orientaciones, acciones, evaluaciones, codas, aclaraciones) como variables dependientes. Los resultados se muestran en la Tabla 6. El análisis evidenció que la edad constituye un predictor significativo en lo que respecta a la inclusión de eventos en vía muerta relativos a las aclaraciones y las codas. La proporción de aclaraciones disminuye con la edad, en tanto que los eventos en vía muerta que constituyen codas se incrementa en las narraciones producidas por los niños mayores. El análisis del modelo de precisión pone de manifiesto una mayor precisión a medida que aumenta la edad en el caso de los eventos en vía muerta que constituyen acciones y aclaraciones.

Tabla 6 – Regresiones beta para estimar los tipos de eventos en vía muerta en la producción infantil

Predictores	Variable dependiente: tipos de eventos en vía muerta β (SE) / exp (β)				
	Coeficientes del modelo de medias con logit-link				
	Orientaciones	Acciones	Evaluaciones	Codas	Aclaraciones
Intercepto	-1.67(0.96)/ 0.18*	-0.97 (0.79)/0.37	-0.59 (0.85)/0.54	-2.45 (0.86)/0.08***	2.58 (0.85)/13.21 ***
Edad	0.01 (0.23)/1.01	0.07 (0.19)/1.07	-0.07 (0.20)/0.93	0.39 (0.21)/1.48*	-1.24 (0.20)/0.28***
Predictores	Coeficientes del modelo de precisión con log-link				
Intercepto	0.26 (0.95)/1.30	1.66 (0.74)/5.28**	-0.30 (0.76)/0.73	0.97 (0.79)/2.66	-4.42 (0.90)/0.01 ***

Edad	0.06 (0.23)/1.06	-0.38 (0.18)/0.67**	0.09 (0.18)/1.09	-0.23 (0.18)/0.79	1.51 (0.22)/4.52***
Pseudo R ²	0.004	0.003	0.003	0.05	0.12
Log Likelihood	106.9	39.83	56.65	59.28	125.1

Subtitular: ***p < .001; **p < .01; *p < .05

Fuente: elaboración propia.

5 Discusión y conclusiones

Este trabajo se propuso contribuir al estudio del desarrollo de la coherencia, específicamente causal, en narraciones de experiencia personal en niños argentinos hispanohablantes de 3, 4 y 5 años. Para ello, recurrimos al uso heurístico de una versión adaptada del Modelo de Narraciones en Red Causal de Trabasso y colaboradores (Trabasso; Secco; Van Den Broek., 1982; Trabasso; Van Den Broek; Suh, 1989; Van Den Broek, 1990; Van Den Broek; Lorch, 1993), que considera: la cantidad de eventos incluidos y de conexiones causales establecidas entre éstos, el grado de densidad relacional, la cantidad de eventos pluricausados, en intersección (simultáneos pero no causalmente relacionados), tautológicos (reiterativos), en vía muerta, y de cortes en la cadena causal de eventos, así como también de situaciones temáticamente relacionadas (Franco Accinelli; Stein; Rosemberg, 2022). Así, se construyeron las redes causales de las narrativas producidas por los niños participantes y, mediante procedimientos cualitativos y cuantitativos, se analizaron los tipos de eventos y relaciones que los configuran.

En su conjunto, y de manera coincidente con hallazgos previos, los resultados del presente trabajo pusieron de manifiesto que, desde la temprana edad de tres años, los niños elaboran relatos relacionando eventos experimentados previamente de forma causal, temporal, e incluso temática (Franco Accinelli; Stein; Rosemberg, 2022; Rodino *et al.*, 1991; Shiro, 1999; Uccelli, 2008), con énfasis en el componente evaluativo de la narración (Alam; Rosemberg, 2016; Rodino *et al.*, 1991; Sparks *et al.*, 2013; Stein, 2015, 2016), lo que contribuye a la construcción de la coherencia global del relato. Asimismo, el análisis de la coherencia causal de las narraciones reveló

que los niños suelen presentar cortes en la cadena causal y eventos en vía muerta que dan lugar a fragmentos de eventos desvinculados.

En lo que respecta a la inclusión de eventos vinculados, en primer lugar, nos hemos detenido en el estudio de aquellos relacionados entre sí de manera causal. Hallamos que todos los niños participantes logran establecer diversos tipos de relaciones causales (causalidad física, psicológica, motivación y posibilización) en sus relatos. Estos resultados aportan nueva evidencia acerca de la relevancia que adquiere el factor causal en el logro de la coherencia narrativa durante la infancia en el período considerado (Franco Accinelli, Stein, Rosemberg, 2022; Gutiérrez-Clellen; Iglesias, 1992; Rosemberg, 1994; Rosemberg; Signorini; Borzone, 1993; Shiro, 1999). En particular, se destacan los hallazgos relativos al grupo de niños de 3 años, que han sido escasamente estudiados.

Ahora bien, pese a que los niños que componen la muestra incluyen relaciones causales de diverso tipo, la mayoría de ellas refieren al ámbito físico, mientras que las relaciones causales relativas al ámbito mental (motivaciones, de causalidad psicológica) fueron, en su totalidad, menos frecuentes. Estos resultados coinciden con aquellas investigaciones previas que pusieron de manifiesto que, si bien los niños logran, desde temprana edad, producir relatos en los que incluyen eventos interrelacionados (p. ej., temática, simultánea o sucesivamente, o incluso causales a nivel físico), el establecimiento de relaciones más complejas tales como las relaciones causales relativas al ámbito mental, resulta más desafiante para los niños pequeños (Gutiérrez-Clellen E Iglesias, 1992; Shiro, 1999).

Al analizar cuantitativamente la proporción de los tipos de relaciones causales establecidas según edad, solo encontramos diferencias en lo que respecta a la inclusión de relaciones causales de causalidad psicológica. Contrariamente a lo esperado, encontramos que, a medida que aumenta la edad, la proporción de relaciones causales de este tipo disminuye. Por un lado, es preciso tener en cuenta que la cantidad de relaciones de causalidad psicológica producida por los niños que componen la muestra es reducida: solo el 6,7% del total de relaciones causales establecidas constituyen relaciones de causalidad psicológica. Por otro lado, según Gutiérrez-Clellen e Iglesias (1992), las diferencias en la referencia a estados mentales (dentro de los cuales se encuentran las relaciones de causalidad psicológica) en una narración pueden estar relacionadas con la perspectiva adoptada por cada niño al contar la historia. Así, mientras que algunos niños podrían haber producido

narraciones enfatizando los estados internos de los participantes de los eventos, otros podrían haber adoptado un punto de vista más objetivo, y narrar los hechos sin realizar una interpretación de tales estados en los participantes. Por lo tanto, la proporción de relaciones de causalidad psicológica no pone necesariamente de manifiesto habilidades narrativas (Gutiérrez-Clellen; Iglesias, 1992). Es importante tener en cuenta que estos autores refieren a niños de 4 años de edad, así como también analizan discursos narrativos de ficción. Tal como hemos mencionado previamente, a pesar de que existe evidencia del uso de un razonamiento causal en niños más pequeños que aquellos participantes en los estudios reseñados en la revisión de antecedentes (Fivush, 1991; Franco Accinelli; Stein; Rosemberg, 2022; Monforte y Ceballos, 2014, Strasser *et al.*, 2010), son escasos los trabajos que involucraron a niños de 3 años y que se centran en narrativas de experiencia personal, por lo que es preciso, en futuros trabajos, continuar profundizando en el estudio de la coherencia causal de narrativas de experiencia personal en niños de esta edad, así como también ampliar la muestra, con el fin de poder llegar a resultados más concluyentes al respecto.

El análisis de la cantidad de relaciones causales diversas establecidas por grupo etario evidenció que, a medida que se incrementa la edad, los niños establecen una mayor cantidad de relaciones causales de diverso tipo sus relatos (al menos tres tipos diferentes de relaciones causales). Es decir que, a mayor edad, no solamente aumenta la densidad causal de las narraciones (Franco Accinelli; Stein; Rosemberg, 2022, Gutiérrez-Clellen; Iglesias, 1992; Shiro, 1999; Rosemberg, 1994), sino que también aumenta la diversidad de esas relaciones causales establecidas, lo cual enriquece la coherencia de los relatos infantiles. En este sentido, nuestros resultados coinciden con investigaciones precedentes realizadas en distintas poblaciones que evidenciaron un incremento con la edad, en el período considerado, del control de recursos lingüísticos mediante los cuales los niños logran elaborar relatos de experiencia personal coherentes (Franco Accinelli; Stein; Rosemberg, 2022; McCabe; Rollins, 1994, McCabe; Peterson, 1991, 1984; Peterson; McCabe, 1983; Shiro, 1999; Stein 2015; 2016; Zhang *et al.*, 2018).

En relación con los eventos que establecen relaciones sucesivas o simultáneas, encontramos que suelen referirse a comentarios evaluativos y, en menor medida, a las circunstancias espacio-temporales de los hechos narrados. Así, se trata de información que, aunque no contribuye

de manera específica a la coherencia causal, refiere a elementos estructurales relevantes para otras dimensiones de la coherencia global del relato (Reese *et al.*, 2011; Shiro, 1999; Trabasso; Van Den Broek; Suh, 1989). La presencia de estos eventos, entonces, colabora a que el relato pueda ser comprendido por el interlocutor, tanto en lo que respecta a los acontecimientos narrados (qué, cómo, cuándo, dónde suceden los hechos), como así también respecto a qué relevancia tienen estos eventos para el narrador (Reese *et al.*, 2011; Shiro, 1999). En este sentido, nuestros resultados coinciden con lo hallado en investigaciones previas con niños hispanohablantes, en las que se ha evidenciado que los relatos producidos por estos niños suelen caracterizarse por colocar el foco en los detalles y la descripción de los diversos eventos, así como también por incluir contextualizaciones y evaluaciones en torno a éstos (Carniol; Sparks, 2014; Melzi, 2000; Rodino *et al.*, 1991; Sparks *et al.*, 2013; Silva; McCabe, 1996; Stein, 2015, 2016).

En lo que respecta a las relaciones temáticas, los hallazgos del presente trabajo son consistentes con los encontrados en estudios previos con niños hispanohablantes en los que se identificó la producción de relatos que incluyen diversas anécdotas independientes que no necesariamente siguen un orden secuencial pero que se encuentran relacionadas entre sí temáticamente (Rodino *et al.*, 1991; Uccelli, 2008). Los relatos elaborados por los niños que componen la muestra del presente estudio tampoco siguen estrictamente un orden cronológico, sino que, más bien, suelen presentar desviaciones de la línea temporal de los eventos, mediante las cuales suelen evaluar determinados aspectos concretos de la historia en los que ellos buscan enfatizar (Uccelli, 2008).

En síntesis, los niños participantes logran conectar los eventos mediante distintos tipos de relaciones: causales, temporales (sucesivas y simultáneas) y temáticas. Si bien, de manera general, vinculan los eventos causalmente tanto en el plano físico como mental (especialmente los niños mayores, cuyas narrativas incluyen con mayor frecuencia distintos tipos de relaciones causales en un mismo relato), durante el período considerado predominan las relaciones de causalidad física. Cabe pensar que relaciones de mayor complejidad se logren en momentos posteriores del desarrollo (Borzzone; Rosemberg, 2000; Gutiérrez-Clellen E Iglesias, 1992; Shiro, 1999). Asimismo, y tal como se ha observado en estudios previos con niños hispanohablantes, adquiere relevancia también la presencia de relaciones de simultaneidad que involucran la evaluación

de los eventos (Alam; Rosemberg, 2016; Rodino *et al.*, 1991; Stein, 2015, 2016), así como de relaciones temáticas entre eventos que componen diferentes anécdotas (Sparks *et al.*, 2013; Uccelli, 2008).

Como se señaló anteriormente, las narrativas analizadas incluyen también fragmentos de eventos desvinculados que no contribuyen al logro de la coherencia causal, debido a la presencia de cortes en la cadena causal y de eventos en vía muerta. El análisis de estos fragmentos desvinculados evidenció que estos cortes suelen producirse por la presencia de eventos que los niños no logran vincular adecuadamente en tanto refieren a información no relevante o desconectada del tema sobre el cual se está narrando, o en tanto omiten información necesaria para vincular los eventos y darle mayor coherencia al relato. Al señalar la ausencia de relación entre series de eventos, la presencia de cortes indica la desvinculación de fragmentos del relato (Rosemberg, 1994). Este hecho, vinculado a la dimensión *interpersonal* de la narración (Shiro; 1999), podría deberse a que se encuentra en proceso el desarrollo de habilidades para adaptar el relato a las necesidades del oyente. Esto implica ponerse en el lugar del otro para poder así seleccionar qué información incluir (o no) en el relato, de acuerdo al conocimiento compartido. Asimismo, la presencia de estos eventos desvinculados debido a la inclusión de información no relevante o desconectada puede estar también relacionada con la dificultad de estos niños para poder comprender la demanda de la tarea, en este caso, narrar una experiencia personal propia de manera conectada frente a un interlocutor 'ingenuo' (en este caso, las investigadoras) (Reese *et al.*, 2011), que no conoce ni ha vivido los hechos.

Asimismo, mediante la ejecución de esta tarea de producción narrativa, los niños ponen en juego sus habilidades discursivas, en tanto deben dominar recursos discursivos necesarios para construir relatos conectados, coherentes y cohesivos (Borzzone; Rosemberg, 2000). En este sentido, estos hallazgos coinciden con estudios previos con niños pequeños hispanohablantes que evidencian que, si bien entre los 3 y 5 años estos niños demuestran tener cierto control sobre los recursos lingüísticos que les permite construir relatos coherentes, no todos logran este dominio a edad tan temprana (Borzzone; Rosemberg, 2000). Así, nuestros resultados aportan nueva evidencia al hecho de que la construcción de un relato de experiencia personal completo (con todos los componentes propios de este tipo de relatos), secuenciado y jerárquico, es una tarea sumamente compleja para los niños pequeños, y suele

consolidarse, posteriormente, entre los 6 y los 8 años (Galván Reyes *et al.*, 2015; McCabe; Peterson, 1991; Minami; McCabe, 1991; Peterson; McCabe, 1983; 1984; Zhang *et al.*, 2018).

Por su parte, el análisis cualitativo de los eventos en vía muerta presentes en los relatos puso de manifiesto que la mayoría refiere a aspectos relacionados con diferentes componentes de información narrativa: información relativa a las acciones y a las circunstancias en las que tuvieron lugar (acción, orientación), así como aspectos relacionados con las valoraciones del niño frente a los sucesos narrados y la perspectiva desde la cual los narra (evaluación, coda). Si bien estos eventos, al carecer de consecuencias, no contribuyen a la coherencia causal, refieren a información que resulta importante para otras dimensiones de la coherencia narrativa. La información orientativa permite comprender las circunstancias en las que tuvieron lugar los eventos narrados, en tanto que la información evaluativa da cuenta del significado que los eventos tienen para el narrador (Labov; Waletzky, 1997; Shiro, 1999). En este sentido, y en consonancia con las investigaciones antecedentes en nuestra región, la presencia de comentarios evaluativos, tanto en los eventos de simultaneidad o sucesión temporal, como en los eventos en vía muerta, también destaca la preponderancia que adquiere para estos niños la dimensión evaluativa a la hora de elaborar un relato (Alam; Rosemberg, 2016; Rodino *et al.*, 1991; Sparks *et al.*, 2013; Stein, 2015, 2016). Asimismo, aunque en menor medida, los eventos en vía muerta incluyen aclaraciones en torno a los eventos narrados. Esto se evidencia sobre todo en el grupo de los niños más pequeños (3 años), quienes incluyen en promedio una mayor cantidad de este tipo de eventos en vía muerta en comparación con los niños mayores (4 y 5 años). Este hecho puede deberse a que, frente a la dificultad para presentar la información de manera coherente (Borzzone; Rosemberg, 2000), estos niños podrían acudir a estas aclaraciones con el fin de llamar la atención sobre su interlocutor y, así, hacer más comprensible su relato. Finalmente, hemos hallado que, a mayor edad, aumenta significativamente la proporción de eventos en vía muerta que refieren a codas. Este resultado también evidencia un aumento de la destreza narrativa infantil, en tanto a medida que aumenta la edad, los niños comienzan a darle un cierre al relato mediante el cual vinculan los eventos narrados con la interacción que se estaba dando en el momento de la narración. Así, se evidencia incremento evolutivo del dominio de

recursos que permiten elaborar narraciones estructuradas de manera coherente, es decir, comprensible para un interlocutor externo (McCabe; Rollins, 1994, McCabe; Peterson 1991; 1984; Minami; McCabe, 1991; Peterson; McCabe, 1983; Zhang *et al.*, 2018).

Una limitación de este trabajo que es necesario mencionar reside en el tamaño y las características de la muestra, la cual incluye únicamente niños argentinos hispanohablantes de circunstancias socioeconómicas desfavorecidas. Por lo tanto, si bien los resultados de este estudio contribuyen a la investigación en el campo de la psicolingüística y la educación al brindar nueva evidencia sobre una población que ha sido poco estudiada, los resultados no pueden ser directamente extrapolados a otras poblaciones. En futuros trabajos, se buscará ampliar la muestra y analizar narrativas producidas por poblaciones de niños argentinos provenientes de grupos socioculturalmente diversos.

En conclusión, el presente estudio proporciona evidencia adicional acerca del discurso narrativo infantil, en particular, en relación con la coherencia causal de los relatos de experiencia personal y su desarrollo en el período comprendido entre los 3 y 5 años de edad. En su conjunto, estos hallazgos adquieren especial relevancia para el estudio de la producción narrativa infantil, sobre todo, teniendo en cuenta el papel de la narración para la configuración del pensamiento, la comunicación, la socialización y la transmisión de la cultura (Aukrust; Snow, 1998; Carmiol; Sparks, 2014; Fivush; Haden; Reese, 2006; Luo *et al.*, 2012; Nelson, 2007; Sparks *et al.*, 2013; Wortham, 2001). Asimismo, nuestros resultados aportan evidencia adicional acerca del potencial del uso heurístico con fines analíticos de una versión adaptada del Modelo en red causal de Trabasso y colaboradores (Trabasso; Secco; Van Den Broek, 1982; Trabasso; Van Den Broek; Suh, 1989; Trabasso; Sperry, 1985; Van Den Broek, 1988) en tanto instrumento que permite inferir el modo en el que los niños relacionan los eventos narrados a la hora de construir la representación mental del relato (Borzzone, 2005; Rosemberg, 1994).

Por último, y teniendo en cuenta la complejidad que presenta para los niños pequeños poder elaborar un relato coherente (Caballero *et al.*, 2020; Berman; Slobin 1994; Hess; Auza, 2013; Hudson; Shapiro 1991; Jones *et al.*, 2016; Kamiloff-Smith, 1986; Nicolopolou, 2008; Reese *et al.*, 2011), junto con el estrecho vínculo que existe entre la elaboración de relatos coherentes y estructurados y la alfabetización, específicamente, la habilidad de comprender y producir textos escritos

(Beck, 2008; Dickinson; McCabe, 1991; Pinto; Tarchi; Bigozzi, 2016; Silva; Cain, 2017; Snow *et al.*, 2007; Sparks *et al.*, 2013), consideramos que los resultados del estudio pueden constituir un valioso aporte al ámbito educativo. De esta manera, y en línea con el objetivo general de la investigación de la cual este estudio forma parte, el conocimiento en torno a la coherencia narrativa, específicamente causal, y su rol en el desarrollo narrativo infantil, puede emplearse como base para la elaboración de instrumentos de evaluación y de estrategias de intervención en el ámbito educativo.

Declaración de autorías

Ailín Franco Accinelli: idea original, revisión y edición del corpus para este estudio, construcción de la base de datos, análisis e interpretación de los resultados, escritura del artículo y edición general.

Alejandra Stein: recolección de datos y conformación del corpus, dirección del diseño del artículo, interpretación y discusión de resultados, edición general.

Celia Rosemberg: recolección de datos y conformación del corpus, interpretación y discusión de resultados, edición general.

Agradecimientos

A los colegios, a las familias y a los niños por haber colaborado con generosidad.

Al Lic. Andrés O. Porta (CIIPME-CONICET), por su asesoramiento estadístico.

Referencias

ALAM, F.; ROSEMBERG, C. ‘¡Uy, no! ¡Mirá lo que pasó!’ . Uso de recursos evaluativos en narrativas de ficción por niños pequeños de poblaciones urbano-marginadas. *Íkala Revista de lenguaje y cultura*, Medellín, v. 21, n. 3, p. 281-297, 2016. DOI: 10.17533/udea.ikala.v21n03a03z

AUKRUST, V.; SNOW, C. Narratives and explanations during mealtime conversations in Norway and the US. *Language in Society*,

Cambridge, v. 27, n. 2, p. 221-246, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0047404500019862>

BARREYRO, J. P.; MOLINARI MAROTTO, C. Generación de inferencias repositivas y elaborativas en la comprensión de textos narrativos. *Anuario de investigaciones*, Buenos Aires, v.12p. 221-225, 2005. Disponible em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1851-16862005000100022&script=sci_arttext&tlng=pt

BARREYRO, J. P.; MOLINARI MAROTTO, C. Implementación del Modelo de Red Causal en un texto narrativo en español. *Revista de Psicología*, Buenos Aires, v.9, n. 17, p. 19-31, 2013. Disponible em: <https://erevistas.uca.edu.ar/index.php/RPSI/article/view/2359>

BECK, S. Cultural variation in narrative competence and its implications for children's academic success. In: MCCABE, A; BAILEY, A.; MELZI, M. (Eds.), *Spanish-language narration and literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 332-350.

BERMAN, R.; SLOBIN, D. *Relating events in narrative: A cross-linguistic developmental study*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1994.

BLUM-KULKA, S. "You gotta know how to tell a story": Telling, tales, and tellers in American and Israeli narrative events at dinner. *Language in Society*, Cambridge, v. 22, n. 3, p. 361-402, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0047404500017280>

BOCAZ, A. Comprensión de la estructura narrativa de la gramática de las historias: Estudio preliminar. *Revista de Lingüística Teórica y Aplicada*, Concepción, v. 24, p. 63-79, 1986.

BORZONE, A. La lectura de cuentos en el jardín infantil: un medio para el desarrollo de estrategias cognitivas y lingüísticas. *Psykhé*, Santiago, v. 14, n.1, p. 192-209. 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22282005000100015>

BORZONE, A.; ROSEMBERG, C. ¿Qué aprenden los niños cuando aprenden a hablar? Desarrollo lingüístico y cognitivo en los primeros años. Buenos Aires: Aique, 2000.

BRUNER, J. *El habla del niño*. Barcelona: Paidós, 1986.

CABALLERO, M.; APARICI, M.; MÓNICA, S. T.; HERMAN, R.; JONES, A.; MORGAN, G. "El nen s' ha menjat una aranya": The

development of narratives in Catalan speaking children. *Journal of child language*, Cambridge v. 47, n. 5, p. 1030-1051, 2020. DOI: 10.1017/S0305000920000057.

CARMIOL, A. M.; SPARKS, A. Narrative development across cultural contexts. In MATTHEWS, D. (ed.). *Pragmatic development in first language acquisition*, Amsterdam: John Benjamins, 2014, p. 279-296. *Journal of child language*, Cambridge, v. 47, n. 5, p. 1030-1051, 2020. DOI: doi:10.1017/S0305000920000057.

CONSEJO NACIONAL DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS Y TÉCNICAS. (2006). Lineamientos para el comportamiento ético en las Ciencias Sociales y Humanidades, Resolución 57/06. Disponible em: <https://www.conicet.gov.ar/wp-content/uploads/RD-20061211-2857.pdf>

CRESWELL, J. *Research designs: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. California: Sage, 2009.

DICKINSON, D.; MCCABE, A. A social interactionist account of language and literacy development. In KAVANAUGH, J. (ed.). *The language continuum*. Parkton: York Press, 1991, p. 1-40.

DÍEZ ITZA, E.; SNOW, C. E.; MACWHINNEY, B. La metodología RETAMHE y el proyecto CHILDES: breviarío para la codificación y análisis del lenguaje infantil. *Psicothema*, Cambridge, v. 11, n. 3, p. 517-530, 1999. Disponible em: <https://dash.lib.harvard.edu/bitstream/handle/1/34785391/Psicothema.1999.11.3.517-30.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

EISENBERG, A. Learning to describe past experiences in conversation. *Discourse processes*, Cambridge, v. 8, n.2, p. 177-204, 1985. DOI: <https://doi.org/10.1080/01638538509544613>

FERRARI, S. L. P.; CRIBARI-NETO, F. Beta regression for modeling rates and proportions. *Journal of Applied Statistics*, London, v. 31, n. 7, p. 799-815, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/0266476042000214501>

FIVUSH, R. The social construction of personal narratives. *Merril-Palmer Quarterly*, Michigan, v. 37, n.1, p. 59-82, 1991. <https://www.jstor.org/stable/23087339>

FIVUSH, R.; HADEN, C. A.; REESE, E. Elaborating on elaborations: Role of maternal reminiscing style in cognitive and socioemotional

development. *Child development*, Michigan, v. 77, n. 6, p. 1568-1588, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2006.00960.x>

FIVUSH, R.; NELSON, K. Parent-child reminiscing locates the self in the past. *British Journal of Developmental Psychology*, Bangor, v. 24, n.1, p. 235-251, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1348/026151005X57747>

FRANCO ACCINELLI, A.; STEIN, A.; ROSEMBERG, C. R. La coherencia causal en relatos infantiles de experiencia personal. Un estudio con niños argentinos hablantes de español. *Texts in Process*, v. 8, n. 1, p. 60-88, 2022. DOI: https://doi.org/10.17710/tep.2022.8.1.4franco_stein_rosemborg.

GALVÁN REYES, Z.; MENDIVELSO MOGOLLÓN, M.; BETANCOURT CÓRDOBA, Y. La estructura narrativa en el discurso infantil: un enfoque psicosociolingüístico. *Lingüística y Literatura*, Medellín, v. 68,, p. 37-56, 2015. DOI: <https://doi.org/10.17533/udea.lyl.n68a02>.

GILLAM, R.; PEÑA, E.; MILLER, L. Dynamic assessment of narrative and expository discourse. *Topics on language disorders*, Chicago, v. 20, n.1, p. 33-47, 1999. https://journals.lww.com/topicsinlanguagedisorders/abstract/1999/11000/dynamic_assessment_of_narrative_and_expository.5.aspx.

GUTIERREZ-CLELLEN, V.; IGLESIAS, A. Causal coherence in the oral narratives of Spanish-speaking children. *Journal of Speech, Language, and Hearing Research*, Rockville, v. 35, n.2, p. 363-372, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1044/jshr.3502.363>

GUTIÉRREZ-CLELLEN, V.; IGLESIAS, A. Issues in the assessment of narratives: A crosscultural perspective. En ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN SPEECH-LANGUAGE-HEARING ASSOCIATION, 1989, St. Louis.

HESS, K.; AUZA, A. Las narraciones como una ventana para mirar el lenguaje y la cognición de los niños. In: AUZA, A.; HESS, K. (eds.) *¿Qué me cuentas? Narraciones y desarrollo lingüístico en niños hispanohablantes*, México, Ediciones De Laurel, 2013, p. 7-24.

HUDSON, J.; SHAPIRO, L. From knowing to telling: The development of children's scripts, stories and personal narratives. In: MCCABE, A.; PETERSON, C. (eds.), *Developing narrative structure*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1991, p. 89-136.

JONES, A.; TOSCANO, E.; BOTTING, N.; ATKINSON, J.; DENMARK, T.; HERMAN, R.; MORGAN, G. Narrative skills in deaf children who use spoken English: Dissociations between macro and microstructural devices. *Research in developmental disabilities*, London, v. 59 , p. 268-282, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2016.09.010>

KAMILOFF-SMITH, A. Some fundamental aspects of language development after age 5. In: FLETCHER, P; GARMAN, M. (eds.) *Language acquisition: studies in first language development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 455-474.

KEMPER, S. Inferential complexity and the readability of texts. In: DAVISON, A.; GREEN, G. (eds.), *Linguistic complexity and text comprehension*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1988, p. 141-165.

LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative analysis: Oral versions of personal experience. *Journal of Narrative of Life and History*, New Jersey, v. 7, n. 3, p. 3-38, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1075/jnlh.7.02nar>

LUO, Y. H.; SNOW, C. E.; CHANG, C. Mother-child talk during joint book reading in low-income American and Taiwanese families. *First Language*, London, v. 32, n. 4, p. 494-511, 2012. DOI: 10.1177/0142723711422631

MACKIE, J. *The cement of the universe*. New York: Clarendon Press, 1974.

MACWHINNEY, B. *The CHILDES Project: Tools for analyzing talk*. 3. ed. London: Psychology Press, 2000.

MCCABE, A. Developmental and cross-cultural aspects of children's narration. In: BAMBERG, M.G.E (ed.) *Narrative development: Six approaches*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1997, p. 137-174.

MCCABE, A.; PETERSON, C. What makes a good story. *Journal of Psycholinguistic Research*, New York, v. 13, n. 6, p. 457-480, 1984. DOI:10.1055/s-2000-13196

MCCABE, A.; ROLLINS, P. Assessment of Preschool Narrative Skills. *American Journal of Speech-Language Pathology*, Cambridge, v. 3, n.1, p. 45-56, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1044/1058-0360.0301.45>

MCCABE, A.; PETERSON, C. Linking children's connective use and narrative macrostructure. In: MCCABE, A.; PETERSON, C. (eds.) *Developing narrative structure*, Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1991, p. 29-54.

MELZI, G. Cultural variations in the construction of personal narratives: Central American and European American mothers' elicitation styles. *Discourse Processes*, London, v. 30, n. 2, p. 153–177, 2000. DOI: https://doi.org/10.1207/S15326950DP3002_04

MICHAELS, S. Presentaciones narrativas: una preparación oral para la alfabetización con alumnos de primer curso. In: COOK-GUMPERZ, J. (Comp.) *La construcción social de la alfabetización*, Barcelona: Paidós, 1988, p. 109-136.

MILLER, P.; SPERRY, L. Early talk about the past: The origins of conversational stories of personal experience. *Journal of child language*, Cambridge, v. 15, n. 2, p. 293-315, 1988. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0305000900012381>.

MINAMI, M.; MCCABE, A. Haiku as a discourse regulation device: a stanza analysis of Japanese children's personal narratives. *Language in Society*, Cambridge, v.20, p. 577–99, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0047404500016730>.

MONFORTE, M.; CEBALLOS, I. Modelo de análisis de estructuras narrativas infantiles en niños de 3-4 años. *Didáctica. Lengua y Literatura*, Madrid, v. 26, p. 329-360, 2014. DOI: https://doi.org/10.5209/rev_DIDA.2014.v26.46843.

NELSON, K. *Language in cognitive development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1017/cbo9781139174619>

NELSON, K. *Narratives from the crib*. London: Harvard University Press, 1989.

NELSON, K. *Young minds in social worlds. Experience, meaning and memory*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

NICOLOPOULOU, A. The elementary forms of narrative coherence in young children's storytelling. *Narrative Inquiry*, Hillsdale, v.18, n.2, p. 299-325, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1075/ni.18.2.07nic>

NINIO, A.; SNOW, C. *Pragmatic development*. New York: Westview Press, 1996.

PAVEZ, M.; COLOMA, C.; GONZÁLEZ, P. Discurso narrativo y desempeño gramatical en niños con Trastorno Específico del Lenguaje.

Revista de logopedia, foniatría y audiológia, Barcelona, v. 21, n. 3, p. 124-130, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0214-4603\(01\)76197-9](https://doi.org/10.1016/S0214-4603(01)76197-9)

PETERSON, C.; MCCABE, A. *Developmental psycholinguistics: Three ways of looking at a child's narrative*. New York: Plenum, 1983.

PINTO, G.; TARCHI, C.; BIGOZZI, L. Development in narrative competences from oral to written stories in five- to seven-year-old children. *Early Childhood Research Quarterly*, Washington, v. 36, p. 1-10, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecresq.2015.12.001>.

R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing* (Versión 4.3.0) [Computer Software]. The R Project for Statistical Computing, 2017. Disponível em: <https://www.r-project.org/>. Acesso em: 17/01/2023.

REESE, E., HADEN, C.; BAKER-WARD, L.; BAUER, P.; FIVUSH, R.; ORNSTEIN, P. Coherence of personal narratives across the lifespan: A multidimensional model and coding method. *Journal of cognition and development*, Victoria, v. 12, n.4, p. 424-462, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/15248372.2011.587854>.

REESE, E.; SUGGATE, S.; LONG, J.; SCHAUGHENCY, E. Children's oral narrative and reading skills in the first 3 years of reading instruction. *Reading and Writing*, Waynesville, v. 23, p. 627-644, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11145-009-9175-9>

RODINO, A.; GIMBERT, C.; PÉREZ, C.; MCCABE, A. Getting your point across: Contrastive sequencing in low-income African-American and Latinochildren's personal narratives. In: 16TH ANNUAL BOSTON UNIVERSITY CONFERENCE ON LANGUAGE DEVELOPMENT, Boston, 1991.

ROSEMBERG, C. Representaciones mentales y estrategias en el establecimiento durante el proceso de comprensión de historias: un estudio evolutivo. *Lenguas Modernas*, Santiago de Chile, v. 21, p. 95-123, 1994. Disponível em: <https://lenguasmodernas.uchile.cl/index.php/LM/article/view/45594>.

ROSEMBERG, C., SIGNORINI, A.; BORZONE, A. M. La causalidad en las narraciones: su incidencia en la comprensión. RLA. *Revista de lingüística teórica y aplicada*, Concepción, v. 31, , p. 101-118, 1993.

https://www.researchgate.net/publication/311824053_La_causalidad_en las narraciones_Su incidenc ia en la compren sion.

ROSEMBERG, C.; SILVA, M.L.; STEIN, A. Narrativas infantiles en contexto: Un estudio en hogares de barrios urbano-marginados de Buenos Aires. *Revista del IICE-UBA*. Buenos Aires, v. 28, p. 135-154, 2010. <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/99108>.

ROSEMBERG, C. R.; STEIN, A.; ALAM, F.; MIGDALEK, M. (Corpus: Narraciones de experiencia personal en niños y niñas de poblaciones urbano-marginadas del AMBA. CIIPME – CONICET, 2015-2016.

ROSEMBERG, C.; MENTI, A.; STEIN, A.; ALAM, F.; MIGDALEK, M. Vocabulario, narración y argumentación en los primeros años de la infancia y la niñez. Una revisión de investigaciones. *Revista costarricense de psicología*. San José, v. 35, n. 2, p. 74-93, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.22544/rcps.v35i02.05>.

SAH, W.; TORNG, P. Narrative coherence of Mandarin-speaking children with high-functioning autism spectrum disorder: An investigation into causal relations. *First Language*, London, v. 35, n.3, p. 189-212, 2015. DOI: 10.1177/0142723715584227

SHAPIRO, L.R.; HUDSON, J. Tell me a make-believe story: Coherence and cohesion in young children's picture-elicited narratives. *Developmental Psychology*, Washington, v. 27, p. 960-974, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1037/0012-1649.27.6.960>

SHIRO, M. Echar el cuento: hacia un perfil de las destrezas narrativas orales en niños caraqueños. *Lenguas modernas*, Santiago, v. 26-27, p. 135-167, 1999. Disponible em: <https://go.gale.com/ps/i.do?id=GALE%7CA104670924&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=abs&isn=07160542&p=IFME&sw=w&userGroupName=anon%7E64729aaf&aty=open-web-entry>

SHIRO, M. Y entonces le dijo la representación del habla en las narraciones de niños venezolanos. *Boletín de Linguística*, Caracas, v. 24, n. 37-38, p. 119-143, 2012. Disponible em: https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-97092012000100006

SILVA, M.; CAIN, K. The use of questions to scaffold narrative coherence and cohesion. *Journal of Research in Reading*, Leicester, v. 42, n. 1, p. 1-17, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9817.12129>

SILVA, M.; MCCABE, A. Vignettes of the continuous and family ties: Some Latino American traditions. In: MCCABE, A. (ed.), *Chameleon readers: Teaching children to appreciate all kinds of good stories*. New York: McGraw-Hill, 1996, p. 116-136.

SMITHSON, M.; VERKUILEN, J. A better lemon squeezer? Maximum-likelihood regression with beta-distributed dependent variables. *Psychological Methods*, Washington, v. 11, n. 1, p. 54-71, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1037/1082-989X.11.1.54>

SNOW, C. E.; PORCHE, M. V.; TABORS, P.; HARRIS, S. *Is Literacy Enough? Pathways to Academic Success for Adolescents*. Baltimore: Brookes, 2007.

SPARKS, A.; CARMIOLO, A. M.; RÍOS, M. High point narrative structure in mother-child conversations about the past and children's emergent literacy skills in Costa Rica. *Actualidades en Psicología*, San José, v. 27, n. 115, p. 93-111, 2013. DOI: <https://doi.org/10.15517/ap.v27i115.9868>

STEIN, A. La construcción de la temporalidad en conversaciones en torno a eventos pasados y futuros. Un estudio longitudinal durante los años preescolares. In IV ENCUENTRO DE INVESTIGADORES EN DESARROLLO Y APRENDIZAJE, La Plata, Buenos Aires, Argentina, 2016.

STEIN, A. Narrativas compartidas en el hogar. Un estudio longitudinal de la estructura y el lenguaje evaluativo. *Interdisciplinaria*, Buenos Aires, v. 32, n. 1, p. 51-71, 2015. Disponible em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S166870272015000100003&script=sci_arttext&tlng=enm

STRASSER, K.; LARRAÍN, A.; LÓPEZ DE LÉRIDA, S.; LISSI, M. La Comprensión Narrativa en Edad Preescolar: Un Instrumento para su Medición. *Psykhé*, Santiago, v. 19, n. 1, p. 75-87, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22282010000100006>

STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Basics of qualitative research. Techniques and procedures for developing grounded theory*. 4 ed. California: Sage Publications, 1990.

TAVERNA, A.; PERALTA, O. Dificultades de aprendizaje. Evaluación dinámica como herramienta diagnóstica. *Revista Intercontinental de Psicología y Educación*, Ciudad de México, v. 11, n.2, p. 113-139, 2009. Disponible em: <https://www.redalyc.org/pdf/802/80212414008.pdf>.

THORNTON, E.; MATTHEWS, D.; PATALAY, P.; BANNARD, C. *Tracking the relation between different dimensions of socio-economic circumstance and vocabulary across developmental and historical time*, Manuscripto 2021. DOI: <https://doi.org/10.31234/osf.io/bu3px>

TRABASSO, T. The development of coherence in narratives by understanding intentional action. *Advances in psychology*, Cambridge, v. 79, p. 297-314, 1991. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0166-4115\(08\)61559-9](https://doi.org/10.1016/S0166-4115(08)61559-9)

TRABASSO, T.; NICKELS, M. The development of goal plans of action in the narration of a picture story. *Discourse processes*, London, v. 15, n. 3, p. 249-275, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1080/01638539209544812>

TRABASSO, T.; SPERRY, L. Causal relatedness and importance of story events. *Journal of Memory and Language*, Amherst, v. 24, n.5, p. 595-611, 1985. DOI: [https://doi.org/10.1016/0749-596X\(85\)90048-8](https://doi.org/10.1016/0749-596X(85)90048-8)

TRABASSO, T.; SECCO, P.; VAN DEN BROEK, P. Causal cohesion and story coherence. In: MANDL, H.; STEIN, N.; TRABASSO, T. (eds.) *Learning and comprehension of text*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1982, p. 83-10.

TRABASSO, T.; VAN DEN BROEK, P.; SUH, S. Logical necessity and transitivity of causal relations in stories. *Discourse Processes*, London, v.12, n.1, p. 1-25, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1080/01638538909544717>

UCCELLI, P. Beyond chronicity: Evaluation and temporality in Spanish-speaking children's personal narratives. In: MCCABE, A.; BAILEY, A.; MELZI, G. (eds.), *Spanish language narration and literacy development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p.175-212.

VAN DEN BROEK, P. The causal inference maker: Towards a process model of inference generation in text comprehension. In: BALOTA, D.A.; FLORES D'ARCAIS, G.B.; RAYNER, K. (eds) *Comprehension processes in reading*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1990, p. 423-445.

VAN DEN BROEK, P. The effects of causal relations and hierarchical position on the importance of story statements. *Journal of Memory and Language*, Amherst, v. 2, n.1, p. 1-22, 1988. DOI: [https://doi.org/10.1016/0749-596X\(88\)90045-9](https://doi.org/10.1016/0749-596X(88)90045-9).

VAN DEN BROEK, P.; LORCH, R. F. Network representations of causal relations in memory for narrative texts: Evidence from primed recognition. *Discourse processes*, London, v. 16, n.1-2, p.75-98, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1080/01638539309544830>.

VYGOTSKY, L. *Pensamiento y lenguaje*. Buenos Aires: Lautaro, 1964.

WORTHAM, S. *Narratives in action*. New York: Teachers College Press, 2001.

ZHANG, F.; MCCABE, A.; YE, J.; WANG, Y.; LI, X. A developmental study of the narrative components and patterns of Chinese children aged 3–6 years. *Journal of Psycholinguistic Research*, New York, v. 48, n. 2, 477-500, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10936-018-9614-3>.



Systematic Review of Studies on Rhetorical Structure Theory (RST)

Revisão sistemática de estudos sobre Rhetorical Structure Theory (RST)

Jackson Wilke da Cruz Souza

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Camaçari, Bahia / Brasil

jackercruzsouza@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1881-6780>

Paula Christina Figueira Cardoso

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará / Brasil

paulastm@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3621-8960>

Roana Rodrigues

Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe / Brasil

roana@academico.ufs.br

<https://orcid.org/0000-0002-7748-8716>

Abstract: This paper presents a systematic review of studies published between 2010 and 2022 couched within the theoretical-methodological framework of Rhetorical Structure Theory (RST). Using “Publish or Perish” software, we extracted from Web 760 works related to RST and, considering the number of citations, we analyzed the first 100 results that were organized and described based on their abstracts. For didactic purposes, we classified these studies into the following criteria: (i) works that couldn’t be analyzed due to accessibility issues; (ii) works focusing on theorization and the description of various linguistic phenomena; (iii) studies using *corpus* creation and exploration; and (iv) investigations on computational applications in Natural Language Processing (NLP). In addition, among the data collected, we conducted a brief analysis of RST works developed by Brazilian researchers. As a result, we present an overview of RST studies in the last decade, allowing for the creation of research programs that consider the projects already developed and the advances of the area in Brazil and worldwide.

Keywords: RST; discourse; coherence relations; natural language processing.

Resumo: Este artigo apresenta uma proposta de revisão sistemática de trabalhos publicados entre 2010 e 2022 que têm como base teórico-metodológica a Teoria da Estrutura Retórica, mais comumente nomeada RST (*Rhetorical Structure Theory*). Utilizando a ferramenta “Publish or Perish”, foram extraídos da *Web* 760 artigos relacionados com RST. Considerando o número de citações, os 100 primeiros resultados foram analisados, organizados e descritos com base em seus resumos. Para fins didáticos, optou-se por classificar tais estudos em: (i) trabalhos não analisados, devido a alguma impossibilidade de acesso; (ii) trabalhos em RST com foco em teorização e na descrição de variados fenômenos linguísticos; (iii) trabalhos em RST com uso de compilação e exploração de *corpus*; e (iv) trabalhos em RST e aplicações computacionais, na área de Processamento de Língua Natural (PLN). Além disso, dentre os dados levantados, realizou-se uma breve análise de trabalhos em RST desenvolvidos por pesquisadores brasileiros. Como resultado, é possível ter acesso a um panorama dos estudos da área na última década, possibilitando a criação de programas de investigação, levando em consideração os projetos já desenvolvidos no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: RST; discurso; relações de coerência; processamento de línguas naturais.

Recebido em 10 de abril de 2023.

Aceito em 24 de novembro de 2023.

1 Introduction

The relationships established between the elements within a text for the construction of meaning are quite complex, even for human interpretation. Therefore, the annotation and processing of discourse data is seen as a significant challenge for linguistic description and Natural Language Processing (NLP), also known as Computational Linguistics, an area dedicated, roughly speaking, to the creation of computing resources that can understand, interpret and manipulate human language.

Among the various proposals for describing the rhetorical relations - or coherence relations - established in a text, the contributions of Rhetorical Structure Theory (RST) stand out, a theory initially proposed by William Mann and Sandra Thompson, in the late 1980s. According to Hirata-Vale and Oliveira (2014), RST forms a part of the so-called North American West Coast Functionalism, which understands language as a flexible system, molded in and by use. Unlike other functionalist

approaches, RST does not work at the complex clauses level, but at the discourse level, investigating the explicit and implicit propositional contents between parts of the text to construct and interpret coherent and cohesive discourses. The authors also point out that the theory is used both in descriptive linguistic works and in research of NLP.

Thus, considering the relevance of the theory for linguistic and computational studies, we present an overview of works based on RST in the 21st century, specifically scientific investigations carried out under this theoretical basis published between 2010 and 2022¹. This paper is the result of discussions carried out within an interinstitutional research project dedicated to analyzing rhetorical relations in Brazilian Portuguese (BP) under the theoretical assumptions of RST. In order to establish an agenda for the group's investigative actions, it seemed prudent to carry out, initially, a systematic survey of RST work in the world.

Therefore, this paper outlines the steps we took to conduct a systematic review of RST, structured as follows: in Section 2, we present the theoretical-methodological foundations of RST. Section 3 states the methodology we employed to survey RST research conducted in the past decade. In Section 4, we examine the primary subjects and research findings in the field. Finally, we offer concluding remarks and outline future research directions within the scope of this research project.

2 Rhetorical Structure Theory

RST was developed in the 1980s at the University of Southern California, in the United States, by a group of researchers interested in Natural Language Generation. According to Taboada and Mann (2006), initially RST aimed at developing a model that to guide computational text generation, however, it was adopted by researchers from diverse areas and for different purposes, such as teaching, description, and NLP, helping in the better understanding of the text and in the proposal of a conceptual structure of the coherence relations.

For RST, the minimal element of the analysis are the units, which are close to the concept of clauses used in traditional BP grammars.

¹ This temporal cut was mainly made considering the contributions of Taboada and Mann (2006), which is also of bibliographical nature, and presents the main RST research from its inception until that moment.

Units are constituted by nucleus (N), the most important part; and satellite (S), which, despite playing a secondary role, in some cases, can contribute to a better understanding of the N. Each rhetorical relation is defined in terms of four fields: constraints on the N; constraints on the S; constraints on the combination of N and S; and effect (achieved on the text receiver). Relations composed of one nucleus and one satellite are named mononuclear relations. On the other hand, in multinuclear relations, two or more nuclei participate and have the same importance. The relationships are traditionally structured in a tree-like form.

The RST taxonomy is flexible, resulting in different numbers of coherence relations based on the particular project and the language being studied. However, Taboada and Mann (2006) warn about cases of an increase in the number of relations, as having too many possibilities for classification results in greater difficulty in manually analyzing texts. There are different taxonomic proposals for RST relationships, such as the one made by Mann and Thompson (1987), who proposed 24 coherence relations. These two proposals were based on analyses of English texts. For BP, we can mention the contributions of Pardo (2005), who presented 32 coherence relations². In (1), there is an example of *Explanation* relation, taken from Pardo (2005, p. 169):

- (1) [and the readability index is calculated,] [*that is*, an indicator of difficulty in understanding the text.]³

In Example (1), the *Explanation* relation is characterized by an N (*and the readability index is calculated*) that presents an event or situation; and an S (*that is, an indicator of difficulty in understanding the text*) with no filling restrictions. From the N+S relation, it is established that S explains how and/or why the event or situation presented in N occurs or came to occur. This relationship causes the effect in the reader of

² Coherence relations in Brazilian Portuguese, according to Pardo (2005): antithesis, attribution, background, circumstance, comparison, concession, conclusion, condition, contrast, elaboration, enablement, evaluation, evidence, explanation, interpretation, joint, justify, list, means, motivation, non-volitional cause, non-volitional result, otherwise, parenthetical, purpose, restatement, same-unit, sequence, solutionhood, summary, volitional cause and volitional result.

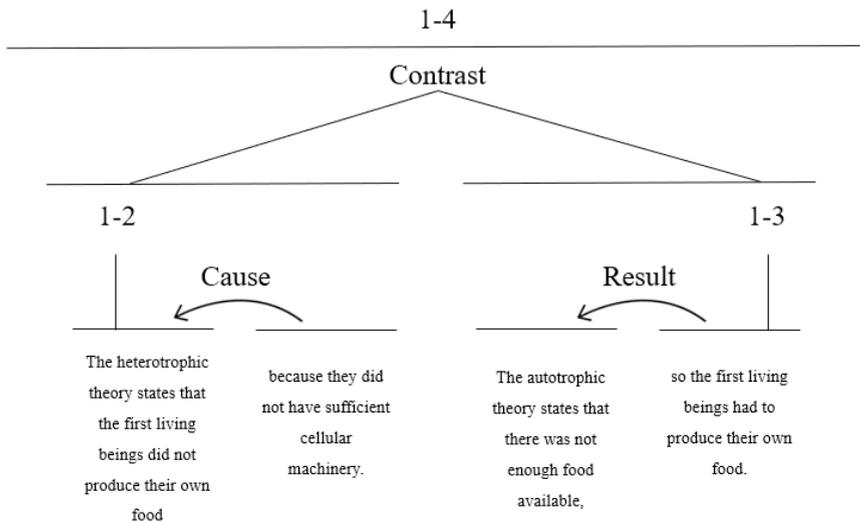
³ The original text in Portuguese by Pardo (2005, p. 169) is: “[e é calculado o índice de legibilidade,] [isto é, um indicador de dificuldade de entendimento do texto.]”.

recognizing that S is the reason for N or that S explains how N occurs. Still in (1), the discourse marker (*that is*) is the textual signal of *Explanation*.

While the provided example showcases an over connective, which enhances the comprehension and categorization of the rhetorical relations (coherence relation), Antonio (2017, p. 105) stipulates that these relations are rooted in semantics rather than form. This semantic foundation allows for their establishment and interpretation autonomously, irrespective of the presence of the explicit connective markers. Hence, there is a need for a study of other signals, beyond explicit discourse markers, to adequately describe and annotate rhetorical relations. These signals may include punctuation marks, phonological elements such as intonation, morphosyntactic features like verb tense, semantic elements such as the interplay between states-of-affairs, cognitive factors such as the activation of referents from a global cognitive model, among others (Antonio, 2017; Das; Taboada, 2018).

In Figure 1, based on Antonio (2017, p. 105) and translated from the original language - Portuguese, the *Contrast* relationship is observed even without the existence of an explicit discourse marker in the text is illustrated:

Figure 1 – Example of RST relations



Source: Antonio (2017, p. 88).

As Antonio (2017) explains in Figure 1⁴, the Contrast relation is primarily due to the morphological markers of the morphemes *hetero* and *auto* in the lexemes heterotrophic and autotrophic. In essence, RST is a descriptive theory that employs selective, structured forms to provide explicit representations of a text's coherence and organization. Its structure facilitates the development of rigorously annotated corpora. This theory contributes significantly to various NLP applications, including automatic summarization, anaphora resolution, automatic translation, polarity classification of sentences in opinion blogs, and more (Cardoso, 2014, p. 37-38). According to Taboada and Mann (2006), we can categorize the diverse applications of RST into four major domains, which include:

- RST and NLP: parsing, summarization, argument evaluation, automatic translation, essay evaluation, among others.
- RST and cross-linguistic studies: study of different languages, making comparisons and cross-linguistic generalizations.
- RST and dialogue and multimedia: studies that totally (or partially) use RST to describe the relationships established in more “dynamic” phenomena, such as dialogical interactions and multimedia environments (textual formatting, hypertexts, text and video, text and figures, text, and gestures, etc.).
- RST and discourse analysis, argumentation, and writing: RST is used to describe and understand the structure of texts, as well as its relationship with other phenomena such as anaphora and cohesion. Thus, in this category, there are studies based on RST for the elaboration of discourse analysis, studies of argumentation and the analysis and teaching of writing.

To examine the evolution of RST in the 21st century, the following sections will present the methodology and data analysis of studies conducted on RST over the last decade. As already explained, this type of investigation carried out in a systematic way helps to establish

⁴ The original text in Portuguese by Antonio (2017, p. 86) is: “[A teoria heterotrófica diz que os primeiros seres vivos não produziam seu próprio alimento] [porque não tinham uma maquinaria celular suficiente.] [A teoria autotrófica diz que não havia alimento suficiente], [daí os primeiros seres vivos tiveram que produzir seu próprio alimento.]”.

an overview of research projects for other languages and, mainly, for BP, which contributes to the delimitation of the state-of-the-art and for possible directions for investigations in the area.

3 Methodology

This investigation is characterized by conducting a thorough bibliographical review. According to Gil (2002), this type of research is based on previously elaborated materials, primarily books and scientific papers. For this purpose, the author categorizes the bibliographic sources into three types: books (as reference reading), periodical publications (including academic journals and magazines), and various printed materials. Cervo, Bervian, and Silva (2007) emphasize that bibliographical research can be considered a fundamental component of all scientific studies, but it can also stand alone as an independent research method.

In addition to bibliographical research, a bibliometric approach has been employed as a methodological strategy in this study. This approach involves extracting metrics to assess the pertinence and relevance of the works analyzed. Moreira, Guimarães, and Tsunoda (2020) highlight several possibilities in bibliometric studies, including: (i) identifying current advancements in specific knowledge areas; (ii) providing a comprehensive basis for evaluating scientific publications; and (iii) assessing academic production. Additionally, the authors emphasize the ability of bibliometrics to uncover specific perspectives within a scientific field or knowledge domain by examining the individuals and institutions involved in the research or the applications derived from the studies.

Zupic and Čater (2015) highlight the procedures adopted in bibliometric studies. The authors point out the need to define a research question; select appropriate bibliometric methods; choose the bibliometric methods used to answer such a question; select the database; use bibliometric software; and decide which visualization method to use to represent the findings generated from the chosen tool.

Moreira, Guimarães and Tsunoda (2020) analyzed several bibliometric software, and among them, we chose to use Publish or Perish (Harzing, 2007) in this work. According to the authors, although Publish or Perish software has more limitations regarding the visualization of retrieved bibliometric data, it is possible to analyze a series of databases in the same search. This criterion justifies our choice for this software

because in previous tests, it analyzed only databases separately (such as Scopus and Web of Science), failing to consider studies in relevant repositories for NLP, such as the Association for Computational Linguistics (ACL) Anthology⁵.

We used two essential search criteria in the tool: search term (“Rhetorical Structure Theory”)⁶ and publication year of the work (from 2010 to 2022), resulting in 760 occurrences. In the quantitative analysis, we examined the 100 studies that presented five or more citations, representing, at first, a greater circulation among RST specialists and researchers. The results obtained from the software were organized in a table in .xls format. For this research, we observed the following data: (i) Number of citations, (ii) Authors, (iii) Title of the work, (iv) Year of publication, and (v) Source. We manually included Language, Study Area, and Application (where applicable) in the analysis.

We divided the set of 100 academic works among three researchers and classified them into four categories, initially based on the classification by Taboada and Mann (2006) and according to the identification of specificities between the works. As a result, we identified that 23 papers only mentioned RST but did not have it as their main focus of study and/or needed free access, leading them to be disregarded in this research. In the next section, we present the classification of studies, their themes and impacts.

Despite the significance and contributions of many studies, including those in the Portuguese language, there are several hypotheses that justify why they were not systematically cited throughout our study: (i) the ACL-Anthology is not considered an scientific indexed database, which may lead to works not being retrieved by databases; (ii) even though there is a clear scientific contribution in many investigations, they did not reach the citation threshold we set for our analysis; (iii) as

⁵ We recognize the relevance of repositories in the NLP field, such as the ACL Anthology (<https://aclanthology.org>), and the website dedicated to RST studies worldwide (<https://www.sfu.ca/rst/index.html>), which contains manuals, resources, tools, and bibliographies in the field. However, it is important to emphasize that this research only described the works that emerged as a result of the bibliometric research conducted, following the described methodological procedures. Web pages accessed in December 2022.

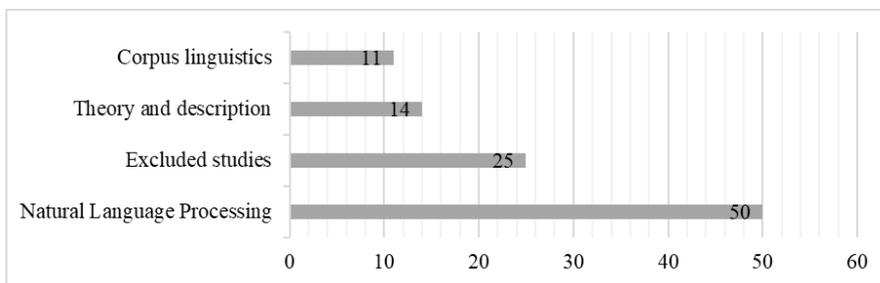
⁶ The only search term used was “Rhetorical Structure Theory,” as there was no significant difference in the results when combined with related terms such as “discourse” or the acronym “RST.”

we used the Google database, we measured the impact factor of works using the H-5 index, which resulted in recent works published in the last five years were less prevalent in our analysis.

4 Bibliometric Analyses

We proceeded to the effective analysis of their themes and contents, based mainly on the data described in their abstracts. The findings refer to data collected in October 2022, with studies published until June of the same year. Figure 2 shows the distribution of studies based on the areas identified in this investigation.

Figure 2 – Distribution of works by area



Source: Prepared by the authors.

Figure 2 organizes the works into four areas. In Theory and description, we group studies that characterize and identify RST relations, in addition to research that recovers what the literature proposes as a theory for the model. In *Corpus Linguistics*, we organized works that explore, compile and/or annotate linguistic corpora according to the RST model. In Natural Language Processing, we selected studies that approach RST from computational applications. Finally, in Excluded studies, we point out the works in which it was impossible to have access or only mentioned RST, without being the focus of the research.

It is important to emphasize that, although we have organized the studies in these categories, many of them move between areas - or can contribute with discussions to other categories. The main discussions and contributions of these studies will be presented in the next sections.

4.1 RST and Theoretical and Descriptive Works

The works presented in this section emphasize RST guidelines for computational applications and/or present descriptions of different natural language phenomena with this theory as a basis. Fourteen works were analyzed, all written in English, although their content involves the description of other natural languages, individually or based on contrastive studies (German, Arabic, Basque, Spanish, and English).

The three theoretical studies listed here conduct a bibliographic survey of the area of automatic summarization (Alami *et al.*, 2015) and automatic identification of fake news (Conroy, Rubin, Chen, 2015; Oshikawa, Qian, Wang, 2020). Although they have different topics, they present RST as a foundational theory for the mentioned descriptive-computational endeavors, which are contemporary threads and concerns for NLP.

On the other hand, studies that propose descriptions and analysis based on RST have different objects of study, classified into three topics, as follows:

- a) Identification and analysis of coherence relations: Das and Taboada (2013) claim that, until the time of the publication of their work, research on RST focused on analyzing only discourse markers as signs of coherence relations, considering that any other interpretation would be understood as an implicit relation - not explicit. Their study, however, goes against the grain of these works in giving visibility to other signs (morphology, lexical, syntax, semantic, graphical, etc) for the interpretation of relation. In the same direction, we can mention the contributions of Jasinskaja and Karagjosova (2020). Although the authors propose a predominantly theoretical work, they understand that coherence relations go beyond analyzing discourse markers and anaphoric phenomena, contemplating discussing the different classes of relations that aim to establish discourse coherence. The study of coherence relations can also contribute to understanding other language phenomena, as exemplified by the investigations of Matthiessen (2015) and Matthiessen and Teruya (2015), who, based on RST, analyze the semantic organization of texts in English from different linguistic registers.

- b) Analysis of coherence relations in different genres: In addition to discussing the rhetorical relations themselves, some investigations highlight the particularities of these relations considering specific documents and textual genres, as in the work of Taboada and Habel (2013), who discuss coherence relations in multimodal documents (which present textual and visual elements); the research of Peldszus and Stede (2013, 2016), which consider coherence relations and the construction of arguments in a *corpus* of short micro texts; the analyzes by Abrahamson and Rubin (2012), which compare lay (consumer) and professional (physician) discourse structures in answers to health questions; and Green's (2010) work that presents a study of argument presentation in a biomedical *corpus* within the framework of RST.
- c) Comparative analysis of coherence relations: The comparative studies discussed here refer to establishment of coherence relations in texts of different languages. Da Cunha and Iruskietia (2010) propose a contrastive study of rhetorical structures in a parallel *corpus* of medical texts in Spanish and Basque. The results indicate that, in translation processes, the rhetorical structure needs to be considered as much as the syntactic structure. Discrepancies between the choices of coherence relations were also visible in the investigation by Taft *et al.* (2011). The authors analyze texts written in English by native and foreign speakers (Chinese and Spanish speakers) and conclude that rhetorical achievements and preferences are different according to the mother tongue of each research participant.

The works seem to elucidate the interests related to RST in recent years, as follows: (i) the development of resources for NLP; (ii) the identification and detailed analysis of coherence relations in one or between languages; and/or (iii) the study of the signal markers (which go beyond of the already well-studied discourse markers) that trigger rhetorical interpretations.

4.2 RST and *Corpus* Linguistics

In recent decades, *Corpus* Linguistics has witnessed significant advances. Historically, *corpus* annotation had been predominantly confined to the domains of morphology, syntax and semantics. However, in the last 20 years, there has been a notable expansion into discourse-

level annotation; not without enormous efforts. Prominent exemplars of discourse annotation frameworks include RST-DT - Discourse Treebank Rhetorical Structure Theory (Carlson, Marcu, 2001), SDRT - Segmented Discourse Representation Theory (Asher, Lascarides, 2003) and PDTB - Penn Discourse Treebank (Prasad *et al.* 2008).

In the current research project, we have categorized 11 works related to *Corpus Linguistics*. It is worth emphasizing that a substantial portion of these studies appears to straddle the interface between *Corpus Linguistics* and the domains of descriptive linguistics or NLP. This overlap arises from the fact that a majority of these studies leverage corpus data for conducting linguistic analyses and/or implementing computational applications. Consequently, our categorization decision was primarily influenced by the prominence assigned to processes related to corpus construction, segmentation, and annotation. In the following topics, we present general considerations about these investigations:

- a) *Corpus* construction: Respecting its particularities and goals, the work of Van Der Vliet *et al.* (2011), Da Cunha, Torres-Moreno and Sierra (2011) and Iruskieta (2013) present the process of creating, segmentation and discourse annotation of *corpus* in Dutch, Spanish and Basque, respectively. Cardoso *et al.* (2011) created and annotated CSTNews⁷, a Portuguese-language *corpus* composed of texts from BP newspapers and abstract and extractive summaries, mono and multi-documents, produced automatically and manually. It is a resource with different layers of annotation (morphosyntactic, discourse and topical, for example) and, more specifically concerning the discourse level, presents annotation based on two theories: RST model and Cross-document Structure Theory (CST)⁸. In addition, we can mention the contributions of Zeldes (2017), the GUM *corpus* composed of news, interviews, instructional and informative texts in English. That work is different because it was developed in a classroom context, demonstrating the possibility of creating rich linguistic resources

⁷ CSTNews, available at: <http://nilc.icmc.usp.br/CSTNews/login/?next=/CSTNews/>. Accessed in December 2022.

⁸ RADEV, Dragomir. A common theory of information fusion from multiple text sources step one: cross-document structure. In: *1st SIGdial workshop on Discourse and dialogue*. 2000. p. 74-83.

in pedagogical practices. Das and Taboada (2018) present the RST Signaling *Corpus*⁹, an annotated corpus for coherence relations signals. The *corpus* includes annotations of discourse markers considered the most typical signals in discourse, and a wide range of other signals, such as reference, lexicon, semantics, syntactic, graphic and gender characteristics as potential indicators of coherence relations. Finally, we report the research by Zhong *et al.* (2020), in which the manual and semi-automatic process of compiling and analyzing a *corpus* of simplified English texts is described, to identify the strategies used and predict the exclusion of phrases for textual simplification.

- b) *Corpus* and contrastive/comparative studies: The work of Iruskieta, Da Cunha, and Taboada (2015) represents studies in RST that contrast such relations through the construction, annotation, and analysis of multilingual *corpora*. The authors compare coherence relations in texts written in English, Spanish, and Basque. Notably, they display substantial similarities. The principal aim of these studies is to introduce a novel qualitative methodology for contrasting coherence structures across different languages and to elucidate the reasons behind disparities in coherence structures within translated texts. The remaining studies examined RST annotation in relation to different options for annotating discourse. Stede *et al.* (2016) present an annotation of 112 short texts, and *corpus* analysis in two approaches: RST and SDRT, which made it possible to establish correlations between the annotations taken and between the structure of the discourse and the argumentation. Additionally, the research by Stab *et al.* (2014) addresses the structure of arguments, offering insights into the process of discourse annotation with the intent of modeling argument components and structure within persuasive essays at the sentence level. On the other hand, Sanders *et al.* (2021) propose a unified framework for annotating rhetorical structures derived from various theoretical perspectives, including PDTB, RST and SDRT.

We recognize that we present a small sample of works that establish a direct relationship between RST and *Corpus* Linguistics. However, we believe it is important to keep them as a separate category, precisely to emphasize their relevance in linguistic-descriptive-

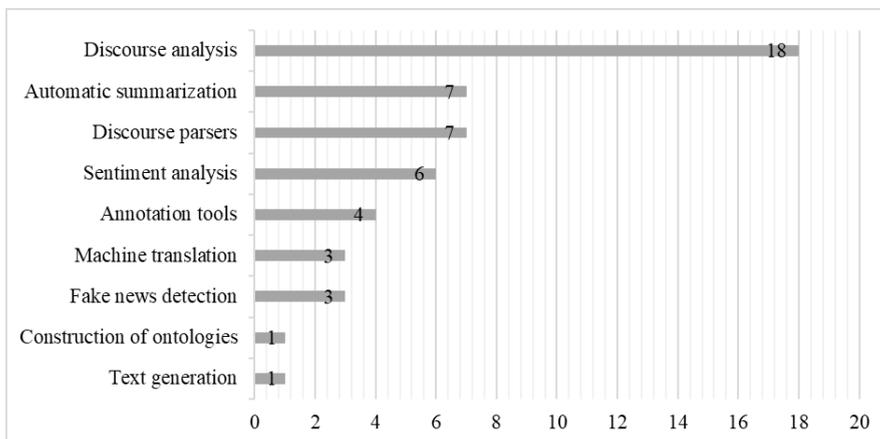
⁹ Available at: <https://catalog.ldc.upenn.edu/LDC2015T10>. Accessed in December 2022.

computational studies and to serve as a basis for the development of another research.

4.3 RST and NLP

We categorized 50 works that explore the intersection of RST to NLP. To accomplish this, we consider studies that have RST as a central topic and that present some linguistic-computational application. As Figure 3 illustrates, we grouped the works into nine categories based on the type of application.

Figure 3 – Distribution of NLP works by categories



Source: Prepared by the authors.

- a) Construction of ontologies: ontologies are used to organize and represent information, highlighting the relationship that eventually exists in that representation. In this category, we found only one study by Mitrović *et al.* (2017). The authors elucidate the utility of rhetorical figures for the extraction of argumentative mining purposes in different text genres, such as implicit hate speech, fake news, and complex arguments. The authors highlight that the adoption of a formal ontological representation of rhetorical figures has the potential to exert a beneficial impact on research endeavors associated with argumentative mining.

- b) Text generation: in this category, the focus of works around natural language generation originating from the output of a computational system. A distinct work, authored by Konstas and Lapata (2013), tackles the challenge of text generation from a database by employing a trainable generation system that encompasses content selection and ordering. Content planes are intuitively represented through a set of grammatical rules that operate at the document level and are autonomously acquired from training data. The authors have developed two approaches: first, inspired by RST, involves representing the document as a tree of discourse relationships between database records; second, requiring minimal linguistic sophistication, employs tree structures to depict overarching patterns of database record sequences within a document. Konstas and Lapata assert that their experimental evaluations yielded satisfactory results for both methodologies when compared to the current state-of-the-art approaches.
- c) Automatic summarization: this NLP area aims to automatically produce a smaller, coherent and cohesive version of a source text from discourse analysis. In this category, we have classified works that incorporated RST annotation, either through manual or automatic process, with a specific emphasis on discourse markers. RST offers distinct advantages for summarization by identifying the nucleus as the most salient information when compared to the satellite. In certain communicative contexts, the satellite information can be omitted without detriment to text comprehension. The majority of works in this area are dedicated to extractive summarization, where the summary is constructed by joining unaltered sentences from the source text. Consequently, they may encounter challenges related to the coherence between selected segments for the summary, as discussed by Hirao *et al.* (2013) and Li, Thadani and Stent (2016) discuss. On the other hand, abstract summarization, as presented by Le and Le (2013), allows for adaptations and rewritings within the summary without altering the primary content. In terms of discourse units, it was observed that some works focus on sentence-level analysis (*e.g.*, Louis; Joshi; Nenkova, 2010; Azmi; Al-Thanyyan, 2012; Kikuchi *et al.*, 2014) and others emphasize segment-level analysis (*e.g.*, Uzêda; Pardo; Nunes, 2010; Li; Thadani; Stent, 2016).

- d) Discourse parsers: studies in this category are centered on the development and/or improvement of discourse parsers based on the RST model, catering to various languages. Notable instances include an English parser named HILDA, initially proposed by Hernault *et al.* (2010), which was subsequently refined by Feng and Hirst (2012) through the incorporation of linguistic filters and sentence context. Muller *et al.* (2012) pioneered the creation of the first RST parser for the French language. Additionally, Joty, Carenini and Ng (2015) introduced the CODRA parser for English, while Surdeanu, Hicks and Valenzuela-Escárcega (2015) offered proposed two parsers for English: one employing resources dependent on dependency syntax and another incorporating information from constituent and dependency syntax, along with coreference data from RST. Anita and Subalalitha (2019) presented the Thirukkural Discourse Parser for Tamil, and Lin *et al.* (2019) developed a neural framework for sentence-level discourse analysis based on the RST model for the English language.
- e) Discourse analysis: this category comprises works that focus on the automated analysis of the discourse of a text's discourse, interpreting it as an understanding it as a highly elaborate underlying structure that interconnects all its content, thus imbuing it with coherence. There were a total of 18 works pertaining to the domain of automatic discourse analysis. Notably, these studies conducted automated analyses of discourse structure within diverse textual genres, such as argumentative, interviews and posts of social media posts. These analyses employed varying approaches, including *linguistic* methods utilizing combination of words or discourse markers (*e.g.*, Biran; Rambow, 2011a, 2011b; Feng; Lin; Hirst, 2014; Jansen; Surdeanu; Clark (2014); Li; Li; Hovy, 2014; Hayashi; Hirao; Nagata, 2016; Katz; Albacete, 2016; Li; Sun; Joty, 2018; Kobayashi *et al.*, 2020); *hybrid* techniques that combine Machine Learning (ML) methods with the presence of discourse markers in texts (*e.g.*, Allen; Carenini; NG, 2014; Wang; Li; Wang, 2017; Morey; Muller; Asher, 2017, 2018); and or *computational* approaches involving unsupervised ML methods (*e.g.*, Li; Li; Chang, 2016; Braud; Plank; Sogaard, 2016; Ji; Smith, 2017; Chakrabarty *et al.*, 2020). An exception to these methodologies was observed in the work of Ge and Herring (2018), which adopted a *multimodal* approach by analyzing rhetorical and discourse structures using sequences of emojis in Chinese texts. The

authors employed computer-mediated discourse analysis to investigate possible pragmatic meanings that could be captured by strings of emojis and their rhetorical relations from Chinese social media. The results demonstrated that these sequences pragmatically functioned as verbal utterances and established relationships with textual units.

- f) Machine translation: we noted three works related to RST and machine translation. First, the research conducted by Tu, Zhou and Zong (2013), which applies RST in an automatic translation system from Chinese to English. This research follows a structured three-stage process that involves construction of an RST tree, extracting rules, and performing translation. Secondly, the multilingual research led by Guzmán *et al.* (2014) spans English, French, German and Spanish. This work investigates the utilization of rhetorical structure to enhance machine translation evaluation. The evaluation is based on assessing the similarity of kernels of subtrees which allows for a comparison of the rhetorical structure of each. Finally, the research by Joty *et al.* (2014), which utilizes discourse structure and neural networks to compare the discourse tree of a machine translation with that of the human reference, enabling a detailed analysis of the quality of machine-generated translations.
- g) Sentiment analysis: works in this category are dedicated to enhancing discourse analysis through the classification of polarity, taking into account the semantic embedded within the rhetorical structure connecting sentences and paragraphs. Our analysis has revealed a spectrum of outcomes, ranging from parsers, exemplified by Heerschop *et al.* (2011), who discern the significance of textual content through RST relations, to broader frameworks employed by researchers such as Zhou *et al.* (2011), Chenlo, Hogenboom and Losada (2014), Bhatia *et al.* (2015), Hogenboom *et al.* (2015) and Kraus, and Feuerriegel (2019). We emphasize the works in this category encompass diverse text genres, such as journalistic texts, blog texts, and product reviews.
- h) Annotation tools: the creation of *corpora* dedicated to RST and discourse parsers had a bigger growth when compared with the development of annotation tools. Notably, the most widely recognized annotation tools, RSTTool and the ISI RST Annotation Tool, are no longer receiving updates. In our bibliometric investigation, we have identified two annotation resources that align with contemporary technological

standards and requirements: RSTWeb (Zeldes, 2016) and TreeAnnotator (Helfrich *et al.*, 2018). Both of these tools are browser-based, enabling project managers to gather data, without the need for file exchange with annotators. Moreover, they facilitate the tracking of progress and the automatic recording of annotation processes.

- i) Fake news detection: in this category, we have classified works focused on the identification of fake news, a topic of interest and relevance to the NLP in recent years. Researchers have been instrumental in highlighting the field's concern with establishing connections between RST, particularly concerning the analysis of textual structure and its coherence, and the detection of fake news (*e.g.*, Rubin, Vashchilko, 2012; Rubin, Conroy, Chen, 2015; Rubin, Lukoianova, 2015). These studies have proposed various approaches to differentiate genuine stories from deceptive ones, a task that, as indicated by conducted experimentals, presents a challenge even for human classification. Furthermore, we have come across research conducted by Jansen, Surdeanu and Clark (2014), which introduces a model for reclassifying responses to real questions found on the web. This model employs two discourse representations: one centered around discourse markers and the other grounded in RST relations.

The works explored in the NLP category, as illustrated, encompass a spectrum of applications and approaches, occasionally leaning more towards computational foundations and at other times emphasizing linguistic aspects. It is evident that some of the more recent research endeavors extend beyond the confines of automatic processing of rhetorical text relations. They address broader themes and requirements, including but not limited to well-established NLP applications like sentiment analysis and fake news detection.

4.4 RST Studies in Brazil

Given the methodological decisions we adopted in this study, it is regrettable that we were unable to provide a more comprehensive description and analysis of some undoubtedly pertinent research conducted in Brazil. Among the 100 works analyzed, 3 are about BP, 2 focusing on RST (Uzêda *et al.*, 2010; Cardoso *et al.*, 2011), and 1 just mentioning the theory (Maziero *et al.*, 2010). It's noteworthy

that all of these papers were written in English and developed at the Interinstitutional Center for Computational Linguistics (NILC), whose head office is at the University of São Paulo (USP/São Carlos)¹⁰.

In evaluating the entirety of the 760 works resulting from the search conducted within Publish or Perish software, it was observed that 52 studies are about BP. Although, this research did not undertake the listing of which among these investigations merely reference RST and which ones use it as a theoretical-methodological foundation. Nevertheless, it is noteworthy that a prevailing number of these works were produced through the collaborative efforts of professor-researchers Thiago Alexandre Salgueiro Pardo (USP/São Carlos) and Juliano Desiderato Antonio (State University of Maringá - UEM).

Collectively, there are 16 works authored by Thiago Alexandre Salgueiro Pardo, all of which are associated with projects focused on NLP. These research endeavors have contributed, to varying degrees, to the development of DiZer (DIscourse analyZER for BRazilian Portuguese)¹¹, a discourse parser based on RST for BP. On the other hand, Juliano Desiderato Antonio is credited with 21 works, predominantly centered on descriptive language studies. These works encompass a broad spectrum of analyses, including the examination of discourse signals, elocution and rhetorical relations in texts of different registers and genres.

It's essential to acknowledge that several influential factors play a crucial role in the likelihood of scientific work receiving citations within the academic-scientific community. These factors include (i) the language and channels publication, (ii) the publication format (whether in conferences or journals) and (iii) the impact factor of scientific communication channels. While this research did not specifically address these variables, it is well-established that they directly influence the visibility and citations rates, or citation works in BP. As a prospective avenue for future research, it is imperative to conduct a systematic review of these BP studies. Such a review will enable the identification of works that genuinely employ RST as a theoretical and methodological foundation, as well as elucidate their primary themes and contributions. which ones actually use RST as a theoretical-methodological basis, their main themes and contributions.

¹⁰ NILC, available at: <https://sites.google.com/view/nilc-usp/>. Accessed in December 2022.

¹¹ DiZer, available at: <http://nilc.icmc.usp.br/dizer2/>. Accessed in December 2022.

5 Final Remarks

The main goal of this paper was to provide an overview of studies based on RST in the last decade, with the organization and description of relevant works, in number of citations, in the area. Therefore, for didactic purposes, we proposed a classification of the works listed in three major areas: (i) theoretical and descriptive studies; (ii) *Corpus* linguistics; and (iii) NLP.

It is important to emphasize that the applied methodology, meant that most of the works that use the RST model for Portuguese language were not resumed (only 3 investigations appeared among the most cited works). In total, out of the 760 works listed by the Publish or Perish tool, the number of researches on Portuguese becomes 52, which represents 6.8% of the sample. The fact that the vast majority of these works were produced in Portuguese stands out, being a possible explanation for the fact of their low citation, despite the impact and contribution of research. Corroborating this reflection, there is also the issue that English was the language predominantly analyzed and/or processed in the most cited studies.

Taking the temporal dimension into account, a conspicuous trend has emerged in the adoption of RST as a foundational framework in the realm of NLP. We have discerned a paradigmatic shift commencing from 2015, which has propelled the state-of-the-art forward, particularly concerning textual methodologies and genres. This transition has witnessed the increasing popularity and robustness of deep learning models, including neural networks. This observation holds significant implications for prospective research endeavors, as it offers a promising avenue for surmounting the limitations associated with the sole reliance on discourse markers for the identification of RST relations.

From this systematic review, in addition to preparing an overview of research on RST in recent times, it was possible to list different points for future investigations, with a focus on BP, for the establishment of an agenda of work, namely:

- a) We verified, as carried out in the works of Das and Taboada (2013; 2018), the possibility of revisiting research and notes in RST of BP, in order to consider other textual elements, in addition to the traditional discourse markers, for the determination of rhetorical relations. In addition, we foresee the diversification of textual genres for analysis - as in the works of Green (2010) and Peldszus and Stede (2013; 2016).

This expansion includes the incorporation of user-generated content, such as product reviews, tweets, comments, and more;

- b) We highlight the importance of research endeavors focused on the segmentation, annotation, and comparative analysis of parallel and/or compatible corpora encompassing Portuguese language variants and other natural languages. This approach mirrors the methodology employed by Iruskieta, Da Cunha, and Taboada (2015) in their investigation involving Basque, Spanish, and English. We particularly emphasize our interest in descriptive and comparative studies that juxtapose the Portuguese and Spanish languages. This interest is informed by the intricate political-linguistic dynamics in South America and is aligned with the academic backgrounds and research interests of our project members;
- c) We underscore our dedication to the segmentation and identification of units of meaning within the framework of Rhetorical Structure Theory (RST). This commitment is directed towards providing direct contributions to Natural Language Processing (NLP) applications, thus extending the research initiated by Cardoso (2014). The areas of focus include automatic summarization, a continuation of Cardoso's work, sentiment analysis as conducted by Zhou *et al.* (2011), Chenlo, Hogenboom, and Losada (2013), and the detection of fake news as highlighted by Rubin and Lukoianova (2015). These research directions align with the contemporary and highly pertinent themes within the field.

While acknowledging the potential for exploring various topics related to RST, a well-defined work schedule, which may be adopted by other research teams, appears to address the primary concerns of the field at this time. In our project, our immediate focus is on the examination of the intricacies and advancements pertaining to points (a) and (b). This entails conducting linguistic-oriented scientific research, involving the annotation and analysis of discourse markers (both explicit and implicit), and their comparative analysis with other natural languages.

Acknowledgment

This work was carried out at the Center for Artificial Intelligence of the University of São Paulo (C4AI - <http://c4ai.inova.usp.br/>), with support by the São Paulo Research Foundation (FAPESP grant #2019/07665-4) and by the IBM Corporation. The project was also supported by the Ministry of Science, Technology and Innovation, with resources of Law N. 8,248, of October 23, 1991, within the scope of PPI-SOFTEX, coordinated by Softex and published as Residence in TIC 13, DOU 01245.010222/2022-44.

Authors' Contributions

All the authors contributed to the literature review in this study and participated in drafting the text.

References

- ALAMI, N.; MEKNASSI, M.; NOUREDDINE, R.A.I.S. Automatic texts summarization: Current state of the art. *Journal of Asian Scientific Research*, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 1-15, 2015. DOI: <https://doi.org/10.18488/journal.2/2015.5.1/2.1.1.15>
- ANTONIO, J.D. Mecanismos utilizados pelos destinatários do discurso para identificação de relações de coerência não sinalizadas por conectores. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* (Online), [s.l.], v. 33, p. 79-108, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-445025798334674077>
- ASHER, N.; LASCARIDES, A. *Logics of conversation*. 1ªed. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 2003.
- CARDOSO, P. C. F. *Exploração de métodos de sumarização automática multidocumento com base em conhecimento semântico-discursivo*. 2014. 182p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação/Universidade de São Paulo. 2014.
- CARLSON, L.; MARCU, D. Discourse tagging reference manual. *ISI Technical Report ISI-TR-545*, [s.l.], v. 54, n. 2001, p. 56, 2001.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; SILVA, R. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONROY, N.K.; RUBIN, V.L.; CHEN, Y. Automatic deception detection: Methods for finding fake news. In: *Proceedings of the association for information science and technology*, USA: John Wiley & Sons, Ltd, 2015. v. 52, n. 1, p. 1-4. DOI: <https://doi.org/10.1002/pra2.2015.145052010082>

DAS, D.; TABOADA, M. RST Signalling *Corpus*: a corpus of signals of coherence relations. *Language Resources and Evaluation*, [s.l.], v.52, p.149-184, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10579-017-9383-x>

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

HARZING, A.W. Publish or perish software. *Computer Software*, 2007.

HIRATA-VALE, F. B. M.; OLIVEIRA, T. P. Modelos e Métodos de Análise Funcionalista. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S. (orgs.). *Ciências da Linguagem: O Fazer Científico - Volume 2*. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

MANN, W.C.; THOMPSON, S.A. *Rhetorical structure theory: Description and construction of text structures*. Netherlands: Springer, 1987.

MAZIERO, E.G.; PARDO, T.A.S.; DA CUNHA, I.; TORRES-MORENO, J.; SANJUAN, E. DiZer 2.0-an adaptable on-line discourse parser. In: *Proceedings of the III RST Meeting (8th Brazilian Symposium in Information and Human Language Technology)*. Mato Grosso/Brazil, p. 50-57, 2011.

MOREIRA, P.S.C.; GUIMARÃES, A. J. R.; TSUNODA, D. F. Qual ferramenta bibliométrica escolher? Um estudo comparativo entre softwares. *P2P e Inovação*, [s.l.], v. 6, p. 140-158, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21721/p2p.2020v6n2.p140-158>

OSHIKAWA, R.; QIAN, J.; WANG, W.Y. A survey on natural language processing for fake news detection. In: *Proceedings of the 12th Conference on Language Resources and Evaluation*. Marseille/France, 2020. p.6086-6093. DOI: <https://doi.org/10.48550/arXiv.1811.00770>

PARDO, T.A.S. *Métodos para análise discursiva automática*. 2005. 211f. Tese (Doutorado em Ciências de computação e Matemática computacional). - Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação/ Universidade de São Paulo. 2005.

PRASAD, R.; DIBSH, N.; LEE, A.; MILTSAKAKI, E.; ROBALDO, L.; JOSHI, A.; WEBBER, B. The Penn Discourse TreeBank 2.0. In: *Proceedings of Language Resources and Evaluation*. Marrakech/Morocco, 2008. p. 2961-2968.

TABOADA, M.; MANN, W.C. Applications of rhetorical structure theory. *Discourse studies*, [s.l.], v. 8, n. 4, p. 567-588, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1177/146144560606483>

ZUPIC, I.; ČATER, T. Bibliometric methods in management and organization. *Organizational research methods*, [s.l.], v. 18, n. 3, p. 429-472, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/1094428114562629>

Appendix A – Studies on RST analyzed in the systematic review

AREA	REFERENCES
RST and Heoretical and Descriptive Studies	ABRAHAMSON, J.A.; RUBIN, V.L. Discourse structure differences in lay and professional health communication. <i>Journal of Documentation</i> , [s.l.], v. 68, n. 6, p. 826-851, 2012. DOI: https://doi.org/10.1108/00220411211277064
	ALAMI, N.; MEKNASSI, M.; NOUREDDINE, R.A.I.S. Automatic texts summarization: Current state of the art. <i>Journal of Asian Scientific Research</i> , [s.l.], v. 5, n. 1, p. 1-15, 2015. DOI: https://doi.org/10.18488/journal.2/2015.5.1/2.1.1.15
	CONROY, N.K.; RUBIN, V.L.; CHEN, Y. Automatic deception detection: Methods for finding fake news. In: <i>Proceedings of the association for information science and technology</i> , USA: John Wiley & Sons, Ltd, 2015. v. 52, n. 1, p. 1-4. DOI: https://doi.org/10.1002/pra2.2015.145052010082
	DA CUNHA, I.; IRUSKIETA, M. Comparing rhetorical structures in different languages: The influence of translation strategies. <i>Discourse Studies</i> , [s.l.], v. 12, n. 5, p. 563-598, 2010. DOI: https://doi.org/10.1177/1461445610371054
	DAS, D.; TABOADA, M.. Explicit and implicit coherence relations: A corpus study. In: <i>Proceedings of the 2013 annual conference of the Canadian Linguistic Association</i> . Victoria: University of Victoria, 2013
	GREEN, N.L. Representation of argumentation in text with rhetorical structure theory. <i>Argumentation</i> , [s.l.], v. 24, n. 2, p. 181-196, 2010. DOI: https://doi.org/10.1007/s10503-009-9169-4
	JASINSKAJA, K.; KARAGJOSOVA, E. Rhetorical relations. In: MATTHEWSON, L.; MEIER, C.; RULLMANN, H.; ZIMMERMANN, T.E. (Eds.), <i>The companion to semantics</i> . Oxford: Wiley. 2020.
	MATTHIESSEN, C.M. Register in the round: Registerial cartography. <i>Functional Linguistics</i> , [s.l.], v. 2, n. 1, p. 1-48, 2015. DOI: https://doi.org/10.1186/s40554-015-0015-8
MATTHIESSEN, C.M.; TERUYA, K. Grammatical realizations of rhetorical relations in different registers. <i>Word</i> , [s.l.], v. 61, n. 3, p. 232-281, 2015. DOI: https://doi.org/10.1080/00437956.2015.1071963	

	<p>OSHIKAWA, R.; QIAN, J.; WANG, W.Y. A survey on natural language processing for fake news detection. In: <i>Proceedings of the 12th Conference on Language Resources and Evaluation</i>. Marseille/France, 2020. p.6086-6093. DOI: https://doi.org/10.48550/arXiv.1811.00770</p> <p>PELDSZUS, A.; STEDE, M. From argument diagrams to argumentation mining in texts: A survey. <i>International Journal of Cognitive Informatics and Natural Intelligence</i>, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 1-31, 2013. DOI: https://doi.org/10.4018/jcini.2013010101</p> <p>PELDSZUS, A.; STEDE, M. Rhetorical structure and argumentation structure in monologue text. In: <i>Proceedings of the Third Workshop on Argument Mining (ArgMining2016)</i>, Berlin/Germany, 2016. p. 103-112. DOI: https://doi.org/10.18653/v1/W16-2812</p> <p>TABOADA, M.; HABEL, C.. Rhetorical relations in multimodal documents. <i>Discourse studies</i>, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 65-89, 2013. DOI: https://doi.org/10.1177/1461445612466468</p> <p>TAFT, M.; KACANAS, D., HUEN, W.; CHAN, R. An empirical demonstration of contrastive rhetoric: Preference for rhetorical structure depends on one's first language. <i>Intercultural Pragmatics</i>, [s.l.], v.8, n.4, p.503-516, 2011. DOI: https://doi.org/10.1515/iprg.2011.023</p>
Corpus Linguistics	<p>CARDOSO, P.C.F.; MAZIERO, E.G.; JORGE, M.L.R.C.; SENO, E.M.R.; DI FELIPPO, A. RINO, L.H.N.; NUNES, M. G.V.; PARDO, T.A.S. CSTnews: A discourse-annotated corpus for single and multi-document summarization of news texts in Brazilian Portuguese. In: <i>Proceedings of the 3rd RST Brazilian Meeting</i>. Cuiabá/Brazil, 2011. p. 88-105.</p> <p>DA CUNHA, I.; TORRES-MORENO, J.; SIERRA, G. On the development of the RST Spanish Treebank. In: <i>Proceedings of the 5th Linguistic Annotation Workshop</i>. 2011. p. 1-10.</p> <p>DAS, D.; TABOADA, M. RST Signalling Corpus: A corpus of signals of coherence relations. <i>Language Resources and Evaluation</i>, [s.l.], v. 52, n. 1, p. 149-184, 2018. DOI: https://doi.org/10.1007/s10579-017-9383-x</p> <p>IRUSKIETA, M.; ARANZABE, M.J.; ILARRAZA, A. D.; GONZALEZ-DIOS, I.; LERSUNDI, M.; LACALLE, O. L. The RST Basque TreeBank: an online search interface to check rhetorical relations. In: <i>Proceedings of 4th workshop RST and discourse studies</i>. Fortaleza/Brazil, 2013. p. 40-49.</p>

	<p>IRUSKIETA, M.; DA CUNHA, I.; TABOADA, M. A qualitative comparison method for rhetorical structures: identifying different discourse structures in multilingual corpora. <i>Language resources and evaluation</i>, [s.l.], v. 49, n. 2, p. 263-309, 2015. DOI: https://doi.org/10.1007/s10579-014-9271-6</p>
	<p>SANDERS, T.J.M.; DEMBER, V.; KOEK, J.; SCHOLMAN, M.C.J.; ASR, F.; T.; ZUFFEREY, S.; EVERS-VERMEUL, J. Unifying dimensions in coherence relations: How various annotation frameworks are related. <i>Corpus Linguistics and Linguistic Theory</i>, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 1-71, 2021. DOI: https://doi.org/10.1515/cllt-2016-0078</p>
	<p>STAB, C.; KIRSCHNER, C.; ECKLE-OHLER, J.; GUREVYCH, I. Argumentation mining in persuasive essays and scientific articles from the discourse structure perspective. <i>In: Proceedings of ArgNLP</i>. Forlì-Cesena/Italy, 2014. p. 21-25.</p>
	<p>STEDE, M. AFANTENOS, S. PELDSZUS, A.; ASHER, N.; PERRET, J. Parallel discourse annotations on a corpus of short texts. <i>In: 10th International Conference on Language Resources and Evaluation</i>. European Language Resources Association: Portorož/Slovenia, 2016. p. 1051-1058.</p>
	<p>VAN DER VLIET, N.; BERLÁNOVICH, I. BOUMA, .G.; EGG, M.; REDEKER, G. Building a discourse-annotated Dutch text corpus. <i>Bochumer Linguistische Arbeitsberichte</i>, [s.l.] v. 3, p. 157-171, 2011.</p>
	<p>ZELDES, A. The GUM corpus: Creating multilayer resources in the classroom. <i>Language Resources and Evaluation</i>, [s.l.], v. 51, n. 3, p. 581-612, 2017. DOI: https://doi.org/10.1007/s10579-016-9343-x</p>
	<p>ZHONG, Y.; JIANG. XU, W.; LI, J.J. Discourse level factors for sentence deletion in text simplification. <i>In: Proceedings of the AAAI Conference on Artificial Intelligence</i>. New York/USA, 2020. v. 34, n.5, p.9709-9716. DOI: https://doi.org/10.48550/arXiv.1911.10384</p>
NLP – Construction of Ontology	<p>MITROVIĆ, J.; O'REILLY, C.; MLADENOVIĆ, M.; HANDSCHUH, S. Ontological representations of rhetorical figures for argument mining. <i>Argument & Computation</i>, [s.l.] v. 8, n. 3, p. 267-287, 2017. DOI: https://doi.org/10.3233/AAC-170027</p>
NLP – Text Generation	<p>KONSTAS, I.; LAPATA, M. Inducing document plans for concept-to-text generation. <i>In: Proceedings of the 2013 Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing</i>. Association for Computational Linguistics: Seattle/USA, 2013. p. 1503-1514.</p>

NLP – Automatic Summarization	<p>AZMI, A.M.; AL-THANYAN, S. A text summarizer for Arabic. <i>Computer Speech & Language</i>, [s.l.], v. 26, n. 4, p. 260-273, 2012. DOI: https://doi.org/10.1016/j.csl.2012.01.002</p>
	<p>HIRAO, T.; YOSHIDA, Y.; NISHINO, M.; YASUDA, N.; NAGATA, M. Single-document summarization as a tree knapsack problem. <i>In: Proceedings of the 2013 Conference on empirical methods in Natural Language Processing</i>. Association for Computational Linguistics: Seattle/USA, 2013. p.1515-1520.</p>
	<p>KIKUCHI, Y.; HIRAO, T.; OKUMURA, M.; NAGATA, M. Single document summarization based on nested tree structure. <i>In: Proceedings of the 52nd Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics</i>. Association for Computational Linguistics: Baltimore/USA, 2014. p. 315-320. DOI: https://doi.org/10.3115/v1/P14-2052</p>
	<p>LE, H.T.; LE, T.M. An approach to abstractive text summarization. <i>In: Proceedings of International Conference on Soft Computing and Pattern Recognition</i>. 2013. p. 371-376. DOI: https://doi.org/10.1109/SOCPAR.2013.7054161</p>
	<p>LI, J.J.; THADANI, K.; STENT, A. The role of discourse units in near-extractive summarization. <i>In: Proceedings of the 17th Annual Meeting of the Special Interest Group on Discourse and Dialogue</i>. Association for Computational Linguistics: Los Angeles/USA, 2016. p.137-147. DOI: https://doi.org/10.18653/v1/W16-3617</p>
	<p>LOUIS, A.; JOSHI, A.K.; NENKOVA, A. Discourse Indicators for Content Selection in Summarization. <i>In: Proceedings of SIGDIAL 2010: the 11th Annual Meeting of the Special Interest Group on Discourse and Dialogue</i>. Association for Computational Linguistics: Tokyo/Japan, 2010. p. 147–156.</p>
	<p>UZÊDA, V.R.; PARDO, T.A.S.; NUNES, M.G.V. A comprehensive comparative evaluation of RST-based summarization methods. <i>ACM Transactions on Speech and Language Processing (TSLP)</i>, [s.l.], v. 6, n. 4, p. 1-20, 2010. DOI: https://doi.org/10.1145/1767756.1767757</p>
NLP – Discourse Parsers	<p>ANITA, R.; SUBALALITHA, C. N. Building discourse parser for Thirukkural. <i>In: Proceedings of the 16th International Conference on Natural Language Processing</i>. NLP Association of India: Hyderabad/India 2019. p. 18-25.</p>

	<p>FENG, V.W.; HIRST, G. Text-level discourse parsing with rich linguistic features. <i>In: Proceedings of the 50th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics</i>. Jeju Island/Korea: ACL Anthology. 2012. p. 60-68</p>
	<p>HERNAULT, H.; PRENDINGER, H.; DU VERLE, D.A.; ISHIZUKA, M. HILDA: A discourse parser using support vector machine classification. <i>Dialogue & Discourse</i>, [s.l.], v. 1, n. 3, p. 1-33, 2010. DOI: https://doi.org/10.5087/dad.2010.003</p>
	<p>JOTY, S.; CARENINI, G.; NG, R.T. Codra: A novel discriminative framework for rhetorical analysis. <i>Computational Linguistics</i>, [s.l.], v. 41, n. 3, p. 385-435, 2015. DOI: https://doi.org/10.1162/COLI_a_00226</p>
	<p>LIN, X., JOTY, S., JWALAPURAM, P.; BARI, M.S. A unified linear-time framework for sentence-level discourse parsing. <i>In: Proceedings of the 57th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics</i>. Association for Computational Linguistics: Florence/Italy, 2019, p.4190–4200. DOI: https://doi.org/10.18653/v1/P19-1410</p>
	<p>MULLER, P.; AFANTENOS, S.; DENIS, P.; ASHER, N. Constrained decoding for text-level discourse parsing. <i>In: Proceedings of 24th International Conference on Computational Linguistics (COLING 2012)</i>. Chung-Li/Taiwan, 2012. p. 1883–1900.</p>
	<p>SURDEANU, M.; HICKS, T.; VALENZUELA-ESCARCEGA, M.A. Two practical rhetorical structure theory parsers. <i>In: Proceedings of the 2015 conference of the North American chapter of the association for computational linguistics: Demonstrations</i>. Association for Computational Linguistics: Denver/USA, 2015. p. 1-5. DOI: https://doi.org/10.3115/v1/N15-3001</p>
<p>NLP – Discourse Analysis</p>	<p>ALLEN, K.; CARENINI, G.; NG, R. Detecting disagreement in conversations using pseudo-monologic rhetorical structure. <i>In: Proceedings of the 2014 Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing (EMNLP)</i>. Doha/Qatar, 2014. p. 1169-1180. DOI: https://doi.org/10.3115/v1/D14-1124</p> <p>BIRAN, O.; RAMBOW, O. Identifying justifications in written dialogs by classifying text as argumentative. <i>International Journal of Semantic Computing</i>, [s.l.], 2011b, v. 5, n. 04, p. 363-381. DOI: https://doi.org/10.1109/ICSC.2011.41</p>

BIRAN, O.; RAMBOW, O. Identifying justifications in written dialogs. In: *Proceedings of 2011 IEEE Fifth International Conference on Semantic Computing*. California/Estados Unidos, 2011a. p. 162-168. DOI: <https://doi.org/10.1109/ICSC.2011.41>

BRAUD, Chloé; COAVOUX, Maximin; SØGAARD, Anders. Cross-lingual RST discourse parsing. In: *Proceedings of the 15th Conference of the European Chapter of the Association for Computational Linguistics*. Valencia/Spain, 2017. p.292-304. DOI: <https://doi.org/10.48550/arXiv.1701.02946>

CHAKRABARTY, T.; HIDEY, C.; MURESAN, S.; MCKEOWN, K.; HWANG, A. AMPERSAND: Argument Mining for PERSuAsive oNline Discussions. In: *Proceedings of the 2019 Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing and the 9th International Joint Conference on Natural Language Processing*, Hong Kong/China, 2019. p.2933-2943. DOI: <https://doi.org/10.18653/v1/D19-1291>

FENG, V.W.; LIN, Z.; HIRST, G. The impact of deep hierarchical discourse structures in the evaluation of text coherence. In: *Proceedings of COLING 2014, the 25th International Conference on Computational Linguistics*. Dublin/Irlanda, 2014. p. 940-949.

GE, J.; HERRING, S. C. Communicative functions of emoji sequences on Sina Weibo. *First Monday*, [s. l.], v. 23, n. 11, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5210/fm.v23i11.9413>

HAYASHI, K.; HIRAO, T.; NAGATA, M.. Empirical comparison of dependency conversions for RST discourse trees. In: *Proceedings of the 17th annual meeting of the special interest group on discourse and dialogue*. Los Angeles/EUA, 2016. p. 128-136. DOI: <https://doi.org/10.18653/v1/W16-3616>

JANSEN, P.; SURDEANU, M.; CLARK, P. Discourse complements lexical semantics for non-factoid answer reranking. In: *Proceedings of the 52nd Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics*. Baltimore/USA, 2014, v.1, p. 977-986. DOI: <https://doi.org/10.3115/v1/P14-1092>

JI, Y.; SMITH, N.A. Neural Discourse Structure for Text Categorization. In: *Proceedings of the 55th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics*, Vancouver/Canada, 2017. p.996–1005. DOI: <https://doi.org/10.18653/v1/P17-1092>

KATZ, S.; ALBACETE, P.L. A tutoring system that simulates the highly interactive nature of human tutoring. *Journal of Educational Psychology*, [s.l.], vol. 105, nº. 4, p.1126–1141, 2013.

KOBAYASHI, N.; HIRAO, T.; KAMIGAITO, H.; OKUMURA, M.; NAGATA, M. Top-down RST parsing utilizing granularity levels in documents. In: *Proceedings of the AAAI Conference on Artificial Intelligence*. [s.l.], 2020. p. 8099-8106. DOI: <https://doi.org/10.1609/aaai.v34i05.6321>

LI, J.; LI, R.; HOVY, E. Recursive deep models for discourse parsing. In: *Proceedings of the 2014 Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing*. Doha/Catar: Association for Computational Linguistics, 2014. p. 2061-2069. DOI: <https://doi.org/10.3115/v1/D14-1220>

LI, J.; SUN, A.; JOTY, S.R. SegBot: A Generic Neural Text Segmentation Model with Pointer Network. In: *Proceedings of the Twenty-Seventh International Joint Conference on Artificial Intelligence (IJCAI-18)*. Stockholm, 2018. p. 4166-4172. DOI: <https://doi.org/10.24963/ijcai.2018/579>

LI, Q.; LI, T.; CHANG, B. Discourse Parsing with Attention-based Hierarchical Neural Networks. In: *Proceedings of Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing*. Austin/USA, 2016. p. 362-371. DOI: <https://doi.org/10.18653/v1/D16-1035>

MOREY, M.; MULLER, P.; ASHER, N. A dependency perspective on rst discourse parsing and evaluation. *Computational Linguistics*, [s.l.], v. 44, n. 2, p. 197-235, 2018. DOI: https://doi.org/10.1162/COLI_a_00314

MOREY, M.; MULLER, P.; ASHER, N. How much progress have we made on RST discourse parsing? A replication study of recent results on the RST-DT. In: *Proceedings of Conference on Empirical Methods on Natural Language Processing (EMNLP 2017)*. Copenhagen/Denmark, 2017. p. 330-1335. DOI: <https://doi.org/10.18653/v1/D17-1136>

WANG, Y.; LI, S.; WANG, H. A two-stage parsing method for text-level discourse analysis. In: *Proceedings of the 55th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics*. Vancouver/Canada, 2017. p. 184-188. DOI: <https://doi.org/10.18653/v1/P17-2029>

NLP – Machine Translation	<p>GUZMÁN, F.; JOTY, S.; MÀRQUEZ, L.; NAKOV, P. Using discourse structure improves machine translation evaluation. <i>In: Proceedings of the 52nd Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics</i>. Baltimore/USA, 2014. p. 687-698. DOI: https://doi.org/10.3115/v1/P14-1065</p>
	<p>JOTY, S.; GUZMÁN, F.; MÀRQUEZ, L.; NAKOV, P. DiscoTK: Using discourse structure for machine translation evaluation. <i>In: Proceedings of the Ninth Workshop on Statistical Machine Translation, Baltimore/USA</i>, 2014. p. 402-408. DOI: https://doi.org/10.3115/v1/W14-3352</p>
	<p>TU, M.; ZHOU, Y.; ZONG, C. A novel translation framework based on rhetorical structure theory. <i>In: Proceedings of the 51st Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics</i>. Sofia/Bulgaria, 2013. p. 370-374.</p>
NLP – Sentiment Analysis	<p>BHATIA, P.; JI, Y.; EISENSTEIN, J. Better document-level sentiment analysis from RST discourse parsing. <i>In: Proceedings of the 2015 Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing</i>. Association for Computational Linguistics: Lisbon/Portugal, 2015. p. 2212-2218. DOI: https://doi.org/10.48550/arXiv.1509.01599</p>
	<p>CHENLO, J.M.; HOGENBOOM, A.; LOSADA, D.E. Rhetorical structure theory for polarity estimation: An experimental study. <i>Data & Knowledge Engineering</i>, [s.l.], v.94, p.135-147, 2014. DOI: https://doi.org/10.1016/j.datak.2014.07.009</p>
	<p>HEERSCHOP, B.; GOOSSEN, F.; HOGENBOOM, A.; FRASINCAR, F.; KAYMAK, U.; DE JONG, F. Polarity analysis of texts using discourse structure. <i>In: Proceedings of the 20th ACM international conference on Information and knowledge management</i>. New York/USA, 2011. p. 1061-1070. DOI: https://doi.org/10.1145/2063576.2063730</p>
	<p>HOGENBOOM, A.; FRASINCAR, F.; DE JONG, F., & KAYMAK, U. Using rhetorical structure in sentiment analysis. <i>Communications of the ACM</i>, [s.l.], v. 58, n. 7, p. 69-77, 2015. DOI: https://doi.org/10.1145/2699418</p> <p>KRAUS, M.; FEUERRIEGEL, S. Sentiment analysis based on rhetorical structure theory: Learning deep neural networks from discourse trees. <i>Expert Systems with Applications</i>, [s.l.], v. 118, p. 65-79, 2019. DOI: https://doi.org/10.48550/arXiv.1704.05228</p>

	<p>ZHOUM, L.; LI, B.; GAO, W.; WEI, Z.; WONG, K. Unsupervised discovery of discourse relations for eliminating intra-sentence polarity ambiguities. <i>In: Proceedings of the 2011 Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing</i>. Association for Computational Linguistics: Edinburgh/UK, 2011. p.162-171.</p>
NLP – Tools Annotation	<p>HELFRICH, P.; RIEB, E.; ABRAMI, G.; LÜCKING, A.; MEHLER, A. TreeAnnotator: versatile visual annotation of hierarchical text relations. <i>In: Proceedings of the eleventh international conference on language resources and evaluation (LREC 2018)</i>. European Language Resources Association: Miyazaki/Japan, 2018. p.1958-1963.</p>
	<p>MARCU, D. <i>The theory and practice of discourse parsing and summarization</i>. MIT press: Cambridge, 2000.</p>
	<p>O'DONNELL, M. RSTTOOL 2.4-A markup tool for rhetorical structure theory. <i>In: INLG '2000 Proceedings of the First International Conference on Natural Language Generation</i>. Association for Computational Linguistics: Mitzpe Ramon/Israel, 2000. p. 253-256. DOI: https://doi.org/10.3115/1118253.1118290</p>
NLP – Fake News Detection	<p>RUBIN, V.L.; VASHCHILKO, T. Identification of truth and deception in text: Application of vector space model to rhetorical structure theory. <i>In: Proceedings of the Workshop on Computational Approaches to Deception Detection</i>. Association for Computational Linguistics: Avignon/France, 2012. p. 97-106</p>
	<p>RUBIN, V.L.; CONROY, N.J.; CHEN, Y. Towards news verification: Deception detection methods for news discourse. <i>In: Proceedings of the Hawaii International Conference on System Sciences</i>. Kauai/ USA, 2015. p. 5-8. DOI: https://doi.org/10.13140/2.1.4822.8166</p>
	<p>RUBIN, V.L.; LUKOIANOVA, T. Truth and deception at the rhetorical structure level. <i>Journal of the Association for Information Science and Technology</i>, [s.l.], v. 66, n. 5, p. 905-917, 2015. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.23216</p>

Source: Prepared by the authors.